Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Centro de Ciências Sociais

Faculdade de Direito

João Gabriel Madeira Pontes

Democracia militante em tempos de crise

Rio de Janeiro

2020

João Gabriel Madeira Pontes

Democracia militante em tempos de crise

Dissertação apresentada, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação em Direito, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: Cidadania, Estado e Globalização. Linha de pesquisa: Direito Público.

Orientador: Prof. Dr. Daniel Sarmento

Rio de Janeiro

2020

CATALOGAÇÃO NA FONTE
UERJ/REDE SIRIUS/BIBLIOTECA CCS/C

P814 Pontes, João Gabriel Madeira.
Democracia militante em tempos de crise / João Gabriel Madeira Pontes - 2020.

385 f.

Orientador: Prof. Dr. Daniel Antônio de Moraes Sarmento.

Dissertação (Mestrado). Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Faculdade de Direito.

1. Democracia - Teses. 2. Autoritarismo - Teses. 3. Loewenstein, Karl, 1891-1973 - Teses. I. Sarmento, Daniel Antônio de Moraes. II. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Faculdade de Direito. III. Título.

CDU 321.7

Bibliotecária: Angélica Ribeiro CRB7/6121

Autorizo, apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta tese, desde que citada a fonte.

_____ _____

Assinatura Data

João Gabriel Madeira Pontes

Democracia militante em tempos de crise

Dissertação apresentada, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação em Direito, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: Cidadania, Estado e Globalização. Linha de pesquisa: Direito Público.

Aprovada em 26 de maio de 2020.

Banca Examinadora:

_____

Prof. Dr. Daniel Antônio de Moraes Sarmento (Orientador)

Faculdade de Direito – UERJ

_____

Prof. Dr. Rodrigo Brandão Viveiros Pessanha

Faculdade de Direito – UERJ

_____

Prof. Dr. Conrado Hübner Mendes

Universidade de São Paulo

Rio de Janeiro

2020

À Maria da Glória, por ter me mostrado o valor dos estudos até nas canções de ninar.

À Isa (*in memoriam*), que nunca precisou de palavras para expressar o seu amor.

E aos que ainda cismam em buscar a luz do sol mesmo nos tempos mais sombrios.

AGRADECIMENTOS

Agradeço, sempre em primeiro lugar, aos meus pais, Julio Cezar e Sonia Regina, a quem devo todas as minhas conquistas. Espero, algum dia, poder lhes retribuir os investimentos materiais e emocionais que me possibilitaram chegar até aqui e que, sem dúvida, continuarão me ajudando a seguir em frente.

Ao professor Daniel Sarmento, não só por ter orientado esta dissertação, mas por ser um dos meus maiores exemplos – na academia, na profissão e na vida. Conhecê-lo, ainda na graduação, foi um dos grandes presentes que a UERJ me deu. Obrigado por tudo.

À Camilla Gomes, a melhor colega de trabalho que eu poderia ter, por tornar o dia a dia no escritório mais engraçado e prazeroso, bem como pelas conversas tão proveitosas. Também agradeço à Anna Luiza Rubiano e ao Eduardo Adami, amigos queridos, com quem sempre aprendo – e me divirto – bastante, e à Patrícia Picanço, por segurar todas as pontas soltas.

Ao Ademar Borges, que contagia a todos com a sua simpatia sem limites. Tenho muita sorte de poder trabalhar com você.

À turma engajada da Clínica de Direitos Fundamentais da UERJ, por renovar as minhas esperanças em um Direito emancipatório, em uma democracia verdadeiramente inclusiva e em um país mais justo e igualitário.

Aos amigos e às amigas que fiz durante o Mestrado, pelos debates acalorados e pelas angústias divididas. Saibam que o percurso não teria sido o mesmo sem vocês. Fico no aguardo dos chopes de comemoração. Agradeço, em especial, ao Daniel Capecchi Nunes, que tanto admiro, pela troca e pela escuta sempre atenta.

Aos professores que tive nesses últimos dois anos, pelo enorme aprendizado. Certamente, esta dissertação nasce como fruto das suas aulas inspiradoras. Portanto, agradeço, mais uma vez, ao professor Daniel Sarmento, assim como aos professores Gustavo Binenbojm, Luís Roberto Barroso, Rodrigo Brandão e Ricardo Falbo.

E à Ana Paula, que faz de mim uma pessoa melhor. José Saramago, quando dedicou as páginas de *Caim* à sua esposa, escreveu: “A Pilar, como se dissesse água”. Já eu, meu amor, agradeço-lhe sempre como se dissesse ar. Obrigado por tornar meu peito mais leve e por me ajudar a respirar nas horas difíceis.

Rio de Janeiro, outono de 2020.

"[…] *if my fellow citizens want to go to Hell I will help them. It's my job."*

Oliver Wendell Holmes Jr., em carta a Harold J. Laski (1920)

"[…] *a country is not only what it does – it is also what it puts up with, what it tolerates."*

Kurt Tucholsky, em carta a Arnold Zweig (1935)

RESUMO

PONTES, João Gabriel Madeira. *Democracia militante em tempos de crise*. 2020. 385 f. Dissertação (Mestrado em Direito Público) – Faculdade de Direito, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2020.

Ao redor do mundo, as democracias constitucionais vivem tempos difíceis. Populistas autoritários como Viktor Orbán, Recep Tayyip Erdoğan e Jair Bolsonaro desafiam o funcionamento regular das instituições democráticas e a sobrevivência dos direitos fundamentais. Nesse cenário, reavivou-se o interesse da academia pela democracia militante, teoria desenvolvida na década de 1930 pelo constitucionalista alemão Karl Loewenstein para descrever os mecanismos jurídicos aptos a restringir a participação de grupos, movimentos e partidos antidemocráticos na cena eleitoral. Este trabalho visa a examinar o referido conceito, de modo a reanalisar os argumentos utilizados por Loewenstein para justificar a utilização da teoria. Também aponta as principais dificuldades relacionadas à fundamentação, à aplicação e aos efeitos da democracia militante. Por fim, busca identificar, a partir da narrativa emancipatória da Constituição de 1988 e do contexto jurídico brasileiro, os valores que, quando em risco, justificam o uso de medidas de autodefesa democrática, além de identificar quais expedientes podem ser utilizados com o objetivo de proteger a nossa democracia.

Palavras-chave: Democracia militante. Crise da democracia. Karl Loewenstein. Autoritarismo. Tolerância democrática.

ABSTRACT

PONTES, João Gabriel Madeira. *Democracia militante em tempos de crise*. 2020. 385 f. Dissertação (Mestrado em Direito Público) – Faculdade de Direito, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2020.

Around the world, constitutional democracies are going through tough times. Authoritarian populists such as Viktor Orbán, Recep Tayyip Erdoğan and Jair Bolsonaro challenge the regular functioning of democratic institutions and the survival of fundamental rights. In this scenario, the interest of the academy for militant democracy was revived, a theory developed in the 1930s by the German constitutionalist Karl Loewenstein to describe the legal mechanisms capable of restricting the participation of anti-democratic groups, movements and parties in the electoral scene. This work aims to examine the concept, in order to re-analyze the arguments used by Loewenstein to justify the use of the theory. It also points out the main difficulties related to the rationale, application and effects of militant democracy. Finally, it seeks to identify, based on the emancipatory narrative of the 1988 Constitution and the Brazilian legal context, the values that, when at risk, justify the use of democratic self-defense measures, in addition to identifying which devices can be used in order to protect our democracy.

Keywords: Militant democracy. Crisis of democracy. Karl Loewenstein. Authoritarianism. Democratic tolerance.

NOTAS PRÉVIAS

A pedido do autor, as citações ao opúsculo *De democratische staat en de niet-democratische partijen* (Amsterdã: De Arbeiderspers, 1936), de George van den Bergh, foram traduzidas, do holandês para o português, por Daniel Dago, a quem se agradece imensamente, não só pela qualidade do resultado, mas também pela presteza na entrega do trabalho.

O presente texto incorpora passagens dos artigos "Há candidato inconstitucional?", escrito com Daniel Capecchi Nunes,[1] e "Democracia militante e a candidatura de Bolsonaro: inelegibilidade a partir de interpretação teleológica do art. 17 da Constituição?", escrito com Daniel Sarmento.[2]

[1] Cf. NUNES, Daniel Capecchi; PONTES, João Gabriel Madeira. "Há candidato inconstitucional?". *Jota*, 27 de julho de 2018. Disponível eletronicamente em: <https://www.jota.info/opiniao-e-analise/artigos/ha-candidato-inconstitucional-27072018>. Acesso em: 30 de junho de 2019.

[2] Cf. SARMENTO, Daniel; PONTES, João Gabriel Madeira. "Democracia militante e a candidatura de Bolsonaro: inelegibilidade a partir de interpretação teleológica do art. 17 da Constituição?". *Jota*, 24 de agosto de 2018. Disponível eletronicamente em: <https://www.jota.info/paywall?redirect_to=//www.jota.info/opiniao-e-analise/artigos/democracia-militante-e-a-candidatura-de-bolsonaro-24082018>. Acesso em: 30 de junho de 2019. Posteriormente, o artigo também foi publicado em SARMENTO, Daniel. *República, inclusão e constitucionalismo*: escritos constitucionais. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2019.

SUMÁRIO

	INTRODUÇÃO: O SONO DA DEMOCRACIA.....	12
1	**SAPOS NA ÁGUA QUENTE: EROSÃO E CRISE DAS DEMOCRACIAS CONSTITUCIONAIS NO SÉCULO XXI**.....	22
1.1	**Regressão democrática ao redor do mundo**.....	22
1.2	**A democracia brasileira de pernas bambas**.....	36
1.2.1	Chocando o ovo da serpente.....	39
1.2.2	República dos ressentidos.....	49
2	**REVISITANDO KARL LOEWENSTEIN: SENTIMENTOS, IDEIAS E CONSTITUIÇÃO**.....	71
2.1	**O conceito original de democracia militante**.....	71
2.2	**Emoções democráticas**.....	83
2.3	**Razões autoritárias**.....	91
2.4	**Os limites da tolerância democrática**.....	101
3	**A TEORIA COMO CANTO DE SEREIA: OS PERIGOS E OS DESAFIOS NA ADOÇÃO DE UM MODELO MILITANTE DE DEMOCRACIA**.....	114
3.1	**Entre a Cila de Weimar e a Caríbdis do Macartismo**.....	114
3.2	**Dificuldades materiais e o problema do fundamento: para além do antiextremismo e do republicanismo negativo**.....	119
3.2.1	Democracia como autocorreção.....	128
3.2.2	Democracia, procedimento e substância.....	137

3.3 **Dificuldades institucionais e o problema da aplicação: poder estreitamente vigiado, vigias extremamente poderosos**..... 154

3.3.1 Autoritarismo competitivo e democracia militante..... 160

3.3.2 Depuração, (auto)contenção e supervisão internacional..... 167

3.4 **Dificuldades práticas e o problema dos efeitos: consequências e contextos**..... 182

3.4.1 Democracia militante para céticos..... 183

3.4.2 À mercê de falsos mártires?..... 192

4 **UMA PROPOSTA DE OPERACIONALIZAÇÃO: POSSÍVEIS DIRETRIZES PARA A APLICAÇÃO DO CONCEITO DE DEMOCRACIA MILITANTE NO BRASIL**..... 200

4.1 **Narrativa constitucional em uma democracia frágil: anos de chumbo, redemocratização e a Constituição de 1988**..... 200

4.2 **Sufrágio ativo**..... 207

4.3 **Pluripartidarismo e sufrágio passivo**..... 212

4.4 **Liberdade de expressão**..... 219

4.5 **Igualdade formal**..... 228

4.6 **Violência e *hate speech***..... 233

4.7 **Separação de poderes**..... 241

5 **DEFENDENDO A DEMOCRACIA BRASILEIRA: PREVENÇÃO, REAÇÃO, IMUNIZAÇÃO**..... 247

5.1 **Medidas restritivas de prevenção**..... 247

5.2 **Medidas restritivas de reação**..... 253

5.2.1 *Impeachment*..... 255

5.2.2 Perda de mandato parlamentar..... 263

5.2.3 Ação popular..... 271

5.2.4 Aplicação da Lei de Segurança Nacional..... 277

5.3 **Medidas imunizantes**..... 285

5.3.1 Igualdade material e o papel do Estado..... 288

5.3.2 Educação e democracia..... 297

5.3.3 Memória e Constituição..... 302

CONCLUSÃO: A VIGÍLIA DA DEMOCRACIA..... 309

Ponto a ponto: itinerário retrospectivo..... 309

Observações finais: levando piadas a sério..... 326

REFERÊNCIAS..... 329

INTRODUÇÃO: O SONO DA DEMOCRACIA

Sueño con serpientes, con serpientes de mar,
con cierto mar, ay, de serpientes sueño yo.

Largas, transparentes, y en sus barrigas llevan
lo que puedan arrebatarle al amor.

Oh, la mato y aparece una mayor.
Oh, con mucho más infierno en digestión.

Silvio Rodríguez[3]

É, no mínimo, curioso que tenha sido Joseph Goebbels, Ministro da Propaganda na Alemanha Nazista, uma das pessoas que identificaram a trágica ironia por trás do funcionamento dos regimes democráticos. A ele, costuma-se atribuir a declaração, tão verdadeira quanto dolorosa, segundo a qual "sempre será uma das melhores piadas da democracia o fato de que ela dá aos seus inimigos mortais os meios para destruir a si própria".[4] Afinal de contas, a história registra que não foram poucos os casos nos quais políticos claramente autoritários se valeram de institutos democráticos – como, *e.g.*, a proteção das liberdades públicas e a convocação de eleições livres – para subverter a democracia.[5] Dentre os exemplos mais dramáticos, destaca-se justamente a ascensão do Partido Nazista ao poder.

De fato, Adolf Hitler e os seus correligionários não assumiram o governo por meio de um golpe de Estado. Depois que o *Putsch* de Munique fracassou, as lideranças do Partido Nacional-Socialista dos Trabalhadores Alemães resolveram modificar as suas táticas políticas, optando, assim, pelas vias legais de tomada do poder.[6] O sucesso da nova estratégia foi

[3] RODRÍGUEZ, Silvio. "Sueño con serpientes". In: *Días y Flores*. Produzido por Frank Fernández. Havana: EGREM, p1975, 1 disco sonoro, faixa 5.

[4] Citado em KIRSHNER, Alexander S. *A Theory of Militant Democracy*: The Ethics of Combatting Political Extremism. New Haven: Yale University Press, 2014, p. 23.

[5] Cf. RIJPKEMA, Bastiaan. *Militant Democracy*: The Limits of Democratic Tolerance. Tradução de Anna Asbury. Oxon e New York: Routledge, 2018, pp. 02-03.

[6] Sobre o tema, cf. BENDERSKY, Joseph W. *A Concise History of Nazi Germany*. Lanham: Rowman & Littlefield Publishers, 2014, pp. 71-83.

retumbante: em 1932, o partido já tinha o maior número de assentos no *Reichstag*, o que levou, em janeiro do ano seguinte, à nomeação de Hitler para o cargo de Chanceler da Alemanha. Na sequência, em fevereiro e em março de 1933, foram assinados, respectivamente, o Decreto do Incêndio do *Reichstag* e a Lei de Concessão de Plenos Poderes. Em conjunto, tais diplomas cassaram as liberdades civis e políticas previstas pela Constituição alemã e conferiram ao líder do governo a atribuição para promulgar leis à revelia do Parlamento, lançando uma pá de cal sobre a democracia de Weimar.

Uma vez munidos de poderes praticamente absolutos, os nazistas nos fariam testemunhar alguns dos episódios mais obscuros da experiência humana. As perseguições implacáveis a adversários políticos, a miséria e a doença nos guetos, o sofrimento nos campos de concentração e os massacres sangrentos contra minorias ceifariam milhões de vidas e nos ensinariam que o sono da democracia, tal como o da razão, também é capaz de produzir monstros.[7] Autênticos pesadelos ditados por ditadores.[8] Em carta endereçada ao seu chefe de gabinete após visita a um dos referidos campos em abril de 1945, Dwight Eisenhower, futuro presidente dos Estados Unidos, escreveu: "As coisas que eu vi superam todas as descrições... As evidências visuais e os testemunhos verbais de fome, crueldade e bestialidade foram tão poderosos que me deixaram enojado."[9]

Porém, mesmo antes que essa escalada anti-humanitária atingisse o seu clímax durante a Segunda Guerra Mundial, houve quem tivesse a coragem de denunciar os perigos que a consagração do autoritarismo pelas vias democráticas representava para a própria sobrevivência da democracia. Em 1937, já exilado nos Estados Unidos, o constitucionalista alemão Karl Loewenstein escreveu um influente artigo,[10] dividido em duas partes, no qual defendeu que a

---

[7] Faz-se referência, aqui, à gravura *El sueño de la razón produce monstruos*, de autoria do pintor espanhol Francisco de Goya, que, de alguma maneira, "fornece uma visão microcósmica, mas emocionalmente ampliada e 'terrível', do colapso de um otimismo utópico que informa a Era da Razão e do Iluminismo". (MOFFIT, John F. "Goya's 'Sleep of Reason Produces Monsters': Another Look at the Renaissance and Romantic Contexts of 'La Fantasía'". *Source: Notes in the History of Art*, vol. 24, n° 01, 2004, p. 38, tradução livre)

[8] Por vezes, tais pesadelos deixam de ser metáfora política para se manifestarem no inconsciente das próprias pessoas, como comprova a pesquisa feita pela jornalista Charlotte Beradt a partir de sonhos que alemães comuns tiveram após a ascensão de Adolf Hitler ao poder. Cf. BERADT, Charlotte. *Sonhos no Terceiro Reich*. Tradução de Silvia Bittencourt. São Paulo: Três Estrelas, 2017.

[9] Citado em AMBROSE, Stephen E. *The Supreme Commander*: The War Years of Dwight D. Eisenhower. New York: Anchor Books, 2012, p. 659 (tradução livre).

[10] Cf. LOEWENSTEIN, Karl. "Militant Democracy and Fundamental Rights, I". *The American Political Science Review*, vol. XXXI, n° 03, 1937, pp. 417-432; e LOEWENSTEIN, Karl. "Militant Democracy and Fundamental Rights, II". *The American Political Science Review*, vol. XXXI, n° 04, 1937, pp. 638-658.

participação de certos grupos na cena eleitoral deve ser drasticamente reduzida, como forma de se garantir um dos principais objetivos de toda ordem constitucional, qual seja, a continuidade democrática de um país. A ela, Loewenstein deu o nome de *democracia militante*.

É certo que já se passaram mais de oitenta anos desde a publicação do referido artigo. Do mesmo modo, os programas patrocinados pelos nazistas alemães e pelos fascistas do início do século XX foram derrotados nas trincheiras, à custa de muito suor, sangue e lágrimas. Contudo, as discussões sobre democracia militante ainda não cessaram. A bem da verdade, o conceito vem sendo cada vez mais revisitado mundo afora, tendo em vista a nova crise das democracias constitucionais ao redor do globo e o fortalecimento de movimentos, de partidos e de candidatos associados à negação de direitos fundamentais e à rejeição de garantias básicas para o bom funcionamento dos regimes democráticos.[11]

No caso específico do Brasil – hoje sob o governo de um presidente que o filósofo Jason Stanley caracteriza como "o mais radical dos líderes de extrema direita" –,[12] soma-se à complexa equação da democracia militante uma variável ainda mais perversa. É que, em sendo o nosso modelo de financiamento de campanhas essencialmente público,[13] não se pode ignorar a existência de uma situação paradoxal, na qual o próprio sistema democrático poderia estar contribuindo materialmente para a sua potencial destruição. Em outras palavras, partidos e candidatos poderiam vir a se utilizar de recursos públicos voltados ao fortalecimento do caráter plural das disputas eleitorais para garantir a vitória de projetos políticos antidemocráticos. Como solucionar essa verdadeira encruzilhada constitucional?

Via de regra, os textos normativos contemplam o princípio da democracia militante por meio de dispositivos que proíbem a criação de organizações e de partidos políticos fundados em bandeiras contrárias ao núcleo dos valores democráticos.[14] Não são raros preceitos dessa natureza – alguns concebidos em termos mais brandos, outros redigidos de modo mais

[11] O crescente interesse da literatura especializada sobre o conceito de democracia militante também possui ligação com a questão do extremismo islâmico e do combate ao terrorismo. O presente trabalho, todavia, aborda o tema essencialmente sob o prisma da crise das democracias constitucionais, sobretudo por razões de cunho metodológico. Nesse sentido, não será analisada a Lei n° 13.260/2016, que regulou e criminalizou, no Brasil, a prática de atos terroristas.

[12] Cf. STANLEY, Jason. "A democracia brasileira". *Quatro Cinco Um*, ano 04, n° 33, 2020.

[13] Cf. SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. ADI n° 4.650, Tribunal Pleno, Rel. Min. Luiz Fux, DJe 24/02/2016.

[14] A rigor, o próprio conceito de democracia militante está tipicamente associado ao banimento de partidos políticos. Cf. ELLIAN, Afshin; RIJPKEMA, Bastiaan. "Introduction". In: ELLIAN, Afshin; RIJPKEMA, Bastiaan (ed.). *Militant Democracy*: Political Science, Law and Philosophy. Cham: Springer, 2018, p. 02.

contundente. É o que se depreende, a título meramente ilustrativo, da leitura da Constituição alemã (Artigos 9.2 e 21.2), da Lei Básica do Knesset israelense (Seção 7A.a) e dos textos constitucionais da Bulgária (Artigos 11.2 e 11.4), da Croácia (Artigos 6.2 e 43.2), da Lituânia (Artigo 35), de Portugal (Artigo 46.4), da Polônia (Artigo 13), da República Checa (Artigo 5), da Romênia (Artigos 8.2 e 40.2) e da Turquia (Artigos 33, 68 e 69).

A própria Constituição brasileira parece adotar um modelo de democracia militante. Nos termos do seu art. 17, *caput*, "[é] livre a criação, fusão, incorporação e extinção de partidos políticos, **resguardados a soberania nacional, o regime democrático, o pluripartidarismo, os direitos fundamentais da pessoa humana** [...]" (grifos acrescentados). Ora, se a Carta Maior contempla que a criação de partidos políticos deve observar valores cruciais como a democracia, o pluripartidarismo e o respeito aos direitos fundamentais dos indivíduos, *a contrario sensu*, é proibida a existência de agremiações partidárias que rejeitem esses valores. Ademais, está previsto, no § 4º desse mesmo dispositivo, que "[é] vedada a utilização pelos partidos políticos de organização paramilitar", reforçando o que prevê o art. 5º, inciso XVII, do texto constitucional, segundo o qual "é plena a liberdade de associação para fins lícitos, vedada a de caráter paramilitar".

Sob perspectiva semelhante, o conceito já foi analisado, discutido e aplicado em âmbito internacional, com base em cláusulas que vedam o abuso no exercício de direitos humanos. É o caso, *e.g.*, da interpretação de determinados órgãos internacionais acerca do Artigo 17 da Convenção Europeia de Direitos Humanos, o qual prevê, sob a rubrica "Proibição do abuso de direito", que nenhuma das disposições do referido tratado pode ser interpretada de modo a garantir a um Estado, grupo ou indivíduo "qualquer direito de se dedicar a atividade ou praticar atos com vistas à destruição dos direitos ou liberdades reconhecidos na presente Convenção ou a maiores limitações de tais direitos e liberdades do que as previstas na Convenção".[15] Dispositivos similares podem ser encontrados em outros documentos internacionais, tais como a Convenção Americana de Direitos Humanos (Artigo 29), o Pacto Internacional sobre Direitos

[15] Cf. DE MORREE, Paulien. *Rights and Wrongs Under the ECHR:* The Prohibition of Abuse of Rights in Article 17 of the European Convention on Human Rights. Cambridge – Antuérpia – Portland: Intersentia, 2016, pp. 147-246; MACKLEM, Patrick. "Militant democracy, legal pluralism, and the paradox of self-determination". *International Journal of Constitutional Law*, vol. 04, n° 03, 2006, pp. 488-516; e WALTER, Christian. "Interactions between International and National Norms: Towards an Internationalized Concept of Militant Democracy". In: ELLIAN, Afshin; RIJPKEMA, Bastiaan (ed.). *Militant Democracy*: Political Science, Law and Philosophy, op. cit., pp. 79-94.

Civis e Políticos (Artigo 5.1) e o Pacto Internacional sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (Artigo 5.1).

No entanto, por mais que a previsão de mecanismos normativos de autodefesa democrática seja essencial para que a democracia não se transmude em uma missão kamikaze,[16] existe certa tensão entre o princípio em exame e preceitos igualmente fundamentais para o ordenamento constitucional, tais como os direitos ligados à livre expressão, à livre associação e à livre participação política. Do mesmo modo, a adoção de um modelo militante de democracia gera perplexidades institucionais que não devem ser ignoradas. Nesse sentido, ressaltam-se, por exemplo, os riscos subjacentes à sua aplicação pelos poderes públicos. Não se está, portanto, diante de questões fáceis, triviais ou simplórias; e é nesse contexto que se insere o presente trabalho.

Aqui, o conceito de democracia militante será analisado ao longo de cinco capítulos, acompanhados de uma conclusão. O primeiro tratará dos processos de erosão e crise das democracias constitucionais neste início de século, pois, como mencionado, esse tema reavivou o interesse da academia no conceito, demonstrando que não se trata de uma ideia "isolada, antiquada e abstrata".[17] Para tanto, será analisada brevemente a tendência mundial de regressão democrática causada pelo crescimento do populismo autoritário a partir do que Wendy Brown chamou de "ruínas do neoliberalismo",[18] assentando-se, ainda, algumas considerações sobre como o Brasil se insere nesse novo cenário, haja vista a eleição de Jair Bolsonaro para presidente da República em 2018. Sabe-se que leituras a quente correm o risco de não envelhecer muito bem. No entanto, não é possível falar sobre democracia militante sem olhar para as provações pelas quais passam os regimes democráticos nos dias de hoje. Escrever também é contextualizar. Daí por que se optou por trazer o assunto à baila, ainda que no calor do momento.

---

[16] Esse trecho se inspira na advertência feita pelo *Justice* Robert H. Jackson no julgamento do caso *Terminiello v. Chicago*, 337 U.S. 1 (1949). Para ele, não se poderia interpretar a Constituição de modo a convertê-la em um pacto suicida.

[17] TYULKINA, Svetlana. "Militant democracy as an inherent quality of a democratic state". In: MALKOPOULOU, Anthoula; KIRSHNER, Alexander S. (ed.). *Militant Democracy and Its Critics*. Edinburgh: Edinburgh University Press, 2019, p. 209.

[18] Cf. BROWN, Wendy. *Nas ruínas do neoliberalismo*: a ascensão da política antidemocrática no ocidente. Tradução de Mario A. Marino e Eduardo Altheman C. Santos. São Paulo: Politeia, 2019.

Já o segundo capítulo examinará o conceito original de democracia militante, com natural enfoque para as contribuições teóricas do seu precursor, Karl Loewenstein. O principal objetivo dessa seção do trabalho será demonstrar que, muito embora correto em seu diagnóstico, o constitucionalista alemão partiu de pressupostos equivocados. Como se verá, Loewenstein justificou o uso de medidas militantes ao contrapor, de um lado, a democracia como regime essencialmente baseado em razões e resultados e, de outro lado, o fascismo como estratégia não ideológica de tomada e manutenção do poder, calcada em emoções.[19] Tal fundamentação, por ignorar que a democracia também se faz com sentimentos[20] e que o autoritarismo apela à determinada pauta de ideias,[21] deve ser repensada, sob pena de se erigir um edifício teórico de alicerces frágeis. O capítulo também analisará outro grande ponto cego da teoria de Loewenstein – a questão dos limites da tolerância – para responder por que "mesmo uma sociedade tolerante e democrática deve ser capaz de fiscalizar as suas frágeis fronteiras".[22]

O terceiro capítulo, a seu turno, explorará os desafios subjacentes à adoção de um modelo militante de democracia. Dessa forma, serão analisados três tipos de dificuldades. A primeira, de natureza material, diz respeito ao problema do fundamento a ser dado ao conceito. Por se tratar de princípio que torna possível a restrição de direitos essenciais, é necessário buscar uma justificativa sólida à sua aplicação, para além das premissas equivocadas de Loewenstein ou de outras compreensões igualmente perigosas ou limitadas, que vinculam a democracia militante ao combate seja de doutrinas alegadamente extremistas (*antiextremismo*), seja de futuras manifestações de experiências autoritárias históricas (*republicanismo negativo*).[23] Nessa linha, este trabalho defenderá que existem duas leituras de democracia capazes de fornecer o arcabouço teórico de que carece o conceito analisado.

---

[19] Cf. LOEWENSTEIN, Karl. "Militant Democracy and Fundamental Rights, I", op. cit., pp. 423-424 e 428.

[20] Cf. HOGGETT, Paul; THOMPSON, Simon. "Toward a Democracy of the Emotions". *Constellations*, vol. 09, n° 01, 2002, pp. 106-126.

[21] Cf. STERNHELL, Zeev. "How to Think about Fascism and its Ideology". *Constellations*, vol. 15, n° 03, 2008, p. 280-290.

[22] ISSACHAROFF, Samuel. *Fragile Democracies*: Contested Powers in the Era of Constitutional Courts. New York: Cambridge University Press, 2015, p. 123 (tradução livre).

[23] Cf. MÜLLER, Jan-Werner. "Militant Democracy". In: ROSENFELD, Michel; SAJÓ, András (ed.). *The Oxford Handbook of Comparative Constitutional Law*. Oxford: Oxford University Press, 2012, p. 1254-1269; e NIESEN, Peter. "Anti-extremism, Negative Republicanism, Civic Society: Three Paradigms for Banning Political Parties". In: ZUMBANSEN, Peer; MILLER Russell A. (ed.). *Annual of German and European Law 2003*. Oxford: Berghahn, 2004, pp. 81-112.

Uma dessas leituras está ligada à ideia, suscitada pelo jurista holandês George van den Bergh em palestra sobre a necessidade de se reagir a partidos de tendências autoritárias,[24] de que os regimes democráticos oferecem o aparato necessário a que os cidadãos possam reconsiderar – ou, quando possível, reverter – todas as decisões tomadas no passado. Para essa concepção, a única decisão que não pode ser reconsiderada ou revista é, logicamente, a da abolição dos próprios fundamentos do regime democrático, uma vez que o seu cumprimento implicará a destruição da natureza autocorretiva da democracia. Sendo assim, qualquer tentativa de aniquilação dos pressupostos funcionais da democracia como processo de permanente autocorreção – a saber: (i) a participação popular na avaliação do governo mediante o exercício do direito de voto, (ii) a competição política por meio do pluripartidarismo e do sufrágio passivo, e (iii) o livre debate de ideias[25] – abre margem para a incidência da democracia militante.

A outra leitura pertinente ao objeto deste trabalho diz respeito à democracia substantiva, com fulcro em uma interpretação constitucional dos regimes democráticos.[26] Como será visto, as ameaças que hoje recaem sobre tais sistemas de representação popular não colocam em risco apenas a higidez das suas condições procedimentais. Com efeito, os novos movimentos autoritários, na maior parte das vezes, valem-se do princípio da maioria para corromper por dentro, de maneira gradual, os alicerces do Estado de Direito, que a substância das democracias visa salvaguardar. Cuida-se, mais especificamente, de ameaças ao imperativo de restrição ao exercício do poder político, por meio do ataque aos direitos fundamentais, consubstanciado (iv) na outorga de tratamentos injustificadamente discriminatórios, (v) na incitação à violência ou em discursos de ódio contra minorias vulneráveis, e (vi) da erosão dos mecanismos de separação funcional do poder.[27] Portanto, o uso da democracia militante também pode ser fundamentado no dever de proteção material desses valores, que, ao instituírem verdadeiras amarras aos governantes de plantão, ocupam o centro das democracias constitucionais.

---

[24] Cf. VAN DEN BERGH, George. *De democratische staat en de niet-democratische partijen*. Amsterdã: De Arbeiderspers, 1936, pp. 09-10.

[25] Cf. RIJPKEMA, Bastiaan. *Militant Democracy*: The Limits of Democratic Tolerance, op. cit., pp. 140, ss.

[26] Cf. DWORKIN, Ronald. *O direito da liberdade*: a leitura moral da Constituição norte-americana. Tradução de Marcelo Brandão Cipolla. São Paulo: Martins Fontes, 2006, pp. 01-59.

[27] Cf. ADVISORY COUNCIL ON INTERNATIONAL AFFAIRS – AIV. "The will of the people? The erosion of democracy under the rule of law in Europe". *Advisory Reports*, n° 104, 2017, pp. 05-09. Disponível eletronicamente em:<https://www.advisorycouncilinternationalaffairs.nl/documents/publications/2017/06/02/the-will-of-the-people>. Acesso em: 30 de junho de 2019.

Conforme antecipado, afora a questão da justificativa do conceito, serão analisadas, no terceiro capítulo, outras duas dificuldades. Uma delas toca o ponto do seu mau uso pelas instituições competentes. Por ser um mecanismo à disposição de pessoas falhas, a democracia militante pode ser utilizada de maneira equivocada ou instrumentalizada não para a defesa do regime democrático, mas sim para a perseguição de adversários políticos ou para a promoção de interesses particulares, o que deve ser levado em conta, de modo a se pensar em mecanismos de controle da aplicação de providências de autodefesa democrática, como a depuração de erros e abusos por meio do processo judicial, as formas de (auto)contenção dos diversos gargalos institucionais envolvidos no emprego dessas providências, e a supervisão feita por cortes internacionais. Ademais, há a dificuldade prática, relacionada às dúvidas acerca da real eficácia de medidas militantes, ou mesmo às suspeitas quanto às possíveis consequências negativas oriundas da sua incidência concreta. Tais questões, portanto, também serão dissecadas e respondidas neste trabalho.

O quarto capítulo apresentará possíveis diretrizes para a aplicação do conceito de democracia militante no Brasil. A proposta de operacionalização partirá da premissa de que a narrativa da Constituição de 1988, fundada na absoluta recusa da ditadura civil-militar que vigorou no país entre 1964 e 1985, é compatível com a adoção de medidas restritivas de contenção do autoritarismo, em prol do projeto inaugurado pela redemocratização. As cartas políticas carregam consigo histórias constitucionais. "São *histórias* constitucionais porque são histórias sobre a Constituição como um projeto de política e de ação humanas. São histórias *constitucionais*, porque constituem um povo como um povo a quem a Constituição pertence, que carrega o seu projeto adiante ao longo do tempo".[28] O princípio da democracia militante, extraível do art. 17, *caput*, CF/88, revela que, diante destes tempos estanhos que atravessamos, é preciso revisitar essa narrativa nada imparcial de busca pela nossa emancipação coletiva para fazer a democracia brasileira acordar do seu pesadelo autoritário.

Em seguida, será definido o âmbito de incidência da teoria no contexto jurídico-constitucional brasileiro. Para tanto, este trabalho se valerá das duas justificativas materiais para a democracia militante já mencionadas – a ideia de democracia como autocorreção e o conceito de democracia substantiva – para sustentar que é possível mobilizar o conceito com o intuito

[28] BALKIN, Jack M. *Constitutional Redemption*: political faith in an unjust world. Cambridge: Harvard University Press, 2011, p. 02, tradução livre e grifos originais)

(i') de proteger o sufrágio ativo; (ii') de defender o pluripartidarismo e o sufrágio passivo; (iii') de tutelar a liberdade de expressão; (iv') de garantir a igualdade formal, (v') de coibir a violência e o *hate speech*; e (vi') de assegurar a higidez do sistema de separação de poderes. Com essas diretrizes em mente, serão analisadas, já no quinto capítulo, a possibilidade de utilização do que aqui se chamará de *medidas restritivas de prevenção*, como o banimento de partidos políticos e a não concessão de registro para candidaturas individuais, que objetivam evitar a ascensão de grupos, movimentos ou agentes antidemocráticos às esferas de exercício do poder político.

Também será examinada a pertinência de se valer de *medidas restritivas de reação* em face daqueles que ameacem os direitos, princípios e garantias mencionados acima. Apesar de a democracia militante estar normalmente associada à adoção de mecanismos de caráter preventivo,[29] este trabalho proporá que é possível o uso militante de instrumentos jurídicos para lidar com cenários nos quais as forças antidemocráticas já ocupam o poder político, como o *impeachment*, a perda de mandatos parlamentares, o ajuizamento de ações populares e a aplicação da Lei n° 7.170/1985, também conhecida como Lei de Segurança Nacional, a agentes políticos. Nas palavras de Samuel Issacharoff, "policiar as fronteiras da política democrática quase invariavelmente requer avaliações contextuais" e "isso exige alguma consideração sobre os tipos de ameaças que as democracias enfrentam e as ferramentas legítimas disponíveis para confrontá-las".[30] Diante do caso concreto, pode ser imprescindível ir além do rol de expedientes mais usualmente relacionados à lógica preventiva da democracia militante, com o objetivo de enfrentar investidas autoritárias.

Por fim, será discutida a utilização das ditas *medidas imunizantes*. Isso porque, antes de ser necessário recorrer à imposição de restrições – preventivas ou reativas – a direitos políticos, deve-se pensar em maneiras de se vacinar os regimes democráticos contra o vírus do autoritarismo.[31] Como a proposta de operacionalização se debruçará sobre a realidade brasileira, a questão da imunização da democracia será debatida a partir de três pontos, que, vale frisar, consistem em temas em si mesmos. O primeiro diz respeito ao papel do Estado na promoção da igualdade material, como forma de preservar a democracia dos efeitos

[29] Cf. VINX, Lars. "Democratic equality and militant democracy". *Constellations*, 2020, p. 02.

[30] ISSACHAROFF, Samuel. *Fragile Democracies*: Contested Powers in the Era of Constitutional Courts, op. cit., p. 53 (tradução livre).

[31] Cf. PEDAHZUR, Ami. "The defending democracy and the extreme right: a comparative analysis". In: EATWELL, Roger; MUDDE, Cas (ed.). *Western Democracies and the New Extreme Right Challenge*. Londres e New York: Routledge, 2004, p. 116.

antidemocráticos da desigualdade profunda. Já o segundo se voltará à necessidade de se combater as novas frentes de intolerância por meio de medidas educativas. Por sua vez, o terceiro ponto será focado na instauração de uma política oficial de memória, tendo em vista a nova onda de revisionismo histórico que enaltece a ditadura militar e desafia a narrativa e os valores da Constituição de 1988.

A democracia, como a compreendemos, é um fenômeno relativamente novo na história do Ocidente,[32] e ninguém pode prever, com exatidão, os rumos que ela irá tomar. Ao contrário, todos os regimes democráticos se mantêm abertos aos mais diversos e imprevisíveis acontecimentos,[33] o que, se por um lado, alimenta justas expectativas em relação a dias melhores, por outro, serve como um alerta angustiado para possíveis revezes autoritários. Nesse contexto, parodiando Herbert Marcuse, a teoria da democracia militante, com todas as suas esperanças, assimila, em certa medida, a consciência aflita de uma eventual derrota do sistema democrático.[34] Por isso, esmiuçá-la, apresentando os seus pontos fortes e fracos, bem como lidando com as suas armadilhas, é um verdadeiro desafio, que este trabalho pretende enfrentar da maneira mais cautelosa possível.

[32] Cf. PRZEWORSKI, Adam. *Crises of Democracy*. Cambridge: Cambridge University Press, 2019, p. 16.

[33] Cf. ELLIAN, Afshin. "L'amour de la démocratie versus the Dictatorship of the Constitutional State (Rechtsstaat). The Defense in Democracy Itself". In: ELLIAN, Afshin; RIJPKEMA, Bastiaan (ed.). *Militant Democracy*: Political Science, Law and Philosophy, op. cit., pp. 153-188.

[34] A frase de Marcuse, na tradução para o português, é: "A consciência da derrota e até do desespero fazem parte da teoria e da sua esperança". Cf. MARCUSE, Herbert. "Prólogo". In: MARX, Karl. *O 18 de brumário de Luís Bonaparte*. Tradução de Nélio Schneider. São Paulo: Boitempo, 2011, p. 13.

1. SAPOS NA ÁGUA QUENTE: EROSÃO E CRISE DAS DEMOCRACIAS CONSTITUCIONAIS NO SÉCULO XXI

This is the way the world ends
This is the way the world ends
This is the way the world ends
Not with a bang but with a whimper.

T. S. Eliot[35]

1.1. Regressão democrática ao redor do mundo

Em 1989, pouco antes da queda do Muro de Berlim, o cientista político Francis Fukuyama escreveu um polêmico ensaio para a revista *The National Interest*. O texto, intitulado *"The End of History?"*, gerou reações enérgicas por parte dos mais diversos leitores, catapultando o nome de seu autor – até então um jovem de 36 anos, que havia largado o seu emprego em um *think tank* para ocupar o cargo de vice-diretor de Planejamento de Políticas no Departamento de Estado norte-americano – ao centro de um debate bastante espinhoso sobre o novo rumo das democracias, tendo como pano de fundo o desgaste cada vez mais palpável do projeto político soviético.

Para o bem ou para o mal, as reações ao artigo, apesar de sonoras, não foram exageradas. De fato, a tese de Fukuyama era bastante ousada. Segundo ele, o fim da Guerra Fria não marcaria apenas o encerramento de determinado período histórico, e sim o ocaso da própria história. A derrocada do comunismo representaria, de acordo com Fukuyama, o

[35] ELIOT, T.S. "The Hollow Men". In: *Poemas*. Organização, tradução e posfácio de Caetano W. Galindo. São Paulo: Companhia das Letras, 2018, p. 174.

desaparecimento do último obstáculo que o turbulento século XX colocara no caminho da universalização do ideário liberal-democrático. Em suas palavras, "o século que começou repleto de confiança no triunfo final da democracia liberal ocidental parece estar quase retornando ao seu ponto de partida: não a um 'fim da ideologia' [...], mas a uma vitória incontestável do liberalismo econômico e político".[36]

É verdade que, por algum tempo, os números se mostraram favoráveis à tese do triunfo definitivo das democracias constitucionais. De acordo com o *Polity Project*, a quantidade de regimes democráticos saltou de 52, em 1989, para 103, em 2015.[37] Na opinião de Jairo Nicolau, esse crescimento se deveu, sobretudo, "à transição dos países comunistas do Leste Europeu, ao fim das ditaduras latino-americanas e à criação de instituições democráticas em diversos países africanos recém-independentes".[38] Naqueles anos, nada parecia capaz de deter a maré democrática – ou o sorriso satisfeito no rosto de Francis Fukuyama.

A história, contudo, não tardaria a desmentir o arauto do seu suposto fim. Em pesquisa dedicada ao tema, Larry Diamond apontou que, neste início de século, as democracias constitucionais vêm atravessando um período de verdadeira recessão. Afirma o sociólogo que alguns fatores são cruciais para esse cenário tão alarmante. Dentre eles, destacam-se a verificação de uma taxa significativa e acelerada de episódios de colapso democrático; o declínio da qualidade e da estabilidade das democracias em países economicamente emergentes; o aprofundamento do autoritarismo, inclusive em nações grandes e estrategicamente importantes; e o mau desempenho de democracias já consolidadas, o que afeta a promoção eficiente de valores democráticos no plano internacional.[39] Em igual direção, a *Freedom House* – organização que monitora o funcionamento dos regimes democráticos ao redor do mundo – apontou, em seu relatório mais recente, que 2018 foi o décimo terceiro ano

---

[36] FUKUYAMA, Francis. "The End of History?". *The National Interest*, n° 16, 1989 (tradução livre). Disponível eletronicamente em: <https://www.embl.de/aboutus/science_society/discussion/discussion_2006/ref1-22june06.pdf>. Acesso em: 01 de julho de 2019. O autor desenvolveu melhor os seus argumentos em FUKUYAMA, Francis. *The End of History and the Last Man*. New York: The Free Press, 1992.

[37] Cf. PINKER, Steven. *Enlightenment Now*: The Case for Reason, Science, Humanism, and Progress. New York: Penguin Books, 2018, p. 203.

[38] NICOLAU, Jairo. "Prefácio". In: LEVITSKY, Steven; ZIBLATT, Daniel. *Como as democracias morrem*. Tradução de Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Zahar, 2018, p. 07.

[39] Cf. DIAMOND, Larry. "Facing Up to the Democratic Recession". *Journal of Democracy*, vol. 26, n° 01, 2015, p. 144.

consecutivo de declínio global na proteção das liberdades, e consignou: as democracias estão em retrocesso.[40]

Como se pode imaginar, as razões específicas por trás dos processos de regressão democrática variam – em tipo, extensão e profundidade – de país para país. Nada obstante, existe um elemento que parece comum à maioria dos casos de crise, qual seja, o surgimento de uma nova onda de líderes cuja retórica se aproveita das contradições e das divisões estimuladas pela erosão do pacto hegemônico até então vigente na economia política. Com os mais recentes episódios de colapso financeiro, ficou claro que os processos de precarização da mão de obra e da rede de proteção social – fenômenos típicos do que se convencionou chamar "neoliberalismo"[41] – criaram massas de insatisfeitos tanto à esquerda quanto à direta do espectro político. Nos Estados Unidos, por exemplo, o *Occupy Wall Street* e o *Tea Party* nasceram do mesmo útero, a crise do *subprime*.[42]

Deu-se origem, assim, ao que Chantal Mouffe caracterizou como *momento populista*: "a expressão de diversas resistências às transformações políticas e econômicas observadas durante os anos de hegemonia neoliberal".[43] Sabe-se que o populismo não é nenhuma novidade na história das ideias políticas,[44] porém o que se revela marcante, na atual conjuntura, é a tendência generalizada de consagração eleitoral de populistas intrinsecamente embrutecidos e

---

[40] Cf. FREEDOM HOUSE. *Freedom in the World 2019*, p. 01. Disponível eletronicamente em: <https://freedomhouse.org/sites/default/files/Feb2019_FH_FITW_2019_Report_ForWeb-compressed.pdf>. Acesso em: 01 de julho de 2019.

[41] Nas palavras de Wendy Brown, "o neoliberalismo é mais comumente entendido como a implementação de um conjunto de políticas econômicas enraizadas na afirmação dos livres mercados. Tais políticas incluem a desregulação de indústrias e de fluxos de capital; a redução radical das utilidades do Estado de Bem-Estar Social e das proteções aos vulneráveis; a privatização e a terceirização de bens e serviços públicos, desde educação, parques, correios, estradas e previdência social até prisões e serviços militares; a substituição de tributos progressivos por tributos regressivos e esquemas de tarifa; o fim da redistribuição de renda como política econômica ou social; a conversão de todas as necessidades ou desejos humanos em empreendimentos lucráveis, da preparação para o vestibular até o transplante de órgãos, da adoção de crianças aos direitos de emissão, de evitar filas a garantir mais espaço para as pernas em um avião; e, mais recentemente, a financeirização de tudo e o crescente domínio do capital financeiro sobre o capital produtivo na dinâmica da economia e da vida cotidiana". (BROWN, Wendy. *Undoing the Demos:* Neoliberalism's Stealth Revolution. New York: Zone Books, 2015, p. 28, tradução livre)

[42] Cf. MARQUES, Victor. "Prefácio à edição brasileira: O velho está morrendo e o novo sempre vem". In: FRASER, Nancy. *O velho está morrendo e o novo não pode nascer*. Tradução de Gabriel Landi Fazzio. São Paulo: Autonomia Literária, 2020, pp. 07-31.

[43] Cf. MOUFFE, Chantal. *Por um populismo de esquerda*. Tradução de Daniel de Mendonça. São Paulo: Autonomia Literária, 2019, p. 33.

[44] Cf. ABROMEIT, John et al. (ed.). *Transformation of populism in Europe and the Americas*: history and recent tendencies. London: Bloomsbury, 2016.

intolerantes, cujos projetos afrontam, de maneira sistemática, as bases do Estado Democrático de Direito. Essas forças autoritárias, conforme aponta Wendy Brown, exibem-se a partir dos escombros do neoliberalismo, mas sempre se alimentaram das substituições realizadas pela governança neoliberal: a moralidade reacionária no lugar da emancipação social, a lógica do mercado no lugar do sentimento político, os tribalismos no lugar do bem público.[45]

Apesar da sua fluidez conceitual, o populismo pode ser definido, em linhas gerais, como "uma ideologia que divide a sociedade em dois grupos homogêneos e antagônicos, 'o povo puro' *versus* 'a elite corrupta', e que defende que a política deve ser a expressão da *volonté générale* (vontade geral) do povo".[46] Sob viés semelhante, Pippa Norris alega se tratar de um estilo de governo caracterizado (i) pelo apelo retórico a uma autoridade fundamentada na soberania popular e na regra da maioria, (ii) pelo questionamento da legitimidade do sistema (*establishment*), composto por classes privilegiadas e poderosas, e (iii) pela presença de um dissidente (*outsider*), que alega ser o porta-voz das pessoas comuns.[47] Há, nesse discurso, um forte componente de fragmentação, que potencializa e é potencializado pelo acirramento dos conflitos na internet.

Como se sabe, a experiência virtual é uma experiência personalizada: a cada clique, a cada curtida, a cada compartilhamento, os algoritmos selecionam, controlam e limitam as informações às quais os usuários têm acesso, formando bolhas que não se comunicam entre si.[48] Essa interação por nichos, de um lado, engessa a cosmovisão das pessoas, ao restringi-las àquele universo composto somente por quem pensa de maneira igual a elas, e, de outro lado, gera efeitos verdadeiramente polarizantes, o que contribui para a balcanização das visões e dos comportamentos políticos de cada um.[49] Sem dúvida, o contato entre indivíduos com perspectivas de vida parecidas é muito mais fácil que entre pessoas sem nenhum tipo de afinidade intelectual, e talvez seja da natureza humana buscar estreitar laços com quem se possa

---

[45] Cf. BROWN, Wendy. *Nas ruínas do neoliberalismo*: a ascensão da política antidemocrática no ocidente, op. cit., pp. 15-16.

[46] MUDDE, Cas. "The Populist Zeitgeist". *Government and Opposition*, vol. 39, n° 03, 2004, p. 543 (tradução livre).

[47] Cf. NORRIS, Pippa. "Is Western Democracy Backsliding? Diagnosing the Risks". *HKS Faculty Research Working Paper Series*, n° RWP17-012, 2017, p. 11.

[48] Cf. PARISER, Eli. *The Filter Bubble*: How the New Personalized Web Is Changing What We Read and How We Think. New York: Penguin Press, 2011.

[49] Cf. SUNSTEIN, Cass R. *#republic*: Divided Democracy in the Age of Social Media. Princeton: Princeton University Press, 2017, pp. 59-97.

nutrir interesses em comum. O problema é que, "se diversos grupos estão vendo e ouvindo pontos de vista radicalmente diversos, ou focando em tópicos bastante diferentes, é possível que a compreensão mútua se torne mais difícil, e pode ser muito mais penoso para essas pessoas resolver problemas que a sociedade deve enfrentar em conjunto".[50] Para as grandes corporações digitais, nada disso importa, desde que os anúncios continuem garantindo mais acessos, e os acessos, maiores receitas.[51]

Nesse contexto de comunicação intensamente polarizada, a edificação de consensos em torno de valores centrais para a democracia, que possam ser compartilhados por todos os cidadãos, é ameaçada. Em alguns países – como no Brasil –, o crescimento do uso de *fake news* revela dificuldade adicional. É que, com a disseminação de notícias falsas, não apenas a comunicação, mas a própria verdade se balcaniza, criando-se obstáculos ainda maiores para a construção de um terreno comum sobre o qual seja possível erguer o edifício democrático. "Um dos efeitos da perda da realidade compartilhada", diz Ronaldo Lemos, "consiste na impossibilidade de debate racional. Basta olhar para as redes sociais. Há milhões de teses e de antíteses, mas não há síntese".[52] E é precisamente essa capacidade dialética de síntese que viabiliza a sobrevivência da democracia, sob a perspectiva tanto da formação e da conservação de consensos preliminares, quanto da formulação de alternativas mais eficazes para se solucionar os problemas da comunidade democrática.

A gramática perversa das *fake news* ganha eco ainda mais potente por meio do emprego de robôs, contas falsas e de pacotes de disparo em massa de mensagens, criando a ilusão de que as ideias por trás dessas notícias são ratificadas por milhões de indivíduos, quando, na verdade, não são.[53] Intensificam-se, assim, as consequências nocivas do que Cass Sunstein chamou de "cascatas cibernéticas", isto é, "processos de troca de informações nos quais um suposto fato ou ponto de vista se torna amplamente difundido apenas porque várias pessoas **parecem**

[50] Ibidem, p. 67 (tradução livre).

[51] Nas palavras da socióloga turca Zeynep Tufecki, "estamos construindo uma distopia apenas para que as pessoas cliquem em anúncios". (TUFECKI, Zeynep. "We're building a dystopia just to make people click on ads". *TEDGlobal*, setembro de 2017, tradução livre. Disponível eletronicamente em: <https://www.ted.com/talks/zeynep_tufekci_we_re_building_a_dystopia_just_to_make_people_click_on_ads>. Acesso em: 02 de julho de 2019)

[52] LEMOS, Ronaldo. "Diante da realidade, seis ficções epistemológicas". In: ABRANCHES, Sérgio et al. *Democracia em risco?*: 22 ensaios sobre o Brasil hoje. São Paulo: Companhia das Letras, 2019, p. 196.

[53] Cf. Ibidem, p. 201.

acreditar nele".[54] Tais cascatas, por ocorrerem em certos nichos virtuais e não em outros, ratificam, para os membros desses grupos, que a sua versão dos acontecimentos é verdadeira, por mais estapafúrdia que seja, e que as mensagens advindas de outros grupos, embora absolutamente verossímeis, são falsas. Cuida-se, pois, de fontes primárias de fragmentação,[55] nas quais se misturam o plano da comunicação político-partidária em sentido estrito – ou seja, debates sobre programas de governo, medidas econômicas, propostas sociais – e o que se tem de pior na internet, um rescaldo de misoginia, homofobia, racismo, pornografia degradante, elogio à violência e terraplanismo.[56] Prato cheio para certos líderes populistas.[57]

Pois bem. Há quem relacione o atual fortalecimento do populismo à impossibilidade ou à incapacidade das elites políticas de concretizarem as promessas constitucionais que visam à garantia de um maior bem-estar social.[58] A rigor, cada uma dessas promessas está relacionada ao atendimento de demandas específicas, que possuem natureza e objetivo próprios. A razão populista, contudo, transforma tais demandas no que Ernesto Laclau chamou de *"significantes vazios"*.[59] A partir das contribuições do teórico político argentino sobre o assunto,[60] pode-se afirmar que o populismo agrega, em uma mesma cadeia de equivalência, diversas reivindicações populares não atendidas pelo sistema político tradicional, e as utiliza, independentemente do seu significado original, para criar um forte sentimento de rejeição a esse mesmo sistema. Afinal, se as demandas do povo não foram atendidas, deve haver quem culpar – e o culpado não haverá de ser o povo.

Para Manuel Castells, a perda de confiança dos governados na atuação dos seus governantes consiste justamente na crise mais profunda da atualidade.[61] Com razão, afirma o

---

[54] SUNSTEIN, Cass R. *#republic*: Divided Democracy in the Age of Social Media, op. cit., p. 57 (tradução livre e grifos acrescentados).

[55] Cf. Ibidem, pp. 98, ss.

[56] Cf. LEMOS, Ronaldo. "Diante da realidade, seis ficções epistemológicas", op. cit., pp. 197-198.

[57] Cf. EMPOLI, Giuliano da. *Os engenheiros do caos*. Tradução de Arnaldo Bloch. São Paulo: Vestígio, 2019.

[58] Cf. TUSHNET, Mark. "Varieties of Populism". *German Law Journal*, vol. 20, n° 03, 2019, p. 384. Em sentido semelhante, cf. BERGER, Suzanne. "Populism and the Failures of Representation". *French Politics, Culture & Society*, vol. 35, n° 02, 2017, pp. 21-31.

[59] Cf. LACLAU, Ernesto. "Why do empty signifiers matter to politics?". In: HOWARTH, David (ed.). *Ernesto Laclau*: post-marxism, populism, and critique. Oxon e New York: Routledge, 2015, pp. 66-74.

[60] Cf. LACLAU, Ernesto. *La razón populista*. Tradução de Soledad Laclau. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2015, pp. 91-161.

[61] Cf. CASTELLS, Manuel. *Ruptura*: a crise da democracia liberal. Tradução de Joana Angélica d'Ávila Melo. Rio de Janeiro: Zahar, 2018.

sociólogo espanhol que "a força e a estabilidade das instituições dependem da sua vigência na mente das pessoas";[62] mas ocorre que "[m]ais de dois terços dos habitantes do planeta acham que os políticos não os representam, que os partidos (todos) priorizam os próprios interesses, que os parlamentos não são representativos e que os governos são corruptos, injustos, burocrático e opressivos".[63] Em contextos como esse, o discurso populista, de forte apelo moralizante e antissistêmico, ganha extraordinária adesão, e promove ruptura ainda mais profunda com relação à lógica de representação política vigente nos regimes democráticos.

Por conseguinte, alguns autores encaram populismo e democracia como se fossem antípodas. Segundo eles, os líderes populistas, ao assumirem para si o papel de representantes exclusivos do povo e rejeitarem a legitimidade daqueles a quem se opõem, aderem a um projeto antiplural de política, colocando-se, assim, em confronto direto com os mais fundamentais valores democráticos.[64] Foi com base nesse raciocínio, *e.g.*, que Jan-Werner Müller, em obra dedicada ao assunto, asseverou ser o populismo "algo como uma sombra permanente da democracia representativa moderna e um perigo constante".[65]

No entanto, nem todo populista é uma ameaça à democracia. Assim como Jano – o deus romano das mudanças, que possui mais de uma face, cada qual virada para uma direção diferente –, o populismo não ostenta apenas uma fisionomia, perene e inconfundível, "e sim uma variedade de formas, aptas a gerar consequências políticas profundamente diversas umas das outras".[66] Sob o viés do funcionamento da democracia e da proteção das bases do constitucionalismo, existe clara diferença, por exemplo, entre populistas que excluem da sua própria noção de povo os integrantes de certas minorias e os estrangeiros, tratando-os como traidores da vontade geral e fomentando intolerância, e populistas que usam do seu discurso e

[62] Ibidem, p. 12.

[63] Ibidem, p. 14.

[64] Cf. GALSTON, William A. *Anti-Pluralism*: The Populist Threat to Liberal Democracy. New Haven: Yale University Press, 2018, pp. 33-40; MOUNK, Yascha. "Prefácio à edição brasileira". In: *O povo contra a democracia*: por que nossa liberdade corre perigo e como salvá-la. Tradução de Cássio de Arantes Leite e Débora Landsberg. São Paulo: Companhia das Letras, 2019, pp. 07-13; e MÜLLER, Jan-Werner. *What is Populism?*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 2016, pp. 07-40.

[65] MÜLLER, Jan-Werner. *What is Populism?*, op. cit., p. 11 (tradução livre).

[66] BUGARIC, Bojan. "The two faces of populism: between authoritarian and democratic populism". *German Law Journal*, vol. 20, n° 03, 2019, p. 391 (tradução livre).

da sua influência carismática para criticar, ainda que muito duramente, as elites econômicas e as instituições financeiras.[67]

Daí por que muitos autores identificam diferentes padrões – democráticos e antidemocráticos – de populismo.[68] Se há, como receia Jan-Werner Müller, os populistas de retórica virulenta e excludente, que oprimem e marginalizam os que não se encaixam à sua definição de povo, existem também os populistas que visam, em última análise, à promoção de maior pluralismo na política tradicional, fazendo-o por meio da crítica à sub-representação de determinadas classes em meios dominados pelos interesses de grupos privilegiados. É o que aponta Robert Howse, ao distinguir o *mau populismo* e o *bom populismo*. Para ele, enquanto os maus populistas "atacam os direitos das minorias, apreendem e nacionalizam arbitrariamente os bens das 'elites', instituem tributos punitivos, deportam trabalhadores estrangeiros etc.", os bons populistas "taxam e regulam o grande e abastado empresariado, sem, todavia, impedi-lo de participar e de continuar a prosperar dentro da sociedade".[69]

Tese semelhante foi perfilhada, ainda em 1967, por Isaiah Berlin. Ao participar de conferência sediada na *London School of Economics and Political Science*, Berlin distinguiu o que ele mesmo chamou de *populismo real*, por ele caracterizado – de forma, inclusive, bastante apologética, deve-se admitir – como movimento baseado em "fraternidade, independência em relação à autoridade posta e, acima de tudo, igualdade",[70] e o *falso populismo*, espécie de degenerescência do primeiro. Em suas palavras:

> Falso populismo é o emprego das ideias populistas para outros fins que não aqueles aos quais os populistas aspiravam. Isto é, o seu emprego por bonapartistas, macartistas, ou pelos "amigos do povo russo", ou pelos fascistas, entre outros. Cuida-se simplesmente da mobilização de certo sentimento popular – digamos, hostilidade ao capitalismo, aos estrangeiros, aos judeus, ou ódio à organização econômica ou à sociedade de mercado, ou qualquer outro que se queira – para fins antidemocráticos. O sentimento mobilizado pode ser genuíno. [...] Sabe-se que demagogos desse tipo

[67] Cf. RODRIK, Dani. "Is Populism Necessarily Bad Economics?". *AEA Papers and Proceedings*, vol. 108, 2018, p. 196.

[68] Para um apanhado desses autores, cf. HALMAI, Gábor. "Populism, authoritarianism and constitutionalism". *German Law Journal*, vol. 20, n° 03, 2019, pp. 296-298.

[69] HOWSE, Robert. "Populism and Its Enemies". Versão revisada de trabalho apresentado no Workshop on Public Law and the New Populism, Jean Monnet Center, NYU Law School, mimeografado, 2017, p. 04 (tradução livre). Disponível eletronicamente em: <https://t.co/0H4PXdvi90>. Acesso em: 03 de julho de 2019.

[70] BERLIN, Isaiah. "To Define Populism". *The Isaiah Berlin Virtual Library*, p. 11 (tradução livre). Disponível eletronicamente em: <http://berlin.wolf.ox.ac.uk/lists/bibliography/bib111bLSE.pdf>. Acesso em: 03 de julho de 2019.

> [...] de fato simpatizavam com alguns sentimentos populistas, mas os empregavam com o fim de criar uma espécie de regime elitista e social ou racialmente desigual, o que é totalmente incompatível com os fundamentos – se não com a fraternidade, então, em algum grau, com a igualdade apaixonada – do movimento populista real.[71]

Tais esforços de diferenciação são especialmente relevantes nos dias de hoje. Isso porque algumas contribuições bastante recentes sobre o tema costumam estender a todas as vertentes do populismo, inclusive àquelas de raízes sociais e credenciais democráticas, as características inerentes apenas às suas manifestações mais antidemocráticas, muitas vezes identificadas com movimentos de extrema direita.[72] Por essas lentes, seria até possível dizer que Bernie Sanders e Donald Trump ocupam o mesmo *locus* no atual cenário político, o que é, sem dúvida, uma conclusão absurda. Mark Tushnet constatou a existência desse erro conceitual, e asseverou que a sua origem pode estar na tentativa de certos acadêmicos de neutralizar o seu próprio objeto de estudo, com o fito de evitar críticas políticas às suas teorias.[73]

O grande problema é que cálculos dessa natureza geram má compreensão e podem acabar legitimando abusos. Ângela de Castro Gomes aponta que, no Brasil dos anos de chumbo, o regime militar costumava se valer do populismo como pecha retórica para desacreditar e condenar publicamente lideranças e movimentos populares ligados à promoção de justiça social, como o presidente deposto João Goulart e o Partido Trabalhista Brasileiro.[74] A historiadora também assinala que o conceito "tem um significado preciso e incorporado à memória coletiva daqueles que, em graus variados, têm participação política: o de estigmatizador de políticos e da política em nosso país".[75] Disso decorre, aliás, a construção de arquétipos preconceituosos, como o do político invariavelmente enganador e o do povo que não sabe votar, "desdobramentos lamentáveis que, no limite e paradoxalmente, podem justificar a

[71] Ibidem, pp. 12-13 (tradução livre)

[72] Cf. FRANK, Thomas. "Forget Trump – populism is the cure, not the disease". *The Guardian*, 23 de maio de 2018. Disponível eletronicamente em: <https://www.theguardian.com/books/2018/may/23/thomas-frank-trump-populism-books>. Acesso em: 02 de julho de 2019.

[73] Cf. TUSHNET, Mark. "Comparing Right-Wing and Left-Wing Populism". In: GRABER, Mark A.; LEVINSON, Sanford; TUSHNET, Mark (ed.). *Constitutional Democracy in Crisis?*. Oxford: Oxford University Press, 2018, p. 639.

[74] Cf. GOMES, Ângela de Castro. "O Estado Novo e o debate sobre o populismo no Brasil". *Sinais Sociais*, vol. 09, n° 05, 2014, p. 28.

[75] GOMES, Ângela de Castro. "O populismo e as ciências sociais no Brasil: notas sobre a trajetória de um conceito". In: FERREIRA, Jorge (org.). *O populismo e sua história*: debate e crítica. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, p. 21.

supressão do voto em nome da 'boa política'".[76] Nesse diapasão, em vez de estimular a imparcialidade, leituras totalizantes do populismo abrem margem para usos enviesados e discriminatórios do conceito, que contribuem apenas para obscurecer ainda mais o debate.

É preciso, portanto, rejeitar essas abordagens genéricas, incapazes de trafegar pelas nuances subjacentes a um fenômeno tão complexo. Dito de outra forma, não se pode equiparar o "bom" populismo – democrático e inclusivo – ao "mau" populismo – antidemocrático e excludente –, na medida em que apenas este último contribui genuinamente para o declínio das democracias constitucionais. Do ponto de vista metodológico, talvez fosse até mais adequado abandonar o uso do termo "populismo" na análise dos processos de regressão democrática,[77] e buscar construir outro conceito, mais preciso, especialmente moldado a estes novos tempos de crise – o que, todavia, escapa (e muito) ao âmbito deste trabalho. Ainda assim, na falta de termo mais apropriado, não parece inteiramente equivocado se referir ao fenômeno, por ora, como *populismo autoritário* ou *autoritarismo populista*. E os exemplos, infelizmente, já são bastante numerosos.

Em 2010, o político de direita Viktor Orbán assumiu o posto de primeiro-ministro da Hungria, após a vitória acachapante de seu partido, a União Cívica Húngara (*Magyar Polgári Szövetség – FIDESZ*), nas eleições parlamentares daquele ano.[78] Orbán – que já havia exercido o mesmo cargo entre 1998 e 2002 – reascendeu à chefia do governo húngaro por meio de um discurso tipicamente populista, caracterizando o resultado do pleito de 2010 como uma "revolução das urnas" contra a suposta falência do sistema constitucional vigente no país desde 1989, com o fim do comunismo.[79] Uma vez no poder, Orbán e os seus aliados da FIDESZ, sem que houvesse suficiente deliberação ou participação dos grupos opositores,[80] editaram uma

[76] Ibidem, p. 21.

[77] Na linha do que afirma Gábor Halmai, "a categoria autoritária do populismo não é populismo verdadeiro", uma vez que "utiliza-se do populismo como retórica, sendo que as características mais comuns do populismo real, tais como o anti-elitismo, a antirrepresentação e a natureza antissistêmica, ou não são praticadas nos regimes populistas autoritários, ou, no melhor dos casos, funcionam como mero artifício discursivo para dissimular os objetivos autoritários desses populistas autocráticos" (HALMAI, Gábor. "Populism, authoritarianism and constitutionalism", op. cit., p. 313).

[78] Cf. DUNAI, Marton; THAN, Krisztina. "Hungary's Fidesz wins historic two-thirds mandate". *Reuters*, 25 de abril de 2010. Disponível eletronicamente em: <https://www.reuters.com/article/us-hungary-election/hungarys-fidesz-wins-historic-two-thirds-mandate-idUSTRE63O1KB20100425>. Acesso em: 08 de julho de 2019.

[79] Cf. HALMAI, Gábor. "A Coup Against Constitucional Democracy: The Case of Hungary". In: GRABER, Mark A.; LEVINSON, Sanford; TUSHNET, Mark (ed.). *Constitutional Democracy in Crisis?*, op. cit., p. 245.

[80] Cf. LANDAU, David. "Abusive Constitucionalism". *UC Davis Law Review*, vol. 47, n° 01, 2013, p. 209.

nova Constituição, que enfraqueceu os freios e contrapesos às decisões do governo, além de ter delegado às chamadas "leis cardinais" – a serem aprovadas por quórum qualificado de 2/3 dos parlamentares – a tarefa de regular grande parte dos dispositivos nela previstos, esvaziando a proteção de muitos direitos constitucionais e, ao mesmo tempo, dificultando a modificação de regras eleitorais mais benéficas ao novo primeiro-ministro e ao seu partido. Possibilitou-se, assim, que Orbán, com apoio de ampla maioria parlamentar, autoritariamente

> nomeasse seguidores leais para liderar emissoras de televisão estatais, para chefiar a comissão eleitoral e para dominar o tribunal constitucional do país, [...] mudasse o sistema eleitoral para se beneficiar, expulsasse corporações estrangeiras para canalizar dinheiro para seus correligionários, instituísse regras altamente restritivas sobre o funcionamento de ONGs e tentasse fechar a Universidade da Europa Central.[81]

Diante desses desdobramentos, não há dúvidas de que Viktor Orbán – hoje no seu terceiro mandato consecutivo – vem implementando na Hungria um projeto político não apenas diverso do paradigma liberal-democrático, mas hostil aos seus fundamentos. O próprio Orbán, em discurso proferido meses depois vitória da FIDESZ nas eleições de 2014, admitiu-o expressamente, ao afirmar que "nós [os húngaros] devemos abandonar os métodos e os princípios liberais de organização da sociedade, bem como o jeito liberal de olhar para o mundo", e que "o novo Estado que estamos construindo é um Estado iliberal, um Estado não liberal".[82] O panorama se mostra ainda mais obscuro quando se percebe que o principal oponente de Orbán na disputa eleitoral não é uma força progressista, mas sim Gábor Vona, político outrora filiado ao partido de extrema direita Movimento por uma Hungria Melhor (*Jobbik Magyarországért Mozgalom – Jobbik*), também de caráter populista autoritário, que defende políticas abertamente preconceituosas em relação a determinados grupos étnicos, como a população roma.[83]

Não muito longe dali, na Polônia, o então candidato do partido de direita Lei e Justiça (*Prawo i Sprawiedliwość – PiS*), Andrzej Duda, venceu o pleito presidencial de 2015. Desde

---

[81] MOUNK, Yascha. *The People vs. Democracy*: why our freedom is in danger and how to save it. Cambridge: Harvard University Press, 2018, p. 10 (tradução livre).

[82] THÓTH, Csaba. "Full text of Viktor Orbán's speech at Băile Tuşnad (Tusnádfürdő) of 26 July 2014". *The Budapest Beacon*, 29 de julho de 2014. Disponível eletronicamente em: <https://budapestbeacon.com/full-text-of-viktor-orbans-speech-at-baile-tusnad-tusnadfurdo-of-26-july-2014/>. Acesso em: 08 de julho de 2019.

[83] Cf. LUGOSI, Nicole. "Radical right framing of social policy in Hungary: between nationalism and populism". *Journal of International and Comparative Social Policy*, vol. 34, n° 03, 2018, pp. 210-233.

então, o país – que, à semelhança da Hungria, era visto como um exemplo de democracia transicional no caminho do sucesso[84] – testemunha uma verdadeira regressão democrática e constitucional, com o enfraquecimento dos mecanismos de separação de poderes e o aumento da intolerância contra estrangeiros.[85] Nas palavras de Wojciech Sadurski, "os oponentes do governo são tratados como traidores e adversários da própria nação", assim como a Constituição é considerada "um obstáculo incômodo para os planos do partido de situação"[86] e, por isso, vem sofrendo com uma série de violações diretas ao seu conteúdo – *e.g.*, a aprovação, sem fundamento para tal, de resolução parlamentar que tornou sem efeito a eleição de juízes do Tribunal Constitucional – ou de mudanças estatutárias travestidas de "emendas" – *e.g.*, a criação, por lei, do Conselho Nacional de Mídia, em substituição ao Conselho de Radiodifusão Nacional, previsto na Constituição.[87]

Sob perspectiva semelhante, a democracia constitucional na Turquia também passa por sérias turbulências nas mãos de Recep Tayyip Erdoğan. Primeiro-ministro do país de 2003 a 2014 e atual presidente da República, o fundador do Partido da Justiça e do Desenvolvimento (*Adalet ve Kalkınma Partisi – AKP*) já havia dito, em entrevista dada na década de 1990, que "a democracia é como um bonde – você anda nele até chegar ao seu destino, e depois salta".[88] Na chefia do Executivo, Erdoğan fez valer as suas palavras, lançando mão de muitos instrumentos para reprimir os seus opositores – por ele tidos como inimigos que conspiram contra os interesses do povo turco – e se manter no poder. Dentre tais instrumentos, destacam-se o ajuizamento de ações judiciais contra os críticos do seu governo, a criminalização da oposição por ilícitos de natureza não política – *e.g.*, evasão de divisas, fraude e lavagem de dinheiro – e mudanças formais na Constituição, que, entre outros fins, aumentaram os poderes presidenciais e fragilizaram instituições de controle, como o Judiciário.[89] Tais práticas, em

[84] Cf. CAROTHERS, Thomas. "The End of the Transition Paradigm". *Journal of Democracy*, vol. 12, n° 01, 2002, p. 09.

[85] Cf. FOMINA, Joanna; KUCHARCZYK, Jacek. "Populism and Protest in Poland". *Journal of Democracy*, vol. 27, n° 04, 2016, pp. 58-68.

[86] SADURSKI, Wojciech. "Constitutional Crisis in Poland". In: GRABER, Mark A.; LEVINSON, Sanford; TUSHNET, Mark (ed.). *Constitutional Democracy in Crisis?*,, op. cit., p. 259 (tradução livre).

[87] Cf. Ibidem, pp. 259-260.

[88] Cf. DICKSON, Del. *The People's Government*: an introduction to democracy. Cambridge: Cambridge University Press, 2014, p. 116.

[89] Cf. VAROL, Ozan O. "Stealth Authoritarianism in Turkey". In: GRABER, Mark A.; LEVINSON, Sanford; TUSHNET, Mark (ed.). *Constitutional Democracy in Crisis?*, op. cit., p. 339.

conjunto, caracterizam o que Ozan Varol chamou de "autoritarismo furtivo", isto é, "o uso por autocratas, ou por pretensos autocratas, de meios aparentemente legais para fins antidemocráticos".[90]

A situação da democracia turca se tornou ainda mais grave depois de julho de 2016. Ao ser informado de que um golpe de Estado, planejado por oficiais militares de baixa patente, estava em curso, Erdoğan chamou a população a resistir e, em poucas horas, a intentona foi sufocada.[91] Esse foi o pretexto perfeito para que o líder do AKP perdesse o pudor: em menos de uma semana depois dessa data, foram presos mais de 6.800 soldados, 2.700 juízes e promotores (incluindo dois membros do Tribunal Constitucional do país) e dezenas de governadores, cerca de 50.000 servidores públicos civis foram removidos de seus cargos, assim como 21.000 licenças de docentes de escolas particulares foram cassadas e quase 1.600 reitores de universidades foram obrigados a renunciar aos seus postos.[92] Posteriormente, em 2017, Erdoğan ainda convocou, em pleno estado de emergência, um referendo popular, por meio do qual se aprovou um pacote de emendas constitucionais que aboliu o cargo de primeiro-ministro, conferindo ao presidente poderes quase absolutos.[93] A Turquia, enfim, saltou do bonde da democracia.

A partir desses casos, nota-se que uma das principais estratégias utilizadas pelos populistas autoritários é a utilização de mecanismos legítimos de alteração formal dos textos constitucionais, de modo a perverter a natureza democrática das cartas políticas. David Landau foi um dos autores que primeiro diagnosticaram o problema, dando-lhe o nome de *"constitucionalismo abusivo"*. Para ele, governantes como Orbán, Duda e Erdoğan se utilizam da aprovação de emendas constitucionais – ou mesmo da elaboração de novas Constituições – com o objetivo de alterar importantes regras eleitorais, tornando-as significativamente mais desfavoráveis aos seus opositores, bem como para atacar direitos e garantias conferidos aos indivíduos em geral e a grupos minoritários em especial.[94]

---

[90] Ibidem, op. cit., p. 339 (tradução livre).

[91] Cf. RUNCIMAN, David. *How Democracy Ends*. New York: Basic Books, 2018, pp. 51, ss.

[92] Cf. VAROL, Ozan O. "Stealth Authoritarianism in Turkey", op. cit., p. 352.

[93] Cf. Ibidem, p. 353.

[94] Cf. LANDAU, David. "Abusive Constitucionalism", op. cit., p. 196.

A consequência da adoção de técnicas abusivas de mudança das Constituições é a gradual erosão dos próprios regimes democráticos. Em outras palavras, não são necessários quadros de crise constitucional aguda para que as democracias se tornem disfuncionais.[95] Na verdade, antes mesmo que os desacordos entre os diversos grupos sociais em disputa extravasem a fronteira da política tradicional – descambando, não raras vezes, para a anomia e para a violência –, é possível perceber o mau funcionamento dos regimes democráticos, que vão se tornando paulatinamente mais responsivos aos anseios de determinados grupos e menos devotados à realização do bem público.[96]

Mesmo os Estados Unidos, grandes baluartes da democracia liberal no mundo, estão atravessando um processo de franco *"apodrecimento constitucional"*, na expressão cunhada por Jack Balkin. Segundo o autor, a eleição de Donald Trump só fez agravar o desgaste de um sistema em que os cidadãos deixaram de confiar em seu governo, a polarização política atingiu graus alarmantes, o nível de desigualdade econômica entre os cidadãos aumentou, e optou-se deliberadamente pela adoção de uma série de políticas públicas desastrosas, a exemplo da declaração de guerra contra o Iraque e das respostas à crise financeira de 2008.[97] Nas palavras de Balkin:

> O apodrecimento constitucional não ocorre de repente; é um processo gradual. O sistema constitucional dos Estados Unidos bem pode ser capaz de sobreviver até mesmo às desventuras de Donald Trump. Mas a ascensão demagógica de Trump ao poder, a sua conduta na presidência e a inabilidade (ou a falta de vontade) de membros do Congresso em freá-lo são sinais de que tudo vai mal na democracia constitucional norte-americana. Parafraseando Shakespeare, tem algo de podre na América. Os galhos da grande árvore do Estado estão fracos. Eventualmente, se colocarmos muito peso sobre as nossas instituições democráticas, eles vão ceder. E então viveremos uma crise constitucional.[98]

[95] Na tipologia de Sanford Levinson e Jack Balkin, as crises constitucionais podem ocorrer em três situações: (i) quando as próprias autoridades excedem as suas atribuições para lidar com eventos extraordinários; (ii) quando atores políticos relevantes nutrem fidelidade exagerada a uma Constituição que já se provou incapaz de resolver crises políticas e de prevenir desastres; e (iii) quando se verifica um cenário de recusa generalizada de observância à carta política. Cf. LEVINSON, Sanford; BALKIN, Jack. "Constitutional Crises". *University of Pennsylvania Law Review*, vol. 157, n° 03, 2009, pp. 707-753.

[96] Cf. BALKIN, Jack. "Constitutional Rot". In: SUNSTEIN, Cass R. (ed.). *Can It Happen Here?*: Authoritarianism in America. New York: HarperCollins, 2018.

[97] Cf. BALKIN, Jack. "Constitutional Crisis and Constitutional Rot". In: GRABER, Mark A.; LEVINSON, Sanford; TUSHNET, Mark (ed.). *Constitutional Democracy in Crisis?*, op. cit., pp. 23-28.

[98] Ibidem, pp. 27-28 (tradução livre).

A decadência da democracia constitucional nos Estados Unidos é, de fato, muito representativa destes novos tempos de retrocesso, tendo em vista, sobretudo, o notável histórico de estabilidade daquele sistema. Não à toa, Steven Levitsky, que sempre se mostrou bastante descrente quanto à percepção de que as democracias estão regredindo mundo afora,[99] parece ter mudado o seu prognóstico. Em recente (porém, já bastante famoso) trabalho sobre o tema, afirma Levitsky, em conjunto com Daniel Ziblatt: "mesmo que a ideia de uma recessão global da democracia fosse um mito antes de 2016, a presidência de Trump – junto com a crise da União Europeia, a ascensão da China e a agressividade crescente da Rússia – pode ajudar a fazer dela uma realidade".[100]

De toda maneira, fato é que o autoritarismo não precisa mais de tanques nas ruas, nem de soldados e cabos às portas dos parlamentos ou das cortes constitucionais, para impor a sua vontade perversa. Com efeito, dados levantados por Nancy Bermeo comprovam que são cada vez mais escassos os mecanismos tradicionais de regressão democrática, como os golpes de Estado, os autogolpes e as fraudes nos dias de eleição.[101] Atualmente, as democracias morrem feito sapos na água quente:[102] pouco a pouco, tentando se ajustar a cada dano que lhes é causado, até que a situação se torna perigosamente irremediável, e não é mais possível pular para fora da panela fervente do autoritarismo.

1.2. A democracia brasileira de pernas bambas

No Brasil, os caminhos da democracia sempre foram bastante tortuosos. Da declaração da independência à redemocratização, a nossa memória coletiva nos remete a textos constitucionais outorgados, a Congresso fechado, a ditaduras violentas, a perseguições arbitrárias, a mortes e desaparecimentos inexplicados. Como afirma Lilia Schwarcz, "[a] história do Brasil, diferentemente do que a imaginamos – 'deitada eternamente em berço

[99] Cf. LEVITSKY, Steven; WAY, Lucas. "The Myth of Democratic Recession". *Journal of Democracy*, vol. 26, n° 01, 2015, pp. 45-58.

[100] LEVITSKY, Steven; ZIBLATT, Daniel. *Como as democracias morrem*, op. cit., p. 195.

[101] Cf. BERMEO, Nancy. "On Democratic Backsliding". *Journal of Democracy*, vol. 27, n° 01, 2016, pp. 06-08.

[102] Cf. GINSBURG, Tom; HUQ, Aziz Z. *How to Save a Constitutional Democracy*. Chicago: The University of Chicago Press, 2018, p. 77.

esplêndido', conforme verseja nosso Hino Nacional – é toda feita de golpes de Estado",[103] e as marcas da nossa relação íntima com o autoritarismo, que possui raízes tão profundas,[104] podem ser sentidas até hoje, inclusive em alguns âmbitos da organização e do funcionamento da máquina administrativa.[105]

Ainda assim, as últimas décadas nos fizeram acreditar que a democracia brasileira não era uma utopia perdida, e sim um sonho plenamente realizável. Desde o fim da ditadura civil-militar, que deu início a um novo ciclo político, os resultados das urnas vinham sendo respeitados, a proteção às liberdades de expressão e de imprensa se tornou regra e não mera exceção, bem como se buscou consolidar, com grau significativo de sucesso, a independência das instituições democráticas e dos órgãos de controle. Embora tenhamos de continuar mapeando e denunciando os resquícios ditatoriais que não apenas compõem o nosso entulho autoritário, como também estimulam a criação de novas formas de autoritarismo para o nosso estoque de perversões,[106] não se pode ignorar que a narrativa da atual Constituição, de fato, aposta em uma democracia livre, justa e igualitária, que vinha se fortalecendo.

É verdade que ainda não conseguimos nos livrar do problema da altíssima concentração de renda,[107] o que afeta, e muito, a qualidade do nosso regime democrático. Se a questão do mau desempenho econômico gera efeitos deletérios ao funcionamento das democracias – como o comprovaram Adam Przeworski, Michael Alvarez, José Antonio Cheibub e Fernando Limongi em célebre estudo sobre o tema[108] –, o mesmo pode ser dito das profundas taxas de

---

[103] SCHWARCZ, Lilia. "Golpes e contragolpes". *Nexo Jornal*, 06 de abril de 2016. Disponível eletronicamente em: <https://www.nexojornal.com.br/colunistas/2016/Golpes-e-contragolpes>. Acesso em: 11 de julho de 2019.

[104] Cf. SCHWARCZ, Lilia. *Sobre o autoritarismo brasileiro*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

[105] Cf. BERCOVICI, Gilberto. "'O direito constitucional passa, o direito administrativo permanece': a persistência da estrutura administrativa de 1967". In: TELES, Edson; SAFATLE, Vladimir. *O que resta da ditadura*: a exceção brasileira. São Paulo: Boitempo, 2010, pp. 77-90; e GUEDES, Demian. *Autoritarismo e Estado no Brasil*: tradição, transição e processo administrativo. Belo Horizonte: Letramento, 2016.

[106] Cf. MENDES, Conrado Hübner. "O entulho autoritário era estoque". *Quatro Cinco Um*, ano 04, n° 31, 2020, pp. 24-25.

[107] Em pesquisa coordenada, entre outros, pelo economista francês Thomas Piketty, em 2018, o Brasil tinha o maior índice de concentração de renda do mundo, com 28,3% da riqueza do país nas mãos de apenas 1% dos seus habitantes. Cf,. BORGES, Rodolfo. "Brasil tem maior concentração de renda do mundo entre o 1% mais rico". *El País Brasil*, 14 de dezembro de 2017. Disponível eletronicamente em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2017/12/13/internacional/1513193348_895757.html>. Acesso em: 11 de julho de 2019.

[108] Cf. PRZEWORSKI, Adam; ALVAREZ, Michael; CHEIBUB, José Antonio; LIMONGI, Fernando. "O que mantém as democracias?". *Lua Nova*, n° 40-41, 1997, pp. 113-135. Os autores chegam a afirmar que "nenhum sistema democrático jamais caiu num país cuja renda per capita excedesse os US$ 6.055" (Ibidem, p. 117), dado que Przeworski reafirmou em entrevista dada ao jornal Folha de São Paulo, em 2019. Cf. ALMEIDA, Marco

desigualdade. Recentemente, ao examinar o ponto sob o prisma da democracia norte-americana, Ganesh Sitaraman publicou livro no qual sugere que as Constituições, com todas as suas promessas emancipatórias, dependem de uma classe média verdadeiramente sólida para sobreviver, o que é incompatível com cenários de excessiva concentração de riqueza. De acordo com o autor, em uma sociedade relativamente equânime do ponto de vista econômico, "as pessoas têm quase as mesmas oportunidades, vivem em condições similares, e colhem frutos razoavelmente semelhantes ao longo de sua existência", da mesma forma que, "se votam com base em seus interesses materiais, estão propensas a apoiar políticas que beneficiam a classe média como um todo".[109]

Nada obstante, também é certo que, nos últimos anos, o Brasil promoveu muitos avanços do ponto de vista da efetivação de direitos fundamentais, inclusive no que diz respeito à questão do combate às disparidades socioculturais e econômicas. Sob a batuta da Constituição de 1988 – chamada por Ulysses Guimarães, quando da sua promulgação, de "Constituição cidadã" –,[110] os índices de desigualdade econômica foram reduzidos por meio de políticas sociais exitosas, como o Bolsa Família; os negros e os mais pobres passaram a ter acesso à universidade, mediante a adoção do sistema de cotas e de mecanismos de financiamento de bolsas; terras indígenas foram regularizadas; os homossexuais conquistaram o direito a se casar, e a população transexual o direito à utilização do nome social; dentre outras vitórias igualmente importantes.[111] Muito ainda havia de ser feito no tocante à universalização de direitos e garantias constitucionais, mas o saldo, no geral, era positivo. O futuro parecia promissor.

No entanto, algo abalou as estruturas do pacto democrático que se firmou na segunda metade da década de 1980, colocando em perspectiva a análise otimista de que a democracia brasileira estaria andando em linha reta, e não oscilando como um pêndulo, na metáfora potente

---

Rodrigo. "Morte da democracia virou bordão para atrair imprensa, diz autor". *Folha de São Paulo*, 11 de maio de 2019. Disponível eletronicamente em: <https://www1.folha.uol.com.br/ilustrissima/2019/05/morte-da-democracia-virou-bordao-para-atrair-imprensa-diz-autor.shtml>. Acesso em 11 de julho de 2019.

[109] SITARAMAN, Ganesh. *The Crisis of the Middle-Class Constitution*: why economic inequality threatens our republic. New York: Alfred A. Knopf, 2017, p. 233 (tradução livre).

[110] Cf. PILATTI, Adriano. *A Constituinte de 1987-1988*: progressistas, conservadores, ordem econômica e regras do jogo. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2016, pp. 308-310.

[111] Cf. BARROSO, Luís Roberto. "Trinta anos da Constituição: a república que ainda não foi". In: BARROSO, Luís Roberto; MELLO, Patrícia Perrone Campos (coords.). *A república que ainda não foi*: trinta anos da Constituição de 1988 na visão da Escola de Direito Constitucional da UERJ. Belo Horizonte: Fórum, 2018, pp. 35-54.

de Leonardo Avritzer.[112] A desconfiança, a polarização e o ressentimento tomaram de assalto a cena política nacional, e conduziram à eleição de um populista de traços autoritários, que ameaça, com palavras e ações, a higidez do regime democrático. Dado que aqui tudo é construção e já é ruína – como na bela canção de Caetano Veloso –, não é de se espantar que o fruto da democracia brasileira esteja apodrecendo antes mesmo de ter amadurecido por completo.[113] Tal qual a Hungria de Orbán, a Polônia de Duda e a Turquia de Erdoğan, o Brasil de Jair Bolsonaro dança a valsa melancólica da regressão democrática. E é sobre isso que tratam os próximos itens.

1.2.1. Chocando o ovo da serpente

No início de junho de 2013, membros do Movimento Passe Livre organizaram uma série de atos de protesto contra o aumento das passagens de ônibus na cidade de São Paulo. Tais manifestações, inicialmente malvistas pelos veículos tradicionais de comunicação, foram intensamente reprimidas pelas forças de segurança pública, o que acabou gerando repulsa social aos abusos cometidos pelos policiais e, consequentemente, maior adesão popular à causa.[114] Se, em 06 de junho – data do primeiro ato –, contabilizavam-se aproximadamente 2.000 manifestantes na capital paulista, em 17 de junho, cerca de 215.000 pessoas, distribuídas por doze grandes cidades brasileiras, participaram do quinto grande ato de protesto.[115]

A partir desse momento, os idealizadores das primeiras manifestações perderam o controle das ruas, e o tema principal na agenda dos participantes se deslocou da insatisfação quanto ao preço das passagens a críticas mais genéricas, voltadas, entre outras questões, ao governo de Dilma Rousseff, aos gastos com megaeventos esportivos e à (má) prestação de

[112] Cf. AVRITZER, Leonardo. *O pêndulo da democracia*. São Paulo: Todavia, 2019.

[113] Em imagem semelhante, a jornalista Eliane Brum diz que "[o] Brasil é um grande construtor de ruínas. O Brasil constrói ruínas em dimensões continentais". (BRUM, Eliane. *Brasil, construtor de ruínas*: um olhar sobre o país, de Lula a Bolsonaro. Porto Alegre: Arquipélago Editorial, 2019, p. 116)

[114] Cf. MELO, Cristina Teixeira Vieira de; VAZ, Paulo Roberto Gibaldi. "E a corrupção coube em 20 centavos". *Galáxia*, n° 39, 2018, pp. 23-38.

[115] Cf. GOHN, Maria da Glória. *Manifestações de junho de 2013 no Brasil e praças dos indignados no mundo*. Petrópolis: Vozes, 2015, pp. 25, ss.

serviços públicos, tais como segurança pública, saúde e educação.[116] De maneira progressiva, a pluralização das demandas avançava a cada novo ato, passando a reunir, ao mesmo tempo, reivindicações progressistas e conservadoras, que, embora frequentemente conflituosas entre si, traduziam certa indignação difusa em relação ao funcionamento do sistema vigente e à própria compreensão de representação política.[117]

Sendo assim, pode-se dizer que, para o processo político brasileiro pós-2013, as palavras de ordem das jornadas de junho, catalisadas pela brutalidade da violência policial, funcionaram como verdadeiros significantes vazios, na já referida concepção de Ernesto Laclau. Nas palavras do autor,

> [...] em um clima de extrema repressão, toda mobilização por um objetivo parcial será percebida não somente como relacionada com a reivindicação ou com os objetivos concretos dessa luta, mas também como um ato de oposição ao sistema. Esse último fato é o que estabelece o laço entre uma variedade de lutas e mobilizações concretas ou parciais – todas são vistas como relacionadas entre si, não porque seus objetivos concretos estejam intrinsecamente ligados, mas porque são encaradas como equivalentes em sua confrontação com o regime opressivo. O que estabelece sua unidade não é, por conseguinte, algo positivo que elas partilham, mas negativo: sua oposição a um inimigo comum.[118]

Dito de outro modo, diante da crescente insatisfação popular, cada demanda expressada naquelas manifestações extremamente plurais, independentemente do objetivo concreto que visava alcançar, contribuiu para o questionamento das próprias estruturas do sistema político, o seu inimigo em comum. Tal efeito pôde ser sentido tanto a curtíssimo prazo, com a queda vertiginosa dos índices de aprovação de Dilma Rousseff após meras três semanas de protestos,[119] quanto a médio prazo, com a decadência dos principais partidos da vida política brasileira pós-redemocratização e a consequente eleição de Jair Bolsonaro para a presidência da República, já em outubro de 2018.

---

[116] Cf. AVRITZER, Leonardo. *Impasses da democracia no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016, pp. 76-77.

[117] Cf. NOBRE, Marcos. *Imobilismo em movimento*: da abertura democrática ao governo Dilma. São Paulo: Companhia das Letras, 2013, pp. 142-157.

[118] LACLAU, Ernesto. *Emancipação e diferença*. Rio de Janeiro: Eduerj, 2011, p. 73.

[119] Cf. FOLHA DE SÃO PAULO. "Popularidade de Dilma cai 27 pontos após protestos", 29 de junho de 2013. Disponível eletronicamente em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2013/06/1303541-popularidade-de-dilma-cai-27-pontos-apos-protestos.shtml>. Acesso em: 13 de julho de 2019.

Dentre as principais reivindicações das jornadas de junho, uma delas exerceu papel central na crise política brasileira: a pauta do combate à corrupção. Sabe-se que a corrupção é, em si, um sério problema para o bom funcionamento das democracias. Afinal, trata-se de fenômeno que afeta, de maneira direta, a qualidade dos serviços públicos, bem como abala a confiança dos cidadãos nas instituições representativas, comprometendo a sua legitimidade.[120] Também não há dúvidas de que, no Brasil, o problema da corrupção é crônico e, justamente por isso, ocupou lugar de destaque durante as manifestações de 2013.[121]

Ocorre que, no ano seguinte ao fim dos protestos, deu-se início à fase ostensiva da chamada Operação Lava Jato. As investigações – que, em um primeiro momento, limitavam-se à averiguação de irregularidades envolvendo doleiros e o ex-Diretor de Abastecimento da Petrobrás[122] – tomaram proporções inéditas com o passar do tempo, revelando a participação de políticos de vários partidos em grandes esquemas de desvio de verbas públicas. Expôs-se, assim, a profunda degenerescência do sistema político brasileiro, o que aumentou ainda mais o ressentimento da população em relação aos governantes e às instituições democráticas.[123]

Não há dúvidas de que, sob o ângulo prescritivo, a Operação Lava Jato merece críticas. Como assinala Daniel Sarmento, os seus desdobramentos têm alimentado na população a crença de que a república só pode ser salva por meio da atuação de paladinos e vingadores, a quem é dado, inclusive, sacrificar direitos fundamentais e garantias processuais inalienáveis em prol da suposta reconstrução do país, em uma mistura do que o autor chamou de *"republicanismo dos heróis mascarados"* e de *"jacobinismo republicano"*.[124] Ainda assim, também é certo que, pelo viés descritivo, a referida operação atravessou a bolha de proteção que envolvia a classe política, acertando em cheio o brio das instituições brasileiras. Em 2017, apenas alguns anos

---

[120] Cf. MOISÉS, José Álvaro. "Corrupção política e democracia no Brasil contemporâneo". *Revista Latinoamericana de Opinión Pública*, vol. 01, n° 0, 2010, pp. 103-124.

[121] Cf. FOLHA DE SÃO PAULO. "Corrupção é principal motivação de manifestantes em SP, diz Datafolha", 21 de junho de 2013. Disponível eletronicamente em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2013/06/1299344-corrupcao-e-principal-motivacao-de-manifestantes-em-sp-diz-datafolha.shtml>. Acesso em: 13 de julho de 2019.

[122] Cf. <http://www.mpf.mp.br/grandes-casos/caso-lava-jato/atuacao-na-1a-instancia/investigacao/historico>.

[123] Cf. BAPTISTA, Érica Anita Baptista; TELLES, Helcimara de Souza. "Lava Jato: escândalo político e opinião pública". In: KERCHE, Fábio; FERES JÚNIOR, João (coords.). *Operação Lava Jato e a democracia brasileira*. São Paulo: Contracorrente, 2018, pp. 229-255.

[124] Cf. SARMENTO, Daniel. "O princípio reblicano nos 30 anos da Constituição de 1988: por uma república inclusiva". In: BARROSO, Luís Roberto; MELLO, Patrícia Perrone Campos (coords.). *A república que ainda não foi*: trinta anos da Constituição de 1988 na visão da Escola de Direito Constitucional da UERJ, op. cit., pp. 276-277.

depois do começo da Operação Lava Jato, pesquisa do Latinobarômetro já apontava que a corrupção se tornara a principal causa de preocupação dos brasileiros, e que, entre as democracias latino-americanas, a brasileira era uma das mais desacreditadas pela população.[125]

A indignação frente ao sistema político, movida pela agenda anticorrupção, voltou a tomar as ruas das cidades brasileiras em 2015, mas desta vez em meio a um contexto de intensa polarização política. Depois de eleições bastante acirradas, Dilma Rousseff foi escolhida, em 2014, para exercer o seu segundo mandato consecutivo como presidente da República. Tão logo se divulgou a vitória da candidata do Partido dos Trabalhadores, Aécio Neves, seu adversário pelo Partido da Social Democracia Brasileira, iniciou campanha para deslegitimar a vontade das urnas, "abrindo um perigoso precedente de descompromisso com o resultado do pleito eleitoral num sistema de competição política que já se tomava como estabilizado".[126] Anos depois, um dos principais nomes do PSDB, Tasso Jereissati, reconheceria o equívoco de estratégia tão temerária, ao caracterizar o questionamento do resultado das eleições de 2014 como um dos "erros memoráveis" de seu partido.[127]

Os protestos organizados em meio a esse novo cenário indicaram a real profundidade da fenda que se abria no tecido democrático do país. Não que as manifestações de 2013 já não tivessem revelado a existência de significativo mal-estar ideológico, inclusive entre os próprios participantes, como comprovam as notícias de agressões a pessoas que portavam bandeiras ou símbolos característicos de partidos de esquerda.[128] Porém, o que antes estava diluído na catarse das jornadas de junho, acirrou-se em 2015, com a absorção dos atores sociais e políticos pelo processo de agravamento da polarização ocorrido durante e após as eleições que levaram à recondução de Dilma Rousseff à presidência da República.[129]

---

[125] Cf. LATINOBARÓMETRO. *Informe 2017*. Disponível eletronicamente em: <http://www.latinobarometro.org/LATDocs/F00006433-InfLatinobarometro2017.pdf>. Acesso em: 13 de julho de 2019.

[126] VIEIRA, Oscar Vilhena. *A batalha dos poderes*: da transição democrática ao mal-estar constitucional. São Paulo: Companhia das Letras, 2018, p. 19.

[127] Cf. VENCESLAU, Pedro. "Tasso Jereissati: 'Nosso grande erro foi ter entrado no governo Temer'". *O Estado de São Paulo*, 13 de setembro de 2018. Disponível eletronicamente em: <https://politica.estadao.com.br/noticias/eleicoes,nosso-grande-erro-foi-ter-entrado-no-governo-temer,70002500097>. Acesso em: 13 de julho de 2019.

[128] Cf. CALIL, Gilberto. "Embates e disputas em torno das jornadas de junho". *Projeto História*, n° 47, 2013, p. 394.

[129] Cf. BRINGEL, Breno; PLEYERS, Geoffrey. "Junho de 2013... dois anos depois: polarização, impactos e reconfiguração do ativismo no Brasil". *Nueva Sociedade*, vol. 259, n° 01, 2015, pp. 08-09.

Podem ser consideradas estáveis as democracias nas quais os cidadãos creem que qualquer alternativa autoritária é inaceitável. Juan Linz e Alfred Stepan apontam nessa direção, ao afirmarem que a consolidação das democracias diz respeito ao ponto em que a forma democrática de governo é a única escolha plausível (*"the only game in town"*, na expressão dos autores).[130] Todavia, as manifestações de 2015 demonstraram que, no Brasil, opções autoritárias de governo estavam se tornando mais sedutoras que a democracia. Com efeito, ao lado da pauta do combate à corrupção, fervilharam pedidos de intervenção militar,[131] fazendo ecoar as reivindicações da pequena franja de manifestantes de extrema direita que já expressavam nostalgia pela ditadura nos grandes atos de 2013.

Outro pleito dos participantes dos protestos de 2015 era o *impeachment* da presidente recém-eleita. Àquela época, o índice de aprovação do governo alcançava meros 13% da população brasileira.[132] A recessão, que já vinha sendo sentida desde 2014, com a queda do crescimento econômico, acelerou-se no primeiro trimestre de 2015, "quando o PIB real apresenta uma contração de 1,87% na comparação com o primeiro trimestre de 2014".[133] Dilma ainda tentou – sem sucesso – conter os efeitos dos seus próprios erros, mas foi acusada de estelionato eleitoral por adotar a agenda econômica de seus adversários, e perdeu o apoio, inclusive, da esquerda.[134] Nas palavras de Oscar Vilhena Vieira:

> Com o agravamento da crise econômica e social daí decorrente, aprofundou-se a desconfiança de amplos setores da classe média e do empresariado, estimulando o MDB, até então principal aliado e sócio do governo nas gestões de Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff, em que Michel Temer ocupou a vice-presidência, a abandonar o governo e passar a conspirar contra o mandato da presidente.[135]

---

[130] Cf. LINZ, Juan; STEPAN, Alfred. "Toward Consolidated Democracies". *Journal of Democracy*, vol. 07, n° 02, 1996, pp. 14-33.

[131] Cf. FOLHA DE SÃO PAULO. "Protestos em ao menos 17 Estados pedem de impeachment a intervenção militar", 15 de março de 2015. Disponível eletronicamente em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2015/03/1603185-protestos-em-17-estados-pedem-de-impeachment-a-intervencao-militar.shtml>. Acesso em: 14 de julho de 2019.

[132] Cf. G1. "Aprovação a Dilma cai para 13%, diz Datafolha", 18 de março de 2015. Disponível eletronicamente: <http://g1.globo.com/politica/noticia/2015/03/aprovacao-dilma-cai-para-13-diz-datafolha.html>. Acesso em: 14 de julho de 2019.

[133] OREIRO, José Luis. "A grande recessão brasileira: diagnóstico e uma agenda de política econômica". *Estudos Avançados*, vol. 31, n° 89, 2017, p. 76.

[134] Cf. SINGER, André. *O lulismo em crise*: um quebra-cabeça do período Dilma (2011-2016). São Paulo: Companhia das Letras, 2018, p. 31.

[135] VIEIRA, Oscar Vilhena. *A batalha dos poderes*: da transição democrática ao mal-estar constitucional, op. cit., p. 20.

De fato, o Movimento Democrático Brasileiro, fiel da balança na disputa de poder entre PT e PSDB, desestabilizou o governo de Dilma Rousseff – e o próprio sistema político – ao mudar de lado e engrossar o coro a favor do *impeachment*. André Singer, em livro sobre o tema, chega a afirmar que a situação em muito se assemelhou à do colapso da democracia em 1964, quando o Partido Social Democrático, de natureza e função similares ao do MDB, abandonou o seu papel de centro e aderiu ao regime militar, desarranjando o equilíbrio até então existente entre dois polos: a União Democrática Nacional, partido da classe média e correspondente funcional do PSDB, e o Partido Trabalhista Brasileiro, agremiação das camadas populares urbanas e correspondente funcional do PT.[136] Tanto em um caso, como no outro, os resultados, infelizmente, já são bastante conhecidos.

A partir de uma compreensão maquiavélica da crônica do impeachment de 2016, pode-se dizer que faltou *virtù* à presidente afastada.[137] Afinal, o PT já havia fracassado nas ruas – "menos porque foi expulso delas, mais porque se esqueceu de caminhar sobre elas"[138] – e, mesmo sem apoio político em razão dos equívocos cometidos durante o seu governo, Dilma preferiu adotar uma postura beligerante em relação a outros atores importantes da cena eleitoral,[139] dentre os quais Eduardo Cunha (MDB), que, na condição de presidente da Câmara dos Deputados, viria a autorizar, ao final de 2015, a abertura do processo de impedimento. Por outro lado, não há dúvidas de que seus adversários se engajaram, no mínimo, em verdadeiro *"jogo duro constitucional"*,[140] levando até o limite as atribuições a eles conferidas pela

[136] Cf. SINGER, André. *O lulismo em crise*: um quebra-cabeça do período Dilma (2011-2016), op. cit., pp. 131-158.

[137] Na sua obra mais conhecida, Nicolau Maquiavel disse, grosso modo, que as ações do príncipe poderiam ser governadas tanto pelas suas capacidades pessoais (*virtù*), quanto por circunstâncias externas, como o acaso e a influência de terceiros (*fortuna*). Cf. MACHIAVELLI, Niccolò. *The Prince*. Tradução de James B. Atkinson. Indianapolis: Hackett Publishing Company, 2008, pp. 143-176.

[138] Cf. BRUM, Eliane. *Brasil, construtor de ruínas*: um olhar sobre o país, de Lula a Bolsonaro, op. cit., p. 101.

[139] Cf. Ibidem, p. 30.

[140] Cf. TUSHNER, Mark. "Constitutional Hardball". *The John Marshall Review*, vol. 37, n° 02, 2004, pp. 523-553. Nas palavras do autor, "um breve esboço do conceito de jogo duro constitucional é o seguinte: consiste em reivindicações e práticas políticas – legislativas e administrativas – que se encontram dentro dos limites traçados pela doutrina e pela prática constitucionais vigentes, mas que, ainda assim, estão em tensão com os entendimentos *pré*-constitucionais existentes. Trata-se de jogo *duro* porque os seus praticantes se veem jogando para valer, de uma maneira especial; eles acreditam que os riscos da controvérsia política provocada por suas ações são bastante altos, mas que a sua derrota e a vitória dos seus oponentes seriam um retrocesso sério, talvez permanente, para as posições políticas que ocupam". (Ibidem, p. 523, grifos originais e tradução livre)

Constituição, com um único objetivo: retirar do poder uma presidente democraticamente eleita, sob o argumento de que ela havia praticado supostos crimes de responsabilidade.

Ao analisar a erosão da democracia norte-americana, Steven Levitsky e Daniel Ziblatt sustentam que existe uma regra informal – isto é, não escrita – que deve ser observada por todos os agentes políticos, com vistas à proteção do regime democrático. Cuida-se da chamada *reserva institucional*, que impõe aos participantes do jogo um imperativo de autocontrole no exercício das suas competências constitucionais.[141] Segundo os autores, "congressos sem comedimento podem bloquear todos os movimentos do presidente, ameaçando lançar o país no caos ao se recusarem a financiar o governo ou ao votarem pelo afastamento do presidente com base em motivos dúbios".[142]

Embora previsto na Constituição, "[o] impeachment é um processo traumático", porque "[g]era uma ruptura política e uma descontinuidade institucional".[143] Logo, não pode ser visto como o instrumento mais adequado para solucionar os impasses entre os Poderes Executivo e Legislativo em regimes presidencialistas, nos quais o seu uso descomedido como espécie de voto de desconfiança parlamentar tende a gerar frustração nos eleitores que possuíam justas expectativas quanto ao andamento regular do mandato presidencial.[144] Para o bem da própria democracia, o instituto do *impeachment* deve ser utilizado de maneira responsável e apenas em hipóteses absolutamente excepcionais, em que não haja controvérsias significativas acerca do cometimento, pelo chefe da Administração Pública, de condutas passíveis de gerar o seu afastamento. Como afirmam Laurence Tribe e Joshua Matz:

> Agir responsavelmente aqui significa reconhecer que o *impeachment* é um poder temível. A princípio, acabar com a presidência dessa maneira tem o potencial de salvar ou destruir o sistema constitucional. Em razão do extraordinário perigo que lhe é inerente, o *impeachment* deve ser invocado apenas sob circunstâncias extremas. E, mesmo assim, precisa ser manuseado com cuidado. Deve-se promover todo esforço possível para que o processo de *impeachment* seja levado a cabo de maneira a unir o país, ao invés de separá-lo. Decerto, há momentos em que o *impeachment* é a última e melhor esperança para a democracia; confrontados com abuso e corrupção da mais alta ordem, nosso dever é agir. Mas atacar o presidente em um acesso de paixão – e sem um plano para o futuro – gera o risco de se implodir tudo o que estamos tentando preservar. Um esforço bem-intencionado para salvar a democracia através do

[141] Cf. LEVITSKY, Steven; ZIBLATT, Daniel. *Como as democracias morrem*, op. cit., p. 107.

[142] Ibidem, p. 109.

[143] ABRANCHES, Sérgio. *Presidencialismo de coalização*: raízes e evolução do modelo político brasileiro. São Paulo: Companhia das Letras, 2018, p. 350.

[144] Cf. Ibidem, pp. 354-355.

> *impeachment* poderia, assim, tragicamente sair pela culatra – desencadeando indignação e tremores que exacerbam as disfunções subjacentes ao nosso sistema.[145]

Na ocasião do *impeachment* de 2016, contudo, faltou comedimento e sobrou imprudência. A autorização para a abertura do processo foi, na verdade, um ato de retaliação pessoal de Eduardo Cunha, que, depois de ter jogado inúmeras "pautas-bomba" no colo do governo ao longo do ano de 2015, optou por alternativa ainda mais dramática, motivado pelo fato de que a bancada do partido da ex-presidente não votara a seu favor perante o Comitê de Ética da Câmara dos Deputados.[146] Em si, a própria denúncia aceita por Cunha se calcava sobre bases fático-jurídicas muito frágeis,[147] o que tornou absolutamente plausível a tese do golpe parlamentar.[148] Mesmo o então vice-presidente da República, Michel Temer, decidiu abandonar o governo logo após a abertura do processo de *impeachment*, alegando que a sua colega de chapa não confiava suficientemente nem nele, nem em seu partido, e, por isso, tratava-os como peças secundárias do tabuleiro político.[149]

Não se ignora, é claro, que Dilma Rousseff não foi a primeira presidente impedida da história da Nova República. Antes dela, Fernando Collor de Mello também sofreu o mesmo processo em 1992, tendo renunciado ao cargo no dia em que se iniciou o seu julgamento pelo Senado Federal.[150] Porém, diferentemente do que se deu no caso Collor – cujo resultado foi interpretado pelo público em geral como um sinal de fortalecimento da nossa democracia –,[151] o término do processo de *impeachment* de Dilma não foi capaz de apaziguar as disputas

---

[145] TRIBE, Laurence; MATZ, Joshua. *To End a Presidency*: the power of impeachment. New York: Basic Books, 2018, p. xx (tradução livre).

[146] Cf. FALCÃO, Joaquim; ARGUELHES, Diego Werneck; PEREIRA, Thomaz (orgs.). *Impeachment de Dilma Rousseff*: entre o Congresso e o Supremo. Belo Horizonte: Letramento, 2017, p. 20.

[147] Cf. VIEIRA, Oscar Vilhena. *A batalha dos poderes*: da transição democrática ao mal-estar constitucional, op. cit., pp. 56-59; e AVRITZER, Leonardo. "The impeachment of Dilma Rousseff: introduction". *Critical Policy Studies*, vol. 11, n° 03, 2017, pp. 349-351.

[148] Para uma defesa convincente dessa tese, cf. SANTOS, Wanderley Guilherme dos. *A democracia impedida*: o Brasil no século XXI. Rio de Janeiro: FGV, 2017.

[149] Cf. SADI, Andréia. "Leia a íntegra da carta enviada pelo vice Michel Temer a Dilma". *G1*, 07 de dezembro de 2015. Disponível eletronicamente em: <http://g1.globo.com/politica/noticia/2015/12/leia-integra-da-carta-enviada-pelo-vice-michel-temer-dilma.html>. Acesso em: 15 de julho de 2019.

[150] Sobre o tema, cf. PÉREZ-LIÑÁN, Aníbal. *Presidential Impeachment and the New Political Instability in Latin America*. New York: Cambridge University Press, 2007; e SALLUM JR., Brasilio. *O impeachment de Fernando Collor*: sociologia de uma crise. São Paulo: Editora 34, 2015.

[151] Cf. FIGUEIREDO, Argelina Cheibub. "The Collor Impeachment and Presidential Government in Brazil". In: LLANOS, Mariana; MARSTEINTREDET, Leiv (ed.). *Presidential Breakdowns in Latin America*: Causes and Outcomes of Executive Instability in Developing Democracies. New York: Palgrave, 2010, pp. 121-124.

narrativas acerca do contexto em que se deu o afastamento,[152] colaborando, de forma definitiva, para a crescente polarização da sociedade brasileira. De acordo com Cláudio Pereira de Souza Neto, "o que sobrou do *impeachment* foi um país desunido por relações de inimizades políticas e pelo sentimento generalizado de desconfiança nas instituições – uma sombra pálida da nação que, anos antes, reduzia a desigualdade social em um ambiente de democracia e liberdade, e exercia liderança no concerto das nações".[153]

O governo que sucedeu ao afastamento de Dilma Rousseff tampouco foi capaz de curar as feridas abertas no seio da democracia brasileira. Ao contrário, sempre pairou certa aura de suspeita sobre o mandato-tampão de Michel Temer. Quando ainda era presidente interino, o nome do emedebista figurou em conversa amplamente divulgada entre o senador Romero Jucá (MDB) e o empreiteiro Sérgio Machado, que o consideravam "a solução mais fácil" para, em um "grande acordo nacional", estancar a sangria causada pela Operação Lava Jato.[154] Depois, já no exercício definitivo da presidência, Temer viu seu governo ser alvo de uma sucessão de crises políticas ocasionadas pelo envolvimento de aliados em atos de irregularidade. Aliás, ele mesmo foi acusado pela prática de ilícitos penais, o que lhe rendeu duas denúncias perante a Câmara dos Deputados, posteriormente rejeitadas.[155]

A popularidade rasante de Temer – que terminaria o seu mandato com recordes de rejeição[156] – também levanta dúvidas acerca do grau de legitimidade das suas medidas bastante polêmicas, como a reforma trabalhista e a emenda constitucional que congelou o teto dos gastos públicos pelas próximas duas décadas. Para além da análise da real necessidade dessas medidas

---

[152] Cf. VIEIRA, Oscar Vilhena. *A batalha dos poderes*: da transição democrática ao mal-estar constitucional, op. cit., pp. 55-56.

[153] SOUZA NETO, Cláudio Pereira de. "O impeachment de 2016: ruptura constitucional e cultura política democrática". In: BARROSO, Luís Roberto; MELLO, Patrícia Perrone Campos (coords.). *A república que ainda não foi*: trinta anos da Constituição de 1988 na visão da Escola de Direito Constitucional da UERJ, op. cit., p. 282.

[154] Cf. G1. "Ouça trechos dos diálogos entre Romero Jucá e Sérgio Machado", 23 de maio de 2016. Disponível eletronicamente em: <http://g1.globo.com/politica/noticia/2016/05/leia-os-trechos-dos-dialogos-entre-romero-juca-e-sergio-machado.html>. Acesso em: 15 de julho de 2019.

[155] Cf. PIRES, Breno. "Todos os inquéritos e denúncias contra o ex-presidente Michel Temer". *O Estado de São Paulo*, 21 de março de 2019. Disponível eletronicamente em: <https://politica.estadao.com.br/noticias/geral,prisao-de-temer-e-originaria-de-um-dos-10-inqueritos-contra-o-ex-presidente,70002763606>. Acesso em: 15 de julho de 2019.

[156] Cf. FERRARI, Hamilton. "Governo Temer termina mandato com apenas 5% de aprovação, diz CNI". *Correio Braziliense*, 13 de dezembro de 2018. Disponível eletronicamente em: <https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/politica/2018/12/13/interna_politica,725109/governo-temer-termina-mandato-com-apenas-5-de-aprovacao-diz-cni.shtml>. Acesso em: 16 de julho de 2019.

– o que escapa ao âmbito deste trabalho –, pode-se questionar, sob a perspectiva da responsividade democrática, se foi genuinamente legítima a sua implementação por um governo tão impopular, tendo em vista, sobretudo, as suas possíveis repercussões práticas, que não serão nada insignificantes. Nas palavras de Tom Gerald Daly:

> De fato, a tentativa de Temer em converter a falta de um mandato democrático para promover tais reformas – que só poderiam ser implementadas por um governo impopular – indica a preferência pelo que [Yascha] Mounk chama de "liberalismo antidemocrático" para se referir a países como a Grécia, que vive sob um governo de caráter tecnocrático-liberal, isto é, um cenário em que "as elites estão se apoderando do controle do sistema político e o tornando progressivamente menos responsivo: os poderosos estão cada vez menos a fim de ceder à vontade da população".[157]

No caso das alterações formais à Constituição de 1988, a questão da legitimidade democrática de Temer ganha contornos ainda mais inquietantes. É que se cuida de mudanças a um texto cuja elaboração contou com intenso debate público e ampla participação popular, feitas, entretanto, por governo altamente desacreditado pela população.[158] Nessa linha, por exemplo, a emenda constitucional do congelamento dos gastos públicos – ao atingir diretamente um dos traços mais marcantes da CF/88, que é a sua declaração de direitos sociais[159] – consiste, para Richard Albert, em verdadeira tentativa de desmembramento da carta política,[160] cujos potenciais impactos podem vir a gerar novos pontos de tensão para o bom funcionamento da ordem democrático-constitucional no Brasil.

Somados, todos esses fatos e fatores ajudaram a produzir o cenário de tempestade perfeita para o acontecimento-chave do processo de erosão da democracia brasileira: a eleição de Jair Bolsonaro para a presidência da República. Enquanto a nossa própria panela fervia,

---

[157] DALY, Tom Gerald. "Populism, Public Law, and Democratic Decay in Brazil: Understanding the Rise of Jair Bolsonaro". *14th International Human Rights Researchers' Workshop: 'Democratic Backsliding and Human Rights'*, 2019, p. 14 (tradução livre).

[158] Cf. NUNES, Daniel Capecchi. "O desmembramento da Constituição de 1988: constitucionalismo abusivo e fim do ciclo político democrático". *Publicum*, vol. 04, edição comemorativa, 2018, p. 56.

[159] Cf. BENVINDO, Juliano Zaiden. "Preservationist Constitutional Amendments and the Rise of Antipolitics in Brazil". *Blog of the International Journal of Constitutional Law*, 26 de outubro de 2016. Disponível eletronicamente em: <http://www.iconnectblog.com/2016/10/preservationist-constitutional-amendments-and-the-rise-of-antipolitics-in-brazil>. Acesso em: 16 de julho de 2019.

[160] Cf. ALBERT, Richard. "Constitutional Amendment and Dismemberment". *Yale Journal of International Law*, vol. 43, n° 01, 2018, pp. 40-42. Segundo o autor, a tese do desmembramento constitucional parte da ideia de que "algumas emendas constitucionais não são emendas em absoluto. São esforços deliberados no sentido de renegar características essenciais de uma constituição e destruir suas fundações. Elas desmontam a estrutura básica do texto constitucional enquanto, ao mesmo tempo, constroem uma nova fundação, enraizada em princípios contrários aos da antiga" (pp. 02-03, tradução livre).

"[a]lguma coisa definitivamente se formou, está formada, deixamos que se formasse – e não parece nada boa".[161]

1.2.2. República dos ressentidos

No dia 07 de abril de 2018, ano de novas eleições presidenciais, Luiz Inácio Lula da Silva foi preso. O ex-metalúrgico, que terminara o seu segundo mandato como presidente da República com impressionantes 87% de aprovação popular,[162] havia sido condenado por Sergio Moro – magistrado federal à época e futuro Ministro da Justiça do governo Bolsonaro – a nove anos e seis meses de prisão pelos crimes de corrupção passiva e lavagem de dinheiro, no contexto da Operação Lava Jato. A sentença, posteriormente majorada pelo Tribunal Regional Federal da 4ª Região, foi cumprida: com a denegação, pelo Supremo Tribunal Federal, do *habeas corpus* impetrado por sua defesa, Lula deixou o Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, em São Bernardo do Campo, e se entregou à Polícia Federal.

É certo que, desde o início da Lava Jato, não havia sido a primeira vez que Lula protagonizara um episódio importante da "batalha institucional" entre os estamentos político e jurídico no Brasil.[163] Meses depois de dada a autorização para a abertura do processo de *impeachment* contra Dilma Rousseff, o então juiz Moro divulgou grampo de conversa em que a presidente tratava sobre a entrega de um termo de posse ao seu antecessor, que só deveria ser utilizado "em caso de necessidade".[164] No tempo dos fatos, a gravação gerou intensa polêmica acerca da sua legalidade,[165] tendo sido posteriormente declarada inconstitucional em decisão

[161] RAMOS, Nuno. *Verifique se o mesmo*. São Paulo: Todavia, 2019, p. 14.

[162] BONIN, Robson. "Popularidade de Lula bate recorde e chega a 87%, diz Ibope". *G1*, 16 de dezembro de 2010. Disponível eletronicamente em: <http://g1.globo.com/politica/noticia/2010/12/popularidade-de-lula-bate-recorde-e-chega-87-diz-ibope.html>. Acesso em: 17 de julho de 2019.

[163] A expressão é de VIEIRA, Oscar Vilhena. *A batalha dos poderes*: da transição democrática ao mal-estar constitucional, op. cit., pp. 43, ss.

[164] Cf. CASTRO, Fernando; NUNES, Samuel Nunes; NETTO, Vladimir. "Moro derruba sigilo e divulga grampo de ligação entre Lula e Dilma; ouça". *G1*, 16 de março de 2016. Disponível eletronicamente em: <http://g1.globo.com/pr/parana/noticia/2016/03/pf-libera-documento-que-mostra-ligacao-entre-lula-e-dilma.html>. Acesso em: 17 de julho de 2019.

[165] Cf. CANÁRIO, Pedro; VASCONCELLOS, Marcos de. "Sergio Moro divulgou grampos ilegais de autoridades com prerrogativa de foro". *Conjur*, 16 de março de 2016. Disponível eletronicamente em:

do Min. Teori Zavascki.[166] Ainda assim, a conversa serviu de fundamento para que o Min. Gilmar Mendes suspendesse a nomeação de Lula para o Ministério da Casa Civil, sob a alegação de que o ato administrativo era eivado de vício de finalidade.[167]

O impacto do vazamento da conversa entre os ex-presidentes, contudo, não se compara às consequências políticas da prisão de Lula, por um motivo bastante simples. Mesmo depois de ser encarcerado, o principal nome do Partido dos Trabalhadores constava como o líder isolado das pesquisas relativas à corrida presidencial de 2018, seguido por Jair Bolsonaro.[168] Para os brasilianistas Wendy Hunter e Timothy Power, a preferência por Lula, ainda que em um cenário de profunda desconfiança popular em relação à classe política, encontra explicação no fato de que a sua base de apoio pessoal (*lulismo*) era muito maior que a adesão ao seu partido (*petismo*).[169] Nessa linha, com a substituição de Lula por Fernando Haddad no páreo eleitoral, o ressentimento da população em relação ao sistema como um todo e ao PT em especial, fomentado pelas inúmeras revelações de corrupção política feitas pela Lava Jato, acabou favorecendo a candidatura de Bolsonaro,[170] que eventualmente se sagraria vencedor da disputa.

Os candidatos dos demais partidos de peso da vida política brasileira também foram tragados pelo redemoinho antissistema. Apesar de ter mais tempo de propaganda em rádio e televisão do que qualquer um dos seus oponentes, Geraldo Alckmin obteve meros 4,76% dos votos válidos. Foi a única vez desde 1994 que o PSDB não disputou o segundo turno com o PT. O partido dos tucanos não resistiu aos escândalos de corrupção envolvendo o seu candidato de 2014, Aécio Neves, assim como sofreu as consequências amargas da adesão de primeira hora

---

<https://www.conjur.com.br/2016-mar-16/moro-divulgou-grampos-ilegais-autoridades-prerrogativa-foro>. Acesso em: 17 de julho de 2019.

[166] Cf. SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. Rcl n° 23.457-MC, Decisão Monocrática, Rel. Min. Teori Zavascki, DJe 30/03/2016. A decisão foi, ato contínuo, submetida ao plenário da Corte e referendada pela maioria dos ministros. Cf. SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. Rcl n° 23.457-MC-Ref, Tribunal Pleno, Rel. Min. Teori Zavascki, DJe 27/09/2017.

[167] Cf. SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. MS n° 34.070-MC, Decisão monocrática, Rel. Min. Gilmar Mendes, DJe 28/03/2016.

[168] Cf. G1. "Pesquisa Datafolha: Lula, 39%; Bolsonaro, 19%; Marina, 8%; Alckmin, 6%; Ciro, 5%", 22 de agosto de 2018. Disponível eletronicamente em: <https://g1.globo.com/politica/eleicoes/2018/eleicao-em-numeros/noticia/2018/08/22/pesquisa-datafolha-lula-39-bolsonaro-19-marina-8-alckmin-6-ciro-5.ghtml>. Acesso em: 17 de julho de 2019.

[169] Cf. HUNTER, Wendy; POWER, Timothy J. "Bolsonaro and Brazil's Illiberal Backlash". *Journal of Democracy*, vol. 30, n° 01, 2019, p. 69. Cf. também SINGER, André. "Raízes sociais e ideológicas do lulismo". *Novos Estudos CEBRAP*, n° 85, 2009, pp. 83-102.

[170] Cf. HUNTER, Wendy; POWER, Timothy J. "Bolsonaro and Brazil's Illiberal Backlash", op. cit., p. 73.

ao governo rejeitado de Michel Temer, tornando-se, portanto, bastante vulnerável ao ressentimento popular.[171] O MDB, por sua vez, também sucumbiu. Tido há muito como um dos grandes símbolos do clientelismo político[172] e em franca desgraça por causa da má reputação de vários dos seus integrantes – como Cunha e Temer –, o principal partido de centro do país viu seu candidato, Henrique Meirelles, receber apenas 1,2% dos votos válidos do primeiro turno, perdendo, inclusive, para o Cabo Daciolo, até então um ilustre desconhecido do público em geral.[173]

Desse modo, "com a implosão do MDB e do PSDB, abriu-se um amplo vácuo político, do centro à extrema direita, suscetível a uma ocupação hostil".[174] Segundo Maurício Moura e Juliano Corbellini, esse espaço vazio foi colonizado pelo "partido da Lava Jato", ou seja, por um novo polo dinâmico da política brasileira, que, ao se colocar em disputa direta com o lulismo já no primeiro turno, "encarnava o 'ser contra tudo que está aí', em substituição à antiga polarização entre PT e PSDB".[175] Essencialmente refratária ao sistema político tradicional e impulsionada pela intensa insatisfação popular, essa nova força social precisava de uma liderança para além das legendas e dos quadros aos quais o eleitorado médio já estava habituado – liderança esta que se materializou na figura de Jair Messias Bolsonaro.

Apesar de ter exercido o cargo de deputado federal por quase três décadas, o capitão reformado do Exército se portava e era visto por muitos eleitores como um *outsider*, isto é, como alguém de fora do *establishment*.[176] Até o seu jeito de fazer campanha divergia do convencional. Então filiado ao Partido Social Liberal – que, antes de 2018, era politicamente insignificante –, Bolsonaro desprezava os veículos tradicionais de comunicação, concedendo poucas entrevistas e, depois do atentado à faca que sofreu em Juiz de Fora, recusando-se a

[171] Cf. MOURA, Maurício; CORBELLINI, Juliano. *A eleição disruptiva*: por que Bolsonaro venceu. Rio de Janeiro: Record, 2019, p. 52.

[172] Nas palavras de Marcos Nobre, "[a] partir da década de 1980, o fisiologismo (como prática, não como discurso, evidentemente) deixou de ser um estigma e passou a ser a marca característica do próprio PMDB, que se especializou em ser o partido que está sempre no poder, seja qual for o governo". (NOBRE, Marcos. *Imobilismo em movimento*: da abertura democrática ao governo Dilma, op. cit., p. 41)

[173] Os dados citados neste trecho do trabalho foram retirados do site do Tribunal Superior Eleitoral, no seguinte link: <http://divulga.tse.jus.br/oficial/index.html>. Acesso em: 17 de julho de 2019.

[174] HUNTER, Wendy; POWER, Timothy J. "Bolsonaro and Brazil's Illiberal Backlash", op. cit., pp. 69-70 (tradução livre).

[175] MOURA, Maurício; CORBELLINI, Juliano. *A eleição disruptiva*: por que Bolsonaro venceu, op. cit., p. 56.

[176] Cf. Ibidem, pp. 59-84.

participar de debates. Nas primeiras eleições com financiamento majoritariamente público de campanhas, o candidato do PSL se aproveitou do fato de que o centro de influência eleitoral se deslocou do poder econômico para o poder computacional,[177] e apostou as suas fichas mais valiosas na capilaridade das redes sociais, como o *Facebook*, o *Twitter* e, sobretudo, o *WhatsApp*.

Além de contribuir para a vitória de Bolsonaro por 55,13% dos votos válidos no segundo turno do pleito presidencial,[178] o ressentimento em relação ao sistema político já havia afetado, semanas antes, as eleições para a Câmara dos Deputados e para o Senado Federal, reduzindo a composição das siglas convencionais e reconfigurando drasticamente o desenho do Congresso Nacional. É o que aponta Sérgio Abranches:

> As eleições legislativas revelaram ampla rejeição aos partidos tradicionais. O PT conquistou a maior bancada na Câmara, mas perdeu catorze cadeiras, confirmando um declínio iniciado em 2006. O PMDB perdeu 32 representantes e caiu da segunda maior bancada para a quarta, igualando-se ao PSB. Com 29 deputados cada, o Democratas (DEM) e o PSDB (que perdeu 25 cadeiras) deixaram o grupo dos cinco maiores partidos da Câmara. Em paralelo a isso, o Partido Social Liberal (PSL), de Bolsonaro, que havia eleito apenas um deputado em 2014, passou a ser a segunda maior representação, com 52 deputados. Um nítido desalinhamento partidário, com redução acentuada do tamanho médio das bancadas e aumento de 30% da fragmentação. Em 1994, os cinco maiores partidos controlavam 70% das cadeiras. Em 1998, atingiram o máximo de concentração da representação, com 79% das cadeiras. Em 2014, já haviam caído para 51% das cadeiras e, em 2018, as cinco maiores bancadas ganharam apenas 41% das cadeiras. O tamanho médio dos cinco maiores partidos representados na Câmara caiu de 72 deputados, em 1994, e 81, em 1998, para 53, em 2014, e 43, em 2018. Os partidos que disputavam a Presidência estão em crise, e os que se mantinham como pivôs da coalizão, particularmente o Movimento Democrático Brasileiro (MDB), foram desinflados. As maiores bancadas são agora medianas, com partidos entre 29 e 56 deputados. Hoje, onze partidos têm entre 28 e 56 deputados. A formação de coalizões hipermajoritárias, capazes de aprovar emendas constitucionais, ficou bem mais difícil.[179]

Aos olhos indignados da população, Bolsonaro personificava bandeiras que a classe política tradicional parecia ter abandonado ou ser incapaz de concretizar. Uma delas era justamente a pauta da ética pública. Com efeito, em um país no qual muitos políticos são investigados ou respondem pela prática de ilícitos penais, "a insignificância política de

---

[177] Cf. ABRANCHES, Sérgio. "Polarização radicalizada e ruptura eleitoral". In: ABRANCHES, Sérgio et al. *Democracia em risco?*: 22 ensaios sobre o Brasil hoje, op. cit., p. 18.

[178] Cf. G1. "TSE conclui votação: Jair Bolsonaro teve pouco mais de 55% dos votos", 29 de outubro de 2018. Disponível eletronicamente em: <https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2018/10/29/tse-conclui-votacao-jair-bolsonaro-teve-pouco-mais-de-55-dos-votos.ghtml>. Acesso em: 18 de julho de 2019.

[179] ABRANCHES, Sérgio. "Polarização radicalizada e ruptura eleitoral", op. cit., pp. 13-14.

Bolsonaro provou ser um benefício: nunca ter exercido (ou mesmo concorrido a) um cargo no Executivo ou na liderança de um partido o imunizara de oportunidades para colher os frutos da corrupção".[180] O próprio candidato do PSL se colocava, de forma bastante agressiva, como o representante de uma nova ordem, limpa e correta, em oposição à velha política, suja e transviada. Em postagem na sua conta oficial do *Twitter*, às vésperas do segundo turno, Bolsonaro publicou: "[r]epresento uma ameaça sim, aos corruptos, à bandidagem, [...] aos esquemas que assaltam o BNDES, [...] e aos que querem destruir o Brasil".[181]

O capitão reformado também canalizou a insatisfação popular com relação à má prestação de serviços públicos, sobretudo no que diz respeito à segurança. Segundo o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada e o Fórum Brasileiro de Segurança Pública, apenas em 2017, foram contabilizados mais de 65.000 homicídios no Brasil, o "maior nível histórico de letalidade violenta intencional".[182] No mesmo ano, o Conselho Cidadão para Segurança Pública do México divulgou, em seu levantamento periódico sobre o tema, que, das cinquenta cidades mais perigosas do mundo, dezenove se localizavam no Brasil.[183] Nesse contexto, as soluções talionescas e imediatistas de Bolsonaro, para quem "bandido bom é bandido morto", ganharam a preferência do público, na disputa com as propostas contraintuitivas e de longo prazo dos setores progressistas, como a legalização de entorpecentes e a desmilitarização da polícia. Não por outro motivo, as eleições de 2018 também alçaram muitos representantes das forças de segurança – entre bombeiros, policiais militares e membros das Forças Armadas – ao Congresso Nacional.[184]

No entanto, a ideia de segurança materializada no então candidato do PSL não falava apenas à reivindicação das pessoas por maior proteção estatal ao seu bem-estar físico e patrimonial. À semelhança do que ocorreu em países onde também se elegeram populistas

---

[180] HUNTER, Wendy; POWER, Timothy J. "Bolsonaro and Brazil's Illiberal Backlash", op. cit., p. 70 (tradução livre).

[181] Cf. <https://twitter.com/jairbolsonaro/status/1055818027143446528>. Acesso em: 18 de julho de 2019.

[182] IPEA e FBSP. *Atlas da Violência 2019*, p. 05. Disponível eletronicamente em: <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/relatorio_institucional/190605_atlas_da_violencia_2019.pdf>. Acesso em: 20 de julho de 2019.

[183] Cf. WOODY, Christopher. "The 50 Most Violent Cities in the World". *The Independent*, 21 de agosto de 2017. Disponível eletronicamente em: <https://www.independent.co.uk/travel/news-and-advice/50-most-violent-cities-venezuela-mexico-honduras-el-salvador-brazil-a7904726.html>. Acesso em: 20 de julho de 2019.

[184] Cf. ALMEIDA, Ronaldo de. "Deus acima de todos". In: ABRANCHES, Sérgio et al. *Democracia em risco?*: 22 ensaios sobre o Brasil hoje, op. cit., p. 44.

autoritários,[185] havia, na política de pânico bolsonarista, uma resposta fabricada para satisfazer aqueles que sentiam o seu *status* social ser ameaçado.[186] Como já dito, nos últimos anos, o Brasil testemunhou muitos avanços na promoção do direito à igualdade, tanto no âmbito da redistribuição, com iniciativas como o Bolsa Família, quanto no campo do reconhecimento, por meio, *e.g.*, da adoção das políticas de cotas raciais nas universidades públicas e dos avanços conquistados por minorias sexuais em espaços institucionais importantes como o Supremo Tribunal Federal. Sob tal perspectiva, a eleição de Bolsonaro pode ser interpretada como a vocalização do ressentimento à agenda igualitária, especialmente no campo cultural, com a rejeição das pautas de identidade.

Com efeito, o clima de luta contra a perda da condição de maioria, no qual se engendrou o *backlash* à igualdade, era solo fértil para o estilo furioso da campanha pró-Bolsonaro. Em artigo de 1964, o historiador norte-americano Richard Hofstadter afirmou que a ansiedade de *status* conduz a uma política paranoica, "superaquecida, excessivamente desconfiada e agressiva, além de pomposa e apocalíptica em sua expressão".[187] No caso do pleito presidencial de 2018, a paranoia se refletiu na adesão de vários eleitores brasileiros a um discurso maniqueísta por excelência, que postulava a proteção dos "cidadãos de bem" em face do suposto plano de dominação encabeçado pelos "inimigos da pátria", muitas vezes identificados com bandeiras e movimentos de esquerda, mediante rótulos genéricos como "ideologia de gênero" e "ditadura gay".[188] Entre os integrantes de determinadas camadas da sociedade, esse sectarismo encontrou ressonância ainda maior. É o caso de certos líderes e seguidores de denominações religiosas pentecostais e neopentecostais.

---

[185] Cf. NORRIS, Pippa; INGLEHART, Ronald. *Cultural backlash*: Trump, Brexit, and authoritarian populism. Cambridge: Cambridge University Press, 2019.

[186] Cf. MENDES, Conrado Hübner. "A política do pânico e circo". In: ABRANCHES, Sérgio et al. *Democracia em risco?*: 22 ensaios sobre o Brasil hoje, op. cit., pp. 230-246.

[187] HOFSTADTER, Richard. "The Paranoid Style in American Politics". In: *The Paranoid Style in American Politics and Other Essays*. Cambridge: Harvard University Press, 1964, p. 4 (tradução livre).

[188] Nas palavras da socióloga Angela Alonso, "[a] comunidade moral bolsonarista se estrutura na crença compartilhada em códigos binários, que divide o mundo em bem e mal, sagrado e profano, gente de família e indecentes, cidadãos de bem e bandidos, ético e corruptos, nacionalistas e globalistas. Essas clivagens simbólicas simplificam a realidade, reduzindo sua complexidade a estereótipos administráveis, e ativam sentimentos coletivos de alta voltagem – o afeto o medo, o ódio. Seu manejo reforça o senso de pertencimento a uma comunidade de semelhantes e estigmatiza os diferentes". (ALONSO, Angela. "A comunidade moral bolsonarista". In: ABRANCHES, Sérgio et al. *Democracia em risco?*: 22 ensaios sobre o Brasil hoje, op. cit., p. 52). Cf. também SCHWARCZ, Lilia. *Sobre o autoritarismo brasileiro*, op. cit., pp. 211-213.

Defensores de ideias que contribuem diretamente para o embrutecimento do conservadorismo brasileiro,[189] tais atores estão cada vez mais presentes na sociedade e na política brasileiras.[190] Quando pensados em bloco, nota-se que o caráter suprapartidário e interdenominacional desse segmento dificulta a sua integração, que só é alcançada nos debates sobre costumes e moral.[191] Quanto a esses temas, o grupo parece agir de acordo com a cartilha da *teologia do domínio*. É que, além de se pautarem por uma teologia da prosperidade – isto é, de busca pelo êxito material e financeiro durante a vida terrena –,[192] os seguidores de igrejas alicerçadas sobre a tradição neopentecostal costumam aderir "à exacerbação [de uma] cosmologia acentuadamente dualista, fundamentada na crença de que, na atualidade, vivemos e participamos de uma empedernida guerra cósmica entre Deus e Diabo pelo domínio da humanidade".[193] A eleição do atual presidente da República está imersa nessa mesma luta por domínio, que se deu "primeiro pela disputa antimajoritária com a Igreja Católica, depois com

[189] Cf. LACERDA, Marina Basso. *O novo conservadorismo brasileiro*: de Reagan a Bolsonaro. Porto Alegre: Zouk, 2019, pp. 185-205.

[190] De acordo com dados do Censo de 2010, 22,2% da população nacional se declara evangélica, sendo que, em 2000, 1991 e 1980, tal quantia se limitava a 15,4%, 9% e 6,6% dos brasileiros, respectivamente. Dentre os evangélicos, mais da metade (13,3) se diz adepta de denominações de origem pentecostal (Cf. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Censo Demográfico 2010*: Características gerais da população, religião e pessoas com deficiência, gráfico 36 e tabela 12. Disponível eletronicamente em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/94/cd_2010_religiao_deficiencia.pdf>. Acesso 20 de julho de 2019). Do mesmo modo, o número de políticos ligados ao pentecostalismo e ao neopentecostalismo também cresceu nos últimos anos. De 1987 a 2000, 163 protestantes exerceram cargos eletivos, sendo que, dentre eles, 99 provinham de denominações ligadas ao pentecostalismo (cf. FRESTON, Paul. *Evangelicals and Politics in Asia, Africa and Latin America*. Nova York: Cambridge University Press, 2004, p. 21). Em 2003, foi criada a Frente Parlamentar Evangélica no Congresso Nacional (cf. GONÇALVES, Rafael Bruno; PEDRA, Graciele Macedo. "O surgimento das denominações evangélicas no Brasil e a presença na política". *Diversidade Religiosa*, vol. 07, n° 02, 2017, pp. 92-93). Antes um grupo informal, a FPE contou, em 2015, com a confirmação de 203 assinaturas de deputados federais e senadores no seu requerimento de registro para a legislatura que terminou em 2018 (CÂMARA DOS DEPUTADOS. *Diário*, ano LXX, n° 192, 10/11/2015, pp. 95-108).

[191] Cf. DANTAS, Bruna Suruagy do Amaral. *Religião e política*: ideologia e ação da "Bancada Evangélica" na Câmara Federal. Tese de doutorado apresentada ao Departamento de Psicologia Social da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2011, p. 236. Em sentido semelhante, cf. ALMEIDA, Rodrigo de. "Deuses do Parlamento: os impedimentos de Dilma". In: ALMEIDA, Rodrigo de; TONIOL, Rodrigo (orgs.). *Conservadorismos, fascismos e fundamentalismos*: análises conjunturais. Campinas: Unicamp, 2018, p. 187.

[192] Cf. MARIANO, Ricardo. "Os neopentecostais e a teologia da prosperidade". *Novos Estudos CEBRAP*, n° 44, 1996, pp. 24-44.

[193] MARIANO, Ricardo. *Neopentecostais*: sociologia do novo pentecostalismo no Brasil. São Paulo: Loyola, 2005, p. 44.

‘os comunistas’ e, mais recentemente, contra feministas, LGBTs, militantes negro(as) e indígenas e o ‘marxismo cultural’”.[194]

É certo que, em sendo laica (art. 19, inciso I, CF/88), a democracia brasileira não é laicista e, por isso, confere a todas as denominações religiosas o mesmo grau de respeito e consideração.[195] Uma república democrática – e, por isso, genuinamente inclusiva – também admite a participação de representantes de denominações religiosas nos órgãos da política tradicional. Do mesmo modo, deve-se reconhecer que as igrejas pentecostais e neopentecostais são espaços de socialização importantes para os seus membros e que, dentre eles, há muitos que respeitam os valores e as instituições da democracia e que lutam pelo fortalecimento das suas bases constitucionais. Até porque, como diz o pastor Henrique Vieira, “[o] contexto social dos textos bíblicos é a experiência dos oprimidos” e “a perspectiva fundamentalista não tem o monopólio sobre a experiência cristã, nem no passado nem no presente”.[196] Nada obstante, o maniqueísmo alimentado por alguns líderes e adeptos dessas denominações vai de encontro ao imperativo de construção de um regime político que não é – e não pode se contentar em ser – palco para cruzadas religiosas. Nas palavras do sociólogo inglês Paul Freston:

> A situação é de crescimento sectário rápido num contexto democrático. As tendências triunfalistas e corporativistas levam em si perigos para a democracia. O sectarismo tem dificuldade em elaborar uma perspectiva universalista da política porque sempre foi excluído ou auto-excluído de tais preocupações. Não há projeto para a sociedade no pentecostalismo brasileiro. O corporativismo enfatiza a conquista de um lugar na religião civil, as questões morais e um governismo pragmático que busca maximizar os retornos. Isso reflete o conceito *sectário* de missão. Para garantir as melhores condições de funcionamento para a Igreja, aceitam-se os acordos. Como disse um candidato: “onde na Bíblia está escrito que os servos do Senhor devem financiar a expansão do reino das trevas? Antes, não deveria ser o contrário?”. Isso não é ingenuidade perante o poder, mas um pragmatismo autorizado pela visão sectária do mundo. Os benefícios recebidos não são vistos como traição à mensagem evangélica,

[194] Cf. BURITY, Joanildo. “A onda conservadora na política brasileira traz o fundamentalismo ao poder?”. In: ALMEIDA, Rodrigo de; TONIOL, Rodrigo (orgs.). *Conservadorismos, fascismos e fundamentalismos*: análises conjunturais, op. cit., p. 16.

[195] Afirma Ingo Wolfgang Sarlet: “[...] há que distinguir entre laicidade e separação (no sentido de independência) entre Estado e Igreja (e comunidades religiosas em geral) de laicismo e de uma postura de menosprezo e desconsideração do fenômeno religioso (das religiões e das entidades religiosas) por parte do Estado, pois uma coisa é o Estado não professar nenhuma religião e não assumir fins religiosos, mantendo uma posição equidistante e neutra, outra coisa é assumir uma posição hostil em relação à religião e mesmo proibitiva da religiosidade”. (SARLET, Ingo Wolfgang; MARINONI, Luiz Guilherme; MITIDIERO, Daniel. *Curso de Direito Constitucional*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2017, p. 524)

[196] VIEIRA, Henrique. “Fundamentalismo e extremismo não esgotam a experiência do sagrado nas religiões”. In: GALLEGO, Esther Solano (org.). *O ódio como política*: a reinvenção das direitas no Brasil. São Paulo: Boitempo, 2018, pp. 94 e 96.

> mas como um imposto que o poder "mundano" paga à verdade. Não é constantinismo (a oficialização da Igreja pelo poder temporal); é a apropriação do Estado pela *seita*.[197]

Além do seu caráter essencialmente sectário, a retórica bolsonarista testava – como ainda testa – os próprios limites da realidade. Conforme aponta Conrado Hübner Mendes, à política do pânico coletivo, o então candidato do PSL agregou a política do circo, isto é, "um espaço de alheamento para o qual seguidores alimentados pela intensa provisão de descrições falsas ou adulteradas dos fatos se deixam levar",[198] sem maiores questionamentos ou problematizações. À época da eleição, isso se fez sentir, sobretudo, no âmbito das redes sociais, com a proliferação de notícias claramente falsas, sendo um dos exemplos mais famosos o das supostas elaboração e distribuição de material de doutrinação homossexual de crianças pelo Partido dos Trabalhadores (o chamado *kit gay*).[199] Durante o pleito de 2018, o Tribunal Superior Eleitoral chegou a lançar mão de providências para coibir a divulgação de *fake news*, mas, ao que tudo indica, tais medidas foram pouco eficazes.[200]

É fato que a disseminação de mentiras para fins políticos não é fenômeno novo na história do Brasil. Cite-se, como caso paradigmático, a farsa do Plano Cohen, pretenso programa secreto comunista, elaborado por militares e utilizado por Vargas como uma das justificativas para derrubar a democracia e instaurar o Estado Novo.[201] Ademais, ainda não se conseguiu precisar a extensão dos efeitos das *fake news* para a vitória de Bolsonaro.[202] De qualquer maneira, o desapreço sistemático pelos fatos, em prol de ficções paranoicas que atendam à insatisfação de determinados eleitores, compromete o bom funcionamento dos regimes democráticos. Nesse sentido, a estratégia discursiva de *"desaparecimento da*

---

[197] FRESTON, Paul. "Protestantismo e democracia no Brasil". *Lusotopie*, n° 06, 1999, p. 338.

[198] MENDES, Conrado Hübner. "A política do pânico e circo", op. cit., p. 231.

[199] Cf. G1. "É #FAKE que Haddad criou 'kit gay' para crianças de seis anos", 16 de outubro de 2018. Disponível eletronicamente em: <https://g1.globo.com/fato-ou-fake/noticia/2018/10/16/e-fake-que-haddad-criou-kit-gay-para-criancas-de-seis-anos.ghtml>. Acesso em: 20 de julho de 2019.

[200] Cf. VENTURINI, Lilian. "O que o TSE fez e o que não fez no combate a notícias falsas". *Nexo Jornal*, 15 de outubro de 2018. Disponível eletronicamente em: <https://www.nexojornal.com.br/expresso/2018/10/15/O-que-o-TSE-fez-e-o-que-n%C3%A3o-fez-no-combate-a-not%C3%ADcias-falsas>. Acesso em: 17 de março de 2020.

[201] Cf. SCHWARCZ, Lilia; STARLING, Heloisa. *Brasil*: uma biografia. São Paulo: Companhia das Letras, 2015, p. 374.

[202] Cf. MOURA, Maurício; CORBELLINI, Juliano. *A eleição disruptiva*: por que Bolsonaro venceu, op. cit., pp. 127-133.

realidade", adotada por Jair Bolsonaro e por outros populistas autoritários como Donald Trump, já é, em si, bastante preocupante.[203]

Pois bem. Desde que assumiu a presidência da República, o capitão reformado vem desafiando a higidez da democracia constitucional brasileira. Em um dos seus primeiros atos no cargo, editou medida provisória – MP n° 870/2019 – que atribuiu à Secretaria de Governo a competência para "supervisionar, coordenar, monitorar e acompanhar as atividades e as ações dos organismos internacionais e das organizações não governamentais no território nacional" (art. 5°, inciso II), ameaçando a sua independência, de modo semelhante ao que se deu na Hungria de Orbán.[204] Por meio do mesmo ato normativo, cumpriu a promessa de que não demarcaria mais um centímetro de terra indígena[205] ao conferir ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA, órgão ligado aos interesses do agronegócio, a atribuição para identificar e registrar essas áreas (art. 21, inciso XIV, e § 2°, inciso I), o que pôs em risco a política constitucional de defesa ao direito fundamental das comunidades tradicionais aos seus próprios territórios, antes sob a responsabilidade da Fundação Nacional do Índio – FUNAI.

Ademais, mediante a edição de uma série de decretos erráticos, Bolsonaro flexibilizou os requisitos para a posse e o porte de armas de fogo por civis. Muito embora todos os dados apontem no sentido de que a aprovação, em 2003, do Estatuto do Desarmamento pelo Congresso Nacional gerou efeitos positivos para o combate ao fenômeno crônico da violência no país,[206] o presidente eleito desfigurou a política legislativa de rígido controle do acesso da população a armas e munições, em absoluta contrariedade à cláusula constitucional de separação de poderes, colocando em risco os direitos fundamentais à vida e à segurança da

---

[203] Sobre o tema da crise da verdade, com destaque para o cenário norte-americano, cf. KAKUTANI, Michiko. *A morte da verdade*: notas sobre a mentira na era Trump. Tradução de André Czarnobai e Marcela Duarte. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2018.

[204] Cf. THAN, Krisztina. "Civil organizations in Hungary brace for government crackdown on NGOs". *Reuters*, 25 de abril de 2018. Disponível eletronicamente em: <https://www.reuters.com/article/us-hungary-orban-ngos/civil-organizations-in-hungary-brace-for-government-crackdown-on-ngos-idUSKBN1HW1ZN>. Acesso em: 21 de julho de 2019.

[205] Cf. RESENDE, Sarah Mota. "'No que depender de mim, não tem mais demarcação de terra indígena', diz Bolsonaro a TV". *Folha de São Paulo*, 05 de novembro de 2018. Disponível eletronicamente em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/11/no-que-depender-de-mim-nao-tem-mais-demarcacao-de-terra-indigena-diz-bolsonaro-a-tv.shtml>. Acesso em: 21 de julho de 2019.

[206] Conforme indicam o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada e o Fórum Brasileiro de Segurança Pública, "[e]nquanto nos 14 anos após o ED [Estatuto do Desarmamento], entre 2003 e 2017, o crescimento médio anual da taxa de homicídios por arma de fogo no país foi de 0,85%. Nos 14 anos antes do ED, a taxa média anual havia sido de 5,44%, ou mais de seis vezes maior". In: IPEA e FBSP, op. cit., p. 81.

população em geral, com efeitos potencialmente ainda mais nefastos para minorias já estigmatizadas, como negros, mulheres e moradores de áreas rurais com baixa renda. Segundo o governo, tais atos normativos supostamente fariam valer a vontade dos brasileiros,[207] mas pesquisas mostram que 64% dos cidadãos são contrários à posse de armas de fogo,[208] bem como 73% dos brasileiros desaprovam a flexibilização do porte de armamentos.[209]

Também por decreto, Bolsonaro extinguiu conselhos e colegiados de políticas públicas cuja criação havia sido aprovada por lei formal do Congresso Nacional, em mais uma demonstração de desdém tanto pelas decisões do parlamento, quanto pela participação da própria sociedade civil na atuação administrativa.[210] De forma igualmente unilateral, o presidente exonerou todos os peritos do Mecanismo Nacional de Prevenção à Tortura, além de transformar a participação nesse órgão em prestação de serviço público não remunerado (arts. 3º e 4° do Decreto n° 9.831/2019). Como afirmou a Procuradoria Federal dos Direitos dos Cidadãos do Ministério Público Federal, ao estabelecer que a atuação dos integrantes do mecanismo passaria a ser voluntária, Bolsonaro atentou contra a sua independência, não apenas contrariando a lei que o instituiu, como também comprometendo o bom funcionamento da política constitucional de combate e prevenção à tortura, problema ainda tão grave no país.[211]

As escolhas do capitão reformado também trazem à baila outro fantasma antigo da política nacional. Em seu livro sobre a atual crise das democracias, Adam Przeworski defende

---

[207] D'AGOSTINO, Rosanne; OLIVEIRA, Mariana. "AGU diz ao Supremo que decreto sobre armas vai 'ao encontro da vontade popular'". *G1*, 05 de junho de 2019. Disponível eletronicamente em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2019/06/05/agu-diz-ao-supremo-que-decreto-sobre-armas-vai-ao-encontro-da-vontade-popular.ghtml>. Acesso em: 21 de julho de 2019.

[208] Cf. CORREIO BRAZILIENSE. "64% dos brasileiros são contrários à posse de arma, diz pesquisa", 11 de abril de 2019. Disponível eletronicamente em: <https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/politica/2019/04/11/interna_politica,748941/64-dos-brasileiros-sao-contrarios-a-posse-de-arma-diz-pesquisa.shtml>. Acesso em: 21 de julho de 2019.

[209] Cf. G1. "Ibope: 73% são contra a flexibilização do porte de armas e 26% são a favor", 03 de junho de 2019. Disponível eletronicamente em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2019/06/03/ibope-maioria-dos-entrevistados-em-pesquisa-e-contra-a-flexibilizacao-das-regras-de-armas.ghtml>. Acesso em: 21 de julho de 2019.

[210] Nas palavras de Fernando de Brito Alves e Amanda Querino dos Santos Barbosa, "os Conselhos de Políticas Públicas tratam-se de instâncias promotoras de participação social cujas decisões legítimas são eficazes no fortalecimento do Estado Democrático de Direito" (ALVES, Fernando de Brito; BARBOSA, Amanda Querino dos Santos. "Conselhos de políticas públicas: análise crítica do instituto e legitimidade democrática das suas decisões e procedimentos". *Nomos*, vol. 38, n° 01, 2018, p. 103).

[211] Cf. PROCURADORIA FEDERAL DOS DIREITOS DO CIDADÃO. *Representação PFDC Nº 10/2019/PFDC/MPF*, 11 de junho de 2019. Disponível eletronicamente em: <http://pfdc.pgr.mpf.mp.br/atuacao-e-conteudos-de-apoio/representacoes/representacao-pfdc-mpf-10-2019>. Acesso em: 21 de julho de 2019.

que, diferentemente do que se verificava no passado, os militares desocuparam a cena política da maior parte dos países e, por isso, não exercem mais papel tão decisivo nos processos de derrocada dos regimes democráticos.[212] O caso brasileiro, entretanto, aparenta ser mais intrincado. Isso porque o presidente vem indicando militares – da reserva *e* da ativa – para vários cargos importantes do seu governo, gesto que, segundo Perry Anderson, completa o movimento parabólico iniciado com o golpe de 1964 e retomado nas eleições de 2018.[213] De acordo com levantamento feito com base em dados oficiais, apenas nos primeiros nove meses do mandato de Jair Bolsonaro, já havia, ao menos, 2.500 membros das Forças Armadas em cargos de chefia ou de assessoramento, além da vice-presidência e de ministérios federais.[214] Nesse diapasão, a presença bastante considerável de militares no atual governo zomba da natureza apartidária das instituições de combate e defesa, fazendo brotar uma fonte perene de preocupação quanto ao comportamento dos militares na hipótese de uma eventual mudança das correlações entre os vetores da política nacional.

Também no plano das declarações, o presidente eleito continua se comportando como se estivesse em plena campanha eleitoral, endereçando-se à parcela mais fiel e apaixonada do seu eleitorado. Desde que assumiu a chefia do Poder Executivo, Bolsonaro vem questionando, de forma contumaz, a fidedignidade de dados técnicos apresentados por vários órgãos oficiais, além de ter afirmado, *e.g.*, que o país não pode ser lugar de turismo gay porque aqui existem famílias,[215] que o trabalho infantil "não prejudica as crianças",[216] que ninguém passa fome no Brasil,[217] que a questão ambiental importa apenas "aos veganos, que comem só vegetais",[218] e

[212] Cf. PRZEWORSKI, Adam. *Crises of Democracy*, op. cit., p. 140.

[213] Cf. ANDERSON, Perry. *Brazil Apart*: 1964-2019. Londres e New York: Verso, 2019, pp. 213-214.

[214] Cf. MATTOSO, Camila; BRAGON, Ranier. "Bolsonaro amplia presença de militares em 30 órgãos federais". *Folha de São Paulo*, 14 de outubro de 2019. Disponível eletronicamente em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2019/10/bolsonaro-amplia-presenca-de-militares-em-30-orgaos-federais.shtml>. Acesso em: 10 de março de 2020.

[215] Cf. EXAME. "'Brasil não pode ser país do mundo gay; temos famílias', diz Bolsonaro", 26 de abril de 2019. Disponível eletronicamente em: <https://exame.abril.com.br/brasil/brasil-nao-pode-ser-pais-do-mundo-gay-temos-familias-diz-bolsonaro/> Acesso em: 02 de agosto de 2019.

[216] Cf. EXAME. "Bolsonaro defende trabalho infantil: 'não prejudica as crianças', 05 de julho de 2019. Disponível eletronicamente em: <https://exame.abril.com.br/brasil/em-live-bolsonaro-afirma-que-trabalho-nao-atrapalha-criancas/>. Acesso em: 02 de agosto de 2019.

[217] Cf. JIMÉNEZ, Carla. "Bolsonaro: 'Falar que se passa fome no Brasil é uma grande mentira, é um discurso populista'". *El País Brasil*, 19 de julho de 2019. Disponível eletronicamente em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2019/07/19/politica/1563547685_513257.html>. Acesso em: 02 de agosto de 2019.

[218] Cf. GARCIA, Diego. "Questão ambiental é para veganos que só comem vegetais, diz Bolsonaro". *Folha de São Paulo*, 27 de julho de 2019. Disponível eletronicamente em:

que o programa Mais Médicos, implementado por Dilma Rousseff, tinha como objetivo formar "núcleos de guerrilha".[219] Indagado sobre o teor das suas falas, respondeu simplesmente que não vai mudar o seu jeito de ser.[220]

Esse breve – e meramente ilustrativo – histórico de medidas e de declarações do capitão reformado ao longo do seu primeiro biênio na presidência da República demonstram o potencial corrosivo da sua agenda política para a democracia brasileira. No entanto, deve-se ressaltar que, por ora, Bolsonaro tem se deparado com certo grau de resistência aos seus atos. Diariamente, setores da imprensa e entidades da sociedade civil vêm acompanhando o seu governo e denunciando abusos pontuais. Já sob o ângulo institucional, tem-se que o parlamento e o STF também já marcaram posição contrária a determinados atos do presidente. Nessa linha, citem-se, *e.g.*, a rejeição do Congresso Nacional à transferência, da FUNAI para o MAPA, das atribuições referentes às terras indígenas, bem como a suspensão, pela Suprema Corte, do decreto que extinguiu os conselhos federais previamente instituídos por lei. Por esse motivo, Tom Gerald Daly sugere, em artigo sobre o tema, que "o Brasil talvez tenha passado de um contexto de decadência democrática para um cenário de sobrevivência democrática".[221]

A crise de saúde ocasionada pela disseminação, a nível global, do novo coronavírus provocou novas reações institucionais a Bolsonaro. Apesar dos inúmeros dados científicos acerca da gravidade das circunstâncias, o presidente eleito não tardou a considerar a natural preocupação das comunidades nacional e internacional como mera "histeria",[222] incitando a sua base eleitoral mais ferrenha contra o sistema que estaria tentando se valer da pandemia para

<https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2019/07/questao-ambiental-e-para-veganos-que-so-comem-vegetais-diz-bolsonaro.shtml>. Acesso em: 02 de agosto de 2019.

[219] Cf. LINDNER, Julia; WETERMAN, Daniel. "Bolsonaro diz que Mais Médicos tinha objetivo de formar 'núcleos de guerrilha'". *O Estado de São Paulo*, 01 de agosto de 2019. Disponível eletronicamente em: <https://saude.estadao.com.br/noticias/geral,bolsonaro-diz-que-mais-medicos-tinha-objetivo-de-formar-nucleos-de-guerrilha,70002950683>. Acesso em: 02 de agosto de 2019.

[220] Cf. SOARES, Jussara. "Bolsonaro diz que, mesmo após ataques, não vai mudar seu jeito de ser". *O Globo*, 31 de julho de 2019. Disponível eletronicamente em: <https://oglobo.globo.com/brasil/bolsonaro-diz-que-mesmo-apos-ataques-nao-vai-mudar-seu-jeito-de-ser-1-23844354>. Acesso em: 02 de agosto de 2019.

[221] DALY, Tom Gerald. "Populism, Public Law, and Democratic Decay in Brazil: Understanding the Rise of Jair Bolsonaro", op. cit., p. 22 (tradução livre).

[222] Cf. JIMÉNEZ, Carla; BENITES, Afonso. "Bolsonaro insiste que crise do coronavírus é 'histeria', e ex-aliados sugerem seu afastamento". *El País Brasil*, 17 de março de 2020. Disponível eletronicamente em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2020-03-17/bolsonaro-insiste-que-crise-do-coronavirus-e-histeria-e-ex-aliados-sugerem-seu-afastamento.html>. Acesso em: 17 de março de 2020.

enquadrá-lo.[223] Pressionado pelos setores que apoiavam políticas de distanciamento social e temendo os efeitos econômicos gerados pela paralisação de várias atividades, o presidente adotou uma postura beligerante, causando atritos com membros do próprio governo, como o então Ministro da Saúde e a linha mais moderada das Forças Armadas.[224] Outras autoridades, como os presidentes das duas casas legislativas, condenaram publicamente as manifestações de Bolsonaro sobre a crise do coronavírus,[225] e a Mesa Diretora da Câmara dos Deputados requereu à presidência informações acerca dos exames de COVID-19 feitos pelo próprio capitão reformado.[226] Nas esferas estadual e municipal, governadores e prefeitos também se puseram contra Bolsonaro,[227] demonstrando que a federação pode ser, de fato, um mecanismo importante de contenção do poder político.

Contudo, a despeito dessas constatações positivas, a capacidade de resiliência institucional ainda está sob teste. É que, para oferecer resistência constante a um governo autoritário como o de Bolsonaro, as instituições precisam contar com o suporte da população, e não parece ser o caso. Conforme já visto, o sistema político brasileiro experimenta uma das piores crises da sua história em termos de legitimidade, o que, sem dúvida, repercute no apoio aos trabalhos dos órgãos representativos. Pesquisas apontam que, mesmo após a recente onda de renovação, o parlamento ainda goza de apenas 22% de aprovação popular,[228] sendo que 34%

---

[223] Cf. NOBRE, Marcos. *Ponto-final*: a guerra de Bolsonaro contra a democracia. São Paulo: Todavia, 2020.

[224] Cf. BENITES, Afonso. "Militares e cúpula do Legislativo intervêm para manter Mandetta, a despeito de Bolsonaro". *El País Brasil*, 07 de abril de 2020. Disponível eletronicamente em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2020-04-07/militares-e-cupula-do-legislativo-intervem-para-manter-mandetta-a-despeito-de-bolsonaro.html>. Acesso em: 07 de abril de 2020.

[225] Cf. BRANT, Daniele. "Maia critica Bolsonaro e diz que é melhor 'respeitar a ciência do que fritar' o Mandetta". *Folha de São Paulo*, 07 de abril de 2020. Disponível eletronicamente em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2020/04/maia-critica-bolsonaro-e-diz-que-e-melhor-respeitar-a-ciencia-do-que-fritar-o-mandetta.shtml>. Acesso em: 07 de abril de 2020; e UOL. "Alcolumbre critica fala de Bolsonaro e pede união contra coronavírus", 24 de março de 2020. Disponível eletronicamente em: <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2020/03/24/alcolumbre-critica-fala-de-bolsonaro-e-pede-uniao-contra-coronavirus.htm>. Acesso em: 07 de abril de 2020.

[226] Cf. MEGALE, Bela. "Câmara dá 30 dias para Bolsonaro mostrar exames de coronavírus". *O Globo*, 15 de abril de 2020. Disponível eletronicamente em: <https://blogs.oglobo.globo.com/bela-megale/post/camara-da-ate-30-dias-para-bolsonaro-mostrar-examesde-coronavirus.html>. Acesso em: 15 de abril de 2020.

[227] Cf. KADANUS, Kelli; ABRÃO, Camila. "Governadores e prefeitos isolam Bolsonaro após pronunciamento sobre coronavírus". *Gazeta do Povo*, 25 de março de 2020. Disponível eletronicamente em: <https://www.gazetadopovo.com.br/republica/bolsonaro-isolado-governadores-coronavirus/>. Acesso em: 07 de abril de 2020.

[228] Cf. FARIA, Flávia. "Aprovação ao Congresso sobe e atinge 22% após renovação histórica, aponta Datafolha". *Folha de São Paulo*, 13 de abril de 2019. Disponível eletronicamente em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2019/04/aprovacao-ao-congresso-sobe-e-atinge-um-quinto-dos-brasileiros-aponta-datafolha.shtml>. Acesso em: 21 de julho de 2019.

dos brasileiros aceitam o seu fechamento.[229] Como será possível, em meio à tamanha desconfiança, exercer controle ininterrupto sobre um governo que desafia rotineiramente a maleabilidade das fronteiras da democracia? Sem falar que se trata, de acordo com analistas políticos, da composição mais conservadora, nas últimas décadas, do Congresso Nacional,[230] órgão tradicionalmente fisiológico, mais propenso a compor que a resistir.

De maneira semelhante, o Supremo Tribunal Federal também não tem sabido lidar com este momento turbulento da vida democrática brasileira, o que ameaça o desempenho da sua missão institucional de guarda da Constituição. É que, ultimamente, a Corte vem sendo provocada a solucionar questões com impactos significativos para os poderes políticos e para os seus integrantes, fazendo-o, entretanto, de maneira muitas vezes contraditória. Destaque-se, por exemplo, a jurisprudência vacilante do STF sobre o delicado tema da execução provisória da pena, o que acabou repercutindo de forma negativa em um dos episódios mais quentes da histórica política recente do Brasil, que foi o já citado julgamento do *habeas corpus* do ex-presidente Lula. Como aponta Patrícia Perrone Campos Mello, "[e]m um ambiente político cada vez mais aquecido e desestabilizado, o Supremo Tribunal Federal passa a apresentar um comportamento ambivalente e contraditório, que expõe a polarização da Corte, a fragmentação e a divergência entre os seus ministros".[231]

Essa ambivalência é potencializada pela crise das decisões monocráticas. Com efeito, os integrantes do STF passaram a decidir um número cada vez maior de pedidos liminares sem antes submetê-los ao crivo do plenário, o que aumenta as chances de pronunciamentos contraditórios sobre a mesma questão e, consequentemente, afeta a sua legitimidade

---

[229] Cf. MARCELINO, Daniel; MELLO, Fernando; HELFSTEIN, Lucas. "Pesquisa JOTA: 34% dos brasileiros aceitam fechar o Congresso e 32%, o STF". *Jota*, 08 de julho de 2019. Disponível eletronicamente em: <https://www.jota.info/stf/pesquisa-jota-34-dos-brasileiros-aceitam-fechar-o-congresso-e-32-o-stf-08072019>. Acesso em: 21 de julho de 2019.

[230] Cf. MEDEIROS, Lydia. "Análise: Congresso será o mais conservador das últimas três décadas". Época, 07 de outubro de 2018. Disponível eletronicamente em: <https://epoca.globo.com/analise-congresso-sera-mais-conservador-das-ultimas-tres-decadas-23138687>. Acesso em: 21 de julho de 2019; e QUEIROZ, Antônio Augusto de. "Novo Congresso Nacional veio pior que a encomenda". *Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar*, 15 de outubro de 2018. Disponível eletronicamente em: <https://www.diap.org.br/index.php/noticias/agencia-diap/28530-novo-congresso-veio-pior-que-a-encomenda>. Acesso em 21 de julho de 2019.

[231] MELLO, Patrícia Perrone Campos. "Trinta anos, uma Constituição, três Supremos: autorrestrição, expansão e ambivalência". In: In: BARROSO, Luís Roberto; MELLO, Patrícia Perrone Campos (coords.). *A república que ainda não foi*: trinta anos da Constituição de 1988 na visão da Escola de Direito Constitucional da UERJ, op. cit., p. 110.

institucional.[232] Em processos com repercussão no mundo político, a situação se torna ainda mais complexa, na medida em que, nesse campo, a prolação de decisões erráticas põe em xeque a própria imagem de imparcialidade da Corte. Foi o que ocorreu, *e.g.*, quando, pouco depois que o Min. Gilmar Mendes impediu cautelarmente a posse do ex-presidente Lula como Ministro-Chefe da Casa Civil, o Min. Celso de Mello autorizou que o então presidente Michel Temer nomeasse para o mesmo cargo o também emedebista Moreira Franco, a despeito de haver suspeitas semelhantes de desvio de finalidade no ato administrativo.[233]

Ocorre que, para tutelar adequadamente as regras do jogo democrático e os direitos fundamentais, é necessário que o Supremo Tribunal Federal mantenha a sua integridade, com o objetivo de amealhar suficiente capital político perante a opinião pública.[234] Afinal, trata-se de instituição que está sempre se equilibrando sobre a linha tênue que contrapõe, de um lado, o seu déficit natural de legitimidade democrática, e, de outro lado, o exercício das suas funções eminentemente contramajoritárias. Desde o fim da ditadura civil-militar, talvez esta seja a hora em que a democracia e os direitos mais necessitaram da corte constitucional brasileira, que, contudo, atravessa uma dos piores fases da sua história no tocante à falta de apoio popular difuso à sua atuação,[235] diminuindo, assim, as chances de resistência institucional à agenda iliberal do atual governo.

Não bastasse, o comportamento e as declarações de integrantes do STF anunciam o possível risco de capitulação institucional. De um lado, existe a ameaça do colaboracionismo: "[n]a história universal da infâmia judicial, muitas cortes, diante da onda autoritária, renderam-se à tentação colaboracionista sem perder a ternura legalista".[236] Logo no primeiro semestre do

---

[232] Cf. ARGUELHES, Diego Werneck; RIBEIRO, Leandro Molhano. "Ministrocracia: o Supremo Tribunal Federal individual e o processo democrático brasileiro". *Novos Estudos CEBRAP*, vol. 37, n° 01, 2018, pp. 13-32.

[233] Cf. SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. MS n° 34.609-MC, Decisão monocrática, Rel. Min. Celso de Mello, DJe 16/02/2017.

[234] Cf. BRANDÃO, Rodrigo. *Supremacia judicial versus diálogos constitucionais*: a quem cabe a última palavra sobre o sentido da Constituição?. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2017, pp. 318, ss.

[235] Segundo pesquisa do LAPOP, 38% da população brasileira acredita que, a depender das circunstâncias, o presidente pode dissolver o Supremo Tribunal Federal. Cf. FARIA, Flávia. "Confiança na democracia sobe, mas insatisfação com seu funcionamento é de 58%". *Folha de São Paulo*, 04 de junho de 2019. Disponível eletronicamente em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2019/06/confianca-na-democracia-sobe-mas-insatisfacao-com-seu-funcionamento-e-de-58.shtml>. Acesso em: 21 de julho de 2019.

[236] MENDES, Conrado Hübner. "Uma proposta com dez medidas elementares de ética para o STF". *Folha de São Paulo*, 09 de fevereiro de 2019. Disponível eletronicamente em: <https://www1.folha.uol.com.br/ilustrissima/2019/02/uma-proposta-com-dez-medidas-elementares-de-etica-para-o-stf.shtml>. Acesso em: 08 de maio de 2020.

mandato de Jair Bolsonaro, o atual presidente do Supremo, Min. Dias Toffoli, tomou a iniciativa de comunicar a necessidade de um "pacto" entre os poderes para dar sustentação a propostas do governo cuja constitucionalidade o próprio tribunal poderá ser chamado a analisar no futuro.[237] O movimento, caracterizado por Diego Werneck Arguelhes e Felipe Recondo como "cooperação judicial antecipada",[238] trai a autoridade da Corte em nome de uma promessa que, como demonstram os acontecimentos mais recentes, a outra parte não está disposta a cumprir. Em prol da sua própria leitura do princípio da separação dos poderes, o presidente do STF retirou da pauta de julgamento ação que questionava a validade da política armamentista do capitão reformado,[239] mesmo com fortes suspeitas de fraude à jurisdição constitucional pelo Executivo; criticou judicialização ao liberar nota de órgão federal em comemoração ao golpe de 1964;[240] e se mostrou irritado com as decisões contrárias aos interesses do governo proferidas por seus pares.[241]

De outro lado, tem-se a facilidade da ilusão, que, embora por outra via, pode empurrar o tribunal para o mesmo destino ao qual também conduz o impulso colaboracionista. Apesar dos recados cada vez mais diretos de Bolsonaro e de seus correligionários contra a democracia e as instituições constituídas, o Min. Luís Roberto Barroso teima em repetir o mesmo mantra – "está tudo bem". Em entrevista recente, Barroso disse não ver "nenhuma perspectiva de quebra da legalidade constitucional no Brasil", tampouco "qualquer germe golpista em parte alguma das instituições relevantes [...]".[242] Declarações desse gênero talvez sejam o melhor exemplo

---

[237] Cf. BENITES, Afonso. "Pacto entre poderes, a ideia que une Bolsonaro e Toffoli", *El País Brasil*, 27 de maio de 2019. Disponível eletronicamente em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2019/05/28/politica/1559000662_221947.html>. Acesso em: 08 de maio de 2020.

[238] Cf. ARGUELHES, Diego Werneck; RECONDO, Felipe. "Toffoli, Bolsonaro e o 'pacto': o problema da 'cooperação judicial antecipada'". *Jota*, 03 de junho de 2019. Disponível eletronicamente em: <https://www.jota.info/stf/supra/stf-e-governo-o-fenomeno-da-cooperacao-judicial-antecipada-03062019>. Acesso em: 08 de maio de 2020.

[239] Cf. VIAPIANA, Tábata. Toffoli retira da pauta ações que questionam decreto de armas de Bolsonaro. *Conjur*, 25 de junho de 2019. Disponível eletronicamente em: <https://www.conjur.com.br/2019-jun-25/toffoli-retira-pauta-acoes-questionam-decreto-armas>. Acesso em: 08 de maio de 2020.

[240] Cf. SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. SL n° 1.326-MC, Decisão da Presidência, Rel. Min. Presidente, DJe 06/05/2020.

[241] Cf. BERGAMO, Mônica. "Toffoli se irrita com decisões do STF contra Bolsonaro". *Folha de São Paulo*, 08 de maio de 2020. Disponível eletronicamente em: <https://www1.folha.uol.com.br/colunas/monicabergamo/2020/05/toffoli-se-irrita-com-decisoes-do-stf-contra-bolsonaro.shtml>. Acesso em: 08 de maio de 2020.

[242] Cf. SOARES, João; SALGADO, Felipe. "'Fricção entre poderes é própria da democracia', diz Barroso". *DW Brasil*, 14 de abril de 2020. Disponível eletronicamente em: <https://www.dw.com/pt-

de autoengano entre as instituições nacionais. Iludir-se, subestimando a capacidade erosiva do atual governo, também pode ter consequências fatais para o futuro do nosso regime democrático. Barroso parece se apegar às conquistas alcançadas depois da redemocratização para tentar convencer os seus interlocutores de que o nosso pacto constitucional perdurará, a despeito de todos os sinais lúgubres. "Na vida, a gente deve saber comemorar as vitórias",[243] escreveu o ministro certa vez. Porém, também é necessário reagir aos perigos que surgem. Como bem afirmou o ex-juiz de outra corte constitucional, Aharon Barak, "[a] suposição de que 'isso não pode acontecer conosco' não deve mais ser aceita. Tudo pode acontecer. Se a democracia foi pervertida e destruída na Alemanha de Kant, Beethoven e Goethe, o mesmo pode acontecer em qualquer lugar".[244]

Todavia, o maior desafio à democracia constitucional no Brasil parece transbordar o debate acerca da tenacidade das instituições. Apesar do esforço irresponsável de parte da mídia nacional para normalizar a sua candidatura,[245] em nenhum momento da sua carreira política Jair Bolsonaro dissimulou o seu ímpeto autoritário. Pelo contrário, o capitão reformado, em mais de uma oportunidade, deixou clara a sua antipatia pelos valores centrais do ideário democrático e do constitucionalismo, ao afirmar, *e.g.*, que algumas mulheres não mereceriam ser estupradas por serem supostamente feias;[246] que preferiria ver seu filho morto a sabê-lo homossexual;[247] que os quilombolas não serviriam sequer para procriar;[248] que "Pinochet fez o que devia ser

br/fric%C3%A7%C3%A3o-entre-poderes-%C3%A9-pr%C3%B3pria-da-democracia-diz-barroso/a-53114167>. Acesso em: 08 de maio de 2020.

[243] BARROSO, Luís Roberto. "'Operação Abafa' tenta barrar avanços do STF, escreve Barroso". *Folha de São Paulo*, 23 de fevereiro de 2018. Disponível eletronicamente em: <https://www1.folha.uol.com.br/ilustrissima/2018/02/em-artigo-ministro-do-supremo-rebate-criticas-feitas-ao-tribunal.shtml>. Acesso em: 08 de maio de 2020.

[244] BARAK, Aharon. *The Judge in a Democracy*. Princeton: Princeton University Press, 2006, p. 21.

[245] Cf. ARAÚJO, Bruno; PRIOR, Hélder. "Framing Political Populism: The Role of Media in Framing the Election of Jair Bolsonaro". *Journalism Practice*, 2020, pp. 01-17.

[246] Cf. RAMALHO, Renan. "Bolsonaro vira réu por falar que Maria do Rosário não merece ser estuprada". *G1*, 21 de fevereiro de 2016. Disponível eletronicamente em: <http://g1.globo.com/politica/noticia/2016/06/bolsonaro-vira-reu-por-falar-que-maria-do-rosario-nao-merece-ser-estuprada.html>. Acesso em: 21 de julho de 2019.

[247] Cf. TERRA. "Bolsonaro: 'prefiro filho morto em acidente a um homossexual'", 08 de junho de 2011. Disponível eletronicamente em: <https://www.terra.com.br/noticias/brasil/bolsonaro-prefiro-filho-morto-em-acidente-a-um-homossexual,cf89cc00a90ea310VgnCLD200000bbcceb0aRCRD.html>. Acesso em: 21 de julho de 2019.

[248] Cf. CONGRESSO EM FOCO. "Bolsonaro: 'Quilombola não serve nem para procriar'", 05 de abril de 2017. Disponível eletronicamente em: <https://congressoemfoco.uol.com.br/especial/noticias/bolsonaro-quilombola-nao-serve-nem-para-procriar/>. Acesso em: 21 de julho de 2019.

feito";[249] e que, a seu ver, Carlos Alberto Brilhante Ustra, conhecido torturador da ditadura militar brasileira, é um herói do país.[250] Nessa mesma esteira de absurdos, em entrevista dada a um programa de TV, no final da década de 1990, Bolsonaro asseverou, categoricamente:

> Através do voto, você não vai mudar nada neste país. Nada, absolutamente nada! Você só vai mudar, infelizmente, quando um dia nós partirmos para uma guerra civil aqui dentro. E fazendo o trabalho que o regime militar não fez, matando uns 30 mil, começando com o FHC. Não deixar ir para fora, não! Matando! Se vai [sic] morrer alguns inocentes, tudo bem, em tudo quanto é guerra morre inocente.[251]

Nesse diapasão, a eleição de Bolsonaro, por si só, talvez seja o sinal definitivo de que a maior parte da população não mais acredita – ou, o que é ainda pior, jamais acreditou – na eventual redenção das promessas emancipatórias da Constituição de 1988.[252] Pouco importa se as pessoas votaram no capitão reformado porque queriam menos corrupção, mais segurança pública, ou simplesmente porque rejeitavam o Partido dos Trabalhadores. Em última análise, a consagração eleitoral de Bolsonaro representa, no mínimo, que os cidadãos transigiram com um programa político baseado na promoção da intolerância e na recusa de conquistas civilizacionais básicas. Verifica-se, pois, falta de enraizamento da cultura constitucional nos corações e nas mentes dos brasileiros, o que, independentemente do estado de funcionamento das instituições, consiste, desde já, em problema gravíssimo para a nossa democracia. Nas palavras de Cláudio Pereira de Souza Neto e Daniel Sarmento:

> A observância efetiva da Constituição depende da adesão do povo para o qual a Constituição se destina; pressupõe o reconhecimento que lhe é conferido pela comunidade política; demanda, fundamentalmente, a disseminação de uma cultura constitucional, e o respeito pelas instituições políticas básicas do Estado Democrático de Direito. Se a Constituição não é levada a sério pela sociedade, de pouco adiantará um sistema judiciário robusto e uma jurisdição constitucional atuante. A Constituição será desrespeitada e violada no cotidiano, seja pelo cidadão, seja pelos agentes públicos e lideranças políticas. Para que a ordem constitucional se estabilize e se

[249] Cf. CARVALHO, Bruno. "Não foi você: uma interpretação do bolsonarismo". *Piauí*, julho de 2018.

[250] Cf. G1. "Bolsonaro diz no Conselho de Ética que coronel Ustra é 'herói brasileiro'", 08 de novembro de 2016. Disponível eletronicamente: <http://g1.globo.com/politica/noticia/2016/11/bolsonaro-diz-no-conselho-de-etica-que-coronel-ustra-e-heroi-brasileiro.html>. Acesso em: 21 de julho de 2019.

[251] A declaração foi feita em entrevista dada por Bolsonaro ao extinto programa Câmera Aberta, exibido pela TV Bandeirantes. O vídeo está disponível eletronicamente no *YouTube*, no seguinte link: <https://www.youtube.com/watch?v=qIDyw9QKIvw> (a partir de 31:00). Acesso em: 21 de julho de 2019.

[252] Cf. BALKIN, Jack M. *Constitutional Redemption*: political faith in an unjust world, op. cit., pp. 33-72.

> efetive, é necessário que na sociedade não predomine a "vontade de poder", mas a "vontade de constituição".[253]

Em vez de apostar na democracia e na Constituição, o Brasil de Bolsonaro se valeu das urnas para desprezá-las. E, infelizmente, continua a fazê-lo. Por causa de disputas orçamentárias, o chefe do Gabinete de Segurança Institucional chamou o Congresso brasileiro de "chantagista", e o capitão reformado, ao invés de tentar apaziguar os ânimos, compartilhou vídeo em que se convocava a população para passeatas contra o parlamento e contra o Supremo Tribunal Federal.[254] Apesar das orientações emitidas pelas autoridades de saúde por causa da disseminação do novo coronavírus, capitais brasileiras e cidades do interior sediaram tais manifestações em prol do presidente, que não só as incentivou por meio das redes sociais durante todo o dia, como saiu do isolamento recomendado por médicos para falar com seus apoiadores.[255] Nas ruas, era possível ver cartazes em que se liam mensagens de ordem como "Contra os vírus do STF e do Congresso, álcool e fogo. Fodam-se!" e "Basta! Fecha tudo, presidente!", além de pedidos de intervenção militar.[256]

Semanas depois, já em contexto de acirramento das crises sanitária, política e econômica geradas pela COVID-19, foram organizados novos atos a favor do atual governo e contra os demais poderes. Na capital, diante do quartel-general do Exército, Bolsonaro se uniu a apoiadores que clamavam pelo fechamento do Congresso e do Supremo Tribunal Federal. "Não queremos negociar nada. Nós queremos ação pelo Brasil", disse o capitão reformado, em meio a aplausos da claque. "Chega da velha política. Agora é Brasil acima de tudo e Deus acima de todos".[257] A participação do presidente eleito em manifestação com demandas claramente

---

[253] SOUZA NETO, Cláudio Pereira; SARMENTO, Daniel. *Direito Constitucional*: teoria, história e métodos de trabalho. Belo Horizonte: Fórum, 2016, p. 40.

[254] Cf. ONOFRE, Renato; MATTOSO, Camila. "Ato com grupos autoritários é incentivado por Bolsonaro e gera repúdio". *Folha de São Paulo*, 25 de fevereiro de 2020. Disponível eletronicamente em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2020/02/ato-com-grupos-autoritarios-e-incentivado-por-deputados-bolsonaristas-e-gera-repudio.shtml>. Acesso em: 05 de março de 2020.

[255] Cf. CORREIO BRAZILIENSE. "Bolsonaro rompe isolamento e aparece em manifestação a favor do governo", 15 de março de 2020. Disponível eletronicamente em: <https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/politica/2020/03/15/interna_politica,834451/bolsonaro-rompe-isolamento-e-aparece-em-manifestacao.shtml>. Acesso em: 16 de março de 2020.

[256] Cf. PASSOS, Úrsula; FABRINI, Fábio; e LINHARES, Carolina. "Com apoio de Bolsonaro, manifestantes ignoram coronavírus e fazem atos pró-governo". Folha de São Paulo, 15 de março de 2020. Disponível eletronicamente em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2020/03/com-apoio-de-bolsonaro-manifestantes-ignoram-coronavirus-e-fazem-atos-pro-governo.shtml>. Acesso em: 16 de março de 2020.

[257] DELLA COLETTA, Ricardo; ONOFRE, Renato. "Não queremos negociar nada, diz Bolsonaro em ato pró-intervenção militar diante do QG do Exército". *Folha de São Paulo*, 19 de abril de 2020. Disponível

antidemocráticas provocou justas reações por parte de integrantes do parlamento e da Suprema Corte, além de governadores de mais de vinte estados,[258] o que, porém, não o impediu de se fazer presente em ato da mesma natureza poucos dias depois, desta vez em meio ao imbróglio que sucedeu à saída de Sergio Moro do Ministério da Justiça.

Com efeito, após acusar o capitão reformado de tentar exercer controle político sobre a Polícia Federal, Moro pediu demissão do cargo que então ocupava, gerando uma fissura entre o lavajatismo e o bolsonarismo. Para muitos apoiadores do ex-juiz, inclusive entre veículos da grande mídia e membros das próprias instituições públicas, o rompimento parece ter funcionado como espécie de anestésico para a dor da culpa. Assim como Brás Cubas no romance memorável de Machado de Assis, lavajatistas envergonhados descobriram "que o modo de compensar uma janela fechada é abrir outra, a fim de que a moral possa arejar continuamente a consciência".[259] Mal sabem que a musa da história também cobrará a fatura dos seus erros. Já para Bolsonaro e seus apoiadores mais fanáticos, o fato consistiu em motivo para elevar ainda mais o tom, com novas palavras de ordem contra as instituições democráticas, além de agressões – físicas e morais – a jornalistas.[260] À plateia furiosa, o presidente eleito disse que não aceitaria outras intervenções dos demais poderes ao seu governo, em referência à decisão monocrática do Min. Alexandre de Moraes que suspendera a nomeação de amigo da família do presidente para a diretoria-geral da PF. O episódio ocasionou mais notas de repúdio por parte de membros do parlamento e do STF,[261] que, embora duras, sequer se aproximam do grau de resistência necessária aos atos e às declarações do capitão reformado.

---

eletronicamente em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2020/04/nao-queremos-negociar-nada-diz-bolsonaro-em-carreata-anti-isolamento-em-brasilia.shtml>. Acesso em: 19 de abril de 2020.

[258] Cf. PORTINARI, Natália; SACONI, João Paulo. "Ministros do STF e parlamentares reagem à presença de Bolsonaro em protesto com pedidos de intervenção militar". *O Globo*, 19 de abril de 2020. Disponível eletronicamente em: <https://oglobo.globo.com/brasil/ministros-do-stf-parlamentares-reagem-presenca-de-bolsonaro-em-protesto-com-pedidos-de-intervencao-militar-24382244>. Acesso em: 19 de abril de 2020.

[259] ASSIS, Machado de. *Memórias Póstumas de Brás Cubas*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2001, p. 148. Agradeço a Ricardo Domeneck por me recordar dessa passagem, relacionando-a com o contexto político do rompimento entre Sergio Moro e Jair Bolsonaro.

[260] G1. "Bolsonaro diz que pede a 'Deus que não tenhamos problemas nesta semana, porque chegamos no limite'", 03 de maio de 2020. Disponível eletronicamente em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/05/03/bolsonaro-diz-que-pede-a-deus-que-nao-tenhamos-problemas-nesta-semana-porque-chegamos-no-limite.ghtml>. Acesso em: 03 de maio de 2020.

[261] G1. "Juristas, políticos e entidades reagem a nova participação de Bolsonaro em ato antidemocracia", 03 de maio de 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/05/03/politicos-reagem-a-nova-participacao-de-bolsonaro-em-ato-antidemocratico.ghtml>. Acesso em: 03 de maio de 2020.

Preocupa que parcela significativa da população abrace a escalada do discurso autoritário de Jair Bolsonaro, em detrimento da sobrevivência do regime democrático. E é justamente essa perda de fé popular no futuro do pacto constitucional que revela a face mais sombria da nossa própria crise. O canto das ruas hoje embala o sono perigoso da democracia brasileira, que cisma em seguir o exemplo trágico de outros regimes mundo afora. Contudo, esta não é a primeira vez que os valores democráticos mais fundamentais são colocados à prova de modo igualmente profundo e disseminado. É importante, portanto, olhar para o passado recente da democracia e tentar buscar, em outras horas graves da experiência democrática, respostas possíveis para o momento delicado que vivemos. Como bem aponta Lilia Schwarcz, "História não é bula de remédio nem produz efeitos rápidos de curta ou longa duração. Ajuda, porém, a tirar o véu do espanto e a produzir uma discussão mais crítica sobre o nosso passado, nosso presente e sonho de futuro".[262]

[262] SCHWARCZ, Lilia. *Sobre o autoritarismo brasileiro*, op. cit., p. 26.

2. REVISITANDO KARL LOEWENSTEIN: SENTIMENTOS, IDEIAS E CONSTITUIÇÃO

Fire is fought with fire.

Karl Loewenstein[263]

2.1. O conceito original de democracia militante

A década de 1930 foi marcada por um profundo desencanto em relação à democracia liberal. Entre os intelectuais europeus mais celebrados da época – como Emil Cioran, George Bernard Shaw, H. G. Wells, Robert Musil e tantos outros –, ganhava força a crença de que talvez o projeto democrático tivesse realmente chegado ao seu fim.[264] No caso específico da Alemanha, essa convicção amarga já podia ser sentida ao fim da Primeira Guerra Mundial, quando, diante da possibilidade concreta de instalação de um modelo de democracia parlamentarista no país, muitos setores da sociedade se mostraram abertamente hostis à ideia.[265] Naquele duro contexto de transição, afirmou o escritor Thomas Mann, futuro ganhador do Prêmio Nobel de Literatura: "Eu não quero esse parlamento, nem esse negócio entre partidos que azedará toda a vida da nação com a sua política... Eu não quero a política. Eu quero competência, ordem e decência".[266]

Nesse sentido, não é surpreendente que os movimentos autoritários surgidos durante o período tenham encontrado pouca resistência aos seus anseios. Ao contrário, as elites tradicionais costumavam enxergar os líderes desses movimentos como aliados úteis às suas próprias pretensões políticas, que acabariam sendo contidos pelo sistema, em "[u]ma mistura

[263] LOEWENSTEIN, Karl. "Militant Democracy and Fundamental Rights, II", op. cit., p. 656.

[264] Cf. RIJPKEMA, Bastiaan. *Militant Democracy*: The Limits of Democratic Tolerance, op. cit., pp. 22-24.

[265] Cf. KENNEDY, Ellen. "Introduction: Carl Schmitt's *Parlamentarismus* in Its Historical Context". In: SCHMITT, Carl. *The Crisis of Parliamentary Democracy*. Tradução de Ellen Kennedy. Massachusetts: The MIT Press, 1988, pp. xxiv, ss.

[266] MANN, Thomas apud STANTON, Timothy. "Popular sovereignty in an age of mass democracy". In: BOURKE, Richard; SKINNER, Quentin. *Popular Sovereignty in Historical Perspective*. Cambridge: Cambridge University Press, 2016, p. 321 (tradução livre)

letal de ambição, medo e cálculos equivocados [que] conspirou para levá-las ao mesmo erro: entregar condescendentemente as chaves do poder a um autocrata em construção".[267] Mesmo aqueles que ainda levavam fé na democracia e que desprezavam figuras como Hitler e Mussolini tiveram dificuldade em perceber o perigo que o autoritarismo representava para o projeto civilizatório. Em suas memórias da época, Sebastian Haffner – então um jovem e promissor jurista, que emigrou da Alemanha nazista em 1938 – registrou, em passagem notável:

> Quanto aos nazistas, o meu nariz não me deixava dúvidas. Era simplesmente cansativo falar sobre quais das suas pretensas intenções ainda eram aceitáveis ou até "historicamente justificáveis" quando todas elas fediam. E como fediam! Que os nazistas eram inimigos, meus inimigos e inimigos daqueles a quem eu queria bem, era claro para mim desde o início. O que não parecia nada claro para mim era o quão terríveis esses inimigos se revelariam ser. Eu estava inclinado a não os levar muito a sério – uma atitude comum entre os seus oponentes inexperientes, que os ajudou muito e que ainda os ajuda.[268]

Diferentemente de muitos dos seus contemporâneos, Karl Loewenstein não via a democracia como mera relíquia dos tempos de outrora, bem como compreendia os riscos gerados pela expansão do autoritarismo na Europa do início do século XX. Nascido em Munique no ano de 1891, ele estudou Direito e Ciência Política, tornando-se professor universitário na Baviera. Contudo, "quando os nazistas tomaram o poder em 1933, a ascendência judaica de Loewenstein, o seu espírito liberal e o seu bom conhecimento de inglês foram três fortes razões que o fizeram deixar Munique para lecionar na Universidade de Yale".[269] Foi, assim, nos Estados Unidos que ele construiu boa parte da sua carreira, vindo a se aposentar como membro do corpo docente do Amherst College em 1961, anos antes da sua morte, em 1973, durante visita à cidade de Heidelberg.[270]

Embora tenha escrito um livro inteiramente dedicado a analisar os aspectos jurídico-políticos da ditadura varguista,[271] Loewenstein é mais conhecido no Brasil pelas suas

---

[267] LEVITSKY, Steven; ZIBLATT, Daniel. *Como as democracias morrem*, op. cit., p. 25.

[268] HAFFNER, Sebastian. *Defying Hitler*: a memoir. Tradução de Oliver Pretzel. New York: Picador, 2002, p. 104 (tradução livre).

[269] KOSTAL, R. W. "The Alchemy of Occupation: Karl Loewenstein and the Legal Reconstruction of Nazi Germany, 1945 – 1946". *Law and History Review*, vol. 29, n° 01, 2011, p. 03 (tradução livre).

[270] Cf. AMHERST COLLEGE. "Karl Loewenstein Papers, 1822-1977 (bulk 1908-1973)". *Amherst College Archives and Special Collections*. Disponível eletronicamente em: <https://www.amherst.edu/system/files/media/0218/LoewensteinFA_2011.pdf>. Acesso em: 14 de janeiro de 2020.

[271] Cf. LOEWENSTEIN, Karl. *Brazil under Vargas*. New York: Macmillan, 1944.

contribuições à teoria da Constituição. Todos os estudantes de Direito brasileiros estão familiarizados com a sua célebre classificação das cartas políticas, que ele subdividia em *normativas*, que efetivamente conformam o processo político e são observadas pelos diversos agentes sociais; *nominais*, que não são, de início, capazes de se fazer incidir sobre a realidade material, exercendo, no máximo, função meramente educativa; e *semânticas*, que, apesar de dotadas de aplicabilidade, servem como mecanismos de legitimação dos detentores do poder de fato, inclusive em regimes autocráticos.[272] Dessa forma, em tempos de surgimento e de fortalecimento de novos autoritarismos, mostra-se fundamental conhecer mais a fundo a outra face de Karl Loewenstein: a de teórico da democracia militante.

Em um dos primeiros artigos que publicou depois de se mudar com a esposa para os Estados Unidos, Loewenstein manifestou enorme angústia em face da disseminação dos movimentos autoritários pelo velho continente. A seu ver, os Estados europeus estavam divididos fundamentalmente em dois campos antagônicos, que protagonizavam uma espécie de "batalha mortal".[273] De um lado, havia os países nos quais a democracia e as instituições liberais ainda funcionavam, como o Reino Unido, a França e a Bélgica, enquanto, de outro lado, encontravam-se as nações abraçadas pela autocracia, a exemplo da Alemanha, da Itália e de Portugal, sendo que a maior parte da população europeia, segundo ele, vivia sob o jugo de governos ditatoriais.[274]

O constitucionalista alemão entendia como ditadura qualquer tipo de estrutura política em que não se verificava o controle mútuo entre as instituições, mas sim concentração de poder supremo nas mãos de determinado indivíduo ou grupo de indivíduos, que não se submetiam à livre opinião pública e que comandavam, de forma absoluta, os Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário.[275] Nessa definição ampla, estavam englobados tanto os fascismos italiano e alemão quanto o comunismo russo,[276] apesar de, ao examinar o panorama europeu, Loewenstein ter se debruçado mais detidamente sobre as variações fascistas do autoritarismo para tentar

---

[272] Cf. LOEWENSTEIN, Karl. *Teoría de la Constitución*. Tradução de Alfredo Gallego Anabitarte. Barcelona: Ariel, 1979, pp. 216-222.

[273] Cf. KOSTAL, R. W. "The Alchemy of Occupation: Karl Loewenstein and the Legal Reconstruction of Nazi Germany, 1945 – 1946", op. cit., p. 09.

[274] Cf. LOEWENSTEIN, Karl. "Autocracy versus Democracy in Contemporary Europe, I". *The American Political Science Review*, vol. XXIX, n° 04, 1935, p. 571.

[275] Cf. Ibidem, pp. 571-572.

[276] Cf. Ibidem, p. 572.

compreender como as estratégias utilizadas por esses grupos subvertiam as estruturas dos regimes democráticos e de que maneira elas poderiam ser neutralizadas.

Em seu diagnóstico preliminar, o autor apontou que, àquela época, não se costumava prestar suficiente atenção ao fato de que, na história da Europa, a democracia era um acontecimento relativamente novo, que se difundiu com maior rapidez somente a partir da segunda metade do século XIX.[277] Nesse contexto, poucas eram as nações "onde a democracia e o liberalismo conseguiram se enraizar na mente e na medula das pessoas".[278] Daí por que, segundo o constitucionalista, as aspirações expansionistas do autoritarismo – que punham os regimes democráticos na defensiva – eram tão alarmantes. Em suas palavras, as ditaduras modernas "não são apenas artigos de consumo, mas religiões que, como todo grande movimento espiritual da história, desejam transformar o mundo inteiro, de maneira gradual, em um único império autocrático".[279]

De acordo com Loewenstein, a propagação territorial do fascismo não possuía uma única causa comum, mas podia ser facilitada por uma série de fatores. Em uma perspectiva mais geral, o fenômeno estava relacionado, no seu entendimento, com a necessidade de mudança na forma de governo, tendo em vista os desafios oriundos da depressão econômica pela qual passava a Europa como um todo.[280] A bem da verdade, Loewenstein via com maus olhos as implicações políticas geradas pela centralização excessiva, em determinada autoridade, das atribuições indispensáveis para lidar com a crise econômica, em detrimento da dispersão de poder típica das democracias parlamentaristas. Para o autor, a adoção de medidas autoritárias – como a dissolução das casas legislativas e o extermínio da opinião pública – consistia no acirramento desse processo de concentração de competências políticas, na tentativa de superar uma crise sem precedentes, que não poderia ser solucionada pelos instrumentos morosos da democracia.[281]

---

[277] Cf. LOEWENSTEIN, Karl. "Autocracy versus Democracy in Contemporary Europe, I", op. cit., p. 572.

[278] Ibidem, p. 573 (tradução livre).

[279] Ibidem, p. 574 (tradução livre).

[280] Cf. Ibidem, p. 577.

[281] Cf. Ibidem, pp. 578-579. Anos depois, Ronald Dworkin diria, com base em metáfora utilizada por Spiro Agnew, vice-presidente dos Estados Unidos de 1969 a 1973, que "a maioria não pode viajar tão rápido ou tão longe quanto gostaria se tem que reconhecer que os indivíduos possuem o direito de fazer o que, na concepção da maioria, é algo errado de se fazer". (DWORKIN, Ronald. *Taking Rights Seriously*. Cambridge: Harvard University Press, 1978, p. 204, tradução livre)

Para além da questão econômica, o constitucionalista apontava a desilusão nacional e a insatisfação política como condições específicas de aceleração do processo de expansão do autoritarismo, que variavam em potência a depender das circunstâncias de cada país.[282] Na sua visão, a democracia requer anos de prática, por sucessivas gerações, para ser uma empreitada bem-sucedida, razão pela qual, nas nações marcadas por experiências autoritárias ou semi-autoritárias recorrentes, os cidadãos não a consideravam como um elemento indispensável da história nacional, o que os tornavam mais suscetíveis ao apelo da retórica dos autocratas no caso de fortes turbulências econômicas e políticas.[283] A situação era especialmente dramática nos países recém-derrotados na Primeira Guerra Mundial, onde o fascismo era tido como a única alternativa viável de reorganização depois do fracasso humilhante no conflito armado, e nos Estados criados durante o período de paz, em que o recurso a métodos autoritários de governo servia para garantir a integridade nacional, ainda muito frágil e ameaçada por disputas internas.[284]

Ocorre que, segundo Loewenstein, fatores como a depressão econômica e a insatisfação política, apesar de terem contribuído para o avanço do fascismo em muitos lugares, eram meramente contingentes.[285] Ao estabelecer que "as instituições humanas compartilham das mesmas imperfeições da mente humana",[286] o constitucionalista apontou que o apego cego das democracias aos seus próprios princípios revelava, a rigor, uma fraqueza estrutural desses regimes para lidar com o problema. Dito de outra forma, para o autor, foi a própria democracia que permitiu a ascensão política dos autocratas, ao lhes assegurar, tão generosamente, direitos e garantias fundamentais.[287] Pela primeira vez, Loewenstein apresentaria o ponto central da tese

---

[282] Para Loewenstein, "o fascismo, em sua gênese, é uma mistura de desilusão nacional, insatisfação política e crise econômica" (LOEWENSTEIN, Karl. "Autocracy versus Democracy in Contemporary Europe, I", op. cit., p. 584, tradução livre), o que, contudo, não significa dizer que o germe fascista só pudesse ser difundido em países nos quais se verificassem essas condições (cf. LOEWENSTEIN, Karl. "Militant Democracy and Fundamental Rights, I", op. cit., pp. 421-423).

[283] Cf. LOEWENSTEIN, Karl. "Autocracy versus Democracy in Contemporary Europe, I", op. cit., pp. 586-588.

[284] Cf. Ibidem, p. 585.

[285] Cf. RIJPKEMA, Bastiaan. *Militant Democracy*: The Limits of Democratic Tolerance, op. cit., p. 26.

[286] LOEWENSTEIN, Karl. "Autocracy versus Democracy in Contemporary Europe, II". *The American Political Science Review*, vol. XXIX, n° 05, 1935, p. 783 (tradução livre).

[287] Como ele mesmo afirmou, "o fascismo e o nacional-socialismo sempre argumentaram, de maneira orgulhosa, que chegaram ao poder não por uma revolução, mas pela utilização do maquinário das Constituições democráticas" (LOEWENSTEIN, Karl. "Autocracy versus Democracy in Contemporary Europe, I", op. cit., p. 579, tradução livre).

que viria a desenvolver em outro momento: “desde o começo, a democracia estava fadada ao fracasso, porquanto era pacifista ao invés de militante”.[288]

Nessa linha, a implementação das estratégias de sabotagem das democracias se tornara uma espécie de ciência nas mãos dos fascistas, que, por sua vez, contavam com a leniência suicida desses regimes para alcançar seus objetivos.[289] A rotina era calculada, baseada na experiência e em precedentes: primeiramente, estruturava-se uma organização, com núcleo, planejamento e ramificações por todo o território do país; depois, excitava-se a população por meio de propaganda maciça, que envolvia a difamação do sistema e a divulgação de promessas não raro contraditórias, bem como através de manifestações públicas fervorosas; na sequência, ajuizavam-se ações judiciais caluniosas contra os opositores, difundiam-se como autênticas versões distorcidas dos fatos mais óbvios e propagavam-se os símbolos oficiais do movimento, como uniformes, insígnias e bandeiras; para que, ao final, uma figura de liderança surgisse como o salvador da pátria, capaz de unir a nação dividida por uma democracia supostamente disfuncional.[290]

Tais estratégias, de acordo com o constitucionalista alemão, exerciam forte apelo junto à população, sobretudo nos grupos sociais que mais sofriam com os efeitos deletérios da crise econômica, a exemplo dos camponeses, das classes médias, dos desempregados e dos jovens apreensivos com o que o futuro lhes reservava.[291] Entre essas pessoas, o “princípio da liderança” – que, para Loewenstein, transcendia os atributos pessoais do líder em si – operava como um tipo de feitiço, na medida em que as convencia de que, na nova ordem, diferentemente do que se observava no processo político de seleção das democracias parlamentaristas, a oportunidade de ascensão poderia se apresentar a qualquer indivíduo.[292] Em suas palavras, “o simples fato de que um homem até então desconhecido conseguiu chegar ao poder é, para o cidadão comum, um sinal do paraíso”.[293] Logo, fazia-se necessário que se adotassem, a tempo, medidas efetivas para impedir que o líder fascista reunisse condições de desferir o golpe final contra a democracia. Conforme asseverou o próprio autor,

---

[288] Ibidem, p. 580 (tradução livre).

[289] Cf. Ibidem, p. 579.

[290] Cf. Ibidem, p. 581.

[291] Cf. Ibidem, p. 582.

[292] Cf. Ibidem, pp. 582-583.

[293] Ibidem, p. 584 (tradução livre).

> [...] em se tornando militante, a democracia pode ser salva; e quando o fascismo se vale com impunidade das instituições democráticas para conquistar o poder, a democracia não pode ser culpada por aprender com os seus inimigos implacáveis a aplicar oportunamente um bocado da coerção que estes não hesitariam em utilizar contra ela.[294]

Para fundamentar a sua defesa da democracia militante e justificar o uso de medidas intolerantes pelos regimes democráticos, Karl Loewenstein se valeu de dois argumentos principais. O primeiro dizia respeito ao emocionalismo.[295] De acordo com o constitucionalista, o processo de subversão das democracias pelos movimentos autoritários significava, em última análise, "a sucessão de um governo constitucional por um governo emocional".[296] Enquanto o Estado de Direito era, a seu ver, calcado na racionalidade e na calculabilidade, as ditaduras fascistas se baseavam na mobilização de emoções, mediante o recurso ao entusiasmo nacionalista histriônico, à coerção psíquica permanente e à intimidação.[297] Nesse contexto, eventuais tentativas de resistência ou de contra-ataque por parte dos oponentes da nova ordem acabavam sendo bloqueada por um sentimento geral de "apatia silenciosa e desencorajada",[298] que se tornava ainda mais denso em virtude do clima de ameaça constante proporcionado pelo uso ostensivo do aparato, da lógica e da simbologia militares.[299]

O segundo argumento se focava na própria natureza do fascismo. No entendimento de Loewenstein, o fascismo não era uma ideologia, mas apenas uma técnica política voltada exclusivamente para a conquista e para a manutenção do poder.[300] Dessa maneira, em prol da sua sobrevivência, os regimes democráticos estariam autorizados a reagir, de maneira contundente, às investidas daqueles que se utilizassem dessa técnica vazia para impor a sua vontade a qualquer custo. Na formulação do autor:

---

[294] Ibidem, p. 593 (tradução livre).

[295] Para uma boa análise desse ponto, cf. SAJÓ, András. "Militant Democracy and Emotional Politics". *Constellations*, vol. 19, n° 04, 2012, pp. 562-574.

[296] Cf. LOEWENSTEIN, Karl. "Militant Democracy and Fundamental Rights, I", op. cit., p. 418 (tradução livre).

[297] Cf. Ibidem, p. 418.

[298] A expressão está em LOEWENSTEIN, Karl. "Autocracy versus Democracy in Contemporary Europe, I", op. cit., p. 579 (tradução livre).

[299] Disse o autor: "Em qualquer país democrático, tradicionalmente tão sóbrio e equilibrado, a existência de um movimento político organizado como força militar inquieta o cidadão médio e cria o sentimento de aflição necessário à política emocional." (LOEWENSTEIN, Karl. "Militant Democracy and Fundamental Rights, I", op. cit., p. 425, tradução livre)

[300] Cf. Ibidem, p. 423.

> Por um lado, o fascismo pode ser nada menos que uma corrente espiritual que, devido à sua natureza universal, unifica o mundo tão estreita e irresistivelmente, de maneira jamais vista. Se isso for verdade, a democracia como forma de organização política está condenada ao fracasso, como se deu com o absolutismo real quando a democracia liberal conquistou o globo. A resistência contra a inexorável marcha da história seria uma perda de tempo e de energia, e só agravaria o desastre da rendição definitiva. Ninguém pode escapar ao espírito. [...] Por outro lado, se o fascismo não é uma chama espiritual que transcende as fronteiras, obviamente se trata apenas de uma técnica para conquistar e manter o poder, movida por uma mera vontade de poder, sem qualquer justificação metafísica característica dos valores absolutos. Caso esta hipótese seja verdadeira, a resposta é inescapável. Se a democracia está convencida de que ainda não cumpriu o seu destino, ela precisa combater, em seu próprio terreno, uma técnica que serve somente aos propósitos do poder. A democracia precisa se tornar militante.[301]

Fortemente influenciado pela concepção weberiana de democracia,[302] Karl Loewenstein sustentava que o contra-ataque democrático ao emocionalismo da técnica fascista não poderia se dar em bases igualmente emocionais. Isso porque o governo constitucional, em virtude da sua natureza, deveria apelar somente à razão, provando a sua superioridade por meio de conquistas objetivas.[303] Além de contraditória, a defesa romântica de um emocionalismo democrático parecia ao autor "desesperada, senão ridícula", uma vez que, em pleno século XX, não haveria mais ninguém disposto a morrer em nome da liberdade como ideal, mas talvez apenas para proteger a sua própria vida.[304]

Nesse diapasão, para o constitucionalista, os mecanismos de defesa da democracia se dividiriam em dois tipos distintos, porém interdependentes. De um lado, haveria o método *político*, por ele denominado "frente comum", cujo objetivo seria "estabelecer uma iniciativa unida e uniforme, entre os setores da população de inclinação democrática, contra o inimigo em comum".[305] Loewenstein reconhecia que tal estratégia apresentava limitações, como, por exemplo, a falta de afinidade ideológica entre determinados grupos sociais – diga-se, as classes médias e os socialistas moderados –, o que diminuía as chances de se costurar uma aliança de combate ao autoritarismo. Por isso, embora presente à época em países como Espanha e

[301] Ibidem, pp. 422-423 (tradução livre).

[302] Cf. MADDOX, Graham. "Karl Loewenstein, Max Lerner, and militant democracy: an appeal to 'strong democracy'". *Australian Journal of Political Science*, 2019, p. 04; e RIJPKEMA, Bastiaan. *Militant Democracy*: The Limits of Democratic Tolerance, op. cit., p. 27.

[303] Cf. LOEWENSTEIN, Karl. "Militant Democracy and Fundamental Rights, I", op. cit., p. 428.

[304] Cf. Ibidem, p. 428.

[305] Ibidem, p. 429 (tradução livre).

França,[306] "não poderia ser considerada como a solução decisiva para o problema da união política contra o fascismo".[307]

De outro lado, Loewenstein ressaltava, com maior entusiasmo, o método *legislativo*, consistente na elaboração de leis especialmente voltadas à neutralização da técnica fascista e dos seus efeitos. Destacavam-se, nesse âmbito, várias medidas, tais como a criminalização de atos de insurreição armada; a proibição à criação e à refundação de associações extremistas, com os eventuais confisco e liquidação da sua propriedade; a vedação ao uso, por partidos políticos, de organizações paramilitares, de milícias privadas, ou de uniformes; a criação de órgãos de inteligência voltados à supervisão e à repressão de movimentos e atividades antidemocráticas; entre outras.[308] Apesar de apoiar a utilização desses instrumentos normativos, cumpre dizer que o constitucionalista alemão recomendava não os superestimar, já que, em suas palavras, "os mais perfeitos e bem elaborados estatutos não valem o papel em que estão escritos se não estiverem amparados em uma vontade indomável de sobrevivência".[309]

Pois bem. Pouco tempo depois que Karl Loewenstein publicou os seus artigos sobre a expansão dos movimentos autoritários na Europa e sobre a necessidade do uso de medidas dedicadas a contê-los, outros autores também escreveram sobre democracia militante, mas sob perspectivas bastante diferentes.

Em 1938, Max Lerner – jornalista e educador norte-americano nascido na Rússia, então bastante conhecido por ser o editor da Enciclopédia de Ciências Sociais e do periódico liberal *The Nation*[310] – lançou o seu primeiro livro individual, em que fazia a sua própria defesa de uma democracia militante. Assim como Loewenstein, Lerner também estava bastante preocupado com os avanços no nazismo e do fascismo mundo afora. Em texto que escreveu quando o seu livro comemorou cinquenta anos de publicação, o jornalista o caracterizou como

---

[306] Quer-se referir, aqui, à *Frente Popular* espanhola e à *Front Populaire* francesa, que, por meio de uma ampla coalizão de partidos progressistas, ganharam, em 1936, as eleições parlamentares em seus respectivos países. Cf. HOBSBAWM, Eric. *Era dos extremos*: o breve século XX (1914-1991). Tradução de Marcos Santarrita. São Paulo: Companhia das Letras, 1995, pp. 149-150.

[307] LOEWENSTEIN, Karl. "Militant Democracy and Fundamental Rights, I", op. cit., p. 429 (tradução livre).

[308] Cf. LOEWENSTEIN, Karl. "Militant Democracy and Fundamental Rights, II", op. cit., p. 644-656. Cf. também LOEWENSTEIN, Karl. "Legislative Control of Political Extremism in European Democracies, I". *Columbia Law Review*, vol. 38, n° 04, 1938, pp. 591-622; e LOEWENSTEIN, Karl. "Legislative Control of Political Extremism in European Democracies, II". *Columbia Law Review*, vol. 38, n° 05, 1938, pp. 725-774.

[309] LOEWENSTEIN, Karl. "Militant Democracy and Fundamental Rights, II", op. cit., p. 657 (tradução livre).

[310] Cf. MADDOX, Graham. "Karl Loewenstein, Max Lerner, and militant democracy: an appeal to 'strong democracy'", op. cit., p. 04.

"um ataque contra uma direita anacrônica em casa, o expansionismo fascista no exterior, e a passividade do liberalismo clássico, que se mostrou incapaz de combatê-los".[311] Nesse diapasão, seria militante a democracia que se tornasse "obstinada em vez de tenra", que aprendesse "a reconhecer os seus inimigos, a entender as suas táticas", que estivesse disposta "a dissecar essas táticas e a combatê-las".[312]

Contudo, para Lerner, os regimes democráticos não deveriam tomar emprestado nenhum dos métodos do autoritarismo a fim de sobreviver. Ao contrário, para ser militante, bastaria que a democracia aproveitasse o vigor das suas energias internas.[313] É que, diferentemente do que se percebe em Loewenstein, a análise de Lerner não estava voltada ao fato de que a fraqueza inerente à democracia era o fator decisivo para a ascensão política dos autocratas, mas sim às ameaças que o colapso econômico causado pelo capitalismo monopolista gerava ao bom funcionamento dos regimes democráticos, tornando-os vulneráveis ao apelo fascista.[314]

Nessa linha, segundo o autor norte-americano, a solução para a crise das democracias, naquele início de século, estaria relacionada à necessidade de planejamento democrático da economia, mediante iniciativas como a socialização dos sistemas bancário e de crédito, o controle do comércio externo por parte do governo e o estabelecimento de tetos e pisos para os lucros.[315] Na formulação de Lerner, a democracia só pode ser defendida "se a maioria dos cidadãos e os seus líderes tiverem a coragem de tirar o capitalismo das mãos dos capitalistas, tomando decisões básicas que sejam socialmente racionais e responsáveis".[316]

Recentemente, Graham Maddox, professor emérito da Universidade de New England, na Austrália, revisitou as contribuições de Max Lerner para sustentar a necessidade de se

---

[311] LERNER, Max. "It Is Later Than You Think: 1989". *Society*, vol. 26, n° 06, 1989, p. 83 (tradução livre).

[312] LERNER, Max. *It Is Later Than You Think*: the need for a militant democracy. New Brunswick: Transaction Publishers, 1989, p. 103 (tradução livre).

[313] Cf. Ibidem, p. 102.

[314] Nas palavras de Max Lerner, "nós tememos o colapso [econômico] porque aprendemos que os capitalistas conseguem manipular as coisas tão bem que o pássaro a emergir das cinzas da nossa era não é a fênix do socialismo, mas sim o abutre do fascismo" (Ibidem, p. 103, tradução livre).

[315] Cf. Ibidem, pp. 158-166.

[316] Ibidem, p. 166 (tradução livre). À época, Lerner era um grande entusiasta do New Deal e das políticas rooseveltianas (cf. MADDOX, Graham. "Karl Loewenstein, Max Lerner, and militant democracy: an appeal to 'strong democracy'", op. cit., p. 04), mas, curiosamente, veio a expressar apoio ao governo de Ronald Reagan. Cf. LAKOFF, Sanford. *Max Lerner:* Pilgrim in the Promised Land. Chicago: The University of Chicago Press, 1998, pp. 252, ss.

construir uma democracia forte (do original, *"strong democracy"*), distante dos interesses particulares do mercado e capaz de engajar a população em uma empreitada coletiva de defesa da esfera pública. De acordo com Maddox:

> Nos termos de Lerner, a sociedade civil segue limitada pela influência do capitalismo corporativo sobre o governo democrático, algo que é tão relevante hoje quanto o era na década de 1930. A defesa da democracia requer que as atividades das empresas sejam transparentes e que se introduzam meios de regulação, exigências que são constantemente rotuladas pelos grandes empresários como restrições excessivas à livre iniciativa. Há uma escolha a ser feita entre a construção de uma comunidade livre e democrática e a acumulação dos recursos dessa comunidade, de maneira mascarada e incessante, nas mãos de alguns poucos privilegiados.[317]

A ideia de transformar o capitalismo dos oligarcas em um *"coletivismo democrático"*, na expressão do próprio Lerner, foi intensamente criticada por Karl Loewenstein em resenha que ele fez ao livro do autor norte-americano quando da sua publicação. Para o constitucionalista alemão, a tese de Lerner pecava por ignorar que, na prática, toda maioria "volta a ser uma oligarquia, seja de políticos, economistas ou planejadores, seja de outro tipo de elite, autoproclamada ou eleita".[318] Ademais, Loewenstein apontou que a mudança proposta por Lerner exigia necessariamente um demorado processo educativo, que, em última instância, não se coadunava com a necessidade de uma resposta rápida às ameaças do autoritarismo.[319] Ao criticar a obra de Lerner, o constitucionalista reforçou o seu argumento de que o fascismo é uma técnica de conquista e preservação do poder, e que, pelo menos até a derrota definitiva dos autocratas, o elemento político deve ter precedência sobre eventuais propostas de natureza econômica.[320]

Outra abordagem para o conceito de democracia militante foi dada por Karl Mannheim. Em 1943, quando a Segunda Guerra Mundial já caminhava para o seu fim, o sociólogo alemão escreveu um ensaio, sugestivamente denominado *"Diagnóstico da Nossa Época"*, no qual

---

[317] MADDOX, Graham. "Karl Loewenstein, Max Lerner, and militant democracy: an appeal to 'strong democracy'", op. cit., p. 13 (tradução livre).

[318] LOEWENSTEIN, Karl. "Review of It Is Later Than You Think: The Need for a Militant Democracy by Max Lerner". *The American Political Science Review*, vol. 33, n° 03, 1939, p. 519 (tradução livre).

[319] Conforme afirmou Loewenstein: "Antes que as democracias restantes, ou o que ainda pode ser chamado por esse nome, possam começar a reconstruir o seu tecido social, seja por mecanismos de auto-ajuste, seja por esforços deliberados de planejamento, o perigo da política de poder fascista, aqui e no exterior, deve ser neutralizado. Para essa tarefa imediata, talvez seja mais tarde do que se pensa; para um planejamento de larga escala, é, na visão deste resenhista, definitivamente muito cedo" (Ibidem, p. 521, tradução livre).

[320] Cf. Ibidem, p. 521.

sustentava que o Ocidente passava por um processo de transição do paradigma do *laissez-faire* para uma sociedade do planejamento, que poderia ser comandada ou por uma ditadura, ou por um governo que, apesar de inchado, seria capaz de manter as suas feições democráticas.[321] De qualquer modo, nessa sociedade, os indivíduos estariam sujeitos a técnicas sociais bastante poderosas – a exemplo das novas tecnologias de comunicação –, a serem utilizadas pelo Estado para influenciar o comportamento humano e, assim, garantir o controle.

No entendimento de Mannheim, tais técnicas, "como todas as técnicas, não são nem más, nem boas em si mesmas".[322] Por mais que possibilitassem a centralização de todas as decisões importantes naqueles que ocupavam posições-chave dentro da estrutura da sociedade, tudo dependeria do uso que se faz delas. Nessa linha, tem-se que, embora os Estados totalitários utilizassem as técnicas sociais para "escravizar a maior parte da população e impor crenças e comportamentos que não correspondem à real natureza do cidadão",[323] nada impediria que essas mesmas ferramentas pudessem ser manipuladas por governos democráticos, com vistas à realização de objetivos legítimos.

Para tanto, seria necessário não apenas inteligência e habilidade, mas sim um novo estado de espírito, que, diverso da neutralidade apática do liberalismo, valorizasse fervorosamente as virtudes democráticas fundamentais. Em outras palavras, seria necessária uma democracia militante. Na formulação de Mannheim:

> Nossa democracia tem que se tornar militante se quiser sobreviver. É claro que há uma diferença fundamental entre, por um lado, o espírito de luta dos ditadores, que visam impor aos seus cidadãos um sistema total de valores e uma organização social semelhante a camisa de força, e, por outro, uma democracia que se torna militante apenas para defender o justo processo de mudança social e virtudes e valores básicos – como a fraternidade, o auxílio mútuo, a decência, a justiça social, a liberdade, o respeito pelas pessoas, etc. – que são o alicerce do funcionamento pacífico de uma ordem social. A nova democracia militante desenvolverá, portanto, uma nova atitude em relação aos valores. Será diferente do *laissez-faire* relativista da era anterior, pois terá a coragem de reconhecer alguns valores básicos, aceitos por todos que compartilham das tradições da civilização ocidental.[324]

[321] Cf. MANNHEIM, Karl. "Diagnosis of Our Time". In: *Diagnosis of Our Time*: Wartime Essays of a Sociologist. Collected Works, Volume Three. Oxon e New York: Routledge, 1997, p. 01.

[322] Ibidem, p. 02 (tradução livre).

[323] Ibidem, p. 03 (tradução livre).

[324] Ibidem, p. 07 (tradução livre).

Vale ressaltar que, para Mannheim, a democracia militante não deveria se afastar totalmente do liberalismo. Isso porque, conquanto rejeitasse a tolerância excessiva dos liberais, o autor não ignorava que, em sociedades altamente complexas, é melhor deixar as questões mais complicadas abertas ao arbítrio individual e à livre experimentação.[325] Caso contrário, não haveria diferença entre as democracias militantes e os regimes ditatoriais, como insinuou o próprio sociólogo. Seria, pois, imprescindível ter em mente que construir uma democracia de caráter militante significa – na expressão exata de Mannheim – "planejar pela liberdade",[326] e não a negar.

É possível afirmar que a leitura de Karl Mannheim possui mais similaridades à de seu conterrâneo se comparada com aquela fornecida por Max Lerner, muito embora o sociólogo também não tenha explorado a questão da fragilidade intrínseca às democracias.[327] De todo modo, fato é que, dentre esses autores, foi Loewenstein quem recebeu o epíteto informal de "pai da democracia militante".[328] Nada obstante, as suas justificativas para o uso do conceito – a saber, a suspeita excessiva sobre a relação entre emoções e democracia, bem como a sua concepção de fascismo como mera técnica desprovida de conteúdo – não convencem. Logo, é essencial abordar esses pontos, o que se fará a seguir.

2.2. Emoções democráticas

Democracia não é mera elucubração intelectual. A rigor, a empreitada democrática é fruto do trabalho constante de homens e mulheres que, acima de tudo, sentem e vocalizam os seus sentimentos. Não à toa, em famoso ensaio datado de 1871 e sugestivamente denominado *Visões Democráticas*, o poeta norte-americano Walt Whitman afirmou não ser suficiente "que o novo sangue [...] da democracia se mantenha vivo e coeso apenas por mecanismos políticos,

[325] Cf. Ibidem, p. 07.

[326] Ibidem, p. 11.

[327] Outra diferença relevante entre Mannheim e Loewenstein diz respeito ao papel que cada um conferia à propaganda nos regimes fascistas. Com efeito, enquanto o constitucionalista atribuía especial relevância a esse mecanismo para o sucesso do projeto político do fascismo – a ponto de dizer que esse movimento "precisa do holofote da maior publicidade" (LOEWENSTEIN, Karl. "Militant Democracy and Fundamental Rights, I", op. cit., p. 246, tradução livre) –, o sociólogo afirmou que a eficiência dos Estados totalitários não dependiam meramente da propaganda, mas sim da percepção de que, nas sociedades de massa, são as novas técnicas sociais que garantem o domínio real sobre os cidadãos (cf. MANNHEIM, Karl. "Diagnosis of Our Time", op. cit., p. 03).

[328] Cf. RIJPKEMA, Bastiaan. *Militant Democracy*: The Limits of Democratic Tolerance, op. cit., pp. 30-31.

pelo sufrágio perfunctório, pela legislação etc.".[329] Nas *Visões* de Whitman – conhecido não só pela sua importante obra literária, mas também pelas contribuições dadas ao pensamento político e ao projeto democrático do seu país[330] –, era necessário "ir mais fundo, agarrar-se de forma firme e calorosa nos corações, nas emoções e nas crenças dos homens [...] e inaugurar as suas próprias fontes perenes".[331] Em outras palavras, a democracia, tal qual os homens e as mulheres que a constroem, é feita de emoções e, além disso, deve ser capaz de produzir emoções.

Tal constatação, no entanto, jamais foi ponto de consenso, ao menos se tivermos como referencial a filosofia política produzida no Ocidente. Durante muito tempo, vigia certa crença difusa, potencializada pelo ideal de indivíduo desencarnado presente na obra de pensadores iluministas como John Locke e Immanuel Kant,[332] que apontava para uma concepção de democracia essencialmente racional, segundo a qual os sentimentos de cada pessoa eram vistos como manifestações imaturas, capazes de interferir de maneira negativa nos processos de deliberação da cidadania.[333] Conforme consignou o cientista político Antonio Lavareda, "as emoções, que Platão chamava de 'cavalos selvagens', eram um lembrete incômodo de etapas menos sofisticadas da trajetória evolutiva da espécie, os impulsos emotivos vistos como uma potencial ameaça à qualidade das decisões políticas",[334] e, por isso, deveriam ser eliminadas do debate público.

Hoje em dia, essa abordagem do indivíduo e da democracia não mais se sustenta. É que, do ponto de vista descritivo, pesquisas do campo da neurociência comprovam ser impossível separar, em caixas estanques, razão e sensibilidade, do mesmo modo como é falsa a dualidade entre corpo e mente.[335] Como nos relembra Daniel Sarmento, "[n]o conto infantil *O Mágico de Oz*, tão grave como o problema do espantalho, que não tinha cérebro, era o vivenciado pelo

[329] WHITMAN, Walt. *Democratic Vistas*. Iowa City: University of Iowa Press, 2010, p. 09 (tradução livre).

[330] Cf. FRANK, Jason. "Aesthetic Democracy: Walt Whitman and the Poetry of the People". *The Review of Politics*, vol. 69, n° 03, 2007, pp. 402-430.

[331] WHITMAN, *Democratic Vistas*, op. cit., p. 09 (tradução livre).

[332] Cf. SARMENTO, Daniel. *Dignidade da Pessoa Humana*: conteúdo, trajetórias e metodologia. Belo Horizonte: Fórum, 2016, pp. 74-77.

[333] Cf. HOGGETT, Paul; THOMPSON, Simon. "Toward a Democracy of the Emotions", op. cit., pp. 106-107.

[334] LAVAREDA, Antonio. "Neuropolítica: o papel das emoções e do inconsciente". *Revista USP*, n° 90, 2011, p. 123.

[335] Cf. DAMÁSIO, António R. *Descartes' error*: emotion, reason and the human brain. New York: Avon Books, 1994.

homem de lata, ao qual faltava o coração".[336] Há, portanto, verdadeira relação de complementariedade entre os componentes racional e emocional da experiência humana, o que afeta, de maneira direta, não apenas a psiquê individual, mas também os próprios processos coletivos de tomada de decisões, como vem sendo reconhecido por estudos recentes no campo da sociologia.[337]

Com efeito, logo no momento de escolher os seus representantes políticos, os cidadãos se veem divididos entre duas emoções básicas na palheta dos sentimentos humanos: a simpatia e a rejeição. A depender dos mais diversos fatores, o eleitorado se sente ora atraído, ora repelido por determinado candidato ou por certa plataforma política, sendo que a influência exercida por esses fatores, muitas vezes, não pode ser sequer calculada, medida ou explicada em bases puramente racionais. Nesse sentido, destaque-se a seguinte passagem de voto da Min. Rosa Weber em importante julgamento, no qual o Supremo Tribunal Federal julgou inconstitucionais dispositivos de lei que vedavam sátiras a candidatos:

> [...] a influência do eleitor pode se dar de infinitas formas: há uns que se encantam com a "beleza" do(a) candidato(a); outros com a "beleza de sua voz"; outros porque os veem como pessoas "boas", porque "religiosas" ou porque praticam "clientelismo", e entendem tal conduta como positiva; outros porque se encantam com suas "promessas"; outros ainda porque os veem como "líderes" capazes de mudar magicamente a realidade; outros porque consideram o candidato uma pessoa "amiga"; outros ainda porque já conhecem "trabalhos anteriores" do candidato e creem que se repetirão; enfim, outros se identificam com o candidato por inúmeras características, como o sexo, a cor da pele, a origem regional ou por alguma "bandeira" por ele defendida. Há ainda os que analisam propostas e escolhem o candidato por aquela que consideram melhor. E há, claro, aqueles que não têm ideia em quem vão votar e são influenciados por o que veem ou ouvem nos meios de comunicação, como rádio, TV e, mais recentemente e de forma intensa, na internet.[338]

Nas democracias, a frustração também é um sentimento recorrente na vida dos eleitores. A cada pleito, há o vencedor e o vencido, e os apoiadores deste último são obrigados a conviver

---

[336] SARMENTO, Daniel. *Dignidade da Pessoa Humana*: conteúdo, trajetórias e metodologia, op. cit., p. 76.

[337] É o que diz Mabel Berezin: "Os sociólogos começaram a reconhecer que as emoções são tão constitutivas dos macroprocessos sociais quanto da psicologia individual (por exemplo, Barbalet, 1998; Berezin, 1997a, 1999c; Goodwin, Jasper e Polleta, 2001; Massey, 2002; Turner, 2000). Os sociólogos não estão sozinhos na sua atenção recente às emoções. Entre 1999 e 2001, importantes trabalhos sobre as emoções surgiram nos campos da ciência política (Elster, 1999; Braud, 1996), da história (Reddy, 2001), da filosofia moral (Nussbaum, 2001) e da neurociência (Damasio, 1999). A recente efusão do financiamento de pesquisas interdisciplinares acerca do tema das emoções torna qualquer questionamento sobre a sua importância bastante simplório." (BEREZIN, Mabel. "Secure states: towards a political sociology of emotion". *The Sociological Review*, vol. 50, n° 2S, p. 33, tradução livre)

[338] SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. ADI n° 4.451, Tribunal Pleno, Rel. Min. Alexandre de Moraes, DJe 06/03/2019.

com a decepção de não ver o seu candidato favorito tomar posse do cargo a que concorreu, restando-lhes aguardar pacientemente as eleições seguintes, como se esperassem a sua própria vez na fila.[339] Em democracias funcionais, a parcela derrotada do eleitorado costuma, com o passar do tempo, amadurecer o seu sentimento de frustração, dando lugar a outra emoção política bastante importante, qual seja, a esperança – sobretudo, a esperança de que o processo democrático seja capaz de proporcionar as mudanças desejadas.[340] É, pois, necessário acreditar que, a despeito dos fracassos pontuais, vale a pena continuar depositando expectativas nos caminhos e nos valores fundamentais da democracia,[341] e, a cada eleição, a democracia convida os cidadãos a participarem desse exercício coletivo.

Mesmo estes novos tempos de crise das democracias constitucionais parecem ter a sua própria alquimia de emoções. Em vez de esperança, a frustração de muitos eleitores desaguou, por motivos que variam a depender do contexto de cada país, em ressentimento e raiva: da estagnação econômica, da má prestação de serviços públicos, das elites políticas, das minorias, da democracia em si etc.[342] Daí por que não soa disparatado dizer que não se vive apenas um período de erosão das instituições democráticas, mas também de decadência oficializada dos sentimentos constitucionais.[343] A esse respeito, deve-se recordar que o presente trabalho já abordou o ponto, ao tratar especificamente do processo de polarização galopante que vem

---

[339] Cf. DAMATTA, Roberto; JUNQUEIRA, Alberto. *Fila e democracia*. Rio de Janeiro: Rocco, 2017.

[340] Em interessante trabalho de pesquisa comunicacional, Rodrick Hart demonstrou, a partir da análise de mais de 10.000 cartas de leitores a editores de jornal – publicadas entre a Guerra Fria e as eleições de 2016 nos EUA –, que, apesar da insatisfação política, das inúmeras reclamações e do tom muitas vezes aborrecido, a linguagem empregada e o sentido desses textos traduziam certa esperança cívica difusa no funcionamento das instituições e nos ideais democráticos, o que, de acordo com ele, é essencial para a manutenção da democracia norte-americana. Cf. HART, Rodrick P. *Civic Hope*: How Ordinary Americans Keep Democracy Alive. Cambridge: Cambridge University Press, 2018.

[341] Cf. WHITE, Patricia. "Hope, Confidence and Democracy". *Journal of Philosophy of Education*, vol. 25, n° 02, 1991, pp. 203-208.

[342] Cf. NUSSBAUM, Martha C. *The Monarchy of Fear*: a philosopher looks at our political crisis. New York: Simon & Schuster, 2018.

[343] Ao analisar a expansão do populismo autoritário na Europa, Tomasz Tadeusz Koncewicz expressa ponto de vista semelhante, afirmando que "a passagem do 'ressentimento' como manifestação emocional da rejeição e da crítica ao *status quo* liberal insatisfatório para a 'política do ressentimento' mais formalizada e institucionalizada é crucial para o nosso entendimento da ascensão das narrativas iliberais na Europa. Ela nos permite enquadrar o ressentimento em termos e esquemas mais conceituais. O ressentimento, em si, é emoção que carece de uma doutrina constitucional, mas a 'política do ressentimento' revela uma dimensão crucial do populismo: a de uma doutrina constitucional que compete com o constitucionalismo liberal dominante e que cumpre a promessa de narrativas populistas. A 'política do ressentimento' conduz a um novo conflito, longe das linhas partidárias (esquerda *versus* direita) e em direção ao embate entre elites e público raivoso". (KONCEWICZ, Tomasz Tadeusz. "The Capture of the Polish Constitutional Tribunal and Beyond: Of Institution(s), Fidelities and the Rule of Law in Flux". *Review of Central and East European Law*, vol. 43, n° 02, p. 125, tradução livre)

assolando o Brasil desde 2013 e que culminou na eleição de um populista autoritário, que conseguiu canalizar, em prol da sua candidatura, todas as emoções negativas que parte da população alimentava em relação ao sistema político e a determinados grupos sociais.

De igual maneira, quando se pensa em desenvolver ferramentas de defesa da democracia, outro sentimento humano basilar – talvez o mais primitivo de todos – entra em jogo. Como aponta András Sajó, "o **medo** é uma experiência social crucial, que dita soluções constitucionais específicas e fundamentais".[344] Não há dúvidas de que se cuida de emoção bastante perigosa, principalmente quando desmedida e desacompanhada de compaixão.[345] Ainda assim, para o referido ex-juiz da Corte Europeia de Direitos Humanos, o medo – do autoritarismo, da opressão, do ímpeto das maiorias de momento – esteve presente na elaboração dos mais importantes documentos normativos da história recente, como a Convenção de Filadélfia de 1787, a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão de 1789, a Constituição alemã pós-Segunda Guerra Mundial, bem como segue entranhado na raiz da própria teoria da democracia militante.[346]

A bem da verdade, além de descritivamente impossível, negar a influência das emoções sobre o funcionamento dos regimes democráticos, ou tentar extirpá-las dos processos de deliberação, é prescritivamente equivocado. Isso porque, ao fazê-lo, idealiza-se a figura do indivíduo racional, comumente identificado com a imagem do homem branco e heterossexual, como o paradigma de sujeito público por excelência.[347] Assim, as pessoas vistas, no imaginário coletivo, como essencialmente mais emotivas e/ou corporais – *e.g.*, as mulheres, os negros, os indígenas e os homossexuais – são postas à margem do debate democrático, como se as suas identidades não pudessem desfilar à luz do dia e as suas opiniões, supostamente impregnadas de sentimentos e vazias de racionalidade, não fossem merecedoras de habitar a ágora.[348]

---

[344] SAJÓ, András. "Constitutional Sentiments". *Acta Juridica Hungarica*, vol. 47, n° 01, 2006, p. 06 (tradução livre e grifos acrescentados).

[345] Cf. NUSSBAUM, Martha C. *Political Emotions*: Why Love Matters to Justice. Cambridge: The Belknap Press of Harvard University Press, 2013, pp. 320-338.

[346] Cf. SAJÓ, András. "Constitutional Sentiments", op. cit., pp. 06-07 e 09.

[347] Cf. OKIN, Susan Moller. "Gênero, o público e o privado". *Estudos Feministas*, vol. 16, n° 02, 2008, pp. 305-332.

[348] É o que bem aponta a teórica feminista Iris Marion Young: "Políticos e teóricos políticos modernos proclamaram a imparcialidade e a generalidade do público e, ao mesmo tempo, muito conscientemente consideraram adequado que algumas pessoas – mais especificamente mulheres, não brancos e, às vezes, os não proprietários – devessem ser excluídas da participação nesse público. Se não foi apenas um erro, isso sugere que o ideal do público cívico como expressão do interesse geral, do ponto de vista imparcial da razão, resulta, ele

Ademais, a má compreensão do papel das emoções nas democracias pode conduzir a equívocos na regulamentação do processo eleitoral. Tomando-se como exemplo o ordenamento jurídico brasileiro, há dispositivos normativos que parecem acolher a ideia de que é possível separar razão e sensibilidade, gerando, na prática, restrições indevidas a importantes direitos fundamentais, notadamente a liberdade de expressão.[349] É o caso, *e.g.*, do art. 242 da Lei n° 4.737/1965, que, ao vedar o emprego de "meios publicitários destinados a criar, artificialmente, na opinião pública, estados mentais, emocionais ou passionais", ignora que "[a] atividade política [...] é exercida, também, com paixão e emoção", sendo natural "que a propaganda de que se vale, seja contaminada pelo emocionalismo e pelo passionalismo".[350]

Nesse mesmo sentido, destaca-se a proibição, contida no art. 39, § 7º, da Lei n° 9.504/1997, de showmícios, ainda que de forma não remunerada. Embora haja justificativa para a vedação desses eventos quando realizados mediante contrapartida, o mesmo não pode se dizer da apresentação gratuita de artistas para a promoção de candidaturas políticas. Além de violar a livre expressão desses atores sociais, tal dispositivo traduz a ideia de que qualquer elemento capaz de provocar sentimentos nos eleitores – como a música – deve ser considerado estranho ao processo eleitoral, na linha da concepção cerebral de democracia sobre a qual se tratou anteriormente.[351] Nada mais equivocado, sobretudo se for levada em conta a importância política da canção.[352] Como escreveu Nelson Mandela em sua autobiografia, "a política pode ser fortalecida pela música, mas a música tem uma potência que desafia a política".[353]

próprio, em exclusão. Ao pressupor que a razão se opõe ao desejo, à afetividade e ao corpo, essa concepção de público cívico exclui aspectos corporais e afetivos da existência humana. Na prática, essa suposição impõe a homogeneidade ao público cívico, excluindo do público aqueles indivíduos e grupos que não se encaixam no modelo do cidadão racional capaz de transcender corpo e sentimento. Essa exclusão tem base dupla: a tendência a opor razão e desejo e a associação dessas características a alguns tipos de pessoas." (YOUNG, Iris Marion. "O ideal de imparcialidade e o público cívico". *Revista Brasileira de Ciência Política*, nº 09, 2012, p. 185)

[349] Cf. OSÓRIO, Aline. *Direito Eleitoral e Liberdade de Expressão*. Belo Horizonte: Fórum, 2017, pp. 246-283.

[350] TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. Rp n° 587, Tribunal Pleno, Rel. Min. Geraldo Grossi, DJ 21/10/2002. Como registrou o então Min. Sepúlveda Pertence no mesmo julgado, "assim como a prognose do paraíso como resultante da eleição de certo candidato, a prognose do inferno como resultado da eleição do adversário, é, sim, mantidos os limites do Direito Penal de certas vedações higiênicas da Lei Eleitoral, o sentido de toda propaganda eleitoral. É, sim, se não criar estados passionais, pelo menos estados mentais e emocionais favoráveis ao candidato que se promove, desfavoráveis ao candidato que se critica".

[351] Cf. SARMENTO, Daniel. "Petição Inicial da ADI 5970, Ajuizada pelo PSB, PSOL e PT, em que se Postula a Inconstitucionalidade da Proibição de Showmícios Gratuitos". In: *República, inclusão e constitucionalismo*: escritos constitucionais, op. cit., pp. 359-385.

[352] Cf. STREET, John. *Music and Politics.* Cambridge: Polity Press, 2012.

[353] MANDELA, Nelson. *A Long Walk to Freedom*: The Autobiography of Nelson Mandela. London: Hachette, 2008, p. 156 (tradução livre).

Pois bem. É certo que Karl Loewenstein, ao desenvolver a sua teoria da democracia militante, não afirmou, de modo categórico, que as emoções são incapazes de influenciar os processos democráticos, muito pelo contrário. Todavia, como já visto, o constitucionalista alemão desconfiava profundamente da relação entre sentimentos e democracia, a ponto de defender que, enquanto o emocionalismo é característica típica dos regimes fascistas, "o governo constitucional, por sua própria natureza, só pode apelar à razão; ele nunca poderia, de forma bem sucedida, mobilizar o emocionalismo; mesmo os seus ingredientes emocionais são apenas um prelúdio da razão".[354]

Mais recentemente, outros autores adotaram entendimentos semelhantes ao de Loewenstein quando se debruçaram sobre o conceito de democracia militante. Apesar de reconhecer que os sentimentos são inerentes à política, András Sajó assevera que o vínculo entre emoção e democracia é bastante problemático, na medida em que, a seu ver, "a democracia, sobretudo na forma de governo representativo, foi concebida como uma instituição essencialmente não emocional".[355] Para Sajó, o emocionalismo – utilizado, segundo o autor, pelo fascismo para manipular os sentimentos da massa, bem como, hoje em dia, por determinadas variantes do nacionalismo étnico-religioso, para estruturar um sistema de valores que possa fazer frente ao constitucionalismo[356] – "dificilmente se encaixa em uma visão de democracia constitucional"[357] e, por isso, deve ser objeto de medidas preventivas.

De igual maneira, Svetlana Tyulkina considera como fundamentalmente perigosa a influência das emoções sobre a política democrática. Em seu livro sobre democracia militante, a autora escreve:

> Realisticamente, a defesa da democracia só pode ser efetivada através de meios políticos e legislativos baseados na razão. Portanto, o conceito de democracia militante deve permanecer como uma das salvaguardas a que as democracias podem recorrer para compensar o emocionalismo na política.[358]

[354] LOEWENSTEIN, Karl. "Militant Democracy and Fundamental Rights, I", op. cit., p. 429 (tradução livre).

[355] SAJÓ, András. "Militant Democracy and Emotional Politics", op. cit., p. 563 (tradução livre).

[356] Cf. Ibidem, pp. 563-564.

[357] Ibidem, p. 569 (tradução livre).

[358] TYULKINA, Svetlana. *Militant Democracy*: Undemocratic political parties and beyond. Oxon e New York: Routledge, 2015, p. 34 (tradução livre).

Tais abordagens, no entanto, trazem mais problemas que soluções. De fato, o fascismo se valeu extensamente da manipulação de sentimentos como instrumento psicológico para atingir os seus objetivos políticos.[359] Isso, contudo, não significa – e não pode significar – que as fronteiras emocionais da política sejam tidas como domínio exclusivo dos movimentos autoritários, sob pena, inclusive, de se transmitir a ideia equivocada de que o coração das pessoas é terra que a democracia e a Constituição não podem pisar. E, a rigor, é essa a consequência prática da leitura demasiadamente racional de democracia, adotada por autores como Loewenstein, Sajó e Tyulkina. O ponto foi muito bem captado por Martha Nussbaum na seguinte passagem da sua obra sobre política e sentimentos:

> Às vezes, supõe-se que apenas sociedades fascistas ou agressivas são intensamente emocionais e que somente essas sociedades precisam se concentrar no cultivo das emoções. Tais crenças são equivocadas e perigosas. Elas são equivocadas porque todas as sociedades precisam pensar na estabilidade de sua cultura política ao longo do tempo e na segurança de valores importantes em épocas de tensão. Todas as sociedades, portanto, precisam pensar em compaixão diante da perda alheia, em raiva da injustiça, em limitação da inveja e do nojo em favor da empatia inclusiva. **Ceder o terreno da formação das emoções às forças antiliberais lhes dá enorme vantagem no coração das pessoas e abre margem para o risco de as pessoas pensarem nos valores liberais como tépidos e chatos.** A razão pela qual Abraham Lincoln, Martin Luther King Jr., Mahatma Gandhi e Jawaharlal Nehru eram grandes líderes políticos em suas sociedades liberais é que eles entendiam a necessidade de tocar o coração dos cidadãos e de inspirar, deliberadamente, emoções fortes, que pudessem ser geridas em prol do trabalho que tinham diante deles. Todos os princípios políticos, tanto os bons quanto os ruins, precisam de apoio emocional para garantir sua estabilidade ao longo do tempo, e todas as sociedades decentes precisam se proteger contra a divisão e a hierarquia, cultivando sentimentos adequados de compaixão e de amor.[360]

Ao se voltarem apenas para os perigos inerentes a emoções como o medo desmedido, a raiva e o ressentimento, as leituras da democracia militante mencionadas acima parecem ignorar que, não raro, é o apelo à força dos sentimentos positivos, e não o debate pautado por conceitos e abstrações pretensamente racionais, que desperta nas pessoas a preocupação com valores importantes para toda democracia constitucional, a exemplo da dignidade, da igualdade e do respeito mútuo. É evidente que as investigações éticas acerca do bom e do justo cumprem relevante papel na formação de uma cultura de direitos humanos, mas, muitas vezes, as emoções provocadas por uma obra de arte ou pelas experiências de vida de determinada pessoa são,

---

[359] Cf. REICH, Wilhem. *Psicologia de massas do fascismo*. Tradução de Maria da Graça Macedo. São Paulo: Martins Fontes, 2015.

[360] NUSSBAUM, Martha C. *Political Emotions*: Why Love Matters to Justice, op. cit., p. 02-03 (tradução livre e grifos acrescentados).

inclusive do ponto de vista da sua eficácia, ainda mais fundamentais para esse fim.[361] Sentimentos como a empatia e a compaixão carregam em si inegável capacidade moral,[362] e, por isso, devem ser integrados à práxis democrática.

Talhada para lidar com as fraquezas dos regimes democráticos em face do oportunismo dos movimentos autoritários, a teoria da democracia militante verte uma luz de desconfiança sobre as escolhas das maiorias de plantão, como o faz, em última análise, o próprio constitucionalismo. Ocorre que, na concepção de Karl Loewenstein, esse halo de suspeita também deveria recair sobre as emoções que agitam os cidadãos, o que soa exagerado e temerário. Em passagem francamente elitista de um dos seus artigos acerca do tema sob exame,[363] o constitucionalista alemão afirma que, "[p]ara superar definitivamente o perigo de a Europa se tornar totalmente fascista, seria necessário remover as causas, isto é, mudar a estrutura mental desta era das massas e da emoção racionalizada".[364] A bem da verdade, se levado às últimas consequências, o argumento legitima uma leitura asséptica de democracia, que em nada contribui para a contenção do autoritarismo. Afinal, se o que se pretende é fortalecer a defesa dos valores democráticos, existem sentimentos que, como aqui já sustentado, podem ajudar na concretização dessa tarefa.

2.3. Razões autoritárias

Em seu livro sobre o fascismo, Madeleine Albright narra uma aula que deu a graduandos da Universidade de Georgetown acerca do significado do referido conceito. Na oportunidade, a ex-Secretária de Estado do governo Bill Clinton indagou aos seus alunos o que é o fascismo e como se pode identificar um fascista. Conta ela que foram várias as tentativas de resposta, mas uma delas, em especial, captou sua atenção. Segundo Albright, em determinado momento da aula, uma de suas alunas afirmou que o fascismo não diz respeito ao que as pessoas *têm*, mas

[361] Cf. RORTY, Richard. "Human rights, rationality, and sentimentality". In: *Truth and Progress*: philosophical papers. Cambridge: Cambridge University Press, 1998, pp. 167-185.

[362] Cf. BAIER, Annette C. "Hume, the women's moral theorist?" In: *Moral Prejudices*: essays on ethics. Cambridge: Harvard University Press, 1995, pp. 51-75.

[363] Para uma crítica ao elitismo de Loewenstein, cf. MADDOX, Graham. "Karl Loewenstein, Max Lerner, and militant democracy: an appeal to 'strong democracy'", op. cit., p. 03.

[364] LOEWENSTEIN, Karl. "Militant Democracy and Fundamental Rights, II", op. cit., p. 657 (tradução livre).

sim ao que elas pensam que *deveriam ter*, ou seja, está ligado a uma sensação de perda de direitos, alimentada por integrantes de grupos sociais que se encontram sob forte estresse econômico e que, por isso, decidem conferir apoio popular ao projeto fascista. A partir dessa resposta, Madeleine Albright desenvolveu seu raciocínio para inferir que "talvez o fascismo deva ser visto menos como ideologia política e mais como forma de se tomar e controlar o poder".[365]

A conclusão de Albright em muito se aproxima à de Karl Loewenstein, para quem, como já se viu, o fascismo "não é uma filosofia – nem mesmo um programa construtivo realista –, mas a técnica política mais eficaz da história moderna".[366] Em direção semelhante, aponta Richard Paxton. Para o historiador e cientista político norte-americano, o fascismo não é um *ismo* como outro qualquer, porquanto não se baseia em um sistema filosófico coerente, elaborado pelo trabalho sistemático de pensadores que escreviam quando "a política era um negócio de cavalheiros, conduzida por um prolongado e erudito debate parlamentar entre homens instruídos que apelavam para as razões e para os sentimentos uns dos outros".[367] Em vez disso, o fascismo consistiria, de acordo com Paxton, em mera retórica, despreocupada com o acerto das suas próprias proposições e fundamentada em "sentimentos populares sobre raças dominantes, sua sina injusta e sua preponderância legítima sobre povos inferiores".[368]

Com efeito, o fascismo dependia, em grande medida, do controle bem-sucedido das emoções para alcançar os seus fins políticos, bem como não possuía um programa filosófico absolutamente imune a contradições internas. Entretanto, como já se viu, a democracia – na realidade, a política como um todo – também se vale da manipulação de sentimentos. Ademais, a simples constatação de que o fascismo descreveria, na definição de Umberto Eco, um "totalitarismo *fuzzy*" – isto é, "uma colagem de diversas ideias políticas e filosóficas"[369] – não implica dizer necessariamente que inexistia, por trás da sua adoção, uma maneira definida de pensar e de sentir o mundo ao redor,[370] que precisa ser entendida e criticada, inclusive para que

[365] ALBRIGHT, Madeleine. *Fascismo*: um alerta. Tradução de Jaime Biaggio. São Paulo: Planeta, 2018, p. 17.

[366] LOEWENSTEIN, Karl. "Militant Democracy and Fundamental Rights, I", op. cit., p. 423 (tradução livre).

[367] PAXTON, Richard O. *The Anatomy of Fascism*. New York: Alfred A. Knopf, 2004, p. 16 (tradução livre).

[368] Ibidem, p. 16 (tradução livre).

[369] ECO, Umberto. *O fascismo eterno*. Tradução de Eliana Aguiar. Rio de Janeiro: Record, 2018, p. 32. Cumpre dizer que, nesse texto, Eco defende posição bastante similar à de Richard Paxton, apesar de sustentar que o fascismo possui algumas características específicas (pp. 44-59).

[370] Cf. MANN, Michael. *Fascists*. Cambridge: Cambridge University Press, 2004, pp. 02-03.

não se banalize o uso do termo, reduzindo o debate acerca do seu real significado a chavões políticos superficiais e a comparações imprecisas.[371] É preciso, portanto, considerar a faceta ideológica do fascismo, como afirma Zeev Sternhell:

> [...] a ideologia fascista, assim como os movimentos fascistas e os grupos sociais que a apoiam, deve ser levada a sério. Neste momento, sou forçado a dizer novamente o que todos deveriam saber: qualquer ideologia é um corpo de ideias projetado para promover, explicar e justificar os objetivos de determinado modo de ação social organizada. Essa é a *raison d'être* não apenas da ideologia política, mas também da filosofia política. Na nossa "Era das Ideologias", o fascismo não é exceção e a ideologia fascista é tão consistente e coerente quanto qualquer ideologia. É até difícil entender em que medida a social democracia foi ou ainda é mais coerente que o fascismo. De fato, o fascismo possuía uma filosofia da história, uma visão da sociedade e do relacionamento entre o indivíduo e a sociedade. Ele tinha um conteúdo intelectual e um estilo, bem como um dos nomes mais proeminentes da cultura europeia do século XX a seu favor, e os movimentos e regimes fascistas eram instrumentos para a construção de uma nova ordem social. Ideias, estilo e comportamento estão intimamente vinculados, para sempre e em todo lugar.[372]

Segundo Sternhell, é equivocado analisar o fenômeno fascista a partir, sobretudo, do contexto socioeconômico vivenciado por determinados países no período entre as duas Grandes Guerras. A bem da verdade, para o autor israelense, sustentar que o sucesso político do fascismo descende, de maneira direta, apenas dos altos índices de desemprego e da profunda depressão ocasionados pela Primeira Guerra Mundial é subestimar a importância das ideias que o sustentavam.[373] O fascismo não é um parêntese na história da Itália, como defendeu o intelectual italiano Benedetto Croce naquele tempo.[374] Ao contrário, trata-se de acontecimento que, antes de ganhar a forma de movimento político, apresentava lastro cultural desde, pelo menos, o final

---

[371] Como escreve a própria Madeleine Albright, "[q]uem usa o termo 'fascista' se revela. Para a extrema esquerda, praticamente qualquer figurão do meio corporativo nele se encaixa. Alguns que trafegam pela não tão extrema direita acham Barack Obama fascista – além de socialista e muçulmano enrustido. Para um adolescente rebelde, fascismo se aplicaria a qualquer restrição de uso do celular imposta pelos pais. No ritmo das frustrações diárias despejadas pelas pessoas, a palavra escapole por milhões de bocas: professores são chamados de fascistas e, como eles, feministas, chauvinistas, instrutores de ioga, a polícia, pessoas de dieta, burocratas, blogueiros, ciclistas, copidesques, gente que acabou de largar o cigarro e fabricantes de embalagens à prova de crianças. Se continuarmos a alimentar esse reflexo, logo nos sentiremos no direito de chamar de fascista todo e qualquer um que nos irrite – minando a gravidade de um termo que deveria ser poderoso" (ALBRIGHT, Madeleine. *Fascismo*: um alerta, op. cit., pp. 15-16). Em ensaio sobre o tema, publicado no periódico *Tribune* em 1944, o escritor inglês George Orwell também alertava para o uso indiscriminado do termo, e recomendava: "Tudo que se pode fazer no momento é usar a palavra com certa medida de circunspecção e não, como usualmente se faz, degradá-la ao nível de um palavrão." (ORWELL, George. "O que é fascismo?" In: *O que é fascismo? e outros ensaios*. Organização e prefácio de Sérgio Augusto. Tradução de Paulo Geiger. São Paulo: Companhia das Letras, 2017, p. 89)

[372] STERNHELL, Zeev. "How to Think about Fascism and its Ideology", op. cit., p. 284 (tradução livre).

[373] Cf. Ibidem, p. 280.

[374] Cf. SMITH, Denis Mack. "Benedetto Croce: History and Politics". *Journal of Contemporary History*, vol. 08, n° 01, 1973, pp. 41-61.

do século XIX, e que, ainda hoje, cativa muitas pessoas. Nas palavras de Sternhell, a ideologia fascista era tão atrativa porque se baseava em uma "ampla revisão dos valores essenciais da herança humanística, racionalista e otimista do Iluminismo",[375] que já se fazia sentir no nacionalismo integral da *Action Française*, na influência do pensamento de George Sorel sobre os sindicalistas italianos, nas novas doutrinas raciais oriundas de leituras enviesadas do darwinismo social etc.[376]

O fascismo buscava substituir a crença no potencial emancipatório do indivíduo pelo mito totalitário da nação. Em artigo no qual explicita a sua concepção do "mínimo fascista", Roger Eatwell escreve que o núcleo ideológico do fascismo era constituído, dentre outros elementos, por uma espécie de nacionalismo holístico, que preceituava a predominância axiológica do coletivo sobre os direitos e os interesses individuais.[377] Nesse contexto, não haveria real libertação para o homem se não fosse pela pátria. Como registrou Benito Mussolini em manifesto denominado *A Doutrina do Fascismo*, a consciência fascista "concebe o Estado como absoluto, enquanto todos os indivíduos e grupos são relativos, devendo ser considerados apenas na sua relação com o Estado".[378] Sendo assim, enquanto, para as democracias constitucionais, o ente estatal é uma força a ser contida, para o fascismo, a nação "é, em si, consciente, e tem a sua própria vontade e personalidade",[379] exercendo, portanto, papel fundamental e preponderante no desenvolvimento espiritual da comunidade.

Na visão fascista, a ideia de nação também consistia na aniquilação das diferenças em prol de um projeto comum integrado. Diferentemente do liberalismo – que enxergava a divergência como uma característica natural da vida em sociedade e buscava, portanto, regular os possíveis conflitos intersubjetivos –, o fascismo preconizava a necessidade de se reunir as pessoas em torno de uma mesma unidade cultural, supostamente ameaçada, de um lado, pelo

---

[375] STERNHELL, Zeev. "Fascism: reflections on the fate of ideas in twentieth century history". *Journal of Political Ideologies*, vol. 05, n° 02, 2000, p. 141 (tradução livre).

[376] Cf. PAYNE, Stanley G. *A History of Fascism, 1914-1945*. Madison: The University of Wisconsin Press, 1995, pp. 23-70; e STERNHELL, Zeev; SZNAJDER, Mario; ASHERI, Maia. *The Birth of Fascist Ideology*. Tradução de David Maisel. Princeton: Princeton University Press, 1994.

[377] Cf. EATWELL, Roger. "On defining the 'Fascist Minimum': the centrality of ideology". *Journal of Political Ideologies*, vol. 01, n° 03, 1996, pp. 313-314.

[378] MUSSOLINI, Benito. "The Doctrine of Fascism". Tradução de Jane Soames. *The Living Age*, 1933, p. 242 (tradução livre para o português).

[379] Ibidem, p. 242 (tradução livre para o português).

individualismo iluminista, e, de outro, pela luta de classes em termos marxianos.[380] É claro que, por trás da ideia de unidade subjacente ao nacionalismo fascista, não há qualquer aspiração à igualdade. Pelo contrário, a ideologia do fascismo é impregnada por um senso de hierarquia segundo o qual a própria natureza teria colocado os homens acima das mulheres, os nacionais acima dos estrangeiros, o líder acima dos seus seguidores.[381] Para os fascistas, não haveria como negar "a imutável, benéfica e frutífera desigualdade entre os homens, que nunca poderá ser equacionada por meio de operações e processos meramente mecânicos como o sufrágio universal".[382]

Do mesmo modo, a unidade na ideologia fascista não significava pacificação, concórdia, harmonia. A bem da verdade, o *volkgeist*, para o fascismo, movia-se por meio da guerra a tudo que pudesse resistir à vontade da nação, disseminando – à semelhança do que fazem muitos populistas autoritários nos dias de hoje – a lógica do "nós" (os representantes da pátria) contra "eles" (os traidores da pátria).[383] De acordo com Stanley Payne, o espírito nacional fascista era marcado por um "conceito moralista de violência terapêutica, fortemente identificado com valores militares, agressividade declarada e imperialismo",[384] que pode ser extraído, inclusive, da cosmovisão subjacente ao movimento artístico associado ao regime fascista após o seu triunfo eleitoral na Itália. Ao redigir o *Manifesto do Futurismo*, Filippo Tommaso Marinetti antecipou a belicosidade da ideologia que depois viria a abraçar: "Nós queremos glorificar a guerra – única higiene do mundo –, o militarismo, o patriotismo, o gesto destruidor dos anarquistas, as belas ideias que matam e o menosprezo à mulher".[385]

---

[380] Cf. STERNHELL, Zeev. "How to Think about Fascism and its Ideology", op. cit., p. 286.

[381] Cf. STANLEY, Jason. *Como funciona o fascismo*: a política do "nós" e "eles". Tradução de Bruno Alexander. Porto Alegre: L&PM, 2019, pp. 84-96.

[382] MUSSOLINI, Benito. "The Doctrine of Fascism", op. cit., p. 239 (tradução livre para o português).

[383] Nas palavras de Jason Stanley, a retórica fascista "é explicitamente destinada a dividir os cidadãos em duas classes: aqueles que fazem parte da nação escolhida, que são seguidores de leis por natureza, e aqueles que não fazem parte da nação escolhida, que são inerentemente sem lei. Na política fascista, mulheres que não se encaixam em papéis de gênero tradicionais, indivíduos não brancos, homossexuais, imigrantes, 'cosmopolitas decadentes', aqueles que não defendem a religião dominante, são, pelo simples fato de existirem, violações da lei e da ordem" (STANLEY, Jason. *Como funciona o fascismo*: a política do "nós" e "eles", op. cit., p. 112).

[384] PAYNE, Stanley G. *A History of Fascism, 1914*-1945, op. cit., p. 488 (tradução livre).

[385] TELES, Gilberto Mendonça. *Vanguarda europeia e modernismo brasileiro*: apresentação dos principais poemas metalinguísticos, manifestos, prefácios e conferências vanguardistas, de 1857 a 1972. Rio de Janeiro: José Olympio, 2012, p. 118.

Em paralelo à sua concepção de nação, a ideologia do fascismo também apresentava o seu próprio paradigma de indivíduo. Além de essencialmente masculinizado,[386] o cidadão fascista era identificado como um sujeito de ímpeto heroico e combativo, que colocava a sua força a serviço da pátria ao mesmo tempo que fazia parte dela, em comunhão.[387] Para esse novo indivíduo, importava mais a ação prática do que qualquer tipo de ponderação intelectual ou pensamento crítico.[388] Não à toa, costuma-se falar que a ideologia fascista assumia certo caráter anti-intelectual, fosse para atacar o modelo de indivíduo racional do liberalismo, fosse para abafar eventuais dissensos que pudessem pôr em risco a unidade do seu programa de nacionalismo integral. Se, no fascismo, "há apenas um ponto de vista legítimo: o da nação dominante",[389] logo, resta ao homem fascista a função de proteger e promover, por meio das suas ações, os interesses nacionais.

Em última análise, é a esse cidadão – avesso à cultura e voluntarioso por excelência – que, segundo o fascismo, caberia realizar o projeto de renascimento da pátria com vistas à instauração de uma nova ordem. Trata-se do que o historiador e teórico político Roger Griffin chamou de "mito palingenético": a ideia de "comunidade nacional que ressurge como fênix após um período de decadência avassaladora que quase a destruiu".[390] Embora muitas vezes esse aspecto da ideologia fascista tenha sido acompanhado do resgate de um passado lendário ou glorioso,[391] isso não significa dizer que o fascismo era um movimento de natureza conservadora.[392] Ao contrário, é importante reconhecer as pretensões radicalmente revolucionárias por trás do conceito de renovação subjacente ao fascismo. Como aponta Griffin,

---

[386] Cf. STANLEY, Jason. *Como funciona o fascismo*: a política do "nós" e "eles", op. cit., pp. 127-138.

[387] Zeev Sternhell anota que "[a] revolta fascista dos sentimentos e dos instintos, da energia, da vontade e das forças primitivas, essa busca por novos valores que pudessem assegurar a integridade da comunidade, essa rejeição do materialismo, excitava, impressionava e influenciava boa parte da Europa. Para muitos europeus, servir à sociedade enquanto se integra a ela, vincular os seus interesses aos da nação, comungar do culto a valores heroicos eram um modo muito mais satisfatório de participar da vida n comunidade do que inserir o voto na urna. Para toda aquela geração, a expansão do fascismo pela Europa era prova de que a existência de determinada cultura não pode se fundamentar em privilégios de berço ou em riquezas, mas sim no espírito coletivo. A guerra contra o 'espírito burguês', em oposição ao espírito da comunidade, era um aspecto essencial da tentação fascista" (STERNHELL, Zeev. "Fascism: reflections on the fate of ideas in twentieth century history", op. cit., p. 152, tradução livre).

[388] Cf. ECO, Umberto. *O fascismo eterno*, op. cit., pp. 47-49.

[389] STANLEY, Jason. *Como funciona o fascismo*: a política do "nós" e "eles", op. cit., p. 48.

[390] GRIFFIN, Roger. *The Nature of Fascism*. Oxon e New York: Routledge, 1993, p. 38 (tradução livre).

[391] Cf. STANLEY, Jason. *Como funciona o fascismo*: a política do "nós" e "eles", op. cit., pp. 19-36.

[392] Cf. EATWELL, Roger. "On defining the 'Fascist Minimum': the centrality of ideology, op. cit., p. 314.

no mito palingenético fascista, "[a] flecha do tempo [...] aponta não para trás, mas para frente, mesmo quando o arqueiro olha por cima do ombro para obter orientação sobre onde mirar".[393]

Pois bem. Além de equivocada, a tentativa de Karl Loewenstein de negar aos fundamentos do fascismo o *status* de ideia é desconcertantemente cômoda. A bem da verdade, ao se valer dessa estratégia argumentativa, o autor se esquivou das inúmeras polêmicas que a defesa da democracia militante levanta, como, por exemplo, as discussões acerca dos limites da tolerância democrática e das graves restrições a direitos políticos, temas que serão abordados mais adiante neste trabalho.[394] Afinal, basta dizer que determinada agenda política não é ideia para, confortavelmente, justificar o combate às suas pautas e, ao mesmo tempo, escapar das difíceis questões constitucionais subjacentes a esse combate. O ponto ainda é muito relevante hoje em dia, uma vez que, em tempos de ressurgimento de movimentos autoritários e de contenção desses novos autoritarismos, ideias caras à paleta de cores do fascismo voltaram ao debate público para disputar espaço na mente dos cidadãos, muitos dos quais passaram a apoiá-las não porque foram enganados por uma técnica política eficiente – como faz supor Loewenstein –, mas porque as desejaram ativamente.[395]

Nesse contexto, como na consciência fascista, o nacionalismo integral está marcado a ferro e fogo nas palavras e nas práticas de muitos líderes atualmente. Na Europa, a retórica nativista, xenófoba e agressiva adotada por determinados partidos e representantes políticos busca fazer frente à bandeira pró-imigração na suposta defesa da pátria contra aqueles que alegadamente tentam destruir a sua essência, os seus costumes e as suas tradições.[396] Ao

---

[393] GRIFFIN, Roger. *The Nature of Fascism*, op. cit., p. 36 (tradução livre).

[394] Em sentido semelhante, afirmou Alessandra Pearce de Carvalho Monteiro, em nota de rodapé a trabalho sobre o tema: "[...] Loewenstein não considerava o fascismo uma ideologia, mas meramente uma *técnica* para o alcance e a manutenção do poder [...]. Inclusive, **o autor utiliza essa consideração para 'fugir' do paradoxo da tolerância e defender a democracia militante: sim, todas as ideologias seriam livres, porém, como o fascismo não era uma ideologia, mas simplesmente uma técnica, poderia ser extirpado da arena política**." (MONTEIRO, Alessandra Pearce de Carvalho. *Extremismo político*: como as democracias podem lidar com as novas ameaças antidemocráticas. Belo Horizonte: Arraes Editores, 2019, p. 93, grifos acrescentados)

[395] Partindo das observações de Wilhelm Reich, disseram Gilles Deleuze e Félix Guattari: "Nunca Reich mostra-se maior pensador do que quando recusa invocar o desconhecimento ou a ilusão das massas para explicar o fascismo, e exige uma explicação pelo desejo, em termos de desejo: **não, as massas não foram enganadas, elas desejaram o fascismo num certo momento, em determinadas circunstâncias, e é isso que é necessário explicar, essa perversão do desejo gregário**." (DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. *O anti-Édipo*: capitalismo e esquizofrenia 1. Tradução de Luiz B. L. Orlandi. São Paulo: Editora 34, 2010, p. 47, grifos acrescentados)

[396] ŻUK, Piotr; ŻUK, Paweł. "Multimodal analysis of the nationalist discourse and historical inspirations of the spectacle of the populist right in Poland between 2015 and 2017". *Discourse, Context & Media*, 2018, pp. 01-02.

introduzir a sua lista de compromissos presidenciais para as eleições francesas de 2017, Marine Le Pen exemplificou à perfeição o nacionalismo holístico desses novos líderes. É ver-se:

> Como se sabe, esta eleição presidencial coloca, cara a cara, duas visões. A escolha "globalista" de um lado, representada por todos os meus concorrentes, que procura destruir nossos grandes equilíbrios econômicos e sociais, que quer a abolição de todas as fronteiras, econômicas e físicas, e que deseja sempre mais imigração e menos coesão entre os franceses. A escolha patriótica de outro lado, que encarno nesta eleição, que coloca a defesa da nação e do povo no centro de qualquer decisão pública e que deseja, acima de tudo, a proteção da nossa identidade nacional, da nossa independência, a unidade dos franceses, a justiça social e a prosperidade de todos.[397]

Nas nações divididas por grandes muros – simbólicos ou não –, do lado de dentro ficariam os pretensos amigos da nação, ao passo que, do lado de fora, estariam os diferentes, os supostos párias de quem se quer distância. Por vezes, a política de aniquilação do outro e o senso hierarquizante e anti-igualitário desse discurso deixam o plano meramente abstrato para se concretizar no mundo real. É o que aponta Jason Stanley em seu livro sobre as novas expressões do ideário fascista, ao rememorar o genocídio contra a minoria rohingya, perpetrado pelo governo de Mianmar.[398] Em suas palavras, "[a] política fascista pode desumanizar grupos minoritários mesmo quando não há o surgimento de um Estado explicitamente fascista. Em alguns aspectos, Mianmar está em transição para uma democracia. Mas cinco anos de brutal retórica dirigida à população muçulmana rohingya resultaram, no entanto, num dos piores casos de limpeza étnica desde a Segunda Guerra Mundial".[399]

Até mesmo o conceito de oposição, tão fundamental para o funcionamento saudável das democracias, é demonizado pelas novas lideranças autoritárias como espécie de deslealdade à pátria. Dirigindo-se a protestos organizados contra o governo de Andrzej Duda, o presidente do PiS, Jarosław Kaczyński, declarou: "Há uma tradição horrível de traição nacional na Polônia. [...] Como se estivesse nos genes deles, nos genes dos piores poloneses, que agora estão mais ativos porque se sentem ameaçados".[400] Em manifestação de tom semelhante, Jair Bolsonaro,

---

[397] Disponível eletronicamente em: <https://rassemblementnational.fr/le-projet-de-marine-le-pen/>. Acesso em: 30 de outubro de 2019.

[398] Cf. STANLEY, Jason. *Como funciona o fascismo*: a política do "nós" e "eles", op. cit., p. 30, pp. 130-131 e pp. 158-159.

[399] Ibidem, p. 15.

[400] Cf. ŻUK, Piotr; ŻUK, Paweł. "Multimodal analysis of the nationalist discourse and historical inspirations of the spectacle of the populist right in Poland between 2015 and 2017", op. cit., p. 07.

quando ainda era candidato, afirmou que os seus apoiadores eram o "Brasil de verdade" e que mandaria os opositores para a "ponta da praia", em referência a local onde militantes de esquerda eram torturados e assassinados na época da ditadura civil-militar.[401] Instaura-se, assim, verdadeira cultura de guerra entre "nós" e "eles", típica do ideário belicista do fascismo.

Também está presente, no arsenal dos novos autoritarismos, o apelo anti-intelectual que se costuma identificar nos movimentos fascistas de outrora. Como já referido neste trabalho, dados produzidos por órgão técnicos e por especialistas do meio acadêmico são rotineiramente questionados, mesmo sem a apresentação de contraprovas, e qualificados, de maneira genérica, como "*fake news*". Nessa batalha cultural, a própria universidade enquanto instituição é atacada.[402] Ressaltem-se, a propósito, as diversas investidas de Viktor Orbán contra o ensino universitário na Hungria,[403] bem como, no Brasil, a iniciativa do Ministro da Educação do governo bolsonarista, Abraham Weintraub, no sentido de bloquear percentual significativo do orçamento das universidades federais que estivessem, em suas próprias palavras, promovendo "balbúrdia".[404]

Do mesmo modo, muitos dos atuais líderes autoritários repaginaram, em seus discursos, a ideia fascista de reconstrução da nação a partir do rompimento radical com determinado período recente de suposta decadência moral e social. Desde o uso de *slogans* espetaculosos como o "*Make America Great Again*" de Donald Trump até os elogios rasgados dos membros do partido Aurora Dourada aos anos de chumbo da Grécia, regressou à cena política de vários países certa retórica de consagração de um passado que, para os seus adeptos, poderia servir de bússola para o surgimento de uma nova era. É nesse contexto que também se insere o preâmbulo

[401] Cf. VEJA. "'Esses marginais vermelhos serão banidos de nossa pátria', diz Bolsonaro", 22 de outubro de 2018. Disponível eletronicamente em: <https://veja.abril.com.br/brasil/esses-marginais-vermelhos-serao-banidos-de-nossa-patria-diz-bolsonaro/>. Acesso em: 30 de outubro de 2019.

[402] Cf. RIBEIRO, Ricardo Lodi. "Autonomia universitária em tempos de guerra cultural". *Revista da Faculdade de Direito da UERJ*, n° 35, 2019, pp. 01-20.

[403] Cf. LA BRUYÈRE, Florence. "Orban adota lei que cerceia liberdade de ensino na Hungria". *G1*, 13 de julho de 2019. Disponível eletronicamente em: <https://g1.globo.com/mundo/noticia/2019/07/13/orban-adota-lei-que-cerceia-liberdade-de-ensino-na-hungria.ghtml>. Acesso em: 31 de outubro de 2019; e O GLOBO; REUTERS. "Governo ultranacionalista da Hungria prepara lei para tirar autonomia da Academia de Ciências", 28 de maio de 2019. Disponível eletronicamente em: <https://oglobo.globo.com/mundo/governo-ultranacionalista-da-hungria-prepara-lei-para-tirar-autonomia-da-academia-de-ciencias-23698969>. Acesso em: 31 de outubro de 2019.

[404] Cf. GOMES, Wilson. "Toda balbúrdia será castigada". *Revista Cult*, 03 de maio de 2019. Disponível eletronicamente em: <https://revistacult.uol.com.br/home/abraham-weintraub-balburdia/>. Acesso em: 31 de outubro de 2019.

à Lei Fundamental da Hungria de 2011, cuja redação foi supervisionada por Orbán.[405] Depois de demonstrar orgulho pelo fato de a nação húngara haver sido fundada, séculos atrás, por Santo Estêvão – que a teria integrado à Europa Cristã e aos seus supostos valores comuns –, o referido texto clama por "renovação espiritual e intelectual" em face das décadas de degeneração vividas durante o século XX, e expressa crença em que "nossos filhos e netos farão a Hungria grande novamente, com seu talento, persistência e força moral".

Não se quer dizer, com isso, que os atuais movimentos autoritários sejam fascistas, no sentido estrito do termo.[406] A rigor, parece ainda não ter sido criada categoria que, transcendendo os conceitos já tradicionais, seja capaz de abarcar, em uma mesma noção, todas as ideias e práticas que hoje desafiam o bom funcionamento das democracias. Apesar de apresentarem muitas características em comum com concepções políticas tão consagradas quanto o fascismo histórico e o populismo, tais movimentos possuem contornos próprios e são muito diversificados. Talvez por isso o sociólogo alemão Klaus Dörre tenha dito que faz mais sentido falar em um "bloco social de cunho nacionalista radical", que, segundo ele, "abrange diferentes correntes políticas".[407]

De qualquer maneira, é possível afirmar, na linha defendida por Zeev Sternhell, que fechar os olhos para o caráter ideológico do fascismo é negligenciar a força das suas ideias, que, como visto, ainda são capazes de se catapultar ao debate público de tempos em tempos, perturbando, embora sob novas roupagens, o horizonte democrático. Além disso, é ignorar que as pautas fascistas, muitas vezes, travestem-se de argumentos racionais – como a necessidade de superar crises de ordem socioeconômica por meio da adoção de medidas excepcionais contra determinados grupos, a exemplo dos imigrantes – para colonizar as cabeças e os desejos das pessoas.[408] Logo, a defesa de um modelo militante de democracia deve levar a sério a natureza ideológica do fascismo e dos novos autoritarismos, de modo a encarar os seus valores frente a

[405] Cf. STANLEY, Jason. *Como funciona o fascismo*: a política do "nós" e "eles", op. cit., p. 26.

[406] Cf. ŽIŽEK, Slavoj. "A tentação populista". Tradução de Alexandre Hubner. In: GEISELBERGER, Heinrich (org.). *A grande recessão*: um debate internacional sobre os novos populismos – e como enfrentá-los. São Paulo: Estação Liberdade, 2019, pp. 293-313.

[407] DÖRRE, Klaus. "'Take Back Control!' Marx, Polanyi and Right-Wing Populist Revolt". *Österreichische Zeitschrift Für Soziologie*, vol. 44, n° 02, 2019, p. 229 (tradução livre).

[408] Nas palavras de Gilles Deleuze e Félix Guattari, "[m]esmo o mais declarado fascismo fala a linguagem dos objetivos, do direito, da ordem e da razão. Mesmo o capitalismo mais demente fala em nome da racionalidade econômica". (DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. *O anti-Édipo*: capitalismo e esquizofrenia 1, op. cit., p. 487)

frente, demonstrando a contradição lógica entre eles e a sobrevivência da empreitada democrática, bem como sua incompatibilidade com o núcleo e com o espírito das Constituições.

2.4. Os limites da tolerância democrática

Como se viu, os dois principais argumentos utilizados por Karl Loewenstein para fundamentar a sua teoria da democracia militante não se sustentam. Nada obstante, tal constatação não enfraquece o diagnóstico do constitucionalista alemão, que, a bem da verdade, é o que mais deve interessar àqueles que hoje se ocupam do estudo do conceito em exame neste trabalho. Existe, de fato, uma rachadura na base de sustentação dos regimes democráticos que os políticos de cariz autoritário conseguem atravessar. Em outros termos, "o risco de suicídio é inerente à democracia, e esse problema continuará relevante enquanto ainda houver democracias".[409]

Em última análise, uma das principais causas pelas quais o problema do suicídio das democracias se mantém importante até os dias de hoje remete ao maior "elefante na sala" das contribuições de Loewenstein ao debate sobre democracia militante, qual seja, a permanente dificuldade das democracias liberais em impor limites à tolerância democrática. Realmente, parece haver incompatibilidade entre o ideal liberal-democrático de tolerância, que preconiza liberdade e igualdade a todos os agentes, pensamentos e movimentos políticos, e a proposta de tornar as democracias intolerantes, que busca restringir os direitos fundamentais daqueles que professam valores incompatíveis com a democracia. Abre-se margem, assim, a uma questão especialmente central para o objeto deste trabalho: em nome da democracia, é possível tolerar todo e qualquer projeto de poder?

Sabe-se que a história é repleta de discussões acaloradas sobre tolerância. Das polêmicas envolvendo o tratamento de dissidentes políticos na Grécia Antiga às dificuldades culturais oriundas da anexação de territórios estrangeiros pelo Império Romano, da filosofia estoica nos

[409] RIJPKEMA, Bastiaan. *Militant Democracy*: The Limits of Democratic Tolerance, op. cit., p. 172 (tradução livre para o português).

escritos de Cícero e de Sêneca aos ensinamentos de Jesus Cristo,[410] muito já se falou acerca desse tema. Sob tal perspectiva, torna-se fácil compreender por que a tolerância não é "um conceito bem definido, estático, mas sim uma moldura conceitual de onde podem ser extraídas diferentes noções e tonalidades do mesmo termo".[411]

Também não se pode ignorar que, devido a essa considerável abertura semântica, a ideia já foi utilizada por lados opostos de uma mesma disputa política ou intelectual. Por exemplo, na controvérsia acerca da presença de crucifixos nos tribunais brasileiros, o argumento da tolerância foi mobilizado tanto pelos que defendiam a manutenção do referido símbolo religioso naqueles espaços oficiais, quanto pelos que advogavam a favor da sua retirada.[412] De modo semelhante, depois das intensas denúncias de intolerância racial direcionadas à sua obra *O Nascimento de uma Nação*, o cineasta norte-americano D. W. Griffith resolveu lançar um filme em resposta aos seus críticos; e o batizou, propositadamente, de *Intolerância*.[413]

Levando-se em conta esse panorama de imprecisão conceitual e de ambivalência retórica, muitas foram as tentativas de conferir um significado à tolerância, cada qual fundada em uma razão específica para a sua defesa. Em estudo sobre o assunto, Michael Walzer elencou alguns pontos de partida bastante importantes. Veja-se:

> Entendida como uma atitude ou como um estado da mente, a tolerância descreve várias possibilidades. A primeira delas, que reflete as origens da tolerância religiosa nos séculos XVI e XVII, é simplesmente a aceitação resignada da diferença em prol da paz. As pessoas matam umas às outras por anos e anos, e então, misericordiosamente, advém a exaustão, e a isso nós chamamos tolerância. [...] Uma segunda atitude possível é a indiferença passiva, relaxada e benigna à diferença: 'Precisa-se de todas as espécies para se fazer um mundo'. A terceira deriva de um tipo de estoicismo moral: o reconhecimento, em bases principiológicas, de que os 'outros' possuem direitos ainda que os exercitem de maneiras não atraentes. A quarta expressa uma abertura aos outros; curiosidade; talvez até respeito, uma vontade de ouvir e de aprender.[414]

[410] Como não está entre os objetivos deste trabalho recontar em detalhes o desenvolvimento do conceito de tolerância através da história, remete-se o leitor a FORST, Rainer. *Toleration in Conflict*: Past and Present. Tradução de Ciaran Cronin. New York: Cambridge University Press, 2013, pp. 36-446.

[411] COHEN-ALMAGOR, Raphael. *The Boundaries of Liberty and Tolerance*: the Struggle against Kahanism in Israel. Gainesville: University Press of Florida, 1994, p. 22 (tradução livre).

[412] Sobre o assunto, cf. SARMENTO, Daniel. "O Crucifixo nos Tribunais e a Laicidade do Estado". *Revista de Direito do Estado – RDE*, vol. 8, 2007, pp. 75-90.

[413] Cf. MCEWAN, Paul. *The Birth of a Nation (BFI Film Classics)*. London: Palgrave, 2015, p. 14.

[414] WALZER, Michael. *On Toleration*. New Haven: Yale University Press, 1997, pp. 10-11 (tradução livre).

A primeira abordagem mencionada por Walzer pode ser qualificada como *pragmática*. Normalmente, o pragmatismo não apela a nenhum valor intrínseco para fundamentar a necessidade de ser tolerante, fazendo-o por meio de razões de caráter instrumental ou consequencialista, como, *e.g.*, a promoção do melhor interesse da sociedade.[415] Seria possível, inclusive, traçar um paralelo entre as justificações pragmáticas da tolerância que têm em vista um propósito de harmonia e a imagem do contrato social como verdadeiro tratado de paz, à moda hobbesiana.[416] O próprio Walzer adota uma definição pragmática de tolerância ao descrevê-la como aquilo que torna possível "a coexistência pacífica entre indivíduos com diferentes histórias, culturas e identidades".[417]

Já a segunda abordagem, ao aludir a uma atitude de indiferença, ecoa um sentido corriqueiramente atribuído à tolerância, que é o de *indulgência*, de *condescendência*. Pode-se, todavia, criticar essa definição. É que, como asseverou Preston King, a tolerância é composta de dois elementos principais: a objeção e a aceitação.[418] O primeiro deixa claro que, para ser tolerada, determinada crença ou prática deve, antes de tudo, ser julgada falsa ou má por aquele que a tolera, enquanto o segundo mostra que, muito embora haja um prévio juízo de valor negativo em face dessa crença ou prática, também existem razões pelas quais seria errado não a aceitar. Ora, se a tolerância pressupõe objeção, há uma patente incompatibilidade em se dizer que tolerar e ser indiferente mantêm entre si uma relação de sinonímia.[419]

Ainda assim, quando transportada do campo das atitudes ou estados da mente individuais para a relação entre governantes e cidadãos, a segunda abordagem citada por Walzer parece invocar um princípio tradicionalmente liberal de compreensão da tolerância, qual seja, o de *neutralidade*.[420] Nesse sentido, a defesa de uma "indiferença passiva, relaxada e benigna à diferença", como colocado pelo filósofo comunitarista, poderia ser justificada com fulcro no

---

[415] Cf. NEHUSHTAN, Yossi. "The Limits of Tolerance: A Substantive-Liberal Perspective". *Ratio Juris*, vol. 20, n° 02, 2007, pp. 235-236. Para uma crítica a essa concepção, cf. COHEN-ALMAGOR, Raphael. *The Boundaries of Liberty and Tolerance*: the Struggle against Kahanism in Israel, op. cit., p. 21.

[416] Cf. FORST, Rainer. *Toleration in Conflict*: Past and Present, op. cit., pp. 28-29.

[417] WALZER, Michael. *On Toleration*, op. cit., p. 02 (tradução livre).

[418] Cf. KING, Preston. *Toleration*. Londres e Portland: Frank Cass Publishers, 1998, pp. 44-54.

[419] Cf. FORST, Rainer. *Toleration in Conflict*: Past and Present, op. cit., p. 18. Para outra crítica à suposta identidade entre tolerância e indiferença, cf. NEHUSHTAN, Yossi. "The Limits of Tolerance: A Substantive-Liberal Perspective", op. cit., pp. 233-235.

[420] Sobre neutralidade, cf. DWORKIN, Ronald. *A Matter of Principle*. Cambridge: Harvard University Press, 1985, pp. 181-204; e RAWLS, John. *Political Liberalism*. New York: Columbia University Press, 2005, pp. 173-211.

pressuposto de que as instituições sociais e as políticas públicas não devem ser desenhadas de sorte a favorecer uma ou outra concepção de vida boa. A preocupação, aqui, também se estenderia à recusa do perfeccionismo,[421] isto é, da visão segundo a qual "é uma missão legítima do Estado fazer com que os indivíduos aceitem e materializem ideais válidos de virtude pessoal".[422]

A terceira concepção de tolerância elencada por Walzer, a seu turno, está ligada ao reconhecimento de um verdadeiro *direito* a ser tolerado e de um *dever* a ser tolerante.[423] Nesse diapasão, tolerar não seria apenas uma atitude prudente ou pragmaticamente positiva, mas sobretudo boa em si mesma.[424] Existem várias justificativas possíveis para tal leitura da tolerância, mas a principal delas seria a tutela da autonomia.[425] Na linha dessa interpretação, ser tolerante estaria relacionado a "respeitar os outros como seres humanos que gozam da habilidade de fazer escolhas e de conduzir suas vidas como pessoas livres e autônomas, desde que não prejudiquem terceiros". [426] Ao lado do respeito à autonomia alheia, outra explicação possível para o direito à tolerância jaz na percepção de que somos todos membros igualmente distintos de uma mesma comunidade política e que, por isso, devemos tolerar as convicções uns dos outros. Para Rainer Forst, essa formulação eminentemente igualitária pode ter duas acepções.[427]

A primeira, de cunho formal, estabelece que as diferenças éticas entre os indivíduos devem se restringir ao domínio privado de cada um, de modo a não gerar conflitos na esfera pública. Em outras palavras, "todos os cidadãos são iguais e, na condição de iguais, devem se manter 'acima' de suas convicções particulares" [428] para que haja tolerância. Aliás, foi com base

---

[421] Cf. COHEN-ALMAGOR, Raphael. *The Boundaries of Liberty and Tolerance*: the Struggle against Kahanism in Israel, op. cit., pp. 50-67.

[422] NINO, Carlos Santiago. *Ética y Derechos Humanos*: un ensayo de fundamentación. Buenos Aires: Astrea, 1989, p. 413 (tradução livre).

[423] Cf. COHEN-ALMAGOR, Raphael. *The Boundaries of Liberty and Tolerance*: the Struggle against Kahanism in Israel, op. cit., p. 02.

[424] Cf. MENDUS, Susan. *Toleration and the Limits of Liberalism*. Londres: Macmillan, 1989, p. 03.

[425] Sobre a tolerância baseada na autonomia, cf. RAZ, Joseph. "Autonomy, toleration, and the harm principle". In: MENDUS, Susan (ed.). *Justifying Toleration*: Conceptual and Historical Perspectives. New York: Cambridge University Press, 1988, pp. 155-175.

[426] COHEN-ALMAGOR, Raphael. *The Boundaries of Liberty and Tolerance*: the Struggle against Kahanism in Israel, op. cit., p. 21 (tradução livre).

[427] Cf. FORST, Rainer. *Toleration in Conflict*: Past and Present, op. cit., pp. 30-31.

[428] Ibidem, p. 30 (tradução livre).

em visão semelhante que as autoridades francesas decidiram proibir o uso de véus islâmicos em escolas geridas pelo Estado.[429] Já a segunda, de natureza substantiva, atenta à circunstância de que certas normas rígidas de igualdade formal costumam dar preferência a estilos de vida cujas convicções e práticas podem ser mais facilmente conciliadas com a separação entre público e privado, discriminando, assim, formas de expressão à margem do convencional.[430] Daí por que, para esse outro modelo, a tolerância implica aceitar como legítima a reivindicação das pessoas à participação plena na comunidade política, sem que se exija, nesse processo, qualquer renúncia a identidades étnico-culturais.[431]

Por fim, a quarta concepção mencionada por Walzer – que identifica tolerância com uma espécie de abertura, que vê na alteridade um potencial pedagógico singular – se alicerça a partir do *pluralismo*. De acordo com os partidários dessa concepção, as diferenças entre valores, objetivos e opções representariam uma característica permanente e inevitável da vida em sociedade.[432] Sua premissa coincide, portanto, com o argumento sustentado por Michel de Montaigne em um dos seus *Ensaios*: "Nunca houve no mundo duas opiniões idênticas, como não há dois pelos nem dois grãos de cereal. A qualidade mais universal e comum é a diversidade".[433] Ademais, as diferenças entre os seres humanos seriam incomensuráveis, seja porque, na maioria das vezes, traduzem pontos de vista que se excluem mutuamente, seja porque não podem ser comparadas ou ranqueadas com base em um único critério valorativo.[434] Logo,

> dadas a inevitabilidade e a incomensurabilidade das diferenças entre as pessoas, os princípios políticos da tolerância serão sempre necessários para assegurar que os poderosos não venham a usar força coercitiva ou propaganda para tentar erradicar ilegitimamente aqueles que diferem deles.[435]

---

[429] Cf. GALEOTTI, Anna Elisabetta. "Citizenship and Equality: The Place for Toleration". *Political Theory*, vol. 21, n° 04, 1993, pp. 585-605.

[430] Cf. FORST, Rainer. *Toleration in Conflict*: Past and Present, op. cit., p. 31.

[431] Cf. Ibidem, p. 31.

[432] Cf. MCKINNON, Catriona. "Toleration and the character of pluralism". In: MCKINNON, Catriona; CASTIGLIONE, Dario (ed.). *The culture of toleration in diverse societies*: Reasonable tolerance. Manchester: Manchester University Press, 2003, pp. 60-61.

[433] MONTAIGNE, Michel de. "Da semelhança dos filhos com os pais". In: *Ensaios*. Tradução de Sérgio Milliet. São Paulo: Editora 34, 2016, p. 744.

[434] Com vistas a uma melhor compreensão do raciocínio dos pluralistas e para uma crítica desse raciocínio, cf. MCKINNON, Catriona. *Toleration*: a critical introduction. Oxon e New York: Routledge, 2006, pp. 52-66.

[435] MCKINNON, Catriona. "Toleration and the character of pluralism", op. cit., p. 61 (tradução livre).

Em alguma medida, todas essas abordagens acerca da tolerância estão contempladas na *Declaração de Princípios sobre a Tolerância*, aprovada pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura – UNESCO em 16 de novembro de 1995. Com efeito, o referido documento (i) dá valor a um pragmatismo orientado à paz social;[436] (ii) rejeita dogmatismos[437] e exige imparcialidade,[438] apesar de afirmar que a tolerância "não é concessão, condescendência, indulgência";[439] (iii) admite a existência de um imperativo calcado nos direitos universais da pessoa humana,[440] na liberdade do outro[441] e em um "dever de ordem ética";[442] e (iv) endossa o pluralismo[443] e a diversidade.[444]

Pois bem. Independentemente do sentido que se escolher atribuir à tolerância, fato é que se cuida de um princípio que desfruta de considerável relevância no contexto das democracias constitucionais. Afinal, todas as justificações para o ato de tolerar até aqui mencionadas expressam valores que, de alguma forma, são caros aos regimes democráticos. A busca pela harmonia entre os indivíduos, a ideia de um Estado que não prestigia apenas uma concepção de vida boa em detrimento das demais, o respeito à autonomia alheia, o reconhecimento de que todos os cidadãos são iguais, o pluralismo – todos esses pontos são preocupações fundamentais em democracias saudáveis e funcionais.

---

[436] Reza o Artigo 1.1 da declaração: "A tolerância é uma virtude que torna a paz possível e contribui para substituir uma cultura de guerra por uma cultura de paz". Em sentido semelhante, está expresso em seu Artigo 2.3: "Sem tolerância não pode haver paz e sem paz não pode haver nem desenvolvimento nem democracia".

[437] Segundo o Artigo 1.3 do documento, a tolerância "[i]mplica a rejeição do dogmatismo e do absolutismo".

[438] É o que dispõe o Artigo 1.4 da declaração, para o qual tolerar "[s]ignifica também que ninguém deve impor suas opiniões a outrem". Do mesmo modo, reza o seu Artigo 2.1 que, "[n]o âmbito do Estado, a tolerância exige justiça e imparcialidade na legislação, na aplicação da lei e no exercício dos poderes judiciário e administrativo".

[439] Tal passagem está contemplada no Artigo 1.2 do documento.

[440] Dispõe o Artigo 1.2 da declaração: "A tolerância é, antes de tudo, uma atitude ativa fundada no reconhecimento dos direitos universais da pessoa humana e das liberdades fundamentais do outro".

[441] De acordo com o Artigo 1.4 do documento, "[a] prática da tolerância significa que toda pessoa tem a livre escolha de suas convicções e aceita que o outro desfrute da mesma liberdade".

[442] É o que afirma o Artigo 1.1 da declaração.

[443] Segundo o Artigo 1.3 do documento, "[a] tolerância é o sustentáculo [...] do pluralismo (inclusive o pluralismo cultural)".

[444] Reza o Artigo 1.1 da declaração: "A tolerância é o respeito, a aceitação e a apreço da riqueza e da diversidade das culturas de nosso mundo". Da mesma forma, está expresso no seu Artigo 1.4 que tolerar "[s]ignifica aceitar o fato de que os seres humanos, que se caracterizam naturalmente pela diversidade de seu aspecto físico, de sua situação, de seu modo de expressar-se, de seus comportamentos e de seus valores, têm o direito de viver em paz e de ser tais como são".

Mais que isso, a tolerância pode ser vista como verdadeira grade de proteção da democracia. Nas disputas eleitorais, é natural que o perdedor lamente a vitória do seu adversário, assim como não é censurável que os próprios eleitores sofram diante da derrota do seu candidato favorito. Ainda assim, ambos os lados da competição devem se enxergar, sempre que possível, como adversários legítimos. Nas palavras de Steven Levitsky e Daniel Ziblatt, levar a sério a tolerância em uma democracia "significa reconhecermos que nossos rivais políticos são cidadãos decentes, patrióticos, cumpridores da lei – que amam nosso país e respeitam a Constituição assim como nós".[445] Caso contrário, será criado um ambiente de animosidade política refratário a qualquer possibilidade de consenso, bem como hostil ao florescimento de outras qualidades da cidadania.

Porém, a interação sinérgica entre tolerância e democracia não elimina o conflito que emana dessa mesma relação. Isso porque leituras excessivamente ampliativas da tolerância podem levar à erosão – ou mesmo à destruição – da democracia, ao permitirem o fortalecimento de ideias e movimentos contrários aos valores democráticos. Por exemplo, a ideia de que Estado tolerante é sinônimo absoluto de Estado neutro, como poderia sugerir uma interpretação liberal mais radical, conduz ao raciocínio de que, em uma democracia, vale tudo, incluindo-se tolerar projetos autoritários de poder ou programas que tenham em seu núcleo a rejeição do outro, do periférico, do diferente. Nada mais equivocado, já que, como bem assinalou Thomas Scanlon, se a tolerância não é objeção imoderada, tampouco pode ser definida como uma forma de aceitação irrestrita.[446] A rigor, "a tolerância é uma virtude dos cidadãos de uma democracia e, assim, demarcar e defender os limites da tolerância é uma tarefa fundamental dos membros da sociedade civil".[447]

Em passagem breve – porém, memorável – do primeiro volume do clássico *A Sociedade Aberta e seus Inimigos*, Karl Popper abordou essa questão. Disse o pensador austríaco, ao descrever o que ele mesmo denominou de *paradoxo da tolerância*:

---

[445] LEVITSKY, Steven; ZIBLATT, Daniel. *Como as democracias morrem*, op. cit., p. 104. Cf. também SOUZA NETO, Cláudio Pereira de. "O impeachment de 2016: ruptura constitucional e cultura política democrática", op. cit., pp. 290-291.

[446] Cf. SCANLON, Thomas M. "The Difficulty of Tolerance". In: *The Difficulty of Tolerance*: Essays in Political Philosophy. New York: Cambridge University Press, 2003, p. 187.

[447] VOLTAIRE. *Tratado sobre a Tolerância.* Tradução de Leandro Cardoso Marques da Silva. São Paulo: Edipro, 2017, p. 27.

> Tolerância ilimitada levará ao desaparecimento da tolerância. Se estendermos a tolerância ilimitada mesmo àqueles que são intolerantes, se não estivermos preparados para defender uma sociedade tolerante contra o ataque do intolerante, então os tolerantes e a tolerância serão destruídos. [...] Devemos, portanto, reivindicar, em nome da tolerância, o direito de não tolerar o intolerante. Devemos reivindicar que qualquer movimento intolerante seja posto fora da lei, e devemos considerar como criminosos o incitamento à intolerância e a perseguição, exatamente como devemos considerar o incitamento ao assassinato, ou ao sequestro; ou como devemos considerar qualquer tentativa de se reviver o tráfico de escravos.[448]

As perspicazes observações de Karl Popper revelam uma das questões mais sensíveis sobre o tema ora em análise, qual seja, onde começa e onde termina a tolerância? A premissa que deve nortear a busca pela solução a essa pergunta tão complexa é o conceito de *mutualidade*.[449] De fato, o direito a ser tolerado subentende uma predisposição em enxergar no outro alguém que também merece ser tolerado. A ideia, quase intuitiva, foi traduzida em expressiva metáfora por Raphael Cohen-Almagor. Para o autor, aquele que tolera o intolerante se equipara ao boxeador que, antes da partida, insiste em tocar amistosamente as luvas do seu oponente, ao passo que este não apenas se recusa a retribuir o gesto, como – o que é pior – aproveita-se da lealdade do adversário para nocauteá-lo.[450]

Em sentido semelhante, Rainer Forst, ao se debruçar sobre as perplexidades de Popper, afirmou que o paradoxo da tolerância – por ele rebatizado *paradoxo da autodestruição* – "é superado quando se leva em conta que a tolerância é justificadamente restrita e quando se entende que ela pressupõe reciprocidade, de modo que a intolerância não tem que ser tolerada (e sob certas condições também não deve ser tolerada)".[451] Até por esse motivo, Forst afirma que a tolerância não é constituída apenas por objeção e aceitação, como na já mencionada acepção de Preston King. Na verdade, existe um terceiro componente, a rejeição, que entrará em jogo quando as razões de aceitação não forem suficientes para compensar a reprovação de determinadas crenças e atitudes intoleráveis.[452]

---

[448] POPPER, Karl. *The Open Society and Its Enemies*. New One-Volume Edition. Princeton: Princeton University Press, 2013, p. 581 (tradução livre).

[449] Cf. CREPPELL, Ingrid. "Tolerance, Politics, and the Role of Mutuality". In: WILLIAMS, Melissa S.; WALDRON, Jeremy (ed.). *Toleration and Its Limits*. New York: New York University Press, 2008, pp. 315-359.

[450] Cf. COHEN-ALMAGOR, Raphael. *The Boundaries of Liberty and Tolerance*: the Struggle against Kahanism in Israel, op. cit., p. 46.

[451] FORST, Rainer. *Toleration in Conflict*: Past and Present, op. cit., p. 23 (tradução livre).

[452] Cf. Ibidem, p. 23.

O ponto pode ser mais bem compreendido por meio da ideia de que "a nossa *relação política* com os inimigos da tolerância é *qualitativamente diferente* da relação que mantemos com os nossos oponentes políticos ordinários".[453] De fato, existe clara distinção entre, de um lado, disputar os sentidos possíveis dos princípios democráticos e das normas constitucionais sem buscar a dominação ou a eliminação do seu oponente, e, de outro lado, negar-se injustificadamente a retribuir o respeito e a consideração que o seu adversário lhe dedica, ou, o que é ainda mais grave, contestar a própria legitimidade do projeto democrático.[454] Dessa maneira, enquanto o democrata deve tolerar o oponente que, dentro das regras do jogo, pensa e age de forma divergente e vice-versa, tal dever de reciprocidade não subsiste em face daqueles que se engajam em uma luta hegemônica contra os seus adversários e contra a democracia em si. Neste segundo caso, só restará à democracia – *locus* de conflitos não hegemônicos por excelência – responder à altura e defender a sua hegemonia. Nas palavras do filósofo Stefan Rummens:

> **A democracia liberal é um regime político altamente original, com a habilidade única de abrir espaço para uma luta não hegemônica em que oponentes políticos podem, legitimamente, coexistir, e por meio da qual a vitória de um não leva à eliminação ou à deslegitimização do outro**. É verdade, claro, que, em uma democracia, nem todos podem governar ao mesmo tempo e que a oposição não verá as suas próprias propostas políticas realizadas até que a maioria continue no poder. Nesse sentido, o governo da maioria, de algum modo, 'exclui' a minoria e as propostas políticas que esta defende. A diferença crucial, contudo, está no fato de que essa exclusão é limitada porque se dá dentro de uma moldura comum mais ampla e inclusiva, formada por um compromisso compartilhado em prol dos valores liberal-democráticos da liberdade e da igualdade. [...]
>
> [...]
>
> Com relação aos inimigos do regime democrático liberal, todavia, a situação é diferente. **Nosso relacionamento com eles consiste em uma luta hegemônica de poder entre duas visões incompatíveis acerca das estruturas básicas de poder da sociedade. Trata-se de luta em que apenas um dos oponentes pode prevalecer e que, por isso, representa uma potencial ameaça existencial à prática política da tolerância à qual estamos comprometidos**. [...] A simetria que existe entre mim e meu adversário democrático [isto é, o dever de mutualidade acima referido] simplesmente não se estende à minha relação com o intolerante. **No tocante ao suposto paradoxo da tolerância, a inconsistência ou autocontradição jaz, então, nas mãos aqueles que equivocadamente supõem que devemos tratar oponentes diferentes da mesma maneira**.[455]

---

[453] RUMMENS, Stefan. "Resolving the Paradox of Tolerance". In: MALKOPOULOU, Anthoula; KIRSHNER, Alexander S. (ed.). *Militant Democracy and Its Critics*, op. cit., p. 115 (tradução livre e grifos originais).

[454] Cf. SAJÓ, András. "From militant democracy to the preventive state?". *Cardozo Law Review*, vol. 27, n° 05, 2006, p. 2268.

[455] RUMMENS, Stefan. "Resolving the Paradox of Tolerance", op. cit., pp. 116-117 (tradução livre e grifos acrescentados).

A partir da lógica da mutualidade, explica-se também por que o intolerante não pode se valer da tolerância para exigir que as suas convicções e práticas sejam respeitadas pelos demais membros da sociedade. É que, nas palavras de John Rawls, "um indivíduo só pode denunciar as violações dos princípios que ele mesmo reconhece", o que leva à conclusão de que "os intolerantes não possuem o direito de reclamar quando lhes é negada uma mesma liberdade".[456] Cumpre ressaltar, aliás, que esse entendimento já estava presente em escritos clássicos sobre tolerância religiosa. Para Pierre Bayle, filósofo francês do século XVII, "aquela facção poderosa que não tolera o outro, bem como coage a consciência alheia, não tem direito a ser tolerada".[457] De modo parecido, John Locke dizia que não têm direito à tolerância "os que não querem ensinar que é preciso tolerar os que entram em dissidência relativamente à sua própria religião".[458] Já Voltaire escreveu que, para merecerem a tolerância, os homens devem renunciar ao fanatismo.[459]

Assim, há razões muito patentes para se opor a projetos políticos intolerantes, que representam a total negação dos pressupostos necessários ao bom funcionamento da democracia. Ademais, não se pode olvidar que, nos regimes abertos à deliberação democrática, o estabelecimento de restrições à tolerância consiste em uma tarefa reflexiva, isto é, franqueada a revisões constantes por aqueles que se veem, em determinado momento histórico, excluídos do processo,[460] como, por exemplo, minorias cujos estilos de vida pouco convencionais não são tolerados pela consciência hegemônica. É, portanto, impossível harmonizar o caráter reflexivo do ato de tolerar com qualquer tentativa de extinguir a democracia e, consequentemente, de acabar com a própria possibilidade de remarcação das fronteiras da tolerância em prol dessas minorias injustamente marginalizadas.

Daí vem à baila a questão da democracia militante. Não à toa, Jürgen Habermas asseverou que "uma ordem democrática na qual vigora a tolerância também em termos de liberdades políticas [...] precisa adotar medidas de prevenção contra os inimigos do próprio

---

[456] RAWLS, John. *A Theory of Justice* (revised edition). Cambridge: Harvard University Press, 1999, p. 190 (tradução livre).

[457] BAYLE, Pierre. *A Philosophical Commentary on These Words of the Gospel, Luke 14.23, 'Compel Them to Come In, That My House May Be Full'*. Indianapolis: Liberty Fund, 2005, p. 193 (tradução livre).

[458] LOCKE, John. *Carta sobre a Tolerância*. Tradução de João da Silva Gama. Lisboa: Edições 70, 2014, p. 136.

[459] Cf. VOLTAIRE. *Tratado sobre a Tolerância*, op. cit., p. 79.

[460] Cf. BOHMAN, James. "Reflexive Toleration in a Deliberative Democracy". In: MCKINNON, Catriona; CASTIGLIONE, Dario (ed.). *The Culture of Toleration in Diverse Societies*: Reasonable tolerance. Manchester: Manchester University Press, 2003, pp. 111-131.

núcleo da Constituição", inferindo, na sequência, que, "se um Estado democrático não quer desistir de si mesmo, é necessário que ele recorra à intolerância em face dos inimigos do texto constitucional".[461] Mais uma vez, reverberam as lições de Karl Popper, uma vez que o filósofo austríaco, além de ter apontado um paradoxo na tolerância, identificou que a democracia também traz consigo uma contradição, qual seja, o fato de que a regra da escolha majoritária pode conduzir à ascensão de tiranos ao poder e, consequentemente, à falência do próprio regime democrático.[462] É necessário, portanto, evitar que isso ocorra.

Em certo grau, as preocupações subjacentes à democracia militante também dialogam com o que se chamou, na teoria crítica, de *tolerância repressiva*. Por meio desse conceito, Herbert Marcuse denunciou, em polêmico ensaio,[463] que "hoje é proclamado e praticado como tolerância algo que está, em muitas e nas suas mais efetivas manifestações, servindo à causa da opressão".[464] Trata-se da associação entre uma imparcialidade conveniente, que reforça perspectivas e interesses dominantes, e uma aceitação passiva de atitudes danosas ao homem e à natureza.[465] Dessa maneira, a fim de se abalar as estruturas de preservação de uma civilização despótica, seria imprescindível que os indivíduos se insurgissem contra tal forma pervertida de tolerância, mesmo que isso signifique ser intolerante.

Deve-se registrar que, diferentemente da democracia militante, a tese de Marcuse se voltava a um plexo muito mais variado de abusos – desde o hipercrescimento da cultura da guerra à obsolescência programada dos bens em circulação nas sociedades de consumo –, bem como era radicalmente comprometida com um dos flancos da disputa ideológica que opunha, na visão do autor, uma esquerda essencialmente progressista e uma direita invariavelmente reacionária. Ainda assim, não é difícil estabelecer uma relação entre as duas formulações teóricas, uma vez que ambas visam a equalizar, à sua própria maneira, as distorções geradas por uma tolerância irrefletida e temerária.

---

[461] HABERMAS, Jürgen. "Religious Tolerance – The Pacemaker of Cultural Rights". *Philosophy*, vol. null, n° 01, 2004, pp. 07-08 (tradução livre).

[462] Cf. POPPER, Karl. *The Open Society and Its Enemies*. New One-Volume Edition, op. cit., pp. 581-582.

[463] Cf. MARCUSE, Herbert. "Repressive Tolerance". In: WOLFF, Robert Paul; MOORE JR., Barrington; MARCUSE, Herbert. *A Critique of Pure Tolerance*. Boston: Beacon Press, 1965, pp. 81-117.

[464] Ibidem, p. 81 (tradução livre).

[465] Cf. FOPP, Rodney. "'Repressive Tolerance': Herbert Marcuse's Exercise in Social Epistemology". *Social Epistemology*, vol. 24, n° 02, 2010, pp. 105-122.

Nesse cenário, a adoção de providências militantes pode ser vista de duas maneiras. Por um lado, é possível considerá-la, antes de mais nada, como uma verdadeira medida de prudência, aos moldes pragmáticos. Sob tal perspectiva, o banimento de partidos autoritários ou o uso de outros instrumentos de restrição à participação política de determinados movimentos ou indivíduos não constituiria sequer uma atitude intolerante no sentido estrito do termo, já que, nas palavras de Michael Walzer, "problemas relativos à tolerância surgem muito mais cedo, antes mesmo que a disputa por poder político esteja em jogo, quando a comunidade religiosa ou o movimento ideológico de onde vem esse partido é formado pela primeira vez".[466]

Por outro lado, o uso da democracia militante pode caracterizar uma atitude moral positiva, calcada na premissa de que até mesmo democracias tolerantes podem lançar mão de mecanismos efetivamente intolerantes de autodefesa. Segundo essa percepção, a tutela dos direitos fundamentais e das regras do processo democrático exige a construção de uma ética de luta contra a intolerância, que é paralela à ética por trás da fundação dos próprios regimes representativos.[467] Assim como as democracias nascem de atos revolucionários aparentemente ilegítimos – afinal, quem deu aos rebeldes o poder de falar em nome do povo e de criar um novo regime político? –, a utilização de determinados mecanismos de defesa da democracia em face da intolerância, muitas vezes, parecerá igualmente injustificável do ponto de vista democrático, o que, contudo, não implica que tal decisão seja imoral, muito pelo contrário.[468] Tanto o ato de instituir a democracia quanto o de protegê-la de ataques autoritários traduzem, em última instância, um compromisso ético com a tutela da liberdade e da igualdade.

Como afirma a filósofa Christine Korsgaard, "a vida moral pode conter momentos em que a responsabilidade é tão profunda que mesmo uma justificativa nos é negada".[469] Portanto,

---

[466] WALZER, Michael. *On Toleration*, op. cit., p. 09 (tradução livre).

[467] Ao refletir sobre a instituição dos regimes democráticos, afirmou Hannah Arendt: "**O que salva o ato de iniciar de sua própria arbitrariedade é que ele traz dentro de si seu próprio princípio, ou, em termos mais precisos, que o início e o princípio, *principium* e princípio, não só estão relacionados entre si, mas são simultâneos**. O absoluto do qual o início há de derivar sua validade e que, por assim dizer, deve salvá-lo de sua arbitrariedade intrínseca é o princípio que faz seu aparecimento no mundo junto com ele. A maneira como o iniciador começa o que pretende fazer estabelece a lei da ação para os que se uniram a ele a fim de participar e realizar o empreendimento. **Como tal, o princípio inspira os atos que se seguirão e continua a aparecer enquanto dura a ação**." (ARENDT, Hannah. *Sobre a revolução*. Tradução de Denise Bottman. São Paulo: Companhia das Letras, 2011, p. 272, grifos acrescentados)

[468] Cf. KIRSHNER, Alexander S. *A Theory of Militant Democracy*: The Ethics of Combatting Political Extremism, op. cit., p. 111.

[469] KORSGAARD, Christine M. "Taking the Law into Our Own Hands: Kant on the Right to Revolution". In: REATH, Andrews; HERMAN, Barbara; KORSGAARD, Christine M. (ed.). *Reclaiming the History of Ethics*: Essays for John Rawls. Cambridge: Cambridge University Press, 1997, p. 322 (tradução livre).

um dos principais desafios da teoria da democracia militante consiste exatamente em perseguir, tantos anos depois, a justificativa que lhe foi inicialmente negada pelo seu "pai fundador". O enfrentamento do paradoxo da tolerância pode ser o primeiro passo nesse caminho, mas não é o bastante. Deve-se ir ainda mais longe, de modo a fazer com que o conceito encontre fundamentações mais robustas, sem ignorar as suas limitações e sem negligenciar os perigos subjacentes à sua adoção. É o que se buscará fazer no próximo capítulo deste trabalho.

3. A TEORIA COMO CANTO DE SEREIA: OS PERIGOS E OS DESAFIOS NA ADOÇÃO DE UM MODELO MILITANTE DE DEMOCRACIA

> *Salvar uma nação supõe salvá-la inclusive de si própria, mesmo sob o risco de resultar confuso.*
>
> Tamara Kamenszain[470]

3.1. Entre a Cila de Weimar e a Caríbdis do Macartismo

Todas as aventuras, pequenas ou grandes, envolvem riscos. Como se viu, a teoria da democracia militante salienta um dos maiores – e mais antigos – riscos da aventura democrática, qual seja, o da autodestruição da democracia. Com efeito, "o debate sobre como as democracias devem responder às ameaças populares antecede o colapso da República de Weimar; é literalmente tão velho quanto a própria democracia",[471] conforme atestam os relatos da utilização do ostracismo pelos atenienses na Grécia Antiga como forma de neutralizar aqueles que eram considerados agitadores da pólis.[472] Séculos depois, mesmo em nações com forte tradição de defesa dos direitos fundamentais, houve momentos dramáticos em que foi necessário lançar mão de instrumentos aparentemente antidemocráticos para garantir o bom funcionamento da democracia. Para comprovar o ponto, tome-se como exemplo a experiência histórica do país que é considerado por muitos como o grande bastião das liberdades públicas em todo o mundo ocidental moderno: os Estados Unidos.

No texto original da Constituição estadunidense, todo escravizado, além de não poder votar, contava como três quintos de uma pessoa livre para fins de composição do Congresso e

---

[470] KAMENSZAIN, Tamara. *Os que escrevem com pouco*. Tradução de Luciana di Leone. Rio de Janeiro: Zazie Edições, 2019, pp. 24-25.

[471] KIRSHNER, Alexander S. *A Theory of Militant Democracy*: The Ethics of Combatting Political Extremism, op. cit., p. 25 (tradução livre). Cf. também CHOU, Mark. *Democracy against itself*: sustaining an unsustainable idea. Edinburgh: Edinburgh University Press, 2014, pp. vii-xi.

[472] Cf. MALKOPOULOU, Anthoula. "Ostracism and democratic self-defense in Athens". *Constellations*, vol. 24, n° 04, 2017, pp. 623-636.

do Colégio Eleitoral.[473] Tratava-se de manifestação normativa odiosa do que o senador republicano William Pitt Fessenden chamou, na sua época, de "instituição [...] que tem sido uma praga e uma maldição sobre este país desde a sua fundação",[474] isto é, o sistema escravocrata. Contudo, em meados do século XIX, pouco antes do fim da Guerra de Secessão, instaurou-se nos EUA a era que ficou conhecida como Reconstrução e que restou marcada pelo retorno dos estados confederados do Sul à União e pela tentativa de integração – ainda que falha, como depois se comprovou[475] – dos ex-escravizados.[476] Durante esse período, foram aprovadas algumas emendas que visavam compatibilizar o texto constitucional com a nova fase da história norte-americana.

Afora a famosa Décima Terceira Emenda – que, junto com a Proclamação de Emancipação de 1863, aboliu a escravatura –, também se promulgaram a Décima Quarta Emenda, que instituiu o princípio da igualdade e retirou da carta política a previsão altamente discriminatória dos três quintos para fins de composição dos órgãos representativos, e a Décima Quinta Emenda, que proibiu qualquer restrição ao direito de voto com base "em raça, cor, ou condição prévia de servidão" (Seção 1, tradução livre). Também estava contido, no texto da Décima Quarta Emenda, dispositivo menos conhecido do público em geral – mas especialmente relevante para o objeto deste trabalho –, segundo o qual ninguém poderia ser eleito deputado, senador ou presidente, tampouco ocupar cargo civil ou militar em âmbito federal ou estadual, se, havendo jurado cumprir a Constituição dos Estados Unidos, "envolveu-se em insurreição ou rebelião contra os mesmos, ou deu ajuda ou conforto aos seus inimigos" (Seção 3, tradução livre).

O referido trecho da Décima Quarta Emenda traduz, em poucas palavras, o espírito de toda a Reconstrução, período que constituiu, "antes das invasões à Alemanha, ao Japão ou ao Iraque, a primeira tentativa da América de impor a democracia à força".[477] A rigor, com a

---

[473] Previa o Artigo 1, Seção 2, Cláusula 3: "Os representantes e os impostos diretos serão repartidos entre os vários Estados que fazem parte desta União, conforme a sua população respectiva, que será determinada pela adição ao total de pessoas livres, inclusive aquelas dedicadas ao trabalho alheio por tempo limitado, e excluindo os índios que não pagam impostos, **das três quintas partes das demais pessoas**." (grifos acrescentados)

[474] Cf. KIRSHNER, Alexander S. *A Theory of Militant Democracy*: The Ethics of Combatting Political Extremism, op. cit., p. 141.

[475] Cf. DU BOIS, W. E. B. *Black Reconstruction in America, 1860-1888*. New York: The Free Press, 1998.

[476] Sobre o tema, cf. FONER, Eric. *A Short Story of Reconstruction, 1863-1877*. New York: Harper Perennial, 1988.

[477] KIRSHNER, Alexander S. *A Theory of Militant Democracy*: The Ethics of Combatting Political Extremism, op. cit., p. 142 (tradução livre). O autor chega a essa conclusão depois de enumerar uma série de medidas

reintegração dos confederados e com o fim da regra dos três quintos prevista no texto original da Constituição estadunidense, o Sul teria muita força junto aos órgãos representativos, o que poderia lhes garantir êxito em (re)instituir, por meios democráticos, o seu projeto espúrio de poder, inclusive no tocante ao cruel tratamento jurídico outrora dispensado à população negra. Por essa razão, os arquitetos da Reconstrução optaram por adotar verdadeira política de restrição de direitos, que pretendia assegurar a vitória conquistada durante os anos da Guerra Civil. Nas palavras de Samuel Issacharoff:

> Se o Sul haveria de ser reintegrado, a extinção da regra dos três quintos implicava, paradoxalmente, que a representação sulista no Congresso – e o número correspondente de votos no Colégio Eleitoral – aumentaria como resultado da plena cidadania dos ex-escravos. O fato de que a Confederação não foi julgada criminalmente, desde os oficiais de cúpula até os soldados de infantaria, não significava que aqueles que se rebelaram simplesmente readquiriram plenos direitos na União restaurada e, presumivelmente, poderiam exercê-los para tentar reaver o que haviam perdido militarmente. **O retorno à vida democrática exigia não somente a garantia dos direitos civis dos negros sob a égide da Décima Quinta Emenda e sua observância pelas autoridades eleitorais federais, mas outras limitações à vontade política do Sul.**
> **Para os republicanos que controlaram o Congresso na década seguinte à Guerra Civil, a reintegração política do Sul exigia significativa garantia de que a Confederação não poderia reivindicar por meio das urnas o que lhe foi negado pela força das armas.** Por conseguinte, o Congresso estabelece condições tanto aos termos da reintegração do Sul à União, quanto aos direitos de participação política dos sulistas. Com a exceção dos congressistas do Tennessee, negou-se aos representantes individuais dos antigos estados confederados qualquer possibilidade de recuperar seus assentos no Congresso. A readmissão à União foi condicionada à ratificação da Décima Quarta Emenda, que famosamente proibia os estados de "negar a qualquer pessoa dentro de sua jurisdição igual proteção perante a lei". De forma bastante significativa, os comandos da Décima Quarta Emenda foram além das normas formais de igualdade e do devido processo para restringir a elegibilidade política dos líderes da rebelião.[478]

É bem verdade que, em termos de garantia dos direitos políticos da população afro-americana, muitos dos avanços testemunhados durante o início da era da Reconstrução foram posteriormente anulados pelas elites políticas com o injusto objetivo de alijar os negros do

antidemocráticas impostas aos estados confederados após a rendição do General Robert E. Lee ao General Ulysses S. Grant: "Em 4 de dezembro de 1865, representantes de dez dos onze estados da antiga Confederação foram excluídos da Câmara e do Senado (o Tennessee já havia sido readmitido). Os cidadãos da Geórgia, o último estado a recuperar todos os direitos, não teriam influência sobre o Poder Legislativo por mais de cinco anos. Em março de 1867, em resposta à oposição sulista à Décima Quarta Emenda, o governo federal dividiu o Sul em cinco zonas de ocupação militar. Cada estado foi forçado a reescrever sua Constituição e a ratificar a Décima Quarta Emenda. Os brancos do Sul só poderiam participar das convenções constitucionais de seu estado se prestassem juramento de lealdade aos Estados Unidos. O Congresso suspendeu o *habeas corpus* em todas as áreas de controle militar, e o exército silenciou repetidamente os críticos em nome da ordem pública" (Ibidem, p. 142, tradução livre).

[478] ISSACHAROFF, Samuel. *Fragile Democracies*: Contested Powers in the Era of Constitutional Courts, op. cit., p. 29 (tradução livre e grifos acrescentados).

processo eleitoral. Como relembram Steven Levitsky e Daniel Ziblatt, "[e]ntre 1885 e 1908, todos os onze estados pós-confederados reformaram suas constituições e leis eleitorais para restringir o direito de voto dos afro-americanos", burlando a Décima Quinta Emenda por meio da imposição de condições aparentemente imparciais para o exercício do sufrágio a essa parcela do povo, tais como "um imposto de votação neutro para todos os adultos (sem referência a renda ou recursos), exigências de propriedades, testes de alfabetização e complexas cédulas escritas de votação".[479] Esse quadro de violações sub-reptícias à plena cidadania dos negros norte-americanos só veio a ser equalizado em meados do século XX, quando, pressionado pelo movimento dos direitos civis, o governo federal aprovou o *Voting Rights Act* de 1965 (*VRA*), considerado, conforme aponta o Departamento de Justiça dos EUA, como "a legislação mais eficaz sobre direitos civis já aprovada pelo Congresso".[480]

Em linhas gerais, o *VRA* visava assegurar a observância da cláusula antidiscriminatória prevista na Décima Quinta Emenda à Constituição norte-americana. Nesse contexto, havia normas, voltadas a todos os estados, que proibiam a aprovação de leis eleitorais capazes de afetar negativamente o direito de voto de certas minorias étnicas e raciais, por meio, *e.g.*, da instituição de testes de analfabetismo aos eleitores. Por outro lado, existiam dispositivos que impunham limitações específicas aos estados onde era comum a implementação de legislações discriminatórias,[481] a exemplo da regra da "prévia liberação" (em inglês, *preclearance*), segundo a qual tais jurisdições deveriam submeter qualquer proposta de mudança às suas leis eleitorais ao crivo antecipado do Procurador-Geral dos Estados Unidos ou da Corte do Distrito de Columbia.[482] Em outros termos, o *VRA* "foi talhado para proteger a democracia de ameaças

[479] LEVITSKY, Steven; ZIBLATT, Daniel. *Como as democracias morrem*, op. cit., p. 92.

[480] Cf. <https://www.justice.gov/crt/introduction-federal-voting-rights-laws-0> (tradução livre).

[481] Segundo a Seção 4(b) do *VRA*, estava sujeito a restrições "qualquer estado ou subdivisão política de um estado em que (1) o Procurador-Geral tenha mantido, em 1º de novembro de 1964, qualquer teste ou mecanismo [discriminatório] e com relação ao qual (2) o Diretor do Censo haja estipulado que menos de 50% dos seus residentes em idade de votar tenham sido registrados em 1º de novembro de 1964 ou que menos de 50% dessas pessoas tenham votado nas eleições presidenciais de novembro de 1964" (tradução livre).

[482] De acordo com a Seção 5 do *VRA*: "Sempre que um estado ou subdivisão política em relação ao qual as proibições estabelecidas na Seção 4(a) estiverem em vigor promulgar ou tentar implementar qualquer qualificação ou pré-requisito para votação, parâmetro, prática ou procedimento com relação à votação diferente daquele em vigor em 1º de novembro de 1964, tal estado ou subdivisão política deverá protocolar ação junto à Corte do Distrito de Columbia para fins de obter sentença declaratória de que essa qualificação, pré-requisito, parâmetro, prática ou procedimento não tem o objetivo e não terá o efeito de negar ou abreviar o direito de voto com base em raça ou cor e, até que o tribunal proceda ao julgamento, não se negará a nenhuma pessoa o direito de votar em virtude do não cumprimento dessa qualificação, pré-requisito, parâmetro, prática ou procedimento: Tal qualificação, pré-requisito, parâmetro, prática ou procedimento poderá ser implementado sem o referido processo judicial se a qualificação, pré-requisito, parâmetro, prática ou procedimento for apresentado, pelo Procurador-Geral do estado ou outro funcionário competente do Estado ou subdivisão política, ao Procurador-Geral dos Estados Unidos e este

internas", de sorte que as restrições contempladas em seu texto "preveniram novas atividades antidemocráticas".[483]

Sob tal perspectiva, tem-se que a experiência da Reconstrução é prova histórica de que, frente aos problemas surgidos no final da Guerra de Secessão, até a democracia estadunidense não hesitou em reagir energicamente por meio de resposta institucional "que traz à mente as ideias de democracia militante da Europa pós-Segunda Guerra Mundial".[484] O mesmo se pode dizer do *Voting Rights Act* de 1965, que abreviou a soberania eleitoral de determinados estados e o poder de voto dos eleitores dessas localidades, a fim de garantir a efetiva participação política dos afro-americanos e, por consequência, a própria higidez do processo democrático naquele país. Como bem afirma Alexander Kirshner, "o *VRA* é claramente uma política militante",[485] adotada, em meio às inegáveis afrontas cometidas contra os direitos políticos da população negra estadunidense, por uma das mais sólidas democracias liberais deste lado do globo.

À semelhança do que fizeram os Estados Unidos nas ocasiões supramencionadas, ao longo dos últimos anos, muitas democracias se valeram de medidas antidemocráticas para a sua própria proteção. Em estudo sobre o tema, Angela Bourne e Fernando Casal Bértoa apontam que, apenas na Europa após a Segunda Grande Guerra, vinte democracias – de um espaço amostral de trinta e sete – baniram partidos políticos de cariz autoritário.[486] Porém, se tal circunstância comprova que há regimes democráticos preocupados com os riscos causados pela participação de certos agentes no jogo político ordinário, também é necessário que esses regimes atentem para as dificuldades oriundas da utilização de mecanismos de autodefesa democrática. Tal qual o canto da sereia, a teoria da democracia militante é sedutora, porque exorta os sistemas democráticos a agir quando ameaçados; mas é potencialmente mortal,

não interpuser nenhuma objeção dentro de sessenta dias após essa apresentação, ressalvando-se que nem a falta de objeção do Procurador-Geral dos Estados Unidos, nem uma sentença declaratória proferida sob esta seção, poderá impedir outra ação subsequente com vistas a vedar a implementação da referida qualificação, pré-requisito, parâmetro, prática ou procedimento." (tradução livre)

[483] KIRSHNER, Alexander S. "Militant Democracy Defended". In: MALKOPOULOU, Anthoula; KIRSHNER, Alexander S. (ed.). *Militant Democracy and Its Critics*, op. cit., p. 56 (tradução livre).

[484] ISSACHAROFF, Samuel. *Fragile Democracies*: Contested Powers in the Era of Constitutional Courts, op. cit., p. 27 (tradução livre).

[485] KIRSHNER, Alexander S. "Militant Democracy Defended", op. cit., 2019, p. 56 (tradução livre).

[486] Cf. BOURNE, Angela K.; BÉRTOA, Fernando Casal. "Mapping 'Militant Democracy': Variation in Party Ban Practices in European Democracies (1945-2015)". *European Constitutional Law Review*, vol. 13, n° 02, 2017, p. 231.

porquanto a ação das democracias pode ser tão perigosa quanto a sua inação. Desse modo, "para evitar a Cila de Weimar, é melhor não se entregar à Caríbdis do Macartismo".[487]

Este capítulo consiste, portanto, em uma tentativa de alertar para os riscos subjacentes à democracia militante, bem como de oferecer soluções para determinados dilemas que o uso do conceito suscita. Como se antecipou na introdução deste trabalho, serão analisadas três espécies diferentes de dificuldades: (i) as de natureza material, relacionadas com o problema do fundamento filosófico a ser dado à aplicação do conceito; (ii) as de natureza institucional, que dizem respeito aos problemas ocasionados pela sua (má) utilização pelo Poder Público; e (iii) as de natureza prática, que se referem à questão da eficácia, ou não, de medidas tipicamente militantes. Em outras palavras, pretende-se, neste capítulo, apontar os caminhos que não conduzem a democracia militante à arbitrariedade, ao desmando e à arrogância – monstros genuinamente caribdianos, que a teoria em questão não pode se dar ao luxo de alimentar.

3.2. Dificuldades materiais e o problema do fundamento: para além do antiextremismo e do republicanismo negativo

A princípio, todos os indivíduos, inclusive aqueles que defendem pautas autoritárias, possuem o direito de participar ativamente da vida política das democracias.[488] Nas palavras de Jan-Werner Müller, "mesmo os antidemocratas possuem ampla gama de interesses políticos (nem todos eles estão focados, de maneira obstinada e ascética, em abolir a democracia)".[489] Daí por que a aplicação de medidas militantes é, a rigor, decisão trágica a ser tomada, em qualquer circunstância. Dentre essas medidas, há aquelas que são ainda mais controversas. É o caso do banimento de partidos políticos, instrumento caracterizado por Angela Bourne como "ato grave para uma democracia", já que "destoa dos compromissos fundamentais com a

[487] KIRSHNER, Alexander S. *A Theory of Militant Democracy*: The Ethics of Combatting Political Extremism, op. cit., p. 03 (tradução livre). Como se sabe, o termo "Macartismo" se refere a um período sombrio da história dos Estados Unidos, durante o qual o senador Joseph McCarthy conduziu, em plena Guerra Fria, audiências públicas e investigações com o objetivo de perseguir e reprimir cidadãos norte-americanos supostamente ligados ao comunismo, em detrimento das suas liberdades públicas e das garantias processuais previstas na Constituição. Sobre o tema, cf. MICHAELS, Jonathan. *McCarthyism*: The Realities, Delusions and Politics Behind the 1950s Red Scare. Oxon e New York: Routledge, 2017.

[488] Cf. KIRSHNER, Alexander S. *A Theory of Militant Democracy*: The Ethics of Combatting Political Extremism, op. cit., pp. 33, ss.

[489] MÜLLER, Jan-Werner. "Individual Militant Democracy". In: MALKOPOULOU, Anthoula; KIRSHNER, Alexander S. (ed.). *Militant Democracy and Its Critics*, op. cit., p. 14.

liberdade de expressão e associação, com o pluralismo e com a tolerância".[490] Logo, mostra-se fundamental explicitar as razões teóricas pelas quais os regimes democráticos podem – e, alguns casos, devem – se tornar militantes.

Em artigo sobre o tema, o cientista político Peter Niesen identificou os diferentes paradigmas de justificação de medidas militantes, extraindo-os de determinados textos constitucionais. Um desses paradigmas é o do *antiextremismo*. Segundo afirma o autor, a fundamentação antiextremista da democracia militante se caracteriza por ser essencialmente bilinear, isto é, voltada contra agentes políticos tanto à direita quanto à esquerda da escala ideológica.[491] Dessa maneira, os indivíduos e os partidos cujos direitos estão sujeitos a restrições jurídicas "são identificados por sua rejeição às instituições e aos valores políticos [da democracia]",[492] em sentido amplo. Certamente, o exemplo mais famoso de democracia militante como antiextremismo está refletido nas primeiras páginas da jurisprudência da Corte Constitucional da Alemanha sobre o assunto.[493]

Prevê o Artigo 21.2 da Lei Fundamental alemã que "[s]ão inconstitucionais os partidos que, pelos seus objetivos ou pelas atitudes dos seus adeptos, tentarem prejudicar ou eliminar a ordem fundamental livre e democrática ou por em perigo a existência da República Federal da Alemanha". A partir da ideia de defesa da "ordem fundamental livre e democrática" daquele país, o Tribunal Constitucional Federal adotou, em importante precedente, o entendimento de que a referida ordem exclui, de maneira indiscriminada, "**qualquer forma de tirania ou de arbitrariedade**, e representa um sistema governamental sob o império da lei, baseado na autodeterminação do povo conforme manifestada pela vontade da maioria, bem como na liberdade e na igualdade".[494] Foi com base nesse raciocínio que o *Bundesverfassungsgericht*

---

[490] BOURNE, Angela K. *Democratic Dilemmas*: why democracies ban political parties. Oxon e New York: Routledge, 2018, p. 01 (tradução livre).

[491] Cf. NIESEN, Peter. "Anti-extremism, Negative Republicanism, Civic Society: Three Paradigms for Banning Political Parties", op. cit., p. 90.

[492] Ibidem, p. 111 (tradução livre).

[493] Nas palavras de Jan-Werner Müller, "a abordagem do Tribunal Constitucional Federal a partir da década de 1950 era antiextremista: as ameaças à democracia não estavam associadas exclusivamente com o movimento antidemocrático e com o regime contra o qual a identidade política da República alemã se colocou – isto é, o Nacional-Socialismo; em vez disso, pensava-se que tais ameaças emanavam tanto da extrema direita, quanto da extrema esquerda. Em outros termos, a abordagem do tribunal em relação à autodefesa da democracia refletia a teoria do totralitarismo (com a sua 'equidistância' implícita em face de movimentos extremistas) [...]". (MÜLLER, Jan-Werner. "Militant Democracy", op. cit., p. 1260, tradução livre)

[494] O precedente, firmado no julgamento que levou à proscrição do Partido Socialista do Reich, está transcrito em MURPHY, Walter F.; TANENHAUS, Joseph. *Comparative Constitutional Law*: cases and commentaries. New

baniu, em 1952, o Partido Socialista do Reich (*Sozialistische Reichspartei – SRP*), de inspiração e composição claramente nazistas, e, em 1956, o Partido Comunista Alemão (*Kommunistische Partei Deutschlands – KPD*),[495] comprovando a postura antiextremista da sua jurisprudência.

Seria possível dizer que a equidistância inerente à abordagem antiextremista da democracia militante é característica positiva, uma vez que poderia contribuir para imunizar conceito tão polêmico de eventuais tentativas de instrumentalização ideológica do seu conteúdo e, no limite, dos seus modos de aplicação pelo Poder Público. Como se trata de mecanismo constitucional destinado a proteger as instituições e os princípios democráticos – e não determinadas agendas políticas ou interesses pessoais –, a democracia militante deveria se calcar em justificativa que fosse capaz de abarcar todo o espectro de potenciais ameaças autoritárias, doa a quem doer. Nessa linha, a fundamentação antiextremista serviria para afastar perseguições a adversários políticos mediante o uso tendencioso de medidas militantes e, simultaneamente, para garantir que tais medidas pudessem ser utilizadas, com o mesmo vigor, contra qualquer indivíduo ou organização que defendesse bandeiras contrárias à democracia.

A adoção da perspectiva antiextremista convida a uma espécie de julgamento equânime de todas as vivências políticas autoritárias do passado, o que, moralmente, é difícil de se contestar. Apesar de ser, na essência das suas ideias, muito diferente do fascismo e do nazismo, o comunismo, pelo menos ao modo como concretamente implementado em vários países durante o século XX, também escreveu páginas terríveis da nossa história recente. A vigilância constante do pensamento pelo Estado, os grandes processos de fome, o envio de opositores a campos de trabalhos forçados – todos esses fatos, documentados e denunciados por quem viveu na pele as suas mazelas,[496] também caminham na contramão do projeto emancipatório das democracias constitucionais. Conforme bem asseverou Tzvetan Todorov, "pouco importa que

York: St. Martin's Press, 1977, p. 603 (tradução livre e grifos acrescentados). O Tribunal Constitucional Alemão também consignou, na mesma oportunidade, que os princípios fundamentais da ordem livre e democrática alemã são, no mínimo, "o respeito pelos direitos humanos concretizados na Constituição, em especial o direito de cada pessoa à vida e ao livre desenvolvimento; separação de poderes; responsabilidade do governo; probidade na administração; independência do Judiciário; o princípio do multipartidarismo; e a igualdade de oportunidades para todos os partidos políticos" (Ibidem, p. 603, tradução livre).

[495] Cf., respectivamente, TRIBUNAL CONSTITUCIONAL FEDERAL. 2 BVerfGE 1 (1952); e TRIBUNAL CONSTITUCIONAL FEDERAL. 5 BVerfGE 85 (1956).

[496] Cf. CHALÁMOV, Varlam. *Contos de Kolimá*. Tradução de Denise Sales e Elena Vasilevich. São Paulo: Editora 34, 2015; GROSSMAN, Vassili. *Vida e destino*. Tradução de Irineu Franco Perpetuo. Rio de Janeiro: Objetiva, 2014; e SOLJENÍTSYN, Aleksandr. *Arquipélago Gulag*. Tradução de Lucas Simone et al. São Paulo: Carambaia, 2019.

o campo seja alemão ou soviético: os homens não sofrem de uma infinidade de maneiras diferentes" e, por isso, "haveria algo de indecente em querer estabelecer, sob esse ponto de vista, uma escala" entre tragédias.[497]

Todavia, a experiência alemã contradiz essa visão favorável à justificação antiextremista do conceito ora em análise. Na realidade, o paralelo entre o comunismo e o nazismo, traçado a partir da leitura antiextremista da democracia militante no contexto nacional da Alemanha durante a Guerra Fria, acabou funcionando como mecanismo de relativização da culpa germânica pelos atos bárbaros praticados pelos nazistas, além de ter se mostrado muito prejudicial à oposição política legítima,[498] sobretudo àquela exercida por movimentos de esquerda. Nesse sentido, afirma Peter Niesen que, na década de 1980, historiadores empregaram "a equidistância entre esquerda e direita expressada pela democracia militante [...] para redescrever os crimes cometidos pelo Nacional-Socialismo como respostas preventivas às atrocidades comunistas".[499] Já Jan-Werner Müller aponta que, a partir de 1970, "pessoas associadas a causas radicais de esquerda passaram a ser impedidas de assumir funções públicas – incluindo aquelas mais inofensivas, como o trabalho nos correios",[500] justamente porque eram consideradas pretensamente extremistas.

Para além do cenário histórico alemão, a compreensão antiextremista da democracia militante, por retratar as ameaças aos regimes democráticos em termos excessivamente amplos, não parece oferecer uma justificativa sólida para o conceito, tampouco garantias seguras contra a sua má utilização. No geral, uma das principais críticas à adoção de medidas militantes

---

[497] TODOROV, Tzvetan. *Memória do mal, tentação do bem*: indagação sobre o século XX. Tradução de Joana Angélica d'Ávila. São Paulo: Arx, 2002, p. 108-109.

[498] Nas palavras de Ulrich Preuss, "a militância estrutural da Lei Fundamental permeia muitos atos do governo – legislativos, administrativos, ou judiciais –, nos quais questões políticas desempenham um papel, e que são, por isso, suscetíveis a distinções mais ou menos sutis entre o uso 'leal' e 'desleal' dos direitos e deveres civis. A justificação tácita por trás disso é uma obscura combinação entre religião civil e 'patriotismo constitucional', **que vem operando como um substituto para a autoestima nacional traumatizada da Alemanha Ocidental e que, por vezes, tem reduzido a capacidade daquela sociedade de tolerar o dissenso**". (PREUSS, Ulrich K. "Political Order and Democracy: Carl Schmitt and His Influence". In: MOUFFE, Chantal (ed.). *The Challenge of Carl Schmitt*. Londres e New York: Verso, 1999, p. 168, tradução livre e grifos acrescentados)

[499] NIESEN, Peter. "Anti-extremism, Negative Republicanism, Civic Society: Three Paradigms for Banning Political Parties", op. cit., p. 91 (tradução livre)

[500] MÜLLER, Jan-Werner. "Militant Democracy", op. cit., p. 1260 (tradução livre).

ressalta a suposta arbitrariedade da sua fundamentação material.[501] Para Carlo Invernizzi Accetti e Ian Zuckerman:

> […] a democracia militante falha *em seus próprios termos* como um princípio não arbitrário para proscrever os alegados inimigos da democracia de maneira democrática e constitucional. A arbitrariedade inerente à decisão sobre quem deve ser tratado como um "inimigo" da democracia implica que a democracia militante sempre assumirá a forma de um exercício "decisionista" e autoritário de poder, que contradiz a própria lógica do sistema que se quer proteger. Ademais, esse não é apenas um problema teórico abstrato, mas algo que teve consequências concretas na maneira pela qual o princípio da democracia militante foi aplicado ao longo de sua história.
> Em contextos de severa disputa política, o uso de medidas que permitem a exclusão arbitrária de certos atores do jogo democrático tende a fornecer os meios para que aqueles com o poder de tomar essa decisão possam excluir uma faixa indeterminadamente *extensa* de supostos inimigos da democracia, de modo a atingir cada vez mais concorrentes em potencial. Tal expansão no alcance dos alvos da democracia militante corresponde a uma restrição da natureza democrática dos regimes em questão e, portanto, confirma o ponto de que a democracia militante pode acabar gerando o efeito oposto ao pretendido.[502]

Por mais que a crítica de Accetti e Zuckerman não seja aplicável a toda e qualquer fundamentação dada à democracia militante, os autores trazem argumentos que demonstram por que o antiextremismo não deve ser usado para justificar o conceito. Como se verá mais adiante neste trabalho, existem, sim, bases democráticas de fundamentação teórico-filosófica da democracia militante, mas, analisando-se especificamente a abordagem antiextremista, não parece ser esse o caso. Pelo contrário, o recurso ao paradigma do antiextremismo, devido à sua demasiada amplitude, pode converter a democracia militante em instrumento altamente genérico de submissão de adversários políticos legítimos, levando, assim, à violação dos direitos mais fundamentais desses indivíduos, tais como as liberdades de expressão, de associação e de participação política.

Conforme já mencionado, a relação entre os democratas e os seus oponentes, com quem se costuma divergir dentro da margem da disputa razoável de poder, deve ser qualitativamente diferente da relação que aqueles mantêm com os que buscam a extinção do projeto democrático. Tal constatação, porém, não pode levar à criação de um regime no qual a regra é a subjugação de adversários políticos a qualquer custo, sob pena de se destruir o que se pretendia proteger.

---

[501] Cf. ACCETTI, Carlo Invernizzi; ZUCKERMAN, Ian. "What's Wrong with Militant Democracy?". *Political Studies*, vol. 65, n° 1S, 2017, pp. 182–199; e MALKOPOULOU, Anthoula; NORMAN, Ludwig. "Three Models of Democratic Self-Defense". In: MALKOPOULOU, Anthoula; KIRSHNER, Alexander S. (ed.). *Militant Democracy and Its Critics*, op. cit., pp. 92-111.

[502] ACCETTI, Carlo Invernizzi; ZUCKERMAN, Ian. "What's Wrong with Militant Democracy?", op. cit., pp. 189-190 (grifos originais e tradução livre).

Democracia é consenso e conflito: para funcionar de forma saudável, todo regime democrático deve buscar construir uma plataforma de valores consensuais a partir da qual se desenrolarão os conflitos entre os mais diversos agentes e grupos políticos.[503] Nessa linha, qualquer tentativa de impor o consenso na largada por meio de medidas calcadas em argumentos de dominação cada vez mais abrangentes tem como efeito pernicioso a própria negação do conflito, já que é impossível travar disputas efetivas quando, no limite, toda oposição pode ser considerada manifestação do extremismo. Em outros termos, a teoria da democracia militante deve buscar proteger os princípios que formam o suporte consensual das democracias, sem, contudo, subjugar a outra parte e eliminar a dimensão agonística dos regimes democráticos.[504]

Além de potencialmente antidemocrática, a leitura antiextremista da democracia militante pode conduzir a afrontas ao princípio republicano, que, como se sabe, inaugura uma referência de liberdade individual avessa a pretensões ilegítimas de dominação por aqueles que detêm o poder político.[505] Sob tal perspectiva, a noção republicana de liberdade como não dominação deve ser considerada verdadeira salvaguarda "contra tentativas de implementar medidas militantes que conduzam à dominação de determinados grupos",[506] o que é desafiado pela justificação do conceito a partir da chave do antiextremismo. O ponto é extremamente relevante nos dias de hoje, haja vista o crescente acirramento dos conflitos culturais mundo afora e a defesa, feita por alguns autores, do uso de instrumentos de natureza militante na luta contra o extremismo religioso, tendo como pano de fundo a guerra ao terror.[507] Afinal, não se

---

[503] Nas palavras de Hermann Heller, "**a ideia de homogeneidade social nunca pode significar a abolição da estrutura social necessariamente antagônica**. A comunidade pacífica, livre de conflitos, e a sociedade sem dominação podem ter sentido como promessas proféticas. Mas, **como objetivo político, essa maneira de trazer uma comunidade de santos à terra, compartilhada por Ernst Michel, desnatura as esferas religiosa e política**. A homogeneidade social é sempre um estado sociopsicológico no qual as oposições e os conflitos de interesse inevitáveis **parecem restringidos por uma consciência do 'nós', por uma vontade da comunidade que se atualiza em si mesma**". (HELLER, Hermann. "Political democracy and social homogeneity". In: JACOBSON, Arthur J.; SCHLINK, Bernhard (ed.). *Weimar*: a jurisprudence of crisis. Berkeley: University of California Press, 2000, p. 261, tradução livre e grifos acrescentados)

[504] A ideia de democracia agonista identifica que todo regime democrático possui uma dimensão conflitual, que, no entanto, deve vir acompanhada de um consenso básico em torno de determinados valores, como, por exemplo, a necessidade de reconhecer o oponente político como parte legítima do jogo democrático. Cf. MOUFFE, Chantal. *En torno a lo político*. Tradução de Soledad Laclau. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2007, pp. 26-28.

[505] Cf. PETTIT, Philip. *Republicanism*: a theory of freedom and government. Oxford: Oxford University Press, 2002, pp. 51-79; e SKINNER, Quentin. "A Third Concept of Liberty". In: MILLER, David (ed.). *The Liberty Reader*. Londres e New York: Routledge, 2016, pp. 243-254.

[506] MALKOPOULOU, Anthoula; NORMAN, Ludwig. "Three Models of Democratic Self-Defense", op. cit., p. 107 (tradução livre).

[507] Sobre o tema, cf. CRAM, Ian. *Terror and the War on Dissent*: Freedom of Expression in the Age of Al Qaeda. Heidelberg: Springer, 2009; ROACH, Kent. "Anti-Terrorism and Militant Democracy: Some Western and Eastern

pode correr o risco de que, nesse delicado contexto, a teoria da democracia militante seja utilizada para fundamentar, em bases tão abrangentes que beiram a arbitrariedade, a aplicação de restrições ilegítimas às liberdades públicas dos integrantes de minorias étnicas não hegemônicas, mesmo sob o argumento do combate ao terrorismo global.[508]

Pois bem. Se, de um lado, o antiextremismo constitui arquétipo muito lato para o conceito, identifica-se, de outro lado, paradigma consideravelmente mais estreito de justificação da democracia militante. Neste segundo caso, em vez de se direcionar a limitação de direitos políticos a "qualquer forma de tirania ou de arbitrariedade" que ameace a ordem democrática – nos termos quase abstratos da leitura antiextremista adotada pela jurisprudência da Corte Constitucional alemã na década de 1950 –, busca-se restringir a participação, na cena eleitoral, de atores políticos bastante específicos, identificados, em regra, com determinado passado autoritário que se deseja superar. Cuida-se daquilo que Peter Niesen chamou de *republicanismo negativo*,[509] cujo melhor exemplo, para o autor, pode ser encontrado na Constituição da Itália. Tal carta prevê, no Artigo XII das suas Disposições Transitórias e Finais, ser proibida "a reorganização, sob qualquer forma, do dissolvido partido fascista", além de determinar que "a lei estabelecerá, por não mais de cinco anos da entrada em vigor desta Constituição, limitações temporárias ao direito de voto e à elegibilidade dos líderes responsáveis pelo regime fascista".

Ao diferenciar a abordagem antiextremista do republicanismo negativo, Niesen afirma:

> Vista contra o pano de fundo da situação alemã, a norma constitucional italiana que proíbe a reconstituição do partido fascista apresenta três características notáveis: a participação comunista e o consenso exclusivamente antifascista no *arco costituzionale*, o enfoque específico contra o regime fascista já derrotado (como em oposição, por exemplo, ao enfoque mais amplo e geral que também incluía o Nacional-Socialismo) e, finalmente, a defesa da democracia a partir da proibição do fascismo. Como o autoconhecimento republicano transmitido pela Constituição italiana surge de sua negação concreta aos elementos antirrepublicanos do velho regime, ele exemplifica uma forma de republicanismo negativo. Enquanto o antiextremismo pressupõe relação de simetria entre esquerda e direita, identificando um inimigo abstrato de sua militância, o que implica uma compreensão substantiva de sua ordem democrática fundamental, a versão italiana do republicanismo negativo

Responses". In: SAJÓ, András (ed.). *Militant Democracy*. Utrecht: Eleven, 2004, pp. 171-207; SAJÓ, András. "From militant democracy to the preventive state?", op. cit.; TYULKINA, Svetlana. *Militant Democracy*: Undemocratic political parties and beyond, op. cit., pp. 123-165; e WALKER, Clive. "Militant Speech about Terrorism in a Smart Militant Democracy". *Mississippi Law Journal*, vol. 80, n° 04, 2011, pp. 1395-1453.

[508] Cf. GINSBURG, Tom; HUQ, Aziz Z. *How to Save a Constitutional Democracy*, op. cit., p. 171.

[509] Cf. NIESEN, Peter. "Anti-extremism, Negative Republicanism, Civic Society: Three Paradigms for Banning Political Parties", op. cit., pp. 92-107.

> se apoia em um particularismo antifascista, em uma identificação histórica específica do seu oponente, e retira desse confronto o seu próprio significado de democracia.[510]

Por se voltar a alvos mais específicos, bem situados em certo contexto histórico, o republicanismo negativo parece ser capaz de driblar as críticas formuladas contra a amplitude do antiextremismo. Seu emprego como paradigma de justificação para a democracia militante, entretanto, abre margem para outros questionamentos. Em seu âmago, o republicanismo negativo é uma manifestação muito particular e limitada do que Kim Lane Scheppele chama de *"constitucionalismo aversivo"*, em oposição ao *"constitucionalismo aspiracional"*.[511] Segundo a autora, enquanto este olha para o futuro, tentando construir o sentido da Constituição por meio de processos legislativos e interpretativos que se concentram nas metas que a coletividade deseja alcançar, aquele se respalda na clara rejeição ao fracasso de vivências políticas anteriores, de modo a conceber o significado do texto constitucional a partir dessa negação.[512] Embora o resgate da história seja absolutamente essencial para os regimes democráticos – sobretudo nos países que ainda não aprenderam a lidar com as suas piores memórias, como se verá mais adiante neste trabalho –, não é difícil perceber por que as democracias militantes, mesmo quando ancoradas na aversão ao que se deseja superar, não devem servir apenas de moinhos para águas passadas.

Como indica Jan-Werner Müller, o republicanismo negativo pode transformar o uso de medidas militantes em "uma forma de autoafirmação simbólica da comunidade política *vis-à-vis* um passado desacreditado, focando em supostas manifestações desse passado que, no presente, não traduzem nenhuma ameaça significativa à democracia liberal".[513] Conforme já se disse neste trabalho, em muitos países, a implantação do comunismo foi acompanhada de inúmeras perdas de vidas humanas, bem como de incontáveis violações de direitos e garantias fundamentais. Isso, sem dúvida, deve ser reconhecido pelas democracias que sucederam a esses regimes. No entanto, tampouco restam dúvidas de que, hoje em dia, os partidos e organizações de inspiração comunista costumam disputar eleições e participar legitimamente do jogo político ordinário, sem gerar nenhum temor quanto à sobrevivência dos valores e das instituições

[510] Ibidem, p. 93 (tradução livre).

[511] Cf. MÜLLER, Jan-Werner. "Militant Democracy", op. cit., p. 1261.

[512] SCHEPPELE, Kim Lane. "Aspirational and aversive constitutionalism: The case for studying cross-constitutional influence through negative models". *International Journal of Constitutional Law*, vol. 1, n° 02, 2003, pp. 299-300.

[513] MÜLLER, Jan-Werner. "Militant Democracy", op. cit., p. 1267 (tradução livre).

democráticas. Nesse sentido, vedar, de forma genérica, a criação de partidos comunistas ou a defesa ideológica do comunismo, além de não ser a solução para os atuais problemas das democracias constitucionais, consistiria em ato injusto, derivado de inegável erro de perspectiva.

Da mesma maneira, fundamentar o uso de medidas militantes com base no republicanismo negativo pode impedir que as democracias sejam capazes de identificar perigos inteiramente novos ao seu bom funcionamento. Isso porque tal abordagem do princípio ora em exame "está sujeita a todos os contratempos associados ao uso de analogias históricas: [...] para lidar com as ameaças à democracia, deve-se sempre enquadrá-las como repetições do passado".[514] Hipoteticamente, seria como se a Constituição de 1988 tivesse contemplado o princípio da democracia militante apenas por meio de cláusula proibitiva da refundação da Ação Integralista Brasileira – AIB. É certo que o integralismo brasileiro – espécie de tropicalização do fascismo italiano, com direito a indumentária, saudação e iconografia próprias[515] – defendia ideias que se punham na contramão da empreitada democrática e, por isso, eventuais tentativas de repaginá-lo como organização partidária acabariam esbarrando na proscrição a partidos autoritários.[516] Todavia, limitar o âmbito de aplicação da democracia militante ao integralismo significaria ignorar outras ameaças à ordem democrático-constitucional brasileira. Neste caso, portanto, o conceito perderia a sua eficácia em face de problemas quiçá ainda mais graves que a criação de uma nova AIB.

Conforme se pôde notar, os impasses gerados pela defesa do antiextremismo e do republicanismo negativo apontam para a necessidade de se buscar outro fundamento para a democracia militante. Diferentemente do que tais abordagens sugerem, talvez seja mais prudente construir a base material do conceito a partir não dos seus potenciais alvos – ou "inimigos", como alguns preferirão –, mas sim das concepções de democracia que a teoria ora em análise evoca. É isso que se fará nas próximas seções deste trabalho.

---

[514] Ibidem, p. 1267 (tradução livre).

[515] Sobre o tema, cf. TRINDADE, Hélgio. *Integralismo*: o fascismo brasileiro na década de 30. São Paulo e Rio de Janeiro: Difel, 1979. O autor revisitou o assunto, sob a mesma chave interpretativa do integralismo como fascismo à brasileira, em TRINDADE, Hélgio. *A tentação fascista no Brasil*: imaginário de dirigentes e militantes integralistas. Porto Alegre: UFRGS, 2016.

[516] Vale destacar que, apesar de não muito promissores em termos de alcance e capilaridade social, existem esforços no sentido de preservar e reanimar o legado autoritário do integralismo no Brasil, mesmo após a morte de Plínio Salgado, o líder da AIB, em 1975. Sobre o tema, cf. CALDEIRA NETO, Odilon. *Sob o signo do sigma*: integralismo, neointegralismo e antissemitismo. Maringá: EDUEM, 2014.

3.2.1. Democracia como autocorreção

Já se disse que, em meio ao clima de fatalismo e insatisfação quanto ao desempenho dos regimes democráticos que pairava sobre a consciência coletiva da Europa durante a década de 1930, alguns autores se puseram a argumentar, de maneira bastante enfática, em prol da urgência de se lutar pela preservação das democracias. Costuma-se afirmar que a noção de democracia militante, como hoje a compreendemos, nasce justamente dos esforços empreendidos por um daqueles intelectuais, Karl Loewenstein, que estava comprometido até a medula com a tutela dos direitos fundamentais diante da expansão dos movimentos autoritários pelo continente europeu. Nessa toada, Martin Klamt assevera que, desde a publicação dos seus mais famosos textos sobre o assunto, "o trabalho de Loewenstein se tornou reconhecido como a fundação teórica do conceito de democracia militante".[517]

Contudo, enquanto Loewenstein escrevia os seus artigos, outro autor, igualmente preocupado com os rumos da democracia no início do século XX, forneceria a sua própria visão acerca do mesmo tema, conquanto sem utilizar o termo "democracia militante". Cuida-se de George van den Bergh, que, em 1936, proferiu a sua palestra inaugural como o novo professor de Direito Constitucional da Universidade de Amsterdã. Em tal conferência, adequadamente intitulada *"O estado democrático e os partidos não democráticos"* (*"De democratische staat en de niet-democratische partijen"*, no original), o então jovem jurista holandês sustentou, em linhas gerais, "a tese de que um estado democrático, *de iure constituto*, não está obrigado e, *de iure constituendo*, não deve estar disposto a tolerar partidos não democráticos".[518] Sua fala, que foi assistida por um auditório lotado de alunos, demais docentes e importantes autoridades holandesas, causou impacto no país, mas, devido à barreira linguística, não conseguiu infiltrar o debate internacional.[519] Nada obstante, em nota de rodapé a artigo publicado em 1938, o próprio Loewenstein elogiaria as contribuições de Van den Bergh, afirmando:

---

[517] KLAMT, Martin. "Militant Democracy and the Democratic Dilemma: Different Ways of Protecting Democratic Constitutions". In: BRUINSMA, Fred; NELKEN, David (ed.). *Explorations in Legal Cultures*. Haia: Reed Business, 2007, p. 133 (tradução livre).

[518] CLITEUR, Paul; RIJPKEMA, Bastiaan. "The Foundations of Militant Democracy". In: ELLIAN, Afshin; MOLIER, Gelijn (ed.). *The State of Exception and Militant Democracy in a Time of Terror*. Dordrecht: Republic of Letters, 2012, p. 229 (tradução livre).

[519] Cf. RIJPKEMA, Bastiaan. *Militant Democracy*: The Limits of Democratic Tolerance, op. cit., p. 25.

> O aspecto legal por trás de se excluir os partidos antidemocráticos, contrários à ordem constitucional existente do Estado, da participação na vida pública da Holanda é discutido com competência por G. VAN DEN BERGH, DE DEMOCRATISCHE STAAT EN DE NIET-DEMOCRATISCHE PARTIJEN (1936). Ao conhecimento deste autor, essa é a única contribuição europeia para o problema da democracia militante que chega a conclusões semelhantes às de K. Loewenstein [...].[520]

É indispensável que se leia com parcimônia a comparação, feita pelo "pai da democracia militante", entre a sua tese e a do seu colega holandês. Embora convirjam nas advertências e nas prescrições quanto ao tratamento a ser dispensado a atores políticos antidemocráticos, os raciocínios de Karl Loewenstein e de George van den Bergh se distinguem em um ponto crucial. Como já visto, o constitucionalista alemão não apresenta fundamentos filosóficos aptos a solucionar os paradoxos da sua proposta, valendo-se de argumentos que, em última análise, parecem servir apenas para contornar a mais difícil pergunta que a teoria suscita: como as ordens constitucionais podem recorrer a medidas aparentemente antidemocráticas para se proteger de investidas autoritárias? À guisa de resposta, Loewenstein chega a dizer que, como em toda guerra, na batalha travada pelas democracias em face do autoritarismo, "a legalidade tira férias".[521] Trata-se, no entanto, de explicação insuficiente, para se dizer o mínimo.[522] Desse modo, "a questão da justificação restou, em grande parte, sem resposta, e a teoria da democracia militante nasceu com uma lacuna em seu coração".[523]

---

[520] LOEWENSTEIN, Karl. "Legislative Control of Political Extremism in European Democracies, I", op. cit., p. 617 (tradução livre).

[521] LOEWENSTEIN, Karl. "Militant Democracy and Fundamental Rights, I", op. cit., p. 432 (tradução livre).

[522] Nem mesmo a metáfora utilizada por Loewenstein se sustenta. Como afirma Bastiaan Rijpkema, em situações de guerra, "a democracia em questão defende a si mesma, como um todo, contra uma entidade externa como um todo. No caso dos poderes que ameaçam a democracia *por dentro*, o regime se engaja em uma batalha interna. O inimigo é uma parte intrínseca da democracia, do próprio Estado. Pode uma democracia, nessa batalha contra um 'inimigo interno', privar um grupo *específico* de cidadãos dos seus direitos fundamentais? Parece que precisamos de uma justificação melhor". E continua: "Há outra diferença importante entre a guerra e as ameaças antidemocráticas internas. Na guerra, a sobrevivência do Estado, a sua soberania, é colocada em risco, geralmente pela violência, durante período determinado, da declaração de guerra até a paz, o cessar-fogo ou a rendição. No caso das ameaças antidemocráticas, não é a soberania que está em risco, mas a *forma* democrática de governo, por cidadãos hostis à democracia, que não necessariamente utilizam violência, e durante período que não é claramente limitado. Quando a ameaça começa e quando termina? É claro que *sempre* haverá grupos ou indivíduos que professarão ideias antidemocráticas. Sob a justificação de Loewenstein, seria possível, em tese, continuar a luta contra as forças autoritárias indefinidamente; nenhuma população é 100% favorável à democracia. A resposta é, portanto, elástica e vaga, o que nunca é bom quando se trata de intervenção. Por conseguinte, os cidadãos hostis à democracia são ameaçados com a perda dos seus direitos fundamentais a longo prazo, quando não permanentemente." (RIJPKEMA, Bastiaan. *Militant Democracy*: The Limits of Democratic Tolerance, op. cit., pp. 28-29, tradução livre para o português e grifos originais)

[523] Ibidem, p. 04 (tradução livre para o português).

Diferentemente de Loewenstein, Van den Bergh ofereceu embasamento filosófico à sua tese. Com efeito, na referida palestra da Universidade de Amsterdã, o jurista holandês apresentou argumentos teóricos para se enfrentar as perplexidades subjacentes à adoção de medidas de autodefesa democrática, sendo o mais original deles a ideia de *democracia como autocorreção*:

> Um dos lados mais fortes da democracia é a sua "autocorreção". Todo democrata admite que a democracia muitas vezes leva a decisões erradas, mas oferece muitas garantias – mais do que qualquer outro sistema – de que, quando suas imprecisões forem demonstradas na prática, serão revistas. Na democracia, [...] [o] povo toma as suas decisões e sente as consequências na própria pele. Ele conhece sua responsabilidade, corrige seus próprios erros. Em princípio, toda decisão democrática é revogável, embora, é claro, nem sempre seja possível desfazer todas as suas consequências.
> Há apenas uma exceção, há uma decisão que, por hipótese, não é suscetível à revogação democrática. É a decisão que anula a própria democracia. A decisão legal de pôr fim à democracia é – tecnicamente falando – uma decisão democrática, mas é a única decisão que não está sujeita à autocorreção da democracia. Somente por esse motivo difere em princípio de todas as outras.
> Essa ideia também pode ser expressa da forma mais simples; quando um eleitor inglês perguntou a Sir Oswald Mosley, líder dos fascistas ingleses: "How can I get rid of you, if you don't please me?" ["Como posso me livrar de você, se você não me agradar?"][524]

Reconhecer a importância do aspecto autocorretivo das democracias não significa "dourar a pílula" da experiência democrática que, como os tempos de crise demonstram, nem sempre conduz às melhores decisões. Na verdade, o conceito de autocorreção apenas revela que os mecanismos institucionais tipicamente democráticos – como a alternância de poder mediante votação, a livre competição política, a liberdade de expressão etc. – criam as condições para que a democracia seja o regime mais aberto ao aprendizado com vistas ao progresso social.[525] Conforme asseverou o próprio Van den Bergh no trecho supracitado, "[t]odo democrata admite que a democracia muitas vezes leva a decisões erradas, mas oferece muitas garantias – mais do que qualquer outro sistema – de que, quando suas imprecisões forem demonstradas na prática, serão revistas".[526]

---

[524] VAN DEN BERGH, George. *De democratische staat en de niet-democratische partijen*, op. cit., pp. 09-10 (tradução de Daniel Dago).

[525] Cf. RIJPKEMA, Bastiaan. Militant Democracy: The Limits of Democratic Tolerance, op. cit., p. 137.

[526] VAN DEN BERGH, George. *De democratische staat en de niet-democratische partijen*, op. cit., p. 09 (tradução de Daniel Dago). Karl Popper já manifestou entendimento semelhante, em momento mais otimista da trajetória das democracias: "Nossa sociedade está longe de ser perfeita. Porém, discussões acerca das suas falhas são bem-vindas em todas as democracias ocidentais; e medidas práticas para remediar os problemas são constantemente

A ideia de democracia como autocorreção tampouco tenta ressuscitar a proposta platônica de que o poder político deve ser exercido por cidadãos mais esclarecidos e, portanto, supostamente capazes de produzir decisões mais corretas. Por mais que propostas desse gênero venham encontrando eco no debate público – como se depreende, *e.g.*, da defesa da epistocracia ("governo dos sábios"), feita por Jason Brennan em recente trabalho acadêmico[527] –, não há nenhuma ligação entre elas e a tese de Van den Bergh, que, em sua palestra, somente buscou ressaltar aspecto bastante relevante da natureza e do funcionamento dos regimes democráticos. Chamar a atenção para a capacidade da democracia de se autocorrigir não implica, em nenhuma medida, dar mais peso à participação eleitoral de tecnocratas, em detrimento do princípio fundamental da igualdade política. De fato, "são os cidadãos que estabelecem prioridades e determinam o rumo da política; o apoio e as críticas de especialistas são bem-vindos, mas não são o fator decisivo".[528]

Vale salientar que a natureza autocorretiva das democracias também pode ser extraída das obras de outros autores. Ao se referir à figura do "soberano aprendiz" (do original, *"learning sovereign"*), Günter Frankenberg sustenta que, nos regimes democráticos, a noção de povo soberano não se resume à ideia de um corpo político que, tal qual o monarca absolutista, tem o poder de dar a última palavra ou de tomar a decisão definitiva sobre determinado assunto, independentemente de qualquer limite legal ou cognitivo. Para ele, o que efetivamente caracteriza a soberania em uma democracia é a obrigação constitucional de aprender enquanto se fala a última palavra, isto é, o dever de se abrir a novas experiências e informações ao mesmo tempo que se tomam decisões.[529] Por isso é tão importante defender o princípio democrático, já que, sem ele, não se tem como assegurar que todos os cidadãos – sobretudo os integrantes de

---

tomadas, e outras vêm sendo buscadas, em todas as democracias – certamente, mais do que nunca, e certamente mais do que em qualquer outra forma de sociedade." (POPPER, Karl. "On Toleration". In: SHEARMUR, Jeremy; TURNER, Piers Norris (ed.). *After the Open Society*: Selected Social and Political Writings. Oxon e New York: Routledge, 2008, p. 318, tradução livre)

[527] Cf. BRENNAN, Jason. *Against Democracy*. Princeton: Princeton University Press, 2016.

[528] RIJPKEMA, Bastiaan. *Militant Democracy*: The Limits of Democratic Tolerance, op. cit., p. 138 (tradução livre para o português).

[529] Nas palavras de Günter Frankenberg, "o aprendizado possui um sentido autocrítico e normativo que separa radicalmente a forma democrática da forma pré-democrática ou antidemocrática de soberano. Este nunca foi constitucionalmente obrigado a aprender; no máximo, a sabedoria política lhe impedia de fazer ouvidos moucos a novas experiências. Esse dever de aprender, que pode ser caracterizado como autocontrole democrático, destrói o mito da onisciência e enfraquece qualquer demanda por acesso privilegiado ao conhecimento. O soberano sabe que não conhece tudo e, por isso, está aberto ao que ainda não ouviu". (FRANKENBERG, Günter. "The Learning Sovereign". In: NERGELIUS, Joakim (ed.). *Constitutionalism – New Challenges*: European Law from a Nordic Perspective. Leiden: Martius Nijhoff Publishers, 2008, p. 19)

minorias políticas – acessarão os fóruns em que se dão os processos de aprendizado.[530] Dito de outro modo, sem o princípio democrático, o povo soberano não poderá aprender com os seus erros coletivos e testar novas soluções, capazes de conduzi-lo a acertos igualmente coletivos.

Nesse diapasão, é possível dizer que a necessidade de processos contínuos de aprendizado também estabelece restrições lógicas ao próprio experimentalismo democrático, que, apesar de imprescindível ao soberano, não pode levar ao fim desses mesmos processos, ainda que determinada maioria de plantão assim o deseje. Frankenberg toca nesse ponto ao conectar os conceitos de soberano aprendiz e democracia militante por meio da vivência alemã com o nazismo, ressaltando que eventuais tentativas de reexperimentar o Nacional Socialismo não deveriam ser toleradas.[531] Segundo o autor, "o soberano aprendiz tem o direito de se equivocar, mas, ao mesmo tempo, também possui a obrigação de evitar erros graves, sempre que possível. Levar perigos ou riscos a sério apenas quando estes afetam dada maioria parece ser um erro a se evitar".[532]

Em seu trabalho sobre democracia militante, Samuel Issacharoff também atenta à capacidade dos regimes democráticos de se autocorrigir. A seu ver, para que possam participar do jogo político, todos os atores devem estar dispostos a abrir mão do poder sempre que a maioria, reavaliando sua escolha eleitoral anterior, decidir tirá-los do governo por meio do voto.[533] Isso porque, para Issacharoff, acima do princípio majoritário, encontra-se o compromisso pela renovação periódica do consentimento popular.[534] Dessa forma, a fim de assegurar a higidez da democracia, não basta que se garanta a cada indivíduo o direito ao voto com o mesmo peso. Também é imprescindível que tal direito possa ser exercido repetidas vezes, de modo a se impedir que o clássico princípio do *"one person, one vote"* ("uma pessoa, um voto") – já caracterizado pela Suprema Corte norte-americana, em *Gray v. Sanders*, como a

[530] Cf. Ibidem, p. 19.

[531] Cf. Ibidem, p. 34.

[532] Ibidem, p. 39 (tradução livre).

[533] Cf. ISSACHAROFF, Samuel. *Fragile Democracies*: Contested Powers in the Era of Constitutional Courts, op. cit., p. 121.

[534] Cf. Ibidem, p. 122.

expressão da igualdade política[535] – transfigure-se, pela ação de organizações e movimentos antidemocráticos, em *"one person, one vote, one time"* ("uma pessoa, um voto, uma vez").[536]

Na concepção de Samuel Issacharoff, a possibilidade de revisão periódica de decisões previamente tomadas só existe porque, nas democracias, todos os pronunciamentos da maioria devem ser tidos como revogáveis. Em suas palavras:

> Ao se enfatizar a possibilidade de renovação do consentimento, também se iluminam as restrições substantivas que guiam os tribunais pelas confusas disputas acerca dos limites da participação democrática. Para que o consentimento seja significativamente renovado, as decisões de um governo respaldado pela maioria, e com apoio na estrutura do processo político, devem ser suscetíveis à reversão pelas maiorias subsequentes. Logo, a decisão de expandir o papel da religião na esfera pública (por exemplo, mediante suporte às escolas religiosas) permanece dentro do domínio de uma decisão política reversível, enquanto a remoção de não crentes do processo político, não.[537]

Obviamente, nas democracias, há decisões que, apesar de reversíveis, surtem efeitos que não podem ser suprimidos. Como se viu, tal circunstância não passou despercebida por George van den Bergh, que afirmou, em passagem já transcrita acima: "[e]m princípio, toda decisão democrática é revogável, embora, é claro, nem sempre seja possível desfazer todas as suas consequências".[538] Pense-se, a título ilustrativo, na decisão de se demolir um monumento público. É evidente que, uma vez colocada em prática, tal decisão produzirá resultados, até certo ponto, incontornáveis: o monumento, tal como inicialmente concebido, deixará de existir, e a paisagem ao redor ganhará contornos até então desconhecidos por muitas gerações anteriores, a depender da idade da edificação.

---

[535] Cf. SUPREMA CORTE DOS ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA. 372 U.S. 368 (1963).

[536] A frase foi utilizada por Edward Djerejian, ex-embaixador dos Estados Unidos em Israel e na Síria, em discurso datado de 1992, para expressar sua preocupação quanto ao uso de meios democráticos com fins autoritários. Veja-se, a propósito, o seguinte trecho do referido discurso: "Aos que buscam ampliar a participação política no Oriente Médio, daremos o nosso apoio, como já o fizemos antes em outros lugares do mundo. Ao mesmo tempo, suspeitamos daqueles que tentam usar o processo democrático para chegar ao poder apenas com o objetivo de destruir esse mesmo processo, mantendo o poder e a dominância política. **Por mais que acreditemos no princípio do 'one person, one vote', não apoiamos o 'one person, one vote, one time'**." (DJEREJIAN, Edward. "The U.S. and the Middle East In a Changing World". *The DISAM Journal*, 1992, p. 37, tradução livre e grifos acrescentados. Disponível eletronicamente em: <https://www.discs.dscu.mil/pubs/vol%2014_4/djerejian.pdf>. Acesso em: 15 de janeiro de 2020.

[537] ISSACHAROFF, Samuel. *Fragile Democracies*: Contested Powers in the Era of Constitutional Courts, op. cit., p. 122 (tradução livre).

[538] VAN DEN BERGH, George. *De democratische staat en de niet-democratische partijen*, op. cit., p. 09 (tradução de Daniel Dago).

Há, contudo, incontestável diferença entre o exemplo dado e a decisão de se pôr fim à democracia. No primeiro caso, ainda será possível, em momento subsequente, revogar a ordem de demolição do prédio e tentar, pelos instrumentos que compõem a moldura institucional democrática, reverter as suas consequências, mediante, *e.g.*, a construção de outro monumento, com as mesmas características do original.[539] Já no segundo caso, quando a coletividade resolve abolir a própria democracia, "toda a moldura restará perdida, o que torna a decisão não apenas irreversível, mas também *irrevogável*: a democracia decide não decidir mais".[540] Em outros termos, enquanto a primeira decisão é suscetível à autocorreção pelos meios democráticos apropriados, a segunda não o é, e, por isso, os atores que buscam implementá-la não podem participar do jogo político ordinário.

Não há dúvidas de que a decisão de abolir integralmente a democracia, à qual George van den Bergh se refere, consiste em espécie de arquétipo dos males que determinados grupos, partidos ou movimentos autoritários podem causar aos regimes democráticos. É que, a rigor, esses regimes não costumam perecer por causa de uma decisão específica e imediata, particularmente voltada à sua extinção, mas sim em virtude de uma série de decisões, com fins muitas vezes dissimulados, que buscam minar certos princípios e alicerces da democracia ao longo de determinado período. Tal circunstância, como já se viu neste trabalho, tornou-se ainda mais patente nos últimos anos, quando as democracias começaram a morrer feito sapos na água quente. Ainda assim, a contribuição de Van den Bergh serve como fundamento teórico para a democracia militante porquanto serve de guia para a identificação dos elementos que, em sendo essenciais ao processo de autocorreção democrática, ninguém pode tentar suprimir, sob pena de aplicação de medidas militantes.[541]

Em livro recente sobre o tema, Bastiaan Rijpkema, professor da Universidade de Leiden, revisitou a ideia da democracia como autocorreção para desenvolver a sua própria tese sobre

---

[539] Cf. RIJPKEMA, Bastiaan. "Popper's Paradox of Democracy". *Think*, vol. 11, n° 32, 2012, p. 95.

[540] Ibidem, p. 95 (tradução livre e grifos originais).

[541] Há, inclusive, quem veja em George van den Bergh um segundo pai para a democracia militante. Nas palavras de Paul Cliteur e Bastiaan Rijpkema, "ao conceito de 'democracia militante', são dados, na verdade, dois pais. Por um lado, há Loewenstein, que após uma análise precisa das fraquezas da democracia, motivada pela urgência e sem muitos escrúpulos teóricos, proclamou, em 1935, que a democracia se tornasse mais resistente e, mais tarde, elabora esse ponto com mais detalhes em seu artigo de 1937. Por outro lado, há o mais teoricamente inclinado Van den Bergh, que, em 1936, forneceu a primeira base teórica para a 'democracia militante', sem utilizar o termo". (CLITEUR, Paul; RIJPKEMA, Bastiaan. "The Foundations of Militant Democracy", op. cit., p. 245, tradução livre)

quais seriam os referidos elementos. Tomando como ponto de partida a palestra inaugural de George van den Bergh, o autor afirma que os regimes democráticos só podem desempenhar a sua marcante capacidade de facilitar a reversão de decisões ruins e a busca por soluções melhores para os problemas da coletividade quando são assegurados, pelo menos, três princípios fundamentais: (i) o princípio da avaliação; (ii) o princípio da competição política; e (iii) o princípio da liberdade de expressão. De acordo com Rijpkema:

> Se determinado partido ameaça extinguir ou causar dano ao núcleo de algum desses valores ou princípios, o mecanismo autocorretivo é diretamente afetado. [...] Dentro da teoria da democracia como autocorreção, objetivos dessa natureza podem ser rotulados como antidemocráticos, tornando o partido suscetível à proibição. O juiz passa a ter critérios legais para realizar o seu trabalho, de modo a saber a quais princípios, e, consequentemente, a quais direitos fundamentais, ele deve atentar.[542]

Na definição de Bastiaan Rijpkema, o princípio da avaliação é, basicamente, a garantia do sufrágio ativo, a ser exercido de maneira livre, periódica e secreta.[543] Em última análise, é por meio do voto que os cidadãos expressam, com liberdade e regularidade, a sua satisfação ou insatisfação com o trabalho de seus representantes, bem como declaram, de tempos em tempos, as propostas com as quais concordam e os projetos dos quais discordam. Também é nas urnas que homens e mulheres previamente eleitos se sujeitam, tantas vezes quantas forem as tentativas, ao escrutínio dos seus pares, a quem sempre caberá decidir se os mantêm, ou não, no cargo. A democracia crê no caminho da reforma sem violência,[544] que só pode ser trilhado por meio da tutela inarredável do direito ao voto. Nessa linha, poderá haver aplicação de medidas militantes contra aqueles que ameaçarem o princípio da avaliação, por meio de propostas como, *e.g.*, a extinção do sufrágio em geral, a imposição de limitações ao exercício do referido direito em detrimento de certas minorias políticas e a alteração drástica das suas características fundamentais, tais como a periodicidade e o segredo.[545]

---

[542] RIJPKEMA, Bastiaan. *Militant Democracy*: The Limits of Democratic Tolerance, op. cit., p. 154 (tradução livre para o português).

[543] Cf. Ibidem, p. 140.

[544] Cf. POPPER, Karl. *The Open Society and Its Enemies*. New One-Volume Edition, op. cit., p. xliv. Sobre o assunto – que, infelizmente, não poderá ser analisado a fundo neste trabalho devido ao recorte temático –, ver o debate entre Herbert Marcuse e Karl Popper publicado em MARCUSE, Herbert; POPPER, Karl. *Revolution or Reform?*: A Confrontation. Chicago: New University Press, 1976.

[545] Cf. RIJPKEMA, Bastiaan. *Militant Democracy*: The Limits of Democratic Tolerance, op. cit., pp. 140-141.

Já o princípio da competição política, segundo Rijpkema, consiste em assegurar que as eleições sejam efetivas disputas por poder, e não meros simulacros de disputa.[546] Assim como o sufrágio ativo favorece o processo de autocorreção ao possibilitar que se avaliem democraticamente a qualidade de decisões já tomadas e a procedência de novas ideias e soluções, a concorrência também contribui para o aprimoramento das decisões democráticas, na medida em que estimula os atores políticos a aperfeiçoarem o seu trabalho, na busca por aprovação dos eleitores. Nas democracias contemporâneas, tal princípio se materializa, como aponta o professor da Universidade de Leiden, no pluripartidarismo, garantido pela liberdade de associação, e no sufrágio passivo. Haverá, pois, justificativa para a aplicação de providências militantes em face de quem propuser que o jogo eleitoral seja reduzido a um único partido ou que se adotem medidas igualmente deletérias à competição política, como a limitação do direito a ser eleito a um grupo selecionado de indivíduos, substituindo, assim, a democracia por uma espécie de aristocracia eletiva.[547]

Por último, o princípio da liberdade de expressão visa garantir que, nos regimes democráticos, todos devem ter o direito de criticar as decisões que são tomadas por aqueles que detêm o poder temporariamente, bem como de oferecer as suas próprias compreensões acerca dos meios mais aptos à promoção do bem comum.[548] Afinal, como seria viável chegar a melhores alternativas decisórias sem o debate franco e desimpedido? Sob tal perspectiva, Rijpkema acerta ao dizer que "as eleições podem ser inteiramente livres e todos os movimentos políticos bem representados, mas, sem a livre discussão de propostas, o autogoverno pela autocorreção não passa de ilusão".[549] Logo, pode-se lançar mão de medidas militantes a fim de restringir a participação política daqueles que, por seus atos e discursos, defendem a restrição injustificada da liberdade de expressão, seja por meio da apologia descarada à censura, seja por meio do elogio à adoção de outros mecanismos – regulatórios ou de financiamento – com o objetivo espúrio de limitar o exercício desse direito fundamental por determinados grupos, como a imprensa e as minorias políticas.

[546] Cf. Ibidem, p. 146.

[547] Cf. Ibidem, p. 145.

[548] Cf. Ibidem, p. 154.

[549] Ibidem, p. 150 (tradução livre para o português).

O debate acerca da democracia como autocorreção e dos elementos essenciais aos processos coletivos de aprendizado democrático será retomado no próximo capítulo, quando se discutirá a operacionalização do conceito de democracia militante no contexto jurídico brasileiro. Por ora, é necessário apenas que se tenham em mente três pontos. Em primeiro lugar, apesar de Karl Loewenstein não ter oferecido base filosófica à sua tese, é possível preencher essa lacuna por outras vias. Em segundo lugar, a natureza autocorretiva das democracias – reconhecida por George van den Bergh na mesma época em que Loewenstein escrevia sobre a necessidade de adoção de instrumento militantes para enfrentar a expansão de grupos e movimentos autoritários na Europa da década de 1930 – constitui interessante ponto de partida teórico para definir o alcance do conceito em análise neste trabalho. E, em terceiro lugar, a garantia do amplo sufrágio ativo e passivo, livre, periódico e secreto, a tutela da competição política pelo pluripartidarismo e a proteção da liberdade de expressão compõem, sem dúvida, o núcleo essencial da democracia e, quando em risco, podem provocar a aplicação de medidas militantes, como se verá adiante, de modo mais detido.

Pois bem. Segundo Bastiaan Rijpkema, os elementos supracitados integram uma lista não definitiva de condições mínimas para que a autocorreção democrática funcione e, por vezes, será preciso lançar mão da democracia militante para protegê-los.[550] Disso, emerge a inevitável pergunta: existe fundamento material alternativo para a teoria ora em exame, por meio do qual seja possível apontar outros princípios aptos a ativar o gatilho da autodefesa democrática? Essa é, justamente, a questão central da próxima seção deste trabalho.

3.2.2. Democracia, procedimento e substância

A teoria, por vezes, convida a desafios verdadeiramente complexos, dentre os quais está, sem dúvida, a tarefa de atribuir contornos duradouros ao conceito de democracia. Nas palavras de Gregory H. Fox e Georg Nolte, "definir 'democracia' continua sendo uma das mais fundamentais questões da teoria política, da qual vêm se ocupando estadistas e filósofos, em

[550] Cf. Ibidem, p. 154.

um debate que se arrasta desde a Antiguidade".[551] Talvez isso se dê porque, no fundo, a democracia consiste não em um axioma rígido e inequívoco, mas sim em um horizonte de sentido a ser perseguido pelos cidadãos e pelo Poder Público.[552] Ainda assim, da infindável discussão sobre qual seria o conteúdo da democracia, emergem algumas noções bastante importantes, que hoje parecem constituir genuínos lugares-comuns na escrita dos autores que se debruçaram sobre o tema ao longo de todos esses anos, a depender das suas próprias concepções da experiência democrática. Dentre elas, têm-se os conceitos de *democracia procedimental* e de *democracia substantiva*.

A democracia como "governo do povo, pelo povo, para o povo" – conforme eternizado no discurso proferido por Abraham Lincoln em Gettysburg[553] – pressupõe uma série de formalidades, que devem ser observadas para que se consiga, afinal, determinar em que direção aponta a vontade popular. Trata-se, portanto, de um imperativo de ordem funcional, com o objetivo de assegurar, do ponto de vista prático, a prevalência das escolhas feitas nas urnas pela maioria dos cidadãos. Nesse contexto, a concepção procedimental de democracia foca as suas lentes nas condições que viabilizam a aferição íntegra da real vontade majoritária. Se, nas palavras de Joseph Schumpeter, "o método democrático é o sistema institucional para chegar a decisões políticas, no qual os indivíduos adquirem o poder de decidir por meio de uma luta competitiva pelo voto do povo",[554] logo, devem ser estabelecidas técnicas de legitimação formal desse poder.

Quanto a esse ponto, o sociólogo norte-americano Charles Tilly diferencia as definições procedimentais de democracia em sentido estrito do que ele mesmo chama de "abordagens voltadas para o processo". Para Tilly, enquanto aquelas "isolam um determinado conjunto de práticas governamentais para determinar se um regime qualifica-se como democrático", estas "identificam um conjunto mínimo de processos que precisam estar continuamente presentes

---

[551] FOX, Gregory H.; NOLTE, Georg. "Intolerant Democracies". *Harvard International Law Journal*, vol. 36, n° 01, 1995, p. 02 (tradução livre).

[552] Na feliz formulação de Vera Karam de Chueiri, "[a] democracia moderna é uma condição fugidia, um processo aberto, suscetível à permanente reinvenção e o povo é o principal ator da política democrática". (CHUEIRI, Vera Karam de. "Prefácio". In: GODOY, Miguel Gualano de. *Devolver a Constituição ao Povo*: crítica à supremacia judicial e diálogos institucionais. Belo Horizonte: Fórum, 2017, p. 17)

[553] LINCOLN, Abraham. "The Gettysburg Address". In: LEIDNER, Gordon (ed.). *Abraham Lincoln*: Quotes, Quips and Speeches. Nashville: Cumberland House, 2009, p. 128 (tradução livre).

[554] SCHUMPETER, Joseph A. *Capitalismo, socialismo e democracia*. Tradução de Luiz Antônio Oliveira de Araújo. São Paulo: Unesp, 2017, p. 366.

para que uma situação possa ser considerada democrática".[555] Ainda de acordo com o referido sociólogo, o exemplo paradigmático de abordagem voltada para o processo pode ser encontrado na obra de Robert Dahl, que elenca os critérios de um processo verdadeiramente democrático, nos seguintes moldes:

> *Participação efetiva*. Antes de ser adotada uma política pela associação, todos os membros devem ter oportunidades iguais e efetivas para fazer os outros membros conhecerem suas opiniões sobre qual deveria ser esta política.
> *Igualdade de voto*. Quando chegar o momento em que a decisão sobre a política for tomada, todos os membros devem ter oportunidades iguais e efetivas de voto e todos os votos devem ser contados como iguais.
> *Entendimento esclarecido*. Dentro de limites razoáveis de tempo, cada membro deve ter oportunidades iguais e efetivas de aprender sobre as políticas alternativas importantes e suas prováveis consequências.
> *Controle do programa de planejamento*. Os membros devem ter oportunidade exclusiva para decidir como e, se preferirem, quais as questões que devem ser colocadas no planejamento. Assim, o processo democrático exigido pelos três critérios anteriores jamais é encerrado. As políticas da associação estão sempre abertas para a mudança pelos membros, se assim estes escolherem.
> *Inclusão dos adultos*. Todos ou, de qualquer maneira, a maioria dos adultos residentes permanentes deveriam ter o pleno direito de cidadãos implícito no primeiro de nossos critérios. [...][556]

Norberto Bobbio também parece adotar uma abordagem voltada para o processo, na tipologia de Charles Tilly. É que o jusfilósofo italiano, ao tratar das condições para o estabelecimento de um regime democrático, também elenca uma série de regras que descrevem um conjunto interligado de processos políticos, por ele chamadas de "universais processuais". Tais regras – algumas, aliás, bastante semelhantes a critérios indicados em Dahl – são descritas por Bobbio da seguinte maneira:

> 1) todos os cidadãos que tenham alcançado a maioria etária sem distinção de raça, religião, condição econômica, sexo, devem gozar de direitos políticos, isto é, cada um deles deve gozar do direito de expressar sua própria opinião ou de escolher quem a expresse por ele; 2) o voto de todos os cidadãos deve ter igual peso; 3) todos aqueles que gozam dos direitos políticos devem ser livres para poder votar segundo sua própria opinião formada, ao máximo possível, livremente, isto é, em uma livre disputa entre grupos políticos organizados em concorrência entre si; 4) devem ser livres também no sentido de que devem ser colocados em condições de escolher entre diferentes soluções, isto é, entre partidos que tenham programas distintos e alternativos; 5) seja para as eleições, seja para as decisões coletivas, deve valer a regra da maioria numérica, no sentido de que será considerado o eleito o candidato será considerada válida a decisão que obtiver o maior número de votos; 6) nenhuma

[555] TILLY, Charles. *Democracia*. Tradução de Raquel Weiss. Petrópolis: Vozes, 2013, pp. 22-23.

[556] DAHL, Robert A. *Sobre a democracia*. Tradução de Beatriz Sidou. Brasília: UnB, 2001, pp. 49-50 (grifos originais).

> decisão tomada por maioria deve limitar os direitos da minoria, particularmente o direito de se tornar por sua vez maioria em igualdade de condições.[557]

De qualquer modo, a característica mais importante das democracias procedimentais *lato sensu* consiste no fato de que, nelas, "prioriza-se a moldura institucional da democracia liberal, sem que se determine o conteúdo das decisões que emergem dessa moldura".[558] Inspirando-se na oposição iluminista a autoridades constituídas a partir de tradições absolutas ou de dogmas morais, as concepções procedimentais de democracia estão calcadas sobre a crença segundo a qual o discurso racional, a livre expressão e a franca disputa política são capazes de garantir a verdadeira autonomia individual.[559] Sendo assim, não haveria espaço para uma limitação apriorística das escolhas a serem tomadas livremente pelas pessoas que formam a maioria de plantão.

É claro que o raciocínio subjacente à ideia de democracia procedimental gera algumas perplexidades. Isso porque a mera observância de técnicas formais, por si só, não é capaz de realizar todo o potencial dos regimes democráticos.[560] A bem da verdade, a democracia também pressupõe o respeito a um núcleo de direitos, garantias e princípios fundamentais, que não podem ser objeto de negociação nos balcões da política de momento. Daí a importância de se considerar a democracia como uma forma de governo que não se resume a um conjunto de métodos de aferição estatística da vontade popular, consistindo, sobretudo, em um regime substantivo, que atua como instrumento de promoção e de salvaguarda de determinados valores, impedindo, inclusive, que eles sejam ameaçados pelos interesses de uma maioria ocasional.

Não se quer, com isso, sustentar que, nas democracias, processo e substância sejam categorias antípodas, ou que as próprias formalidades democráticas não contenham, em si, um importante caráter emancipatório. Com efeito, ensina o próprio Robert Dahl que "são partes

---

[557] BOBBIO, Norberto. *Teoria geral da política*: a filosofia política e as lições dos clássicos. Organizado por Michelangelo Bovero. Tradução de Daniela Beccaccia Versiani. Rio de Janeiro: Elsevier, 2000, p. 427.

[558] DOWNS, William M. *Political extremism in democracies*: combating intolerance. New York: Palgrave, 2012, p. 12 (tradução livre).

[559] Cf. FOX, Gregory H.; NOLTE, Georg. "Intolerant Democracies", op. cit., pp. 14-16; e SAKAGUCHI, Shojiro. "Japan". In: THIEL, Markus (ed.). *The 'Militant Democracy' Principle in Modern Democracies*. Farnham e Burlington: Ashgate, 2009, p. 221.

[560] Para as visões "minimalistas" ou "schumpeterianas" dos regimes democráticos, "o sujeito da democracia é o eleitor e não o(a) cidadão(ã). Isso exclui da democracia a dimensão plena da cidadania, que não é somente política, mas também civil e social (assim como cultural [...])". (O'DONNELL, Guillermo. *Dissonâncias*: críticas democráticas à democracia. Tradução de Marta Maria Assumpção Rodrigues. Rio de Janeiro: UFRJ, 2017, p. 12)

intrínsecas do processo democrático os direitos, bens e interesses substantivos", consistindo o direito ao processo democrático em "uma pretensão a todos os direitos gerais e específicos – morais, legais, constitucionais – que são necessários a ele, desde a liberdade de expressão, a liberdade de imprensa e a liberdade de se reunir até o direito de formar partidos políticos de oposição".[561]

No entanto, as concepções substantivas de democracia vão além. Para elas, a observância de técnicas procedimentais não pode ensejar um imperativo de neutralidade absoluto, verificando-se, ao contrário, a necessidade de se fixar diretrizes e limites materiais para as decisões políticas.[562] Isso significa que as regras formais do processo democrático não podem ser vistas como fins em si mesmas, estando condicionadas aos fundamentos da ordem constitucional,[563] o que também se reflete no próprio desenho das cartas políticas, conforme atesta a previsão expressa das chamadas cláusulas pétreas.[564] Dessa maneira, nas democracias substantivas, existe uma insistência marcante no sentido de que "a democracia não precisa tolerar o intolerante quando os seus valores centrais estão em jogo".[565]

É possível identificar fundamentos teóricos para leituras essencialmente substantivas da democracia em autores das mais variadas filiações ideológicas. Carl Schmitt, jurista e filósofo alemão, insuspeito de tendências liberais, relatava que as democracias constitucionais, muitas vezes, confrontam-se com cenários delicados em que se contrapõem, de um lado, os procedimentos axiologicamente neutros de mensuração da vontade popular e, de outro lado, o sistema material de significados inerente à tutela daquilo que compõe a essência da carta política.[566] Diante de situações tão difíceis como essas, Schmitt sustentava que "o âmago

[561] DAHL, Robert A. *A democracia e seus críticos*. Tradução de Patrícia de Freitas Ribeiro. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2012, pp. 276-277.

[562] Cf. THIEL, Markus. "Comparative Aspects". In: THIEL, Markus (ed.). *The 'Militant Democracy' Principle in Modern Democracies*, op. cit., p. 386.

[563] Cf. SAKAGUCHI, Shojiro. "Japan", op. cit., p. 222.

[564] Sobre o tema, cf. VIEIRA, Oscar Vilhena. *A Constituição e sua reserva de justiça*: um ensaio sobre os limites materiais ao poder de reforma. São Paulo: Malheiros, 1999.

[565] BOURNE, Angela K. "Militant Democracy and the Banning of Political Parties in Democratic States: Why Some Do and Why Some Don't". In: ELLIAN, Afshin; RIJPKEMA, Bastiaan (ed.). *Militant Democracy*: Political Science, Law and Philosophy, op. cit., p. 36 (tradução livre).

[566] Cf. SCHUPMANN, Benjamin A. *Carl Schmitt's State and Constitutional Theory*: A Critical Analysis. Oxford: Oxford University Press, 2018, pp. 210, ss.

substantivo da Constituição não pode ser deixado de lado com base em regras procedimentais, independentemente do que deseja a maioria".[567]

A crítica schmittiana às concepções procedimentais de democracia – já classificada como a mais influente de toda a Europa continental[568] – baseava-se na distinção entre o poder constituinte (da soberania popular) e o poder constituído (dos representantes eleitos), estando as decisões deste necessariamente limitadas aos fundamentos escolhidos por aquele para conferir um rosto à ordem constitucional.[569] Em suas palavras:

> Eu concordo com [Maurice] Hariou quando ele diz que toda Constituição reconhece "princípios" fundamentais, e que tais princípios pertencem ao que Carl Bilfinger chamou de "sistema constitucional", que é, a priori, inalterável. Nós também estamos de acordo quanto à ideia de que as previsões constitucionais acerca dos mecanismos de revisão da Constituição não pretendem abrir margem para um procedimento que vise a eliminar a ordem constituída. Quando a Constituição admite a possibilidade de revisões ao seu texto, não se quer contemplar, por exemplo, um método legal de eliminação da sua própria legalidade, muito menos os meios legítimos para a destruição da sua própria legitimidade.[570]

Do outro lado do espectro político, o liberal igualitário Ronald Dworkin também adotava uma compreensão substantiva de democracia. Para o jusfilósofo norte-americano, na realidade democrática, a já referida premissa majoritária "é uma tese a respeito dos *resultados* justos de um processo político", segundo a qual os procedimentos deliberativos devem ser projetados com vistas a que, "pelo menos nos assuntos importantes, a decisão a que se chega seja a decisão favorecida pela maioria dos cidadãos ou por muitos entre eles".[571] Por trás dessa premissa, existe a suposição de que, "quando uma maioria política não pode fazer o que quiser, isso é sempre injusto, de tal modo que a injustiça permanece mesmo quando existem fortes razões que a justifiquem".[572]

Alternativamente à premissa majoritária, Dworkin apresentava o que ele chamou de "concepção constitucional de democracia". De acordo com essa outra perspectiva, as decisões

---

[567] RIJPKEMA, Bastiaan. *Militant Democracy*: The Limits of Democratic Tolerance, op. cit., p. 77 (tradução livre para o português).

[568] Cf. FOX, Gregory H.; NOLTE, Georg. "Intolerant Democracies", op. cit., p. 18.

[569] Cf. RIJPKEMA, Bastiaan. *Militant Democracy*: The Limits of Democratic Tolerance, op. cit., p. 77.

[570] SCHMITT, Carl. *Legality and Legitimacy*. Tradução de Jeffrey Seitzer. Durham: Duke University Press, 2004, p. 58 (tradução livre para o português).

[571] DWORKIN, Ronald. *O direito da liberdade*: a leitura moral da Constituição norte-americana, op. cit., p. 24.

[572] Ibidem, p. 25.

coletivas devem ser tomadas "por instituições políticas cuja estrutura, composição e modo de operação dediquem a todos os membros da comunidade, enquanto indivíduos, a mesma consideração e o mesmo respeito".[573] É óbvio que, na prática, muitos aspectos da premissa majoritária são reproduzidos pela concepção constitucional de democracia, como, por exemplo, a existência de um órgão legislativo. Todavia, "a concepção constitucional requer esses procedimentos majoritários em virtude de uma preocupação com a igualdade dos cidadãos, e não por causa de um compromisso com as metas da soberania da maioria".[574]

A concepção constitucional de democracia aos moldes dworkinianos caminha lado a lado com a ideia, sustentada pelo mesmo autor, de que as Constituições políticas devem ser objeto de uma leitura moral. Para Dworkin, os dispositivos constitucionais que preveem os direitos do indivíduo em face do Estado, por estarem redigidos em linguagem altamente abstrata, devem ser interpretados e aplicados de sorte a se levar em conta o seu vínculo direto com princípios morais de decência e de justiça.[575] Com efeito, explica o jurista estadunidense Frank Michelman que,

> [...] se nós aceitarmos a visão de Dworkin, um compromisso com a democracia no nível das normas fundamentais deve significar um esforço não apenas para fazer com que o texto constitucional contemple cláusulas com os mais importantes princípios abstratos, mas também para extrair dessas cláusulas interpretações-chave [...], consentâneas com a melhor ou mais correta concepção do que é um regime democrático.[576]

Sob esse viés, justifica-se, em determinadas ocasiões, o uso de mecanismos que, embora contramajoritários, visem a proteger ou a promover a igualdade, valor que é a própria essência de todo regime democrático, na linha do que sustentava Dworkin. Sendo assim, a diferença crucial entre a premissa majoritária – tão importante para a democracia procedimental – e a concepção constitucional de democracia – de traços claramente substantivos – jaz no fato de que, nesta última, a relativização da regra da maioria, em prol da sobrevivência daquilo que

[573] DWORKIN, Ronald. *O direito da liberdade*: a leitura moral da Constituição norte-americana, op. cit., p. 26.

[574] Ibidem, p. 26.

[575] Cf. Ibidem, p. 02

[576] MICHELMAN, Frank I. *Brennan and Democracy*. Princeton: Princeton University Press, 1999, p. 18 (tradução livre).

compõe o núcleo essencial do texto constitucional, não pode ser tida como causa para arrependimentos morais.[577]

Sem dúvida, pode-se traçar críticas às leituras substantivas de democracia aqui discutidas. Embora Carl Schmitt tenha defendido que a Constituição encerra uma decisão política existencial tomada pelos que detêm o poder de elaborá-la e que, por isso, todas as regulamentações legislativas aprovadas democraticamente lhe devem reverência,[578] para ele, "[o] poder constituinte pode estabelecer qualquer conteúdo, inclusive um completamente divergente dos princípios do 'estado burguês de direito'".[579] Em outras palavras, segundo o autor, a democracia deve respeitar a decisão do poder constituinte, insculpida na substância do texto constitucional, mas, ao mesmo tempo, essa decisão não precisa estar obrigatoriamente informada por princípios normativos como a liberdade e a igualdade. Não há, em Schmitt, "nenhum argumento *positivo* a ser dado em prol da democracia. O único argumento a seu favor é que, se essa é a escolha [do poder constituinte], nós temos de viver com ela, porque assim está escrito na Constituição".[580]

Tal ponto de estresse no pensamento de Carl Schmitt talvez explique, inclusive, o seu lugar profundamente controvertido na história recente da Alemanha. Após condenar o tratamento demasiado relativista das ideias políticas em voga no seu país naquele início de século – o que, a seu ver, poderia colocar em risco a essência da Constituição de Weimar tal como concebida pelos seus elaboradores –,[581] o autor se filiou ao Partido Nacional-Socialista

---

[577] Cf. DWORKIN, Ronald. *O direito da liberdade*: a leitura moral da Constituição norte-americana, op. cit., p. 26.

[578] Cf. SCHMITT, Carl. *Constitutional Theory*. Tradução de Jeffrey Seitzer. Durham: Duke University Press, 2008, p. 77.

[579] SOUZA NETO, Cláudio Pereira de. "A teoria constitucional e seus lugares específicos: notas sobre o aporte reconstrutivo". *Revista de Direito do Estado*, n° 01, 2006, p. 100.

[580] RIJPKEMA, Bastiaan. *Militant Democracy*: The Limits of Democratic Tolerance, op. cit., p. 110 (tradução livre e grifos originais).

[581] Vide, a propósito, o seguinte trecho de importante obra do autor: "Tais ideias de uma neutralidade de igual chance na volição estatal estão também na origem, mas quase sempre de forma pouco consciente, da concepção dominante do artigo 76 da Constituição do Reich. [...] Essa concepção dominante do artigo 76 retira da Constituição de Weimar sua substância política e seu 'fundamento' e a transforma em um *procedimento de emenda neutro e indiferente a qualquer conteúdo, que, principalmente, também é neutro com relação ao regime estatal respectivamente existente*. Assim, deve-se dar a todos os partidos, equitativamente, a chance incondicionalmente igual de conseguirem as maiorias necessárias para, com a ajuda do procedimento válido para emendas constitucionais, alcançarem seu objetivo pretendido – república soviética, Reich nacional-socialista, Estado sindical econômico-democrata, Estado corporativista, monarquia de antigo estilo, aristocracia de todo tipo – e uma outra Constituição. Toda preferência pelo regime estatal existente ou até mesmo pelos respectivos partidos governistas, seja através de subvenções para propaganda, de diferenciações no uso das emissoras de radiodifusão,

dos Trabalhadores Alemães com a ascensão de Adolf Hitler ao poder.[582] Posteriormente, já terminada a Segunda Guerra Mundial, tentou renunciar ao seu passado obscuro ao dizer, perante interrogadores russos, que bebeu do "bacilo nazista", mas não se deixou infectar.[583] Da própria biografia de Schmitt, portanto, extrai-se o dilema mais incômodo da sua visão de democracia: substantiva, porque condicionada à essência dos fundamentos da carta política, porém circunstancial e antinormativa, na medida em que inteiramente dependente da vontade do poder constituinte, seja qual for o conteúdo dessa vontade.

O mesmo não se pode dizer da concepção de democracia formulada por Ronald Dworkin. Como se viu, o jusfilósofo norte-americano não apenas defende que os regimes democráticos não podem ser apartados da substância das suas Constituições, como também afirma, acertadamente, que tal substância deve apelar a princípios morais de liberdade, igualdade e justiça. Isso, contudo, não significa que a contribuição de Dworkin seja imune a críticas. É que a sua proposta de leitura moral da Constituição – que, conforme visto, está no centro da sua ideia de democracia, conferindo-lhe a imprescindível densidade axiológica de que carecia a tese de Carl Schmitt – alça o Poder Judiciário ao *status* de protagonista do processo de interpretação dos princípios de moralidade inseridos na carta política.[584] Além de subestimar

---

diários oficiais, aplicação da censura cinematográfica, lesão à atividade político-partidária ou à afiliação partidária dos funcionários no sentido de que o respectivo partido governista permite aos funcionários apenas a afiliação ao próprio partido e aos partidos não por demais distantes dele político-partidariamente, proibições de reunião de partidos extremistas, a diferenciação entre partidos legais e revolucionários de acordo com seu programa, tudo isso, no sentido da concepção dominante do artigo 76, elaborada de forma consequente, são inconstitucionalidades grosseiras e provocantes." (SCHMITT, Carl. *O Guardião da Constituição*. Tradução de Geraldo de Carvalho. Belo Horizonte: Del Rey, 2007, pp. 163-164, grifos originais). Cf., em sentido semelhante, SCHMITT, Carl. *Legality and Legitimacy*, op. cit., 2004, pp. 48-49; e SCHMITT, Carl. *Constitutional Theory*, op. cit., 2008, p. 79.

[582] Cf. BENDERSKY, Joseph W. *Carl Schmitt*: Theorist for the Reich. Princeton: Princeton University Press, 1983, p. 206.

[583] Em seu livro sobre Carl Schmitt, Joseph Bendersky reconta o interessante episódio: "Quando a guerra chegou ao fim, Schmitt não tinha ideia de quais novas dificuldades ele poderia encontrar, embora certamente devesse suspeitar que os Aliados o responsabilizariam por sua colaboração com os nazistas. Em abril de 1945, os russos ocuparam Berlim e prenderam Schmitt em sua casa. Durante várias horas de interrogatório, Schmitt disse aos russos que sua relação com o nacional-socialismo poderia ser mais bem compreendida em referência aos experimentos do cientista alemão Max von Pettenkofer. Schmitt explicou a seus perplexos interrogadores que, no início do século, Pettenkofer havia argumentado que, no tocante à transmissão de doenças infecciosas, a suscetibilidade de determinada pessoa a enfermidades era mais importante do que o contato com o bacilo. Para provar seu ponto, Pettenkofer ficou em pé diante de seus alunos e bebeu um copo de água contendo uma cultura de bactérias da cólera; ele permaneceu saudável. 'Veja bem', concluiu Schmitt, 'fiz exatamente a mesma coisa: bebi do bacilo nazista, mas ele não me infectou'. Embora não se saiba qual o efeito dessa história sobre os russos, Schmitt foi libertado e autorizado a voltar para casa." (Ibidem, p. 264)

[584] Nas palavras de Ronald Dworkin, "[a] leitura moral [...] insere a moralidade política no próprio âmago do direito constitucional. Mas a moralidade política é intrinsecamente incerta e controversa; por isso, todo sistema de governo que incorpora tais princípios a suas leis tem de decidir quem terá a autoridade suprema para compreendê-los e interpretá-los. No sistema norte-americano atual, essa autoridade cabe aos juízes e, em última instância, aos

o papel institucional dos outros poderes no tocante às tarefas de proteger e promover tais princípios,[585] a referida proposta contribui para robustecer a imagem equivocada do juiz como espécie de superego incontestável de uma sociedade órfã de pai, infantilizando, assim, os cidadãos, e deificando as cortes.[586]

De qualquer maneira, deve-se reconhecer que a tutela do procedimento participativo não pode ser um cheque em branco para que maiorias ocasionais venham a atentar contra a existência de determinados valores básicos. Sob tal perspectiva, é possível compreender a defesa da democracia militante como desdobramento mais radical da noção de democracia substantiva. Afinal, a teoria em exame demanda não apenas a *contenção* dos interesses majoritários em face a princípios fundamentais, como também o estabelecimento de mecanismos de *resposta* para quando tais interesses ganharem contornos tirânicos, ameaçando de morte normas ainda mais importantes que a regra da maioria. Para Benjamin Schupmann – que prefere o termo "democracia constrita" (do original, *"constrained democracy"*) à expressão "democracia militante" –, resta, enfim, solucionado o aparente paradoxo da tese de Karl Loewenstein:

> **Como o nome "democracia *constrita*" sugere, tal teoria não elimina o autogoverno democrático. Ela estabelece uma hierarquia de legitimidade entre procedimentos democráticos e direitos básicos.** Constitucionalidade significa manter esse compromisso prévio com os direitos básicos, mesmo que determinada vontade democrática tenha se utilizado dos procedimentos em vigor para validamente promulgar lei com vistas a revogar esses direitos. Para a democracia constrita, os procedimentos legislativos democráticos podem ser concebidos como superestrutura apoiada sobre o compromisso prévio fundamental com a liberdade individual. [...]
> **A constrição dos direitos participativos não é empreendida em prol da própria democracia** [...]. **A democracia é constrita em benefício de outra coisa – o valor substantivo da liberdade**. [...] A distinção entre direitos políticos participativos e direitos básicos à liberdade garante que o Estado possa continuar preservando os

juízes da Suprema Corte". (DWORKIN, Ronald. *O direito da liberdade*: a leitura moral da Constituição norte-americana, op. cit., pp. 02-03)

[585] Cf. WALDRON, Jeremy. "The Core of the Case Against Judicial Review". *The Yale Law Journal*, vol. 115, n° 06, 2006, p. 1405.

[586] Depois de se debruçar sobre a tese de Ronald Dworkin, Ingeborg Maus afirma: "Se a própria justiça eleva-se, desse modo, à condição de instância superior da sociedade, ela é subtraída aos mecanismos sociais de controle dos quais – no campo ideal – todos os aparelhos estatais de uma forma de organização política democrática deveriam se submeter. Na dominância de uma justiça que exerce um Direito 'superior' moralmente enriquecido em relação a outros poderes estatais que se ocupam unicamente com o Direito ordinário – e em relação ao resto da sociedade – é notória a regressão ao modelo social pré-democrático de integração." (MAUS, Ingeborg. "O Judiciário como Superego da Sociedade. A Jurisdição na 'Sociedade Órfã de Pai'". In: *O Judiciário como Superego da Sociedade*. Tradução de Geraldo de Carvalho e Gercélia Batista de Oliveira Mendes. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2010, p. 19)

> direitos básicos à liberdade dos indivíduos, mesmo limitando seus direitos democráticos à participação.[587]

A propósito, cumpre ressaltar que, para além da defesa da autocorreção democrática, George Van den Bergh também admitia a possibilidade de se banir partidos políticos autoritários com base em argumentos de democracia substantiva. A concatenação do seu raciocínio é bastante curiosa. De acordo com o jurista holandês, nenhum fundamento de natureza puramente jurídica pode servir como justificativa "para que uma Constituição, construída sobre princípios morais, não possa ser revisada na direção imoral. Infelizmente!".[588] Ainda assim, para ele, existem princípios fundamentais que habitam a consciência moral de determinado povo, sendo, portanto, contrária aos bons costumes qualquer tentativa de atacar esses princípios.[589] No caso do povo holandês, Van den Bergh destaca a liberdade de religião – que, para ele, forma a base da existência independente da sua comunidade –, a liberdade de crença e a igualdade perante a lei.[590] Como o reconhecimento amplo e irrestrito de tais princípios descreve, segundo o autor, condição *sine qua non* para que as pessoas possam conviver de maneira pacífica, todas as organizações partidárias devem ser testadas em relação a eles e, caso sejam reprovadas no teste, é papel da democracia holandesa combatê-las.[591]

Ocorre que, embora sirva de fundamento teórico para a aplicação de medidas militantes, a ideia de democracia como substância apela a valores demasiadamente abstratos e volúveis, o que, como já se viu, pode ser bastante perigoso. Conforme explica Bastiaan Rijpkema, "quando a justificativa para a proscrição de partidos políticos é muito ampla, existe o risco de interpretação muito abrangente (no melhor dos casos) e de abuso de poder (no pior dos

---

[587] SCHUPMANN, Benjamin A. *Carl Schmitt's State and Constitutional Theory*: A Critical Analysis, op. cit., p. 213 (tradução livre e grifos acrescentados).

[588] VAN DEN BERGH, George. *De democratische staat en de niet-democratische partijen*, op. cit, p. 19 (tradução de Daniel Dago)

[589] Cf. Ibidem, p. 19.

[590] Cf. Ibidem, pp. 19-24.

[591] Nas palavras de George Van den Bergh, no Estado Democrático holandês, "onde os princípios de liberdade e igualdade espiritual são invioláveis para a lei no sentido desenvolvido acima, todas as ideias sociais e políticas devem ser testadas contra esses princípios. Com esses princípios como pedra de toque e base, a luta pacífica dos espíritos é travada. A aceitação dessa pedra de toque e base é uma condição para ser admitido nessa luta pacífica. Os partidos que atacam esses pilares do nosso Estado são seus inimigos. O Estado deve combatê-los com todos os seus meios de poder. Se ele os banirá de fato é uma questão de oportunidade. Mas deve lutar com eles". (Ibidem, p. 25, tradução de Daniel Dago)

casos)".[592] Dessa forma, para que se garanta maior segurança ao uso da democracia substantiva como base material para a teoria da democracia militante, é preciso estabelecer, de maneira mais específica, o alcance da sua aplicação. Para tanto, mostra-se útil voltar os olhos, mais uma vez, para a experiência de países em que, atualmente, encontra-se ameaçada a substância por trás da tutela do princípio democrático. Segue-se, *mutatis mutandis*, o raciocínio segundo o qual "a busca pela Constituição global ou por um núcleo constitucional universal em comum não pode ser realizada sem uma abordagem mais abrangente e contextualmente sensível aos desdobramentos constitucionais em âmbito local".[593]

Nesse diapasão, a crise vivenciada por diversos países ensina que, no plano concreto, os novos governos autoritários vêm desafiando a essência da democracia por meio da erosão gradual dos alicerces do Estado de Direito.[594] Por "Estado de Direito", quer-se referir ao ideal, típico do constitucionalismo, de restrição do exercício do poder político por meio da lei em sentido amplo, calcado, por um lado, na existência de mecanismos de separação funcional do poder, a exemplo da garantia de independência do Poder Judiciário, e, por outro lado, no respeito aos direitos fundamentais de todas as pessoas.[595] Para os que adotam leituras procedimentais do fenômeno democrático, democracia e Estado de Direito são conceitos absolutamente diferentes e, por isso, inconfundíveis. Já para os que sustentam concepções substantivas de democracia, trata-se de noções complementares: "não pode haver democracia sem Estado de Direito e respeito pelos direitos humanos; não pode haver Estado de Direito sem democracia e respeito pelos direitos humanos, nem respeito pelos direitos humanos sem democracia e Estado de Direito".[596]

---

[592] RIJPKEMA, Bastiaan. *Militant Democracy*: The Limits of Democratic Tolerance, op. cit., p. 139 (tradução livre para o português).

[593] UITZ, Renáta. "Can you tell when an illiberal democracy is in the making? An appeal to comparative constitutional scholarship from Hungary". *International Journal of Constitutional Law*, vol. 13, n° 01, 2015, p. 300, tradução livre)

[594] Cf. ADVISORY COUNCIL ON INTERNATIONAL AFFAIRS – AIV. "The will of the people? The erosion of democracy under the rule of law in Europe", op. cit., pp. 05-09.

[595] Cf. BUGARIC, Bojan, "Populism, liberal democracy, and the rule of law in Central and Eastern Europe". *Communist and Post-Communist Studies*, vol. 41, n° 02, 2008, pp. 191-203; RIJPKEMA, Bastiaan. "Militant Democracy and the Detection Problem". In: MALKOPOULOU, Anthoula; KIRSHNER, Alexander S. (ed.). *Militant Democracy and Its Critics*, op. cit., p. 180; e ZAKARIA, Fareed. "The Rise of Illiberal Democracy". *Foreign Affairs*, vol. 76, n° 06, 1997, pp. 22-26.

[596] COMITÊ DOS MINISTROS DO CONSELHO DA EUROPA. "The Council of Europe and the Rule of Law: an overview" (CM(2008)170). *CM Documents*, 1042bis Meeting, 2008, p. 05 (tradução livre). Disponível eletronicamente em: < https://www.coe.int/t/dc/files/Ministerial_Conferences/2009_justice/CM%20170_en.pdf>. Acesso em: 22 de janeiro de 2020.

De fato, por mais que os regimes democráticos dependam da regra da maioria para funcionar, não existe democracia saudável em lugares nos quais o poder é exercido sem amarras institucionais e os direitos fundamentais – sobretudo de grupos minoritários – são constantemente violados. Quando as leituras substantivas de democracia reconhecem, com acerto, que o Estado de Direito também compõe o núcleo essencial desse sistema representativo,[597] busca-se harmonizar dois vetores que se encontram em permanente tensão nas democracias constitucionais: o da autoridade constituída pela escolha popular majoritária, vital para a higidez dos regimes democráticos, e o da autoridade limitada pelo Direito, tão caro à pauta de valores do constitucionalismo.[598] Nesse viés, os atuais movimentos de caráter autoritário ameaçam a substância das democracias na medida em que se esforçam para perturbar esse frágil equilíbrio. Senão, vejamos.

Na Hungria, depois de reassumir o posto de primeiro-ministro, Viktor Orbán adotou medidas voltadas a minar a independência dos poderes, especialmente do Poder Judiciário.[599] Dentre elas, destaca-se a diminuição da idade de aposentadoria dos juízes, o que fez com que 10% dos magistrados do país deixassem os seus cargos sem que houvesse justificativa material para tanto, conforme asseverou a Comissão de Veneza ao se debruçar sobre o caso.[600] Também há de se ressaltar a transferência da administração dos tribunais à nova Secretaria Nacional de Justiça, presidida por indivíduo eleito pelo Parlamento e imbuída de amplos poderes "para selecionar novos juízes, promover ou rebaixar qualquer magistrado, iniciar procedimentos

[597] Cf. ADVISORY COUNCIL ON INTERNATIONAL AFFAIRS – AIV. "The will of the people? The erosion of democracy under the rule of law in Europe", op. cit., pp. 13-14.

[598] Frank Michelman chama essa tensão de "paradoxo das democracias constitucionais". Cf. MICHELMAN, Frank I. *Brennan and Democracy*, op. cit., p 04.

[599] Cf. FEDERAÇÃO INTERNACIONAL DE DIREITOS HUMANOS – FIDH. *Hungary – Democracy under Threat*: Six Years of Attacks against the Rule of Law, 2016. Disponível eletronicamente em: <https://www.fidh.org/IMG/pdf/hungary_democracy_under_threat.pdf>. Acesso em: 22 de janeiro de 2020.

[600] Conforme restou consignado pelo referido órgão consultivo do Conselho da Europa, "a Comissão de Veneza examina esta questão não sob o ângulo especial da discriminação etária, mas pelo seu efeito sobre a independência judicial. Desse ponto de vista, o efeito retroativo do novo regulamento suscita preocupação. Toda uma geração de juízes, que vinham realizando os seus trabalhos sem deficiências óbvias e que tinham o direito – e a expectativa – de continuar a trabalhar como juízes, foi obrigada a se aposentar. A Comissão não vê justificação material para a aposentadoria forçada de juízes (incluindo muitos titulares de cargos superiores em tribunais). A falta de justificativas convincentes pode ser uma das razões pelas quais questões relacionadas aos motivos por trás do novo regulamento foram levantadas em público". (COMISSÃO DE VENEZA. *Opinion n° 633/2012*, p. 27, tradução livre)

disciplinares e selecionar os ocupantes da cúpula de cada um dos tribunais".[601] Ademais, o governo alterou as regras de indicação para a Corte Constitucional e aumentou, de oito para quinze, o número de seus membros,[602] possibilitando, assim, que a situação indicasse quase metade da nova composição do tribunal, o qual passou a proferir decisões majoritariamente favoráveis ao governo depois da aposentadoria de dois dos seus antigos integrantes.[603]

Os direitos fundamentais também se tornaram alvos preferenciais na Hungria de Orbán. Mencione-se, por exemplo, a aprovação de lei que submeteu o registro de organizações religiosas ao crivo do Parlamento e estabeleceu critérios injustificados para o referido procedimento, fazendo com que mais de trezentas denominações perdessem o seu *status* de igreja,[604] o que, ao ver da Comissão de Veneza, caracteriza ato discriminatório.[605] Do mesmo modo, cumpre destacar as inúmeras restrições, impostas pelo governo húngaro, aos direitos de imigrantes – como, *e.g.*, a adoção de política altamente refratária a concessão de pedidos de asilo e a criminalização da prática de travessia irregular de fronteira –, na contramão das suas obrigações internacionais.[606] Nessa esteira, deve-se incluir, ainda, o tratamento desigual, conferido pelo Poder Público, a crianças de ascendência roma no tocante ao acesso à educação, o que levou a Comissão Europeia a requerer ao Estado húngaro que tomasse medidas para

[601] BÁNKUTTI, Miklós; HALMAI, Gábor; SCHEPPELE, Kim Lane. "Hungary's Illiberal Turn: Disabling the Constitution". In: KRASZTEV, Péter; VAN TIL, Jon (ed.). *The Hungarian Patient*: Social Opposition to an Illiberal Democracy. Budapeste: Central European University Press, 2016, p. 42 (tradução livre).

[602] Cf. FEDERAÇÃO INTERNACIONAL DE DIREITOS HUMANOS – FIDH. *Hungary – Democracy under Threat*: Six Years of Attacks against the Rule of Law, op. cit., p. 15.

[603] Cf. HUNGARIAN HELSINKI COMMITTEE; EÖTVÖS KAROLY POLICY INSTITUTE; HUNGARIAN CIVIL LIBERTIES UNION. *Analysis of the Performance of Hungary's 'One-Party Elected' Constitutional Court Judges between 2011 and 2014*, 2015, p. 05. Disponível eletronicamente em: <http://helsinki.hu/wp-content/uploads/EKINT-HCLU-HHC_Analysing_CC_judges_performances_2015.pdf>. Acesso em: 22 de janeiro de 2020.

[604] Cf. FEDERAÇÃO INTERNACIONAL DE DIREITOS HUMANOS – FIDH. *Hungary – Democracy under Threat*: Six Years of Attacks against the Rule of Law, op. cit., pp. 44-48.

[605] Para a Comissão de Veneza, "a lei estabelece uma série de requisitos excessivos e critérios arbitrários para o reconhecimento de uma igreja. Em particular, o requisito relacionado com a longevidade nacional e internacional de uma comunidade religiosa e o procedimento de reconhecimento, com base em decisão política, deve ser revisto. Esse reconhecimento confere uma série de privilégios para as igrejas envolvidas. [...] A lei levou a um processo de cancelamento do registro de centenas de igrejas, que dificilmente pode ser considerado de acordo com os padrões internacionais. [...] Por fim, a lei induz, em certa medida, ao tratamento desigual e até discriminatório de crenças e comunidades religiosas, dependendo se são reconhecidas ou não". (COMISSÃO DE VENEZA. *Opinion n° 664/2012*, p. 15, tradução livre)

[606] Cf. FEDERAÇÃO INTERNACIONAL DE DIREITOS HUMANOS – FIDH. *Hungary – Democracy under Threat*: Six Years of Attacks against the Rule of Law, op. cit., pp. 51-58.

reverter a situação.[607-608] Os roma ainda sofrem com a atuação do partido de extrema direita *Jobbik*, que além de tratá-los como párias da sociedade, organiza patrulhas em cidades habitadas por cidadãos desse grupo étnico para intimidá-los com atos de violência e de terror psicológico.[609]

Na Polônia, a democracia também está sob ataque em virtude do desmantelamento do Estado de Direito. À semelhança do que Viktor Orbán fez na Hungria, o governo encabeçado por Andrzej Duda tentou garantir hegemonia entre os outros poderes ao desferir vários golpes contra o Tribunal Constitucional, paralisando-o para, em seguida, cooptá-lo.[610] Com apoio em resolução editada por um Parlamento agora dominado pelo partido que ajudara a elegê-lo presidente, Duda se recusou a nomear para a corte três juízes regularmente escolhidos pela antiga legislatura e indicou para os respectivos postos nomes aprovados pela nova composição do órgão legislativo, provocando, assim, um imbróglio que afetou o funcionamento do Tribunal Constitucional.[611] Depois, quando uma correligionária do governo assumiu a presidência da corte, os três juízes apoiados pelo PiS e por Duda assumiram seus cargos, e parte significativa do tribunal se tornou mais deferente às medidas implementadas pelo Poder Executivo.[612] Ainda

---

[607] Cf. ADVISORY COUNCIL ON INTERNATIONAL AFFAIRS – AIV. "The will of the people? The erosion of democracy under the rule of law in Europe", op. cit., p. 49.

[608] Nas palavras do referido órgão, "a Comissão tem uma série de preocupações em relação tanto às leis quanto às práticas administrativas húngaras, as quais fizeram com que as crianças roma se tornassem desproporcionalmente super-representadas em escolas especiais para crianças com deficiência mental e também sujeitas a um grau considerável de educação segregada nas escolas regulares. O objetivo da atuação da Comissão é garantir às crianças roma igual acesso à educação, que é fator determinante para as garantir oportunidade de emprego e, portanto, componente indispensável do trabalho para a inclusão plena dos romas". (COMISSÃO EUROPEIA. *May infringements' package: key decisions*, 2016, tradução livre. Disponível eletronicamente em: <https://ec.europa.eu/commission/presscorner/detail/en/MEMO_16_1823>. Acesso em: 22 de janeiro de 2020.

[609] Cf. IMMIGRATION AND REFUGEE BOARD OF CANADA. "Hungary: Jobbik Party [The Movement for a Better Hungary, Jobbik Magyarorszagert Mozgalom] and the Our Country Movement (Mi Hazánk Mozgalom), including impact on the government and paramilitary groups; relationship with the Roma community, including incidents of violence and discrimination; state response", 01 de agosto de 2018. Disponível eletronicamente em: <https://www.refworld.org/docid/5b9bd0c84.html>. Acesso em: 22 de janeiro de 2020.

[610] Cf. SADURSKI, Wojciech. "Constitutional Crisis in Poland", op. cit., pp. 260-261.

[611] Cf. ADVISORY COUNCIL ON INTERNATIONAL AFFAIRS – AIV. "The will of the people? The erosion of democracy under the rule of law in Europe", op. cit., p. 46.

[612] Segundo Wojciech Sadurski, "quando a combinação de empacotamento da corte, inclusão ao Tribunal Constitucional de três juízes impropriamente eleitos, e o atrito natural oriundo do fim dos mandados de 'antigos' juízes (incluindo o presidente e o vice-presidente da corte) produziu uma maioria do PiS no TC, ocorreu uma transformação fundamental no tribunal. Em vez de inoperante, a corte se transformou em um braço ativo do governo e da maioria parlamentar. O governo encontrou no tribunal um instrumento útil para legitimar o seu poder [...]". (SADURSKI, Wojciech. "Constitutional Crisis in Poland", op. cit., p. 263, tradução livre). Em sentido semelhante, Mirosław Wyrzykowski, ex-membro do Tribunal Constitucional da Polônia, afirma que, desde então, a corte "perdeu o seu papel de guardiã da Constituição". (WYRZYKOWSKI, Mirosław. "Experiencing the

mais grave, o governo também passou a não publicar, de maneira evidentemente inconstitucional, julgamentos contrários aos seus interesses, tornando-os sem efeito.[613]

Na perspectiva dos direitos fundamentais, o panorama é igualmente desanimador, para se dizer o mínimo. Como na Hungria, as investidas contra o Tribunal Constitucional polonês devem ser interpretadas como esforços não apenas para enfraquecer importante mecanismo de freios e contrapesos ao exercício do poder, mas também para sabotar a tutela constitucional de direitos básicos. Nas palavras de Tomasz Tadeusz Koncewicz, o governo de Andrzej Duda mirou na corte "porque isso garantiria que as próximas fases [do plano de captura] passariam abaixo do seu radar. Quem se importa que a nova legislação seja contrária à Constituição se não há via processual e institucional para fazer cumprir as regras constitucionais?"[614] Nesse contexto, já se contabilizaram muitas afrontas a direitos básicos na Polônia, desde a concessão de tratamento privilegiado a reuniões pró-governo e de perseguições violentas a eventos críticos à atual gestão, até a instituição de sanções contra quem fizer declaração que viole a reputação nacional.[615] Sem falar no recente aumento de discursos de ódio – não só na Internet, como também em programas de televisão – contra judeus, muçulmanos, cidadãos de ascendência roma, ucranianos, negros e homossexuais.[616]

Sob o comando de Recep Tayyip Erdoğan, a Turquia caminha na mesma direção da Hungria e da Polônia. Como já mencionado neste trabalho, depois de abafar uma tentativa de golpe orquestrada por militares de baixa patente, o governo de Erdoğan ordenou a prisão de vários servidores públicos – dentre os quais dois juízes da Suprema Corte do país – e aprovou, mediante referendo popular convocado durante estado de emergência, emendas constitucionais

Unimaginable: the Collapse of the Rule of Law in Poland". *Hague Journal on the Rule of Law*, vol. 11, n° 02 e 03, 2019, p. 417, tradução livre)

[613] Cf. ADVISORY COUNCIL ON INTERNATIONAL AFFAIRS – AIV. "The will of the people? The erosion of democracy under the rule of law in Europe", op. cit., p. 46; e SADURSKI, Wojciech. "Constitutional Crisis in Poland", op. cit., p. 262.

[614] KONCEWICZ, Tomasz Tadeusz. "Farewell to the Separation of Powers – On the Judicial Purge and the Capture in the Heart of Europe". *Verfassungsblog on matters constitutional*, 19 de julho de 2017. Disponível eletronicamente em: <https://verfassungsblog.de/farewell-to-the-separation-of-powers-on-the-judicial-purge-and-the-capture-in-the-heart-of-europe/>. Acesso em: 22 de janeiro de 2020.

[615] Cf. SADURSKI, Wojciech. "Constitutional Crisis in Poland", op. cit., pp. 268-271.

[616] Cf. WINIEWSKI, Mikołaj et al. *Contempt Speech, Hate Speech*: Report from research on verbal violence against minority groups. Tradução de Jan Popowski. Varsóvia: Stefan Batory Foundation, 2017.

que esfacelaram o sistema de separação de poderes, dando ao presidente alto grau de ingerência sobre as demais instituições:

> Com as reformas, o presidente torna-se chefe de governo e o cargo de primeiro-ministro é extinto. O presidente não precisa mais ser neutro e pode agir em nome de seu partido. Ele pode nomear vice-presidentes, ministros do governo, altos funcionários públicos, quatro dos treze juízes do mais alto escalão e chefes de universidades sem aprovação parlamentar. O presidente terá ainda o controle do exército e dos serviços de segurança. Ele também tem o poder exclusivo para declarar um estado de emergência e, depois, governar por decreto. Os critérios para a decretação do estado de emergência foram amplamente redigidos. O presidente elabora o orçamento do governo e tem poder de veto sobre toda a legislação. O parlamento não possui mais o poder de apresentar moção de desconfiança contra o presidente ou o seu governo, mas pode remover o presidente por maioria de dois terços ou anular o veto presidencial por maioria absoluta. Nada obstante, o presidente pode dissolver o parlamento e depois governar por decreto.[617]

Os direitos fundamentais, sobretudo de dissidentes da gestão Erdoğan, também estão em xeque. Desde antes da intentona, conforme visto anteriormente, o governo costumava ajuizar ações cíveis e penais contra seus críticos, restringindo a liberdade de expressão e, por consequência, esfriando o debate público acerca das suas políticas.[618] Com o recrudescimento do regime, a sanha autoritária de Erdoğan se voltou também contra integrantes da minoria curda, que já vêm sofrendo com um aumento de crimes de ódio cometidos contra si:[619] por exemplo, em setembro de 2016, 11.000 professores do referido grupo étnico tiveram suas licenças suspensas, acusados de suposta ligação com o terrorismo, e, em novembro do mesmo ano, treze parlamentares do Partido Democrático dos Povos, de tendência pró-curda, foram presos.[620] À época, Hugh Williamson, diretor da Divisão para Europa e Ásia Central da Human Rights Watch, chegou a afirmar que, "com centenas de milhares de pessoas demitidas ou detidas

[617] ADVISORY COUNCIL ON INTERNATIONAL AFFAIRS – AIV. "The will of the people? The erosion of democracy under the rule of law in Europe", op. cit., 47 (tradução livre).

[618] Cf. VAROL, Ozan O. "Stealth Authoritarianism in Turkey", op. cit., pp. 342-345.

[619] Cf. ÜNKER, Pelin. "Kurds in Turkey increasingly subject to violent hate crimes". *DW*, 22 de outubro de 2019. Disponível eletronicamente em: <https://www.dw.com/en/kurds-in-turkey-increasingly-subject-to-violent-hate-crimes/a-50940046>. Acesso em: 23 de janeiro de 2020.

[620] Cf. ADVISORY COUNCIL ON INTERNATIONAL AFFAIRS – AIV. "The will of the people? The erosion of democracy under the rule of law in Europe", op. cit., p. 51.

sem o devido processo legal, uma mídia independente silenciada e parlamentares da oposição curda na cadeia, a Turquia mergulhou em sua pior crise nesta geração".[621]

Desse modo, percebe-se que, para além da tutela dos elementos que favorecem a autocorreção democrática, a democracia militante deve ser igualmente capaz de enfrentar as agressões cometidas contra direitos fundamentais, bem como as tentativas de dominação das instituições de controle. Dito de outra maneira, faz-se necessário que se confira à teoria ora em exame duplo fundamento material: (i) a garantia da natureza autocorretiva desses regimes representativos e (ii) a proteção dos direitos fundamentais, sobretudo de minorias, diante de discriminações injustificadas, de atos de violência e de discursos de ódio, e do sistema de separação funcional dos poderes, componentes da substância do Estado Democrático de Direito. O tópico também será retomado no próximo capítulo, durante a discussão acerca da operacionalização de medidas militantes no cenário constitucional do Brasileiro. Passa-se, agora, ao debate sobre outra dificuldade subjacente ao conceito em análise neste trabalho, qual seja, a questão da sua aplicação pelo Poder Público.

3.3. Dificuldades institucionais e o problema da aplicação: poder estreitamente vigiado, vigias extremamente poderosos

A quem cabe militar pela democracia? Se é preciso vigiar o exercício do poder político para que os regimes democráticos não se dobrem aos seus ímpetos suicidas, também é indispensável que se confira a alguém a autoridade constitucional para realizar a vigia. Daí se depreende que a teoria da democracia militante traz consigo questões institucionais muito relevantes, diretamente vinculadas à sua aplicação concreta pelo Poder Público. Nas palavras de Karl Popper, "as instituições são como fortalezas. Devem ser bem projetadas *e* bem tripuladas".[622] No caso da fortaleza da democracia militante, quem a tripula? E como projetá-la devidamente?

---

[621] DW. "Turkey 'on the road to autocracy,' Venice Commission watchdog says", 01 de março de 2017 (tradução livre). Disponível eletronicamente em: <https://www.dw.com/en/turkey-on-the-road-to-autocracy-venice-commission-watchdog-says/a-37756991>. Acesso em: 23 de janeiro de 2020.

[622] POPPER, Karl. *The Open Society and Its Enemies*. New One-Volume Edition, op. cit., p. 120 (tradução livre).

Em alguns países, o Poder Executivo pode exercer papel decisivo na imposição de restrições à participação política. Cite-se, *e.g.*, o caso da França. De acordo com a Constituição francesa, todos os partidos "devem respeitar os princípios da soberania nacional e da democracia" (Artigo 4), de sorte que a Lei de 10 de janeiro de 1936 e o Código de Segurança Interna concedem ao Conselho de Ministros a atribuição para dissolver qualquer grupo ou associação que, dentre outros, provoquem manifestações armadas nas ruas, ostentem caráter de milícia privada, ameacem a integridade nacional ou a forma republicana de governo, incitem discriminação, ódio ou violência com base em critério étnico, nacional, racial ou religioso, ou se engajem em atos de terrorismo (Artigo 1 e Artigo L212-1, respectivamente). Destaque-se, também a título ilustrativo, o caso britânico. No Reino Unido, segundo a Lei do Terrorismo de 2000, o Secretário de Estado para Assuntos Internos tem a competência para adicionar – ou remover – qualquer associação, inclusive partidos, à lista de organizações proscritas por ligação com atos terroristas (Parte II, item 3.4).

Em outros países, é dado ao Poder Legislativo desempenhar função importante na aplicação de autodefesa democrática. Na Alemanha, *e.g.*, apesar de a Lei Fundamental prever que compete à corte constitucional a decisão acerca do banimento de partidos contrários à livre ordem democrática e à existência da república germânica (Artigos 21.2 e 21.4), a Lei do Tribunal Constitucional estabelece que cabe ao *Bundestag* ou ao *Bundesrat* – além do governo federal e, se o partido possuir mero âmbito regional, do governo da *Land* – ajuizar a respectiva ação declaratória de inconstitucionalidade de organizações partidárias (§ 43.1). De modo semelhante, na Espanha, a carta política dispõe que a criação e o funcionamento de partidos "são livres dentro do respeito à Constituição e à lei" (Artigo 6), razão pela qual a Lei Orgânica n° 06/2002 determina que, se qualquer uma das casas parlamentares assim decidir, o governo espanhol é obrigado a provocar a Suprema Corte a se pronunciar sobre a constitucionalidade, ou não, de certo partido (Artigo 11.1).

Nota-se, assim, que cada ordenamento possui as suas próprias regras acerca das instâncias de poder às quais cabem militar pela democracia. Nada obstante, na maioria dos hipóteses, é o Poder Judiciário, por meio da corte constitucional, que profere a última decisão acerca da incidência concreta de medidas restritivas ao direito de participação política – o que não é de se surpreender, tendo em vista o grave e profundo significado constitucional por trás

dessa mesma decisão.[623] Ao menos em tese, a atuação judicial também se justifica do ponto de vista normativo, já que é preferível conferir a autoridade para a aplicação de providência militantes a instituição que não esteja diretamente envolvida na disputa diária por poder político,[624] como recomenda a Comissão de Veneza em pronunciamento específico sobre o tema, adotado em sua 41ª sessão plenária:

> [...] uma característica recorrente nas legislações nacionais analisadas é a garantia de ser ouvido por uma autoridade judicial independente e imparcial ou por um tribunal. **Esse é um claro sinal de preocupação em manter algo tão politicamente importante quanto o destino dos partidos políticos fora do controle de autoridades executivas ou administrativas, cuja imparcialidade é frequentemente colocada à prova**.[625]

Em virtude da significativa influência do Poder Judiciário sobre o processo de efetivação de medidas de autodefesa democrática e do fato de que os tribunais costumam carecer de legitimidade eleitoral, crescem em quantidade as acusações de que a teoria da democracia militante é elitista e/ou antidemocrática.[626] Aqui, a crítica em muito se assemelha, tomadas as devidas proporções, àquela desferida contra o controle de constitucionalidade das leis pelas cortes: "os elitistas tendem a achar que as pessoas não se importam suficientemente com direitos fundamentais para protegê-los por meio da política".[627] E algumas passagens dos escritos pioneiros de Karl Loewenstein sobre o assunto, infelizmente, não poderiam tratar as decisões do povo com maior desprezo, como se depreende, *e.g.*, do trecho no qual o constitucionalista alemão assevera que "não é mais sensato fechar os olhos para o fato de que

---

[623] Cf. BOURNE, Angela K. "Militant Democracy and the Banning of Political Parties in Democratic States: Why Some Do and Why Some Don't", op. cit., p. 39.

[624] Cf. MARTINS, Ana Maria Guerra. "A interdição de partidos políticos contrários ao princípio democrático". In: Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa. *Estudos de Homenagem ao Prof. Doutor Jorge Miranda*. Vol. I: Direito Constitucional e Justiça Constitucional. Coimbra: Coimbra Editora, 2012, pp. 198-200.

[625] COMISSÃO DE VENEZA. *Guidelines on Prohibition and Dissolution of Political Parties and Analogous Measures*, 2000, p. 22 (tradução livre e grifos acrescentados).

[626] Cf., *e.g.*, ACCETTI, Carlo Invernizzi; ZUCKERMAN, Ian. "What's Wrong with Militant Democracy?", op. cit., p. 193; GREENBERG, Udi. *The Weimar Century*: German Émigrés and the Ideological Foundations of the Cold War. Princeton: Princeton University Press, 2014, pp. 169-210; e MALKOPOULOU, Anthoula; NORMAN, Ludwig. "Three Models of Democratic Self-Defense", op. cit., pp. 94-95.

[627] TUSHNET, Mark. *Taking the Constitution Away from the Courts*. Princeton: Princeton University Press, 1999, p. 124 (tradução livre).

a democracia liberal, **adequada, em última análise, apenas para os aristocratas políticos entre as nações**, está começando a perder a vez para as massas despertas".[628]

Com efeito, não se deve perder de vista o risco de se conferir à democracia militante interpretações elitistas que podem alijá-la do seu sentido emancipatório, que é a tutela ainda mais robustecida do autogoverno popular frente a eventuais ataques autoritários. Em outros termos, a teoria da democracia militante pode desconfiar das maiorias, mas não deve repugná-las. Nessa toada, a instituição de medidas militantes por meio do Direito e a sua concretização pelo Poder Judiciário devem ser vistas não como instrumentos de alienação dos anseios populares, e sim como mecanismos de fortalecimento do seguro político em face a vontades majoritárias. Se, nas palavras de Rodrigo Brandão, a constitucionalização de direitos – e, consequentemente, o controle judicial de constitucionalidade das leis – "serve como um escudo de proteção aos perdedores no processo político, uma espécie de seguro contra os riscos de uma derrota eleitoral",[629] a democracia militante busca afiançar o próprio processo político, evitando, assim, que o jogo democrático sofra perda total nas mãos dos vencedores de ocasião.[630]

---

[628] LOEWENSTEIN, Karl. "Militant Democracy and Fundamental Rights, II", op. cit., p. 657 (tradução livre e grifos acrescentados).

[629] BRANDÃO, Rodrigo. "A judicialização da política: teorias, condições e o caso brasileiro". *Revista de Direito Administrativo*, vol. 263, 2013, p. 184. Em sentido semelhante, afirma Tom Ginsburg: "Ao servir como fórum alternativo para contestar as ações do governo, o controle judicial de constitucionalidade fornece uma espécie de seguro a possíveis perdedores eleitorais durante a barganha constitucional. Assim como a presença dos mercados de seguros diminui os riscos da contratação e, portanto, permite a celebração de contratos que, caso contrário, seriam arriscados demais, a possibilidade de controle das leis pelo Poder Judiciário reduz os riscos por trás da elaboração dos textos constitucionais, em prol dos redatores que acreditam que podem não conseguir ascender ao poder. O controle judicial de constitucionalidade favorece, assim, o acerto de barganhas políticas que, em outro cenário, poderiam fracassar." (GINSBURG, Tom. *Judicial Review in New Democracies*: Constitutional Courts in Asian Cases. Cambridge: Cambridge University Press, 2003, p. 25, tradução livre)

[630] É interessante perceber que tal premissa não é antidemocrática, pelo contrário: ela só possui fundamento em meio à incerteza das disputas eleitorais típicas das democracias. É o que assevera Tom Ginsburg, ao analisar o ponto sob a perspectiva da *judicial review*: "[...] a incerteza aumenta a demanda pelo seguro político fornecido pelo controle judicial de constitucionalidade. Sob condições de alta incerteza, pode ser especialmente útil para os políticos adotar um sistema de controle de constitucionalidade para consolidar a barganha constitucional e protegê-la da possibilidade de reversão após futuras mudanças eleitorais. Como os políticos racionais sabem que podem não permanecer no poder sob os termos da Constituição, eles optam por criar tribunais independentes para proteger a sua parte da barganha em face de eventual revogação. O controle de constitucionalidade das leis, em tais circunstâncias, fornece para o passado o seguro contra o futuro. **Em síntese, a presença de eleições – condição *sine qua non* da democracia – aumenta a incerteza e, portanto, a demanda por controle de constitucionalidade. A expansão do poder judicial ao redor do mundo acompanha os processos de democratização e não é antidemocrática, como sugerido por alguns analistas. O controle pode ser contramajoritário, mas não é contrademocrático**." (GINSBURG, Tom. *Judicial Review in New Democracies*: Constitutional Courts in Asian Cases, op. cit., pp. 30-31, tradução livre e grifos acrescentados)

Pode-se dizer, ainda assim, que há na concepção militante de democracia certa dose de paternalismo institucional. Na definição de Gerald Dworkin, o paternalismo é "a interferência na liberdade de ação pessoal justificada por razões ligadas exclusivamente ao bem-estar, ao bem, à felicidade, às necessidades, aos interesses e aos valores do indivíduo cuja liberdade é restringida".[631] Fundamenta-se na presunção – já antiga na história das ideias políticas – de que o Estado saberia melhor do que os cidadãos o que é bom para eles mesmos, como um pai benevolente que zela pelo conforto e pela segurança dos seus filhos.[632] A própria etimologia do termo denota esse sentido de tutela parental por parte do Poder Público, o que, para muitos, pode soar absurdo. O filósofo norte-americano Joel Feinberg bem resumiu a principal crítica ao paternalismo: "se adultos são tratados como crianças, eles acabarão, com o tempo, tornando-se crianças".[633] Em outras palavras, teme-se que a adoção de medidas paternalistas, ao privar os cidadãos do seu direito de escolha, retire deles o poder de fazer julgamentos e de tomar decisões racionais.

Geralmente, associa-se o paternalismo à imposição de limites, pelo Estado, à autonomia *privada* das pessoas, como se pode extrair da obrigação legal de se utilizar cinto de segurança em automóveis, ou capacetes quando em motocicletas. Outros casos, porém, envolvem a restrição da autonomia *pública* do indivíduo. No cenário jurídico brasileiro, ressalte-se a aprovação da Lei Complementar n° 135/2010, também conhecida como Lei da Ficha Limpa, que torna inelegíveis, pelo período de oito anos, os que forem condenados, por decisão transitada em julgado ou proferida por órgão colegiado, pelo cometimento de crimes contra a fé pública, a Administração Pública, o patrimônio público, dentre outros. Para Clèmerson Merlin Clève e Bruno Meneses Lorenzetto, tal diploma "adota um paternalismo forte, afastando, através da inelegibilidade, a possibilidade de participação de determinadas pessoas no jogo político, o que implica, também, nessas hipóteses, expropriação da liberdade de escolha do eleitor".[634] Em tese, o mesmo pode ser dito acerca da aplicação, pelo Poder Judiciário, da teoria da democracia militante.

---

[631] DWORKIN, Gerald. "Paternalism". *The Monist*, vol. 56, n° 01, 1972, p. 65 (tradução livre).

[632] Cf., sobre o tema, SARMENTO, Daniel. *Dignidade da Pessoa Humana*: conteúdo, trajetórias e metodologia, op. cit., pp. 170-171.

[633] FEINBERG, Joel. "Legal Paternalism". Canadian Journal of Philosophy, vol. 01, n° 01, 1971, p. 105 (tradução livre).

[634] CLÈVE, Clèmerson Merlin; LORENZETTO, Bruno Meneses. "Jurisdição constitucional e paternalismo: reflexões sobre a *Lei da Ficha Limpa*". *Revista Eletrônica Direito e Política*, vol. 09, n° 01, 2014, p. 136.

A tensão entre o caráter paternalista da democracia militante e a tutela constitucional da autonomia pública, de fato, existe. Tal constatação, todavia, não torna a teoria em questão incompatível com o direito fundamental à liberdade. Rechaçar o uso de medidas militantes, com base na rejeição integral do paternalismo, é ignorar que os indivíduos – não só no âmbito privado, como também na esfera pública – expõem a si e aos seus pares a riscos muito sérios, que o Estado pode legitimamente evitar. No plano ideal, não seria necessário impor restrições à liberdade de empresa com vistas à tutela do meio ambiente, porque ninguém duvidaria que o equilíbrio ecológico é essencial tanto para o bem-estar individual, quanto para a sobrevivência de todas as espécies. No plano ideal, também não seria preciso recorrer a providências restritivas, aplicadas pelo Poder Judiciário, para defender a democracia de ameaças autoritárias, uma vez que todos os cidadãos teriam consciência da importância de se preservar valores fundamentais para a continuidade do pacto constitucional. Vivemos, contudo, em um mundo imperfeito, no qual pessoas cometem erros de avaliação frequentes. Nesse contexto, a teoria da democracia militante parte do pressuposto nada especulativo de que, em algumas hipóteses-limite, tais erros podem levar à completa erosão do Estado Democrático de Direito, por meio da consagração eleitoral de partidos ou líderes autoritários.

Desse modo, pode-se afirmar que a principal perplexidade institucional subjacente à teoria ora em exame diz respeito, na verdade, ao seu uso equivocado ou abusivo por aqueles a quem se delegou a competência para militar pela democracia. De fato, as sombras do elitismo e do paternalismo pairam sobre o conceito formulado por Karl Loewenstein, e isso não pode ser ignorado. Porém, assim como ocorre no debate acerca da legitimidade do Poder Judiciário para declarar a inconstitucionalidade de atos normativos, algumas críticas antielitistas à democracia militante parecem não compreender, em toda a sua extensão, a diferença crucial entre autogoverno democrático e regra da maioria.[635] Certos juízos antipaternalistas também desconsideram que, em casos extremos como a existência de ameaças à sobrevivência da própria ordem constitucional e dos direitos fundamentais de terceiros, existe margem legítima para o estabelecimento e para a aplicação de limites ao exercício da autonomia pública. Por outro lado, é realmente possível que as medidas militantes venham a ser mal empregadas ou utilizadas – inclusive por juízes – como ferramentas de preservação dos interesses políticos

[635] Ronald Dworkin também se valeu do argumento em réplica aos críticos da sua tese da leitura moral da Constituição. Cf. DWORKIN, Ronald. *O direito da liberdade*: a leitura moral da Constituição norte-americana, op. cit., pp. 09-10.

daqueles que as operam, de maneira a subverter a *ratio* por trás da sua instituição. É o que será discutido nos próximos itens desta seção do trabalho.

3.3.1. Autoritarismo competitivo e democracia militante

As recentes reviravoltas na trajetória das democracias constitucionais deram novas cores à relação inquietante entre constitucionalismo e autoritarismo. Se antes era firme a crença segundo a qual "todo governo constitucional é, por definição, um governo limitado",[636] hoje, o cenário é consideravelmente mais complexo em certos países. Isso porque, já há algum tempo, a literatura tem apontado para a existência de regimes políticos híbridos, que combinam regras típicas das democracias constitucionais com práticas características do autoritarismo.[637] Durante o período otimista marcado pela expansão da onda democrática pós-Guerra Fria, havia quem acreditasse que tais sistemas mistos eram formas incompletas ou transicionais de democracia, mas muitos deles mantiveram qualidades autoritárias ou se tornaram completamente autoritários com o passar dos anos, razão pela qual "talvez seja hora de parar de pensar nesses casos em termos de trânsito para a democracia e de começar a refletir sobre eles como os tipos específicos de regime que, de fato, são".[638] O mesmo se pode dizer, atualmente, de democracias disfuncionais como a húngara, a polonesa e a turca, sobre as quais já se discutiu em outros trechos deste trabalho.

A convivência, em um único regime, entre atributos democráticos e autoritários dá origem a um fenômeno político peculiar, em que as Constituições e as Supremas Cortes –

---

[636] MCILWAIN, Charles H. *Constitutionalism*: Ancient and Modern. Clark: The Lawbook Exchange, 2005, p. 23 (tradução livre). Para o autor, "o constitucionalismo possui uma qualidade essencial: é a limitação legal do governo; é a antítese do governo arbitrário; é o contrário do governo despótico, do governo da vontade em oposição ao governo da lei". (Ibidem, p. 24, tradução livre)

[637] Cf., *e.g.*, LEVITSKY, Steven; WAY, Lucas. "The Rise of Competitive Authoritarianism". *Journal of Democracy*, vol. 13, n° 02, 2002, pp. 51-65; MAGALONI, Beatriz. *Voting for Autocracy*: Hegemonic Party Survival and Its Demise in Mexico. Cambridge: Cambridge University Press, 2006, pp. 01-43; SCHEDLER, Andreas. "Electoral Authoritarianism". In: LANDMAN, Todd; ROBINSON, Neil (ed.). *The Sage Handbook of Comparative Politics*. Los Angeles: Sage, 2009, pp. 381-393; TUSHNET, Mark. "Authoritarian Constitutionalism: Some Conceptual Issues". In: GINSBURG, Tom; SIMPSER, Alberto (ed.). *Constitutions in Authoritarian Regimes*. Cambridge: Cambridge University Press, 2014, pp. 36-50; e ZAKARIA, Fareed. "The Rise of Illiberal Democracy", op. cit., pp. 22-43.

[638] LEVITSKY, Steven; WAY, Lucas. "The Rise of Competitive Authoritarianism", op. cit., p. 51 (tradução livre).

elementos tão importantes para a realização das promessas das democracias constitucionais – não são imediatamente exterminadas pelos detentores do poder político, mas sim instrumentalizadas em benefício dos seus próprios interesses.[639] Dentre tais interesses, destacam-se a manutenção do controle social, o alheamento de oponentes políticos, o reforço das suas demandas por legitimidade jurídica, o fortalecimento dos laços de subordinação administrativa dentro da própria burocracia, a solução de problemas de coordenação entre as facções concorrentes do regime, a atração de investidores que não aplicariam seu capital em ditaduras *tout court* e a delegação de reformas controversas para instituições judiciais, com o objetivo de contornar impasses ou evitar incorrer em custos políticos.[640] É relevante perceber que, por serem autoritários, tais regimes não se veem obrigados a se manter fiéis à lei, às cortes ou ao constitucionalismo, fazendo-o apenas na medida da sua conveniência.[641]

Nos sistemas híbridos, eleições também são convocadas, mas o governo busca se certificar de que o nível de competividade desses pleitos será muito reduzido.[642] Não existe nenhuma preocupação substantiva com a tutela dos mecanismos de participação política e da equidade na disputa pelo poder. Quer-se apenas assegurar, a todo custo, a vitória eleitoral do grupo hegemônico, sobretudo se essa vitória for acachapante, a ponto de garantir ao referido grupo o poder de alterar a Constituição sem a necessidade de fazer coalizões com os seus opositores.[643] Mais uma vez, tem-se a utilização de instituto inerentemente democrático para fins essencialmente autoritários. Daí por que Steven Levitsky e Lucas Way dão a esse arranjo político o nome de *"autoritarismo competitivo"*:

> O autoritarismo competitivo deve ser diferenciado da democracia, por um lado, e do autoritarismo em larga escala, por outro. Todos os regimes democráticos modernos atendem a quatro critérios mínimos: 1) Executivos e Legislativos são escolhidos por meio de eleições abertas, livres e justas; 2) praticamente todos os adultos têm direito a voto; 3) direitos políticos e liberdades civis, incluindo liberdade de imprensa,

[639] Cf. TUSHNET, Mark. "Authoritarian Constitutionalism: Some Conceptual Issues", op. cit., pp. 44-48.

[640] Cf. GINSBURG, Tom; MOUSTAFA, Tamir. "Introduction: The Functions of Courts in Authoritarian Politics". In: GINSBURG, Tom; MOUSTAFA, Tamir (ed.). *Rule by Law*: The Politics of Courts in Authoritarian Regimes. Cambridge: Cambridge University Press, 2008, pp. 04-11. Ainda que Ginsburg e Moustafa analisem as finalidades do uso de instrumentos constitucionais por regimes autoritários exclusivamente sob o prisma das cortes, Mark Tushnet afirma, com acerto, que "as Constituições como um todo, não apenas os tribunais, servem a algumas dessas funções" (TUSHNET, Mark. "Authoritarian Constitutionalism: Some Conceptual Issues", op. cit., p. 40, tradução livre).

[641] Cf. TUSHNET, Mark. "Authoritarian Constitutionalism: Some Conceptual Issues", op. cit., p. 40.

[642] Cf. SCHEDLER, Andreas. "Electoral Authoritarianism", op. cit., pp. 381-382.

[643] Cf. TUSHNET, Mark. "Authoritarian Constitutionalism: Some Conceptual Issues", op. cit., pp. 41-42.

> liberdade de associação e liberdade de criticar o governo sem represálias, são amplamente protegidos; e 4) as autoridades eleitas possuem autoridade real para governar, na medida em que não estão sujeitas à tutela de líderes militares ou clericais. Embora até mesmo regimes totalmente democráticos possam, às vezes, violar um ou mais desses critérios, tais violações não são amplas ou sistemáticas o suficiente para impedir seriamente que os governos em exercício sejam objeto de contestação democrática. Em outras palavras, elas não alteram fundamentalmente o jogo entre governo e oposição.
>
> Em regimes autoritários competitivos, por outro lado, as violações desses critérios são frequentes e graves o suficiente para criar um jogo desigual entre governo e oposição. **Embora as eleições sejam realizadas regularmente e, em regra, não estejam sujeitas a fraudes maciças, os detentores do poder abusam rotineiramente dos recursos estatais, negam à oposição cobertura adequada da mídia, perseguem os candidatos da oposição e seus apoiadores e, em alguns casos, manipulam os resultados eleitorais. Jornalistas, políticos da oposição e outros críticos do governo podem ser espionados, ameaçados, assediados ou presos. Dissidentes podem ser presos, exilados ou – com menos frequência – até agredidos ou assassinados**. Regimes caracterizados por tais abusos não podem ser chamados de democráticos.[644]

Como é possível notar, existem diversos meios – legítimos ou ilegítimos – pelos quais esse tipo de autoritarismo pode diminuir o grau de competitividade da disputa política. Nessa linha, ressaltam-se, *e.g.*, "a aprovação de leis eleitorais discriminatórias, a repressão de protestos, ou a exclusão de candidatos por decretos administrativos", bem como "a alteração de listas eleitorais, a compra e a intimidação de eleitores, ou a falsificação de cédulas de voto no dia das eleições".[645] Mark Tushnet oferece exemplos concretos do uso de estratégias dessa natureza.[646] Em Singapura, faz anos que o governo do Partido da Ação Popular garante vasta maioria parlamentar e mantém a oposição sob controle mediante o ajuizamento de ações de difamação que ameaçam levar seus dissidentes à falência, tornando-os, assim, suscetíveis à aplicação do Artigo 45.1.b da Constituição singapuriana, segundo o qual não é elegível para cargo legislativo quem é insolvente. Já na Malásia, promessas de campanha que, em outros contextos, seriam comuns – como a concessão de benefícios de desenvolvimento para construção de novos hospitais, pavimentação de rodovias e edificação de mesquitas – transformam-se em genuínas ferramentas de compra de voto em favor do governo de situação, que "monopoliza os recursos estatais e os emprega para recompensar lealdade eleitoral e punir deserção eleitoral".[647]

---

[644] LEVITSKY, Steven; WAY, Lucas. "The Rise of Competitive Authoritarianism", op. cit., p. 53 (tradução livre e grifos acrescentados).

[645] SCHEDLER, Andreas. "Electoral Authoritarianism", op. cit., p. 385 (tradução livre).

[646] Cf. TUSHNET, Mark. "Authoritarian Constitutionalism: Some Conceptual Issues", op. cit., pp. 43-44.

[647] MAGALONI, Beatriz. *Voting for Autocracy*: Hegemonic Party Survival and Its Demise in Mexico, op. cit., p. 19 (tradução livre).

Embora consista em inflexão trágica na história dos regimes democráticos, o autoritarismo competitivo ensina uma importante lição à teoria da democracia militante. É a educação pelo contraexemplo: assim como governos autoritários podem se valer de institutos legais – *e.g.*, o ajuizamento de ações judiciais contra opositores – para diminuir a competição eleitoral e conservar o poder, medidas militantes também estão suscetíveis ao uso deturpado com vistas aos mesmos fins políticos. Dito de outra forma, em vez de serem utilizadas para assegurar o bom funcionamento do processo autocorretivo da democracia, o pleno gozo dos direitos fundamentais e a higidez dos meios de controle dos governantes em exercício, expedientes como o banimento de partidos políticos podem servir de artifício para retirar da corrida eleitoral competidores qualificados e absolutamente insuspeitos de propensões autoritárias. Não à toa, Svetlana Tyulkina aponta que "prevenir cenários nos quais os grupos políticos hegemônicos recorrem a providências militantes para silenciar oponentes políticos ou outros dissidentes indesejados pode ser visto como um dos mais sérios desafios da democracia militante".[648]

Pode-se aventar que, a princípio, o risco de uso abusivo de medidas militantes é maior quando se confere a autoridades administrativas a atribuição para aplicá-las diretamente, como já mencionado. Ainda assim, não é prudente supor que delegar tal decisão ao Poder Judiciário, *per se*, eliminaria esse risco. Afinal, os magistrados de carne e osso, tão sujeitos à influência das suas inclinações privadas,[649] estão muito distantes da figura do "juiz Hércules" à qual se

[648] TYULKINA, Svetlana. *Militant Democracy*: Undemocratic political parties and beyond, op. cit., p. 211 (tradução livre).

[649] Em clássica pesquisa sobre o tema, Jeffrey Segal e Harold Spaeth analisam extensamente acórdãos da Suprema Corte dos Estados Unidos para apontar que nem mesmo os membros daquele tribunal de cúpula proferem decisões apenas com base nos fatos do processo e nas leis aplicáveis ao caso concreto, levando em consideração, dentre outros fatores, as suas percepções ideológicas acerca de determinado assunto, bem como os seus próprios valores de justiça (cf. SEGAL, Jeffrey A.; SPAETH, Harold J. *The Supreme Court and the Attitudinal Model Revisited*. Cambridge: Cambridge University Press, 2002, pp. 86, ss). Exemplos disso podem ser encontrados no contexto brasileiro. Em breve texto autobiográfico publicado no site da faculdade onde leciona, o Min. Luiz Fux afirma que, "[c]omo magistrado, primeiro procuro ver qual é a solução justa. E depois, procuro uma roupagem jurídica para essa solução. Não há mais possibilidade de ser operador de Direito aplicando a lei pura. [...] É preciso dar solução que seja humana. A justiça tem que ser caridosa e a caridade tem que ser justa". (FUX, Luiz. "Depoimento de Luiz Fux à Uerj". In: *Setenta Anos de História e Memória: 1935-2005*. Disponível eletronicamente em: <http://www.direitouerj.org.br/2005/fdir70/depLF.htm>. Acesso em: 28 de janeiro de 2020). Em pronunciamento semelhante, feito no plenário do Supremo Tribunal Federal, o Min. Marco Aurélio asseverou: "[...] como magistrado, ao defrontar-me com uma controvérsia, primeiro idealizo a solução que entendo mais justa para a lide. Somente após, vou à dogmática buscar o indispensável apoio. E ao assim proceder, exerço – porque toda interpretação o consubstancia, um ato de vontade. Vou à dogmática, vou à ordem jurídica em vigor movido por uma inspiração. E essa inspiração atende ao terceiro instituto do trinômio "Lei-Direito-Justiça". É, justamente, a busca da almejada Justiça." (SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. RE n° 236.948, Tribunal Pleno, Rel. Min. Octavio Gallotti, DJ 31/08/2001).

referia Ronald Dworkin.[650] Diferentemente do semideus que inspirou a metáfora utilizada pelo jusfilósofo norte-americano para descrever alguém que só faz o que é certo, justo e legítimo, os juízes da vida real, não raro, decidem com base em suas próprias cosmovisões ideológicas e, nesse processo, ora cometem erros crassos de avaliação, ora proferem decisões intencionalmente favoráveis aos interesses do grupo político com o qual mais se identificam. Em qualquer dos casos, fato é que, no campo sensível da judicialização da vida política, eventuais equívocos imprevistos ou manifestações descaradas de preferência pessoal podem gerar efeitos sociais e institucionais desastrosos.

A título ilustrativo, uma corte ou um juiz à direita do espectro ideológico poderia recorrer à democracia militante para fazer frente à livre expressão política de partidos e candidatos que relativizassem o direito à propriedade. Em contrapartida, um magistrado ou um tribunal simpático às causas da esquerda se sentiria à vontade para utilizar a mesma teoria e, assim, combater as ideias de grupos e agentes políticos com tendências neoliberais. Contudo, não há dúvidas de que nenhuma dessas posturas concretiza, de forma adequada, o princípio da democracia militante, cuja razão de ser é tutelar o núcleo essencial dos regimes democrático-constitucionais, devendo ser mobilizado apenas em casos extremos, situados além das fronteiras do jogo político ordinário. Faz-se, pois, necessário atentar para que a democracia militante não opere como subterfúgio à atuação enviesada de cortes militantes.

Tal preocupação, vale dizer, não é mera elucubração teórica, e a própria experiência brasileira comprova isso. Em 1947, já no governo Dutra, o Tribunal Superior Eleitoral, nos autos do Processo n° 411/412, cancelou o registro do Partido Comunista do Brasil. De acordo com o professor Francisco Sá Filho, relator originário, e com o Ministro Ribeiro da Costa, não havia provas de que o PCB, pelo seu programa ou atividade, atentasse contra os valores democráticos e os direitos fundamentais.[651] Ainda assim, o relator designado, Desembargador

---

[650] Cf. DWORKIN, Ronald. *Taking Rights Seriously*, op. cit., pp. 105, ss.

[651] Nas palavras de Francisco Sá Filho, "[c]onsiderando não ter ficado, tão pouco, provado no processo que o P.C.B., no seu programa ou ação, seja contrário ao regime democrático baseado na pluralidade partidária e nos direitos do homem [...], pelo que há que respeitar seu registro juris tantum, voto no sentido de serem consideradas improcedentes as denúncias e acusações contra o P.C.B., porque as provas coligidas não o tornam passível de sanção legal". (TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. Processo n° 411/412, Rel. Sá Filho, Rel. p/ resolução Des. José Antônio Nogueira, Sessão de 07/05/1947, fl. 742, grifos originais). No mesmo sentido, afirmou Ribeiro da Costa: "Salvo, portanto, os argumentos de ordem conjectural, provas não se apontam, no processo, quanto à ação do Partido, quer se figa contrária ao regimen [sic] democrático, quer aos direitos fundamentais do homem. Em verdade, onde se encontra, no cerne dos autos, essa prova? Na realidade, que fez, até aqui, o Partido, com essa significação? Comícios, greves, propaganda partidária, intensa, espetacular, profusa, assustadora, incômoda e suspeita? Mas, que atos serão esses, em suma, senão todos eles permitidos, como expressão de direitos e garantias

José Antônio Nogueira, acompanhado pelos Desembargadores Rocha Lagôa e Cândido Lobo, optou por tornar ilegal o referido partido, afirmando, para tanto, que "[a] democracia adotada pela nossa Constituição é uma democracia militante e vigilante".[652] Seu voto – eloquente e, em muitas passagens, ufanista – é representativo de que a defesa do regime democrático também pode ser um argumento perigoso se utilizado por juízes mais preocupados em marcar posição contrária a ideologias políticas das quais eles simplesmente discordam.[653] Vejam-se, a propósito, os seguintes trechos do pronunciamento de Nogueira:

> O comunismo, o comunismo marxista desintegra a unidade íntima e divina do ser humano para convertê-lo em humílimo autômato que obedece às menores ordens do chefe onipotente. O adepto do Partido é o que uma fita cinematográfica policial, que ora faz as diligências das crianças, chama de Zumbi, um escravo de capacete sem outra vontade do que o pensamento, o crime, o fanatismo que existem na cabeça astuta do dirigente da Societas Sceleris [*i.e.*, associação criminosa]. [...]
> [...]
> O Partido Comunista não é propriamente um Partido. É uma insurreição em marcha, um passo para diante, um passo para traz [sic], como diz o lema realista de Lenine. Não é um partido. É uma confraria, uma ordem religiosa às avessas... Não é propriamente um partido. Porque é uma conjuração!..
> [...]
> Bem sabemos que os comunistas brasileiros, por serem brasileiros, nunca realisariam [sic] uma ditadura de classe com as características de ferocidade de que nos deram notícia os famosos processos de Moscou contra os miseráveis trotskistas, para lembrar os termos com que o programa de Partido no Brasil homologa a cólera contra o adversário de Stalin... Bem sabemos que a alma ingênua, delicada e suavíssima dos filhos desta terra cristianíssima tudo acaba convertendo em sonho de ouro e azul. [...] Bem sabemos que [...] os nossos comunistas são muitas vezes grandes sonhadores. Mas a ilusão, o bovarismo deve ser controlado para não converter-se em mal irreparável.[654]

O referido julgamento – marcado pela prevalência do que Daniel Aarão Reis chamou de "espírito de cruzada"[655] – também demonstra que todos os agentes públicos são cidadãos do

---

individuais, consagrados pela Carta Política? Atentou, porventura, essa Associação, de algum modo, por atos inequívocos, concretos, contra o princípio da pluralidade de partidos, igualmente inserido naquele magno Estatuto? Como afirmá-lo, sem prova que o demonstre?" (Ibidem, fl. 761)

[652] Ibidem, fls. 791-792 (grifos originais).

[653] Cumpre ressaltar que, no currículo do Desembargador José Antônio Nogueira, disponibilizado no sítio eletrônico do Tribunal Superior Eleitoral, diz-se, acerca da sua produção bibliográfica: "Escreveu numerosos artigos em jornais de São Paulo e Rio. Admirado por escritores nacionais e estrangeiros, como Monteiro Lobato e o jurisconsulto francês Demegue. **Lutou contra a ideologia comunista, tendo publicado trabalhos a respeito**." (grifos acrescentados). Disponível eletronicamente em: <http://akira.tse.jus.br:8991/F/?func=direct&doc_number=000002382&local_base=MINISTROS>. Acesso em: 29 de janeiro de 2020.

[654] TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. Processo n° 411/412, Rel. Sá Filho, Rel. p/ resolução Des. José Antônio Nogueira, Sessão de 07/05/1947, fls. 765, 769 e 772-773 (grifos originais).

[655] REIS, Daniel Aarão. *Luís Carlos Prestes*: um revolucionário entre dois mundos. São Paulo: Companhia das Letras, 2014, pp. 241-242: "Em 7 de maio de 1947 o Tribunal Superior Eleitoral, através da resolução n° 1841, decidiu por três a dois cassar o registro legal do PCB. Entre os ministros que participaram da decisão, um contraste.

seu tempo e, como tal, podem se deixar influenciar pelo espírito da época em que vivem. Lembre-se: o episódio narrado se deu nos fins da arrebatadora década de 1940, momento no qual, de acordo com o historiador Carlos Zacarias Figueirôa de Sena Júnior, "a democracia brasileira [...] parecia pouco disposta a abrigar os 'homens de Prestes'".[656] Não por outro motivo, a cassação do PCB foi comemorada entusiasticamente pelos meios de comunicação, como também recorda Sena Júnior.[657] Logo, se as convicções pessoais já são capazes de embaralhar a visão dos magistrados, contextos históricos de franco embate ideológico podem fazê-los ver coisas onde não há nada, transformando a democracia militante em campo fértil para fantasiosas batalhas particulares.

O ponto central é que, independentemente de quem venha a aplicá-la à situação concreta, a democracia militante pode, sim, ser objeto de interpretações muito elásticas ou de abusos despudorados. Caso tal possibilidade não seja levada em conta, arrisca-se permitir que a teoria sob análise fundamente o uso de medidas tão autoritárias quanto aquelas utilizadas pelos regimes políticos híbridos a que se refere Mark Tushnet. Sem dúvida, ao se conferir base filosófico-material para a democracia militante, esse risco diminui consideravelmente,[658] mas isso não basta. Também se mostra imprescindível voltar as lentes para a questão específica das salvaguardas institucionais. Resgatando-se a metáfora de Karl Popper, é preciso projetar a fortaleza da democracia militante de modo a prevenir que a sua tripulação incorra em erros ou ceda a tentações.

Enquanto os juízes Sá Filho, relator do processo, e Ribeiro da Costa se atinham aos autos numa argumentação exclusivamente jurídica, evidenciando a inconsistência de provas, os demais, José Antônio Nogueira, Cândido Lobo e Rocha Lagoa, que votaram pela cassação, permitiam-se inflamados discursos políticos. O único argumento jurídico dizia respeito ao fato de que a Constituição vedava o funcionamento de partidos que contrariassem o regime democrático, baseado na pluralidade dos partidos e na garantia dos direitos fundamentais do homem. Para eles, o movimento comunista internacional e o PCB em particular eram incompatíveis com o enunciado constitucional. Mas não havia nos autos provas que demonstrassem que os comunistas brasileiros tivessem ofendido de fato os aludidos princípios constitucionais. Exaltado, Nogueira chegara a clamar que a cassação do PCB era uma questão de salvação nacional, de vida ou morte, para a qual estavam convocados 'os valores espirituais e morais', para que o país não mergulhasse 'nas ondas da incultura e do primarismo de origem e inspiração estrangeira'. Um espírito de cruzada que, afinal, prevaleceu."

[656] SENA JÚNIOR, Carlos Zacarias Figueirôa de. *Os impasses da estratégia*: os comunistas e os dilemas da União Nacional na revolução (im)possível – 1936-1948. Tese de doutorado apresentada ao Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Pernambuco, 2017, p. 412.

[657] Cf. Ibidem, pp. 413-414.

[658] Cf. RIJPKEMA, Bastiaan. *Militant Democracy*: The Limits of Democratic Tolerance, op. cit., p. 155.

3.3.2. Depuração, (auto)contenção e supervisão internacional

Reconhecer os limites e as imperfeições de determinada instituição pública significa desencantá-la para compreender melhor o seu funcionamento, e não desmerecer o seu papel dentro da estrutura do Estado. Nesse sentido, por mais que os juízes não sejam totalmente isentos de afeições políticas – afinal, quem o é? –, não parece sensato apartar os mecanismos de autodefesa democrática do controle exercido pelo Poder Judiciário mediante provocação prévia. Longe disso, deve-se garantir que a aplicação de medidas de caráter militante ocorra, via de regra, no âmbito de um processo em curso,[659] ou, ao menos, que possa ser submetida à revisão posterior por órgão dotado de competência judicante.[660] Não se pode admitir que os mecanismos de proteção da democracia sejam operados de maneira antidemocrática, por atos unilaterais insindicáveis, sob pena de se deslegitimar o instituto como um todo. A incidência concreta da teoria da democracia militante implica restrições muito graves a direitos políticos básicos e, por isso, não se pode deixar de sujeitá-la à observância de importantes formalidades processuais, oriundas, segundo Mauro Cappelletti, do desenvolvimento milenar de princípios que hoje representam garantias fundamentais dos indivíduos em face do Poder Público e de terceiros.[661] Nas palavras de Svetlana Tyulkina:

> Quando se trata da dificuldade de definir o momento certo para invocar medidas militantes, o Judiciário está envolvido em todas as instâncias para avaliar os argumentos do governo e levar em consideração as atuais condições e o grau da ameaça. O controle judicial é imperativo, dado que medidas militantes podem chegar a uma distância perigosa do cerceamento de direitos. O Estado de Direito, como um dos princípios fundamentais da democracia, pressupõe interferência judicial sempre que direitos estiverem em jogo. Em muitos casos, mas não em todos, os tribunais se mostraram cautelosos e insistiram no cumprimento de regras e requisitos processuais antes de aprovar qualquer moção governamental no sentido de impor limites aos direitos de participação política em prol da autopreservação da democracia. O controle judicial desempenha um papel na prevenção contra o uso indevido de medidas

[659] Cf. COMISSÃO DE VENEZA, *Guidelines on Prohibition and Dissolution of Political Parties and Analogous Measures*, op. cit., p. 05; e ISSACHAROFF, Samuel. *Fragile Democracies*: Contested Powers in the Era of Constitutional Courts, op. cit., pp. 103-106; e RIJPKEMA, Bastiaan. *Militant Democracy*: The Limits of Democratic Tolerance, op. cit., pp. 155-156.

[660] Ressalte-se, a propósito, que, na França, a decisão de dissolver associações antidemocráticas, apesar de competir ao Conselho de Ministros, pode ser revista pelo Conselho de Estado, que deverá se pronunciar com urgência, nos termos do Artigo 1.5 da Lei de 10 de janeiro de 1936. De maneira semelhante, no Reino Unido, as decisões tomadas pelo Secretário de Estado para Assuntos Internos com base na Lei do Terrorismo de 2000 se sujeitam ao controle da Corte de Apelação, na forma da Parte II, item 6, do referido diploma legal.

[661] Cf. CAPPELLETTI, Mauro. "Fundamental Guarantees of the Parties in Civil Litigation: Comparative Constitutional, International, and Social Trends". *Stanford Law Review*, vol. 25, n° 05, 1973, p. 625.

> militantes, e o Judiciário é responsável por prescrever padrões legais de limitação dos direitos fundamentais para fins de proteção da democracia. [662]

É ao longo do processo que serão produzidas as provas necessárias de que determinado grupo, associação ou agente atenta contra a democracia e os direitos fundamentais, preferencialmente com base em atos concretos e declarações contumazes. Com efeito, para se impedir que a discussão acerca da aplicação prática de medidas militantes descambe para o terreno pantanoso das ilações políticas abstratas – como se deu no julgamento da cassação do registro do PCB em 1947 –, deve restar constatada, mediante instrução processual, a existência de efetivo comportamento antidemocrático.[663] E também é ao longo do processo que os réus poderão dialogar com o Estado-juiz, contestando as acusações que lhes foram imputadas, impugnando as provas juntadas contra si, bem como interpondo os recursos pertinentes, com vistas à revisão do pronunciamento judicial.[664] A via processual consiste no espaço, por excelência, do exercício da ampla defesa e do contraditório, garantias constitucionais que devem ser rigorosamente observadas por aqueles a quem cabe empregar providências militantes, proporcionando aos réus a oportunidade de influenciar o juiz e de participar da decisão acerca do seu próprio destino político, de modo a torná-la mais bem informada e fundamentada.[665]

---

[662] TYULKINA, Svetlana. *Militant Democracy*: Undemocratic political parties and beyond, op. cit., p. 216 (tradução livre).

[663] Sobre a atenção ao comportamento efetivo de grupo, associação ou agente político para fins de aplicação de medidas militantes, cf. BOURNE, Angela K. "The proscription of parties and the problem with militant democracy". *The Journal of Comparative Law*, vol. 07, n° 01, 2012, p. 209; e CAPOCCIA, Giovanni. *Defending Democracy*: Reactions to Extremism in Interwar Europe. Baltimore: The Johns Hopkins University Press, 2005, p. 57.

[664] "No processo as partes têm o direito de participar intensamente, pedindo, requerendo, respondendo, impugnando, provando, recorrendo; a garantia constitucional do contraditório [...] inclui também o direito das partes ao diálogo com o juiz, sendo este obrigado a participar mais ou menos intensamente do processo, decidindo sobre pedidos e requerimentos das partes, tomando iniciativa da prova em certa medida, fundamentando suas decisões [...]." (CINTRA, Antonio Carlos de Araújo; GRINOVER, Ada Pellegrini; e DINAMARCO, Cândido Rangel. *Teoria Geral do Processo*. São Paulo: Malheiros, 2011, p. 32)

[665] A participação efetiva do acusado no processo é tão relevante que, segundo Fredie Didier Jr., "atualmente, ao menos em países democráticos, é muito rara, talvez inexistente, a possibilidade de atuação estatal (ou privada, no exercício de um poder normativo) que não seja 'processual'; ou seja, que não se realize por meio de um procedimento em contraditório. Já se fala, inclusive, de um direito fundamental à processualização dos procedimentos (todo procedimento deve ser estruturado em contraditório): 'que sustenta a processualização de âmbitos ou atividades estatais ou privadas que, até então, não eram entendidas como susceptíveis de se desenvolverem processualmente, desprendendo-se tanto da atividade jurisdicional, como da existência de litígio, acusação ou mesmo risco de privação da liberdade ou dos bens". (DIDIER JR., Fredie. *Sobre a Teoria Geral do Processo, essa desconhecida*. Salvador: JusPodivm, 2016, p. 82)

A dimensão dialógica do processo revela que, tal como as decisões tomadas nos fóruns democráticos podem ser corrigidas, de tempos em tempos, por meio de novas experiências políticas, as ordens judiciais também se submetem a mecanismos de *depuração* de injustiças durante e após o curso do pleito.[666] Nessa toada, o processo oferece instrumentos de controle à vontade estatal no que diz respeito à aplicação de medidas de autodefesa democrática, uma vez que possibilita a filtragem de eventuais imprecisões ou excessos, seja por meio da participação dos acusados e do cumprimento das diretrizes constitucionais impostas pelas garantias processuais a que eles têm direito, seja pela reanálise do caso por outra instituição com competência judicante para tal. No Brasil, *e.g.*, é dado aos partidos políticos participarem efetivamente dos processos de cancelamento dos seus registros, na forma do art. 5º, inciso LV, CF/88, e do art. 28, § 1º da Lei n° 9.096/1995,[667] e, caso a Justiça Eleitoral cometa quaisquer equívocos em sua avaliação, podem eles recorrer ao Supremo Tribunal Federal, a quem caberá, no exercício da sua função institucional de "guarda da Constituição" (art. 102, *caput*, CF/88), depurar essas falhas.

Recorde-se, a esse respeito, o que decidiu o Tribunal Constitucional germânico no ano de 2003, em caso envolvendo o Partido Nacional Democrático da Alemanha (*Nationaldemokratische Partei Deutschlands – NPD*).[668] O NPD foi fundado em 1964 como alternativa política para a extrema direita do país, e sua ligação com ex-membros e com ideias do antigo Partido Nazista sempre foi vista com preocupação por parte de setores da comunidade política.[669] Motivados por uma onda de ataques raciais contra estrangeiros, atribuídos a grupos neonazistas, o governo, o *Bundestag* e o *Bundesrat*, em jogada sem precedentes – que ficou conhecida como "Insurreição dos Decentes" (*"Aufstand der Anständigen"*, no original) –, requereram ao Tribunal Constitucional Federal, em conjunto, a declaração de inconstitucionalidade do NPD e a sua consequente dissolução.[670] Muito embora, dentro do

[666] Cf. CARDOZO, Benjamin N. *The Nature of the Judicial Process*. New Haven: Yale University Press, 1921, pp. 21, ss.

[667] Segundo o art. 5º, inciso LV, CF/88, "aos litigantes, em processo judicial ou administrativo, e aos acusados em geral são assegurados o contraditório e ampla defesa, com os meios e recursos a ela inerentes". Em sentido semelhante, prevê o art. 28, § 1º da Lei n° 9.096/1995: "A decisão judicial a que se refere este artigo deve ser precedida de processo regular, que assegure ampla defesa."

[668] Cf. TRIBUNAL CONSTITUCIONAL FEDERAL. 2 BvB 1/01 (2003).

[669] Sobre a composição e o ideário do NPD, cf. SCHREIBER, Manfried. CHEN, Yung Ping. "Ideology of the National Democratic Party in Germany". *Journal of Thought*, vol. 06, n° 02, 1971, pp. 88-104.

[670] Cf. RENSMANN, Thilo. "Procedural Fairness in a Militant Democracy: The 'Uprising of the Decent' Fails Before the Federal Constitutional Court". *German Law Journal*, vol. 04, n° 11, 2003, p. 1120.

referido partido, a negação do Holocausto judeu e a nostalgia nazista fossem traços comuns,[671] a Corte extinguiu o processo, com base na existência de vícios formais, notadamente a presença maciça e indissociável de agentes públicos infiltrados entre os integrantes do NPD, inclusive em cargos de cúpula.[672] O tribunal não se pronunciou sobre a questão de mérito, abrindo margem para novos pedidos de declaração de inconstitucionalidade do partido, mas depurou, no âmbito do processo, os excessos cometidos pelo Estado, que teria, em muitas ocasiões, provocado o NPD a agir, na tentativa de comprovar a sua atuação ilegal.

Também é fundamental que todas as autoridades envolvidas no processo de aplicação de medidas militantes exerçam as suas atribuições com *autocontenção*. Alexander Kirshner fala em responsabilidade democrática como princípio complementar à necessidade de intervenção limitada: "os Estados podem fazer muito pouco para proteger a democracia, mas também podem ir longe demais em seu nome",[673] razão pela qual os esforços para defendê-la "devem refletir os riscos e os custos associados à decisão de restringir a esfera de participação política".[674] Escolher mobilizar a teoria da democracia militante é uma escolha dramática e, em assim sendo, não deve ser feita levianamente ou com frequência exagerada. Pelo contrário, é importante que os partícipes dessa escolha – do agente público que dá o pontapé inicial no processo até o órgão judicial ao qual caberá oferecer a resposta para a questão – compreendam e reconheçam a gravidade dos efeitos que a sua atuação pode gerar sobre os direitos constitucionais de terceiros, bem como a extensão e a profundidade das suas próprias limitações institucionais.[675]

Ao adotar postura autocontida, os órgãos com atribuição e competência para interferir no processo de aplicação de medidas militantes não apenas se mostram preocupados com a tutela dos direitos, das garantias e dos princípios fundamentais em jogo, como também evitam

---

[671] Cf. EATWELL, Roger. "The extreme right in Britain: the long road to 'modernization'". In: EATWELL, Roger; MUDDE, Cas (ed.). *Western Democracies and the New Extreme Right Challenge*, op. cit., p. 72.

[672] Cf. MAREŠ, Miroslav. "How Does Militant Democracy Function in Combating Right-Wing Extremism? A Case Study of Slovakian Militant Democracy and the Rise of *Kotleba – People's Party Our Slovakia*". In: ELLIAN, Afshin; RIJPKEMA, Bastiaan (ed.). *Militant Democracy*: Political Science, Law and Philosophy, op. cit., p. 65; e THIEL, Markus. "Germany". In: THIEL, Markus (ed.). *The 'Militant Democracy' Principle in Modern Democracies*, op. cit., pp. 122-123.

[673] KIRSHNER, Alexander S. *A Theory of Militant Democracy*: The Ethics of Combatting Political Extremism, op. cit., p. 07 (tradução livre).

[674] Ibidem, p. 28 (tradução livre).

[675] Cf. Ibidem, pp. 55-59.

críticas políticas à sua autoridade constitucional. Este segundo ponto é especialmente relevante para se assegurar legitimidade à atuação do Poder Judiciário, tendo em vista que, conforme bem ressalta Bastiaan Rijpkema, nos casos envolvendo a teoria da democracia militante, "se o juiz resolve vagar por terreno político, ele se torna parte de uma batalha da qual só pode emergir com menos autoridade".[676] Sob tal perspectiva, a autocontenção como diretriz para a atuação jurisdicional também visa refrear qualquer tipo de ímpeto ideológico por parte dos árbitros desses processos, de quem se espera, naturalmente, o maior grau possível de imparcialidade no exame da causa.

Ademais, a autocontenção pode fornecer algumas *orientações informais* no momento de se requerer ou de se decidir acerca da utilização, ou não, de providências militantes. Uma delas consiste, *e.g.*, na exigência de presunção em favor dos direitos fundamentais dos grupos, partidos ou agentes pretensamente autoritários. Pode-se dizer que o principal objetivo da democracia militante não é alienar forças antidemocráticas a todo custo, mas sim "impedir violações a direitos e permitir que todos os indivíduos possam promover seus interesses básicos",[677] dentro da moldura institucional da democracia. Nesse sentido, o critério em análise demanda provas claras e inequívocas de que tais direitos e interesses podem estar sob ameaça e de que o uso de expedientes militantes é realmente necessário para solucionar o problema, sendo que, se tais provas abrirem margem para dúvidas razoáveis ou não existirem, os vigias da democracia devem se conter em prol do suposto agente autoritário, sob pena de se impor restrições injustificadas aos seus direitos básicos e, assim, exceder-se na proteção do regime democrático.[678]

A título ilustrativo, outra orientação possível, a ser extraída da ideia de autocontenção, diz respeito ao tipo de expediente a ser usado em nome da democracia. Como visto, existe um amplo rol de medidas de autodefesa democrática, que vai desde o banimento de organizações partidárias até a proibição do uso de determinados símbolos e vestuários. Nem mesmo Karl Loewenstein, ainda nos primórdios do desenvolvimento da democracia militante, identificava a teoria unicamente com o cancelamento do registro de partidos políticos e de candidaturas

[676] RIJPKEMA, Bastiaan. *Militant Democracy*: The Limits of Democratic Tolerance, op. cit., p. 155 (tradução livre para o português).

[677] KIRSHNER, Alexander S. *A Theory of Militant Democracy*: The Ethics of Combatting Political Extremism, op. cit., p. 57 (tradução livre).

[678] Cf. ISSACHAROFF, Samuel. *Fragile Democracies*: Contested Powers in the Era of Constitutional Courts, op. cit., p. 101.

individuais.[679] Nesse contexto, providências altamente restritivas a direitos constitucionais – como o banimento, que, segundo Angela Bourne, é "a mais dura da miríade de penalidades, estratégias e manobras que podem ser empregadas para marginalizar projetos políticos indesejados"[680] – devem ser requeridas e aplicadas apenas em última hipótese, como se depreende da recomendação da Comissão Veneza sobre o assunto.[681] Em outras palavras, também deve haver autocontenção institucional ao se analisar a medida militante cabível a cada caso concreto.

Uma terceira orientação informal, igualmente inspirada na premissa da autocontenção, volta-se ao alcance que se deve dar à teoria da democracia militante, dentro do velho debate acerca dos limites da tolerância. Como já declarou Michael Walzer, a democracia exige uma separação entre política e Estado.[682] Há uma diferença considerável entre abraçar determinada ideologia política, por mais desprezível que ela seja, e efetivamente exercer o poder estatal, pondo em prática essa ideologia. Dessa forma, o filósofo comunitarista defende que seja relegada, aos grupos e movimentos antidemocráticos, uma existência meramente sectária: eles podem pregar suas ideias, escrever sobre elas e até organizar encontros para os seus membros, mas desde que estejam confinados à esfera da sociedade civil.[683] John Rawls adotava um entendimento semelhante. Na versão revisada do seu *Uma Teoria da Justiça*, o pensador liberal escreveu que se pode restringir as liberdades dos intolerantes somente quando houver clara ameaça à segurança e à higidez das instituições sociais.[684] Antes que se atingisse esse ponto sem retorno, não seria possível lançar mão de medidas de repressão.

Alguns podem dizer que as propostas de Walzer e Rawls implicam excessiva demora em se confrontar a intolerância, mas eles levantam um argumento importante, umbilicalmente vinculado à aplicação da democracia militante pelos poderes públicos. É que, na prática, a teoria

---

679 Cf. LOEWENSTEIN, Karl. "Militant Democracy and Fundamental Rights, I", op. cit., p. 644-656.

680 BOURNE, Angela K. *Democratic Dilemmas*: why democracies ban political parties, op. cit., p. 01 (tradução livre).

681 Cf. COMISSÃO DE VENEZA, *Guidelines on Prohibition and Dissolution of Political Parties and Analogous Measures*, op. cit., p. 08. Ver também RIJPKEMA, Bastiaan. *Militant Democracy*: The Limits of Democratic Tolerance, op. cit., p. 155; e TYULKINA, Svetlana. *Militant Democracy*: Undemocratic political parties and beyond, op. cit., p. 103.

682 Cf. WALZER, Michael. *On Toleration*, op. cit., p. 81.

683 Cf. Ibidem, p. 82.

684 Cf. RAWLS, John. *A Theory of Justice* (revised edition), op. cit., pp. 192.

em questão não pode ser tida como mecanismo passível de utilização contra todos os tipos de sectarismo. O seu objetivo é claro e certo: a imposição de restrições à participação na esfera eleitoral daqueles que buscam subverter, pelo lado de dentro, o núcleo constitucional das democracias, ameaçando-as de forma drástica. Desse modo, quando o agente antidemocrático não quiser ou não for capaz de acessar os meios de exercício do poder para influir no âmbito político formal, os vigias da democracia devem, em regra, exercer sua autocontenção, abstendo-se, assim, de atuar.[685] Tal diretriz em muito se assemelha ao que Stefan Rummens e Koen Abts batizaram de *"contenção concêntrica do extremismo político"*, abordagem que, como explicam os referidos autores,

> [...] leva em consideração a distância entre determinado ator político extremista e os centros formais de tomada de decisão como parâmetro importante, que deve influenciar nossas atitudes e nossas ações. Mais especificamente, a política que propomos baseia-se em uma diretriz central de tolerância decrescente, segundo a qual, embora algum grau de tolerância com o extremismo na periferia do sistema democrático seja apropriado e até útil, nossa atitude em relação ao extremismo deve se tornar cada vez mais restritiva à medida que os atores políticos se aproximarem dos centros de tomada de decisão real.[686]

Em algum nível, orientações desse gênero estão presentes em certas normas e decisões judiciais sobre democracia militante. Ressalte-se que, em Israel, a Lei Básica do Knesset afasta da cena eleitoral quem, explícita ou implicitamente, negue a existência do Estado israelense como país judeu e democrático, incite o racismo ou apoie a luta armada (Seção 7A.a), mas, mesmo quando proibidos de participar de eleições nesses termos, os partidos mantêm o seu *status* jurídico e podem continuar funcionando à margem dos espaços de governança.[687] Já na Índia, decisões de cunho militante são tomadas a partir da Lei de Representação do Povo de 1951, que estabelece restrições apenas para candidatos a cargos públicos, durante o período eleitoral, não tratando de hipóteses alheias da seara formal da vida política.[688] Por fim, na Alemanha, a Corte Constitucional proferiu recente acórdão no qual fixou o entendimento de que, para ser declarado inconstitucional, o partido não somente deve apresentar tendências

---

[685] Cf. KIRSHNER, Alexander S. *A Theory of Militant Democracy*: The Ethics of Combatting Political Extremism, p. 27; e RIJPKEMA, Bastiaan. *Militant Democracy*: The Limits of Democratic Tolerance, op. cit., p. 169.

[686] RUMMENS, Stefan; ABTS, Koen. "Defending Democracy: The Concentric Containment of Political Extremism". *Political Studies*, vol. 58, n° 04, 2010, p. 635 (tradução livre).

[687] Cf. ISSACHAROFF, Samuel. *Fragile Democracies*: Contested Powers in the Era of Constitutional Courts, op. cit., pp. 96-97.

[688] Cf. TYULKINA, Svetlana. *Militant Democracy*: Undemocratic political parties and beyond, op. cit., pp. 110-115.

autoritárias, como também precisa manifestar real potencialidade (*Potentialität*) para ameaçar o funcionamento da ordem livre e democrática do país, devendo o Poder Público se autoconter caso tal potencialidade não exista.[689] O tribunal se valeu dessa orientação para, mais uma vez, não banir o Partido Nacional Democrático da Alemanha.[690]

Apesar de muito útil para a aplicação responsável de medidas militantes, tal diretriz não deve ser vista como norma rígida e imutável, podendo ser relativizada diante das circunstâncias concretas. Isso porque movimentos antidemocráticos não surgem de repente, sendo, em vez disso, frutos diretos de ideias e discursos intolerantes que, depois de gestados no seio da sociedade civil, acabam por ganhar corpo e eco nas instâncias convencionais de representação. Dessa forma, como bem aponta Yossi Nehushtan, tais movimentos podem acumular tamanho apoio que, uma vez no exercício efetivo do comando estatal, será mais difícil combatê-los.[691] Ademais, assim como a atuação de minorias parlamentares autoritárias pode ser suficiente para colocar em risco a manutenção das instituições democráticas,[692] "uma manifestação socialmente organizada de intolerância pode ser tão ou mais poderosa e ofensiva aos indivíduos e à sociedade quanto uma manifestação 'formalmente' política de intolerância",[693] sobretudo para as minorias mais vulneráveis. Afinal, é sobre os ombros dos marginalizados que costuma recair o fardo de tolerar os intolerantes, mesmo antes que estes consigam infiltrar a esfera da política formal.[694] Logo, a depender das peculiaridades do caso, pode ser necessário que os poderes públicos apliquem medidas tipicamente militantes contra grupos, movimentos e agentes autoritários que ainda não sejam capazes de obter sucesso eleitoral.

---

[689] Cf. TRIBUNAL CONSTITUCIONAL FEDERAL. 2 BvB 1/13 (2017). De acordo com o julgado, o requisito da potencialidade deve ser verificado com base, entre outros, nos seguintes critérios: número de afiliados, caixa, impacto social (em termos de resultados eleitorais, aliados, rede de apoiadores etc), participação em órgãos públicos e casas legislativas, meios e estratégias de atuação.

[690] Sobre a decisão, cf. MOLIER, Gelijn; RIJPKEMA, Bastiaan. "Germany's New Militant Democracy Regime: *National Democratic Party II* and the German Federal Constitutional Court's 'Potentiality' Criterion for Party Bans". *European Constitutional Law Review*, vol. 14, n° 02, 2018, pp. 394–409.

[691] Cf. NEHUSHTAN, Yossi. "The Limits of Tolerance: A Substantive-Liberal Perspective", op. cit., p. 243.

[692] Cf. DAHL, Robert A. *Sobre a democracia*, op. cit., 2001, p. 174; e ISSACHAROFF, Samuel. *Fragile Democracies*: Contested Powers in the Era of Constitutional Courts, op. cit., pp. 37-38.

[693] NEHUSHTAN, Yossi. "The Limits of Tolerance: A Substantive-Liberal Perspective", op. cit., p. 244 (tradução livre).

[694] Cf. Ibidem, pp. 247-248. Ver também GUIORA, Amos N. *Tolerating Intolerance*: The Price of Protecting Extremism. New York: Oxford University Press, 2014, pp. 22, ss; FRANKENBERG, Günter. "The Learning Sovereign", op. cit., pp. 38-39; MARCUSE, Herbert. "Repressive Tolerance", op. cit., p. 110; e MATSUDA, Mari J. "Public Response to Racist Speech: Considering the Victim's Story". *Michigan Law Review*, vol. 87, n° 08, 1989, p. 2376.

A ideia de autocontenção ainda pode inspirar a adoção de *mecanismos formais* de controle interno, como, por exemplo, a exigência de quórum diferenciado para a tomada de decisões favoráveis à aplicação de expedientes militantes. George Van den Bergh já tocava nesse ponto ao recomendar que, "[a] fim de obter a maior garantia possível de absoluta discrição e aumentar ainda mais sua autoridade, a lei precisará, em minha opinião, prever que uma proibição só pode ser pronunciada por unanimidade [da Suprema Corte]".[695] Na Alemanha, a Lei do Tribunal Constitucional estabelece, de maneira expressa, que, para se declarar a inconstitucionalidade de determinado partido político, é necessária maioria de dois terços da turma julgadora (§ 15.4). Requisitos dessa natureza tornam o uso de medidas de autodefesa democrática consideravelmente menos frequente, o que, se por um lado, pode limitar em demasia a normatividade do princípio da democracia militante,[696] por outro lado, reduz as chances de equívocos ou excessos.

Para além da autocontenção, também é possível pensar em formas de *contenção externa mútua* entre os vigias da democracia, mediante desenhos institucionais que privilegiem o controle via pontos de veto (*veto players*). Segundo George Tsebelis, "todas as instituições políticas (tipos de regime, parlamentos, sistemas partidários, partidos etc.) se traduzem em uma série de pontos de veto – atores [individuais ou coletivos] cujo acordo é necessário para uma mudança do *status quo*",[697] sendo certo que a quantidade e o posicionamento desses *veto players* afetam diretamente a estabilidade do sistema e a oportunidade para se promover alterações. Ainda de acordo com o referido cientista político, os pontos de veto variam em natureza, havendo aqueles de caráter institucional, que extraem a sua autoridade da Constituição (como, *e.g.*, casas legislativas, presidentes, Supremas Cortes, Ministério Público), e os de caráter partidário, que nascem da dinâmica própria do jogo político (como, *e.g.*, maiorias e coalizões parlamentares).[698]

No contexto da democracia militante, a preocupação com eventuais abusos pode sugerir a instauração de um modelo que contemple maiores quantidade e qualidade de *veto players*. É

---

[695] VAN DEN BERGH, George. *De democratische staat en de niet-democratische partijen*, op. cit., p. 29 (tradução de Daniel Dago).

[696] Cf. RENSMANN, Thilo. "Procedural Fairness in a Militant Democracy: The 'Uprising of the Decent' Fails Before the Federal Constitutional Court", op. cit., p. 1134.

[697] TSEBELIS, George. *Veto Players*: How Political Institutions Work. Princeton: Princeton University Press, p. 17 (tradução livre).

[698] Cf. Ibidem, p. 19.

possível, por exemplo, estabelecer que o processo de cancelamento de registros partidários se inicie por meio de resolução aprovada por dois terços das duas casas legislativas. Também é possível, nesse mesmo exemplo, conferir a competência para proferir a respectiva decisão a mais de uma autoridade judicial, em instâncias recursais diferentes, em vez de concentrá-la nas mãos do tribunal constitucional. Em qualquer dessas hipóteses, o que se busca é evitar o uso repetido e precipitado de ferramentas militantes por meio da participação de vários atores públicos no processo de aplicação dessas medidas, já que, nas palavras de Tsebelis, "uma mudança no *status quo* requer decisão unânime por parte de todos os *veto players*".[699] Nessa toada, afirma Angela Bourne:

> Atualmente, na Europa, existem apenas dois casos em que cabe a um único *veto player* a decisão de proibir partidos; quais sejam, na França, onde as decisões de proibição são tomadas pelo Conselho de Ministros, em conformidade com o Artigo L212-1 do Código de Segurança Interna, e se o presidente e os partidos do governo pertencem à mesma organização partidária, e no Reino Unido, sob a atual legislação sobre terrorismo, se o governo (e, portanto, o Secretário de Estado para Assuntos Internos) e a maioria parlamentar são do mesmo partido. Em todos os outros casos, a proibição de partidos políticos envolve vários pontos de veto. De acordo com a teoria dos *veto players*, isso aumenta a probabilidade de que os casos de banimento, uma vez iniciados, venham a falhar, uma vez que [...] a mudança política é mais difícil em jurisdições com vários agentes de veto do que naquelas com apenas um. Isso também significa que os responsáveis pela definição da agenda política exercem controle considerável sobre se as proibições de partidos serão ou não cumpridas, desde que seja possível um acordo com outros *veto players*.[700]

Realmente, o número de pontos de veto existentes em dado sistema político influencia o processo de aplicação de medidas militantes. Comparem-se, a propósito, os casos britânico e espanhol, analisados por Angela Bourne em extensa pesquisa sobre o tema.[701]

No Reino Unido, mais especificamente na Irlanda do Norte, dois partidos políticos foram banidos em razão do seu vínculo com o grupo paramilitar Exército Republicano Irlandês (*Irish Republican Army – IRA*), que buscava, muitas vezes por meios violentos, "o estabelecimento da República, o fim do jugo inglês sobre a Irlanda do Norte e a reunificação

[699] Ibidem, p. 19 (tradução livre).

[700] BOURNE, Angela K. "Militant Democracy and the Banning of Political Parties in Democratic States: Why Some Do and Why Some Don't", op. cit., p. 40 (tradução livre).

[701] Cf. BOURNE, Angela K. *Democratic Dilemmas*: why democracies ban political parties, op. cit., pp. 54-113.

da Irlanda".[702] Trata-se do *Sinn Féin* ("Nós Mesmos", em tradução livre) e dos *Republican Clubs*, proibidos pelo governo irlandês em 1956 e 1967, respectivamente. À época, vigia a Lei de Poderes Especiais de 1922, que conferia ao Ministro de Assuntos Internos poderes, inclusive regulatórios, para preservar a paz e manter a ordem (Seção 1, itens 1, 2 e 3). Dessa maneira, diz Bourne que "a competência para iniciar os processos decisórios acerca da proscrição e da legalização de organizações, que, em 1949, foi disciplinada por meio de emenda ao Regulamento 24A sobre associações ilícitas, pertencia ao Ministro de Assuntos Internos da Irlanda do Norte",[703] que resolveu exercê-la contra os partidos supramencionados.

Também de acordo com a referida Lei de Poderes Especiais, todos os atos praticados pelo Ministro de Assuntos Internos com vistas à conservação da paz e da ordem deviam ser apresentados perante as duas casas do Parlamento irlandês, que poderiam requerer ao *Lord Lieutenant*, representante local da Coroa britânica, a anulação da ordem (Seção 1, item 4). Acontece que, entre 1921 e 1972, o Partido Unionista do Ulster (*Ulster Unionist Party – UUP*), além de encabeçar o Poder Executivo na Irlanda do Norte, dominava o Legislativo por maioria absoluta, o que, na prática, neutralizava o controle parlamentar sobre as decisões ministeriais, haja vista a convergência de interesses entre governo e congressistas no que diz respeito à necessidade de se banir o *Sinn Féin* e os *Republican Clubs*.[704] Dessa forma, percebe-se que, no tocante à aplicação de medidas militantes, o sistema irlandês de pontos de veto era unitário:[705] não só a decisão de iniciar o processo de autodefesa democrática pertencia a um único ponto de veto institucional, como o mecanismo de controle era manejado por um único ponto de veto partidário, cuja agenda estava alinhada à do primeiro *veto player*.[706] O grau de contenção mútua era, pois, bastante reduzido.

---

[702] COWELL-MEYERS, Kimberly; ARTHUR, Paul. "Irish Republican Army". *Encyclopædia Britannica*. Disponível eletronicamente em: <https://www.britannica.com/topic/Irish-Republican-Army>. Acesso em: 30 de janeiro de 2020.

[703] BOURNE, Angela K. *Democratic Dilemmas*: why democracies ban political parties, op. cit., p. 88 (tradução livre).

[704] Cf. Ibidem, pp. 89-90.

[705] Cf. BOURNE, Angela K. "Militant Democracy and the Banning of Political Parties in Democratic States: Why Some Do and Why Some Don't", op. cit., p. 41.

[706] Segundo George Tsebelis, "é possível que a Câmara [dos Representantes] seja controlada por um único partido coeso e que somente as leis por ele corroboradas consigam aprovação. Nesse caso, **enquanto a Câmara é o ponto de veto institucional, o partido majoritário é o ponto de veto real (partidário)**". (TSEBELIS, George. *Veto Players*: How Political Institutions Work, op. cit., p. 19, tradução livre e grifos acrescentados)

Em contrapartida, tem-se o exemplo da Espanha. Naquele país, talvez um dos principais debates públicos acerca da incidência de restrições à participação política tenha girado em torno da constitucionalidade do *Herri Batasuna – HB* ("Unidade Popular", em tradução livre). O HB era uma coalizão de partidos formada em 1978, e vista por muitos como o braço político do grupo paramilitar separatista Pátria Basca e Liberdade (*Euskadi Ta Askatasuna – ETA*).[707] O governo espanhol tentou bani-lo ao lhe negar registro no início da década de 1980, sob o argumento de que os seus estatutos não exigiam que os postulantes à filiação fossem nacionais do país, nem manifestavam expresso respeito pela Constituição, mas o Poder Judiciário cassou o respectivo ato administrativo, fazendo com que o HB pudesse ser legalmente registrado em 1986.[708] O sistema de pontos de veto da Espanha permitiu, portanto, que o Judiciário exercesse efetivo controle externo à ação do Poder Executivo, que passou anos sem empreender novos esforços com o objetivo de retirar o *Herri Batasuna* do jogo político.[709]

Para o bem ou para o mal, o HB só foi banido em 2003, quando, após aprovada nova legislação sobre o tema,[710] todos os *veto players*, inclusive as cortes espanholas, entraram em acordo quanto à ameaça que a coalizão partidária representava para a segurança nacional e para a democracia no país.[711] Não se quer dizer, com isso, que a prévia tentativa de proscrição do *Herri Batasuna* tenha sido necessariamente equivocada ou abusiva, muito pelo contrário: é possível especular se o Poder Público espanhol não demorou muito para agir, tendo em vista a relação comprovada do HB com organização terrorista que, entre 1968 e 2010, matou mais de 800 pessoas em nome da causa basca.[712] A rigor, quer-se apenas demonstrar que a pluralidade de pontos de veto favorece o controle externo mútuo entre instituições estatais e, por conseguinte, a contenção de eventuais excessos, o que pode ser de grande valia para solucionar

[707] Cf. BOURNE, Angela K. *Democratic Dilemmas*: why democracies ban political parties, op. cit., pp. 54-55.

[708] Cf. BOURNE, Angela K. "Why ban Batasuna? Terrorism, political parties and democracy". *Comparative European Politics*, vol. 13, nº 03, 2015, pp. 333-334; e FORURIA, Eduardo Vírgala. "The banning of political parties in Spain (the Batasuna case). *Ballot*, vol. 01, n° 01, 2015, p. 04.

[709] Cf. BOURNE, Angela K. "Militant Democracy and the Banning of Political Parties in Democratic States: Why Some Do and Why Some Don't", op. cit., p. 41.

[710] Trata-se da já referida Lei Orgânica n° 06/2002, cuja aprovação foi amplamente considerada como um meio de se facilitar o banimento do *Herri Batasuna* (cf. BOURNE, Angela K. *Democratic Dilemmas*: why democracies ban political parties, op. cit., p. 57).

[711] Cf. Ibidem, pp. 62-74.

[712] Cf. BOURNE, Angela K. "Why ban Batasuna? Terrorism, political parties and democracy", op. cit., p. 333.

as dificuldades institucionais subjacentes à teoria da democracia militante, especialmente a questão do seu uso enviesado como mecanismo de perseguição a adversários políticos.

Por fim, também é possível submeter a incidência concreta de medidas de autodefesa democrática à *supervisão* de tribunais internacionais, como a Corte Europeia de Direitos Humanos e a Corte Interamericana de Direitos Humanos. Tantos anos depois que Karl Loewenstein escreveu sobre a necessidade de se proteger o núcleo essencial dos valores democráticos em âmbito doméstico, a ideia alçou novos voos, e a democracia militante extrapolou suas fronteiras originais para se tornar uma teoria com alcance prático internacional, como já antecipado na introdução deste trabalho. Ulrich Wagrandl bem identificou esse fato quando, ao examinar o ponto sob o prisma europeu, afirmou que, atualmente, existem dois fenômenos complementares no tocante à expansão dos instrumentos legais de tutela da democracia: a "militantização" da democracia transnacional e a "transnacionalização" da democracia militante. Confira-se, sobre o tema, a seguinte passagem de artigo acadêmico escrito por Wagrandl:

> **A democracia militante tornou-se transnacional**. Hoje em dia, ela protege não apenas uma única democracia nacional. Os instrumentos da democracia militante são hoje igualmente aplicáveis às democracias transnacionais e às democracias estrangeiras. [...]
> [...] A União Europeia está pensando no que fazer com a Hungria e com a Polônia. Vários Estados também proibiram comícios em prol do referendo turco [convocado por Recep Tayyip Erdoğan em 2017, como já visto] e continuarão a negar a entrada de funcionários do governo turco que desejem conversar com seus eleitores no exterior. Nos dois casos, a democracia liberal está em jogo e, nos dois casos, sua defesa não vem de dentro – não poderia, pois é de dentro que a democracia está sendo atacada! Sua defesa vem de fora. **A UE, sendo uma democracia transnacional por direito próprio, possui um instrumento transnacional específico para isolar os Estados-Membros que tomam o rumo errado. Ao suspender o direito de voto no Conselho da Europa (e, se necessário, uma série de outros direitos), a UE pode conter o impacto negativo da presença de Estados-Membros não democráticos na democracia comum que compartilham. Essa é a democracia transnacional que se tornou militante**. O CoE não é uma democracia, mas, sem dúvida, mantém um compromisso com a democracia liberal que obriga os seus membros a permanecer assim e a cumprir essa obrigação quando necessário. **Isso se baseia em duas disposições da Convenção Europeia de Direitos Humanos: primeiramente, o Artigo 33, que prevê a petição interestatal, revela que os membros do CoE têm o direito de se envolver nos assuntos internos de seus pares. Ademais, o Artigo 17, que dispõe sobre a proibição de se utilizar os direitos da Convenção para fins contrários à própria Convenção, protege-a como um todo. Abandonar a democracia liberal é a maior violação da Convenção. Como o Artigo 17 mira exatamente nesse tipo de comportamento, realmente não importa se alguém está defendendo a destruição da democracia em casa ou no exterior. Nos dois casos, a Convenção padeceria; portanto, todo Estado tem o direito de tratar um oponente da democracia em um Estado vizinho da mesma maneira que trataria**

> **um oponente dentro de suas próprias fronteiras. Essa é a democracia militante que se tornou transnacional.**[713]

Afora os casos mencionados por Ulrich Wagrandl, existe outra faceta transnacional da democracia militante, que diz respeito, justamente, à vigilância e ao controle internacionais sobre os processos domésticos de aplicação da referida teoria. Devido às suas graves repercussões no campo da tutela de direitos como a livre participação política, a liberdade de associação e a liberdade de expressão, as causas envolvendo a imposição de expedientes de autodefesa democrática, não raro, são alçadas à esfera das cortes de direitos humanos, que acabam funcionando como espécie de *veto player* suplementar a decisões militantes. É possível problematizar a supervisão exercida por esses tribunais, sob a perspectiva da insensibilidade política gerada pela falta de conhecimento suficiente acerca da situação local de determinado país.[714] No entanto, também se pode afirmar que tais órgãos tendem a proferir julgamentos mais isentos se comparados aos Poderes Públicos nacionais. Nessa direção, aponta Samuel Issacharoff, para quem o manejo imparcial de medidas militantes, em contraposição a eventuais abusos cometidos na seara doméstica, talvez tenha como exemplo mais claro a sua utilização por cortes internacionais, porquanto essas instituições "estão imunes a qualquer prestação de contas imediata aos processos políticos internos e dificilmente respondem estritamente a interesses partidários ou sectários".[715]

Houve vezes que os tribunais de direitos humanos corroboraram o entendimento previamente adotado pelo Estado nacional. Foi o que se deu, *e.g.*, quando o caso *Herri Batasuna* chegou aos bancos da Corte Europeia. Diz Angela Bourne que, antes de decidir acerca desse processo, aquele órgão já havia firmado jurisprudência no sentido de que "não só os partidos políticos devem empregar apenas meios legais e democráticos para alcançar os seus objetivos, como também as mudanças propostas por eles à lei, às estruturas e à Constituição do Estado devem ser, elas mesmas, compatíveis com os princípios democráticos fundamentais".[716] Nesse contexto, quando o HB recorreu à Corte Europeia de Direitos Humanos, alegando que, ao bani-

---

[713] WAGRANDL, Ulrich. "Transnational Militant Democracy". *Global Constitutionalism*, vol. 07, n° 02, 2018, pp. 169-171 (tradução livre e grifos acrescentados).

[714] Cf. RIJPKEMA, Bastiaan. *Militant Democracy*: The Limits of Democratic Tolerance, op. cit., p. 157; e TYULKINA, Svetlana. *Militant Democracy*: Undemocratic political parties and beyond, op. cit., p. 102.

[715] ISSACHAROFF, Samuel. *Fragile Democracies*: Contested Powers in the Era of Constitutional Courts, op. cit., p. 104 (tradução livre).

[716] BOURNE, Angela K. *Democratic Dilemmas*: why democracies ban political parties, op. cit., p. 72 (tradução livre).

lo, a Espanha havia violado desnecessária e desproporcionalmente os seus direitos à livre expressão e à livre associação, com o objetivo ilegítimo de restringir o debate público acerca da libertação do País Basco, o tribunal rejeitou todos esses fundamentos e julgou em favor da democracia espanhola.[717]

Contudo, também existiram ocasiões em que a Corte Europeia decidiu contra a aplicação, pelos Estados nacionais, de medidas de caráter militante. Antes do famoso caso *Refah Partisi* – que será analisado mais adiante –, várias ordens de banimento de partidos políticos pela Turquia foram consideradas, devido às circunstâncias, como violações patentes a direitos fundamentais,[718] notadamente à liberdade de associação, tutelada no Artigo 11 da Convenção Europeia de Direitos Humanos. A esse respeito, destacam-se os casos *Partido Comunista da Turquia*,[719] *Partido Socialista*,[720] *Özdep*[721] e *Halkin Emeği Partisi*.[722] Naquelas

[717] Consignou a Corte: "Depois de ter verificado, a partir das informações de que dispunha, que havia razões sólidas e convincentes para justificar a dissolução dos partidos políticos requerentes, o Tribunal considerou que essa interferência correspondia a uma 'necessidade social premente' e era 'proporcional ao objetivo perseguido'. A dissolução pode, portanto, ser considerada 'necessária em uma sociedade democrática', principalmente no interesse da segurança pública, para a prevenção de desordens e para a proteção dos direitos e liberdades de terceiros [...]." (CORTE EUROPEIA DE DIREITOS HUMANOS. *Applications n° 25803/04 e n° 25817/04*, sentença de 30 de junho de 2009, tradução livre)

[718] Cf. COMISSÃO DE VENEZA. *Opinion n° 489/2008*, p. 09.

[719] Cf. CORTE EUROPEIA DE DIREITOS HUMANOS. *Application n° 33/1996/752/951*, sentença de 30 de janeiro de 1998. Nesse caso, o tribunal decidiu que o Estado turco se excedeu ao proibir o funcionamento de partido que, além de ainda não haver iniciado suas atividades à época, apenas se autodeclarava comunista e favorável a uma solução pacífica para a questão do que ele chamava de "povo" ou "nação" curda.

[720] Cf. CORTE EUROPEIA DE DIREITOS HUMANOS. *Application n° 20/1997/804/1007*, sentença de 25 de maio de 1998. Nesse caso, o tribunal consignou que a Turquia não poderia ter banido o Partido Socialista somente porque tal organização partidária, no exercício da sua liberdade de expressão, propunha a busca de soluções para os problemas sofridos pela minoria curda. A corte também entendeu que não havia nada nas falas do ex-presidente do Partido Socialista que pudesse ser visto como incitação do povo curdo à violência ou à violação das normas democráticas.

[721] Cf. CORTE EUROPEIA DE DIREITOS HUMANOS. *Application n° 23885/94*, sentença de 08 de dezembro de 1999. Nesse caso, o tribunal decidiu que, ao contrário do que alegara o governo turco, o *Özdep* não apoiava o uso da violência como mecanismo de manifestação política, bem como demonstrava, em seu programa, expressa simpatia pelos institutos e pelos valores democráticos, o que incluía o compromisso legítimo com a busca por uma solução pacífica para a questão curda.

[722] Cf. CORTE EUROPEIA DE DIREITOS HUMANOS. *Applications n° 22723/93, n° 22724/93 e n° 22725/93*, sentença de 09 de abril de 2002. Nesse caso, o tribunal decidiu que o fato de o *Halkin Emeği Partisi* defender, em prol da nação curda, o reconhecimento do direito à autodeterminação e de direitos linguísticos não era motivo legítimo para o banimento imposto pela Turquia, porquanto tal defesa não contrariava os princípios fundamentais da democracia. Pelo contrário, a manifestação do partido, ainda que contrária aos interesses do governo e às convicções da maioria, introduziam ao debate público assunto de extrema relevância para toda a população. Em sentido semelhante, a corte entendeu que as críticas feitas por líderes do *Halkin Emeği Partisi* a determinadas ações das forças armadas na sua campanha antiterrorista, embora hostis, não eram suficientes para comprovar que o partido corroborava com atos de violência, especialmente porque, em uma democracia, qualquer iniciativa governamental deve estar sujeita a avaliações negativas.

oportunidades, o tribunal internacional, ao supervisionar tais processos, funcionou como verdadeira instância de controle negativo às pretensões ilegítimas do Estado turco, refreando os seus excessos e protegendo os direitos políticos básicos das partes afetadas por suas decisões. Aliás, tal é o papel de instituições como a Corte Europeia de Direitos Humanos: operar não como foros de execução de medidas militantes, mas sim como fiscais desses foros, o que pode ser de suma importância para que a teoria sob exame neste trabalho sobreviva, sobretudo em democracias jovens e instáveis.[723]

A democracia militante, à semelhança de qualquer outra ideia igualmente complexa, não está imune a equívocos e abusos. Tal constatação, porém, não é motivo suficiente para rechaçá-la de plano,[724] e sim para se buscar salvaguardas institucionais com vistas à prevenção e à revisão de eventuais arbitrariedades, o que se fez ao longo desta seção. Passado, portanto, esse ponto, cumpre abordar a questão das dificuldades práticas referentes aos possíveis efeitos gerados pelo uso de providências de autodefesa democrática, o que será feito em sequência.

3.4. Dificuldades práticas e o problema dos efeitos: consequências e contextos

De acordo com Albert Hirschman, a retórica da reação aos modos de pensar prevalecentes em dada sociedade está sempre sujeita a três tipos de crítica. Tem-se a crítica da perversidade, segundo a qual qualquer mudança na ordem política, social ou econômica pode resultar no oposto do que se esperava.[725] Há também a crítica da futilidade, que aposta suas fichas na total ineficiência da ação.[726] E, por fim, existe a crítica da sabotagem, para a qual é provável que a adoção de novas atitudes e compreensões ameace conquistas já alcançadas com

[723] Cf. RIJPKEMA, Bastiaan. *Militant Democracy*: The Limits of Democratic Tolerance, op. cit., p. 160.

[724] Nas palavras de Luís Roberto Barroso, "[q]ualquer ideia complexa, de fato, está sujeita ao abuso e a má utilização: a democracia poder ser manipulada por populistas, o federalismo pode se degenerar em hegemonia do governo central e o controle judicial de constitucionalidade pode ser contaminado pela política. Como disse Ronald Dworkin, 'seria lamentável abandonar uma ideia relevante ou mesmo um nome conhecido pelo risco de malversação'." (BARROSO, Luís Roberto. "'Aqui, lá e em todo lugar': a dignidade humana no Direito contemporâneo e no discurso transnacional". Tradução de Humberto Laport de Mello. *Revista dos Tribunais*, ano 101, vol. 919, 2012, p. 153)

[725] Cf. HIRSCHMAN, Albert O. *The Rhetoric of Reaction*: Perversity, Futility, Jeopardy. Cambridge: The Belknap Press of Harvard University Press, 1991, pp. 11-12.

[726] Cf. Ibidem, pp. 42-43.

muito esforço.[727] Por consistir em teoria que exorta os regimes democráticos a abandonarem o seu velho hábito de tolerância absoluta a todo e qualquer projeto político, não é de se espantar que a democracia militante seja alvo de dúvidas acerca dos seus efeitos práticos, o que, entretanto, não deve significar fechar os olhos para os riscos – talvez ainda mais elevados – da sua não adoção. Como bem aponta Alexander Kirshner, aqueles que estão excessivamente focados nos custos da ação, muitas vezes, não consideram os altos custos da inação.[728]

Com isso em mente, os próximos itens deste trabalho se voltarão às duas principais objeções práticas ao uso de providências de caráter militante. Será examinado, em primeiro lugar, o ceticismo em relação à real utilidade desses expedientes, tendo em vista que, para alguns, restrições militantes à participação política simplesmente não funcionam. Em seguida, será analisada a crítica segundo a qual, pior do que não funcionar, a aplicação de medidas militantes é contraproducente. Sabe-se que a pesquisa acerca da efetividade das ferramentas de autodefesa democrática se depara com várias dificuldades – tais como o (pequeno) número de casos de estudo disponíveis, a pluralidade de fatores e contextos políticos, a influência que a mera possibilidade de sofrer restrições gera nos agentes sociais etc. –,[729] mas já existe discussão suficiente na literatura para se explorar, ainda que não com pretensões muito ambiciosas, os tópicos acima mencionados. Senão, vejamos.

3.4.1. Democracia militante para céticos

Em 1998, a Corte Constitucional da Turquia determinou a dissolução do *Refah Partisi* ("Partido do Bem-Estar", em tradução livre), bem como a proibição dos seus líderes de participar de atividades políticas por cinco anos e o confisco dos bens da referida organização partidária.[730] À época, o *Refah* ocupava o centro do espinhoso debate público acerca da relação

[727] Cf. Ibidem, pp. 122-123.

[728] KIRSHNER, Alexander S. "Militant Democracy Defended", op. cit., p. 65 (tradução livre).

[729] Cf. CAPOCCIA, Giovanni. "Militant Democracy and the Study of Political Tolerance". In: MALKOPOULOU, Anthoula; KIRSHNER, Alexander S. (ed.). *Militant Democracy and Its Critics*, op. cit., pp. 133-149; e RIJPKEMA, Bastiaan. *Militant Democracy*: The Limits of Democratic Tolerance, op. cit., p. 94.

[730] Cf. BOYLE, Kevin. "Human Rights, Religion and Democracy: The Refah Party Case". *Essex Human Rights Review*, vol. 01, n° 01, 2004, p. 01.

entre religião e política em um país dividido entre o islamismo e o secularismo. As autoridades estatais, incluindo os militares, consideravam que partidos de forte orientação islâmica como o *Refah* afrontavam o núcleo laico da Constituição turca de 1982 em virtude da sua defesa da Lei da Sharia.[731] Em contrapartida, a maioria da população parecia não ver nenhum problema em garantir que esses partidos pudessem participar ativamente da cena política da Turquia. Não à toa, quando do banimento, o *Refah Partisi* já estava no poder havia doze meses, após ter conquistado mais de 20% dos votos, permitindo, assim, que o seu presidente, Necmettin Erbakan, fosse eleito primeiro-ministro.[732] O panorama era, sem dúvida, muito complexo, tendo em vista a importância considerável daquele partido e das suas lideranças, mas a Corte Constitucional da Turquia, ainda assim, resolveu acompanhar o entendimento segundo o qual o *Refah* era incompatível com a Constituição.

Como era de se esperar, a Corte Europeia de Direitos Humanos foi provocada a se manifestar sobre o assunto. Ocorre que, diferentemente do que fez nos outros casos de banimento de partidos políticos pelo Estado turco já mencionados neste trabalho, o tribunal, dessa vez, confirmou a decisão da Corte Constitucional da Turquia. Na sentença unânime de 2003, a Corte Europeia entendeu que a medida era proporcional e necessária para a defesa da democracia naquele país, não tendo havido, portanto, qualquer violação à livre associação ou a demais direitos políticos fundamentais no caso. Nesse sentido, consignou:

> 124. A Corte não deve perder de vista o fato de que, no passado, movimentos políticos baseados no fundamentalismo religioso conseguiram tomar o poder político em certos Estados e tiveram a oportunidade de estabelecer o modelo de sociedade que eles tinham em mente. Considera que, de acordo com as disposições da Convenção [Europeia de Direitos Humanos], cada Estado Contratante poderá opor-se a tais movimentos políticos à luz de sua experiência histórica.

[731] Cf. LANDAU, David. "Abusive Constitucionalism", op. cit., pp. 220-221. Reza o Artigo 2 da Constituição da Turquia: "A República da Turquia é um estado democrático, secular e social, governado pelo Estado de Direito, dentro das noções de paz pública, solidariedade nacional e justiça, respeitando os direitos humanos, leal ao nacionalismo de Atatürk e baseado nos princípios estabelecidos no preâmbulo." Ademais, diz o seu Artigo 24: "Atos de culto, serviços religiosos e cerimônias devem ser realizados livremente, desde que não violem o disposto no Artigo 14", que, por sua vez, estabelece: "Nenhum dos direitos e liberdades consagrados na Constituição será exercido com o objetivo de violar a integridade indivisível do Estado, com seu território e nação, de pôr em risco a existência do Estado e da República turcos, de destruir direitos e liberdades fundamentais, de colocar o governo do Estado sob o controle de um indivíduo ou de um grupo de pessoas, ou estabelecer a hegemonia de uma classe social sobre outras, ou criar discriminação com base em língua, raça, religião ou seita ou de estabelecer, por qualquer outro meio, um sistema de governo baseado nesses conceitos e ideias." Já o Artigo 69 dispõe: "Os partidos políticos não podem se engajar em atividades que ultrapassem as linhas dos seus estatutos e programas, bem como não podem contrariar as restrições impostas pelo Artigo 14 desta Constituição; aqueles que o fizerem serão dissolvidos permanentemente."

[732] Cf. BOYLE, Kevin. "Human Rights, Religion and Democracy: The Refah Party Case", op. cit., p. 02.

> 125. A Corte observa, ainda, que já houve um regime teocrático islâmico sob a lei otomana. Quando o antigo regime teocrático foi desmantelado e o regime republicano estava sendo estabelecido, a Turquia optou por uma forma de secularismo que confinava o Islã e outras religiões à esfera da prática religiosa privada. Consciente da importância da sobrevivência do regime democrático para garantir o respeito pelo princípio do secularismo na Turquia, a Corte considera que havia justificativa para que o Tribunal Constitucional sustentasse que a política do *Refah* de estabelecer a a Lei da Sharia era incompatível com a democracia.[733]

Sob a perspectiva do mérito das suas razões, é possível traçar críticas aos acórdãos da Corte Constitucional da Turquia e da Corte Europeia de Direitos Humanos. A principal delas parece apontar para a dificuldade subjacente ao uso de medidas militantes com o intuito de lidar com questões que, no fundo, falam mais sobre o papel da religião na vida cultural de um país do que sobre a sobrevivência dos direitos fundamentais e do regime democrático. A Corte Europeia afirmou, em sua decisão, "não ser improvável que movimentos totalitários, organizados na forma de partidos políticos, possam acabar com a democracia depois de prosperar sob a égide do regime democrático, havendo exemplos disso na história moderna da Europa" (tradução livre). Todavia, para David Landau, não era certo à época que a plataforma do *Refah Partisi* era, de fato, antidemocrática, bem como se sabe que, em muitas democracias funcionais, as instituições se abrem bastante aos influxos de determinada religião.[734] Em sentido semelhante, Kevin Boyle assevera que o *Refah* "não contestava a democracia em si, mas apenas questionava uma ideologia impregnada nas instituições do Estado e imposta pelas Forças Armadas turcas".[735]

Embora seja extremamente relevante, a discussão acerca dos fundamentos da proibição do *Refah Partisi* não interessa tanto para este item do trabalho. Na verdade, o que mais importa, por ora, são as consequências práticas do seu banimento. Isso porque, logo depois que o referido partido foi excluído do jogo democrático, muitos de seus integrantes se uniram para formar o *Fazilet Partisi* ("Partido da Virtude", em tradução livre), que defendia a mesma agenda pró-islamismo do seu antecessor e que, assim como ele, foi bem-sucedido nas eleições, tendo conquistado 111 dos 450 assentos do Parlamento turco no pleito de 1999.[736] O *Fazilet* acabou se deparando com o mesmo destino do *Refah*, mas, depois do seu banimento pela Corte

[733] CORTE EUROPEIA DE DIREITOS HUMANOS. *Applications n° 41340/98, n° 41342/98, n° 41343/98 e n° 41344/98*, sentença de 13 de fevereiro de 2003 (tradução livre).

[734] Cf. LANDAU, David. "Abusive Constitucionalism", op. cit., p. 222.

[735] BOYLE, Kevin. "Human Rights, Religion and Democracy: The Refah Party Case", op. cit., p. 12 (tradução livre).

[736] Cf. LANDAU, David. "Abusive Constitucionalism", op. cit., p. 223.

Constitucional, outro partido lhe sucedeu, o AKP, que, sob o comando de Recep Tayyip Erdoğan – antigo membro do *Refah Partisi* –, hoje governa a Turquia com mãos de ferro.[737] Pode-se dizer, portanto, que o caso turco levanta suspeitas acerca da eficácia de medidas militantes: quando topam com restrições aos seus direitos de participação, forças políticas conseguem se reorganizar e regressam à esfera pública sob novas roupas e com energias redobradas.[738]

Todavia, tal constatação não impede que as democracias militantes adotem mecanismos para evitar que situações dessa natureza ocorram. Ao contrário, perceber o risco de retornos indesejados reforça a necessidade de se buscar instrumentos legais capazes de lidar com esses cenários complexos.[739] Na Alemanha, *e.g.*, é crime disseminar, produzir, estocar, importar, exportar ou publicar, no país ou no exterior, material de propaganda de partido político que tenha sido declarado inconstitucional pela Corte Constitucional alemã, ou de organização que tenha sido considerada, por decisão irrecorrível, como sucessora do referido partido (Seção 86.1.1 do Código Penal). Também a título ilustrativo, na Holanda, está sujeito a prisão quem dá continuidade às atividades de organização que sofreu dissolução (Seção 140.2 do Código Penal). Para Miroslav Mareš, a ausência de previsões legais semelhantes, no contexto da República Checa, foi fator decisivo para que as ideias do *Dělnická Strana – DS* ("Partido dos Trabalhadores", em tradução livre), de extrema direita e inspiração neonazista, não tenham desaparecido após o seu banimento pelo Poder Judiciário do país. Em suas palavras, "a dissolução do Partido dos Trabalhadores também revelou que a lei checa está mal preparada para lidar com partidos sucessores, com a continuação das atividades dos partidos dissolvidos ou com a promoção de tal atividade".[740]

O mesmo não se pode dizer da legislação espanhola sobre o tema, por exemplo. É que, ao dispor acerca dos efeitos oriundos de decisões de dissolução de partidos, a Lei Orgânica n° 06/2002 estabelece, de maneira expressa: "Presumir-se-á fraudulenta e não se procederá à criação de um novo partido político, ou à utilização de outro já registrado, que continue ou

[737] Cf. Ibidem, pp. 223-224.

[738] Cf. MAREŠ, Miroslav. "How Does Militant Democracy Function in Combating Right-Wing Extremism? A Case Study of Slovakian Militant Democracy and the Rise of *Kotleba – People's Party Our Slovakia*", op. cit., p. 70; e RIJPKEMA, Bastiaan. *Militant Democracy*: The Limits of Democratic Tolerance, op. cit., p. 93, ss.

[739] Cf. RIJPKEMA, Bastiaan. *Militant Democracy*: The Limits of Democratic Tolerance, op. cit., p. 162.

[740] MAREŠ, Miroslav. "Czech Militant Democracy in Action: Dissolution of the Workers' Party and the Wider Context of This Act". *East European Politics and Societies*, vol. 26, n° 01, 2012, p. 45 (tradução livre)

suceda à atividade de partido declarado ilegal e dissolvido" (Artigo 12.1.b). Após o banimento do *Herri Batasuna*, em 2003, alguns de seus membros tentaram retornar ao jogo político por meio da fundação de novas organizações partidárias, intenção que acabou sendo frustrada pelo Poder Público com base no referido dispositivo legal.[741] Obviamente, a mera previsão em lei não fez milagre, ou seja, foi necessária a atuação tenaz do governo, do Ministério Público e das cortes para prevenir a emergência de sucessores do HB, de sorte que, poucos anos depois da dissolução do partido, os nacionalistas bascos ligados ao ETA restassem "politicamente isolados e amplamente inoperantes".[742] De qualquer modo, o caso espanhol revela que existem respostas jurídicas viáveis para a suposta inefetividade da aplicação concreta de medidas de natureza militante.

Ainda se pode pensar em outras soluções para o problema. András Sajó, *e.g.*, aventa possibilidades diversas aquelas em vigor na Alemanha, na Holanda e na Espanha, como a criação de impedimentos para que o líder do partido previamente banido venha a fundar outra organização partidária, ou a recusa sumária em se conceder registro a partido cujos fundadores ou líderes tenham exercido as mesmas funções em organização partidária já dissolvida pelo Poder Público.[743] Referindo-se à alternativa apresentada por Sajó, Bastiaan Rijpkema ressalta, com acerto, que se cuida de proposta demasiadamente restritiva. Para ele, conquanto seja necessário instituir mecanismos destinados a impedir o regresso de *partidos* antidemocráticos, os ex-líderes dessas organizações, *individualmente*, "devem ter a oportunidade de retornar à vida da democracia dentro dos limites da tolerância democrática".[744] Nesse sentido, apesar de constituírem modalidades de restrição temporária ao exercício de direitos fundamentais, não se pode tentar conferir a medidas militantes o condão de extinguir direitos, sob nenhuma circunstância.[745] Nada obstante, não parece exagerado levar em conta a presença de ex-integrantes de um partido autoritário já dissolvido no momento de se determinar se a nova organização partidária deve, ou não, ser proibida. Neste caso, a participação desses agentes

[741] Cf. RIJPKEMA, Bastiaan. *Militant Democracy*: The Limits of Democratic Tolerance, op. cit., p. 162.

[742] BOURNE, Angela K. *Democratic Dilemmas*: why democracies ban political parties, op. cit., p. 56 (tradução livre).

[743] Cf. SAJÓ, András. "Militant Democracy and Transition Towards Democracy". In: SAJÓ, András (ed.). *Militant Democracy*, op. cit., p. 223.

[744] RIJPKEMA, Bastiaan. *Militant Democracy*: The Limits of Democratic Tolerance, op. cit., p. 163 (tradução livre para o português).

[745] Cf. MÜLLER, Jan-Werner. "Individual Militant Democracy", op. cit., p. 31.

políticos não seria uma certidão de culpa em si, como proposto por András Sajó, mas um sinal de alerta para os vigias da democracia.

Pois bem. No limite, é possível interpretar a desconfiança quanto à efetividade de medidas militantes como uma postura cética em relação a algo ainda maior, isto é, ao uso de ferramentas estritamente jurídicas para solucionar o problema da defesa da democracia contra o autoritarismo. As considerações de Tom Ginsburg e Aziz Huq são bastante representativas desse ceticismo, como se pode depreender da seguinte passagem do seu livro sobre a atual crise das democracias constitucionais:

> O sucesso ou o fracasso da empreitada democrática depende, em última análise, do ponto até o qual as pessoas – incluindo os membros da coalização que se encontra no poder – estão dispostas a rejeitar o fascínio do populismo carismático ou da degradação partidária por meio de ação política na esfera pública. Isso é [...] uma questão de estratégia política e, às vezes, de preferências contingentes daqueles que estão em uma posição especial para impedir a erosão. A esse respeito, divergimos mais fortemente do relato de Loewenstein sobre a democracia militante: **pensamos que o desenho constitucional e a estratégia política são necessários, mas não acreditamos que sejam suficientes. A democracia exige de seus participantes uma certa moralidade política. Na ausência dessa moral política, nada no conjunto de ferramentas dos elaboradores da Constituição salvará a democracia constitucional. Em suma, o design não pode ir tão longe sem decência.**[746]

Em certa medida, a crítica também acaba resvalando na própria capacidade do Poder Judiciário – como visto, importante agente institucional no processo de aplicação de providências militantes – de atuar em defesa da democracia e dos direitos fundamentais. Afinal, muitas vezes, as cortes não se mostram muito dispostas a fazê-lo, para se dizer o mínimo. A jurisprudência da Suprema Corte norte-americana, por si só, é recheada de páginas verdadeiramente obscuras, nas quais o tribunal não promoveu, e sim atacou, direitos. Citem-se, a propósito, os casos *Prigg v. Pensilvânia*,[747] em que se invalidou legislação estadual que protegia os afro-americanos da captura por "capitães-do-mato" (*slavecatchers*) e da extradição para estados não livres; *Dred Scott v. Sanford*,[748] em que se decidiu que a cidadania americana e os direitos dela oriundos não se estendiam à população negra, liberta ou escravizada; e

[746] GINSBURG, Tom; HUQ, Aziz Z. *How to Save a Constitutional Democracy*, op. cit., pp. 172-173 (tradução livre e grifos acrescentados).

[747] SUPREMA CORTE DOS ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA. 41 U.S. 539 (1842).

[748] SUPREMA CORTE DOS ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA. 60 U.S. 393 (1857).

Korematsu v. Estados Unidos,[749] em que a corte se recusou a proteger cidadãos de ascendência japonesa do internamento compulsório em campos de recolocação durante a Segunda Guerra Mundial. Conforme observou Laurence Tribe, em artigo publicado poucos meses depois dos atentados de 11 de setembro de 2001, "seria um erro terrível, para aqueles que se preocupam com direitos e liberdades fundamentais, depositar muita esperança no Judiciário em tempos de crise".[750] Por que agora seria diferente?

Com efeito, as medidas militantes possuem limitações. Como todo instrumento de natureza jurídica, manejado por instituições sujeitas a falhas, tais expedientes não são a grande panaceia para os males da democracia. O próprio Karl Loewenstein, ao escrever sobre o tema ainda na década de 1930, já tinha se antecipado à crítica: "Nenhum movimento espiritual pode, a longo prazo, ser suprimido apenas por medidas legislativas e administrativas. [...] O espírito sempre quebra as suas correntes".[751] A rigor, reconhecer os limites intrínsecos à teoria também é fundamental para se evitar que os seus operadores alimentem ilusões de grandiosidade que, em última instância, podem ser perigosas. Segundo Alexander Kirshner, "políticas militantes não devem ser empregadas na busca de um regime ideal; em vez disso, projetos defensivos devem ajudar a alcançar um fim intermediário, um sistema político imperfeito no qual cidadãos capazes possam desempenhar algum papel significativo".[752] Em outras palavras, a democracia militante não é – nem está a serviço de – uma utopia. Engana-se, e assume altos riscos, quem pensa em sentido oposto.

Nessa linha, deve-se enxergar a democracia militante não como a única, mas sim como uma das várias ferramentas à disposição dos regimes democráticos no momento de se proteger de ataques autoritários. Assim como essa teoria não se restringe ao banimento de partidos políticos, não há nada que impeça a adoção de uma *perspectiva conjuntiva*, e não disjuntiva, de autodefesa democrática, que envolva outros tipos de engajamento e que exorte outros agentes institucionais a atuarem como protagonistas nessa importante tarefa.[753] Também é possível

[749] SUPREMA CORTE DOS ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA. 323 U.S. 214 (1944).

[750] TRIBE, Laurence apud WALDRON, Jeremy. "The Core of the Case Against Judicial Review", op. cit., p. 1377 (tradução livre).

[751] LOEWENSTEIN, Karl. "Militant Democracy and Fundamental Rights, I", op. cit., pp. 431-432 (tradução livre).

[752] KIRSHNER, Alexander S. *A Theory of Militant Democracy*: The Ethics of Combatting Political Extremism, op. cit., p. 07 (tradução livre).

[753] Cf. MONTEIRO, Alessandra Pearce de Carvalho. *Extremismo político*: como as democracias podem lidar com as novas ameaças antidemocráticas, op. cit., pp. 76, ss; e WIDFELDT, Anders. "Swedish responses to the extreme

pensar no *uso militante* de dispositivos que, a princípio, não compõem o rol de instrumentos preventivos pensado por Loewenstein e por outros autores. Como será visto oportunamente neste trabalho, medidas como o *impeachment*, a perda de mandatos eletivos ou o ajuizamento de ação popular podem ser utilizadas para tutelar os direitos fundamentais e o núcleo de valores dos regimes democráticos, mesmo quando o poder já estiver ocupado por forças autoritárias. Ademais, como também se analisará mais adiante, a democracia militante não exclui a necessidade de se empreender esforços – de natureza pedagógica, *e.g.* – no sentido de tornar os regimes democráticos *menos suscetíveis* à sedução do autoritarismo, inclusive para que não seja preciso apelar a medidas de cunho restritivo.[754]

É claro que, em termos práticos, a escolha da melhor ferramenta para lidar com os desafios suscitados pela expansão de ideias e movimentos antidemocráticos também dependerá de análises contextuais.[755] Em algum nível, Kim Lane Scheppele detectou a necessidade de abordagens desse gênero no trato com os novos autoritarismos. Em interessante artigo publicado ainda no início do processo de apodrecimento constitucional da democracia húngara, a professora da Universidade de Princeton desaprovou o hábito de algumas organizações de criar *checklists* para medir o grau de respeito aos princípios do Estado de Direito em determinados países. Para ela, diagnósticos elaborados dessa forma costumam ignorar um ponto crucial, qual seja, o fato de que a interação concreta entre os vários indicadores pode levar um Estado "do topo para o fim da escala".[756] Scheppele menciona o exemplo histórico da Constituição de Weimar. O seu Artigo 48 permitia que o presidente do *Reich* declarasse estado de emergência, tendo que submeter tal decisão ao parlamento, e o Artigo 25 autorizava que o presidente dissolvesse o Congresso.[757] Ambas as previsões eram, como a autora coloca,

right". In: EATWELL, Roger; MUDDE, Cas (ed.). *Western Democracies and the New Extreme Right Challenge*, op. cit., p. 154.

[754] Cf. RUMMENS, Stefan. "Resolving the Paradox of Tolerance", op. cit., pp. 129-131.

[755] Cf. ISSACHAROFF, Samuel. *Fragile Democracies*: Contested Powers in the Era of Constitutional Courts, op. cit., pp. 52-53.

[756] SCHEPPELE, Kim Lane. "The Rule of Law and the Frankenstate: Why Governance Checklists Do Not Work". *Governance: An International Journal of Policy, Administration, and Institutions*, vol. 26, n° 04, 2013, p. 559 (tradução livre).

[757] Rezava o Artigo 48 da Constituição de Weimar: "Em caso de grave ameaça ou perturbação à segurança pública, o presidente do *Reich* pode tomar as medidas necessárias para reestabelecer a lei e a ordem, valendo-se das Forças Armadas, se preciso." (§ 2). O mesmo dispositivo também continha a seguinte previsão: "O presidente do *Reich* deve informar imediatamente ao *Reichstag* sobre as medidas tomadas com base nos parágrafos 1 e 2 deste artigo. As medidas serão suspensas imediatamente se o *Reichstag* assim decidir." Por sua vez, dispunha o Artigo 25 da

"perfeitamente razoáveis", inclusive o disposto no Artigo 25, haja vista a tendência de alta fragmentação do Legislativo germânico na época. Entretanto, ao se comunicarem no mundo real, tais previsões deram à luz uma "criação monstruosa",[758] que exerceu papel fundamental no contexto sociopolítico da ascensão do Partido Nazista alemão.

A esses desenhos institucionais, que revelam o seu horror a partir das circunstâncias concretas nas quais se dá a interação entre os seus elementos, Kim Lane Scheppele deu o nome de *"Frankenstados"*:

> O monstro de Victor Frankenstein – anônimo no romance de Mary Shelley – era constituído por várias partes de corpos outrora razoavelmente reconhecíveis. Contudo ele veio a parecer e a agir como um monstro. **O *Frankenstado* também é composto por várias peças perfeitamente razoáveis, mas sua qualidade monstruosa advém da maneira horrível com que tais peças interagem quando costuradas.**
> Embora o problema de Weimar tenha sido provavelmente um acidente, a criação deliberada de um *Frankenstado* é técnica dos autocratas modernos. [...]
> [...]
> A ordem jurídica do Fidesz [de Viktor Orbán] está repleta de criações monstruosas. Levem-se em consideração as disposições da nova Constituição que incorporam a disciplina fiscal. A Constituição estabelece um conselho de orçamento com três membros eleitos pelo Parlamento do Fidesz para mandatos que variam entre 6 e 12 anos. O conselho orçamentário tem o poder de vetar qualquer orçamento que aumente a dívida público, e isso foi considerado como um sinal de responsabilidade fiscal. No entanto, a Constituição concede ao parlamento o prazo até 31 de março de cada ano para aprovar o orçamento, bem como estabelece que o presidente da República pode dissolver o parlamento se o referido prazo não for cumprido. Misture tudo isso e tem-se a clássica interação à la *Frankenstado*: se o conselho orçamentário vetar o orçamento na véspera do prazo, o presidente poderá dissolver o parlamento e convocar novas eleições. Com a presidência e o conselho orçamentário do Fidesz controlando vários ciclos eleitorais, eles podem trabalhar juntos para garantir novas eleições dentro de um ano, se um partido da oposição vencer contra todas as probabilidades.
> Existem muitas outras disposições típicas de um *Frankenstado* na ordem constitucional do Fidesz. De qualquer modo, agora a ideia já deve estar clara. **Se o *Frankenstado* for analisado a partir de uma *checklist* de regras do Estado de Direito, o monstro pode ter sucesso em passar despercebido e, ainda assim, continuar sendo um problema.**[759]

Se não há *checklists* mágicas para detectar o grau de decadência constitucional de determinado país, tampouco existem respostas prontas para solucionar esse problema. Sendo assim, medidas preventivas, como a proibição de partidos políticos, tendem a produzir as consequências desejadas se as forças autoritárias ainda não estiverem no poder, mas muito

---

Constituição de Weimar: "O presidente do *Reich* tem o direito de dissolver o *Reichstag*, mas apenas uma vez pela mesma razão."

[758] SCHEPPELE, Kim Lane. "The Rule of Law and the Frankenstate: Why Governance Checklists Do Not Work", p. 560 (tradução livre).

[759] Ibidem, pp. 560-562 (tradução livre e grifos acrescentados).

provavelmente não gerarão todos os efeitos esperados se o governo já tiver sido capturado por lideranças antidemocráticas. Neste caso, será necessário que o Poder Público recorra a outros mecanismos, de caráter mais reativo, como o *impeachment* ou a perda de mandatos. No mesmo diapasão, é ingênuo acreditar que medidas imunizantes, como a adoção de políticas de desigualdade social, produzirão resultados a curto prazo, sobretudo se o autoritarismo bate à porta ou já está sentado no sofá da sala. Ainda assim, enquanto muitas das críticas práticas à teoria da democracia militante se voltam exclusivamente à questão das suas consequências, poucas são as linhas escritas acerca da necessidade de se analisar as circunstâncias concretas da aplicação de expedientes de autodefesa democrática, o que é de se espantar.

Em síntese, devido às idas e vindas típicas da dinâmica do processo político, não é dado escolher os efeitos reais da aplicação de medidas militantes, mas, como se depreende dos exemplos mencionados, é possível determinar as suas consequências legais, de modo a obstar eventuais tentativas de burla aos mecanismos de autodefesa democrática. A capacidade de reorganização de grupos, movimentos e agentes autoritários não é razão para se rejeitar, de plano, a adoção de modelos militantes de democracia; é, isto sim, motivo para se fortalecer ainda mais a vigia em prol dos direitos fundamentais e dos valores democráticos. De igual maneira, admitir que a democracia militante tem suas próprias limitações, até mesmo no que diz respeito à sua eficácia, não pode levar ao completo abandono da teoria. Se a crise democrática é grave, é melhor poder contar com todas as ferramentas disponíveis, o que deve incluir não apenas as medidas tradicionalmente militantes, como também outras formas de prevenção e de reação, a partir de um exame do contexto específico de incidência. Em tempos tão sombrios, que demandam soluções combinadas para os mais diversos problemas, não há porquê criar, abstratamente, "escolhas de Sofia" descabidas.

3.4.2. À mercê de falsos mártires?

Como já se adiantou, a outra objeção referente às consequências do uso de medidas militantes consiste na possibilidade de se produzir efeitos colaterais bastante danosos à democracia, notadamente o aumento da radicalização política e o nascimento, aos olhos de certos segmentos populares, de supostos ídolos perseguidos por elites poderosas. A

preocupação não é inédita na conturbada história do autoritarismo. Em meados de 1944, um grupo de oficiais nazistas, no âmbito do que ficou conhecido como *"Operação Valquíria"*, tentou assassinar Adolf Hitler, mas o plano acabou fracassando, e muitos dos conspiradores foram presos e mortos.[760] Em livro de memórias publicado sob o título *"Uma mulher em Berlim"*, a narradora anônima recorda o episódio ao se referir a comentário feito por uma cidadã de Hamburgo: "Se Hitler tivesse sido morto em 20 de julho de 1944, ele teria mantido algum vestígio de sua aura, e muitas pessoas teriam pensado nele como um mártir".[761]

Tomadas as devidas proporções, para determinados autores, algo similar pode ocorrer após a aplicação de providências de natureza militante. É o que cogita William Downs, ao afirmar que "o mantra do partido martirizado por um *establishment* político corrupto, que se autoperpetua no poder, contribui para a formação de um laço de lealdade unificada em torno da causa do *outsider* e de fidelidade ao líder dessa causa".[762] Na ausência de meios legais de expressão política e longe dos holofotes do debate público e das autoridades, os falsos mártires cresceriam feito mofo no escuro, radicalizando-se ainda mais,[763] bem como, ao longo desse processo, atraindo para si a atenção, sobretudo, de camadas da juventude, graças ao seu recém-adquirido *status* de tabu, de pecado, de fruto proibido.[764] Como a citação a Downs acima transcrita também insinua, esse risco parece ser maior em cenários nos quais os pretensos mártires se utilizam de recursos retóricos extraídos do discurso populista, contrapondo, de um lado, o sistema (supostamente) cruel e, de outro, a vontade do "povo".[765]

---

[760] Cf. BENDERSKY, Joseph W. *A Concise History of Nazi Germany*, op. cit., 2014, p. 197.

[761] A citação foi extraída de SOLLORS, Werner. *The Temptation of Despair*: Tales of the 1940s. Cambridge: The Belknap Press of Harvard University Press, 2014, p. 51 (tradução livre).

[762] DOWNS, William M. *Political extremism in democracies*: combating intolerance, op. cit., p. 70 (tradução livre). Cf. também BACKES, Uwe. "Limits of political freedom in democratic constitutional states: a comparative study on Germany, France and the USA". *Totalitarismus und Demokratie*, vol. 03, n° 02, 2006, p. 281; e MAREŠ, Miroslav. "How Does Militant Democracy Function in Combating Right-Wing Extremism? A Case Study of Slovakian Militant Democracy and the Rise of *Kotleba – People's Party Our Slovakia*", op. cit., p. 70.

[763] Cf. MINKENBERG, Michael. "Repression and reaction: militant democracy and the radical right in Germany and France". *Patterns of Prejudice*, vol. 40, n° 01, 2006, p. 41.

[764] Cf. KROTOSZYNSKI JR., Ronald J. "A Comparative Perspective on the First Amendment: Free Speech, Militant Democracy, and the Primacy of Dignity as a Preferred Constitutional Value in Germany". *Tulane Law Review*, vol. 78, 2003-2004, p. 1599.

[765] Nesse sentido, escreve também Cristóbal Rovira Kaltwasser: "[...] se uma democracia militante limita a participação política de forças populistas, a validade e a visibilidade do discurso dessas forças provavelmente crescerão. Não sem motivo, os populistas dirão que o 'sistema' é uma entidade corrupta, já que não dá voz a (setores do) 'povo'." (KALTWASSER, Cristóbal Rovira. "Militant Democracy Versus Populism". In:

Para Jan-Werner Müller, a inquietação manifestada por autores como William Downs, em tese, não é de todo infundada. Porém, Müller levanta um ponto interessante quando diz que, apesar disso, é difícil sustentar que a democracia deva pautar suas ações pelo modo como dado grupo de cidadãos com inclinações antidemocráticas enxergam o uso de medidas militantes.[766] A bem da verdade, permitir que isso ocorra pode gerar repercussões práticas ainda mais perniciosas, tendo em vista que o medo da criação de falsos mártires pode conduzir à inércia institucional, mesmo em graves contextos como o da consagração eleitoral do Partido Nazista na Alemanha da década de 1930. Nessa toada, aponta Giovanni Capoccia, em extensa investigação acadêmica sobre as formas de reação a movimentos autoritários na Europa do período entreguerras:

> Antes da ascensão de Hitler ao poder, os partidos ativistas se opunham a qualquer medida repressiva contra a extrema direita negativista, temendo que tais medidas os tornassem "mártires da causa alemã na Região dos Sudetas" [...]. Cada vez mais, esses argumentos foram dando lugar a preocupações, à medida que a natureza totalitária do Terceiro Reich também ficou clara fora da Alemanha.[767]

E o que a empiria tem a dizer sobre o tema em questão? O cientista político Tim Bale se fez essa mesma pergunta e, antes de respondê-la, analisou e comparou os processos de aplicação de medidas de autodefesa democrática em três países bastante diversos entre si: a Turquia, a Espanha e a Bélgica. Para a teoria da democracia militante, a conclusão a que o professor da Universidade de Londres chegou não poderia ser mais positiva: o uso de providências restritivas, por si, não necessariamente conduz à radicalização política ou à fabricação de mártires.

Como se viu, o banimento do *Refah Partisi* pela Corte Constitucional turca não pode ser considerado como um caso-modelo de emprego bem-sucedido da democracia militante. Os seus líderes conseguiram se reorganizar e, hoje no governo, estão depredando as instituições democráticas do país. É curioso notar que, antes da guinada autoritária de Recep Tayyip Erdoğan, Kevin Boyle, crítico ferrenho da referida decisão, elogiava o trabalho político do atual presidente, dizendo que a gestão do ex-*Refah* e do seu novo partido "realizou mais progressos

---

MALKOPOULOU, Anthoula; KIRSHNER, Alexander S. (ed.). *Militant Democracy and Its Critics*, op. cit., p. 73, tradução livre)

[766] Cf. MÜLLER, Jan-Werner. "Individual Militant Democracy", op. cit., p. 16.

[767] CAPOCCIA, Giovanni. *Defending Democracy*: Reactions to Extremism in Interwar Europe, op. cit., p. 275 (tradução livre).

para a transformação democrática da Turquia nos últimos dois anos que qualquer um dos partidos 'seculares' que antes estiveram no governo".[768] A frase de Boyle só comprova que não é possível prever, com segurança, as surpresas perversas que o futuro guarda – constatação que, se os apologistas da democracia militante não devem esquecer, os seus críticos, ironicamente, também não podem ignorar. Nesse sentido, afirma Albert Hirschman, não sem uma boa dose de sarcasmo:

> O efeito perverso é caso especial e extremo da consequência indesejada. Aqui, a falha de visão dos atores humanos ordinários é quase total, na medida em que suas ações vêm a produzir justamente o oposto do que se pretendia; os cientistas sociais que analisam o efeito perverso, no entanto, experimentam um grande sentimento de superioridade – e regozijam-se disso. [...]
> Ocorre que o gosto doce e a autobajulação deveriam colocar os analistas do efeito perverso, bem como o resto de nós, em posição de guarda: poderiam eles estar abraçando o efeito perverso com o propósito manifesto de se sentir bem consigo mesmos? Não estão eles sendo indevidamente arrogantes quando retratam os homens comuns como seres que tateiam no escuro, enquanto eles próprios seriam tão extraordinariamente perspicazes? Não estão eles subestimando a dificuldade de sua tarefa ao se focarem apenas em um resultado excepcional e simplista de determinado programa ou política – o oposto do resultado pretendido? **Afinal, pode-se argumentar que o efeito perverso, que parece ser mera variável do conceito de consequência indesejada, é, em medida bastante importante, a sua própria negação, e até mesmo a sua traição. O conceito de consequência indesejada originalmente introduz incerteza e abertura ao pensamento social, mas, em uma fuga da sua nova liberdade, os arautos dos efeitos perversos voltam a ver o universo social como, mais uma vez, totalmente previsível.**[769]

E, como todo processo complexo, a experiência turca não se revelou inteiramente ruim, conforme aponta Tim Bale no trabalho de pesquisa acima mencionado. A partir do exame dos banimentos de outras organizações partidárias, o cientista político afirma que, ao invés de se radicalizarem, os seus membros fundaram partidos cada vez mais moderados.[770] Nesse sentido, os frutos amargos do caso *Refah Partisi* talvez consistam em ponto fora da curva, gerados não pela aplicação da medida militante em si, mas por outros fatores políticos.[771] Também de acordo com Bale, na Espanha pós-proscrição do *Herri Batasuna*, verificou-se situação similar. Embora

---

[768] BOYLE, Kevin. "Human Rights, Religion and Democracy: The Refah Party Case", op. cit., p. 12 (tradução livre).

[769] HIRSCHMAN, Albert O. *The Rhetoric of Reaction*: Perversity, Futility, Jeopardy, op. cit., pp. 36-37 (tradução livre e grifos acrescentados)

[770] Cf. BALE, Tim. "Are Bans on Political Parties Bound to Turn Out Badly? A Comparative Investigation of Three 'Intolerant' Democracies: Turkey, Spain, and Belgium". *Comparative European Politics*, vol. 05, n° 02, 2007, pp. 145-147. Ver também GÜNEY, Aylin; BAŞKAN, Filiz. "Party Dissolutions and Democratic Consolidation: The Turkish Case". *South European Society & Politics*, vol. 13, n° 03, 2008, pp. 263–281.

[771] Cf. ISSACHAROFF, Samuel. *Fragile Democracies*: Contested Powers in the Era of Constitutional Courts, op. cit., pp. 75-76.

houvesse, à época, certo temor de que o banimento do HB levaria a mais polarização e, consequentemente, à transformação dos nacionalistas bascos em mártires da democracia, aconteceu o oposto: depois que o referido partido foi excluído do jogo político ordinário, a Espanha vivenciou o período menos violento da história do conflito com os separatistas, e o antigo líder do HB passou a defender o armistício entre o *Euskadi Ta Askatasuna* e o governo.[772] Vale ainda ressaltar que, pouco anos depois do banimento do *Herri Batasuna*, o ETA renunciou publicamente ao uso da violência como estratégia política, e a causa basca retornou à cena eleitoral por meio de partidos muito mais moderados.[773]

Na Bélgica, o *Vlaams Blok* ("Bloco Flamengo", em tradução livre), partido de extrema direita da região de Flandres, foi dissolvido em 2004 pelo Poder Judiciário daquele país, em virtude da sua plataforma racista.[774] Entretanto, à semelhança do que se deu na Turquia, a sua ausência foi rapidamente preenchida pela fundação do *Vlaams Belang* ("Interesse Flamengo", em tradução livre).[775] Mais uma vez, a ocorrência de sucessão partidária comprova que as democracias militantes devem permanecer sempre atentas ao período posterior à aplicação de providências restritivas para evitar que estas tenham sido usadas em vão, nos moldes já defendidos no item anterior deste trabalho. De todo modo, para Tim Bale, o banimento do *Vlaams Blok* não foi nem ineficaz, nem contraproducente. Segundo o professor da Universidade de Londres, o objetivo principal da medida ora em exame não era banir o referido partido *tout court*, mas impedi-lo – assim como qualquer outra organização – de incitar o racismo ou instituir políticas discriminatórias de segregação, meta que foi alcançada.[776] Ademais, apesar de compartilhar as mesmas iniciais do seu antecessor, o *Vlaams Belang* não consiste em forma mais radical do *Vlaams Blok*, pelo contrário: de acordo com Bale, o seu programa adota discurso mais tolerante quanto à possibilidade de convivência entre diferentes grupos étnicos em uma

[772] Cf. BALE, Tim. "Are Bans on Political Parties Bound to Turn Out Badly? A Comparative Investigation of Three 'Intolerant' Democracies: Turkey, Spain, and Belgium", op. cit., pp. 150-152.

[773] Cf. BOURNE, Angela K. *Democratic Dilemmas*: why democracies ban political parties, op. cit., pp. 56-57 e pp. 74, ss.

[774] Cf. BREMS, Eva. "Belgium: The Vlaams Blok political party convicted indirectly of racism". *International Journal of Constitutional Law*, vol. 04, n° 04, 2006, pp. 702-711.

[775] Cf. ERK, Jan. "From Vlaams Blok to Vlaams Belang: The Belgian Far-Right Renames Itself". *West European Politics*, vol. 28, n° 03, 2005, pp. 493-502.

[776] Cf. BALE, Tim. "Are Bans on Political Parties Bound to Turn Out Badly? A Comparative Investigation of Three 'Intolerant' Democracies: Turkey, Spain, and Belgium", op. cit., p. 153.

mesma sociedade,[777] avanço que, conquanto possa ser visto como taticamente cosmético,[778] derivou da forte reação manifestada pela democracia belga.[779]

A pesquisa de Giovanni Capoccia sobre estratégias de autodefesa democrática na Europa pós-Primeira Guerra Mundial aponta na mesma direção da análise de Tim Bale. O cientista político examinou casos de aplicação de medidas dessa natureza em três países que passavam por graves dificuldades no tocante à contenção de movimentos de tendências autoritárias. Na antiga Checoslováquia, o governo andava às turras com o Partido Sudeta Alemão (*Sudetendeutsche Partei – SdP*), organização pró-nazismo muito bem-sucedida em eleições locais, sobretudo entre os cidadãos de ascendência germânica.[780] Já na Bélgica, a ameaça mais agressiva ao regime democrático vinha do Partido Rexista (*Rex*), de traços abertamente autoritários, fundado por Léon Degrelle, um importante colaborador do Partido Nazista alemão e futuro negacionista do Holocausto judeu.[781] Por fim, a Finlândia tentava lidar com o Movimento de Lapua (*Lapuan Liike*), dominado por nacionalistas anticomunismo de inspiração fascista, e de seu braço partidário, o Movimento Patriótico Popular (*Isänmaallinen Kansanliike – IKL*).[782] Diante desse panorama, as democracias checoslovaca, belga e finlandesa lançaram mão de vários expedientes para sobreviver, dentre os quais se destacam providências restritivas como banimentos, proibição de organizar manifestações, vedação de acesso a rádio etc.[783]

Depois de comparar os resultados satisfatórios obtidos pelos países supracitados com as repercussões catastróficas da política essencialmente inclusiva adotada pela Alemanha e pela Itália no mesmo ínterim, Capoccia conclui que o uso de medidas de enfrentamento não só foi

[777] Cf. Ibidem, p. 153.

[778] Cf. ERK, Jan. "From Vlaams Blok to Vlaams Belang: The Belgian Far-Right Renames Itself", op. cit., pp. 496-497.

[779] Cf. COFFÉ, Hilde. "The adaptation of the extreme right's discourse: the case of the Vlaams Block". *Ethical Perspectives*, vol. 12, n° 02, 2005, pp. 205-230.

[780] Cf. CAPOCCIA, Giovanni. *Defending Democracy*: Reactions to Extremism in Interwar Europe, op. cit., pp. 39-40 e pp. 79-81.

[781] Cf. Ibidem, p. 41 e pp. 110-116.

[782] Cf. Ibidem, pp. 43-46 e pp. 153-162.

[783] Cf. Ibidem, pp. 92, 129 e 169. Vale dizer que Karl Loewenstein já citava os casos da Checoslováquia, da Bélgica e da Finlândia na sua análise de medidas militantes implementadas por países europeus. Cf. LOEWENSTEIN, Karl. "Militant Democracy and Fundamental Rights, I", op. cit., p. 638-639, pp. 641-644 e pp. 649-650.

essencial para que se alcançasse o objetivo desejado, como não produziu os efeitos colaterais que muitos imaginavam. Veja-se, a esse respeito, o seguinte trecho da sua pesquisa:

> A tese segundo a qual as ações repressivas falhariam em atingir o objetivo pretendido e, na verdade, gerariam mais apoio aos extremistas é frequentemente endossada. De acordo com essa visão, a repressão cria "mártires" e, portanto, é contraproducente, enquanto cursos de ação alternativos, como tolerância ou incorporação de extremistas, constituem estratégias superiores. **Embora isso possa ser verdade em outros contextos, os casos históricos analisados aqui mostram que a repressão, ou pelo menos o confronto direto com extremistas fortes, constituiu, na verdade, fator muito importante para determinar a vitória das forças democráticas na luta contra o extremismo. Nos casos de colapso aqui considerados, não há elemento que apoie a "tese do mártir"**. Na Itália, a falta de repressão contra os fascistas ajudou sua vitória final, e tal escolha não foi determinada por preocupações normativas, mas sim por manobras políticas. Em Weimar, os decretos de emergência de 1931-32 não tiveram o efeito de restaurar a ordem pública em um sistema democrático principalmente porque as forças democráticas estavam divididas e não conseguiam entrar em acordo quanto a uma plataforma comum de defesa contra extremistas, e não porque tais decretos criaram "mártires" entre os nazistas. Ademais, na Europa entreguerras, o equilíbrio da estratégia oposta, isto é, a inclusão política pura e simples, possivelmente acompanhada da ilusão de que isso moderaria ou enfraqueceria os extremistas, é negativo, pelo menos nos casos em que as forças antissistema eram fortes e agressivas: na Itália e na Alemanha, fascistas e nazistas podiam contar com o apoio de outros grupos para realizar seus projetos, explorando a divisão interna das forças democráticas. **Em suma, o argumento de que a guetização dos extremistas aumenta o seu potencial destrutivo – e, portanto, a inclusão é melhor – não funciona para o tipo de desafios extremistas existentes na Europa entreguerras.**[784]

Mais que não necessariamente produzir falsos ídolos embrutecidos, pode-se dizer que as medidas militantes geram efeitos positivos para além da defesa do regime democrático.[785] Como afirma Judith Wise, o emprego de tais expedientes consiste em evento social que se projeta sobre todos os diferentes agentes da disputa política, exercendo, assim, múltiplas funções.[786] Para os integrantes de movimentos autoritários, trata-se de resposta direta do Estado, na medida em que a mera previsão de normas restritivas transmite a esses indivíduos o recado de que a democracia não tolerará projetos políticos que visem à sua destruição.[787] Para os democratas convictos, serve como rito de (re)afirmação da crença na ordem democrático-constitucional, o que, segundo Svetlana Tyulkina, foi essencial para o processo de transição dos

[784] CAPOCCIA, Giovanni. *Defending Democracy*: Reactions to Extremism in Interwar Europe, op. cit., pp. 291-292 (tradução livre e grifos acrescentados).

[785] Cf. RIJPKEMA, Bastiaan. *Militant Democracy*: The Limits of Democratic Tolerance, op. cit., p. 100.

[786] Cf. WISE, Judith. "Dissent and the Militant Democracy: The German Constitution and the Banning of the Free German Workers Party". *The University of Chicago Law School Roundtable*, vol. 05, n° 01, 1998, p. 337.

[787] Cf. TYULKINA, Svetlana. *Militant Democracy*: Undemocratic political parties and beyond, op. cit., p. 104.

países a leste da antiga Cortina de Ferro.[788] Para todos – mas, especialmente, para as vozes mais críticas –, opera como ferramenta de demarcação dialética dos limites do que é aceitável em termos de prática política, de sorte a renovar a cultura democrática por meio da discussão contínua acerca da própria natureza da democracia.[789]

Com essas observações, chega ao fim o capítulo voltado a investigar as dificuldades – materiais, institucionais e práticas – subjacentes à adoção de modelos militantes de democracia. Nele, as principais críticas à teoria da autodefesa democrática foram rebatidas sobretudo a partir do debate internacional sobre os seus fundamentos, aplicação e efeitos. Já nos próximos capítulos, que compõem a segunda parte deste trabalho, a tarefa consistirá em transpor esse debate ao contexto brasileiro, partindo-se das considerações feitas até agora, com o objetivo de elaborar uma proposta de operacionalização do conceito para o ordenamento jurídico-constitucional do Brasil, bem como indicar os instrumentos de autodefesa à disposição da democracia brasileira. A propósito, cumpre ressaltar que a principal finalidade da segunda parte deste trabalho não é fazer recomendações *de lege ferenda* – embora, em determinados momentos, isso seja inevitável –, mas sim traçar diretrizes para a aplicação da democracia militante com base no que já está previsto na Constituição e nas leis nacionais. Dessa forma, passemos, sem mais delongas, ao nosso desafio derradeiro.

[788] Cf. Ibidem, p. 104.

[789] Cf. WISE, Judith. "Dissent and the Militant Democracy: The German Constitution and the Banning of the Free German Workers Party", op. cit., pp. 336-337.

4. UMA PROPOSTA DE OPERACIONALIZAÇÃO: POSSÍVEIS DIRETRIZES PARA A APLICAÇÃO DO CONCEITO DE DEMOCRACIA MILITANTE NO BRASIL

Será que nunca faremos senão confirmar
A incompetência da América católica
Que sempre precisará de ridículos tiranos?

Caetano Veloso[790]

4.1. Narrativa constitucional em uma democracia frágil: anos de chumbo, redemocratização e a Constituição de 1988

Por ter sido fruto da atuação das mais diversas forças políticas no contexto de passagem da ditadura civil-militar para a Nova República, a Constituição Federal de 1988 é marcadamente compromissória.[791] De um lado, o seu texto se preocupa em "erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais" (art. 3º, inciso III), contemplando, inclusive, vasto rol de direitos cuja concretização exige do Poder Público considerável proatividade (*e.g.*, art. 6º), porém, de outro lado, institui ordem econômica baseada em princípios não intervencionistas como a livre iniciativa e a livre concorrência (art. 170). Para o argentino Roberto Gargarella, tal característica da CF/88 remonta a certa tradição comum do constitucionalismo latino-americano, presente desde o século XIX, de dar preferência a estratégias de acumulação no momento de se redigir as cartas políticas, combinando, em um mesmo documento, as mais diferentes propostas, oriundas de facções ideológicas rivais e, por isso, frequentemente em tensão.[792] Na Assembleia Constituinte, os impasses mais duros levavam o sugestivo apelido de "buracos negros", e eram "resolvidos à custa de conchavos e negociações, principalmente pelo colégio de líderes, em busca da maioria possível, que fizesse

[790] VELOSO, Caetano. "Podres poderes". In: *Velô*. Produzido por Caetano Veloso e Ricardo Cristaldi. Rio de Janeiro: Philips Records, p1984, 1 disco sonoro, faixa 1.

[791] Cf. SOUZA NETO, Cláudio Pereira; SARMENTO, Daniel. *Direito Constitucional*: teoria, história e métodos de trabalho, op. cit., p. 64.

[792] Cf. GARGARELLA, Roberto. "Latin America: Constitutions in Trouble". In: GRABER, Mark A.; LEVINSON, Sanford; TUSHNET, Mark (ed.). *Constitutional Democracy in Crisis?*, op. cit., p. 180.

o processo andar",[793] de modo a preservar, pela via do acordo, os interesses egoísticos dos membros de grupos sociais hegemônicos.

Carlos Ari Sundfeld chega a dizer que a influência exercida por esses grupos na elaboração da CF/88 faz dela menos uma Constituição cidadã e mais uma Constituição "chapa branca":

> Minha tese é que a idealização em torno do caráter garantista da Constituição tem obscurecido o que é o seu traço central: o haver instituído um constitucionalismo chapa branca, destinado a *assegurar posições de poder a corporações e organismos estatais ou paraestatais*.
> O conteúdo da Carta de 1988 é menos para proteger o cidadão frente ao Estado que para defender essas corporações e organismos contra as deliberações governamentais e legislativas.
> A Assembleia Constituinte desenvolveu-se sob um governo fraco, que encomendou um projeto de Constituição (feito por uma chamada "Comissão dos Notáveis") e depois o ignorou. Abriu-se a porta para o *lobby* das organizações estatais ou paraestatais mais articuladas, que acorreram com suas reivindicações de poder.
> [...]
> Em suma, os cidadãos que tiveram atenção primária da Constituição foram policiais, fiscais tributários, militares, juízes, membros do Ministério Público, advogados públicos, defensores, professores de universidades oficiais, profissionais de saúde pública, e assim por diante.
> Isso faz da Constituição uma *Lei Maior de organização administrativa* (que assegura, aos organismos e corporações estatais e paraestatais, proteção contra as reorganizações por meio de lei), de *diretrizes orçamentárias* (que garante verbas aos setores tais ou quais, por meio de repartições e vinculações de receita tributária, engessando s leis orçamentárias) e de *vantagens de servidores públicos* (vencimentos, previdência etc.).[794]

Em alguma medida, as reflexões incômodas de Sundfeld se aproximam das importantes considerações de Ran Hirschl acerca da constitucionalização de posições jurídicas e do papel da Suprema Corte na tutela dessas posições. É que, para Hirschl, em determinado momento histórico, a expansão dos mecanismos de representação eleitoral de grupos tipicamente marginalizados começou a ameaçar as elites políticas, econômicas e judiciais, que, por sua vez, passaram a ver as Constituições, acima de tudo, como sítios de entrincheiramento dos interesses que lhes eram mais caros, colocando-os, assim, longe do alcance da dinâmica própria do jogo político ordinário.[795] Veja-se o exemplo dos Estados Unidos: as origens do constitucionalismo

---

[793] CARVALHO, Luiz Maklouf. *1988: Segredos da Constituinte*. Os vinte meses que agitaram e mudaram o Brasil. Rio de Janeiro: Record, 2017, p. 24.

[794] SUNDFELD, Carlos Ari. *Direito Administrativo para Céticos*. São Paulo: Malheiros, 2017, p. 348 (grifos originais).

[795] Nas palavras do referido cientista político, "a constitucionalização de direitos e a instituição do controle de constitucionalidade não ocorreram somente, ou mesmo primariamente, por causa do compromisso genuíno da classe política com noções progressistas de justiça social ou com uma visão elevada acerca dos direitos universais,

norte-americano não está ligada à tutela dos direitos fundamentais de minorias políticas como as mulheres, os negros ou os indígenas, mas sim à proteção da única "minoria" que importava aos olhos dos *founding fathers*, os ricos proprietários de terras, e de um direito em particular, a propriedade privada.[796] Em um dos debates da Convenção da Filadélfia de 1787, James Madison resumiu a ideia à perfeição ao declarar que, a seu ver, a responsabilidade do governo é "proteger a minoria dos opulentos contra a maioria".[797]

Acontece que, a despeito da sua relevância, as leituras desencantadas do processo de criação da CF/88 não devem pretender dissimular a *narrativa constitucional* que estrutura os seus alicerces. Como bem afirma Robert Cover, "nenhum conjunto de instituições ou prescrições legais existe à parte das narrativas que o localizam e que lhe conferem significado. Para toda Constituição, existe um épico, para cada decálogo, uma escritura".[798] Nessa linha, todas as Constituições brasileiras tiveram o seu próprio épico, belo ou perverso: o da Carta de 1824, por exemplo, foi a epopeia da independência; o do texto de 1891, a fábula da República; o das Constituições de 1937 e de 1967/1969, o poema torto do despotismo. Já o épico da CF/88 é, sem dúvida, a superação do passado autoritário do país em prol da construção de uma

---

mas, em muitos casos, por causa de tentativas de se manter o status quo social e político e de se bloquear esforços no sentido de desafiar gravemente esse status quo por meio da política democrática. Como sugere a minha análise das origens políticas da revolução constitucional nesses quatro países [quais sejam, África do Sul, Canadá, Israel e Nova Zelândia], o empoderamento do Judiciário por meio da constitucionalização é, muito frequentemente, resultado de um pacto estratégico tripartite entre elites políticas hegemônicas, embora cada vez mais ameaçadas, que tentam insular as suas preferências políticas das vicissitudes da política democrática; elites econômicas que compartilham um compromisso com o livre mercado e uma antipatia concomitante em relação ao governo; e supremas cortes que se esforçam para fortalecer o seu poder simbólico e a sua posição institucional." (HIRSCHL, Ran. *Towards Juristocracy*: The Origins and Consequences of New Constitutionalism. Cambridge: Harvard University Press, 2007, pp. 213-214, tradução livre)

796 Cf. GARGARELLA, Roberto. *Los fundamentos legales de la desigualdad*: el constitucionalismo en América (1776-1860). Madrid: Siglo XXI de España, 2005, p. 134-135.

797 Eis o trecho anterior da fala de James Madison: "O homem que possui riquezas, que se deita no sofá ou anda de carruagem, não pode julgar os desejos ou sentimentos do trabalhador do dia a dia. **O governo que pretendemos erigir deve durar séculos. O interesse dos proprietários de terras, atualmente, é predominante; mas, com o passar do tempo, à medida que nos aproximarmos dos Estados e reinos da Europa; quando o número de proprietários de terras for comparativamente pequeno, em virtude dos vários meios de comércio e manufatura, o seu interesse não será superado em futuras eleições e, a menos que seja sabiamente protegido, o que será do seu governo?** Na Inglaterra, neste dia, se as eleições fossem abertas a todas as classes de pessoas, o direito dos proprietários de terras não estaria seguro. Uma lei agrária seria aprovada em pouco tempo. **Se essas observações forem justas, nosso governo deve garantir os interesses permanentes do país contra a inovação. Os proprietários de terras devem ter uma participação no governo, apoiar esses interesses inestimáveis, equilibrar e fiscalizar a outra parte.**" (YATES, Robert; LANSING, John. *Secret Proceedings and Debates of the Convention Assembled at Philadelphia, in the Year 1787, for the Purpose of Forming the Constitution of the United States of America*. Richmond: Wilbur Curtiss, 1839, p. 183, tradução livre e grifos acrescentados)

798 COVER, Robert. "Nomos and Narrative". In: MINOW, Martha; RYAN, Michael; SARAT, Austin (ed.). *Narrative, Violence, and the Law*: The Essays of Robert Cover. Ann Arbor: The University of Michigan Press, 1995, pp. 95-96 (tradução livre).

sociedade fundada na garantia de liberdade e igualdade para todos.[799] Aspira-se ao amanhã por meio da aversão a ontem. Nesse ponto, não estamos sozinhos: à semelhança de tantos outros sistemas constitucionais erguidos a partir das ruínas de regimes opressores fracassados, somos – na tipologia de Samuel Issacharoff – uma *democracia frágil* e, em assim sendo, temos que gerir os conflitos sociais outrora suprimidos ou explorados pela ditadura civil-militar, estabilizar as formas de exercício do poder, e incutir, nos corações e nas mentes dos cidadãos, os valores constitucionais da soberania popular.[800] Como se não bastasse, todas essas árduas tarefas devem ser realizadas ao mesmo tempo que se reage a eventuais ameaças antidemocráticas, ora se habilitando, ora se limitando a vontade das maiorias.[801]

Não se ignora que, uma vez elaborada em contexto no qual os atores do antigo regime precisavam garantir que não perderiam tudo, a CF/88 também contou com a participação ativa de figuras alinhadas à ditadura. A título ilustrativo, destaca-se que, em entrevista para o jornalista Luiz Maklouf Carvalho,[802] o general Leônidas Pires Gonçalves – Chefe do Estado-Maior do I Exército entre 1974 e 1977 e Ministro do Exército durante o governo de José Sarney – admitiu ter exercido muita influência na escolha do relator da Comissão de Sistematização do texto, o então senador Bernardo Cabral, bem como asseverou que não teria deixado passar qualquer proposta de emenda que visasse a eliminar o papel das Forças Armadas na garantia da lei e da ordem, nos termos do atual art. 142 da Constituição.[803-804] Tampouco se desconhece que os dispositivos da CF/88, não raro, são objeto de leituras conflitantes entre si, algumas inclusive de cunho autoritário, conforme se pode depreender do sentido (equivocado) que

[799] Cf. NUNES, Daniel Capecchi. *Minorias no Supremo Tribunal Federal*: entre a impermeabilidade constitucional e os diálogos com a cidadania. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2017, pp. 32-37.

[800] Cf. ISSACHAROFF, Samuel. Fragile Democracies: Contested Powers in the Era of Constitutional Courts, op. cit., pp. 10-11.

[801] Cf. Ibidem, p. 02.

[802] Cf. CARVALHO, Luiz Maklouf. *1988: Segredos da Constituinte*. Os vinte meses que agitaram e mudaram o Brasil, op. cit., pp. 63-66.

[803] Vale ressaltar que, quando do falecimento do general, em 2015, o ex-presidente Sarney – ele mesmo um antigo aliado do regime militar – disse que Leônidas Pires Gonçalves "deu suporte a que transição fosse feita com as Forças Armadas e não contra as Forças Armadas". Cf. O GLOBO. "Morre Leônidas Pires Gonçalves, ministro do Exército no governo Sarney", 04 de junho de 2015. Disponível eletronicamente em: <https://oglobo.globo.com/brasil/morre-leonidas-pires-goncalves-ministro-do-exercito-no-governo-sarney-16354584>. Acesso em: 16 de fevereiro de 2020.

[804] Cf. ZAVERUCHA, Jorge. "Relações civil-militares: o legado autoritário da Constituição brasileira de 1988". In: TELES, Edson; SAFATLE, Vladimir. *O que resta da ditadura*: a exceção brasileira, op. cit., pp. 41-76.

determinados intérpretes simpáticos ao recrudescimento das políticas de segurança pública conferem ao art. 144 da carta, que, como se sabe, disciplina a atuação das forças policiais.[805]

Contudo, nada disso anula o fato de que, nas palavras do presidente da Assembleia Constituinte de 1987/1988, o atual texto constitucional tem "ódio à ditadura. Ódio e nojo".[806] Embora censurável sob a perspectiva principiológica, a anuência a um modelo de "transição pela transação",[807] que acabou se refletindo no processo de produção da CF/88, justificava-se do ponto de vista prático, na medida em que era importante, para garantir o (re)nascimento da democracia, assegurar aos militares que, no novo regime, eles não seriam nem responsabilizados pelos seus atos nefastos, nem alienados da vida política nacional, facilitando a sua saída do poder.[808] À época, José Álvaro Moisés chegou a considerar que tal escolha conciliatória poderia transformar a Constituinte em uma farsa, caso não houvesse abertura aos influxos da sociedade civil,[809] mas, como se sabe, ocorreu o exato oposto.[810] Do mesmo modo, não se pode esquecer que a vida da Constituição, tal qual a do Direito, "é luta – uma luta das nações, do poder do Estado, das classes, dos indivíduos",[811] razão pela qual são inevitáveis as tentativas de captura do seu sentido pelos mais diversos grupos sociais, desde que mantida a sua essência. Dito de outra maneira, é natural que a Constituição de 1988 seja objeto de disputas,

[805] Para uma crítica certeira das leituras autoritárias no campo da segurança pública, cf. SOUZA NETO, Cláudio Pereira de. "A segurança pública na Constituição de 1988: conceituação constitucionalmente adequada, competências federativas e órgãos de execução das políticas". *Revista de Direito do Estado*, vol. 08, n° 02, 2007.

[806] Cf. PILATTI, Adriano. *A Constituinte de 1987-1988*: progressistas, conservadores, ordem econômica e regras do jogo, op. cit., p. 308.

[807] Cf. SHARE, Donald; MAINWARING, Scott. "Transição pela transição: democratização no Brasil e na Espanha". *Dados*, vol. 29, n° 02, 1986, pp. 207-236.

[808] Os integrantes e aliados do regime temiam o que eles chamavam de "revanchismo", ou seja, uma "argentinização" do processo transicional, com a responsabilização penal dos violadores de direitos humanos. Cf. BAUER, Caroline Silveira. "Conciliação e revanchismo ao término da ditadura civil-militar brasileira: a perpetuação do medo através do perigo da 'argentinização' da transição política". *Diálogos*, vol. 18, n° 01, 2014, pp. 121-145.

[809] Cf. MOISÉS, José Álvaro. "A constituinte é uma farsa?". *Lua Nova*, vol. 02, n° 03, 1985, pp. 11-13.

[810] "[...] a participação popular foi uma constante durante os trabalhos da constituinte e se deu também pela presença física nas dependências do Congresso. Estima-se que – afora parlamentares e servidores do legislativo – cerca de 10 mil pessoas transitavam em média, diariamente, pelo Congresso Nacional, representando os mais variados grupos sociais: trabalhadores e empresários, estudantes, aposentados, servidores públicos, índios, sem-terra, donas de casa etc." (SOUZA NETO, Cláudio Pereira; SARMENTO, Daniel. *Direito Constitucional*: teoria, história e métodos de trabalho, op. cit., pp. 165-166)

[811] VON IHERING, Rudolf. *The Struggle for Law*. Tradução de John J. Lalor. Chicago: Callaghan and Company, 1915, p. 01 (tradução livre para o português).

mas o conteúdo da sua narrativa estruturante a torna incompatível com apropriações antidemocráticas.

No Direito brasileiro, persiste certo cacoete epistemológico que deve ser evitado para que se possa compreender, em toda a sua extensão, a natureza do discurso prestigiado pela nossa Carta Maior. Guiada pelo ideal ilusório do jurista apolítico, que não deixa nenhum juízo de valor interferir no seu ofício, a consciência jurídica nacional acredita que os profissionais do Direito "serão mais técnicos quanto mais indiferentes forem aos méritos ou deméritos democráticos das leis e dos atos do governo".[812] Tal concepção, todavia, encobre o fato de que o texto constitucional nasce da política,[813] sendo, ele mesmo, repleto de juízos de valor cuja concretização não é sinônimo de proselitismo, mas sim tarefa obrigatória para todos os intérpretes da lei. No caso da Constituição de 1988, tem-se que as suas escolhas axiológicas apontam, desde o preâmbulo, para um profundo compromisso com a sobrevivência do regime democrático e dos direitos fundamentais. Nesse aspecto, não há margem para se dizer que a CF/88 é isenta, de sorte que fechar os olhos para o sentido das suas apostas implica entregar o seu espírito àqueles que não precisam de defensores da democracia, mas sim de tecnocratas ambiciosos, dispostos a servir, no mais absoluto silêncio, a qualquer mestre. Em sentido semelhante, afirma Daniel Capecchi Nunes:

> [...] a Constituição de 1988 e as instituições por ela fundadas não são neutras com relação aos diferentes discursos e práticas existentes socialmente. **Fruto de uma tentativa de ultrapassar uma realidade autoritária, a Constituição assume para si o lado da democracia e dos direitos fundamentais, criando em seu próprio texto restrições discursivas e parâmetros institucionais dentro dos quais será possível disputar narrativas e visões.** [...]
> Assumir esse ponto de vista não é negar que existem inúmeras dimensões de disputa sobre o que se entende por democracia e qual o sentido dos direitos. Em um regime democrático, tais disputas não são apenas autorizadas como são essenciais à manutenção de uma vida pública rica e plural. **No entanto, isso não quer dizer que qualquer forma de discurso sobre a democracia e sobre os direitos seja aceitável e justificável, sob uma perspectiva constitucional.**[814]

É com base nessa premissa narrativa que se pode sustentar o caráter militante da democracia construída sob a égide da Constituição Federal de 1988. Certamente, alguns eventos

---

[812] QUEIROZ, Rafael Mafei Rabelo. "A ilusão do jurista apolítico". *Quatro Cinco Um*, ano 04, n° 31, 2020, p. 22.

[813] Cf. GRIMM, Dieter. *Constituição e Política*. Tradução de Geraldo de Carvalho. Belo Horizonte: Del Rey, 2006, p. 03-20.

[814] NUNES, Daniel Capecchi. "A Constituição de 1988 é neutra?". *Jota*, 15/12/2017. Disponível eletronicamente em: <https://www.jota.info/opiniao-e-analise/artigos/constituicao-de-1988-e-neutra-15122017>. Acesso em: 16 de fevereiro de 2020 (grifos acrescentados).

recentes, com destaque para a eleição de Jair Bolsonaro, colocam à prova a real capacidade de infiltração do épico antiautoritário da nossa carta política entre nós, o povo brasileiro. Isso, todavia, não é motivo para que hesitemos diante dos movimentos que visam alijar esse épico da sua carga emancipatória. Refletindo sobre o cenário norte-americano, Laurence Tribe escreve que a narrativa estruturante dos Estados Unidos não jaz nem na ancestralidade, nem no território, mas na existência de um único projeto transgeracional emoldurado pela Constituição daquele país.[815] A CF/88 também possui um projeto, que, como visto, está ancorado no momento constitucional da redemocratização e da aversão aos anos de chumbo. "Amaldiçoamos a tirania onde quer que ela desgrace homens e nações, principalmente na América Latina", declarou Ulysses Guimarães, sob aplausos entusiasmados, na sessão solene de promulgação do texto constitucional.[816] Nestes tempos mais que bicudos,[817] reconhecer que a democracia brasileira é, sim, uma democracia militante pode nos ajudar a resgatar o verdadeiro sentido de tais palavras e, nesse processo de rememoração, aprofundar as raízes de uma narrativa coletiva que vem perdendo sua força diante da polarização, da desconfiança e do ressentimento que nos assolam.

Resta, contudo, uma questão bastante relevante: com base na Constituição de 1988, qual deve ser o âmbito de proteção da democracia militante no Brasil? Para responder a essa pergunta, este trabalho combina as duas propostas de fundamentação material do conceito que foram definidas no capítulo anterior, quais sejam, a democracia como autocorreção e a democracia substantiva. Do lado da autocorreção, partindo-se da releitura de Bastiaan Rijpkema sobre as contribuições de George van den Bergh, emergem (i) a proteção do sufrágio ativo, (ii) a garantia do pluripartidarismo e do sufrágio passivo e (iii) a tutela da liberdade de expressão. Já do lado da substância, conforme também visto a partir dos (maus) exemplos fornecidos pelos processos de apodrecimento constitucional em outros países, destacam-se (iv) a defesa da igualdade formal, (v) a coibição de atos de violência e de discursos de ódio, que ameaçam

[815] Cf. TRIBE, Laurence. "America's Constitutional Narrative". *Daedalus: The Journal of the American Academy of Arts & Sciences*, vol. 141, n° 01, p. 20.

[816] Cf. PILATTI, Adriano. *A Constituinte de 1987-1988*: progressistas, conservadores, ordem econômica e regras do jogo, op. cit., p. 308.

[817] A expressão é de Oscar Vilhena Vieira e se refere a períodos como o que hoje se vive no Brasil: "Passamos a viver, da perspectiva constitucional, tempos bicudos, em que a coordenação política parece ter sido substituída por uma constante e recíproca retaliação institucional, em que ferramentas voltadas à estabilização de expectativas jurídicas e procedimentos concebidos para favorecer a competição democrática passaram, em determinadas circunstâncias, a ser empregados como facas afiadas na luta pelo poder." (VIEIRA, Oscar Vilhena. *A batalha dos poderes*: da transição democrática ao mal-estar constitucional, op. cit., 2018, p. 16)

direitos fundamentais, e (vi) a garantia de mecanismos elementares de separação de poderes. Passa-se, assim, à análise de cada um desses elementos.

4.2. Sufrágio ativo

No início da década de 1980, já no contexto da transição para a democracia, as ruas de várias cidades brasileiras foram tomadas por grandes comícios em que multidões reivindicavam a volta do povo para o centro da vida eleitoral do país. O movimento *Diretas Já*, como ficou conhecido, engrossava o coro pela aprovação da Proposta de Emenda Constitucional n° 05/1983, apresentada pelo então jovem deputado federal Dante de Oliveira e informalmente batizada com o seu nome. A referida PEC previa eleições presidenciais diretas para o substituto do general João Baptista Figueiredo, o último presidente do ciclo militar que se iniciara em 1964. No dia em que o Congresso Nacional se reuniu para votá-la, a proposta foi rejeitada por não ter atingido o quórum necessário para aprovação,[818] mas, apesar de frustrado o seu principal objetivo, a campanha das diretas surtiu efeitos importantes para o processo de redemocratização, debilitando as bases de sustentação da ditadura, fortalecendo novas e velhas lideranças políticas pró-democracia, afastando as camadas empresariais dos dirigentes do regime e deslegitimando as antigas forças perante a opinião pública.[819]

O movimento *Diretas Já* é apenas um dos muitos episódios na trajetória conturbada dos direitos políticos no Brasil. Em célebre artigo acadêmico sobre o desenvolvimento da cidadania na sociedade de classes, T. H. Marshall sustentou que o conceito em questão pode ser decomposto em três elementos: o civil, vinculado às liberdades públicas e associado mais diretamente à atuação dos tribunais; o político, ligado à participação no exercício do poder, seja integrando os parlamentos e os conselhos locais, seja influenciando na escolha dos membros desses órgãos; e o social, definido como o mínimo de bem-estar econômico e de seguridade,

[818] Vale destacar que houve intenso debate acerca do quórum necessário para a aprovação da PEC n° 05/1983, que acabou sendo arbitrado pelo Supremo Tribunal Federal em desfavor da proposta, em episódio que pode ser caracterizado como exemplo de judicialização da política antes da democratização. Cf. ARGUELHES, Diego Werneck; SÜSSEKIND, Evandro Proença. "Judicialização antes da democratização? O Supremo Tribunal Federal e o destino da Emenda Constitucional das 'Diretas Já'". *Pensar*, vol. 23, n° 04, 2018, pp. 01-16.

[819] Cf. BERTONCELO, Edison Ricardo Emiliano. "'Eu quero votar para presidente': uma análise sobre a Campanha das Diretas". *Lua Nova*, n° 76, 2009, pp. 187-192.

garantido pelo sistema educacional e pelos serviços sociais.[820] De início, dizia Marshall, tais elementos estavam amalgamados, porém, com a condensação geográfica do poder na figura do Estado-nação e com a especialização funcional das atividades estatais entre as suas diferentes instituições, "tornou-se possível que cada um deles seguisse o seu caminho, viajando na sua própria velocidade, sob a orientação dos seus próprios princípios".[821] Para o autor, uma das consequências desse processo foi a identificação de cada componente da cidadania com épocas distintas: os direitos civis ganham força durante o século XVIII, os direitos políticos, no século XIX, e os direitos sociais, ao longo do século XX.[822]

No Brasil, todavia, inverteu-se essa ordem. Enquanto, em nações como a Inglaterra e os Estados Unidos, o exercício da dimensão civil da cidadania levou à conquista dos direitos políticos, e o gozo desses direitos culminou na consolidação das garantias sociais, no nosso país, a fruição limitada das liberdades públicas e dos direitos de participação foi assegurada por um ato de fundação da nacionalidade, realizado com pouca luta, e só deixaria de ser letra morta depois da criação – de cima para baixo – dos direitos sociais,[823] em modelo de cidadania regulada pelo Poder Público mediante a vinculação desses direitos a ocupações profissionais reconhecidas e definidas em lei.[824] Nesse ínterim, haveria ainda inúmeros retrocessos, como o Estado Novo e a ditadura civil-militar, que dificultariam sobremodo o enraizamento das facetas civil e política da cidadania na nossa consciência coletiva. No fim das contas, a importância de mobilizações como a campanha das diretas jaz na esperança de que, na formulação de José Murilo de Carvalho, "o exercício sustentado dos direitos políticos acabe por possibilitar a maturação dos direitos civis"[825] e, consequentemente, a construção de óbices a involuções no campo social.

Nesse diapasão, andou bem o Constituinte quando estabeleceu que sequer poderá entrar na pauta de deliberações do Congresso Nacional a proposta de emenda tendente a abolir "o voto

---

[820] Cf. MARSHALL, T. H. "Citizenship and Social Class". In: *Citizenship and Social Class and Other Essays*. Londres: Cambridge University Press, 1950, pp. 10-11.

[821] Ibidem, p. 13 (tradução livre).

[822] Cf. Ibidem, pp. 14-27.

[823] Cf. CARVALHO, José Murilo de. "Brasileiro: cidadão?". In: *Pontos e bordados*: escritos de história e política. Belo Horizonte: UFMG, 2005, pp. 280-281.

[824] Cf. SANTOS, Wanderley Guilherme dos. *Cidadania e Justiça*: a política social na ordem brasileira. Rio de Janeiro: Campus, 1979, pp. 74, ss.

[825] CARVALHO, José Murilo de. "Brasileiro: cidadão?", op. cit., p. 286.

direto, secreto, universal e periódico" (art. 60, § 4º, inciso II, CF/88). O sufrágio consiste, ao mesmo tempo, em base de legitimidade dos regimes democráticos modernos e garantia de preservação de todos os demais direitos fundamentais,[826] já que, sem ele, as promessas de efetividade desses direitos e de realização dos projetos pessoais de cada indivíduo convertem-se em meras ilusões. Nas palavras de José Antônio Pimenta Bueno, o voto é o meio que o cidadão tem "de fiscalizar a observância da Constituição, de emitir suas ideias, fazer valer suas opiniões, desejos e interesses, e, enfim, de influir sobre sua sociedade política".[827] A relevância do direito ao sufrágio é tamanha que a Constituição de 1988 torna o seu exercício obrigatório, em regra, entre os dezoito e os setenta anos (art. 14, inciso I e inciso II, alínea "b"), como forma, inclusive, de se conferir maior legitimidade aos resultados dos pleitos eleitorais, de se provocar o engajamento dos cidadãos na definição dos destinos da coisa pública e de se evitar sub-representações de grupos minoritários.[828]

Diante disso, pode-se compreender por que a ideia de democracia militante causa arrepios em muitas pessoas. Afinal, o banimento de determinado partido político ou a invalidação de candidaturas individuais, por limitar a liberdade de escolha dos eleitores, são medidas que restringem bastante o sufrágio ativo. Porém, tampouco se deve ignorar que "[o] exercício de qualquer função política, seja como um eleitor, seja como um representante, é um poder sobre os outros",[829] e que, por isso, o voto consiste não apenas em um direito fundamental, mas também em um ato de confiança. Nessa linha, não se pode admitir o seu uso para fins de enfraquecimento ou de destruição do próprio sistema que o garante, especialmente porque isso implicará o enfraquecimento ou a destruição do direito de sufrágio de outros cidadãos. Como bem afirma Alexander Kirshner, "os indivíduos não têm o direito de injustificadamente impedir que outras pessoas promovam seus interesses mais básicos", isto é, "o direito à participação política não se estende a atividades que violem o núcleo dos direitos

[826] Cf. GUEDES, Néviton. "Comentário ao art. 14, *caput*". In: CANOTILHO, J. J. Gomes et al. (coords.). *Comentários à Constituição do Brasil*. São Paulo: Saraiva/Almedina, 2018, p. 724.

[827] BUENO, José Antônio Pimenta. "Direito Público Brasileiro e Análise da Constituição do Império". In: KUGELMAS, Eduardo (org.). *José Antônio Pimenta Bueno, Marquês de São Vicente*. São Paulo: Editora 34, 2002, p. 265.

[828] Para uma visão cética do voto obrigatório, cf. ARAÚJO, Cícero. "Voto Obrigatório". In: AVRITZER, Leonardo; ANASTASIA, Fátima (orgs.). *Reforma Política no Brasil*. Belo Horizonte: UFMG, 2007, pp. 86-89.

[829] MILL, John Stuart. *Considerações Sobre o Governo Representativo*. Tradução de Manoel Innocêncio de Lacerda Santos Jr. Brasília: UnB, 1981, p. 107.

políticos de terceiros",[830] sendo, assim, legítima a intervenção proporcional do Estado para garantir que isso não ocorra.

Ademais, conforme já visto em outra seção deste trabalho, há características do voto que fazem dele um instrumento fundamental para a concretização da natureza autocorretiva das democracias. O voto é *secreto* porque, caso contrário, os eleitores estariam sujeitos aos mais variados cabrestos e, por conseguinte, não teriam liberdade suficiente para escolher as candidaturas e as propostas que eles mesmos julgam mais aptas a conduzir o governo na busca por melhores políticas.[831] Além de ser imprescindível à dignidade da cidadania não limitar o exercício do sufrágio por causa de critérios espúrios como a denominação sexual, a identidade étnico-racial, o patrimônio financeiro ou o nível de instrução,[832] o voto é *universal* porque, quanto mais pessoas participarem da avaliação do governo, maiores serão as chances de aperfeiçoamento das decisões estatais. E o voto é *periódico* porque, se o povo não puder exercê-lo com frequência regular, os governantes não terão estímulos competitivos para buscar melhores soluções para os problemas da coletividade, sendo-lhes dada a possibilidade de se perpetuar no poder, em absoluta contradição ao postulado da alternância como critério de governança democrática.[833]

Sob tal perspectiva, medidas militantes podem ser utilizadas para impedir que o direito de voto seja extinto ou que se adulterem as suas qualidades essenciais ao funcionamento da democracia como autocorreção. Por exemplo, é possível banir partido político que vise (re)instituir o voto censitário ou o voto exclusivamente masculino, ou que busque alijar os índios ou os negros da vida eleitoral brasileira. Também a título ilustrativo, pode-se lançar mão do cancelamento de registro partidário em detrimento de agremiação que sugira a não convocação, por período indeterminado, de eleições, ou que sustente a fixação de prazos absolutamente desarrazoados – como, *e.g.*, vinte anos – para o exercício de mandatos presidenciais ou parlamentares. Em contrapartida, não deve haver aplicação de providências de

---

[830] KIRSHNER, Alexander S. *A Theory of Militant Democracy*: The Ethics of Combatting Political Extremism, op. cit., p. 47 (tradução livre).

[831] Para uma interessante defesa do voto aberto como mecanismo de garantia de *accountability* horizontal entre eleitores e, consequentemente, de proteção da democracia mediante *peer pressure*, cf. STONE, Peter. "Democratic Equality and Militant Democracy". In: MALKOPOULOU, Anthoula; KIRSHNER, Alexander S. (ed.). *Militant Democracy and Its Critics*, op. cit., pp. 38-55.

[832] Cf. GUEDES, Néviton. "Comentário ao art. 14, *caput*", op. cit., p. 731-732.

[833] Cf. ARISTÓTELES. *A política*. São Paulo: Martins Fontes, 2006, pp. 175-179.

autodefesa democrática contra organizações ou agentes políticos que preguem mudanças estruturais na forma ou no sistema de governo, desde que não haja recusa do modelo de participação popular. Conquanto, ao longo da nossa história, o povo brasileiro tenha se manifestado mais de uma vez a favor do voto direto em disputas com outros tipos de expressão do sufrágio,[834] a experiência de tantas democracias sólidas comprova que inexiste antinomia entre, de um lado, a defesa do parlamentarismo e da monarquia constitucional, e, de outro lado, a manutenção das instituições e dos valores democráticos.[835] É claro que, nos termos da CF/88, alterações dessa natureza possivelmente seriam questionadas com base em outros princípios constitucionais, inclusive em cláusulas pétreas – a exemplo da própria imediaticidade do voto, no caso de eventual proposta de emenda de cunho parlamentarista –, mas a democracia militante não tem nada a dizer sobre essas hipóteses.

Como já visto, depois de um período de considerável respeito à vontade das urnas, o pêndulo da democracia brasileira pendeu para o lado errado, e o país voltou a conviver, desde 2014, com o fantasma da não aceitação dos resultados eleitorais, conforme aponta Leonardo Avritzer.[836] Com Bolsonaro, esse fantasma ganha contornos mais assustadores. Quando candidato, o capitão reformado afirmara, com todas as palavras, que não aceitaria resultado diferente da sua eleição.[837] Já na presidência, tornou a ameaçar a higidez do sufrágio ao proferir a declaração – tão inacreditável quanto perigosa – de que o pleito do qual saiu vitorioso foi

[834] Além da própria campanha das diretas na década de 1980, pode-se citar ainda o plebiscito de 1963, que reinstituiu, por 82,6% dos votos, o presidencialismo depois de breve experiência parlamentarista; e o plebiscito de 1993, que, convocado com base no art. 2º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, definiu a república presidencialista como a forma e o sistema de governo que deviam vigorar no país, com 37,1 milhões de votos em favor da república e 44,2 milhões de votos em prol do presidencialismo. Cf., respectivamente, WESTIN, Ricardo. "No plebiscito de 1963, Brasil derruba parlamentarismo e devolve poderes a Jango". *Jornal do Senado*, 02/02/2018. Disponível eletronicamente em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/infograficos/2018/02/no-plebiscito-de-1963-brasil-derruba-parlamentarismo-e-devolve-poderes-a-jango>. Acesso em: 22 de fevereiro de 2020; e ACERVO O GLOBO. "No plebiscito de 1993, Brasil disse não à monarquia e sim ao presidencialismo", 05 de setembro de 2013. Disponível eletronicamente em: <https://acervo.oglobo.globo.com/fatos-historicos/no-plebiscito-de-1993-brasil-disse-nao-monarquia-sim-ao-presidencialismo-9840238>. Acesso em: 22 de fevereiro de 2020.

[835] Cf. LIJPHART, Arend. *Modelos de democracia*: desempenho e padrões de governo em 36 países. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019, pp. 135-160.

[836] Cf. AVRITZER, Leonardo. "O pêndulo da democracia no Brasil: uma análise da crise 2013-2018". *Novos Estudos CEBRAP*, vol. 37, n° 02, 2018, p. 283.

[837] Cf. G1. "Bolsonaro diz: 'Não aceito resultado das eleições diferente da minha eleição'", 28 de setembro de 2018. Disponível eletronicamente em: <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/eleicoes/2018/noticia/2018/09/28/bolsonaro-diz-que-nao-aceitara-resultado-diferente-do-que-seja-a-minha-eleicao.ghtml>. Acesso em: 12 de março de 2020.

fraudado.[838] É em cenários de questionamento da própria legitimidade do voto, direito político tão relevante para a concretização da cidadania, que a democracia militante se torna um instrumento importante de defesa do regime democrático.

4.3. Pluripartidarismo e sufrágio passivo

Importante figura da resistência durante a Segunda Guerra Mundial, a filósofa francesa Simone Weil desprezava os partidos políticos. Em opúsculo escrito sobre o tema no contexto da ascensão do Partido Nazista germânico ao poder, a pensadora – a quem Albert Camus chamou de "o único grande espírito do nosso tempo"[839] – descreveu as agremiações partidárias como organizações corruptas de cunho totalitário, que substituiriam as crenças individuais de seus integrantes por paixões coletivas opressoras, e que teriam como objetivo principal não a realização do bem público maior, mas sim o seu próprio crescimento material, a todo custo.[840] Para Weil, "[o]s partidos são um mecanismo maravilhoso, pela virtude do qual, em toda a extensão de um país, nenhum espírito sequer se consagra ao esforço de discernir o bem, a justiça e a verdade nos assuntos públicos. [...] Se confiássemos ao diabo a organização da vida pública, ele não lograria conceber algo mais engenhoso do que isso".[841] Logo, a única solução apta a garantir que a política pudesse conduzir ao bem, à justiça e à verdade consistiria, a seu ver, na extinção irrestrita de todos os partidos.[842]

Mesmo passadas tantas décadas desde a publicação desse livro extremamente provocador, parece que muitas pessoas estão de acordo com as reflexões da filósofa francesa. Com efeito, um dos traços mais marcantes da atual crise das democracias constitucionais, que faz erodir a base do sistema político tradicional, é a rejeição difusa aos partidos, fenômeno que

---

[838] Cf. VEJA. "Bolsonaro afirma ter provas de que eleição foi fraudada", 09 de março de 2020. Disponível eletronicamente em: <https://veja.abril.com.br/politica/bolsonaro-afirma-ter-provas-de-que-eleicao-foi-fraudada/>. Acesso em: 12 de março de 2020.

[839] Citado em HELLMAN, John. *Simone Weil*: an introduction to her thought. Waterloo: Wilfrid Laurier University Press, 1982, p. 01.

[840] Cf. WEIL, Simone. *Pela supressão dos partidos políticos*. Tradução de Lucas Neves, Belo Horizonte: Âyiné, 2018, pp. 24, ss.

[841] Ibidem, p. 39.

[842] Cf. Ibidem, pp. 44, ss.

tem raízes tanto na fraqueza organizacional recentemente demonstrada por essas agremiações, quanto no ressentimento popular crescente em relação à figura do político profissional, percebido por muitos cidadãos como alguém que só quer satisfazer os seus próprios interesses egoísticos.[843] Conforme se viu anteriormente neste trabalho, o fortalecimento de *outsiders* na cena eleitoral e o insucesso dos grandes partidos nos últimos pleitos – a exemplo do que ocorreu no Brasil em 2018 – comprovam o diagnóstico e apontam para uma reestruturação profunda do horizonte político das democracias em torno de candidatos e de agremiações partidárias identificados com a extrema direita do espectro ideológico.

Ocorre que os partidos políticos, muitas vezes, servem como guardiões das portas da democracia.[844] Tais organizações podem operar como espécie de fator moderador dos seus integrantes, aliados e potenciais parceiros. Trata-se, em alguma medida, de manifestação do que Nancy Bermeo chamou de "capacidade de distanciamento":[845] quando renunciam à violência e à prática de outras ilegalidades, quando explicitam publicamente o seu apoio às instituições e à ordem constitucional, quando resistem à tentação eleitoreira de viabilizar a candidatura de um *outsider* de tendências autoritárias com o objetivo de alcançar o poder, os partidos enviam um claro recado àqueles que gravitam em torno deles, mantendo, assim, uma distância segura em relação a grupos, movimentos e agentes políticos antidemocráticos. Se, na conhecida metáfora atribuída a George Washington, o Senado serve como pires para esfriar a xícara quente da Câmara dos Representantes,[846] os partidos podem exercer efeito semelhante sobre os seus correligionários, afastando-os de processos de radicalização, ou, se necessário, erradicando de seus quadros nomes que se mostrem abertamente contrários aos valores da democracia. Para Steven Levitsky e Daniel Ziblatt, foi essa capacidade de distanciamento que faltou ao Partido Republicano nas eleições presidenciais de 2016, das quais se sagrou vencedor Donald Trump.[847]

---

[843] Cf. PRZEWORSKI, Adam. *Crises of Democracy*, op. cit., pp. 138-140.

[844] Cf. LEVITSKY, Steven; ZIBLATT, Daniel. *Como as democracias morrem*, op. cit., p. 31.

[845] Cf. BERMEO, Nancy. *Ordinary People in Extraordinary Times*: The Citizenry and the Breakdown of Democracy. Princeton: Princeton University Press, 2003, pp. 238, ss.

[846] Cf. ARAÚJO, Paulo Magalhães. "Bicameralismo: história, conceito e funções nos governos contemporâneos". *Revista Brasileira de Estudos Políticos*, n° 114, 2017, p. 439.

[847] Cf. LEVITSKY, Steven; ZIBLATT, Daniel. *Como as democracias morrem*, op. cit., p. 19.

No mesmo sentido, os partidos políticos podem ser peças-chave na construção de mecanismos de isolamento de organizações e candidatos autoritários. A fim de evitar a formação de alianças fatídicas para ganhar votos ou formar maiorias – e, com isso, impedir que se repitam os maus exemplos da Alemanha e da Itália no período do entreguerras –, as agremiações democráticas podem ajudar a costurar cordões sanitários ou a erguer frentes amplas em favor da manutenção da democracia. São práticas políticas, de cunho informal, por meio das quais partidos bem estabelecidos, porém de diferentes filiações ideológicas, entram em acordo para atravancar a ascensão ao governo de organizações partidárias de natureza autoritária,[848] como se tentou fazer, na Bélgica, com o *Vlaams Blok* antes do seu banimento.[849] Conforme já mencionado neste trabalho, Karl Loewenstein enxergava tais estratégias com muito ceticismo em virtude da dificuldade de se reunir oponentes tão distantes em prol de uma causa comum. Nada obstante, "em tempos extraordinários, a liderança partidária corajosa significa pôr a democracia e o país à frente e explicar claramente aos eleitores o que está em jogo. [...] Frentes democráticas unidas podem impedir que extremistas conquistem o poder, o que pode significar salvar a democracia".[850]

Como a própria etimologia do termo anuncia, os partidos pressupõem divisões e conflitos: eles representam parcelas específicas da comunidade política e, na defesa engajada dos interesses dos seus membros, disputam espaço entre si.[851] Nesse processo dinâmico de busca por protagonismo, tais agremiações ajudam a regular rivalidades, expondo os crimes e as falhas umas das outras;[852] organizam o funcionamento do governo por meio das relações concretas entre oposição e situação;[853] e confirmam que, em uma democracia, só é possível

[848] Cf. BOURNE, Angela K. "Militant Democracy and the Banning of Political Parties in Democratic States: Why Some Do and Why Some Don't", op. cit., p. 37.

[849] Cf. WIDFELDT, Anders. "Swedish responses to the extreme right", op. cit., pp. 153-154.

[850] LEVITSKY, Steven; ZIBLATT, Daniel. *Como as democracias morrem*, op. cit., p. 35.

[851] Cf. ROSENBLUM, Nancy L. *On the Side of the Angels*: An Appreciation of Parties and Partisanship. Princeton: Princeton University Press, 2008, p. 108.

[852] Nas palavras do jornalista e escritor inglês Daniel Defoe, "os Partidos que estão Fora são sempre uma Barreira e um Freio para aqueles que estão Dentro e os Partidos que estão Dentro são sempre um Terror e um Vigia para aqueles que estão Fora". (DEFOE, Daniel. "On Government by Parties". In: GUNN, J. A. W. Gunn (ed.). *Factions No* More: Party in Government Opposition in Attitudes to Eighteenth Century England**.** Londres: Frank Cass & Co, 1972, p. 86, tradução livre)

[853] Hegel já destacava o papel dos partidos na organização do governo ao afirmar: "Quem já refletiu um pouco sobre a natureza de uma Assembleia e está familiarizado com suas manifestações, não pode deixar de perceber que, sem uma oposição, essa Assembleia não tem vida externa nem interna. É precisamente esse antagonismo dentro de si que forma a sua essência e lhe dá justificativa, e é somente quando engendra uma oposição dentro de si que a Assembleia é adequadamente constituída. Sem oposição, parece apenas um único partido ou um

solucionar os problemas da coletividade mediante o cotejo – nem sempre pacífico – entre interpretações parciais do bem comum.[854] No caos da vida política, os partidos prestam auxílio na tarefa de selecionar os bons argumentos e de excluir as más ideias, tornando mais viável, assim, o "julgamento pela discussão".[855] Sobretudo quanto a este último aspecto, pode-se perceber em que medida a competição política, personificada nos partidos, mostra-se importante para a realização da natureza autocorretiva das democracias. É o antagonismo dialético entre perspectivas plurais que estimula o aprimoramento das decisões democráticas.

Por outro lado, é igualmente necessário que os próprios partidos também estejam sujeitos a críticas com vistas ao seu aperfeiçoamento. Apesar da sua importância para as democracias, não se deve romantizar as organizações partidárias, sob pena de se encantar componentes do processo político que precisam ser analisados de maneira mais ponderada. Ainda que excessivamente duro em suas conclusões, o ensaio de Simone Weil abre os nossos olhos para um ponto incômodo, porém incontornável, da crise constitucional brasileira, que é o acirramento demasiado das paixões políticas em torno de lideranças partidárias mistificadas por suas respectivas militâncias.[856] A resistência do Partido dos Trabalhadores e dos seus principais nomes, incluindo o ex-presidente Lula, em fazer uma autocrítica profunda e honesta sobre os erros cometidos no passado contribuiu bastante para que a oposição caísse no colo de um demagogo autoritário; e a mesma carapuça também há de servir a outras agremiações importantes da vida política do país.[857] Sem dúvida, diante do crescimento da desconfiança

amontoado de gente." (HEGEL, G. W. F. "Proceedings of the Estates Assembly in the Kingdom of Wurtenberg". In: PELCZYNSKI, Z. A. (ed.). *Hegel's Political Writings*. Tradução de T. M. Knox. Oxford: Clarendon Press, 1964, p. 89, tradução livre para o português)

[854] Para uma análise mais detida de cada uma dessas funções, cf. ROSENBLUM, Nancy L. *On the Side of the Angels*: An Appreciation of Parties and Partisanship, op. cit., pp. 119-162.

[855] Cf. Ibidem, p. 160.

[856] ANDRÉS, Roberto. "Posfácio". In: WEIL, Simone. *Pela supressão dos partidos políticos*, op. cit., pp. 110-111.

[857] Como bem disse Esther Solano Gallego antes mesmo da eleição de Jair Bolsonaro, "vejo com muita preocupação a dificuldade da esquerda brasileira de pensar num projeto pós-PT. Devemos admitir que foram muitos os avanços sociais numa primeira época petista mas depois o partido abandou sua agenda de mudança social e acabou se transformando na máquina parasitária de poder que tanto criticava décadas atrás. Faltou e falta muita autocritica petista. Faltou e falta admitir que o partido cometeu erros gravíssimos. Devemos pensar alternativas, projetos novos para além da hegemonia petista. A decadência de um projeto partidário não pode significar a decadência de todo um projeto progressista. Direitos LGBT, direitos das mulheres, da população negra, dos indígenas, descriminalização das drogas, uma política de segurança pública mais humanizada e menos punitiva. Se o PT dos últimos anos não tratou estas demandas como deveria e o governo Temer, com seu ministério branco, masculino e conservador as destruirá́ ainda mais, nos não podemos esquecê-las". (GALLEGO, Esther Solano. "A luta é de todos nós". In: PRONER, Carol et al. (orgs.). *A resistência internacional ao golpe de 2016*. Bauru: Canal 6, 2016, p. 180)

popular em relação ao papel dos partidos tradicionais no funcionamento do sistema político, é natural que os eleitores cobrem maior responsividade por parte dessas organizações, e é fundamental que elas busquem atender a tais demandas.

Sob esse viés, o uso de medidas militantes com a finalidade de tutelar o pluripartidarismo não deve ser visto como um instrumento de imunização dos partidos *per se*, mas sim como ferramenta de proteção ao valor que subjaz à sua existência, qual seja, a diversidade da competição política. Nancy Robenblum bem elucida o ponto ao diferenciar os vários tipos de antipartidarismo. Um deles busca a reforma do sistema político por meio de soluções mais independentes dos partidos de massa, vistos como "corruptos e corruptores, perversores do espírito democrático".[858] Outro acredita que os partidos, muitas vezes, exploram os antagonismos naturais da sociedade até o ponto de transformá-los em um problema para a paz social, devendo-se dar preferência, portanto, a soluções reconciliatórias.[859] Um terceiro, de natureza holística, prescreve que a sociedade política deveria constituir uma unidade moralmente avessa a qualquer tipo de divisão fatal à supremacia da integridade.[860] Segundo afirma a professora de Harvard, "os partidários do holismo são puramente oportunistas. O partido pode ser uma avenida para o poder, mas o objetivo é eliminar toda a oposição e recuperar a totalidade perfeita. Do ponto de vista holista, não há justificativa para partes sociais e políticas, muito menos para partidos permanentes. Nenhuma reconciliação é possível."[861]

Embora soe leviano, superficial ou maniqueísta demais, é absolutamente compatível com a democracia afirmar, como fez Weil, que todos os partidos são instituições corruptas, totalitárias, prejudiciais à higidez dos regimes democráticos, e que, por isso, viveríamos melhor sem eles. Tampouco fere o núcleo essencial da democracia sugerir arranjos que independam de mediações partidárias, como o sistema de candidaturas avulsas, hoje em discussão no Supremo Tribunal Federal.[862] Em vez disso, a democracia deve se autodefender de grupos, movimentos ou agentes políticos que, ao adotarem uma perspectiva agressivamente homogeneizante da convivência na esfera pública, busquem extinguir a divergência e o pluralismo, tão necessários

[858] ROSENBLUM, Nancy L. *On the Side of the Angels*: An Appreciation of Parties and Partisanship, op. cit., p. 161, tradução livre.

[859] Cf. Ibidem, pp. 60-107.

[860] Cf. Ibidem, pp. 25-59.

[861] Ibidem, p. 108, tradução livre.

[862] Trata-se do RE n° 1.238.853, atualmente sob a relatoria do Min. Roberto Barroso.

para que consigamos alcançar decisões coletivas cada vez melhores. Em outros termos, é possível lançar mão de providências militantes em face de qualquer tentativa de exclusão de outras vozes – e, indiretamente, de novas possibilidades para a empreitada democrática –, o que também engloba a salvaguarda do sufrágio passivo, isto é, do direito de concorrer a um cargo público e de ser eleito.[863]

Dessa maneira, a teoria da democracia militante poderia ser mobilizada para fazer frente a quem almejasse, *e.g.*, a implementação de um Estado unipartidário. Isso porque, "na ausência de, pelo menos, dois partidos, não há real liberdade de escolha e a margem para correção se estreita. Seria impossível, por exemplo, votar em um partido que, contrário ao partido da situação, desejasse reverter determinada decisão".[864] Também a título ilustrativo, seria antidemocrático – e, portanto, passível de aplicação de medidas restritivas – pregar a instituição de limites injustificados ao sufrágio passivo de determinados cidadãos, como mulheres, negros, índios, homossexuais etc., o que pode se materializar, inclusive, em proposta de fixação de cláusulas de barreira draconianas, cujo único e flagrante intuito seja alienar da disputa política partidos formados majoritariamente por membros desses grupos minoritários.[865] Nesse diapasão, de acordo com Samuel Issacharoff, uma das justificativas mais convincentes para o banimento do *Refah Partisi* pela Corte Constitucional turca era precisamente o esforço do referido partido no sentido de alijar as camadas não muçulmanas do processo eleitoral, reservando os assuntos do Estado ao domínio exclusivo da maioria sunita. Em suas palavras, "tornar o poder político indiferente a grandes segmentos da população é exatamente o tipo de obstáculo à reversibilidade das decisões que ameaça o bom andamento da governança democrática".[866]

A recorrência de manifestações abertamente hostis à oposição, por deixar transparecer profunda indisposição em se aceitar a divergência característica da competição política, também

---

[863] Cf. RIJPKEMA, Bastiaan. *Militant Democracy*: The Limits of Democratic Tolerance, op. cit., p. 145.

[864] Ibidem, p. 145 (tradução livre para o português). Em sentido semelhante, cf. FOX, Gregory H. "The Right to Political Participation in International Law". *Yale Journal of International Law*, vol. 17, n° 02, 1992, pp. 539-607.

[865] A propósito, cumpre ressaltar a ambivalência das cláusulas de barreira no contexto da autodefesa democrática. Apesar de, em determinados contextos, já se ter utilizado tais cláusulas para manter pequenos partidos da franja autoritária de fora do jogo político institucionalizado (cf. BOURNE, Angela K. "Why ban Batasuna? Terrorism, political parties and democracy", op. cit., p. 331), deve-se tomar muito cuidado para que o tiro não saia pela culatra ao atingir partidos que representam os interesses de minorias sociais (cf. SAJÓ, András. "Militant Democracy and Emotional Politics", op. cit., p. 568).

[866] ISSACHAROFF, Samuel. *Fragile Democracies*: Contested Powers in the Era of Constitutional Courts, op. cit., p. 122 (tradução livre).

pode ser interpretada como indicador de comportamento autoritário para se perquirir se é indispensável acionar o gatilho da democracia militante. Negar total legitimidade aos seus concorrentes, retratando-os como traidores da pátria, de modo a desbordar da rispidez permitida pelo antagonismo político; tratá-los infundadamente como forças subversivas, como agentes infiltrados de governos estrangeiros inimigos ou como riscos à segurança nacional; intimidá-los com ameaças de morte ou de prisão etc. Declarações desse gênero – cada vez mais comuns no Brasil de Jair Bolsonaro –, se não constituírem, por si sós, base suficiente para a aplicação de medidas militantes, devem, ao menos, colocar os vigias da democracia em sinal de alerta.[867] Afinal, as palavras que falamos – e que calamos – carregam consigo forte significado social,[868] o que ganha vulto ainda maior no caso dos atores do jogo político, cujos discursos podem ou reforçar a democracia, ou colocá-la em grave perigo. Portanto, a democracia militante também deve levar em conta o que partidos e candidatos dizem acerca dos seus opositores.

Ao prescrever o uso de providências restritivas contra agentes e partidos que ameacem o pluripartidarismo ou o sufrágio passivo, a teoria da democracia militante abre margem para que se restrinja a participação eleitoral de quem se aproveita do sistema de rivalidade regulada típico dos regimes democráticos com o objetivo de eliminá-lo. Para os que adotam uma defesa cega de direitos como a liberdade de associação – assegurada, no Brasil, pelo art. 5º, incisos XVII a XX, CF/88 –, a ideia pode parecer absurda. Porém, é interessante notar que, a rigor, os fundamentos para se recusar legitimidade a partidos autoritários *confirmam*, pela via negativa, o inegável valor das organizações partidárias para as democracias, bem como as inúmeras virtudes do partidarismo.[869] É essa a chave para se compreender a democracia militante: não como um monumento jurídico ao fim dos partidos e do pluralismo na seara eleitoral, mas, ao contrário, como importante mecanismo constitucional de garantia reforçada da competição política e da dimensão associativa da vida em comunidade.[870]

---

[867] Cf. LINZ, Juan. *The Breakdown of Democratic Regimes*: Crisis, Breakdown, & Reequilibration. Baltimore: The Johns Hopkins University Press, 1978, pp. 28, ss.

[868] Cf. LESSIG, Lawrence. "The Regulation of Social Meaning". *The University of Chicago Law Review*, vol. 62, n° 03, 1995, p. 943-1045.

[869] Cf. ROSENBLUM, Nancy L. *On the Side of the Angels*: An Appreciation of Parties and Partisanship, op. cit., p. 17.

[870] Cf. Ibidem, p. 42.

4.4. Liberdade de expressão

No Brasil, a liberdade de expressão, nas suas mais variadas acepções, é protegida em inúmeras passagens do texto constitucional.[871] O art. 5º, por exemplo, contempla o referido direito fundamental em dois dos seus incisos, estabelecendo que são livres "a manifestação do pensamento, sendo vedado o anonimato" (inciso IV) e "a expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação, independentemente de censura ou licença" (inciso IX). De modo semelhante, o art. 220 da CF/88 dispõe, em seu *caput*, que "[a] manifestação do pensamento, a criação, a expressão e a informação, sob qualquer forma, processo ou veículo, não sofrerão qualquer restrição, observado o disposto nesta Constituição", bem como determina, no § 2º, que "[é] vedada toda e qualquer censura de natureza política, ideológica e artística". No contexto brasileiro, tamanho amparo constitucional à liberdade de expressão possui uma explicação histórica inarredável: trata-se de reação imediata à abominável política oficial de cerceamento de opiniões que vigorou por aqui durante os mais de vinte anos de ditadura civil-militar.[872] Se antes o país vivia sob a égide do silêncio forçado, hoje a Constituição quer garantir voz a todos os cidadãos.

Nessa toada, são muitas as justificativas possíveis para a tutela do direito fundamental à livre expressão. Uma delas está relacionada à ideia de busca pela verdade, que teve em John Stuart Mill um dos seus principais formuladores. No clássico *Sobre a Liberdade*,[873] Mill sustentou que proteger esse direito é uma forma de se garantir que, por meio do debate amplo e sem barreiras, chegue-se à melhor solução possível para determinado tema. Isso porque, graças à discussão e ao cotejo de diferentes perspectivas, os indivíduos entram em contato com opiniões novas, sendo-lhes dada, assim, a oportunidade de rever preconcepções equivocadas, de corrigir entendimentos antigos e de, nesse processo, avançar em conjunto. Em sentido

[871] Ademais, devido ao seu caráter poliédrico (cf. BUCCI, Daniela. *Direito Eleitoral e Liberdade de Expressão*: Limites Materiais. São Paulo: Almedina, 2018, pp. 48-52 e pp. 182-183), a liberdade de expressão dialoga ainda com outros direitos e garantias igualmente fundamentais. No caso da ordem constitucional brasileira, pode-se citar, como exemplos de interlocutores institucionais da liberdade de expressão, a liberdade religiosa (art. 5º, incisos VI e VIII, CF/88), o livre acesso à informação (art. 5º, inciso XIV, CF/88), o direito de reunião (art. 5º, inciso XVI, CF/88) e o direito de associação (art. 5º, incisos XVII a XX, CF/88).

[872] Cf. SARMENTO, Daniel. "Comentário ao art. 5º, IV". In: CANOTILHO, J. J. Gomes et al. (coords.). *Comentários à Constituição do Brasil*, op. cit., p. 261.

[873] Cf. MILL, John Stuart. *Sobre a Liberdade e A Sujeição das Mulheres*. Tradução de Paulo Geiger. São Paulo: Penguin Classics Companhia das Letras, 2017.

semelhante, John Milton – poeta inglês, famoso pelo seu *Paraíso Perdido* – afirmou que, como a verdade é uma progressão perpétua, toda ideia deve ser considerada.[874]

O argumento de John Stuart Mill estava calcado sobre dois pilares: a *infalibilidade* e a *vitalidade*.[875] Quanto ao primeiro, o pensador utilitarista defendeu que, quando se suprime uma ideia do escrutínio público, pode-se até negar a sua verdade, mas é impossível fazê-lo de maneira certa e inequívoca, uma vez que nenhuma pessoa é infalível nos seus julgamentos. Em suas palavras, "[t]odo amordaçamento de um debate é uma suposição de infalibilidade"[876] e, portanto, é preferível que se assegure um debate sem mordaças, com o intuito, sobretudo, de promover o melhor interesse coletivo. Já em relação ao segundo pilar, Mill esclareceu que, mesmo uma opinião verdadeira, "se não for frequente e destemidamente debatida, será tida como um dogma morto, e não como uma verdade viva".[877] Em certa medida, pode-se, inclusive, traçar um paralelo entre a necessidade de se rejeitar a rígida inércia dos dogmas e aquilo que, na epistemologia, ficou conhecido como *falseabilidade*, isto é, o postulado segundo o qual as hipóteses científicas se submetem a testes e a refutações constantes.[878]

Não existem dúvidas de que a ideia de verdade, em si, está sujeita a muitas crises e críticas, especialmente no contexto de sociedades cada vez mais heterogêneas. Hoje, os consensos são poucos, ao passo que fervilham divergências – muitas delas inconciliáveis entre si. Aliás, já há quem diga que se vive em uma época de "pós-verdade",[879] na qual "os fatos são menos influentes para a formação da opinião pública se comparados ao apelo às emoções e às crenças pessoais".[880] A rigor, no reino da pós-verdade, a lei fundamental coincide com uma famosa advertência feita por George Orwell na década de 1940: "o próprio conceito de verdade objetiva está desaparecendo do mundo. Afinal de contas, há chances de que mentiras passem

[874] Cf. MILTON, John. *Areopagitica*: A speech of Mr. John Milton for the Liberty of Unlicensed Printing to the Parliament of England. Rockville: Arc Manor, 2008, p. 43.

[875] Cf. COHEN-ALMAGOR, Raphael. *The Boundaries of Liberty and Tolerance*: the Struggle against Kahanism in Israel, op. cit., pp. 108-109.

[876] MILL, John Stuart. *Sobre a Liberdade e A Sujeição das Mulheres*, op. cit., p. 92.

[877] Ibidem, p. 114.

[878] Cf. POPPER, Karl. *The Logic of Scientific Discovery*. Londres: Routledge, 2002, pp. 57-73.

[879] Sobre pós-verdade, cf. MCINTYRE, Lee. *Post-Truth*. Cambridge: MIT Press, 2018.

[880] A definição, aqui em tradução livre, é dada pelo Dicionário Oxford, que, em 2016, elegeu a "pós-verdade" como palavra do ano. Disponível eletronicamente em: <https://en.oxforddictionaries.com/word-of-the-year/word-of-the-year-2016>. Acesso em: 28 de fevereiro de 2020.

para a história".[881] Nada obstante, ainda há muita pertinência na busca pela verdade, menos como uma tentativa de se alcançar a fonte do conhecimento absoluto – o que, é evidente, não se cogita aqui –, e mais como uma maneira de se progredir por meio da discussão entre polos opostos.[882]

Não à toa, são comuns as referências jurisprudenciais à liberdade de expressão como mecanismo de garimpagem da verdade e de depuração do erro no assim chamado "mercado de ideias". No âmbito da Suprema Corte dos Estados Unidos, por exemplo, o *Justice* Oliver Wendell Holmes Jr., em conhecida opinião dissidente no julgamento do caso *Abrams v. United States*, consignou que "o melhor teste para a verdade é o poder do pensamento de se fazer aceito em meio à competição do mercado, e essa verdade é o único terreno sobre o qual os desejos dos homens podem ser concretizados com segurança". [883] Do mesmo modo, para o *Justice* Louis Brandeis, aqueles que lutaram pela independência dos Estados Unidos "acreditavam que a liberdade de pensar o que quiser, e de falar o que vier ao pensamento, é um meio indispensável para a descoberta e para a disseminação da verdade política",[884] como expresso no seu voto concorrente sobre o caso *Whitney v. California*.

Também no Brasil, a ligação entre o direito fundamental ora em análise e a busca pela verdade já foi reconhecida pelo Supremo Tribunal Federal. No julgamento unânime da ADI n° 4.815, que afastou a exigência de autorização prévia do biografado ou de seus familiares para a publicação de obras biográficas literárias ou audiovisuais, o Min. Luís Roberto Barroso afirmou que "toda intervenção no sentido de silenciar uma opinião, ainda que ruim ou incorreta, seria perniciosa, pois é na colisão com opiniões erradas que é possível reconhecer a 'verdade' ou as melhores posições".[885] No mesmo sentido, a Corte Constitucional da Colômbia possui um relevante julgado no qual se apontou que, via de regra, "[p]rivar uma sociedade do princípio

[881] ORWELL, George. "Looking Back on the Spanish War". In: ORWELL, Sonia; ANGUS, Ian (ed.). *The Collected Essays, Journalism and Letters of George Orwell*. Vol. 2: My Country Left or Right (1940-1943). New York: Harcourt, Brace & World, 1968, p. 258 (tradução livre).

[882] Cf. SARMENTO, Daniel. "A liberdade de expressão e o problema do 'hate speech'". In: *Livres e Iguais*: Estudos de Direito Constitucional. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2010, p. 236.

[883] SUPREMA CORTE DOS ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA. 250 U.S. 616 (1919), tradução livre. Cf. também o voto concorrente do *Justice* Felix Frankfurter em SUPREMA CORTE DOS ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA, 336 U.S. 77 (1949).

[884] SUPREMA CORTE DOS ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA. 274 U.S. 357 (1927), tradução livre.

[885] SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. ADI n° 4.815, Tribunal Pleno, Rel. Min. Cármen Lúcia, DJe 01/02/2016.

da liberdade de expressão implica frear o processo coletivo de descobrimento da verdade e, em grande medida, impedir que o conhecimento se desenvolva".[886]

Um segundo fundamento importante para a tutela da liberdade de expressão está ligado à autorrealização e ao livre desenvolvimento da personalidade dos indivíduos. Eric Barendt bem resume essa justificativa ao fazer constar, no seu livro sobre o tema, que "um direito de expressar crenças e atitudes políticas ilustra ou reflete o que é ser humano".[887] Verifica-se, portanto, uma relação visceral entre o direito em exame e a própria dignidade, porquanto a manifestação de ideias e de sentimentos consiste em uma verdadeira necessidade de homens e mulheres, sem exceção. Como ressaltou, em versos lapidares, o poeta metafísico inglês John Donne, ninguém é uma ilha em si mesmo; ao contrário, somos cada qual "um pedaço do continente, uma parte do todo principal".[888] Logo, precisamos nos comunicar para sobreviver.

Ademais, é certo que esse fundamento da liberdade de expressão deve ser compreendido como uma via de mão dupla, ou seja, tanto pelo viés de quem fala ou escreve, quanto pelo ângulo de quem escuta ou lê.[889] Novamente, a faceta interativa da experiência humana, tão bem captada por Donne, toma-nos de assalto. Afinal, não somos apenas os sentimentos e as reflexões que transmitimos aos outros, mas também todas as impressões que os outros nos provocam quando exprimem os seus próprios sentimentos e as suas próprias reflexões. Cada um de nós é fruto do acúmulo das informações que recebeu ao longo da vida e, por isso, não cabe ao Poder Público, a princípio, controlar o que deve chegar ao nosso conhecimento, nem mesmo sob a alegação de que tal controle visaria ao nosso próprio bem. Nesse sentido, a garantia da liberdade de expressão também serve como um guarda-chuva a proteger os indivíduos do paternalismo estatal, bem como da infantilização das suas vontades comunicativas.[890]

---

[886] CORTE CONSTITUCIONAL DA COLÔMBIA. Sentença T-391/07 (tradução livre).

[887] BARENDT, Eric. *Freedom of Speech*. New York: Oxford University Press, 2005, p. 13 (tradução livre).

[888] Citado em MERTON, Thomas. *No Man Is an Island*. Boston: Shambala, 2005, p. xxiii (tradução livre).

[889] Cf. SARMENTO, Daniel. "A liberdade de expressão e o problema do 'hate speech'", op. cit., 2010, p. 242.

[890] Cf. CARPENTER, Dale. "The Antipaternalism Principle in the First Amendment". *Creighton Law Review*, vol. 37, 2004, pp. 579-651. Conforme destacado por Ronald Dworkin, "o Estado deve tratar todos os cidadãos adultos (com exceção dos incapazes) como agentes morais responsáveis, sendo esse um traço essencial ou 'constitutivo' de uma sociedade política justa. [...] [A]s pessoas moralmente responsáveis fazem questão de tomar suas próprias decisões acerca do que é bom ou mal na vida e na política e do que é verdadeiro ou falso na justiça ou na fé. O Estado ofende seus cidadãos e lhes nega responsabilidade moral quando decreta que eles não têm qualidade moral suficiente para ouvir opiniões que possam persuadi-los de convicções perigosas ou desagradáveis. Só conservamos nossa dignidade individual quando insistimos em que ninguém – nem o governante nem a maioria dos cidadãos – tem o direito de nos impedir de ouvir uma opinião por medo de que não estejamos aptos a ouvi-la e ponderá-la".

Por fim, a liberdade de expressão também está umbilicalmente ligada à promoção da democracia. Segundo Eric Barendt, essa talvez consista, dentre todas as justificativas para o direito ora em análise, na mais fácil de se assimilar, além de ser, certamente, a mais elegante.[891] Parte-se do pressuposto segundo o qual, para que os regimes democráticos funcionem de maneira hígida, é necessário que os cidadãos formem os seus próprios juízos acerca dos assuntos importantes da vida política nacional; e isso exige, acima de tudo, uma franca troca de ideias e um fluxo desimpedido de dados e de informações.[892] Em última instância, sem livre manifestação do pensamento, os membros de determinada sociedade são tolhidos de participar da formação da vontade coletiva. Não há, pois, democracia efetiva. No cenário norte-americano, tal argumento foi muito bem sustentado por Alexander Meiklejohn, para quem "a comunidade autogovernada busca, pelo método do voto, adquirir sabedoria na ação, e tal sabedoria só pode ser encontrada nas mentes dos cidadãos. Se eles falharem, o autogoverno falhará. É por isso que o livre debate não pode ser abreviado".[893]

Por outro lado, a liberdade de expressão também assegura aos governados a possibilidade de exercer controle sobre os seus governantes. Isso se dá não apenas por causa do maior número de informações em circulação nas democracias, mas também porque uma das principais manifestações desse direito é a crítica política, feita seja pelos próprios indivíduos, conscientes de que o seu papel no funcionamento do regime democrático não se resume à formalidade do voto;[894] seja pela imprensa, de maneira institucionalizada.[895] O elo entre livre expressão e democracia, tendo-se como pano de fundo a avaliação dos representantes políticos eleitos, é tão forte que, em estudo empírico, o indiano Amartya Sen, prêmio Nobel de Economia em 1998, constatou:

(DWORKIN, Ronald. *O direito da liberdade*: a leitura moral da Constituição norte-americana, op. cit., 2006, p. 319)

[891] Cf. BARENDT, Eric. *Freedom of Speech*, op. cit., p. 18.

[892] Cf. MARLIN, Randal. *Propaganda and the Ethics of Persuasion.* Ontario: Broadview Press, 2002, p. 226.

[893] MEIKLEJOHN, Alexander. *Free Speech and Its Relation to Self-Government.* New York: Harper & Brothers Publishers, 1948, p. 25 (tradução livre).

[894] Por isso, o *Justice* Louis Brandeis, no julgamento do já citado caso *Whitney v. California* pela Suprema Corte dos EUA, asseverou que "a grande ameaça à liberdade é um povo inerte" (tradução livre).

[895] Como afirmou Joseph Pulitzer Jr., além de reportar as notícias do cotidiano, os jornalistas *"iluminam recantos escuros e, com profundo senso de responsabilidade, interpretam estes tempos conturbados"* (ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA. *Congressional Record*: Proceedings and Debates of the 84th Congress First Session, vol. 101, parte 04, 1955, p. 4375, tradução livre).

> [...] jamais houve fome substancial em um país independente, com uma forma democrática de governo e uma imprensa relativamente livre. Fomes em massa ocorreram em impérios antigos e em sociedades autoritárias contemporâneas, em comunidades tribais primitivas e em ditaduras tecnocráticas modernas, em economias coloniais dominadas pelos imperialistas do norte e em países recém-independentes do sul governados por líderes nacionais despóticos ou por um único partido intolerante. Mas nunca houve fome em massa em um país independente, com eleições regulares, partidos de oposição para expressar críticas ao governo e jornais que pudessem noticiar livremente e questionar a sabedoria das políticas governamentais sem ampla censura.[896]

No Brasil, o aspecto democrático da liberdade de expressão vem sendo reafirmado, em sucessivas oportunidades, pelo Supremo Tribunal Federal. A título ilustrativo, citem-se, em ordem cronológica crescente de publicação do respectivo acórdão, os julgamentos (i) da ADI n° 3.741, que afastou a proibição de se divulgar pesquisas eleitorais a menos de quinze dias do pleito;[897] (ii) da ADPF n° 130, em que se declarou a não recepção da antiga Lei de Imprensa, elaborada em pleno regime militar;[898] (iii) da ADPF n° 187, em que se reconheceu a licitude da chamada "Marcha da Maconha", evento organizado com vistas à defesa da legalização da referida droga;[899] (iv) da já citada ADI n° 4.815, em que se confirmou a constitucionalidade das biografias não autorizadas;[900] (v) da ADI 2.566, em que se julgou inconstitucional a proibição legal de "proselitismo" por rádios comunitárias;[901] e (vi) da ADI n° 4.451, que tratou da invalidade de se proibir o uso do humor e da sátira durante o período eleitoral;[902]

Em alguma medida, todos os fundamentos para a tutela da liberdade de expressão apontados acima se ligam à ideia de democracia como autocorreção, utilizada como base material para o uso de medidas militantes. A noção de busca pela verdade por meio da confrontação de argumentos falseáveis, defendida por John Stuart Mill, em muito se aproxima do postulado segundo o qual apenas o debate livre é capaz de revelar os erros de decisões

---

[896] SEN, Amartya. *Development as Freedom*. New York: Alfred A. Knopf, 2000, pp. 152-153 (tradução livre).

[897] Cf. SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. ADI n° 3.741, Tribunal Pleno, Rel. Min. Ricardo Lewandowski, DJ 23/02/2006.

[898] Cf. SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. ADPF nº 130, Tribunal Pleno, Rel. Min. Carlos Britto, DJe 06/11/2009.

[899] Cf. SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. ADPF nº 187, Tribunal Pleno, Rel. Min. Celso de Mello, DJe 29/05/2014.

[900] Cf. SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. ADI n° 4.815, Tribunal Pleno, Rel. Min. Cármen Lúcia, DJe 01/02/2016.

[901] Cf. SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. ADI n° 2.566, Rel. Min. Alexandre de Moraes, Rel. p/ ac. Min. Edson Fachin, DJe 23/10/2018.

[902] Cf. SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. ADI nº 4.451, Tribunal Pleno, Rel. Min. Alexandre de Moraes, DJe 06/03/2019

coletivas passadas e, consequentemente, de substitui-las por soluções mais aprimoradas. Sob perspectiva semelhante, não é possível alcançar respostas melhores para os problemas da comunidade democrática se o próprio Poder Público não leva a sério o direito dos cidadãos de satisfazer as suas necessidades comunicativas pessoais e, nesse processo de autorrealização, rever antigos pontos de vista em favor do progresso. De igual modo, respostas antiquadas só darão lugar a novas alternativas se houver espaço para a circulação desimpedida de informações e para a crítica às decisões tomadas pelo governo. Daí por que, ao revisitar as contribuições de George van den Bergh sobre o tema, Bastiaan Rijpkema inseriu a livre expressão no rol de princípios para a realização da natureza autocorretiva da democracia.[903]

Dessa maneira, é possível aplicar medidas de autodefesa democrática com o objetivo de tutelar a liberdade de manifestação do pensamento. É claro que o próprio direito fundamental ora em análise impõe cuidados redobrados no momento de se utilizar de instrumentos militantes. Via de regra, estratégias de autodefesa democrática só poderão ser mobilizadas em casos genuinamente alarmantes, nos quais se verifique o apoio, por atores do jogo político, a propostas autoritárias, que coloquem em risco a referida liberdade pública ou o seu exercício equânime pelos representantes das mais variadas vozes e pelos membros de grupos sociais diversificados. Para que reste configurada uma tal situação, não bastam meras críticas à democracia, gestadas no seio da sociedade civil.[904] Especialmente em cenários de normalidade institucional, reprimendas, ainda que duras, ao modo de funcionamento de determinado regime democrático costumam ser até positivas do ponto de vista do aprofundamento do debate público e, por isso, não ameaçam a liberdade de expressão, muito pelo contrário: são manifestações constitucionais desse direito.

Nesse diapasão, será motivo para o uso de providências militantes, *e.g.*, a defesa da instauração de um modelo de censura prévia ou de instituição de licenças obrigatórias para

[903] Em suas palavras, "a liberdade de expressão estabelece as fundações para apresentar visões alternativas, para críticas e para mudanças de rumo. Os partidos podem se formar livremente, os cidadãos podem disputar eleições e podem avaliar regularmente as suas opções nos pleitos eleitorais, mas também deve ser possível apresentar todas essas visões alternativas, desde ideias sobre vida boa até concepções sobre o nível adequado de benefícios sociais. A liberdade de expressão garante que isso seja possível". (RIJPKEMA, Bastiaan. *Militant Democracy*: The Limits of Democratic Tolerance, op. cit., p. 154, tradução livre para o português)

[904] Sobre esse ponto, ressalte-se o caso *Gündüz v. Turquia*, no qual a Corte Europeia de Direitos Humanos decidiu que, a depender das circunstâncias, acusações de que a democracia seria um regime ímpio e de que, por isso, deveria ser substituída por um regime baseado na Lei da Sharia, feitas por um trabalhador aposentado em programa de televisão do qual participavam debatedores de várias filiações ideológicas, não podem ser objeto de persecução penal. Cf. CORTE EUROPEIA DE DIREITOS HUMANOS. *Application n° 35071/97*, sentença de 14 de junho de 2014.

publicações científicas e jornalísticas, ou para trabalhos artísticos, tais como livros, filmes, exposições e peças de teatro. Não se pode admitir que a democracia brasileira volte a conviver com práticas que, nos anos de chumbo, alternavam "entre o arbítrio, o capricho, o preconceito e o absurdo".[905] É provável que se tente dar a tais propostas roupagens legítimas, como, por exemplo, a aprovação de um marco regulatório para os veículos de imprensa. Como se sabe, nas democracias constitucionais, faz-se necessário regulamentar a mídia para evitar a formação de monopólios ou oligopólios e, assim, garantir que as pessoas possam entrar em contato com várias opiniões diferentes sobre determinado assunto.[906] Porém, nessa seara, todo plano de regulação deve almejar ao aumento do pluralismo de ideias, e não o contrário.[907] Políticas de censura prévia ou de licenças obrigatórias, independentemente da embalagem utilizada para vendê-las ao público, visam instituir mecanismos autoritários de controle sobre o exercício da liberdade de expressão e, portanto, a democracia militante pode ser utilizada para barrá-las.

Ainda é possível que as ameaças antidemocráticas à manifestação do pensamento atinjam o âmbito do fomento. Isso porque tal direito, apesar do seu forte caráter negativo, de garantia contra interferências indevidas do Estado, também possui inegável componente positivo, que exige do governo uma atitude de estímulo à produção de conhecimento e ao acesso de todos a esses verdadeiros bens públicos.[908] Fundação de universidades públicas, lançamento de editais de incentivo à criação, concessão de espaços em equipamentos como museus e centros culturais, patrocínio a eventos artísticos, convocação de procedimentos licitatórios para compra de livros didáticos ou de revistas e jornais para repartições... é bastante vasto o rol de exemplos de atuação estatal positiva no campo da liberdade de expressão. Por óbvio, a democracia militante não pode pretender interferir no grau de intervenção do Estado no fomento

---

[905] BARROSO, Luís Roberto. "Liberdade de Expressão, censura e controle da programação de televisão na Constituição de 1988". In: *Temas de Direito Constitucional.* Rio de Janeiro: Renovar, 2001, p. 346.

[906] Como o debate sobre a regulação da mídia nas democracias é muito amplo e não concerne ao objeto deste trabalho, remete-se o leitor a BINENBOJM, Gustavo. "Meios de Comunicação de Massa, Pluralismo e Democracia Deliberativa: As liberdades de expressão e de imprensa nos Estados Unidos e no Brasil". *Revista da EMERJ*, vol. 06, n° 23, 2003, pp. 360-380.

[907] O pluralismo nos meios de comunicação pode ser de dois tipos: (i) o externo, ou seja, quando há vários meios de comunicação e, por conta disso, as pessoas entram contato com opiniões diferentes; e (ii) o interno, isto é, quando um mesmo meio de comunicação apresenta diferentes visões sobre um mesmo assunto, independentemente da linha editorial estabelecida. Dessa maneira, tem-se que, enquanto o pluralismo externo diz respeito à organização e à estrutura do mercado informacional, o pluralismo interno é um princípio de deontologia jornalística a ser seguido. Cf., nesse sentido, SARMENTO, Daniel. "Comentário ao art. 220". In: CANOTILHO, J. J. Gomes et al. (coords.). *Comentários à Constituição do Brasil*, op. cit., pp. 2139-2140.

[908] Cf. DWORKIN, Ronald. *A Matter of Principle*, op. cit., pp. 221-233; e FISS, Owen. *The Irony of Free Speech*. Cambridge: Harvard University Press, 1996, pp. 27-49.

ao direito ora em análise, mas pode, isto sim, buscar garantir que os mecanismos de estímulo, quando existentes, não sejam intencionalmente direcionados para prejudicar uma ou outra visão de mundo.[909] Propor que o Poder Público adote uma política oficial de silenciamento de vozes incômodas à consciência da maioria – mediante, *e.g.*, a exclusão sumária de obras de temática homossexual dos editais de incentivo à cultura ou o não repasse abusivo e discriminatório de verbas públicas a determinados cursos universitários – é postura antidemocrática, que deve ser contida em prol da higidez da livre manifestação do pensamento.

Hoje, o Brasil se encontra às voltas com a guerra cultural, declarada por setores do governo de Jair Bolsonaro, a certos grupos sociais, instituições universitárias e segmentos da mídia tradicional. Suspensão de editais,[910] ameaças de cortes orçamentários a universidades[911] e intimidações a veículos da imprensa críticos à atual gestão[912] se tornaram rotina. Em um dos mais recentes episódios dessa lastimável batalha, o governo pediu a um humorista que entregasse bananas a jornalistas.[913] Pouco antes, o próprio presidente ofendera Patrícia Campos Mello, jornalista da Folha de São Paulo, ao insinuar que ela estaria disposta a oferecer favores sexuais em troca de um furo de reportagem contra ele.[914] Em editorial publicado logo após a

[909] Escrevendo sobre o papel do Estado na promoção das artes, Ronald Dworkin registrou: "a arte se qualifica para o apoio do Estado, mas não para estabelecer pisos ou tetos para esse apoio. E a arte se qualifica apenas com base em certa premissa: a de que o apoio estatal é projetado para proteger a estrutura em vez de conteúdos específicos para essa estrutura em dado contexto histórico. Portanto, o norte do subsídio estatal deve ser este objetivo: promover a diversidade e a qualidade inovadora da cultura como um todo, em vez de privilegiar (o que os funcionários públicos consideram ser) excelência em determinada época daquela cultura." (DWORKIN, Ronald. *A Matter of Principle*, p. 233, tradução livre)

[910] Cf. BALBI, Clara. "Edital suspenso após críticas de Bolsonaro previa séries com gays e evangélicos". *Folha de São Paulo*, 24 de agosto de 2019. Disponível eletronicamente em: <https://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/2019/08/edital-suspenso-apos-criticas-de-bolsonaro-previa-series-com-gays-e-evangelicos.shtml>. Acesso em: 01 de março de 2020.

[911] Cf. AGOSTINI, Renata. "MEC cortará verba de universidade por 'balbúrdia' e já enquadra UnB, UFF e UFBA". *O Estado de São Paulo*, 30 de abril de 2019. Disponível eletronicamente em: <https://educacao.estadao.com.br/noticias/geral,mec-cortara-verba-de-universidade-por-balburdia-e-ja-mira-unb-uff-e-ufba,70002809579>. Acesso em: 01 de março de 2020.

[912] Cf. URIBE, Gustavo. "Bolsonaro recua e revoga licitação da Presidência que excluiu a Folha". *Folha de São Paulo*, 06 de dezembro de 2019. Disponível eletronicamente em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2019/12/bolsonaro-recua-e-revoga-licitacao-da-presidencia-que-excluiu-a-folha.shtml>. Acesso em: 01 de março de 2020.

[913] Cf. GULLINO, Daniel. "Bolsonaro ignora resultado do PIB e posta vídeo em que humorista dá banana para jornalistas no Alvorada". *O Globo*, 04 de março de 2020. Disponível eletronicamente em: <https://oglobo.globo.com/brasil/bolsonaro-ignora-resultado-do-pib-posta-video-em-que-humorista-da-banana-para-jornalistas-no-alvorada-24285268>. Acesso em: 12 de março de 2020.

[914] Cf. URIBE, Gustavo. "Bolsonaro insulta repórter da Folha com insinuação sexual". *Folha de São Paulo*, 18 de fevereiro de 2020. Disponível eletronicamente em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2020/02/bolsonaro-insulta-reporter-da-folha-com-insinuacao-sexual.shtml>. Acesso em: 01 de março de 2020.

fala de Bolsonaro, a Folha afirmou, com acerto, que o presidente "atiça as falanges governistas contra o jornal e seus profissionais, mas seu alvo final não é um veículo nem tampouco a imprensa profissional. Ele faz carga contra o edifício constitucional da democracia brasileira".[915] Nesse contexto, parecem verdadeiramente incontornáveis os alertas da democracia militante quanto à necessidade de se proteger a liberdade de expressão das investidas de forças autoritárias.

4.5. Igualdade formal

A preocupação da democracia em conceder tratamento isonômico a homens e mulheres, sem ressalvas, está traduzida na Constituição de 1988. Conforme prevê o art. 5º, *caput* e § 1º da Carta Maior, "[t]odos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza [...]" e "homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações, nos termos desta Constituição". Cuida-se de postulado básico, que, de acordo com a jurisprudência do STF, deve condicionar todas as manifestações do poder estatal, impedindo, assim, que o legislador crie leis benéficas a alguns e prejudiciais a outros, e determinando que a Administração e os juízes apliquem as normas jurídicas de modo a dispensar o mesmo grau de respeito e consideração aos seus destinatários.[916] A bem da verdade, só se pode relativizar a cláusula da igualdade formal para se promover ainda mais igualdade, já que, muitas vezes, a existência de desníveis sociais exige que o Estado institua diferenciações legítimas, com base em critérios valorativos justos, a fim de promover a isonomia não apenas no campo normativo, mas também no mundo real.[917] Fora dessas hipóteses, o princípio da igualdade reconduz à proibição geral do arbítrio,[918] não

[915] FOLHA DE SÃO PAULO. "Editorial – Sob ataque, aos 99", 18 de fevereiro de 2020. Disponível eletronicamente em: <https://www1.folha.uol.com.br/opiniao/2020/02/sob-ataque-aos-99.shtml?origin=folha>. Acesso em: 01 de março de 2020.

[916] Cf. SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. MI n° 58, Tribunal Pleno, Rel. Min. Carlos Velloso, Rel. p/ ac. Min. Celso de Mello, DJ 19/04/1991.

[917] Cf. CLÈVE, Clèmerson Merlin. "Ações Afirmativas, Justiça e Igualdade". *Revista Digital de Direito Administrativo*, vol. 03, n° 03, 2016, pp. 551-556; e SARMENTO, Daniel. "Legalização do Aborto e Constituição". *Revista de Direito Administrativo*, n° 240, 2005, pp. 78-81.

[918] Cf. CANOTILHO, J. J. Gomes. *Direito Constitucional e Teoria da Constituição*. Coimbra: Almedina, 2003, pp. 428-430.

podendo ser subvertido de acordo com a mera vontade de maiorias de plantão, sob pena de se afrontar o núcleo do regime democrático.

Nas democracias constitucionais, o respeito à igualdade formal é tão relevante que se concretiza desde as urnas, mediante a forte relação que existe entre tal postulado e o próprio sufrágio. De acordo com Néviton Guedes, o direito de voto possui múltipla funcionalidade.[919] Além de atuar como mecanismo clássico de garantia da participação dos cidadãos na formação da vontade estatal, opera como dispositivo de defesa do indivíduo em face de condutas que lhe impeçam de usufruir dos seus direitos políticos – o que abarca, *e.g.*, o endereçamento de eventuais pedidos de declaração de nulidade de atos normativos, abstratos ou concretos, ao Poder Judiciário –, e como fundamento jurídico para se exigir do Estado a proteção efetiva contra agressões ilícitas à participação política.[920] Nessa toada, o sufrágio também possui uma função essencialmente isonômica, que confere a eleitores e candidatos "o direito de [...] obterem do Estado e da sociedade como um todo, na medida do possível, a máxima igualdade em tudo o que diga respeito ao processo eleitoral".[921] A Constituição reconhece expressamente essa função ao prever que a soberania popular será exercida pelo voto "com igual valor para todos", na forma do seu art. 14, *caput*.

Tal atributo do sufrágio, ao contrário do que se poderia supor, não é mera coincidência. É interessante perceber que, em épocas mais remotas, as democracias faziam uso ostensivo de outro meio de seleção de representantes políticos: o sorteio.[922] Em passagem que pode parecer surpreendente para muitos, Aristóteles chegou a dizer que, enquanto é democrático escolher as autoridades por mecanismos aleatórios como o sorteio, é oligárquico optar por elegê-las com base nas suas qualidades pessoais.[923] O filósofo francês Bernard Manin defende tese semelhante

---

[919] Cf. GUEDES, Néviton. "Comentário ao art. 14, *caput*", op. cit., pp. 728-729.

[920] A propósito, destaque-se que, no plano infraconstitucional, o Código Eleitoral prevê várias condutas criminosas que devem ser coibidas pelo Poder Público em prol do pleno exercício do direito de voto. Cite-se, *e.g.*, a retenção do título eleitoral contra a vontade do eleitor (art. 295), a prática de desordem que prejudique os trabalhos eleitorais ou de ato que impeça o exercício do sufrágio (arts. 296 e 297), e a prisão ou a detenção de eleitor, membro da mesa receptora, fiscal, delegado de partido ou candidato fora das hipóteses previstas em lei (art. 298).

[921] GUEDES, Néviton. "Comentário ao art. 14, *caput*", op. cit., p. 729.

[922] Cf. STONE, Peter. "Sortition, voting, and democratic equality". *Critical Review of International Social and Political Philosophy*, vol. 19, n° 03, 2016, pp. 339-356.

[923] Cf. ARISTÓTELES. *A política*, op. cit., p. 116. Entre os clássicos, disse Montesquieu: "O sufrágio pelo sorteio é da natureza da democracia; o sufrágio pela escolha é da natureza da aristocracia. O sorteio é uma maneira de eleger que não aflige ninguém; eixa a cada cidadão uma esperança razoável de servir sua pátria." (MONTESQUIEU. *O espírito das leis*. Tradução de Cristina Murachco. São Paulo: Martins Fontes, 2000, p. 22)

ao estabelecer que as eleições possuem componentes democráticos, que apostam na autonomia pública dos cidadãos, e aristocráticos, ligados à seleção dos poucos mais capazes.[924] De toda forma, quando utilizadas, as eleições se respaldam na exigência fundamental de que cada voto tenha obrigatoriamente o mesmo peso na definição dos caminhos da empreitada democrática. E o direito de sufrágio apela à isonomia no pleito eleitoral porque, em última análise, a própria democracia se preocupa com a garantia da igualdade jurídica entre as pessoas nas demais searas da vida. Como afirma Peter Stone, nos regimes democráticos,

> [...] **todos os cidadãos devem ser vistos como parceiros iguais na tarefa de governar a comunidade em que vivem.** Alguns podem ser mais inteligentes, habilidosos, instruídos ou abastados que outros, mas, como cidadãos, todos possuem os mesmos direitos de participação no processo político. Dessa forma, todos os cidadãos possuem determinados direitos fundamentais. Muitos desses direitos viabilizam a sua participação na tomada de decisões políticas, como o direito à livre expressão e o direito de petição. O direito ao voto é o exemplo mais puro dessa espécie de direitos. **Independentemente das suas diferenças, os cidadãos são iguais quando se trata de sufrágio. O fato de que a voz de cada cidadão tem o mesmo peso no processo eleitoral é a expressão dessa igualdade democrática fundamental.**
>
> Isso não significa que a democracia requer o emprego generalizado de eleições. Como antes visto [...], as democracias, em um passado distante, faziam relativo pouco uso de eleições (**mas, quando as utilizavam, normalmente buscavam atender a demandas de igualdade**). Outras democracias de pequeno porte confiavam fortemente na participação popular direta. A democracia não requer eleições, **porém exige que, quando elas ocorram, seja observado o princípio da igualdade democrática mediante a garantia de que todos os eleitores desempenhem o mesmo papel na determinação dos resultados eleitorais.**
>
> **A igualdade democrática é, portanto, o valor-chave que subjaz às eleições, bem como às demais práticas democráticas. É esse valor que explica por que determinadas instituições, inclusive os pleitos eleitorais, podem ser consideradas democráticas, e, ainda mais importante, o que lhes confere o seu *valor* do ponto de vista da democracia.** A regra da maioria, à parte de qualquer outro contexto, é tão estúpida quanto parece. O mesmo se aplica a quaisquer outras regras de tomada de decisão. Em uma democracia, a maioria não sai vitoriosa e a minoria derrotada meramente porque àquela é dado, por razões quantitativas, fazer a outra obedecer à sua vontade. Em vez disso, as eleições se justificam porque consistem em uma maneira apropriada de se congregar os cidadãos de uma democracia em torno da tarefa de atribuir responsabilidades. **O uso desse procedimento constitui manifestação do compromisso comunitário com a igualdade democrática.**[925]

Nesse sentido, é possível lançar mão de providências de autodefesa democrática em face de atores políticos cujas plataformas de ação coloquem em risco a tutela elementar da

[924] Cf. MANIN, Bernard. *The Principles of Representative Government*. New York: Cambridge University Press, 1997, pp. 132, ss.

[925] STONE, Peter. "Democratic Equality and Militant Democracy", op. cit., pp. 40-41 (tradução livre e grifos acrescentados).

igualdade formal. Para Lars Vinx, medidas militantes "devem ser direcionadas contra violações ao âmago do princípio da igualdade de chances, ou seja, da igualdade formal entre indivíduos e grupos no processo político e a demanda por eleições livres, justas e periódicas".[926] No entanto, não se pode limitar o compromisso democrático com a igualdade formal apenas ao momento das eleições. Afinal, nas democracias constitucionais, a própria ideia de lei possui um conteúdo moral positivo, que se traduz em determinadas características comuns às normas jurídicas, dentre as quais se destaca a generalidade:[927] há leis gerais para que as expectativas de respeito aos direitos de todos os indivíduos também possam ser generalizadas.[928] Sabe-se que cumpre assegurar ampla margem para debates acerca de como se deve promover o ideal expansivo da igualdade[929] e, portanto, é óbvio que não se pode utilizar de expedientes militantes para limitar os direitos dos que defendem não caber ao Estado atuar de maneira proativa para reduzir índices de desigualdade econômica ou instituir políticas afirmativas de reconhecimento. Porém, não é disso que se trata aqui. Ao falar que a igualdade formal alcança todas as outras instâncias da experiência coletiva, quer-se dizer que não é possível, dentro da moldura da democracia, sustentar a implementação de políticas discriminatórias, que tratem certas pessoas como cidadãos de segunda classe.

Imagine-se, *e.g.*, se determinado partido sugerisse a instalação de modelo de segregação étnico-racial no fornecimento de serviços públicos como habitação, transporte, educação etc., em desfavor dos membros de grupos minoritários. O exemplo, que remete aos anos sombrios do *apartheid* na África do Sul ou da doutrina *"separate but equal"* nos Estados Unidos, não é meramente especulativo, tendo em vista que, como já mencionado neste trabalho, crianças e adolescentes de ascendência roma vêm sendo submetidos a políticas educacionais altamente discriminatórias na Hungria de Viktor Orbán. O *Jobbik*, partido ao qual o principal concorrente eleitoral de Orbán era filiado até pouco tempo atrás, também apoia medidas dessa natureza. Em seu sítio eletrônico, a agremiação de extrema direita retrata os roma como criminosos, afirma que "o tema da convivência entre ciganos [sic] e húngaros se mantém na dianteira do debate público como um problema que ainda carece de solução" e, assim, advoga por um sistema

[926] VINX, Lars. "Democratic equality and militant democracy", op. cit., p. 05 (tradução livre).

[927] Cf. FULLER, Lon L. *The Morality of Law* (revised edition). New Haven: Yale University Press, 1969, pp. 46-49.

[928] Cf. VIEIRA, Oscar Vilhena. "A desigualdade e a subversão do Estado de Direito". *Sur*, n° 06, ano 04, 2007, p. 39.

[929] Cf. VINX, Lars. "Democratic equality and militant democracy", op. cit., p. 05.

estatal de internatos para crianças roma.[930] É em situações-limite como essa que, apesar de não haver riscos imediatos à garantia da isonomia no funcionamento do pleito eleitoral *stricto sensu*, a democracia militante também pode ser mobilizada.

Como é possível notar, a defesa da igualdade formal possui natureza mista, uma vez que combina as duas fundamentações materiais da democracia militante analisadas neste trabalho. De um lado, atenta para uma característica essencial do voto, que é um dos institutos procedimentais mais importantes para a concretização do papel autocorretivo dos regimes democráticos. Mesmo autores que adotam concepções de democracia eminentemente voltadas ao processo – como Robert Dahl[931] e Norberto Bobbio[932] – elencam a igualdade de valor do sufrágio como critério universal para se definir se determinado regime político é, de fato, democrático. Por outro lado, a tutela da igualdade jurídica coloca em destaque a relevância de um valor substantivo que está gravado no código genético das democracias. Conforme já visto, o próprio George van den Bergh, na palestra em que suscitou a ideia de democracia como autocorreção para tratar da proibição de partidos autoritários, afirmou que a igualdade formal integra o conteúdo dos regimes democráticos, definidos por ele como uma forma coletiva de autogoverno na qual os seus membros participam direta ou indiretamente, a liberdade de consciência e a igualdade perante a lei são asseguradas, e os cidadãos acreditam nesse ideal.[933] Nessa linha, não há dúvidas de que existem razões suficientes para a utilização de medidas militantes com o objetivo de salvaguardar a igualdade formal *tout court*.

No Brasil de Jair Bolsonaro, nem mesmo a isonomia, tomada em sua concepção formal mais básica, parece estar imune a contestações. Para o presidente e seus correligionários, na

---

[930] Cf. <https://www.jobbik.com/policies>. Acesso em: 23 de fevereiro de 2020.

[931] Elucubra Dahl: "Suponhamos que os votos de diferentes membros sejam contados desigualmente. Por exemplo, imagine que aos votos seja atribuído um peso proporcional à quantidade e propriedades dos membros e estes possuam quantidades imensamente diferentes de propriedades. Se acreditamos que todos os membros estão igualmente bem qualificados para participar das decisões da associação, por que os votos de alguns deveriam ser contados mais do que os votos de outros?" (DAHL, Robert A. *Sobre a democracia*, op. cit., p. 51)

[932] Para Bobbio, dentre as universais processuais da democracia, encontra-se a premissa de que "o voto de todos os cidadãos deve ter o mesmo peso". Tais universais são, para ele, "regras, enumerando-as, extremamente simples, mas nem um pouco fáceis de realizar corretamente. Mas são todas regras que estabelecem não o que se deve decidir, mas sim apenas quem deve decidir e como. [...] Estou até disposto a admitir que pra que um Estado seja verdadeiramente democrático não basta a observância dessas regras, ou seja, reconheço os limites da democracia apenas formal, mas não tenho dúvidas sobre o fato de que basta a inobservância de uma dessas regras para que um governo não seja democrático, nem verdadeiramente, nem aparentemente". (BOBBIO, Norberto. *Teoria geral da política*: a filosofia política e as lições dos clássicos, op. cit., p. 427)

[933] Cf. VAN DEN BERGH, George. *De democratische staat en de niet-democratische partijen*, op. cit., pp. 03-04.

economia do respeito aos cidadãos, não há ótimo de Pareto possível: invariavelmente, algumas pessoas valem mais que outras, como na fábula clássica de George Orwell.[934] Ao anunciar a criação do Conselho da Amazônia, por exemplo, o capitão reformado sugeriu que os indígenas brasileiros estariam mudando para melhor, já que, "[c]ada vez mais, o índio é um ser humano igual a nós",[935] como se o estereótipo do homem branco constituísse o padrão evolucionário mais avançado. Diante desse cenário, não é exagerado dizer que a democracia militante, como instrumento de proteção à igualdade formal, deve permanecer em vigília constante.

4.6. Violência e *hate speech*

Costuma-se dizer que a liberdade de expressão goza de posição preferencial no sistema jurídico-constitucional brasileiro,[936] em virtude não somente da inegável importância dos seus fundamentos, como também da necessidade de se superar o conturbado percurso desse direito ao longo da história do país. Disso decorre, conforme reconhece a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal,[937] que a livre expressão não é compatível com a censura, bem como ostenta prioridade *prima facie* quando em colisão com outros valores constitucionais, do mesmo modo que qualquer medida – administrativa, legislativa ou judicial – capaz de restringi-la deve ser objeto de escrutínio rigoroso. Tal orientação não significa, contudo, que a referida liberdade desconheça limites, já que nenhum direito, com a exceção pontual da vedação à tortura, é absoluto.[938] Na verdade, afirmar a posição preferencial da livre expressão implica dizer que

[934] "Todos os animais são iguais, mas alguns são mais iguais que outros." (ORWELL, George. *Animal Farm*. New York: Harcourt, 1946, p. 112, tradução livre)

[935] Cf. G1. "'Cada vez mais, o índio é um ser humano igual a nós', diz Bolsonaro em transmissão nas redes sociais", 24 de janeiro de 2020. Disponível eletronicamente em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/01/24/cada-vez-mais-o-indio-e-um-ser-humano-igual-a-nos-diz-bolsonaro-em-transmissao-nas-redes-sociais.ghtml>. Acesso em: 20 de março de 2020.

[936] Cf. SARLET, Ingo Wolfgang; MARINONI, Luiz Guilherme; MITIDIERO, Daniel. *Curso de Direito Constitucional*, op. cit., pp. 499-500.

[937] Cf., *e.g.*, SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. Rcl n° 22.328, 1ª Turma, Rel. Roberto Barroso, DJe 10/05/2018.

[938] A ideia de que, em regra, inexistem direitos absolutos está consignada, inclusive, na jurisprudência do Supremo Tribunal Federal. Cf., a respeito, SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. MS n° 23.452, Tribunal Pleno, Rel. Min. Celso de Mello, DJ 12/05/2000. Quanto à vedação da tortura como flexibilização dessa diretriz, veja-se, também na jurisprudência da Corte, SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. HC n° 70.389, Tribunal Pleno, Rel. Min. Sydney Sanches, Rel. p/ ac. Min. Celso de Mello, DJ 10/08/2001.

"apenas os abusos mais graves, capazes de ameaçar interesses primordiais, abrem margem para que se admitam limitações".[939]

Dentre esses abusos, deve-se inserir a incitação à violência, seja por atos, seja por palavras. O tema se relaciona com a doutrina das *"fighting words"*, formulada pela Suprema Corte norte-americana como uma das exceções legítimas à liberdade de expressão nos Estados Unidos, país conhecido pela sua tutela quase absoluta ao referido direito constitucional. No julgamento do conhecido caso *Chaplinsky v. New Hampshire*, o tribunal consignou que estímulos retóricos à violência, que impliquem riscos claros e imediatos à convivência pacífica ou a terceiros, "não são parte essencial de qualquer exposição de ideias, e são de tão pouco valor social como um passo para a verdade que qualquer benefício que possa delas ser derivado é claramente superado pelo interesse social na ordem e na moralidade".[940] Mais recentemente, no Brasil, o Supremo Tribunal Federal adotou entendimento similar ao decidir que editais de concursos públicos não podem contemplar restrições discriminatórias a quem ostente tatuagem em seu corpo, salvo em situações excepcionais em que o desenho transmita mensagem contrária aos valores da Constituição, tais como "morte aos delinquentes" ou "morte aos menores de rua".[941]

Especificamente em relação à democracia militante, trata-se de "justificativa irredutível" para a aplicação de providências de autodefesa,[942] uma vez que, como já mencionado neste trabalho, os regimes democráticos carregam consigo um compromisso inafastável com a recusa da brutalidade, ainda que o ato revolucionário da sua fundação tenha sido brutal.[943] A própria vedação ao uso de organizações paramilitares por partidos políticos,

---

[939] Cf. SUPREMA CORTE DOS ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA, 323 U.S. 516 (1945).

[940] SUPREMA CORTE DOS ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA. 315 U.S. 568 (1942), tradução livre.

[941] "No que diz respeito à violência iminente, uma tatuagem pode obstaculizar o ingresso em um cargo público quando tiver o condão de provocar uma reação violenta imediata naquele que a visualiza, nos termos do que a doutrina denomina de *'fighting words'*. Palavras que estimulam o emprego imediato da violência não podem ser abrigadas sob o manto da liberdade de expressão, e podem ser combatidas pelo Estado, bem como originar efeitos danosos para quem as utilizar. Além de serem capazes de originar um dano à sociedade, não expressam ideias ou possuem um valor social digno de tutela. Uma tatuagem contendo, por exemplo, a expressão 'morte aos menores de rua' se encaixa perfeitamente neste contexto de *'fighting words'* e não pode ser aceita pelo estado, muito menos por quem pretenda ser agente público." (SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. RE n° 898.450, Tribunal Pleno, Rel. Min. Luiz Fux, DJe 31/05/2017)

[942] ROSENBLUM, Nancy L. *On the Side of the Angels*: An Appreciation of Parties and Partisanship, op. cit., p. 433 (tradução livre).

[943] Não à toa, Steven Levitsky e Daniel Ziblatt elencam, como um dos principais indicativo de comportamento autoritário, a aceitação ou o encorajamento da violência. Isso quer dizer que, se certo aspirante ao poder (i) tem vínculos com gangues armadas, forças paramilitares, milícias, guerrilhas ou outra organização que promova violência ilícita; (ii) patrocinou ataques coletivos contra os seus oponentes; (iii) endossa tacitamente a violência

contemplada no art. 17, § 4º, CF/88, bem expressa tal compromisso, reforçando, de maneira ainda mais patente, a exigência de respeito à democracia contida no *caput* do mesmo dispositivo.[944] Em seu livro sobre o assunto, Bastiaan Rijpkema chega a afirmar que, do ponto de vista da filosofia política, o debate acerca da proscrição de agremiações partidárias que propaguem a violência, ou que mantenham relações perigosas com grupos violentos, sequer consiste em questão verdadeiramente interessante: "afinal, agir contra um partido que dispõe de uma gangue de bandidos a seu favor é menos controverso que agir contra um partido que não dispõe".[945] Recorde-se, a propósito, que a principal razão para o banimento do *Herri Batasuna* na Espanha foi justamente a sua ligação com o ETA, grupo separatista que se valia de estratégias truculentas com vistas ao alcance dos seus objetivos políticos.

No Brasil, é muito possível que a matéria venha a gerar perplexidades adicionais. Isso porque, diante dos altos índices de criminalidade verificados no país, o franco apoio ao recrudescimento do combate armado a infratores da lei está presente no discurso de muitos políticos, o que, à parte qualquer análise de procedência desse argumento belicista, consiste, via de regra, em manifestação legítima do pensamento em um regime democrático. Dessa maneira, a democracia militante deve incidir sobre casos bastante graves, que transbordem qualquer nível de razoabilidade, como a prática ou a incitação da violência contra pessoas específicas ou contra membros de grupos sociais vulneráveis. Sob tal perspectiva, não se pode admitir que, acobertados pelo manto da livre participação no debate acerca dos novos rumos da segurança pública, partidos defendam, *e.g.*, que moradores de favelas devem ser sumariamente fuzilados por sua suposta ligação com o crime organizado. O mesmo raciocínio se aplica, a título ilustrativo, a agremiações cujos integrantes apoiem o uso da violência contra imigrantes, minorias sexuais, ou até contra opositores políticos.

Sobre o ponto, também merece destaque a questão das milícias. Como se sabe, em muitos estados brasileiros – a exemplo do Rio de Janeiro –, um dos principais problemas na área da segurança pública diz respeito à existência de estruturas de poder paralelo, lideradas por

---

promovida por seus apoiadores ao se recusar a condená-la; e (iv) elogiou – ou se recusou a repreender – outros atos significativos de violência ocorridos no passado ou em qualquer outro lugar do mundo; logo, pode-se caracterizar sua conduta como sendo autoritária. Cf. LEVITSKY, Steven; ZIBLATT, Daniel. *Como as democracias morrem*, op. cit., p. 33.

944 Cf. MEZZAROBA, Orides. "Comentário ao art. 17". In: CANOTILHO, J. J. Gomes et al. (coords.). *Comentários à Constituição do Brasil*, op. cit., p. 759.

945 RIJPKEMA, Bastiaan. *Militant Democracy*: The Limits of Democratic Tolerance, op. cit., p. 05 (tradução livre para o português).

servidores das forças de segurança, que dominam comunidades carentes a base da coação, a fim de obter lucro mediante a oferta de serviços como o fornecimento irregular de energia elétrica, de gás, de transporte e de televisão a cabo.[946] Herdeiras diretas dos antigos esquadrões de extermínio e dos porões sombrios dos aparelhos de repressão da ditadura civil-militar, as milícias se apresentam como soluções pretensamente viáveis ao jugo exercido pelo comércio varejista de drogas ilegais e buscam se infiltrar nas esferas formais de exercício do poder por meio da ligação com determinados atores políticos. Milicianos já receberam, inclusive, elogios rasgados e condecorações por parte de parlamentares, dentre os quais o atual presidente, quando era deputado federal, e membros da sua família.[947] Nessa toada, uma vez comprovada a vinculação com esses grupos paramilitares, haverá fundamento jurídico para o uso de medidas de autodefesa democrática.

Outro cenário de aplicação da democracia militante, dentro dos limites substantivos impostos pela democracia constitucional ao exercício da livre expressão, é a adoção de discursos de ódio (*hate speech*) por partidos e agentes políticos. Para os adeptos de concepções mais liberais do referido direito fundamental, admitir restrições discursivas dessa natureza "é certamente algo eticamente pobre e talvez politicamente inoportuno", já que "[é] melhor uma liberdade sempre em perigo, mas expansiva, do que uma liberdade protegida, mas incapaz de se desenvolver".[948] Desse modo, seria possível sustentar, a princípio, que manifestações de ódio, desprezo ou intolerância contra minorias vulneráveis, motivadas por preconceitos ligados a fatores como etnia, religião, gênero, nacionalidade, deficiência e orientação sexual, estariam inseridas no âmbito de tutela da livre expressão. Esse costuma ser, inclusive, o entendimento da Suprema Corte dos Estados Unidos que, com a notável exceção do caso *Beauharnais v.*

---

[946] Sobre o tema, cf. CANO, Ignacio; DUARTE, Thais. *No sapatinho*: a evolução das milícias no Rio de Janeiro (2008-2011). Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll, 2012; MISSE, Michel. "Crime organizado e crime comum no Rio de Janeiro: diferenças e afinidades". *Revista de Sociologia e Política*, vol. 19, n° 40, 2011, pp. 13-25; e ZALUAR, Alba; CONCEIÇÃO, Isabel Siqueira. "Favelas sob o controle das milícias no Rio de Janeiro: que paz?". *São Paulo em Perspectiva*, vol. 21, n° 02, 2007, p. 89-101.

[947] Cf. MELLO, Igor. "Jair Bolsonaro defendeu chefe de milícia em discurso na Câmara". *O Globo*, 25 de janeiro de 2019. Disponível eletronicamente em: <https://oglobo.globo.com/brasil/jair-bolsonaro-defendeu-chefe-de-milicia-em-discurso-na-camara-23401641>. Acesso em: 02 de março de 2020; e HERINGER, Carolina; ARBEX, Thais. "Bolsonaro diz que mandou condecorar Adriano em 2005 e afirma que, na época, o miliciano era um 'herói'". *O Globo*, 15 de fevereiro de 2020. Disponível eletronicamente em: <https://oglobo.globo.com/rio/bolsonaro-diz-que-mandou-condecorar-adriano-em-2005-afirma-que-na-epoca-miliciano-era-um-heroi-24251358>. Acesso em: 02 de março de 2020.

[948] BOBBIO, Norberto. *A Era dos Direitos*. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. São Paulo: Elsevier, 2004, p. 91.

Illinois,[949] possui jurisprudência muito favorável à proteção constitucional dos chamados discursos de ódio. É o que comprovam precedentes como *Brandenburg v. Ohio*[950] e *R.A.V. v. City of St. Paul*.[951]

Entretanto, em uma segunda análise, percebe-se que o *hate speech* encontra, em diversos preceitos fundamentais, verdadeiras barreiras que impedem a sua livre circulação no mercado de ideias. No Brasil, se a liberdade de expressão é garantida pela Constituição de 1988, também não se pode ignorar que o mesmo diploma normativo prevê, em outras passagens, que a dignidade da pessoa humana é um dos fundamentos da República (art. 1º, inciso III) e que constituem objetivos primordiais deste país "construir uma sociedade livre, justa e solidária", "erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais" e "promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação" (art. 3º, incisos I, III e IV, respectivamente). Ademais, a carta estabelece que "[t]odos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza" (art. 5º, *caput*), que "a lei punirá qualquer discriminação atentatória dos direitos e liberdades fundamentais deste país" (art. 5º, inciso XLI) e que "a prática do racismo constitui crime inafiançável e imprescritível, sujeito à pena de reclusão, nos termos da lei" (art. 5º, inciso XLII).

Não à toa, o Supremo Tribunal Federal, no famoso caso *Ellwanger*, decidiu que a publicação de livros com conteúdo antissemita não deve ser juridicamente tutelada, podendo, assim, caracterizar a prática do crime de racismo. Restou consignado na longa ementa do julgado que, como o exercício das liberdades públicas não é incondicional – devendo, por isso, observar os limites definido na Constituição de 1988 –, "[o] preceito fundamental de liberdade de expressão não consagra o 'direito à incitação ao racismo', dado que um direito individual não pode constituir-se em salvaguarda de condutas ilícitas, como sucede com os crimes contra

[949] Cf. SUPREMA CORTE DOS ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA. 343 U.S. 250 (1952). Na oportunidade, a Suprema Corte manteve a condenação penal imposta a um homem que distribuía panfletos nos quais conclamava a população branca de Chicago a se unir contra os afro-americanos, por ele retratados como criminosos.

[950] Cf. SUPREMA CORTE DOS ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA. 395 U.S. 444 (1969). Na ocasião, a Suprema Corte, com base na tutela da liberdade de expressão, julgou inconstitucional lei do Estado de Ohio que criminalizava a apologia ao crime e, assim, reverteu sentença penal imposta a membro da Ku Klux Klan, condenado por proferir discurso racista.

[951] Cf. SUPREMA CORTE DOS ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA. 505 U.S. 377 (1992). No julgamento, a Suprema Corte se valeu da tutela constitucional à livre manifestação do pensamento para invalidar decisão condenatória em face de adolescentes que haviam pregado uma cruz em chamas no quintal de uma família negra.

a honra".[952] Em acórdão ainda mais recente, a 2ª Turma da Corte manteve condenação criminal, por incitação ao ódio, contra pastor evangélico que havia proferido discursos altamente discriminatórios contra os membros de outras denominações religiosas. Ao fazê-lo, o STF voltou a conferir maior peso à dignidade humana e à igualdade na ponderação com valores como as liberdades de expressão e de religião.[953]

Para além dos argumentos meramente dogmáticos, há efetivos fundamentos materiais para se sustentar que as democracias constitucionais podem se defender de partidos e agentes políticos cujos programas se pautem em discursos de ódio contra minorias vulneráveis. Em primeiro lugar, salta aos olhos que a proteção do *hate speech* não se concilia com o pressuposto segundo o qual a livre manifestação de pensamento contribui para a busca das melhores respostas dentro de um debate aberto e plural. Isso porque o cenário fecundo para o progresso por meio do cotejo de ideias exige que as pessoas estejam dispostas a ouvir as opiniões umas das outras e de refletir sobre as suas próprias compreensões de mundo, o que jamais ocorrerá se os participantes do debate não se enxergarem como indivíduos dotados dos mesmos direitos.[954] Nessa linha, insultos ou manifestações ultrajantes contra membros de grupos minoritários não acrescentam nada à boa e saudável discussão de argumentos. Como bem salientou o *Justice* Owen Roberts no julgamento do caso *Cantwell v. Connecticut*, "o recurso a estereótipos ou a outras formas pessoais de abuso não é, em nenhum sentido apropriado, um ato de comunicação de informação ou de opinião salvaguardado pelo texto constitucional".[955]

Não bastasse, quanto à tutela da liberdade de expressão como mecanismo que possibilita a realização pessoal, deve-se notar que ser alvo de ataques discriminatórios é um significativo atentado à autoestima de cada indivíduo, afetando, por conseguinte, o desenvolvimento da sua personalidade.[956] Uma das grandes preocupações por trás da previsão constitucional do

[952] SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. HC n° 82.424, Tribunal Pleno, Rel. Min. Moreira Alves, Rel. p/ ac. Min. Maurício Corrêa, DJ 19/03/2004.

[953] Cf. SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. RHC n° 146.303, 2ª Turma, Rel. Min. Edson Fachin, Rel. p/ ac. Min. Dias Toffoli, DJe 07/08/2018.

[954] Cf. SARMENTO, Daniel. "A liberdade de expressão e o problema do 'hate speech'", op. cit., 2010, p. 236.

[955] SUPREMA CORTE DOS ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA. 310 U.S. 296 (1940), tradução livre.

[956] Cf. MATSUDA, Mari J.; LAWRENCE III, Charles R.; DELGADO, Richard; CRENSHAW, Kimberlè Williams. *Words that Wound*: Critical Race Theory, Assaultive Speech, and the First Amendment. New York: Routledge, 2018, p. 25.

princípio da dignidade da pessoa humana é a promoção do reconhecimento,[957] isto é, da premissa antropológica e filosófica segundo a qual todo indivíduo só se realiza na medida em que é aceito pelo próximo como merecedor de igual respeito e consideração. "Uma pessoa é uma pessoa através de outras pessoas", afirma o tradicional ditado africano.[958] O discurso de ódio, em contrapartida, projeta sobre o outro uma imagem inferior de si mesmo, o que, nas palavras de Charles Taylor, "pode, na verdade, deformar e oprimir até o ponto em que tal imagem seja internalizada".[959] Nesse sentido, faz-se realmente necessária a vedação do *hate speech*, com vistas a que a liberdade de uns não se converta no calvário de outros.[960]

Mas não é só. No que tange ao vínculo entre livre expressão e democracia, o discurso de ódio aliena as suas vítimas do debate público, exercendo sobre elas um verdadeiro *efeito silenciador*[961] e, por consequência, prejudicando a igual participação de todos os cidadãos na construção da vontade democrática. Nesse ponto, critica-se a figura de um mercado livre de ideias capaz de se autorregular, uma vez que, dentro da sociedade, o acesso aos meios de transmissão e de divulgação de opiniões não é equanimemente distribuído entre os indivíduos. De fato, em razão de diversos fatores históricos, culturais e econômicos, os pontos de vista sustentados pelos membros de grupos sociais dominantes conseguem atingir com maior facilidade ao grande público, ao passo que é relegado aos integrantes das minorias um espaço à margem do processo comunicativo. Tal assimetria é potencializada no caso da difusão do *hate speech*, visto que esse tipo de discurso, ao reforçar os preconceitos que recaem sobre as referidas minorias, condenam-nas ao silêncio envergonhado da humilhação, que, por sua vez, é a exata antítese não só do direito previsto no art. 5º, inciso IV, CF/88, como também da substância do princípio democrático.[962]

---

[957] Cf. SARMENTO, Daniel. *Dignidade da Pessoa Humana*: conteúdo, trajetórias e metodologia, op. cit., pp. 241-298.

[958] Citado em CORNELL, Drucilla; MUVANGUA, Nyoko. *Ubuntu and the Law*: African Ideals and Postapartheid Jurisprudence. New York: Fordham University Press, 2012, p. 05.

[959] TAYLOR, Charles. "The Politics of Recognition". In: GUTMANN, Amy (ed.). *Multiculturalism*: Examining the Politics of Recognition. Princeton: Princeton University Press, 1994, p. 36.

[960] Observação similar foi feita por Karl Popper quando este constatou a existência de um paradoxo na liberdade. De acordo com o pensador austríaco, "a liberdade no sentido de ausência de quaisquer restrições conduz a uma restrição significativa, já que deixa o forte livre para escravizar o fraco". (POPPER, Karl. *The Open Society and Its Enemies*. New One-Volume Edition, op. cit., p. 581, tradução livre)

[961] Cf. FISS, Owen. *The Irony of Free Speech*, op. cit., pp. 05-26.

[962] Nesse aspecto, são precisas as lições de Daniela Bucci: "[...] os limites à liberdade de expressão fazem parte da própria existência de uma associação ou partido político. Quando a lei estabelece condições de existência, ao mesmo tempo, impõe limites ao próprio discurso que determinado partido político pode defender: neste caso, o

Sabe-se que, devido ao vasto campo de incidência da liberdade de expressão, mesmo os pensamentos impopulares, chocantes e escatológicos – ou melhor, sobretudo esses pensamentos – estão contidos no raio de guarida desse direito fundamental. Em regra, não se deve buscar impor padrões de civilidade ou de perfeccionismo ao discurso, sob pena, inclusive, de se restringir em demasia a expressão de grupos sociais marginalizados, que, muitas vezes, valem-se de formas de manifestação intencionalmente impactantes para escandalizar a consciência moral hegemônica e, assim, chamar atenção para as causas que defendem.[963] No entanto, reconhecer a dignidade do interlocutor é, nas palavras de Daniel Sarmento, "muito mais do que uma regra de civilidade",[964] consistindo, em vez disso, em premissa sobre a qual se deve estruturar o debate público. Sem ela, não há diálogo possível. Sob tal perspectiva, mostra-se justificável o uso de medidas militantes para impedir que partidos e agentes políticos, cujas bandeiras se apoiem ostensivamente no *hate speech* contra minorias vulneráveis, acessem as esferas formais de representação popular.

O Brasil contemporâneo é o Brasil da política do ódio.[965] Desde que o pacto democrático-constitucional representado pela Constituição de 1988 se tornou objeto de interpretações absolutamente implausíveis, o horror ao diferente "[f]lui como um rio de sangue cuja fonte nunca deixou de ser a casa-grande".[966] O ódio, contudo, não está apenas disperso na sociedade: subiu a ladeira do Palácio do Planalto. Na presidência, Jair Bolsonaro continua a cruzada contra minorias vulneráveis que o tornou famoso. E isso é especialmente grave, já que, para muitos, as palavras dos governantes são chamados à ação,[967] e os correligionários do capitão reformado parecem entender os recados que ele transmite.[968] "O presidente não apenas te odeia. Ele diz que te odeia. O ódio do presidente não é um ódio qualquer. É o ódio do

regime democrático, pluripartidarismo e direitos fundamentais do indivíduo. É exatamente por essa razão que um discurso discriminatório, racista ou apologético ao crime não poderia prosperar já a partir da leitura que se faz da legislação." (BUCCI, Daniela. *Direito Eleitoral e Liberdade de Expressão*: Limites Materiais, op. cit., p. 306)

963 Cf. YOUNG, Iris Marion. *Inclusion and Democracy*. New York: Oxford University Press, 2000, pp. 52-80.

964 SARMENTO, Daniel. "A liberdade de expressão e o problema do 'hate speech'", op. cit., p. 241.

965 Cf. SOARES, Luiz Eduardo. *O Brasil e seu duplo*. São Paulo: Todavia, 2019, pp. 217-235.

966 Ibidem, p. 242.

967 Cf. TIRRELL, Lynne. "Genocidal Language Games". In: MAITRA, Ishani; MCGOWAN, Mary Kate (ed.). *Speech and Harm*: Controversies Over Free Speech. Oxford: Oxford University Press, 2012, pp. 174-221.

968 Cf. BRAMATTI, Daniel; MONNERAT, Alessandra. "Após ataques de Bolsonaro, boatos contra alvos do presidente ganham impulso nas redes". *O Estado de São Paulo*, 04 de agosto de 2019. Disponível eletronicamente em: <https://politica.estadao.com.br/blogs/estadao-verifica/apos-ataques-de-bolsonaro-boatos-contra-alvos-do-presidente-ganham-impulso-nas-redes/>. Acesso em: 14 de março de 2020.

presidente."[969] Destaque-se, a esse respeito, pesquisa acadêmica na qual se apontou um aumento de 226% no número de *hate crimes* cometidos em municípios que sediaram comícios de Donald Trump durante as eleições presidenciais de 2016.[970] Tais fatos corroboram, portanto, que a democracia militante também deve voltar suas atenções para as hipóteses em que o caminho da erosão democrática é pavimentado por discursos que discriminam, que ferem, que matam.

4.7. Separação de poderes

Conforme antes mencionado neste trabalho, a democracia constitucional mantém forte vínculo com a necessidade de se limitar o poder, o que se dá tanto pelo sistema de tutela a direitos individuais como a liberdade e a igualdade, quanto pela previsão de desenhos institucionais capazes de fazer frente à dominação e ao arbítrio. Tal vínculo tem lastro na premissa de que, em regimes desprovidos de amarras constitucionais, os direitos não passam de proclamações retóricas à mercê da boa vontade do dirigente de plantão, bem como inexiste real margem de escolha entre as diversas propostas políticas ou canais efetivos para o exercício legítimo da oposição, afetando-se, assim, a capacidade do governado de avaliar o trabalho do seu governante, que segue usufruindo do poder de maneira irrestrita, independentemente do seu grau de competência.[971] Daí por que, para Karl Popper, a sobrevivência da comunidade democrática – e, por conseguinte, da sociedade aberta e plural – depende da criação, do desenvolvimento e da proteção de instituições políticas em constante processo de aperfeiçoamento, com o objetivo de se evitar a instauração da tirania, que, segundo ele, é o

[969] MENDES, Conrado Hübner. "Quando o presidente diz que te odeia". *Época*, 15 de agosto de 2019. Disponível eletronicamente em: <https://epoca.globo.com/conrado-hubner-mendes/quando-presidente-diz-que-te-odeia-23878247>. Acesso em: 14 de março de 2020.

[970] Cf. FEINBERG, Ayal; BRANTON, Regina; MARTINEZ-EBERS, Valerie. "The Trump Effect: How 2016 Campaign Rallies Explain Spikes in Hate", 2019. Disponível eletronicamente em: < https://lmas.unt.edu/sites/lmas.unt.edu/files/lmas/Hate%20Incidents%20Spike_0.pdf>. Acesso em: 14 de março de 2020. Ver também EDWARDS, Griffin Sims; RUSHIN, Stephen. "The Effect of President Trump's Election on Hate Crimes". *SSRN Electronic Journal*, 2018.

[971] Bruce Ackerman afirma que as amarras constitucionais ao exercício do poder político servem a três ideias de legitimidade, quais sejam, a democracia, a competência profissional e a tutela e a promoção dos direitos fundamentais. Cf. ACKERMAN, Bruce. "The New Separation of Powers". *Harvard Law Review*, vol. 113, n° 03, 2000, pp. 639-640.

oposto polar da democracia.[972] Afinal, diante de governos tirânicos, não há reforma democrática possível, restando apenas recorrer à autoridade moral da revolução.[973]

Em seu art. 2º, a CF/88 contempla expressamente a separação de poderes, além de alçar tal postulado à categoria de cláusula pétrea, nos moldes do seu art. 60, § 4º, inciso III. Esse princípio, na condição de técnica para a garantia dos demais pressupostos necessários ao bom funcionamento dos regimes democráticos, "tem por mote o controle do poder pelo próprio poder, um sistema de fiscalização e limitação recíprocas, o denominado sistema de freios e contrapesos".[974] Nesse contexto, para se evitar o arbítrio, o poder é repartido em funções típicas, cada qual desempenhada por uma instância: ao Executivo caberá, precipuamente, administrar a coisa pública por meio das leis aprovadas pelo parlamento, que também serão interpretadas e aplicadas pelos juízes e pelos tribunais na resolução de conflitos. Tais instâncias cumprem ainda funções residuais, *e.g.*, a expedição de normas setoriais pelas agências reguladoras, a realização de concursos públicos para a contratação de funcionários parlamentares, e a regulamentação e a administração das eleições pela Justiça Eleitoral. Como o controle entre poderes por meio da especialização funcional não basta, há ainda mecanismos voltados a se impedir a formação de "feudos internos" em cada instância, sendo o exemplo mais claro disso o sistema de indicação para ministros do STF, do qual participam o presidente da República e o Senado Federal.

O concerto das relações entre os poderes pressupõe harmonia e coordenação, mas também abre espaço para muitas tensões. Dado que as instâncias de poder se fiscalizam e se limitam mutuamente, há ocasiões em que os seus interesses não se conciliam, como, *e.g.*, quando o presidente opõe veto às leis aprovadas pelo Congresso Nacional, quando este aprova decreto legislativo para sustar ato do Executivo que exorbite a sua atribuição regulamentar, ou, ainda, quando o STF julga inválida norma expedida por outro poder. Sob tal perspectiva, a própria Constituição se torna objeto de disputas interpretativas constantes entre as diferentes

[972] Cf. POPPER, Karl. *The Open Society and Its Enemies*. New One-Volume Edition, op. cit., pp. 118-119.

[973] Cf. BLIGH, Gur. "Defending Democracy: A New Understanding of the Party-Banning Phenomenon". *Vanderbilt Journal of Transnational Law*, vol. 46, n° 05, 2013, p. 1329.

[974] STRECK, Lenio Luiz; OLIVEIRA, Fábio de. "Comentário ao art. 2º". In: CANOTILHO, J. J. Gomes et al. (coords.). *Comentários à Constituição do Brasil*, op. cit., p. 148.

autoridades.[975] Por vezes, tais disputas são solucionadas mediante diálogos institucionais,[976] a exemplo das hipóteses de elaboração, pelo Legislativo, de emenda constitucional com o objetivo de reverter entendimento perfilhado pela Suprema Corte em sede de controle abstrato de constitucionalidade. Recorde-se, a propósito, a promulgação da EC n° 96/2017 logo após decisão do STF que, por apertada maioria, entendeu ser inconstitucional lei do Ceará que regulamentava a prática da vaquejada.[977] Outras vezes, as disputas acerca do significado da Constituição conduzem a cenários de quase crise.

Foi isso que se deu no final de 2016, quando Renan Calheiros desobedeceu a ordem liminar do Min. Marco Aurélio que o afastava da presidência do Senado Federal por ser réu em processo criminal.[978] O episódio foi repleto de trocas de ofensas entre os envolvidos. O ministro chamou de "inconcebível, intolerável e grotesca" a atitude do senador, e prosseguiu: "A interpretação nada mais revela do que o famoso jeitinho brasileiro, a meia-sola constitucional, com desprezo inexcedível ao previsto. O texto maior implica relevo, deferência, não à pessoa ocupante do cargo, mas à Casa por ela personalizada."[979] Calheiros, que acabou permanecendo no cargo depois que o plenário cassou a liminar de Marco Aurélio na parte do afastamento,[980] declarou que o ministro, "com essas decisões atrapalhadas, acabará entrando para a história pela porta dos fundos". Também afirmou que, à época do debate sobre o aumento da idade para a aposentadoria compulsória dos integrantes do Supremo Tribunal Federal, defendeu, de início, que haveria necessidade de nova sabatina, porém, após o Min. Marco Aurélio se manifestar contrariamente à exigência, retirou-a do projeto de emenda. "Mas esses últimos dias demonstram que foi um erro", disse Calheiros. "Porque alguns ministros não precisam se

---

975 POSNER, Eric A.; VERMEULE, Adrian. "Constitutional Showdowns". *University of Pennsylvania Law Review*, vol. 156, n° 04, 2008, pp. 991-1048.

976 Cf. BRANDÃO, Rodrigo. *Supremacia judicial versus diálogos constitucionais*: a quem cabe a última palavra sobre o sentido da Constituição?, op. cit., pp. 336, ss.

977 Cf. SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. ADI n° 4.983, Tribunal Pleno, Rel. Min. Marco Aurélio, DJe 27/04/2017.

978 Cf. SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. ADPF n° 402-MC, Decisão Monocrática, Rel. Min. Marco Aurélio, DJe 07/12/2016.

979 Cf. RAMALHO, Renan; CALGARO, Fernanda. "Marco Aurélio chama de 'grotesca' recusa de Renan de cumprir ordem judicial". G1, 07 de dezembro de 2016. Disponível eletronicamente em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/marco-aurelio-mello-ironiza-ataques-de-renan-nao-me-chamou-de-juizeco.ghtml>. Acesso em: 07 de março de 2020.

980 Cf. SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. ADPF n° 402-MC-Ref, Tribunal Pleno, Rel. Min. Marco Aurélio, Rel. p/ ac. Min. Celso de Mello, DJe 29/08/2018.

submeter à sabatina. Mas outros, como Marco Aurélio, precisam sim. Devem ser sabatinados."[981]

Contudo, mesmo em situações difíceis como essa, não há ameaça de violação irreversível à moldura estabelecida pela separação de poderes. Além de continuar sendo possível que o risco de desmoralização leve uma das instituições a ceder – como se deu no exemplo mencionado –, eventuais abusos ainda podem ser coibidos, seja pela via administrativa, seja pela via penal, se for o caso. Dessa maneira, para que a teoria da democracia militante possa ser mobilizada com vistas à tutela desse princípio fundamental, faz-se necessário que determinado partido ou agente político tenha a intenção de eliminar alguma das instâncias de poder ou de subjugá-la ao domínio de outra instância, seja retirando-lhe a autonomia funcional, seja criando mecanismos paralisantes de absoluta dependência administrativo-orçamentária. No Brasil, é inadmissível, do ponto de vista da continuidade da ordem democrática, advogar em favor de propostas que viabilizem a dissolução do Congresso ou o fechamento do Supremo Tribunal Federal; a total absorção, pelo Poder Executivo, da competência para elaborar leis gerais e abstratas; ou a suspensão das garantias constitucionais dos membros do Judiciário com o intuito de se possibilitar a perseguição a certos integrantes da Suprema Corte, em clima de "caça às bruxas" similar ao que se instaurou no país durante o regime militar. São em hipóteses-limite dessa natureza que existe brecha para a aplicação de providências militantes.

Também não se ignora que "o princípio da separação de poderes não possui uma formulação rígida, universal, padronizada. Sem prejuízo de uma concepção genérica, mundializada, denota particularidades de país para país. É formação cultural".[982] Nessa linha, sempre deve haver espaço, nas democracias constitucionais, para se repensar os arranjos de poder, mediante soluções experimentais que os tornem mais responsivos às demandas populares, o que pode envolver, inclusive, a combinação de desenhos inspirados em outros sistemas de governo, como o parlamentarismo ou o semipresidencialismo, e a maior valorização de procedimentos constitucionais de democracia direta. Conforme bem apontou Victor Nunes

[981] Cf. CARVALHO, Luiz Maklouf. "'Marco Aurélio Mello acabará entrando para a história pela porta dos fundos'". O Estado de São Paulo, 10 de dezembro de 2016. Disponível eletronicamente em: <https://politica.estadao.com.br/noticias/geral,marco-aurelio-mello-acabara-entrando-para-a-historia-pela-porta-dos-fundos,10000093678>. Acesso em: 07 de março de 2016.

[982] Cf. STRECK, Lenio Luiz; OLIVEIRA, Fábio de. "Comentário ao art. 2º", op. cit., p. 149.

Leal, o papel instrumental da organização política consiste em favorecer a realização das potencialidades do meio social no qual se insere, o que, todavia, nem sempre ocorre, já que as instituições e a sociedade não evoluem no mesmo tempo.[983] Desse modo, a conjuntura histórica pode exigir reformas para que a tensão entre os poderes e o meio social não represente perigo para a própria sobrevivência do pacto constitucional, caso a sociedade o repute rígido demais. A escolha do momento propício para essas reformas requer sempre o bom uso da intuição política, e é possível que muitas das propostas venham a esbarrar em outros princípios fundamentais da Constituição, o que, ainda assim, não é razão para a incidência de medidas de autodefesa democrática. Em outras palavras, a teoria da democracia militante não pode ser vista como um convite temerário à imutabilidade das instituições.[984]

Entretanto, nenhuma das propostas de alteração do sistema de separação funcional dos poderes pode implicar a sua destruição. Em um regime constitucional que preconiza a limitação da vontade popular em benefício da democracia e dos direitos fundamentais, sequer as reivindicações das maiorias de plantão podem ensejar mudanças desse tipo. Relembre-se, a esse respeito, que, na Turquia de Recep Tayyip Erdoğan, utilizou-se ferramenta tipicamente democrática – o referendo – para justificar reestruturação constitucional que acarretou a concessão de plenos poderes ao presidente, em detrimento do imperativo antiautoritário de diluição das atribuições e das competências governamentais. Situação semelhante se verificou na América Latina, com o (mau) uso de estratégias de democracia plebiscitária[985] por líderes carismáticos como Hugo Chávez, na Venezuela, e Rafael Correa, no Equador, com o objetivo de neutralizar o controle da oposição institucionalizada sobre os seus respectivos governos.[986]

---

[983] Cf. LEAL, Victor Nunes. "A divisão dos poderes no quadro político da burguesia". *Revista de Ciência Política*, vol. 20, número especial, 1977, pp. 127-128.

[984] A rigor, nem mesmo a tríade Executivo-Legislativo-Judiciário está imune a reformulações. Em interessante artigo, Bruce Akerman afirma que "já passa da hora de repensar a santíssima trindade de Montesquieu. Apesar de seu status canônico, ela nos mantém cegos para o surgimento, em nível mundial, de novas formas institucionais que não podem ser categorizadas como legislativas, judiciárias ou executivas [como, por exemplo, a proliferação de Comissões Eleitorais e de Bancos Centrais independentes]. Embora a tradicional fórmula tripartite falhe ao capturar os modos característicos de operação de tais formas, essas unidades novas e funcionalmente independentes estão desempenhando um papel cada vez mais relevante em governos modernos. Uma 'nova separação de poderes' está emergindo no século XXI. A compreensão de suas características distintivas requer o desenvolvimento de um modelo conceitual que contenha cinco ou seis categorias — ou talvez mais." (ACKERMAN, Bruce. "Adeus, Montesquieu". Tradução de Diego Werneck Arguelhes e Thomaz Henrique Junqueira de Andrade Pereira. *Revista de Direito Administrativo*, vol. 265, 2014, p. 15.

[985] Sobre o conceito, cf. SELL, Carlos Eduardo. "Democracia com liderança: Max Weber e o conceito de democracia plebiscitária". *Revista Brasileira de Ciência Política*, n° 05, 2011, pp. 139-166.

[986] Cf. LANDAU, David. "Abusive Constitucionalism", op. cit., pp. 203-207.

Diante da forte rejeição da população brasileira a órgãos como o Congresso Nacional e o Supremo Tribunal Federal, já mencionada neste trabalho, é imprescindível voltar os olhos para essas hipóteses de constitucionalismo abusivo, que se valem da vontade majoritária para investir contra o postulado da separação de poderes.

Em vídeo disponibilizado na internet, Eduardo Bolsonaro, filho do então presidenciável Jair Bolsonaro, disse que, "se quiser fechar o STF, sabe o que você faz? Você não manda nem um jipe. Manda um soldado e um cabo. Não é querer desmerecer o soldado e o cabo, não".[987] Depois da eleição de seu pai, o deputado federal também afirmou que, "se a esquerda radicalizar", pode ser editado um novo Ato Institucional n° 05,[988] diploma normativo que, ao entrar em vigor nos primeiros anos do regime militar, conferiu ao presidente da República a atribuição de dissolver o parlamento, suspender direitos políticos, cassar mandatos eletivos e aposentar compulsoriamente membros do Poder Judiciário. Dias antes dessa declaração ser divulgada, o próprio presidente havia publicado em suas redes sociais vídeo no qual era retratado como um leão emboscado por hienas que representavam, entre outras instituições, o Supremo Tribunal Federal.[989] Mais recentemente, disse que é, ele mesmo, a própria Constituição.[990] Tais manifestações revelam que, no Brasil, ameaças ao princípio da separação de poderes não são relíquias de tempos sombrios, e que a teoria da democracia militante deve estar atenta a essa circunstância.

[987] Cf. O GLOBO. "Em vídeo, filho de Bolsonaro diz que 'basta um soldado e um cabo para fechar o STF'", 21 de outubro de 2018. Disponível eletronicamente em: <https://oglobo.globo.com/brasil/em-video-filho-de-bolsonaro-diz-que-basta-um-soldado-um-cabo-para-fechar-stf-23173802>. Acesso em: 08 de março de 2020.

[988] Cf. MAZUI, Guilherme. "Eduardo Bolsonaro diz que, 'se esquerda radicalizar', resposta 'pode ser via um novo AI-5'". *G1*, 31 de outubro de 2019. Disponível eletronicamente em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2019/10/31/eduardo-bolsonaro-diz-que-se-esquerda-radicalizar-resposta-pode-ser-via-um-novo-ai-5.ghtml>. Acesso em: 08 de março de 2020.

[989] Cf. VARGAS, Mateus. "'Leão' em vídeo, Bolsonaro derrota 'inimigos'". *O Estado de São Paulo*, 28 de outubro de 2019. Disponível eletronicamente: <https://politica.estadao.com.br/noticias/geral,em-video-bolsonaro-se-compara-a-leao-atacado-por-hienas-do-stf-psl-pt-e-onu,70003067155>. Acesso em: 08 de março de 2020.

[990] CARVALHO, Daniel. "Eu sou a Constituição, diz Bolsonaro ao defender democracia e liberdade um dia após ato pró-golpe militar". *Folha de São Paulo*, 20 de abril de 2020. Disponível eletronicamente em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2020/04/democracia-e-liberdade-acima-de-tudo-diz-bolsonaro-apos-participar-de-ato-pro-golpe.shtml?origin=folha>. Acesso em: 20 de abril de 2020.

5. DEFENDENDO A DEMOCRACIA BRASILEIRA: PREVENÇÃO, REAÇÃO, IMUNIZAÇÃO

> *– Cabo Golias – perguntaram os correspondentes militares – como é possível que um gigante como você, armado até os dentes, tenha-se desmoronado tão depressa?*
>
> *– Pudera, aquele filho da mãe não usou nenhuma das armas de praxe – rugiu Golias.*[991]

5.1. Medidas restritivas de prevenção

A esta altura, já foi possível perceber o forte vínculo entre democracia militante e prevenção. Assim como a complexificação das sociedades de risco obrigou o Direito a se antecipar aos perigos que se fazem presentes nas mais diversas searas da vida em comum – do meio ambiente à segurança no trânsito –, o uso de estratégias cada vez mais sofisticadas de subversão das instituições e dos valores democráticos passou a demandar a adoção de postura semelhante por parte dos regimes constitucionais.[992] A não concessão de registro partidário ou o banimento de partidos políticos já instituídos, a proibição ao uso de milícias privadas, a imposição de restrições a determinados discursos, a vedação de acesso aos meios oficiais de financiamento eleitoral – todos esses expedientes, de alguma forma, concretizam o velho adágio popular segundo o qual "é melhor prevenir do que remediar", ainda mais quando a não prevenção implicar a tomada do poder político por grupos, movimentos ou agentes autoritários, que, uma vez sentados na cadeira do governo, poderão se tornar muito resistentes ao remédio. Por isso se fala aqui em *medidas restritivas de prevenção*.

[991] Epígrafe a KISHON, Ephraim. *Golias Injustiçado*. Tradução de Amalia Zeitel. São Paulo: Perspectiva, 1976.

[992] Cf. CAYÓN, José Ignacio Solar. "Defensa preventiva de la democracia: la posición del Tribunal Europeo de Derechos Humanos". *Criterio Jurídico Garantista*, ano 03, n° 06, 2012, pp. 42-43.

Conforme se disse na introdução deste trabalho, a Constituição de 1988 prevê em seu texto a medida preventiva mais célebre – e polêmica – do arsenal da democracia militante. No capítulo relativo à disciplina dos partidos políticos, a carta estabelece que são livres a criação, a fusão, a incorporação e a extinção dessas organizações, mas fixa condicionante essencial ao exercício dessa liberdade pública, qual seja, o respeito da soberania nacional, do regime democrático, do pluripartidarismo e dos direitos fundamentais da pessoa humana, nos moldes do seu art. 17, *caput*. Do mesmo modo, veda expressamente a utilização, por partidos políticos, de organização de caráter paramilitar, como se depreende do seu art. 17, § 4º. Resta, assim, proibida a fundação de partidos que contrariem os valores elencados acima ou que violem a regra de proibição do uso de milícias privadas.

A rigor, previsões dessa natureza não são novidade na história constitucional brasileira. A Constituição de 1946, *e.g.*, também contemplava norma semelhante. Elaborada por uma assembleia relativamente plural e promulgada logo depois do fim da ditadura varguista,[993] a referida carta "exprimiu o esforço por superar o Estado autoritário e reinstalar a democracia representativa, com o poder sendo exercido por mandatários escolhidos pelo povo, em seu nome, e por prazo certo e razoável", reavivando, dessa maneira, "a importância dos direitos individuais e da liberdade política".[994] Nesse contexto, ao tratar dos direitos e das garantias dos indivíduo, o texto constitucional de 1946 dispôs ser vedada a organização, o registro ou o funcionamento de qualquer partido político ou organização "cujo programa ou ação contrarie o regime democrático, baseado na pluralidade dos Partidos e na garantia dos direitos fundamentais do homem" (art. 141, § 13).

No plano infraconstitucional, os partidos políticos são hoje disciplinados pela Lei n° 9.096/1995. Em seus arts. 2º e 6º, tal diploma legal reproduz, com algumas modificações, os comandos previstos na Constituição de 1988,[995] reafirmando o compromisso do ordenamento

---

[993] "Pelo resultado das eleições, a maior bancada na Constituinte seria a do PSD, com 54% dos representantes. Depois vinha a UDN, com 26%, o PTB, com 7,5%, e o PCB, COM 4,7%. Os outros 7,3% estavam dispersos entre vários partidos menores." (SOUZA NETO, Cláudio Pereira; SARMENTO, Daniel. *Direito Constitucional*: teoria, história e métodos de trabalho, op. cit., op. cit., p. 132)

[994] MENDES, Gilmar Ferreira; BRANCO, Paulo Gustavo Gonet. *Curso de Direito Constitucional*. São Paulo: Saraiva, 2018, p. 99.

[995] Reza o art. 2º: "É livre a criação, fusão, incorporação e extinção de partidos políticos **cujos programas respeitem a soberania nacional, o regime democrático, o pluripartidarismo e os direitos fundamentais da pessoa humana**." (grifos acrescentados). O art. 6º, por sua vez, determina: "É vedado ao partido político ministrar instrução militar ou paramilitar, utilizar-se de organização da mesma natureza e adotar uniforme para seus membros."

jurídico brasileiro com os valores democrático-constitucionais. Porém, quando disciplina especificamente o cancelamento do registro civil e do estatuto dessas organizações, a Lei n° 9.096/1995 é omissa quanto à possibilidade de dissolução de agremiações que defendam bandeiras contrárias à democracia. Com efeito, prescreve o seu art. 28 que, após o trânsito em julgado da respectiva decisão, o Tribunal Superior Eleitoral deverá ordenar o cancelamento de partido contra o qual se tenha comprovado o recebimento, passado ou presente, de recursos financeiros de providência estrangeira (inciso I), a subordinação a entidade ou governo estrangeiros (inciso II), a não prestação das contas devidas à Justiça Eleitoral (inciso III), ou a manutenção de organização paramilitar (inciso IV).

É certo que, do ponto de vista da segurança jurídica, mostra-se altamente recomendável que se altere a Lei n° 9.096/1995 ou que se elabore diploma específico a fim de se conferir maiores estabilidade e previsibilidade à aplicação da medida ora em exame no Brasil. Porém, a inexistência de regulamentação infraconstitucional minuciosa sobre o tema não pode retirar a eficácia normativa do art. 17, *caput*, CF/88. Como diz Luís Roberto Barroso, "sendo a Constituição a própria ordenação suprema do Estado, não pode existir uma norma ulterior, de grau superior, que a proteja. Por conseguinte, ela deve encontrar em si mesma a própria tutela e garantia",[996] sobretudo em cenários de contenção do autoritarismo. Ainda mais importante é ressaltar que o art. 17, *caput*, CF/88, visa proteger os direitos, as garantias e os princípios fundamentais, que, por opção do próprio Constituinte, consubstanciada no art. 5º, § 1º, da carta, são autoaplicáveis, isto é, prescindem de mediação legislativa para ser protegidos.[997] Por conseguinte, acerta André Ramos Tavares ao dizer que, como a lei foi omissa, "[deve] ser invocado diretamente o texto constitucional no momento da análise do cancelamento do registro de um partido cujos ideais sejam antidemocráticos ou discriminatórios".[998]

---

[996] BARROSO, Luís Roberto. "A efetividade das normas constitucionais revisitada". *Revista de Direito Administrativo*, n° 197, 1994, p. 36.

[997] Nas palavras de Ingo Wolfgang Sarlet, "a partir do disposto no art. 5º, § 1º, CF, é possível sustentar a existência de um dever, por parte do órgãos estatais (mas com ênfase nos órgãos jurisdicionais, a quem incumbe inclusive a revisão dos atos dos demais entes estatais nos casos de violação da Constituição), de atribuição da máxima eficácia e efetividade possível às normas de direitos fundamentais. Nesta perspectiva, por terem direta aplicabilidade, as normas de direitos fundamentais terão a seu favor pelo menos uma presunção de serem sempre também de eficácia plena, portanto, não dependentes de uma prévia regulamentação legal [...]". (SARLET, Ingo Wolfgang. "Comentário ao art. 5º, § 1º". In: CANOTILHO, J. J. Gomes et al. (coords.). *Comentários à Constituição do Brasil*, op. cit., p. 549)

[998] RAMOS, André de Carvalho. "Liberdade de expressão e ideais antidemocráticos veiculados por partidos políticos – tolerância com os intolerantes?". In: RAMOS, André de Carvalho (coord.). *Temas de Direito Eleitoral no Século XXI*. Brasília: Escola Superior do Ministério Público da União, 2012, p. 24.

Dilema mais tormentoso, dentro do panorama normativo brasileiro, concerne ao eventual uso da democracia militante para fundamentar outra medida de prevenção, qual seja, a não concessão ou a invalidação do registro de candidaturas individuais. Na literatura internacional sobre o assunto, há autores que se mostram veementemente contrários à adoção de providências restritivas contra pessoas físicas. Para Bastiaan Rijpkema, por exemplo, cuida-se de questão de princípio, ligada à proteção de terceiros contra intervenções militantes prematuras: a seu ver, "apenas quando os antidemocratas começam a se organizar em partidos é que eles se tornam sujeitos ao banimento; em outras palavras, só a liberdade de associação pode ser objeto de limitação".[999] E, no contexto específico do Brasil, tanto o art. 17, *caput*, CF/88, quanto o art. 2º da Lei n° 9.096/1995, como se viu, vedam apenas a criação de *partidos* contrários ao regime democrático, ao pluripartidarismo e aos direitos fundamentais da pessoa humana, nada dispondo acerca de *candidatos* que ostentem bandeiras autoritárias. Ademais, a Carta Maior prevê, em seu art. 14, § 9º, que, afora as hipóteses que ela mesma enumera, cabe ao Congresso Nacional, por meio de lei complementar, estabelecer inelegibilidades,[1000] sendo que não existe diploma legal que contemple o caso ora em análise.

Todavia, é possível cogitar da incidência do art. 17, *caput*, CF/88, a candidaturas individuais a partir de interpretação teleológica do dispositivo. Afinal, como se sabe, "[a]s normas devem ser aplicadas atendendo, fundamentalmente, ao seu espírito e à sua finalidade".[1001] Ora, se o dispositivo constitucional visa impedir que a democracia seja perversamente inviabilizada por meio do manejo dos seus próprios instrumentos, o seu objetivo também restaria satisfeito na hipótese de sua aplicação a candidatos com pretensões autoritárias. Para quem adotasse tal entendimento, não haveria motivo robusto para limitar o alcance do art. 17, *caput*, CF/88, apenas a partidos políticos. O raciocínio se aproxima ao da Suprema Corte norte-americana no caso *McCulloch v. Maryland*. Ao consignar que, a despeito de não haver autorização constitucional expressa para tanto, o Congresso Nacional poderia ter criado o

[999] RIJPKEMA, Bastiaan. *Militant Democracy*: The Limits of Democratic Tolerance, op. cit., p. 169 (tradução livre para o português).

[1000] O próprio Supremo Tribunal Federal, antes da aprovação da aprovação e do julgamento da constitucionalidade da Lei da Ficha Limpa, consignou que o Congresso Nacional possui a faculdade de definir os casos de inelegibilidade que não estejam previstos na Constituição, nos termos do art. 14, § 9º, CF/88. Justamente por esse motivo, a maioria da Corte não acolheu, àquela época, a tese da inelegibilidade de candidatos condenados por sentença criminal não transitada em julgado. Cf. SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. ADPF n° 144, Tribunal Pleno, Rel. Min. Celso de Mello, DJe 26/02/2010.

[1001] BARROSO, Luís Roberto. *Interpretação e Aplicação da Constituição*: fundamentos de uma dogmática constitucional transformadora. São Paulo: Saraiva, 2001, p. 137.

Segundo Banco dos Estados Unidos, o tribunal afirmou que, "se o seu fim for legítimo e estiver dentro do escopo da Constituição, todos os meios apropriados, plenamente adaptados à sua finalidade e não vedados por lei, consistentes com a letra e com o espírito da Constituição, são constitucionais".[1002]

Quanto à reserva de lei complementar para a instituição de outras hipóteses de inelegibilidade, prevista no art. 14, § 9º, CF/88, os defensores dessa orientação poderiam dizer que não é exótico ao nosso sistema jurídico o reconhecimento de inelegibilidades que, apesar de não contempladas legalmente, advêm da interpretação do texto constitucional. Recorde-se, a título ilustrativo, a vedação dos chamados "prefeitos itinerantes" ou "prefeitos profissionais", imposta pelo Supremo Tribunal Federal com base em leitura bastante elástica do art. 14, § 5º, CF/88. Embora, em sua literalidade, o referido dispositivo determine apenas que os chefes dos Poderes Executivos federal, estadual e municipal – bem como seus eventuais sucessores e substitutos – poderão ser reeleitos para um único mandato subsequente, a Corte decidiu, com base na tutela do princípio republicano, que é proibida "a terceira eleição não apenas no mesmo município, mas em relação a qualquer outro município da federação".[1003] Nessa mesma linha, seria possível afirmar que a necessidade de proteção dos alicerces da democracia e dos direitos fundamentais tornam inelegíveis quem, por atos e palavras, atentem contra esses valores constitucionais.

Apesar da força retórica desses argumentos, não parece prudente ignorar que o art. 17, *caput*, CF/88, de fato, refere-se apenas a partidos políticos, assim como inexiste lei formal que estenda o âmbito de incidência do referido dispositivo a candidaturas individuais. Direitos fundamentais, como as liberdades de expressão e de participação política, são tão indispensáveis ao bom funcionamento da ordem jurídica que qualquer providência administrativa, legislativa ou judicial capaz de restringi-los deve se submeter a leituras igualmente restritivas.[1004] Faz-se valer, assim, o postulado de hermenêutica constitucional conhecido como *in dubio pro libertate*: "em caso de dúvida, deve prevalecer a interpretação que, conforme os casos, restrinja menos o direito fundamental, lhe dê maior proteção, amplie

[1002] SUPREMA CORTE DOS ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA. 17 U.S. 316 (1819), tradução livre.

[1003] SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. RE n° 637.485, Tribunal Pleno, Rel. Min. Gilmar Mendes, DJe 21/05/2013.

[1004] Cf. ROTHENBURG, Walter Claudius. *Direitos Fundamentais*. São Paulo: GEN/Método, 2014, p. 29.

mais o seu âmbito, o satisfaça em maior grau".[1005] Essa foi, aliás, a orientação adotada pelo STF no julgado em que se declarou a invalidade da prisão civil do depositário infiel.[1006]

Frise-se, entretanto, que o advento de lei específica pode tornar absolutamente legítima a utilização de medidas preventivas de autodefesa democrática contra candidaturas individuais. Não se cuida de entendimento consentâneo apenas com a *ratio* do art. 17, *caput*, CF/88, mas também com as peculiaridades concretas da experiência brasileira, em uma análise contextualizada. É que, no nosso país, a vida política não costuma girar em torno de partidos, e sim de pessoas. Segundo Scott Mainwaring, os partidos brasileiros "possuem raízes fracas na sociedade e legitimidade limitada", em grande parte por causa das inúmeras rupturas e descontinuidades sofridas pelo sistema partidário desde o século XIX.[1007] Há, claro, agremiações que, ainda assim, conseguem exercer efetiva influência sobre os sentimentos dos eleitores, movimentando, por consequência, as placas tectônicas dos processos de escolha popular. É o caso, nos últimos anos, do Partido dos Trabalhadores, pelo qual muitos cidadãos nutrem grande simpatia (*petismo*) ou intensa rejeição (*antipetismo*).[1008] Porém, não é essa a regra: como demonstra Jairo Nicolau em pesquisa sobre o assunto, o público brasileiro vota em nomes, não em abstrações.[1009]

Tal constatação descritiva não significa – nem pode significar – que, no Brasil, deve ser dada pouca atenção aos partidos no momento de se estabelecer os valores que a democracia

---

[1005] CANOTILHO, J. J. Gomes; MOREIRA, Vital. *Fundamentos da Constituição*. Coimbra: Coimbra Editora, 1991, p. 143. Em sentido semelhante, diz Jorge Miranda que, "na dúvida, os direitos devem prevalecer sobre as restrições". (MIRANDA, Jorge. *Direitos Fundamentais*. Coimbra: Almedina, 2016, p. 470)

[1006] "E é bom não esquecer que a garantia dos direitos individuais deve ser interpretada de maneira a ampliar, em benefício da liberdade, os preceitos de entendimento duvidoso, nem que, desde GAIO, se reconhece que em todos os assuntos e circunstâncias a liberdade é que merece maior favor. É por isso que, como acentua VIEIRA DE ANDRADE, o princípio *in dubio pro libertate*, cuja fórmula resume tópico ou elemento importante 'para a tarefa de interpretação das normas constitucionais', constitui emanação do princípio mesmo da dignidade da pessoa humana e, como tal, 'deve considerar-se um princípio geral no domínio dos direitos fundamentais', no sentido 'de que as restrições aos direitos devem ser expressas ou, pelo menos, poder ser claramente inferidas dos instrumentos normativos aplicáveis'." (SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. RE n° 466.343, Tribunal Pleno, Rel. Min. Cezar Peluso, DJe 05/06/2009)

[1007] MAINWARING, Scott. *Rethinking Party Systems in the Third Wave of Democratization*: The Case of Brazil. Stanford: Stanford University Press, p. 05 (tradução livre). Como consequência, diz o autor, "a maior parte dos cidadãos vota com base em outros fatores, como a orientação por temas políticos [*issue voting*] e lealdades pessoais". (Ibidem, p. 109, tradução livre)

[1008] Sobre o tema, cf. SAMUELS, David J.; ZUCCO, Cesar. *Partisans, Antipartisans, and Nonpartisans*: Voting Behavior in Brazil. Cambridge: Cambridge University Press, 2018.

[1009] Cf. NICOLAU, Jairo. *Representantes de quem?*: Os (des)caminhos do seu voto da urna à Câmara dos Deputados. Rio de Janeiro: Zahar, 2017, pp. 67-73.

militante tem a obrigação de tutelar. Como visto, o próprio art. 17, *caput*, CF/88, deixa claro que o respeito ao pluripartidarismo é condição *sine qua non* para o regime democrático brasileiro. Na realidade, quer-se apenas salientar o fato de que, em sistemas parlamentaristas coesos ou em sistemas presidencialistas pouco fragmentados, há algum sentido em defender a aplicação de medidas militantes apenas contra organizações partidárias, como o faz o holandês Bastiaan Rijpkema. Já em regimes como o nosso, candidaturas individuais poderosas, que recusem os princípios centrais da democracia e do constitucionalismo, podem produzir danos muito maiores para a sociedade se comparadas a um partido por vezes heterogêneo ou de pequena expressão nacional. Nesses regimes, portanto, o uso de providências de autodefesa democrática contra indivíduos pode se revelar necessário.

5.2. Medidas restritivas de reação

O foco excessivo das abordagens militantes em estratégias de natureza preventiva, como o banimento de partidos políticos, pode gerar certo desconforto em relação a essa teoria de autodefesa democrática, tendo em vista que, hoje em dia, muitas democracias já estão dominadas por atores de tendências autoritárias. Para Tom Ginsburg e Aziz Huq, essa inadequação conjuntural seria um dos principais problemas subjacentes à adoção de um modelo militante de democracia, que, na opinião dos referidos autores, "não fala à situação da Polônia ou da Turquia, que já estão escorregando em direção a um sistema de autoritarismo competitivo e que perderam a oportunidade de implementar mecanismos úteis de fricção".[1010]

À semelhança de Ginsburg e Huq, este trabalho reconhece o impasse que deriva do atual panorama de consolidação política dos movimentos antidemocráticos, mas, diferentemente deles, não acredita que esse seja motivo suficiente para se abandonar o conceito de democracia militante. Ao contrário, se a realidade exige novas maneiras de se enfrentar o autoritarismo, a teoria não pode morrer por falta de imaginação. É importante, pois, refletir sobre a possibilidade de uso militante de instrumentos jurídicos voltados a lidar com cenários nos quais o poder político já está dominado por forças antidemocráticas, o que aqui se chama, como já antecipado

[1010] GINSBURG, Tom; HUQ, Aziz Z. *How to Save a Constitutional Democracy*, op. cit., p. 171 (tradução livre).

na seção introdutória, de *medidas restritivas de reação*.

A proposta parte da premissa de que, uma vez no poder, agentes autoritários possuem capacidade ainda maior de promover a erosão da democracia ou, em cenários mais dramáticos, a sua extinção. Com efeito, se os atos e os discursos proferidos por partidos e postulantes a cargos públicos já têm significativa "função expressiva",[1011] de sorte, inclusive, a influenciar consideravelmente a atuação dos seus correligionários, os riscos de dano à democracia são potencializados quando esses atores conseguem se infiltrar nas esferas institucionais de tomada de decisão, podendo colocar em prática os seus programas antidemocráticos.[1012] Sem falar que, "durante o século XX (aliás, ainda hoje), muitos atores que ameaçavam a democracia realmente se esforçaram para professar lealdade aos valores democráticos; eles nem sempre nos fizeram o favor de defender abertamente o autoritarismo".[1013]

Ademais, a proposta leva em conta que, assim como determinados agentes estatais estão submetidos a relações especiais de sujeição perante o Estado, na medida em que "a necessidade de viabilizar o adequado funcionamento das instituições estatais torna imperativo que sejam limitados direitos fundamentais dos indivíduos que as integram",[1014] deve-se reconhecer que, nas democracias constitucionais, qualquer ocupante de cargo público mantém um tipo de relação especial de sujeição em face da Constituição democrática. Em última análise, nenhuma leitura equivocada de certas prerrogativas institucionais – como, *e.g.*, a inviolabilidade parlamentar – pode ocultar que, "se de acordo com um critério formal e institucional, os detentores do poder estatal formalmente considerados (os órgãos do Poder Legislativo, Executivo e Judiciário) se encontram obrigados pelos direitos fundamentais, também num sentido material e funcional todas as funções exercidas pelos órgãos estatais o são".[1015]

Nessa linha, os próximos itens examinarão, à luz do ordenamento jurídico brasileiro, o

---

[1011] Cf. SUNSTEIN, Cass R. *How Change Happens*. Cambridge: MIT Press, 2019, pp. 39, ss.

[1012] Cf. VIEIRA, Oscar Vilhena. "Democracia militante". *Folha de São Paulo*, 14 de março de 2020. Disponível eletronicamente em: <https://www1.folha.uol.com.br/colunas/oscarvilhenavieira/2020/03/democracia-militante.shtml>. Acesso em: 14 de março de 2020.

[1013] MÜLLER, Jan-Werner. "Individual Militant Democracy", op. cit., p. 25 (tradução livre).

[1014] PEREIRA, Jane Reis Gonçalves. "As restrições aos direitos fundamentais nas relações especiais de sujeição". In: SARMENTO, Daniel; GALDINO, Flávio (orgs.). *Direitos Fundamentais*: estudos em homenagem ao professor Ricardo Lobo Torres. Rio de Janeiro: Renovar, 2006, p. 606.

[1015] SARLET, Ingo Wolfgang. *A eficácia dos direitos fundamentais*. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2007, p. 386.

possível uso militante de quatro mecanismos legais, tendo-se como âmbito de incidência a tutela dos mesmos valores discriminados nos itens anteriores. Trata-se do *impeachment*, da perda de mandato parlamentar, do ajuizamento de ação popular e da aplicação da Lei n° 7.170/1983, também conhecida como Lei de Segurança Nacional, a agentes políticos. Embora aparentem ser soluções ainda mais audaciosas que o banimento de partidos políticos ou a não concessão de registro a candidaturas individuais – haja vista o elevado grau de restrição que impõem à vontade majoritária já manifestada nas urnas –, é interessante notar que, na prática, tais medidas exigem a consumação, por parte dos agentes autoritários, de atos concretos para a sua incidência, evitando-se, assim, as suposições e as elucubrações que por vezes norteiam a utilização de medidas restritivas de prevenção.

De toda forma, o que se busca com essa proposta é demonstrar que podem existir saídas para a defesa do regime democrático mesmo depois que o seu barco pareça ter naufragado. Em 1932, ao tratar de democracia enquanto o nazismo decorava a antessala da República de Weimar, Hans Kelsen escreveu: "É preciso continuar fiel à bandeira, mesmo quando o navio está afundando; ao entrar no abismo, só se pode nutrir esperanças de que o ideal de liberdade seja indestrutível e que, quanto mais ele afunda, mais apaixonadamente será revivido".[1016] Este trabalho ousa discordar do jusfilósofo austríaco: quando os próprios capitães da democracia conduzem o navio para a tormenta, ameaçando a continuidade da travessia, esperar a bonança não pode ser o bastante.

5.2.1. *Impeachment*

No dia 17 de abril de 2016, todo o Brasil acompanhava a votação, na Câmara dos Deputados, do *impeachment* da então presidente Dilma Rousseff. Durante a sessão, bastante tumultuada, ouviam-se "aplausos" e "apupos" vindos do plenário e da galeria, conforme apontam os registros taquigráficos.[1017] À medida que os congressistas se intercalavam no

[1016] KELSEN, Hans apud RIJPKEMA, Bastiaan. *Militant Democracy*: The Limits of Democratic Tolerance, op. cit., p. 34 (tradução livre para o português).

[1017] Cf. CÂMARA DOS DEPUTADOS. *Sessão 091.2.55.O*, 17 de abril de 2016. Disponível eletronicamente em: <https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/plenario/discursos/escrevendohistoria/destaque-de-materias/impeachment-da-presidente-dilma/sessao-091-de-170416>. Acesso em: 11 de março de 2020.

púlpito, o país assistia a diferentes interpretações de si mesmo, refletidas nos discursos inflamados de cada um daqueles homens e daquelas mulheres. Seus votos evocavam "o mundo político-partidário nacional (e a própria Câmara ali reunida); o eleitorado real ou virtual em suas bases estaduais e municipais; o mundo social em geral (com ênfase em determinados segmentos, em muitos casos), e o próprio mundo pessoal de cada parlamentar".[1018] Em certa altura, assumiu o microfone Jair Bolsonaro, então deputado federal pelo Partido Social Cristão. De forma enfática, o capitão reformado proferiu o seu voto – e causou justa indignação.[1019] Depois de elogiar a atuação de Eduardo Cunha, que, como presidente da Câmara, autorizara a abertura do processo de impedimento e conduzia os trabalhos naquela sessão, Bolsonaro vociferou:

> Perderam em 64, perderam agora em 2016. Pela família e pela inocência das crianças em sala de aula, que o PT nunca teve, contra o comunismo, pela nossa liberdade, contra o Foro de São Paulo, pela memória do coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra, o pavor de Dilma Rousseff, pelo Exército de Caxias, pelas Forças Armadas, pelo Brasil acima de tudo e por Deus acima de todos, o meu voto é sim.[1020]

Aquele domingo marcava o fim de uma das fases mais importantes do trâmite necessário para o impedimento de Dilma. Em linhas gerais, o *impeachment* pode ser compreendido como "o processo de remoção do presidente, do vice-presidente e de outros funcionários públicos de cúpula, no curso dos seus mandatos, quando verificada a prática de conduta ilegal e abusiva, que ameaça a funcionalidade, a estabilidade ou a credibilidade das instituições democráticas e do sistema constitucional".[1021] No Brasil, suas várias etapas são reguladas pelos arts. 52, parágrafo único e 86 da Constituição de 1988, e pela Lei n° 1.079/1950. A primeira delas é a apresentação, por qualquer cidadão, de denúncia perante a Câmara dos Deputados. Depois, cabe

---

[1018] DUARTE, Luiz Fernando Dias. "Valores cívicos e morais em jogo na Câmara dos Deputados: a votação sobre o pedido de impeachment da Presidente da República". *Religião e Sociedade*, vol. 37, n° 01, 2017, p. 148.

[1019] Cf. BARBA, Mariana Della; WENTZEL, Marina. "Discurso de Bolsonaro deixa ativistas 'estarrecidos' e leva OAB a pedir sua cassação". *BBC Brasil*, 20 de abril de 2016. Disponível eletronicamente em: <https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2016/04/160415_bolsonaro_ongs_oab_mdb>. Acesso em: 11 de março de 2020.

[1020] Conforme citado em OYAMA, Thaís. *Tormenta*: o governo Bolsonaro – crises, intrigas e segredo. São Paulo: Companhia das Letras, 2020, p. 12.

[1021] OSÓRIO, Aline. "Impeachment in Brazil: 'Flexibilization' of Presidentialism or Democratic Backsliding?". Trabalho apresentado ao LL.M Program da Harvard Law School, mimeografado, 2018, p. 09 (tradução livre). Para Alexander Hamilton, trata-se de "arreio nas mãos do corpo legislativo sobre os servidores executivos do governo." (HAMILTON, Alexander; MADISON, James; JAY, John. *The Federalist*. Indianapolis: Hackett Publishing Company, 2005, p. 350, tradução livre)

ao presidente dessa casa proceder à análise da sua validade para, em sequência, aceitá-la ou não. Uma vez aceita, é formada Comissão Especial para examinar o caso novamente, conferindo-se ao acusado a oportunidade para oferecer defesa, realizando-se audiências e se produzindo provas. Após, tal comissão apresenta parecer sobre se a abertura do *impeachment* deve, ou não, ser autorizada. A etapa subsequente consiste na submissão do caso ao plenário da Câmara. Em havendo maioria de dois terços a favor da abertura do processo, o Senado, por maioria simples, decide se o instaura. Em caso positivo, o acusado é suspenso do cargo por 180 dias, e o presidente do Supremo Tribunal Federal assume a condução dos trabalhos na casa. É formada outra Comissão Especial, que promove novas diligências e elabora parecer com base no qual o Senado decide, por maioria simples, indiciar, ou não, o acusado. Com o indiciamento, a casa julga, por maioria de dois terços, se o remove definitivamente do cargo, bem como se lhe aplica a pena de inabilitação, por oito anos, para o exercício de função pública.[1022]

Em seu art. 85, a Constituição de 1988 estabelece, como crimes de responsabilidade sujeitos ao *impeachment*,[1023] a prática de atos que atentem contra a Carta Maior e, em especial, (i) a existência da União; (ii) o livre exercício do Poder Legislativo, do Poder Judiciário, do Ministério Público e dos Poderes constitucionais das unidades da Federação; (iii) o exercício dos direitos políticos, individuais e sociais; (iv) a segurança interna do País; (v) a probidade na administração; (vi) a lei orçamentária; e (vii) o cumprimento das leis e das decisões judiciais. A Lei n° 1.079/1950, por sua vez, regulamenta, de forma mais detida, cada uma dessas condutas, como se pode depreender dos seus arts. 5º a 13. Ainda assim, tanto a norma constitucional quanto os dispositivos legais – em menor grau – possuem escopo relativamente vago, abrindo-se certa margem de discricionariedade acerca do seu âmbito de incidência.[1024] Tal característica, contudo, não é "jabuticaba brasileira". Na Alemanha, por exemplo, a Constituição prevê que o presidente pode ser impedido "por violação deliberada desta Lei Fundamental, bem como de qualquer outra lei federal" (Artigo 61.1), do mesmo modo que, nos

[1022] Cf. OSÓRIO, Aline. "Impeachment in Brazil: 'Flexibilization' of Presidentialism or Democratic Backsliding?", op. cit., pp. 22-23; e STRECK, Lenio Luiz et al. "Comentário ao art. 86". In: CANOTILHO, J. J. Gomes et al. (coords.). *Comentários à Constituição do Brasil*, op. cit., pp. 1379-1380.

[1023] Apesar do nome jurídico, não são crimes em sentido estrito, de caráter penal, "mas infrações políticas, relacionadas a ilícitos de natureza política, politicamente sancionadas. São entidades distintas e nada mais". (BROSSARD, Paulo. *O impeachment*: aspectos da responsabilidade do presidente da República. São Paulo: Saraiva, 1992, p. 74)

[1024] Cf. OSÓRIO, Aline. "Impeachment in Brazil: 'Flexibilization' of Presidentialism or Democratic Backsliding?", op. cit., p. 13.

Estados Unidos, a carta política dispõe que o presidente, o vice-presidente e todos os funcionários públicos civis podem sofrer *impeachment* em virtude de "Traição, Suborno ou outros Crimes e Contravenções graves" (Artigo II, Seção 4).

Embora, no geral, os autores não costumem analisar o instituto sob as lentes da teoria desenvolvida por Karl Loewenstein, há inegável vínculo material entre o impedimento e a autodefesa do regime democrático-constitucional. Para Markus Thiel, "o *impeachment* pode ser visto como uma manifestação adicional do princípio da 'democracia militante'".[1025] No caso brasileiro, a própria Constituição de 1988 deixa claro esse vínculo, como se pode perceber da leitura do seu art. 85, que, ao descrever os crimes de responsabilidade, demonstra a sua preocupação com a separação funcional de poderes e com os direitos fundamentais, dentre outros valores. A relação entre o impedimento e a contenção do autoritarismo fica ainda mais patente a partir da análise da Lei n° 1.079/1950, que inclui, ao rol de condutas suscetíveis ao afastamento do cargo, várias práticas capazes de mobilizar o princípio da democracia militante. Nesse sentido, citem-se, *e.g.*, "tentar dissolver o Congresso Nacional, impedir a reunião ou tentar impedir por qualquer modo o funcionamento de qualquer de suas Câmaras" (art. 6º, número 1), "opor-se diretamente e por fatos ao livre exercício do Poder Judiciário, ou obstar, por meios violentos, ao efeito dos seus atos, mandados ou sentenças" (art. 6º, número 5), "impedir por violência, ameaça ou corrupção, o livre exercício do voto" (art. 7º, número 1), "subverter ou tentar subverter por meios violentos a ordem política e social" (art. 7º, número 6), "provocar animosidade entre as classes armadas ou contra elas, ou delas contra as instituições civis" (art. 7º, número 8) e "violar patentemente qualquer direito ou garantia individual [...]" (art. 7º, número 9).

Sobre o ponto, cumpre ainda recordar que já se mobilizou o instituto do *impeachment* contra presidentes brasileiros por razões jurídicas menos importantes que a prática de atos atentatórios ao núcleo essencial da democracia. No início da década de 1990, o Congresso Nacional decidiu afastar Fernando Collor de Mello, depois que uma Comissão Parlamentar de Inquérito reuniu provas suficientes de que o então presidente estava implicado em um grave esquema de corrupção gerenciado pelo tesoureiro da sua campanha eleitoral, Paulo César

[1025] THIEL, Markus. "Germany", op. cit., p. 125 (tradução livre). Em sentido semelhante, Jan-Werner Müller caracteriza o *impeachment* como expressão individual da democracia militante: Cf. MÜLLER, Jan-Werner. "Individual Militant Democracy", op. cit., pp. 24-25.

Farias.[1026] Membro de uma agremiação partidária diminuta – o Partido da Reconstrução Nacional –, Collor se viu politicamente isolado em razão do seu perfil imperial de governar mediante o uso ostensivo de medidas provisórias, da sua inabilidade de formar coalizões, do seu fracasso em mobilizar os símbolos nacionais em seu favor e do esforço ativo dos partidos de oposição para retirá-lo do poder.[1027] Com as ruas tomadas pelos caras-pintadas, o cenário político para a queda estava pronto. Anos depois, em meio ao eletrizante panorama social já descrito neste trabalho, o parlamento retirou Dilma Rousseff da chefia do Poder Executivo federal por infrações a leis orçamentárias, a saber: "(i) abertura de créditos suplementares, por decreto, sem autorização legislativa, e (ii) contratação ilegal de operações de crédito com o Banco do Brasil – as chamadas 'pedaladas fiscais'".[1028] Ora, se o instituto em análise já foi utilizado para fazer frente a atos de corrupção e a tecnicalidades fiscais, por que negar-lhe o papel de instrumento de autodefesa democrática, extraível do que dispõem a Constituição de 1988 e a Lei n° 1.079/1950 – elaboradas em contextos de reação ao autoritarismo da ditadura civil-militar e do Estado Novo?

Sob a perspectiva institucional, já é possível perceber que o *impeachment* é um processo "demorado e oneroso",[1029] cujos profundos impactos políticos exigem, no Brasil, a observância de regras de maioria qualificada nas votações pelas casas legislativas e a participação de mais de um *veto player*. Cuida-se, em verdade, de importantes garantias institucionais contra a má utilização do instituto. Apesar disso, os riscos ainda subsistem. Em seu clássico *A Democracia na América*, Alexis de Tocqueville, escrevendo sobre as decisões proferidas por órgãos políticos temporariamente imbuídos de competências judicantes, afirmou o caráter misto do processo de impedimento: a seu ver, os norte-americanos "conferiram à destituição administrativa as garantias inerentes ao julgamento político, e alijaram o julgamento político das suas sanções mais severas".[1030] Da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, pode-se

[1026] Cf. SALLUM JR., Brasilio. *O impeachment de Fernando Collor*: sociologia de uma crise, op. cit, p. 07.

[1027] Cf. SALLUM JR., Brasilio; CASARÕES, Guilherme Stolle Paixão e. "O impeachment do presidente Collor: a literatura e o processo". *Lua Nova*, São Paulo, n° 82, 2011, pp. 194-199.

[1028] Cf. HARTMANN, Ivar A.; LEAL, Fernando. "As cautelas do relator do *impeachment*". In: FALCÃO, Joaquim; ARGUELHES, Diego Werneck; PEREIRA, Thomaz (orgs.). *Impeachment de Dilma Rousseff*: entre o Congresso e o Supremo, op. cit., p. 88.

[1029] OSÓRIO, Aline. "Impeachment in Brazil: 'Flexibilization' of Presidentialism or Democratic Backsliding?", op. cit., p. 18 (tradução livre).

[1030] TOCQUEVILLE, Alexis de. *Democracy in America*. Tradução de Arthur Goldhammer. New York: The Library of America, 2004, pp. 122-123 (tradução livre para o português).

inferir que a natureza jurídico-política do *impeachment* tem como uma de suas consequências a interferência limitada do Poder Judiciário, que não deve pretender controlar os fundamentos da denúncia ou analisar o mérito da decisão tomada pelo parlamento, depurando eventual equívoco material, mas apenas zelar pelas regras formais do processo.[1031] Nesse panorama de significativa discricionariedade política, o impedimento é ferramenta "mais conveniente ao uso e mais suscetível ao abuso",[1032] como disse Tocqueville.

Dessa maneira, é imprescindível que os órgãos responsáveis pela aplicação do *impeachment* exerçam as suas competências institucionais de maneira genuinamente autocontida, sob pena de se transmudar esse mecanismo de defesa democrática em estratégia ilegítima de reversão do pleito eleitoral. Discordâncias em relação às escolhas políticas de determinado governante e demais insatisfações quanto ao grau de competência da sua atuação devem ser resolvidas somente nas urnas.[1033] Nas palavras de Cass Sunstein:

> [...] detestar um presidente não consiste em fundamento suficiente para afastá-lo do cargo, e o risco jaz no fato de que, se você o detesta, talvez acredite que determinadas ações configuram base legítima para o seu impedimento, mas, simultaneamente, considere que essas mesmas ações seriam patentemente inadequadas para fundamentar o pedido de *impeachment* se você o amasse.[1034]

Aliás, do ponto de vista da sua eficácia, o *impeachment* pode gerar consequências catastróficas se não empregado com autocontenção e, sobretudo, diante de provas muito robustas do cometimento de crime de responsabilidade. Não à toa, Ronald Dworkin alertou que "o poder de afastar um presidente do cargo é uma arma nuclear constitucional, que só deve ser manejada nas emergências mais graves".[1035] Como já mencionado neste trabalho, o caso do

---

[1031] Cf. SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. ADPF n° 378-MC, Tribunal Pleno, Rel. Min. Edson Fachin, Rel. p/ ac. Min. Roberto Barroso, DJe 08/03/2016; MS n° 21.689, Tribunal Pleno, Rel. Min. Carlos Velloso, DJ 07/04/1995; e MS n° 21.564, Tribunal Pleno, Rel. Min. Octavio Gallotti, Rel. p/ ac. Min. Carlos Velloso, DJ 27/08/1993.

[1032] TOCQUEVILLE, Alexis de. *Democracy in America*, op. cit., p. 125 (tradução livre para o português).

[1033] Cf. FELDMAN, Noah; WEISBERG, Jacob. "What Are Impeachable Offenses?". *The New York Review of Books*, 28 de setembro de 2017. Disponível eletronicamente em: <https://www.nybooks.com/articles/2017/09/28/donald-trump-impeachable-offenses/>. Acesso em: 12 de março de 2020.

[1034] SUNSTEIN, Cass R. *Impeachment*: A Citizen's Guide. Cambridge: Harvard University Press, 2017(a), p. 14 (tradução livre).

[1035] DWORKIN, Ronald. "A Kind of Coup". *The New York Review of Books*, 14 de janeiro de 1999 (tradução livre). Disponível eletronicamente em: <https://www.nybooks.com/articles/1999/01/14/a-kind-of-coup/>. Acesso em: 12 de março de 2020.

impedimento da ex-presidente Dilma Rousseff é exemplo claro de como a malversação desse instituto pode subverter a lógica da democracia constitucional em um sistema presidencialista. O desprezo à reserva institucional manifestado por várias autoridades – inclusive pelo próprio vice-presidente – durante o processo de impedimento de Dilma abriu margem para a prática de jogo duro de intenções golpistas, que enfraqueceu demasiadamente o nosso regime democrático, contribuindo para a sua erosão. Sobre o tema, Aline Osório afirma, de maneira bastante acertada, que o *impeachment* de 2016, por ter funcionado como voto de desconfiança do parlamento contra a ex-presidente, configurou mutação inconstitucional e ilegítima do referido instrumento, e, como se não bastasse, tornou a democracia brasileira mais passível à captura eleitoral por um candidato à presidência claramente autoritário.[1036]

Portanto, embora o impedimento possa ser utilizado para remover do cargo atores políticos cujos atos ameacem a continuidade do projeto democrático, é imprudente negligenciar os perigos que o seu uso desregrado suscita. Não raro, os ocupantes de altos cargos públicos cometem atos inconstitucionais ou se comportam de maneira que, para algumas pessoas, não se coadunam com a natureza das suas funções. Porém, não são todas as inconstitucionalidades, tampouco qualquer ato desonroso, que devem ensejar a abertura de um processo que, por si só, é um "choque sísmico ao princípio de separação de poderes que compõe a espinha dorsal da Constituição".[1037] Recorde-se, a propósito, o (mau) uso do *impeachment* como mecanismo de exploração política dos escândalos sexuais envolvendo Bill Clinton, então presidente dos EUA, no final da década de 1990. Para os moralistas de plantão, todo aquele *affair* indecoroso, que culminou em acusações de perjúrio e de obstrução de justiça pelo fato de Clinton ter mentido para encobrir aspecto meramente privado de sua vida amorosa, podia, de fato, dar azo à sua deposição. Porém, a base legal do pedido de afastamento era tão frágil que os rivais do presidente no Senado não conseguiam dissimular o seu arrivismo partidário,[1038] e o processo, desde o começo, não passou de "uma caricatura de justiça legal",[1039] na definição de Richard

[1036] Cf. OSÓRIO, Aline. "Impeachment in Brazil: 'Flexibilization' of Presidentialism or Democratic Backsliding?", op. cit., pp. 78, ss.

[1037] DWORKIN, Ronald. "A Kind of Coup", op. cit. (tradução livre).

[1038] Ao comentar o caso, disse Ronald Dworkin: "um congressista que pensa que mentir para esconder um constrangimento sexual, mesmo sob juramento, está na mesma escala moral que um assassinato – isto é, que denota perversidade ou depravação comparável – não tem, ele mesmo, capacidade moral, e é uma ameaça maior para a nação do que um presidente que mente, mesmo sob juramento, para manter sua vida sexual para si." (Ibidem, tradução livre)

[1039] POSNER, Richard. *An Affair of State*: The Investigation, Impeachment, and Trial of President Clinton. Cambridge: Harvard University Press, 1999, p. 127 (tradução livre).

Posner. Mais uma vez, deve-se ter em mente que o emprego de qualquer medida de tutela da democracia – o que, como aqui se propõe, inclui o *impeachment* – não pode visar à construção de um regime supostamente perfeito a todo custo, mas sim inibir o avanço e a consolidação de forças antidemocráticas em um sistema político sabidamente imperfeito.

No caso de Jair Bolsonaro, muitos dos seus atos e discursos, quando analisados em conjunto, revelam o que Conrado Hübner Mendes chamou de "*Blitzkrieg* constituinte", que ataca, para além de normas constitucionais pontuais, "a dimensão estrutural da pré-constitucionalidade".[1040] A rigor, "[p]ode não haver uma ordem ou decreto que, sozinhos, configurem crime de responsabilidade; mas se o padrão comportamental levar à conclusão inequívoca de que o presidente não aceita os limites da Constituição e age para torná-los inefetivos, será caso de *impeachment*".[1041] Nessa linha, ao que tudo indica, está dado o fundamento jurídico para o impedimento do capitão reformado. Afinal, Bolsonaro continua pondo à prova a legitimidade das eleições de 2018 – mesmo tendo saído vitorioso desse pleito –, trata os seus opositores como criminosos subversivos, manda distribuir bananas a jornalistas, defende boicote a determinados veículos da imprensa, estimula a violência policial, destila ódio contra grupos minoritários, vale-se da força ilocucionária e do alcance das suas palavras para atiçar as suas hordas contra as instituições. Tais manifestações da conduta do atual presidente não só ferem o núcleo essencial da democracia constitucional – que é o substrato ideológico do próprio instituto do *impeachment*, na concepção de Carlos Ayres Britto –,[1042] como também revelam que, no seu governo, é regra "proceder de modo incompatível com a dignidade, a honra e o decoro do cargo" (art. 9º, número 7, da Lei n° 1.079/1950).

[1040] MENDES, Conrado Hübner. "17 crimes de responsabilidade". *Época*, 22 de agosto de 2019. Disponível eletronicamente em: <https://epoca.globo.com/conrado-hubner-mendes/17-crimes-de-responsabilidade-23894352>. Acesso em: 12 de março de 2020.

[1041] QUEIROZ, Rafael Mafei Rabelo. "Atitudes de Bolsonaro são motivo para impeachment?". *Folha de São Paulo*, 17 de agosto de 2019. Disponível eletronicamente em: <https://www1.folha.uol.com.br/ilustrissima/2019/08/atitudes-de-bolsonaro-sao-motivo-para-impeachment.shtml>. Acesso em: 12 de março de 2020.

[1042] Para o ex-ministro do Supremo Tribunal Federal, "atentar contra qualquer das matérias veiculadas pelos incisos I a VII dele, artigo 85, é atentar contra a Constituição por uma forma que o verbo atentar bem exprime: uma contrariedade acintosa. Uma declaração de inadaptabilidade do presidente da República aos valores democráticos da Constituição em seu conjunto. Uma contrariedade à própria inteireza da Lei Maior, tão objetivamente grave e subjetivamente censurável que chega às raias da afronta. Da conspurcação ou defraudação da ética da responsabilidade que é de se exigir de um presidente da República". (BRITTO, Carlos Ayres. "Definições de crimes de responsabilidade do presidente da República". *Conjur*, 01 de setembro de 2015. Disponível eletronicamente em: <https://www.conjur.com.br/2015-set-01/ayres-britto-crimes-responsabilidade-presidente>. Acesso em: 12 de março de 2020)

No momento em que se escreve, todavia, a conjuntura extrajurídica ainda não está inteiramente posta. Como processo político por excelência, o impedimento demanda, sobretudo, condições igualmente políticas para ser disparado. É o que comprovam os casos de *impeachment* dos ex-presidentes Fernando Collor de Mello e Dilma Rousseff. Se não houver tais condições, pouco importa o Direito: em 1804, Aaron Burr, à época na vice-presidência dos EUA, assassinou Alexander Hamilton em um duelo, mas o Congresso, em exame de conveniência e oportunidade puramente político, jamais considerou afastá-lo do cargo.[1043] Hoje, Bolsonaro tenta costurar acordos com o Centrão para sobreviver,[1044] e o vice-presidente – seu sucessor no caso de impedimento – ainda não se mostrou capaz de afiançar os interesses dos caciques do Congresso em um eventual novo governo.[1045] Sem o engajamento da classe política, também se torna difícil mobilizar as ruas e estimular as forças sociais. Em tempos de franca erosão da democracia, os agentes do *impeachment* devem ter sensibilidade para operar como antenas do contexto e agir. É certo que a mais recente experiência brasileira com o afastamento congressual de um chefe de Estado eleito deixou cicatrizes ainda não curadas, o que, entretanto, não pode tornar o impedimento um tabu entre nós. Nas palavras de Rafael Mafei Rabelo Queiroz, "[d]e todos os cenários, o pior seria aquele em que nos contemplaríamos atônitos, esperando que quebrassem o silêncio incômodo".[1046] Logo, quando as nuvens anunciarem a tempestade perfeita, é melhor fazer chover antes que seja tarde demais.

5.2.2. Perda de mandato parlamentar

A Constituição de 1988 prevê, em seu art. 53, *caput*, que "[o]s Deputados e Senadores são invioláveis, civil e penalmente, por quaisquer de suas opiniões, palavras e votos". Trata-se de dispositivo que contempla a regra da inviolabilidade parlamentar, também conhecida como

[1043] Cf. TRIBE, Laurence; MATZ, Joshua. *To End a Presidency*: the power of impeachment, op. cit., pp. 43-44.

[1044] Cf. O GLOBO. "Editorial – Bolsonaro tenta aliança de alto risco com Centrão", 26 de abril de 2020. Disponível eletronicamente em: <https://oglobo.globo.com/opiniao/bolsonaro-tenta-alianca-de-alto-risco-com-centrao-24394489>. Acesso em: 30 de abril de 2020.

[1045] Cf. LIMONGI, Fernando; FIGUEIREDO, Argelina Cheibub. "Por seu intervencionismo imoderado, STF não terá como evitar confronto com Bolsonaro". *Folha de São Paulo*, 30 de abril de 2020. Disponível eletronicamente em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2020/04/por-seu-intervencionismo-imoderado-stf-nao-tera-como-evitar-confronto-com-bolsonaro.shtml>. Acesso em: 30 de abril de 2020.

[1046] Cf. QUEIROZ, Rafael Mafei Rabelo. "Atitudes de Bolsonaro são motivo para impeachment?", op. cit..

imunidade material. O instituto, cujas origens remetem ao Direito anglo-saxão,[1047] visa robustecer a tutela da liberdade de expressão dos congressistas, com o objetivo fundamental de garantir a independência do Poder Legislativo, "de modo a que os parlamentares possam atuar, desempenhando suas funções legiferantes e fiscalizadoras sem a interferência, influência ou pressão dos demais poderes".[1048] Com efeito, se não houvesse essa proteção mais reforçada de suas opiniões, palavras e votos, deputados e senadores poderiam ficar à mercê de um "Executivo inamistoso" e de um "Judiciário hostil",[1049] o que certamente comprometeria o livre debate dentro do parlamento, tão necessário para a própria higidez da democracia. "É essencial à vida do Congressos", disse Pontes de Miranda, "que as correntes, neles manifestadas, se pronunciem, ou teremos simples Conselhos de Estado em sistema unipartidário.[1050] Portanto, embora se costume dar à inviolabilidade contornos de privilégio pessoal, sujeitando-a a muitas críticas infundadas,[1051] deve-se enxergá-la como prerrogativa dada ao parlamentar em prol da instituição que compõe e, sobretudo, em nome do interesse do povo que representa.[1052]

"Imunidade", contudo, "não é blindagem".[1053] Para que deputados e senadores possam gozar dessa prerrogativa, faz-se necessário, em primeiro lugar, que as suas manifestações guardem vínculo com a função legislativa que ocupam ou que sejam proferidas em razão dela.[1054] Em outras palavras, "as imunidades devem existir, mas de forma limitada, evitando-se corporativismos e atrelando a aplicação da imunidade à função política exercida pelo

---

[1047] Cf. ALEIXO, Pedro. *Imunidades parlamentares*. Belo Horizonte: Revista Brasileira de Estudos Políticos, 1961, p. 23.

[1048] STRECK, Lenio Luiz; OLIVEIRA, Marcelo Andrade Cattoni de; NUNES, Dierle. "Comentário ao art. 53". In: CANOTILHO, J. J. Gomes et al. (coords.). *Comentários à Constituição do Brasil*, op. cit., p. 1149. Cf. também CÂMARA DOS LORDES; CÂMARA DOS COMUNS. *Parliamentary Privilege*: First Report, 1999, parágrafos 03 a 16. Disponível eletronicamente em: <https://publications.parliament.uk/pa/jt199899/jtselect/jtpriv/43/4305.htm>. Acesso em: 22 de março de 2020.

[1049] SUPREMA CORTE DOS ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA. 383 U.S. 169 (1966).

[1050] PONTES DE MIRANDA, Francisco Cavalcanti. *Comentários à Constituição de 1967*. Tomo III. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1967, p. 05.

[1051] Cf. AMARAL JÚNIOR, José Levi Mello do. *Inviolabilidade parlamentar*. Tese de livre docência apresentada à Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, 2018, pp. 45, ss.

[1052] Cf. BARBOSA, Rui. *Comentários à Constituição Federal Brasileira*. Volume II. São Paulo: Saraiva, 1933, p. 41; FERREIRA FILHO, Manoel Gonçalves. *Comentários à Constituição Brasileira de 1988*. Volume II. São Paulo: Saraiva, 1992, p. 44; e SILVA, José Afonso da. *Curso de Direito Constitucional Positivo*. São Paulo: Malheiros, 2002, p. 592.

[1053] STRECK, Lenio Luiz; OLIVEIRA, Marcelo Andrade Cattoni de; NUNES, Dierle. "Comentário ao art. 53", op. cit., p. 1150.

[1054] Cf. CHAFETZ, Josh. *Democracy's Privileged Few*: Legislative Privilege and Democratic Norms in the British and American Constitutions. New Haven: Yale University Press, 2007, pp. 06-08 e pp. 77, ss.

congressista, não admitindo que o instituto sirva de escudo para práticas abusivas".[1055] Caso contrário, seria conferido ao parlamentar um tratamento acima da lei, o que não se coaduna com os princípios constitucionais.[1056] Tal orientação já foi adotada pelo Supremo Tribunal Federal em inúmeros julgados.[1057] Em um deles, relacionado ao então deputado federal Jair Bolsonaro, a 1ª Turma da Corte decidiu que as suas manifestações, dirigidas à também deputada Maria do Rosário, "se revelam estranhas ao exercício do mandato legislativo, ao afirmar que 'não estupraria' Deputada Federal porque ela 'não merece'".[1058] Na mesma oportunidade, o tribunal estabeleceu que "[o] direito exerce importante papel na construção social das diversas e variadas subjetividades, donde decorre a necessidade de os operadores jurídicos considerarem a realidade das relações sociais, com o fim de consolidar um olhar distinto diante da discriminação e da violência que caracterizam as relações de gênero no país".

Com base nessa concepção moderada de imunidade parlamentar, que a analisa a partir do cotejo com outros valores constitucionais em jogo – no caso acima referido, a igualdade de gênero –, também é possível pensar em outra limitação ao art. 53, *caput*, CF/88, que fala diretamente à teoria da democracia militante. A ideia é que, se a criação, a fusão e a incorporação de partidos políticos estão restritas à observância dos princípios do regime democrático, do pluripartidarismo e dos direitos fundamentais da pessoa humana, nos termos do art. 17, *caput*, CF/88, os congressistas também estão. Cuida-se do que José Levi Mello do Amaral Júnior chamou de "limite mediado pela disciplina constitucional dos partidos políticos".[1059] Nada mais coerente, pois não faria sentido defender que as organizações partidárias não podem atentar contra o núcleo essencial das democracias constitucionais e, ao

[1055] STRECK, Lenio Luiz; OLIVEIRA, Marcelo Andrade Cattoni de; NUNES, Dierle. "Comentário ao art. 53", op. cit., p. 1149.

[1056] Bem disse o Min. Sepúlveda Pertence, em julgado sobre o tema: "A pregação de ideias, o apoio e a crítica a atos gos governos, a qualificação positiva ou negativa de homens públicos são a matéria-prima do aliciamento e da mobilização de opiniões que constituem o emprenho cotidiano dos políticos, sejam eles mandatários ou não: estender a inviolabilidade ao que, nesse trabalho essencialmente competitivo, diga ao político, que seja parlamentar, fora do exercício do mandato e sem conexão com ele, é dar-lhe uma situação privilegiada em relação aos concorrentes, que briga com os princípio fundamentais da Constituição." (SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. Inq n° 390-QO, Tribunal Pleno, Rel. Min. Sepúlveda Pertence, DJ 27/10/1989).

[1057] Cf. AMARAL JÚNIOR, José Levi Mello do. *Inviolabilidade parlamentar*, op. cit., pp. 213-274.

[1058] SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. Inq n° 3.932, 1ª Turma, Rel. Min. Luiz Fux, DJe 09/09/2016.

[1059] Cf. AMARAL JÚNIOR, José Levi Mello do. *Inviolabilidade parlamentar*, p. 12. Em sentido semelhante, ver também VERONESE, Osmar. *Inviolabilidade parlamentar*: do senador ao vereador. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2006, pp. 139-158.

mesmo tempo, permitir que parlamentares eleitos, filiados a essas organizações, possam fazê-lo. De acordo com o referido autor:

> No Direito brasileiro é condição constitucional de elegibilidade 'a filiação partidária'. Por sua vez, os partidos políticos devem resguardar 'a soberania nacional, o regime democrático, o pluripartidarismo, os direitos fundamentais da pessoa humana'. Tem-se, aqui, quatro limites constitucionais à democracia para proteção da própria democracia. Dada a relação necessária entre elegibilidade e filiação partidária, é consequência natural exigir a observância desses quatro limites não apenas dos partidos políticos, mas, também, e em especial, dos seus filiados, mormente dos seus filiados eleitos para quaisquer mandatos eletivos, aí incluídos, claro, os mandatos representativos às Casas parlamentares.[1060]

É possível notar que José Levi Mello do Amaral Júnior parte da obrigação de filiação partidária – prevista no art. 14, § 3º, inciso V, CF/88 – para sustentar a comunicação entre os regimes constitucionais das agremiações partidárias e dos parlamentares. A proposta, entretanto, tem fundamento para além da mera condição de elegibilidade,[1061] devendo, portanto, ser aplicável mesmo na hipótese de se reconhecer, no Brasil, a constitucionalidade de candidaturas avulsas. Afinal, congressistas eleitos (e as suas respectivas ideias políticas) têm acesso direto às esferas formais de tomada de decisão em virtude dos cargos que ocupam, e por isso, "o reconhecimento da inviolabilidade parlamentar, particularmente nas situações nebulosas, não pode significar um sacrifício intolerável a outros valores constitucionalmente consagrados, muito menos ser mais um elemento a colocar em perigo real a democracia",[1062] o que independe de vínculos de filiação. Nessa mesma toada, verifica-se clara diferença entre a aplicação de medidas restritivas a parlamentares e a não concessão de registro ou o cancelamento, por razões de democracia militante, de candidaturas individuais. No primeiro caso, a providência se justifica desde já, a partir das restrições constitucionais inerentes ao estatuto jurídico do cargo legislativo, ao passo que, no segundo, deve prevalecer a regra *in dubio pro libertate* até o advento de lei que preveja especificamente essa hipótese de inelegibilidade, nos termos do art. 14, § 9º, CF/88, como antes visto neste trabalho.

[1060] AMARAL JÚNIOR, José Levi Mello do. *Inviolabilidade parlamentar*, p. 296.

[1061] O próprio autor ensaia outras fundamentações para a sua proposta, mas não as aprofunda devido ao corte temático de sua pesquisa. Dentre elas, ele destaca a necessidade de proteção dos valores superiores do ordenamento jurídico-constitucional brasileiro. Cf. Ibidem, pp. 309-312.

[1062] Cf. VERONESE, Osmar. *Inviolabilidade parlamentar*: do senador ao vereador, op. cit., p. 158.

Dessa maneira, a inviolabilidade garante que deputados e senadores possam fazer críticas, ainda que bastante contundentes, ao sistema eleitoral; condenar o projeto de determinado partido ou denunciar práticas adotadas por um rival político; repreender comentários jornalísticos; propor maior rigidez no combate à criminalidade; defender um modelo bastante conservador para as relações familiares; ou reprovar a atuação das demais instituições democráticas. Todos esses são exemplos de manifestações que estão dentro da margem legítima do discurso parlamentar, e, a despeito de discordâncias quanto ao seu conteúdo, não há base constitucional legítima para tentar silenciá-las por meio da responsabilização civil ou penal daquele que as profere. Em contrapartida, a imunidade material não abrange hipóteses nas quais o congressista, com atos e palavras, apoie a extinção do voto secreto, universal e periódico, a morte de um adversário, a instituição da censura, o uso da violência contra pessoas e instituições, o ódio contra minorias vulneráveis, e o fechamento de órgãos como o próprio parlamento ou o Supremo Tribunal Federal. Nesses casos, pode até haver "nexo de implicação recíproca" com o exercício do mandato eletivo – em referência ao termo rotineiramente utilizado pelo STF[1063] –, mas a preservação da democracia impossibilita a atração da regra da imunidade parlamentar em favor do deputado ou do senador.

Nesse diapasão, andou mal a jurisprudência da Suprema Corte quando a sua 1ª Turma, por maioria, decidiu que o discurso de ódio proferido pelo então deputado federal Jair Bolsonaro, em palestra dada no Clube Hebraica do Rio de Janeiro, estava coberto pelo art. 53, *caput*, CF/88, em virtude de vínculo causal entre tal manifestação e a sua função parlamentar.[1064] Naquela ocasião, Bolsonaro havia dito, entre outros absurdos, que quilombolas não serviriam sequer para procriar, comparando-os a animais irracionais quando aludiu à pesagem em arrobas para se referir ao seu volume corporal. Nos termos do voto do Min. Luiz Fux, que acompanhou o relator na rejeição da denúncia, a fala do capitão reformado, conquanto discriminatória, consistia em "crítica a programas governamentais voltados à proteção de grupos hipossuficientes". À parte o exame da questão puramente penal, no tocante apenas à tutela da inviolabilidade parlamentar, a minoria expressou entendimento mais consentâneo e sensível à necessidade de se estabelecer limites a essa prerrogativa, em prol de outros valores que integram o âmago das democracias constitucionais. Nas palavras do Min. Luís Roberto

[1063] Cf., por todos, SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. Inq n° 1.024-QO, Tribunal Pleno, Rel. Min. Celso de Mello, DJ 04/03/2005.

[1064] Cf. SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. Inq n° 4.694, 1ª Turma, Rel. Min. Marco Aurélio, DJe 01/08/2019.

Barroso, que restou vencido, "aqui me parece inequivocamente claro um tipo de discurso de ódio que o Direito Constitucional Brasileiro não admite, porque é o ódio contra grupos minoritários, grupos historicamente violentados e grupos historicamente vulneráveis" e "eu penso que as instituições devem inaceitar esse tipo de manifestação".

Nesse julgado, também se fez menção à questão do lugar em que proferida a manifestação. Isso porque, conforme afirmou o Min. Alexandre de Moraes em seu voto, o exame dos limites à inviolabilidade só teria vez nos casos em que, como aquele, as opiniões dos congressistas fossem dadas fora do recinto parlamentar. *A contrario sensu*, dentro da respectiva casa legislativa, quaisquer palavras proferidas por deputados e senadores gozariam de imunidade absoluta, na linha da jurisprudência pacífica do Supremo Tribunal Federal.[1065] Acontece que tal orientação antiga da Corte também parece equivocada. Não só porque nenhuma posição jurídica é absoluta, mas porque esse paradigma geográfico, que remete às construções doutrinárias do jurista inglês William Blackstone, foi desenvolvido para se conferir à inviolabilidade parlamentar uma leitura excessivamente autocentrada, de caráter corporativista, em uma época na qual a Câmara dos Comuns ainda se encontrava em estágio muito incipiente de desenvolvimento institucional e, por isso, era bastante usual se mandar prender deputados cujos discursos incomodassem a Coroa.[1066] Naquele tempo, como aponta Josh Chafetz, "mesmo o ato de publicização dos debates parlamentares poderia ser considerado como uma violação do privilégio dos congressistas",[1067] já que somente o parlamento podia conhecer, na íntegra, os contornos das prerrogativas dos seus membros.[1068]

Há muito, tal concepção está superada. A imunidade material manteve a sua função de salvaguarda da independência do Legislativo, mas, desde que as instituições de representação

---

[1065] Cf., por todos, SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. Inq n° 3.814, 1ª Turma, Rel. Min. Rosa Weber, DJe 21/10/2014.

[1066] Cf. CHAFETZ, Josh. *Democracy's Privileged Few*: Legislative Privilege and Democratic Norms in the British and American Constitutions, op. cit., pp. 04-06 e pp. 69, ss.

[1067] Ibidem, p. 77 (tradução livre).

[1068] Veja-se o que disse o próprio William Blackstone sobre o tema: "Os privilégios do parlamento foram originalmente criados a fim de proteger os seus membros diante não apenas da admoestação dos seus pares, mas, sobretudo, da opressão exercida pelo poder da Coroa. Dessa forma, se todos os privilégios do parlamento fossem previamente definidos, e não se reconhecesse nenhum outro privilégio para além daqueles já estabelecidos, seria fácil, para o Poder Executivo, vislumbrar um caso novo, fora da linha do privilégio, para, sob tal pretexto, perseguir qualquer parlamentar refratário e violar a liberdade do parlamento. A dignidade e a independência das duas casas são, em grande medida, preservadas ao se manter indefinidos os seus privilégios." (BLACKSTONE, William. *Commentaries on the Laws of England, in Four Books*. Livro I. Londres: Strahan and Woodfall, 1793, p. 164, tradução livre)

popular se consolidaram e as raízes da democracia se aprofundaram, as ameaças externas às atividades legiferantes se tornaram bem menos frequentes, e o instituto passou a ser visto, acima de tudo, como uma prerrogativa em favor do povo, como já se disse.[1069] A própria ideia de vínculo de causalidade funcional, para fins de aplicação da inviolabilidade parlamentar, surgiu como resposta, baseada na filosofia de John Stuart Mill, ao anacronismo do paradigma blackstoniano.[1070] É que, para Mill, "o único governo capaz de satisfazer a todas as exigências do estado social é aquele do qual participou o povo inteiro",[1071] e, portanto, "a função do privilégio é viabilizar algo próximo da soberania popular, isto é, promover a convergência entre a vontade do público e as ações do Estado",[1072] o que não ocorreria se apenas o parlamento pudesse conhecer as normas que regem os seus domínios geográficos. Nesse sentido, não importa se o discurso foi proferido dentro ou fora da casa legislativa: se o congressista defender, mesmo que da tribuna, que determinadas pessoas são cidadãos de segunda classe ou que o Supremo Tribunal Federal deve ser fechado, a imunidade material não se aplica. Vale ressaltar que, muito recentemente, o próprio STF revisitou a sua jurisprudência sobre o tema, ao receber queixa-crime contra deputado, em razão de palavras ditas por ele no plenário da Câmara e na Comissão de Constituição e Justiça.[1073]

Abre-se, assim, espaço para que o próprio Poder Legislativo atue como agente da democracia militante. Prevê a Constituição de 1988, em seu art. 55, que perderá o mandato parlamentar o deputado ou senador "cujo procedimento for declarado incompatível com o decoro parlamentar" (inciso I), o que abrange, dentre outras condutas, o abuso das prerrogativas asseguradas aos parlamentares (§ 1º). É esse, justamente, o caso do mau exercício da imunidade

---

[1069] Cf. WITTKE, Carl. *The History of English Parliamentary Privilege*. Columbus: Ohio State University, 1921, p. 203.

[1070] Nas palavras de Josh Chafetz: "Quando o elemento democrático da Constituição estava experimentando dificuldades, fazia sentido fortalecer ao máximo a Câmara dos Comuns, mesmo que um dos efeitos colaterais disso fosse afrouxar a conexão entre os Membros e os seus eleitores. Essa era a visão de Blackstone. Mas, à medida que o elemento democrático se tornou mais amplo e mais profundo, essa necessidade de fortalecer a Casa a qualquer custo começou a se dissipar, e o foco do privilégio foi legitimamente deslocado para permitir o controle da Casa e estreitar os laços entre os Membros e os seus eleitores. Essa é a visão milliana. As interpretações de privilégios de Blackstone são inadequadas quando feitas em um clima político milliano." (CHAFETZ, Josh. *Democracy's Privileged Few*: Legislative Privilege and Democratic Norms in the British and American Constitutions, op. cit., p. 04, tradução livre)

[1071] MILL, John Stuart. *Considerações Sobre o Governo Representativo*, op. cit., p. 38

[1072] CHAFETZ, Josh. *Democracy's Privileged Few*: Legislative Privilege and Democratic Norms in the British and American Constitutions, op. cit., p. 07 (tradução livre).

[1073] Cf. SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. Pet n° 7.174, 1ª Turma, Rel. Min. Alexandre de Moraes, Rel. p/ ac. Min. Marco Aurélio, j. 10/03/2020 (acórdão ainda não publicado).

material.[1074] A rigor, não há maior abuso de prerrogativa do que se valer das liberdades garantidas pela democracia para atacá-la. Não se trata, pois, de qualquer excesso discursivo cometido no cumprimento do dever de crítica e de fiscalização da coisa pública, mas de atos e palavras direcionados contra os princípios democráticos mais fundamentais. Nessa hipótese, resta caracterizada falta funcional punível com cassação,[1075] cabendo decidir sobre o caso à Câmara dos Deputados ou ao Senado Federal, "por maioria absoluta, mediante provocação da respectiva Mesa ou de partido político representado no Congresso Nacional, assegurada ampla defesa" (art. 55, § 2º). Verifica-se, assim, que os principais gargalos institucionais do uso militante da perda de mandato são entidades políticas, que exercerão juízos igualmente políticos no que diz respeito tanto à requisição da sanção, quanto à análise do seu mérito. É, enfim, um julgamento pelos próprios pares, que se torna possível a partir da compreensão antropológica de que a utilização abusiva das prerrogativas constitucionais "não se esgota no indivíduo que a cometeu, mas compromete todo o coletivo a que ele pertence. Pois se um membro partilha da honra de seu grupo, e com este se identifica predominantemente, a sua desonra se reflete sobre a honra de todos".[1076]

A seu turno, a referência constitucional à ampla defesa "prescreve um rito processual visando a implementação do devido processo legal", o que "faz todo o sentido e está de pleno acordo e harmonia com o sistema de direitos fundamentais instituídos pela Carta Magna".[1077] Dito de outra maneira, é necessário observar as garantias constitucionais de cunho processual, com produção de provas, para que se evite qualquer tipo de equívoco ou de abuso na mobilização do instituto ora em análise com vistas à defesa da democracia. Desse modo, não se pode interpretar a natureza eminentemente política do julgamento de perda de mandato feito pela casa legislativa com a suposta ideia de insindicabilidade absoluta do ato em relação ao controle jurisdicional. Embora a própria noção de decoro carregue em si certa imprecisão

[1074] Cf. BASTOS, Celso Ribeiro. *Comentários à Constituição do Brasil*. Volume IV, Tomo I. São Paulo: Saraiva, 1999, p. 243.

[1075] Cf. STRECK, Lenio Luiz; OLIVEIRA, Marcelo Andrade Cattoni de; NUNES, Dierle; SILVA, Diogo Bacha e. "Comentário ao art. 55". In: CANOTILHO, J. J. Gomes et al. (coords.). *Comentários à Constituição do Brasil*, op. cit., p. 1159.

[1076] TEIXEIRA, Carla Costa. "Decoro parlamentar: a legitimidade da esfera privada no mundo público?". *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, n° 30, 1996, p. 112.

[1077] STRECK, Lenio Luiz; OLIVEIRA, Marcelo Andrade Cattoni de; NUNES, Dierle; SILVA, Diogo Bacha e. "Comentário ao art. 55", op. cit., p. 1160.

conceitual,[1078] a Constituição de 1988 estabelece balizas – materiais e formais – que devem ser observadas pelo parlamento. Na jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, há precedentes no sentido de que não caberia ao Judiciário reanalisar o mérito da decisão *interna corporis* tomada pela respectiva casa do Congresso Nacional,[1079] mas a própria Corte reconhece a possibilidade de intervir no processo, a título excepcional, "para assegurar o cumprimento da Constituição, proteger direitos fundamentais e resguardar os pressupostos de funcionamento da democracia e das instituições republicanas".[1080] Nessa toada, o Poder Judiciário – em regra deferente às decisões do Legislativo – não pode fazer vista grossa no caso de afrontas ao devido processo legal,[1081] tampouco a situações em que o (mau) uso do instituto viole liberdades constitucionais de determinado congressista.[1082]

5.2.3. Ação popular

Em novembro de 2019, Jair Bolsonaro nomeou Roberto Alvim para a Secretaria Especial de Cultura. Dramaturgo e diretor teatral premiado, Alvim já havia causado polêmica por ter convocado artistas conservadores a se juntarem a ele na criação de uma "máquina de guerra cultural" em defesa dos valores cristãos.[1083] *"Deus vult"* ("Deus o quer", em latim),

[1078] Nas palavras da antropóloga Carla Costa Teixeira, "[o] decoro parlamentar, como um código de honra, precisa se referir aos valores de uma época e de um grupo. Vem daí sua necessária imprecisão, sua natureza avessa à plena tradução em atos especificados juridicamente". (TEIXEIRA, Carla Costa. "Decoro parlamentar: a legitimidade da esfera privada no mundo público?", op. cit., p. 124)

[1079] Cf. SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. MS n° 21.861, Tribunal Pleno, Rel. Min. Néri da Silveira, DJ 21/09/2001; e MS n° 23.388, Tribunal Pleno, Rel. Min. Néri da Silveira, DJ 20/04/2001.

[1080] Cf. SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. MS n° 34.327, Tribunal Pleno, Rel. Min. Roberto Barroso, DJe 01/08/2017.

[1081] Cf. SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. MS n° 25.647-MC, Tribunal Pleno, Rel. Min. Carlos Britto, Rel. p/ ac. Min. Cezar Peluso, DJ 15/12/2006.

[1082] Sobre o ponto, vale ressaltar que a Suprema Corte norte-americana, no caso *Bond v. Floyd*, entendeu ter competência para rever ato da Câmara dos Deputados do Estado da Geórgia, que se recusou a dar posse a congressista negro que havia criticado a decisão do governo federal de declarar guerra contra o Vietnã. De acordo com a Corte, o ato da casa legislativa feriu o direito constitucional do parlamentar à livre manifestação do pensamento. Cf. SUPREMA CORTE DOS ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA. 385 U.S. 116 (1966).

[1083] Cf. SOARES, Jussara. "Bolsonaro nomeia dramaturgo Roberto Alvim para Secretaria Especial de Cultura". *O Globo*, 07 de novembro de 2019. Disponível eletronicamente em: <https://oglobo.globo.com/cultura/bolsonaro-nomeia-dramaturgo-roberto-alvim-para-secretaria-especial-de-cultura-24068248>. Acesso em: 24 de março de 2020.

afirmava o seu *status* nas redes sociais, fazendo ecoar a era das Cruzadas.[1084] Semanas depois, o secretário gerou alvoroço ainda maior pelo modo como anunciou, mediante vídeo divulgado na internet, o lançamento do Prêmio Nacional das Artes.[1085] Em pose austera e tom de voz afetado, Alvim proferiu discurso ufanista que reproduzia, com algumas alterações redacionais, passagens de fala de Joseph Goebbels sobre a arte germânica durante os anos de domínio do nazismo. Ornavam a cena um retrato emoldurado do presidente, uma bandeira do Brasil e uma réplica da Cruz de Caravaca. Como trilha sonora, um trecho de ópera de Richard Wagner, compositor da predileção de Adolf Hitler. Pressionado pelas justas críticas ao seu discurso, o secretário culpou a "corja" de opositores do governo de estar incorrendo em "falácia de associação remota" para desacreditar um prêmio que, a seu ver, redefiniria a cultura brasileira. Não foi suficiente: diante da indignação de autoridades brasileiras e da comunidade judaica, Bolsonaro resolveu exonerar Alvim do cargo.[1086]

A partir da situação concreta, uma hipótese: e se o capitão reformado não houvesse demitido Roberto Alvim? Como a democracia poderia se defender de um agente público que, nomeado para compor a estrutura da Administração, replica trechos do discurso de um político nazista e conclama membros de sua classe profissional a se engajarem em uma guerra contra os supostos inimigos do cristianismo? Na busca por uma possível resposta, é oportuno recordar outro episódio da gestão Bolsonaro, qual seja, a indicação de Sérgio Camargo para ocupar a presidência da Fundação Cultural Palmares. Como se sabe, o referido órgão tem por finalidade "promover a preservação dos valores culturais, sociais e econômicos decorrentes da influência negra na formação da sociedade brasileira" (art. 1º, Lei n° 7.668/1988). As declarações de Camargo, no entanto, iam contra essa finalidade. Apesar de ser negro, o nomeado à presidência da fundação já chamava atenção por minimizar, em suas falas, o racismo estrutural da sociedade brasileira, além de dizer que a escravidão teria sido boa para os descendentes de escravos porque

[1084] Cf. NIKLAS, Jan. "'Promover o renascimento do teatro brasileiro é nossa missão agora', diz Roberto Alvim". *O Globo*, 24 de julho de 2019. Disponível eletronicamente em: <https://oglobo.globo.com/cultura/teatro/promover-renascimento-do-teatro-brasileiro-nossa-missao-agora-diz-roberto-alvim-23828365>. Acesso em: 24 de março de 2020.

[1085] Cf. GOÉS, Bruno; ARAGÃO, Helena; SOARES, Jussara. "Roberto Alvim copia discurso do nazista Joseph Goebbels e causa onda de indignação". *O Globo*, 16 de janeiro de 2020. Disponível eletronicamente em: <https://oglobo.globo.com/cultura/roberto-alvim-copia-discurso-do-nazista-joseph-goebbels-causa-onda-de-indignacao-24195523>. Acesso em: 24 de março de 2020.

[1086] Cf. FERNANDES, Talita; URIBE, Gustavo; ARBEX, Thais. "Bolsonaro demitiu Alvim após pressão do Congresso e da comunidade judaica". Folha de São Paulo, 17 de janeiro de 2020. Disponível eletronicamente em: <https://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/2020/01/bolsonaro-demitiu-alvim-apos-pressao-de-cupula-do-congresso-e-da-comunidade-judaica.shtml>. Acesso em: 24 de março de 2020.

"negros do Brasil vivem melhor que os negros da África", bem como afirmar que o Dia da Consciência Negra "precisa ser combatido incansavelmente até que perca a pouca relevância que tem".[1087] Não à toa, o seu próprio irmão organizou um abaixo-assinado contra a sua indicação.[1088]

Em última instância, as manifestações de Sérgio Camargo repercutem o modo escancaradamente preconceituoso como Jair Bolsonaro enxerga as interações raciais no Brasil.[1089] Dessa forma, foi ajuizada ação popular em face da nomeação de Camargo para a presidência da Fundação Cultural Palmares. O argumento central da ação era a incompatibilidade entre as declarações do nomeado e a missão institucional do órgão que encabeçaria. O juiz de primeira instância, liminarmente, acolheu a pretensão do autor popular, tornando sem efeito a indicação. Em suas palavras, o referido ato administrativo punha a fundação em sério risco, "uma vez que é possível supor que a nova Presidência, diante dos pensamentos expostos em redes sociais pelo gestor nomeado, possa atuar em perene rota de colisão com os princípios constitucional da equidade, da valorização do negro e da proteção da cultura afro-brasileira".[1090] Posteriormente, a cautelar foi cassada pelo Superior Tribunal de Justiça. Em pronunciamento monocrático, o presidente da Corte, Min. João Otávio de Noronha, afirmou que "a decisão atacada, a pretexto de fiscalizar a legalidade do ato administrativo, interferiu, de forma indevida, nos critérios eminentemente discricionários da nomeação, causando entraves ao exercício de atividade inerente ao Poder Executivo".[1091] No momento em que se escreve, o processo ainda está em tramitação.

[1087] Cf. FOLHA DE SÃO PAULO. "'Negro de direita', presidente da Fundação Palmares disse que escravidão foi benéfica", 27 de novembro de 2019. Disponível eletronicamente em: <https://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/2019/11/presidente-da-fundacao-palmares-nomeado-por-bolsonaro-diz-que-brasil-tem-racismo-nutella.shtml>. Acesso em: 24 de março de 2020.

[1088] Cf. SMITH, Manoella. "Nomeado para Palmares que ataca movimento negro é filho de escritor ativista". *Folha de São Paulo*, 28 de novembro de 2019. Disponível eletronicamente em: <https://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/2019/11/nomeado-para-palmares-que-ataca-movimento-negro-e-filho-de-escritor-ativista.shtml>. Acesso em: 24 de março de 2020.

[1089] Sobre o tema, cf. ALFONSO, Daniel Angyalossy. "Bolsonaro's take on the 'absence of racism' in Brazil". *Race & Class*, 2019, pp. 01-17; e SILVA, Antonio José Bacelar da; LARKINS, Erika Robb. "The Bolsonaro Election, Antiblackness, and Changing Race Relations in Brazil". *The Journal of Latin American and Caribbean Anthropology*, 2019, pp. 01-21.

[1090] TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 5ª REGIÃO. Processo n° 0802019-41.2019.4.05.8103, 18ª Vara Federal, Juiz Federal Emanuel José Matias Guerra, j. 04/12/2019.

[1091] SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. SLS n° 2.650, Decisão Monocrática, Rel. Min. João Otávio de Noronha, DJe 13/02/2020.

A despeito da decisão do STJ, o caso Camargo é importante porque aventa a possibilidade de se utilizar a ação popular para fins de defesa militante da democracia constitucional contra atores antidemocráticos. Trata-se, nas palavras de Sérgio Gilberto Porto, de "instrumento de tutela jurisdicional de liberdades públicas", que integra "um arsenal disponibilizado pela Constituição Federal com o fito de dar efetividade ao exercício pleno da cidadania".[1092] De acordo com o art. 5º, inciso LXXIII, CF/88, a ação popular visa proteger a moralidade administrativa, o meio ambiente e o patrimônio histórico e cultural. Não há dúvidas de que os principais gargalos institucionais dessas medidas são os órgãos do Poder Judiciário aos quais compete se pronunciar sobre o seu mérito, mas é interesse perceber que o emprego desse mecanismo processual exorta a própria coletividade a se engajar na tarefa de proteger os valores democráticos. Afinal, na ação popular, cujas origens históricas remontam à tutela cívica da *res publica* pelos próprios indivíduos na Roma antiga,[1093] qualquer cidadão é parte legítima para ajuizá-la, na forma do art. 1º, *caput*, da Lei n° 4.717/1965, que a regulamenta no plano infraconstitucional. Como o seu ajuizamento inaugura um processo judicial, aplica-se à ação popular todas as garantias processuais previstas pela CF/88, como o contraditório e a ampla defesa, com vistas a se evitar equívocos ou abusos na sua utilização.

No ordenamento jurídico brasileiro, há outros instrumentos processuais igualmente voltados à defesa de interesses coletivos. Citem-se, por exemplo, a ação civil pública (Lei n° 7.347/1985) e o mandado de segurança coletivo (arts. 21 e 22, Lei n° 12.016/2009). Contudo, a ação popular, por incentivar a participação política do cidadão individualmente compreendido, é capaz de injetar na teoria da democracia militante – vista, por muitos, como elitista em essência – a beleza quase poética da consciência cívica. Ao escrever sobre o tema, José Frederico Marques relembra a lição de um famoso jurisconsulto romano, para quem "importa à república sejam muitos admitidos a defender sua causa".[1094] O mesmo se pode dizer da democracia, sobretudo em um regime que, como o nosso, busca municiar as pessoas de ferramentas constitucionais dedicadas a inserir o indivíduo na esfera pública, a exemplo do plebiscito, do referendo e da iniciativa popular das leis (art. 14, incisos I, II e III, CF/88). Não à toa, ao disciplinar a ação popular, a Constituição de 1988 prevê que, salvo se comprovada

[1092] PORTO, Sérgio Gilberto. "Comentário ao art. 5º, LXXIII". In: CANOTILHO, J. J. Gomes et al. (coords.). *Comentários à Constituição do Brasil*, op. cit., p. 522.

[1093] Cf. LEAL, Márcio Flávio Mafra. *Ações coletivas*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2014, pp. 36-46.

[1094] MARQUES, José Frederico. "As ações populares no Direito brasileiro". *Revista de Direito Administrativo*, vol. 52, 1958, p. 44.

má-fé, o seu autor fica isento de custas judiciais e de ônus de sucumbência. A mensagem é clara: "o Estado Democrático de Direito oferece ao cidadão que exerce a democracia jurisdicionalmente isenção de custas judiciais e de responsabilidade por sucumbência, aos efeitos de incentivar a livre participação social no controle da gestão do Estado",[1095] o que, em uma democracia militante, também se traduz no estímulo à reação popular contra atos atentatórios aos valores democráticos mais fundamentais.

Em regra, a ação popular se volta à anulação ou à declaração de nulidade de atos administrativos lesivos aos interesses públicos indicados pela Constituição e pela Lei n° 4.717/1965, sendo possível, ainda, a condenação ao pagamento de perdas e danos dos responsáveis por essas práticas (art. 11 do referido diploma legal).[1096] Nesse sentido, o emprego militante desse instrumento processual pode gerar perplexidades institucionais, especialmente no tocante à supervisão democrática dos limites da discricionariedade administrativa. Isso, contudo, não pode significar a redução do seu potencial defensivo. Recorra-se, mais uma vez, ao caso Camargo. Ao adotar leitura muito expansiva do princípio da separação de poderes, o STJ tornou a política de nomeações do Poder Executivo praticamente imune a contestações por meio de ação popular. Ocorre que, como afirmou Caio Tácito, a regra de competência – da qual emana a significativa discricionariedade do presidente na escolha da composição da Administração Pública federal – "não é um cheque em branco concedido ao administrador. [...] A norma de direito atende a fins específicos que estão expressos ou implícitos em seu enunciado".[1097] Em face de todas as evidências concretas, é certo que a indicação de indivíduo totalmente avesso à proteção e à promoção dos valores afro-brasileiros para a presidência da Fundação Cultural Palmares configura abuso de poder por desvio de finalidade e, por consequência, fere o princípio da moralidade administrativa (art. 37, *caput*, CF/88), tutelável por ação popular, na linha do que prevê a Constituição.[1098]

[1095] PORTO, Sérgio Gilberto. "Comentário ao art. 5º, LXXIII", op. cit., p. 523.

[1096] Embora não diga respeito ao objeto deste trabalho, é necessário pontuar, por outro lado, que, "[c]om a ampliação, feita pela Constituição de 1988, dos bens tuteláveis pela ação popular, existe a necessidade de se permitir que, por meio desse instrumento processual, se difundam tutelas inibitórias, meramente declaratórias, mandamentais e executivas lato sensu, que, na verdade, se caracterizam como espécies de tutelas condenatórias". (FERRARESI, Eurico. *Ação popular, ação civil pública e mandado de segurança coletivo*: instrumentos processuais coletivos. Rio de Janeiro: Forense, 2009, p. 183)

[1097] TÁCITO, Caio. "O abuso do poder administrativo no Brasil: conceito e remédios". *Revista de Direito Administrativo*, vol. 56, 1959, p. 11.

[1098] Cf. MANCUSO, Rodolfo de Camargo. *Ação popular*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2015, pp. 129-142.

Com efeito, o abuso de poder – que Hely Lopes Meirelles define como "a violação ideológica da lei, ou, por outras palavras, a violação moral da lei"[1099] – verifica-se quando o administrador se vale de suas atribuições "para satisfazer a interesses pessoais, sectários ou político-partidários, ou mesmo a outro interesse público estranho à sua competência".[1100] A vedação a esse tipo de prática não decorre "de um puro produto do jusnaturalismo, ou da ética, ou da moral, ou da religião", já que encontra "[n]o sistema de direito, [n]o ordenamento jurídico e, sobretudo, [n]o ordenamento jurídico-constitucional a sua fonte por excelência".[1101] Em outros termos, cuida-se de padrão de conduta bastante rigoroso, imposto pela Carta Maior, ao ingresso na Administração, bem como ao exercício da função pública.[1102] Nessa toada, em um regime constitucional, buscar satisfazer interesses escusos por meio da nomeação de agentes públicos que se mostrem contrários à substância dos valores democráticos não se coaduna com um modelo administrativo voltado à concretização das finalidades previstas na Lei Fundamental, e, por isso, pode-se questionar esse ato judicialmente, dentro da lógica da democracia militante. Em grande parte das vezes, a autoridade pública competente tenta dissimular o desvio de finalidade por ela praticado, mas não foi esse o caso da nomeação de Sérgio Camargo por Jair Bolsonaro, o que, portanto, tornava ainda mais premente a interferência do Poder Judiciário.[1103]

A rigor, tentar conservar a todo custo nomeações dessa espécie, com base em argumentos de oportunidade e conveniência, é ignorar que a Administração, em todos os seus níveis e manifestações, deve cumprir o importante papel normativo de fiadora das promessas constitucionais. Nas palavras de Patrícia Baptista e de Daniel Capecchi:

> Sem Administração e burocracia aparelhadas e comprometidas com a realização dos fins constitucionais, o projeto constitucional se frustra. [...] Ao mesmo tempo, não se pode perder de vista que a própria compreensão do projeto constitucional passa pelas

[1099] MEIRELLES, Hely Lopes. *Direito Administrativo Brasileiro*. São Paulo: Malheiros, 2008, p. 186.

[1100] TÁCITO, Caio. "O abuso do poder administrativo no Brasil: conceito e remédios", op. cit., p. 11.

[1101] ZAVASCKI, Teori. *Processo coletivo*: tutela de direitos coletivos e tutela coletiva de direitos. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2014, pp. 83-84. Cf. também BRANDÃO, Antônio José. "Moralidade administrativa". *Revista de Direito Administrativo*, vol. 25, 1951, pp. 454-467.

[1102] Cf. ÁVILA, Humberto. *Teoria dos princípios*: da definição à aplicação dos princípios jurídicos. São Paulo: Malheiros, 2006, p. 96.

[1103] De acordo com a jurisprudência do STF, "no momento em que é apurada a finalidade contrária ao interesse público, [...] o ato deve ser invalidado, por violação ao princípio da moralidade administrativa e por estar caracterizada a sua ilegalidade, por desvio de finalidade". (SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. MS n° 24.020, 2ª Turma, Rel. Min. Joaquim Barbosa, DJe 13/06/2012)

> lentes da Administração. Assim, pedindo licença para parodiar, sob uma nova ótica, a conhecida afirmação de Otto Mayer: *se o direito administrativo fica, o direito constitucional não passa*.[1104]

É nesse contexto que se pode inserir a ação popular no rol de medidas restritivas de reação a projetos políticos antidemocráticos, junto com o *impeachment* e a perda de mandato parlamentar. Como já se viu neste trabalho, o Brasil e outros países do mundo atravessam cenários nos quais a democracia é colocada em risco por meio do uso de mecanismos formalmente válidos, mas destinados a objetivos nada nobres. A indicação de nomes para cargos na Administração Pública constitui ato corriqueiro da vida administrativa. Todavia, mesmo esse ato, tão relevante para a estruturação e para o bom funcionamento da máquina estatal, "pode ser: a) legalmente formal; b) não lesivo ao erário; mas, inobstante, moralmente insustentável",[1105] configurando, assim, decisão administrativa sindicável pela via da ação popular, sobretudo quando tal decisão visa enfraquecer, de forma deliberada, as bases constitucionais da democracia. O princípio jurídico da moralidade e a proibição do desvio de finalidade, nesse caso, ganham contornos ainda mais relevantes que a garantia de probidade na gestão da coisa pública, de modo a condicionar a atuação essencialmente burocrática à preservação da própria substância do regime democrático.

5.2.4. Aplicação da Lei de Segurança Nacional

Conforme já visto neste trabalho, tornou-se mais frequente, no Brasil, a ocorrência de manifestações contra as instituições democráticas e em prol de uma guinada abertamente ditatorial por parte do Poder Executivo. Por causa de um desses episódios, que contou com a participação do próprio presidente em exercício, o Procurador-Geral da República requereu ao Supremo Tribunal Federal a abertura de inquérito para averiguar a atuação de deputados federais na organização de atos favoráveis ao fechamento do Congresso Nacional e da Suprema Corte, bem como à edição de um novo Ato Institucional n° 05. "O Estado brasileiro admite

[1104] BAPTISTA, Patrícia; CAPECCHI, Daniel. "Se o Direito Administrativo fica, o Direito Constitucional não passa: perspectivas do Direito Público contemporâneo sobre uma velha questão". *Revista de Direito da Cidade*, vol. 08, n° 04, p. 1941.

[1105] MANCUSO, Rodolfo de Camargo. *Ação popular*, op. cit., p. 135.

única ideologia que é a do regime da democracia participativa", disse o PGR.[1106] Em despacho, o Min. Alexandre de Moraes acolheu o pedido, autorizando, assim, a abertura do inquérito.[1107] Para o ministro, o fato relatado pelo chefe do Ministério Público Federal é gravíssimo e não pode ser visto como manifestação legítima de ideias políticas pelos parlamentares, mas sim como incentivo inconstitucional à instauração de um regime arbitrário e tirânico.[1108] De acordo com o que se noticiou, o inquérito teria como base, além da própria Constituição de 1988, a Lei n° 7.170/1983, também conhecida como Lei de Segurança Nacional.

Tal diploma normativo prevê os crimes que lesam ou expõem a perigo de lesão, entre outros, "o regime representativo e democrático [...] e o Estado de Direito" (art. 1º, inciso II). Dentre as condutas nele tipificadas, destacam-se os atos de "[i]ntegrar ou manter associação, partido, comitê, entidade de classe ou grupamento que tenha por objetivo a mudança do regime vigente ou do Estado de Direito, por meios violentos ou com o emprego de grave ameaça (art. 16), "[t]entar mudar, com emprego de violência ou grave ameaça, a ordem, o regime vigente ou o Estado de Direito" (art. 17) e "[t]entar impedir, com emprego de violência ou grave ameaça, o livre exercício de qualquer dos Poderes da União ou dos Estados" (art. 18), bem como fazer propaganda ou incitar o cometimento desses atos (arts. 22 e 23). Este trabalho não tem como foco o Direito Penal, mas é certo que pode haver, entre tal área e a teoria da democracia militante, inegável interface. Ainda na década de 1930, Karl Loewenstein já ressaltava, como exemplos de providências militantes, o uso de tipos penais para lidar com práticas de insurreição, armada ou não, contra o regime democrático.[1109] Além disso, como antes mencionado, há países que criminalizam tentativas de dar continuidade às atividades de organização partidária que sofreu dissolução, existindo, aliás, previsão expressa na Lei n° 7.170/1983 nesse sentido.[1110] Cuida-se, portanto, de aspecto que não pode ser ignorado.

[1106] Cf. FALCÃO, Márcio; VIVAS, Fernanda. "Aras pede ao STF inquérito para apurar relação de deputados com atos contra a democracia". *G1*, 20 de abril de 2020. Disponível eletronicamente em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/04/20/aras-pede-que-stf-investigue-participacao-de-deputados-em-organizacao-de-atos-contra-democracia.ghtml>. Acesso em: 21 de abril de 2020.

[1107] Trata-se do Inquérito n° 4.828, que corre em sigilo.

[1108] Cf. JOTA. "Moraes autoriza abertura de inquérito para investigar atos antidemocráticos", 21 de abril de 2020. Disponível eletronicamente em: <https://www.jota.info/stf/do-supremo/moraes-autoriza-abertura-de-inquerito-para-investigar-atos-atos-antidemocraticos-21042020>. Acesso em: 21 de abril de 2020.

[1109] Cf. LOEWENSTEIN, Karl. "Militant Democracy and Fundamental Rights, II", op. cit., p. 645.

[1110] De acordo com o art. 25 da Lei de Segurança Nacional brasileira, é crime, sujeito à pena de reclusão de 1 a 5 anos, "[f]azer funcionar, de fato, ainda que sob falso nome ou forma simulada, partido político ou associação dissolvidos por força de disposição legal ou de decisão judicial".

É interessante perceber que, dentro da lógica da democracia militante, a aplicação da Lei de Segurança Nacional consiste em medida de caráter duplo. Quando incidir sobre agentes autoritários sem acesso às esferas formais de representação, assumirá contornos preventivos; já quando for instrumentalizada para fazer frente a indivíduos que detêm cargo político – como no caso citado acima –, traduzirá verdadeira providência de reação, à semelhança do *impeachment* e da perda de mandato parlamentar. Obviamente, a qualidade do agente também influenciará o próprio processo de aplicação do referido diploma, já que, se o crime for cometido por parlamentar ou pelo presidente da República, serão chamados a participar outros gargalos institucionais para além do Poder Judiciário, como a Câmara dos Deputados ou o Senado Federal (arts. 53, § 3º, e 86, *caput*, CF/88). Também cumpre salientar que eventual condenação por crime previsto na Lei n° 7.170/1983 não apenas poderá impossibilitar, de imediato, o exercício de função pública por quem já detém mandato eletivo, como também repercutirá sobre o gozo futuro de direitos políticos por qualquer agente, já que a própria Constituição estabelece a suspensão desses direitos enquanto durarem os efeitos de sentença penal condenatória transitada em julgado (art. 15, inciso III), afetando, ademais, as condições de elegibilidade (art. 14, § 3º, inciso III).[1111]

Contudo, não se pode desconsiderar todo o contexto político que culminou na elaboração da Lei n° 7.170/1983. Como se sabe, logo nos seus primeiros anos, a ditadura civil-militar (re)formulou, por meio da Escola Superior de Guerra, uma doutrina de segurança nacional gravemente autoritária, capaz de fundamentar a repressão implacável àqueles que o regime considerasse como inimigos internos da pátria brasileira, dentro de uma lógica de guerra declarada.[1112] A partir disso, foram editados, sem interferência do Congresso Nacional, alguns

[1111] Especificamente em relação aos parlamentares, importa esclarecer que, ao interpretar o art. 55, §§ 2º e 3º, CF/88, determinados julgados do Supremo Tribunal Federal apontam que não há consequência automática entre a suspensão de direitos políticos de quem já ocupa cargo eletivo e a perda imediata desse cargo, ficando essa decisão a cargo da respectiva casa legislativa (cf., e.g., SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. AP n° 996, 2ª Turma, Rel. Min. Edson Fachin, Rev. Min. Celso de Mello, DJe 08/02/2019). De acordo com outra corrente, essa orientação pode ser excepcionada quando a condenação impor o cumprimento da pena em regime fechado, hipótese em que a perda deverá ser imediatamente declarada pela Mesa da Câmara dos Deputados ou do Senado Federal (cf. SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. AP n° 694, 1ª Turma, Rel. Min. Rosa Weber, Rev. Min. Roberto Barroso, DJe 31/08/2017).

[1112] Nas palavras de Cecília Maria Bouças Coimbra, "[o] ponto de partida da Doutrina de Segurança Nacional foi a revisão do conceito de 'defesa nacional'. Concebido tradicionalmente como proteção de fronteiras contra eventuais ataques externos, este conceito, ao final dos anos 50, mudou para uma nova doutrina: a luta contra o inimigo principal, as 'forças internas de agitação'. Esta revisão apoiava-se na bipolarização do mundo advinda com a chamada 'guerra fria'. De um lado, os alinhados com a 'democracia': os Estados Unidos e seus aliados; de outro, os comprometidos com o 'comunismo internacional': a União Soviética, os países 'satélites' e 'os comunistas'. [...] Segundo Golbery [do Couto e Silva], a Doutrina de Segurança Nacional fazia uma comparação entre segurança e bem-estar social. Ou seja, se a 'segurança nacional' está ameaçada, justifica-se o sacrifício do

diplomas normativos, com o objetivo de implementar, na prática, a referida doutrina. O primeiro deles foi o Decreto-Lei n° 314/1967, o qual dispunha que "[a] segurança nacional é a garantia da consecução dos objetivos nacionais contra antagonismos, tanto internos como externos" (art. 2º), bem como "compreende, essencialmente, medidas destinadas à preservação da segurança externa e interna, inclusive a prevenção e repressão da guerra psicológica adversa e da guerra revolucionária ou subversiva" (art. 3º, *caput*). Anos depois, entrou em vigor o Decreto-Lei n° 898/1969, que, acompanhando o recrudescimento do regime, aprofundou ainda mais o caráter antidemocrático da legislação que o antecedeu, ao introduzir a pena de morte e a prisão perpétua para certos crimes, e ao estabelecer outras sanções muito desproporcionais, como, por exemplo, a cominação de pena mínima de 10 anos de reclusão para quem incitasse a paralisação de serviços públicos ou de atividades essenciais.

Uma das principais críticas a esses decretos, além da lógica de guerra interna que instituíam, dizia respeito à demasiada amplitude do conceito de segurança nacional por eles abarcado.[1113] Nas palavras de Heleno Cláudio Fragoso:

> O conceito elaborado constitui *mero esquema conceitual* sem conteúdo, pois se caracteriza pela imprecisão e absoluta indeterminação. Permitiu, no entanto, que se criasse uma certa mística da segurança nacional, como algo relativo aos mais graves e transcendentais interesses do Estado, com a montagem de um aparato repressivo que se caracterizou pelo arbítrio e pela violência, com largo emprego da tortura.[1114]

Posteriormente, já durante o governo de Ernesto Geisel, o Decreto-Lei n° 898/1969 foi substituído pela Lei n° 6.620/1978, que amenizou a persecução às supostas ameaças à ordem.[1115] "De um ponto de vista geral, as figuras delituosas que se encontravam no texto da nova LSN não apresentavam grandes diferenças a respeito da precedente norma sobre a matéria; o abismo entre as duas normas, de 1969 e de 1978, constitui-se na ausência, na segunda, da

bem-estar social, que seria a limitação da liberdade, das garantias constitucionais, dos direitos da pessoa humana. Foram estes princípios de 'segurança nacional' que nortearam a subjetividade oficial em vigor à época: a caça ao 'inimigo interno'". (COIMBRA, Cecília Maria Bouças. "Doutrinas de segurança nacional: banalizando a violência". *Psicologia em Estudo*, vol. 05, n° 02, 2000, pp. 10-11)

[1113] Cf. DAL RI JÚNIO, Arno. "O conceito de segurança nacional na doutrina jurídica brasileira usos e representações do Estado Novo à ditadura militar brasileira (1935-1985)". *Revista de Direitos Fundamentais e Democracia*, vol. 14, n° 14, 2013, pp. 534-537.

[1114] FRAGOSO, Heleno Cláudio. "Lei de segurança nacional". *Revista de Informação Legislativa*, ano 15, n° 59, 1978, p. 73.

[1115] Cf. BARROS, Marco Antonio de. "A Lei de Segurança Nacional e a legislação penal militar". *Justitia*, vol. 63, n° 193, 2001, pp. 16-17.

previsão de pena de morte e de prisão perpétua."[1116] A essência do conteúdo normativo da doutrina de segurança nacional, todavia, ainda se manteve de pé, com algumas alterações.[1117] Quanto a esse ponto, a Lei n° 7.170/1983, que revogou a Lei n° 6.620/1978 e passou a disciplinar a matéria desde então, representou avanço muito mais significativo, alterando substancialmente a filosofia das normas de segurança nacional que lhe antecederam.[1118] Com efeito, a atual lei diferencia segurança nacional *externa* de ordem política e social *interna*, de modo a abandonar, ao menos em parte, "os fundamentos da velha doutrina que estrategicamente tinham criado a perene confusão entre criminalidade comum e criminalidade política".[1119] Deixou-se, assim, de fazer menções à necessidade de se prevenir e reprimir pretensas guerras psicológicas, revolucionárias ou subversivas.

Nada obstante, ainda perdura sobre a Lei n° 7.170/1983 justa suspeita quanto à sua aplicação pelo Poder Público, ocasionada, sobretudo, pela experiência traumática do uso perigosamente arbitrário da doutrina de segurança nacional pelo aparato repressivo do regime civil-militar. Pouco tempo depois da aprovação do referido diploma normativo, o jurista Hélio Bicudo foi além ao afirmar que leis dessa natureza são incompatíveis com a ideia de democracia. Veja-se:

> Um Estado democrático não precisa de uma lei específica de segurança nacional, ou de defesa institucional. Uma e outra se fazem pelos mecanismos existentes nas normas constitucionais e nas leis ordinárias, penais ou não, sem tribunais de exceção, sem órgãos de informação, sem polícias políticas.
> A luta pela revogação da LSN é, no momento, uma das lutas de maior significado para a ocupação de novos espaços, que irão desaguar numa democracia sem qualificativos, na qual todos os brasileiros sejam iguais perante a lei e possam, igualmente, exercer os seus direitos, construindo uma sociedade nova onde todos tenham vez e voz, onde, enfim, haja justiça e paz.[1120]

[1116] DAL RI JÚNIO, Arno. "O conceito de segurança nacional na doutrina jurídica brasileira usos e representações do Estado Novo à ditadura militar brasileira (1935-1985)", op. cit., p. 536.

[1117] Veja-se, por exemplo, que a Lei n° 6.620/1978 estabeleceu o elenco de objetivos que deveriam ser assegurados pela política de segurança nacional, agora definida como um "estado de garantia proporcionado à Nação" (art. 2º, *caput*). Dentre tais objetivos, destacavam-se a soberania nacional, a integridade territorial, o regime representativo e democrático, a paz social, a prosperidade nacional e a harmonia internacional (art. 2º, parágrafo único).

[1118] Cf. FRAGOSO, Heleno Cláudio. "A nova lei de segurança nacional". *Revista de Direito Penal de Criminologia*, n° 35, 1983, pp. 60-69.

[1119] DAL RI JÚNIO, Arno. "O conceito de segurança nacional na doutrina jurídica brasileira usos e representações do Estado Novo à ditadura militar brasileira (1935-1985)", op. cit., p. 539.

[1120] BICUDO, Hélio. *Lei de Segurança Nacional*: leitura crítica. São Paulo: Edições Paulinas, 1986, p. 36.

Por outro lado, tem-se que a própria Constituição de 1988 contempla, em seu art. 5º, inciso XLIV, mandado de criminalização expresso em face de atentados à democracia constitucional. Segundo o referido dispositivo, "constitui crime inafiançável e imprescritível a ação de grupos armados, civis ou militares, contra a ordem constitucional e o Estado Democrático". Para Luciano Feldens, cuida-se de norma cujo objeto de tutela é a própria Lei Maior, sob a perspectiva da proteção ao seu conteúdo essencial.[1121] Nessa linha, não parece haver incompatibilidade, em tese, entre leis que tipificam condutas voltadas ao aniquilamento do Estado de Direito e o princípio democrático, que informa toda a nossa carta política. Muito pelo contrário, a necessidade de proteção do núcleo básico desse princípio – razão de ser da teoria da democracia militante – pode exigir a elaboração de leis criminais, como antecipou o Constituinte ao redigir o art. 5°, inciso XLIV, CF/88. No caso específico da Lei de Segurança Nacional, causa certa perplexidade o uso de lei elaborada durante a ditadura civil-militar para fins de preservação do regime democrático. Para tanto, é fundamental decodificá-la à luz da realidade sociopolítica inaugurada pela Constituição de 1988, de sorte a conferir às suas normas sentido atualizado.[1122] O Direito é fruto de processos históricos,[1123] e o intérprete deve acompanhar as mudanças contextuais oriundas da natural passagem do tempo, independentemente de qualquer alteração formal dos textos interpretados.[1124]

O comando do art. 5º, inciso XLIV, CF/88, e a possibilidade de releituras democráticas do seu conteúdo oferecem à Lei de Segurança Nacional maiores chances de sobrevivência se comparada com a Lei n° 5.250/1967, que, também elaborada na ditadura, impunha restrições ilegítimas à liberdade de expressão e à liberdade de imprensa, tendo sido, por isso, declarada inválida pelo Supremo Tribunal Federal no julgamento da ADPF n° 130.[1125] Em um panorama de ampla constitucionalização de todas as searas do Direito, "os conceitos e institutos dos mais variados ramos do ordenamento submetem-se a uma *filtragem constitucional*: passam a ser

---

[1121] Cf. FELDENS, Luciano. "Comentário ao art. 5º, XLIV". In: CANOTILHO, J. J. Gomes et al. (coords.). *Comentários à Constituição do Brasil*, op. cit., p. 426.

[1122] Cf. Ibidem, p. 427.

[1123] Para Carlos Maximiliano, *"o Direito não se inventa; é um produto lento da evolução, adaptado ao meio"*. (MAXIMILIANO, Carlos. Hermenêutica e Aplicação do Direito. Rio de Janeiro: Forense, 1997, p. 137)

[1124] Cf. ASCENSÃO, José de Oliveira. *O Direito*: introdução e teoria geral – uma perspectiva luso-brasileira. Rio de Janeiro: Renovar, 1994, p. 320; e FERRAZ JUNIOR, Tércio Sampaio. *Introdução ao Estudo do Direito*: técnica, decisão, dominação. São Paulo: Atlas, 2003, pp. 289-292.

[1125] Cf. SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. ADPF nº 130, Tribunal Pleno, Rel. Min. Carlos Britto, DJe 06/11/2009.

lidos a partir da ótica constitucional, o que muitas vezes impõe significativas mudanças na sua compreensão e em suas aplicações concretas".[1126] Desse modo, a despeito do contexto histórico no qual foi originariamente concebida, a Lei de Segurança Nacional pode ser redirecionada para a autodefesa da democracia constitucional brasileira em face de agentes políticos que tenham como especial objetivo a destruição dos seus valores mais fundamentais. Até porque, como "as tiranias, em princípio, não têm inimigos ilegítimos",[1127] a tutela do Estado Democrático de Direito seria o único objetivo constitucionalmente válido de uma lei voltada a proteger a segurança nacional e a ordem política e social.

Filtrar a Lei de Segurança Nacional envolve não apenas orientá-la para os fins da Constituição, como também reconhecer dispositivos suscetíveis a leituras autoritárias e normas patentemente inconstitucionais, que, portanto, não foram recepcionadas pela CF/88. Por exemplo, quando o referido diploma normativo prevê os delitos de propaganda ou incitação à luta violenta entre as classes (arts. 22, inciso II, e 23, inciso III), deve-se rechaçar quaisquer interpretações no sentido de que o tipo se volta à criminalização de movimentos sociais, sobretudo porque, como recorda Heleno Cláudio Fragoso, dispositivos semelhantes serviram para inserir, na lógica da segurança nacional, os conflitos de terras.[1128] Também a título ilustrativo, cumpre ressaltar que a parte processual da Lei de Segurança Nacional contém normas que não se sustentam na nova ordem constitucional,[1129] como é o caso da regra de atribuição de competência à Justiça Militar para processar e julgar os crimes nela previstos, independentemente do seu agente (art. 30)[1130] e a prisão do indiciado, durante investigação, por ordem da autoridade administrativa, com posterior comunicação ao juízo (art. 33, *caput*).[1131] A

[1126] SOUZA NETO, Cláudio Pereira; SARMENTO, Daniel. *Direito Constitucional*: teoria, história e métodos de trabalho, op. cit., p. 41.

[1127] FRAGOSO, Heleno Cláudio. "Para uma interpretação democrática da Lei de Segurança Nacional". *O Estado de São Paulo*, 21 de abril de 1983, p. 34. Disponível eletronicamente em: <http://www.fragoso.com.br/wp-content/uploads/2017/10/20171003012614-interpretacao_democratica_lei_seguranca_nacional.pdf>. Acesso em: 21 de abril de 2020.

[1128] Cf. FRAGOSO, Heleno Cláudio. "A nova lei de segurança nacional", op. cit., p. 68.

[1129] BARROS, Marco Antonio de. "A Lei de Segurança Nacional e a legislação penal militar", op. cit., pp. 17-18.

[1130] Cf. SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. RC n° 1.468-segundo, Tribunal Pleno, Rel. Min. Ilmar Galvão, Rev. Min. Maurício Corrêa, Rel. p/ ac. Min. Maurício Corrêa, DJ 16/08/2002.

[1131] Em *obiter dictum* de voto proferido no julgamento da ADPF n° 444, o Min. Marco Aurélio, ao comentar dispositivo do Decreto-Lei n° 898/1969 semelhante ao art. 33, *caput*, da Lei n° 7.170/1983, afirmou: "E chegou-se ao ponto, Presidente, de ter-se, no cenário a que aludi, normativo, um preceito a versar a prisão para averiguação. Refiro-me ao artigo 59 da Lei já expungida do cenário, que se mostrou com denominação pomposa, Lei de Segurança Nacional, também aprovada por decreto-lei. Vale dizer, não houve a aprovação, como também não houve do Código de Processo Penal, pelos representantes do povo brasileiro, os deputados federais, pelos

identificação de nichos autoritários na Lei n° 7.170/1983, elaborada ao apagar das luzes de um regime no qual os direitos individuais e as garantias processuais não valiam nada, é especialmente relevante para que, ao aplicá-la na defesa da democracia constitucional, o Estado não cometa abusos ou irregularidades incompatíveis com a lógica garantista da CF/88.

Apesar de este trabalho não se voltar aos aspectos de dogmática penal relativos ao tema em análise, cumpre frisar que a aplicação da Lei de Segurança Nacional para fins de tutela do núcleo essencial do regime democrático, por envolver o uso de sanções criminais *stricto sensu*, deve se submeter a escrutínio muito mais rígido por parte do Poder Público, se comparada às outras medidas restritivas antes examinadas. Além de ser necessário comprovar a especial intenção política do agente de atentar contra a democracia constitucional,[1132] devem ser estritamente observados todos os princípios setoriais que informam o Direito Penal, como o postulado da legalidade, sendo vedada qualquer tentativa de aplicação extensiva dos tipos previstos no diploma.[1133] Tal diretriz é ainda mais imperativa no caso da Lei n° 7.170/1983, que possui cláusulas abertas, como, *e.g.*, "preparar sabotagem contra instalações militares [...] e outras instalações congêneres" (art. 15).[1134] Da mesma maneira, ideias como intervenção

representantes dos Estados, os senadores. E o artigo 59 previu essa pérola, que é a prisão para averiguação, ao dispor: 'Durante as investigações policiais, o indiciado' – simples indiciado – 'poderá ser preso, pelo Encarregado do Inquérito, até trinta (30) dias, comunicando-se' – jogou-se aqui um confete, algo lírico, apenas para constar – 'a prisão à autoridade judiciária competente.' Que autoridade? A autoridade judiciária militar." (SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. ADPF n° 444, Tribunal Pleno, Rel. Min. Gilmar Mendes, DJe 22/05/2019)

[1132] Segundo Heleno Cláudio Fragoso, "[p]ara que possa caracterizar-se o crime político é indispensável que a ofensa aos interesses da segurança do Estado se faça com particular fim de agir. É indispensável que o agente dirija sua ação com o propósito de atingir a segurança do Estado. Nos crimes contra a segurança interna, esse fim de agir é o propósito político subversivo. O agente deve pretender, em última análise, atingir a estrutura do poder legalmente constituído, para substituí-lo por meios ilegais. Pode-se dizer que o fim de agir é aqui um elemento essencial do desvalor da ação neste tipo de ilícito, sem o qual verdadeiramente não se pode atingir os interesses da segurança do Estado. A exigência do fim de agir é uma indefectível marca de uma legislação liberal nessa matéria. Mas pode-se também dizer que essa exigência do fim de agir está na natureza das coisas. Não há ofensa aos interesses políticos do Estado de direito democrático se o agente não dirige sua ação deliberadamente contra a segurança do Estado". (FRAGOSO, Heleno Cláudio. "Para uma interpretação democrática da Lei de Segurança Nacional", op. cit., p. 34). A jurisprudência do STF caminha no mesmo sentido. Cf., *e.g.*, SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. RC n° 1.473, 1ª Turma, Rel. Min. Luiz Fux, Rev. Min. Rosa Weber, DJe 18/12/2017.

[1133] Sobre o princípio da legalidade no âmbito do Direito Penal e os seus consectários, cf. BATISTA, Nilo. *Introdução crítica ao Direito Penal brasileiro*. Rio de Janeiro: Revan, 2007, pp. 65-83.

[1134] Nas palavras de Nilo Batista, "[a] vigente lei de segurança nacional (lei n° 7.170, de l4.dez.83), considerada por muitas como palatável forma evolutiva das anteriores, incrimina, em seu artigo 15, 'praticar sabotagem contra instalações militares, meios de comunicação, meios e vias de transporte, estaleiros, portos, aeroportos, fabricas, usinas, barragens, depósitos e outras instalações congêneres', estabelecendo seu § 2° a punição dos 'atos preparatórios de sabotagem'. Se 'praticar sabotagem' configura, já por si, um núcleo bastante indeterminado para o tipo, seus atos preparatórios são infinitamente multiformes; por outro lado, quem, em estado de sanidade mental, será capaz de definir 'instalações congêneres', a um só tempo, de uma estrada, uma fábrica, uma usina e um deposito?" (Ibidem, pp. 78-79).

limitada e efetiva lesividade da conduta, meras orientações na aplicação de instrumentos militantes de caráter não penal, ganham vultos imperativos na hipótese de utilização do referido diploma normativo, tendo em vista o seu potencial altamente restritivo para o direito fundamental à liberdade em seu sentido mais básico, qual seja, o ambulatorial.[1135] Trata-se, pois, de razões adicionais para que a aplicação da Lei de Segurança Nacional se dê sempre de maneira bastante meticulosa.

De lege ferenda, talvez fosse melhor rever a Lei n° 7.170/1983, inserindo a disciplina normativa dos crimes contra o regime democrático em legislação aprovada após a Constituição de 1988. Dessa maneira, seria possível extirpar formalmente do ordenamento certas excrescências jurídicas, tributárias da ditadura civil-militar, bem como suspender a áurea de desconfiança que paira sobre a tutela penal da ordem sociopolítica. *De lege lata*, fato é que a lei está em vigor e vem sendo aplicada pelo Poder Judiciário. Nesse contexto, não parece prudente fingir que ela não existe, mas sim colocá-la no mesmo caminho da atual carta política brasileira, conforme já se disse. Como mecanismo de reação ao autoritarismo, deve-se atentar para que a sua aplicação não se dê de forma autoritária, sob pena de revivermos tempos sombrios enquanto tentamos defender a democracia. Nenhuma lei pode servir de ferramenta para a criminalização da divergência política, do exercício do direito de oposição ou da crítica mais dura ao funcionamento das instituições democráticas, o que, contudo, não significa que o Direito Penal não possa auxiliar a tutela militante da democracia constitucional em face de agentes políticos que, transbordando as fronteiras da disputa legítima, pretendam atacar os valores mais básicos do regime. E a Lei de Segurança Naciaonal é, por ora, o meio jurídico disponível para lidar com essas situações-limite.

5.3. Medidas imunizantes

Até agora, tratou-se das medidas restritivas, seja de prevenção, seja de reação. Didaticamente, é possível dizer que tais providências, ao se voltarem aos partidos ou agentes políticos autoritários, buscam defender a democracia pelo lado da oferta, queimando o estoque

[1135] Sobre intervenção minima e lesividade como princípios do Direito Penal, cf. Ibidem, pp. 84-97.

de projetos antidemocráticos à disposição do público. "A alternativa natural à redução da oferta é a redução da demanda – diminuindo o número de pessoas que emprestam apoio a esses partidos".[1136] Pode-se pensar em várias maneiras de se realizar a contração da demanda, mas este trabalho se focará em *medidas imunizantes*, isto é, expedientes menos invasivos de combate ao autoritarismo, que funcionam como tônicos, a longo prazo, das instituições, da cultura e dos valores democráticos. De acordo com Ami Pedahzur, a rota imunizante se diferencia do caminho militante *stricto sensu* de muitas maneiras: além de não apostar em soluções essencialmente restritivas, o seu escopo é mais amplo, a sua intensidade é menor, e os seus instrumentos dão maior ênfase à educação cívica e à participação social, trazendo os cidadãos e as organizações não governamentais para junto do Poder Público na difícil tarefa de se promover a democracia.[1137]

Em comparação com as medidas restritivas, as ferramentas imunizantes podem conquistar adesão mais entusiasmada, e parecem ser dois os principais motivos para isso. Em primeiro lugar, tais expedientes são meios de se lidar com o autoritarismo "sem precisar cruzar as fronteiras éticas e legais dos próprios fundamentos democráticos"[1138] e, por isso, não levantam tantas perplexidades e aparentes contradições. Em segundo lugar, são providências voltadas a tratar, de forma mais profunda, a doença em si, não se contentando apenas em apaziguar os seus sintomas. Depender apenas de abordagens militantes em sentido estrito pode levar a um processo de moralização da política que, ao enquadrar a disputa em termos de "nós, os democratas" *versus* "eles, os inimigos da democracia", tornam as lideranças democráticas autocomplacentes e, portanto, avessas a qualquer análise crítica das verdadeiras razões por trás do seu fracasso em inspirar os eleitores de partidos e candidatos autoritários.[1139] Nessa linha, há autores, como Anthoula Malkopoulou e Ludwig Norman, que defendem a adoção de

[1136] STONE, Peter. "Democratic Equality and Militant Democracy", op. cit., p. 46 (tradução livre).

[1137] Cf. PEDAHZUR, Ami. "The defending democracy and the extreme right: a comparative analysis", op. cit., p. 115. Sobre a proteção da democracia por meio de medidas não restritivas que envolvam a participação da sociedade civil, ver também MICHAEL, George. "Right-wing extremism in the land of the free: repression and toleration in the USA". In: EATWELL, Roger; MUDDE, Cas (ed.). *Western Democracies and the New Extreme Right Challenge*, op. cit., pp. 172-192.

[1138] MONTEIRO, Alessandra Pearce de Carvalho. *Extremismo político*: como as democracias podem lidar com as novas ameaças antidemocráticas, op. cit., p. 78.

[1139] Cf. MOUFFE, Chantal. "The 'End of Politics' and the Challenge of Right-wing Populism". In: PANIZZA, Francisco (ed.). *Populism and the Mirror of Democracy*. Londres e New York: Verso, 2005, pp. 56-59.

medidas de caráter imunizante – integrantes do que eles batizaram *"modelo de autodefesa democrático-social"* – em absoluto detrimento dos mecanismos de natureza restritiva:

> O que chamamos de defesa democrático-social contra o extremismo foca na dinâmica social mais ampla do extremismo, colocando-a na frente do debate. Comparado às abordagens militantes e liberais às ameaças populares, o pensamento democrático-social envolve, de maneira mais ampla, a estabilidade social como base para a reprodução de instituições democráticas, reconhecendo como a integração social e política são elementos centrais da autodefesa democrática. Embora essas ideias tenham informado, de maneira fundamental, o pensamento pós-guerra sobre como construir democracias fortes, elas raramente foram discutidas em relação ao extremismo político. Aqui, os mecanismos constitucionais de controle desempenham um papel menor e, em seu lugar, confere-se maior ênfase à construção da coesão social. [1140]

Não há dúvidas de que, para que os regimes democráticos se tornem cada vez mais fortalecidos, é necessário muito trabalho de base, que as providências puramente restritivas, em virtude do seu alcance limitado, são incapazes de empreender. Contudo, também é certo que as medidas imunizantes, por almejarem a horizontes mais longínquos, não são suficientes para enfrentar os cenários nos quais a conquista do poder político pelo autoritarismo consiste em realidade iminente.[1141] Como já visto neste trabalho, essa era, inclusive, uma das principais críticas que Karl Loewenstein fazia à interpretação socioeconômica que Max Lerner dava à teoria da democracia militante. Sob tal perspectiva, parece que a melhor resposta para o impasse é combinar medidas restritivas e imunizantes, estratégia que Alessandra Pearce de Carvalho Monteiro chamou de "combinação de ouro" para a defesa da democracia.[1142] Dessa maneira, a rota imunizante tornaria o organismo da democracia continuamente mais resistente às ameaças autoritárias, ao passo que, quando necessário, as restrições militantes combateriam os seus sintomas pontuais.

A seguir, serão examinados alguns temas relevantes sob as lentes da imunização do sistema democrático. O primeiro deles investigará melhor por que a promoção material da igualdade é importante para o fortalecimento da democracia, de que modo a desigualdade contribui para a sua erosão e como o Estado brasileiro deve encarar a questão, haja vista o

---

[1140] MALKOPOULOU, Anthoula; NORMAN, Ludwig. "Three Models of Democratic Self-Defense", op. cit., pp. 102-103 (tradução livre).

[1141] Cf. PEDAHZUR, Ami. "The defending democracy and the extreme right: a comparative analysis", op. cit., 116.

[1142] MONTEIRO, Alessandra Pearce de Carvalho. *Extremismo político*: como as democracias podem lidar com as novas ameaças antidemocráticas, op. cit., p. 88.

compromisso social demarcado na Constituição de 1988. Já o segundo se voltará para a necessidade de se construir consensos democráticos básicos por meio de medidas de educação cívica, tendo-se como pano de fundo o acirramento da polarização, intensificado pelas novas mídias sociais, e a mudança do perfil religioso da população brasileira. Por fim, o terceiro analisará a importância do resgate da memória de experiências antidemocráticas, como modo de se evitar que a distorção do passado possa controlar as promessas de futuro. Conforme já antecipado na introdução deste trabalho, todos esses temas consistem em objetos de pesquisa próprios. Portanto, os próximos itens devem ser vistos menos como tentativas de se exaurir as discussões sobre assuntos tão ricos e multifacetados, e mais como breves ensaios sobre como essas questões estão vinculadas à agenda da defesa da democracia.

5.3.1. Igualdade material e o papel do Estado

A história do Brasil é uma história de desigualdades.[1143] Grande parcela da riqueza nacional está concentrada nas mãos de pouquíssima gente, os integrantes de diferentes grupos sociais não têm acesso às mesmas oportunidades, e o Estado faz pouco (ou nada) para superar esse quadro de maneira definitiva.[1144] Apesar de havermos testemunhado, nos últimos anos, redução significativa e muito bem-vinda dessas disparidades – que, todavia, voltaram a crescer desde 2015 –,[1145] mesmo os governos do Partido dos Trabalhadores, com seu discurso pró-justiça social, não deixaram de apostar em programas de campeões nacionais, subsidiando quem não precisa de subsídios; o sistema tributário segue como um dos mais regressivos do mundo, atingindo em cheio a força de trabalho, mas aliviando a barra do capital rentista; e a vergonhosa estrutura fundiária do país tampouco enxerga reformas em seu horizonte. Preferimos nos esconder por atrás de acomodações estratégicas para não termos de enfrentar as causas reais da desigualdade.[1146] E o pior: sem margem para investimentos sociais por causa da emenda do teto

[1143] Cf. SOUZA, Pedro H. G. Ferreira de. *Uma história da desigualdade*: a concentração de renda entre os ricos no Brasil (1926-2013). São Paulo: HUCITEC/ANPOCS, 2018.

[1144] Cf. FRAGA NETO, Armínio. "Estado, desigualdade e crescimento no Brasil". *Novos Estudos CEBRAP*, vol. 38, n° 03, 2019, pp. 613-634.

[1145] Cf. Ibidem, p. 615.

[1146] Cf. BRUM, Eliane. *Brasil, construtor de ruínas*: um olhar sobre o país, de Lula a Bolsonaro, op. cit., p. 97.

de gastos aprovada durante o governo de Michel Temer e com a agenda econômica da gestão Bolsonaro, os abismos entre as pessoas tendem a se aprofundar ainda mais.

Séculos atrás, a relação entre garantia de igualdade e higidez da democracia já era apontada por Aristóteles em seu clássico *A política*. Ao escrever sobre as virtudes do justo meio – tema que já lhe havia ocupado o tempo durante a elaboração de sua *Ética a Nicômaco* –,[1147] o filósofo grego registrou que a melhor Constituição e o melhor regime político para a maioria dos Estados e dos particulares se medem "por um gênero de vida que todos possam alcançar".[1148] Com efeito, as condições para o bom funcionamento das democracias – como a confiança, a reciprocidade e a compreensão – só subsistem enquanto os níveis de disparidade entre os integrantes da sociedade não ameaçarem a paz social, e o poder econômico não for o único elemento capaz de determinar os rumos da política,[1149] causando distorções indevidas na distribuição de outros bens sociais.[1150] Se a doença da desigualdade impede o pleno amadurecimento de jovens democracias como a brasileira, regimes democráticos mais sólidos tampouco estão sabendo lidar com o seu próprio diagnóstico: nas últimas décadas, países como Estados Unidos, Reino Unido e Austrália viram dobrar a quantidade de riqueza concentrada no topo da pirâmide social.[1151] Nas ruínas do neoliberalismo, o sonho dourado da economia globalizada se tornou pesadelo, e quem sofre com isso é a democracia.

De um lado, os mais ricos passam a traduzir a sua condição econômica em termos de superioridade natural, à revelia do compromisso coletivo com a sobrevivência da empreitada democrática.[1152] "Que ditador, rei ou imperador não suspeitou ter sido escolhido pelos deuses para a sua função? Que poder colonial não alimentou ilusões de superioridade étnica, ou a superioridade de sua religião, cultura e modo de vida, superioridade que supostamente justifica suas expansões e conquistas imperiais?"[1153] Acontece que, nas democracias constitucionais, o

---

[1147] Cf. ARISTÓTELES. *Ética a Nicómaco*. Tradução de María Araujo e Julián Marías. Madrid: Centro de Estudios Políticos y Constitucionales, 2002, pp. 24-27.

[1148] ARISTÓTELES. *A política*, op. cit., p. 187.

[1149] Cf. SITARAMAN, Ganesh. "Economic Inequality and Constitutional Democracy". In: GRABER, Mark A.; LEVINSON, Sanford; TUSHNET, Mark (ed.). *Constitutional Democracy in Crisis?*, op. cit., p. 537-538.

[1150] Sobre o tema da distribuição dos mais diversos bens sociais, cf. WALZER, Michael. *Spheres of Justice*: A Defense of Pluralism and Equality. New York: Basic Books, 1983.

[1151] Cf. SITARAMAN, Ganesh. "Economic Inequality and Constitutional Democracy", op. cit., p. 534.

[1152] Cf. ARISTÓTELES. *A política*, op. cit., p. 188.

[1153] STANLEY, Jason. *Como funciona o fascismo*: a política do "nós" e "eles", op. cit., pp. 82-83.

poder não é legitimado por títulos como a filiação humana ou divina, ou pela quantidade de riquezas que se tem, o que põe esses regimes sob a mira do ódio constante daqueles que se acreditam intrinsecamente melhores que os outros.[1154] Dessa maneira, ao interiorizarem a fantasia de que seriam "cidadãos de primeira classe" por direito, por mérito ou por ambos, alguns indivíduos começam a enxergar a democracia como mal desnecessário ou como utensílio obsoleto, e se mostram dispostos a abdicar dela em nome de qualquer promessa de crescimento econômico maior e mais rápido.[1155] "Por vias democráticas a transformação que o Brasil quer não acontecerá na velocidade que almejamos... se isso acontecer", disse Carlos Bolsonaro, em postagem no *Twitter*.[1156] Também é nesse contexto que o Estado autoritário passa a ser visto como alternativa pretensamente mais eficaz de modernização, em comparação à suposta obsolescência do aparelho democrático.[1157]

De outro lado, os mais pobres, "abatidos pela miséria e pelas preocupações",[1158] veem-se simultaneamente esmagados pela hegemonia das classes dominantes e injustiçados por um sistema político que não atende a nenhuma das suas demandas.[1159] As aflições vivenciadas por essas pessoas são, ademais, potencializadas pelas mudanças tecnológicas que hoje ameaçam postos de trabalho e geram incertezas ainda maiores em relação ao futuro.[1160] Está-se diante de terreno muito fértil para o florescimento do autoritarismo demagógico, que explora divisões societais e se aproveita de ressentimentos populares com intuitos meramente eleitoreiros.[1161] Sob tal perspectiva, torna-se mais fácil compreender por que "[m]esmo aqueles que comprovadamente não se beneficiam das hierarquias podem ser levados a acreditar que sim".[1162] Afinal, ninguém quer ocupar a base da pirâmide social e, em democracias envenenadas

---

[1154] Cf. RANCIÈRE, Jacques. *O ódio à democracia*. Tradução de Mariana Echalar. São Paulo: Boitempo. 2014, pp. 91-122.

[1155] Cf. ALMEIDA, Silvio Luiz de. "Neoconservadorismo e liberalismo". In: GALLEGO, Esther Solano (org.). *O ódio como política*: a reinvenção das direitas no Brasil, op. cit., pp. 27-32.

[1156] Cf. <https://twitter.com/CarlosBolsonaro/status/1171201933891244033>. Acesso em: 15 de março de 2020.

[1157] Cf. REIS, Luciana Silva. "Autoritarismo à brasileira". *Quatro Cinco Um*, ano 04, n° 31, 2020, pp. 20-21.

[1158] ARISTÓTELES. *A política*, op. cit., p. 188.

[1159] Cf. FÉRREZ. "Periferia e conservadorismo". In: GALLEGO, Esther Solano (org.). *O ódio como política*: a reinvenção das direitas no Brasil, op. cit., pp. 61-64.

[1160] Cf. FREEMAN, Joshua B. *Behemoth*: A History of the Factory and the Making of the Modern World. New York: W. W. Norton & Company, 2019; e RUNCIMAN, David. *How Democracy Ends*, op. cit., pp. 120-164.

[1161] Cf. SITARAMAN, Ganesh. "Economic Inequality and Constitutional Democracy", op. cit., pp. 538-539.

[1162] STANLEY, Jason. *Como funciona o fascismo*: a política do "nós" e "eles", op. cit., p. 83.

pela desigualdade, sempre há espaço para a escolha de novos bodes expiatórios – mais fracos, mais vulneráveis, mais culpados –, que, ao servirem de oferenda no altar do populismo autoritário, equalizam quaisquer contradições que o discurso embrutecido dessas lideranças possa revelar. Não é exagerada, portanto, a declaração atribuída ao *Justice* Louis Brandeis, segundo a qual "ou temos uma democracia, ou temos riqueza concentrada nas mãos de poucos, não podemos ter ambos".[1163]

A Constituição de 1988 tem uma posição muito bem marcada acerca do vínculo entre igualdade e democracia. Em uma sociedade estratificada entre "a invisibilidade dos extremamente pobres, a demonização daqueles que desafiam o sistema e a imunidade dos privilegiados, aos olhos dos indivíduos e das instituições",[1164] a Carta Maior visa à emancipação social de todos os indivíduos por meio da erradicação da miséria, da redução das desigualdades e da promoção do bem de todos, independentemente das suas condições pessoais. Para isso, prevê direitos sociais e estrutura um sistema de proteção social, com acesso à educação, à saúde e à seguridade. Também atenta aos grupos que demandam proteção ainda maior, como as crianças, os idosos e os indígenas. A ideia central é que a tutela básica da igualdade formal "deve estar acompanhada da igualdade material ou substancial, ou seja, da igualdade que se concretiza na vida das pessoas e, para tanto, é necessário que o Estado e a sociedade construam essa tal igualdade através de ações que, concretamente, diminuam as diferenças".[1165] Caso contrário, como aponta Oscar Vilhena Vieira, o aprofundamento dos abismos sociais pode conduzir, inclusive, à aplicação assimétrica da lei e à consequente erosão da autoridade legal,[1166] em detrimento do Estado de Direito, que, como visto, compõe a substância das democracias constitucionais.

O Estado brasileiro, no cumprimento do seu papel constitucional, deve adotar políticas voltadas a dois aspectos diferentes da igualdade material: a redistribuição e o

[1163] Citado em CAMPBELL, Peter Scott. "Democracy v. Concentrated Wealth: In Search of a Louis D. Brandeis Quote". *Green Bag*, n° 16, n° 03, 2013, pp. 255-256.

[1164] VIEIRA, Oscar Vilhena. "A desigualdade e a subversão do Estado de Direito", op. cit., p. 29. Ver também NEVES, Marcelo. "Entre subintegração e sobreintegração: a cidadania inexistente". *Dados*, vol. 37, n° 02, 1994, pp. 253-275.

[1165] CHUEIRI, Veram Karam de. *Fundamentos do Direito Constitucional*. Curitiba: IESDE, 2009, pp. 63-64.

[1166] Cf. VIEIRA, Oscar Vilhena. "A desigualdade e a subversão do Estado de Direito", op. cit., pp. 46-47.

reconhecimento.[1167] Dito de outra maneira, para promover a isonomia, faz-se necessário que o Poder Público implemente medidas capazes de solucionar tanto o problema da subjugação econômica, mediante políticas de redistribuição de riqueza em um país marcado pelo acirramento galopante da disputa de classes, quanto as distorções na economia simbólica, por meio de providências que aliviem as tensões culturais entre os diferentes grupos identitários, caracterizados por sua raça, seu gênero, sua sexualidade etc. O ponto, contudo, não é pacífico sequer entre quem pesquisa o tema. Para o filósofo norte-americano Richard Rorty, o melhor seria crer no caminho da redistribuição. "Duvido que o termo 'cultura' tenha conferido maior peso ou potência aos esforços empreendidos no sentido de fazer com que as pessoas tratem os integrantes de grupos anteriormente marginalizados como merecedores de igual respeito e consideração",[1168] disse. Já para o pensador alemão Axel Honneth, a luta por reconhecimento e pelo fim da opressão cultural seria o pináculo da argumentação moral, de onde derivariam as demandas redistributivas – em si também demandas por maior estima.[1169] No âmago dessa divergência, jaz uma das principais tensões entre redistribuição e reconhecimento: enquanto as políticas de redistribuição buscam diminuir as diferenças, as agendas do reconhecimento tentam enaltecê-las.

Apesar de respeitáveis em seus argumentos – que, em virtude do escopo desse trabalho, não poderão ser analisados a fundo –, tais concepções do imperativo de justiça soam limitadas, vez que, ou ignoram formas de miséria social para além das iniquidades econômicas,[1170] ou são excessivamente centradas na autoimagem e nos processos psíquicos de cada pessoa.[1171] Nesse sentido é que se defende, na linha sustentada por Nancy Fraser em famoso debate com Axel Honneth,[1172] que se deve conferir à teoria da igualdade caráter bidimensional. Redistribuição e

[1167] Cf. FRASER, Nancy; HONNETH, Axel. *Redistribution or Recognition?*: A Political-Philosophical Exchange. Tradução de Joel Golb, James Ingram e Christiane Wilke. Londres e New York: Verso, 2003.

[1168] RORTY, Richard. "Is 'Cultural Recognition' a Useful Notion?". In: OLSON, Kevin (ed). *Adding Insult to Injury*: Nancy Fraser Debates Her Critics. Londres e New York: Verso, 2008, p. 76 (tradução livre). Ver também ŽIŽEK, Slavoj. "A Leftist Plea for 'Eurocentrism'". *Critical Inquiry*, vol. 24, n° 4, 1998, pp. 988-1009.

[1169] Cf. FRASER, Nancy; HONNETH, Axel. *Redistribution or Recognition?*: A Political-Philosophical Exchange, op. cit., pp. 110-197.

[1170] Cf. Ibidem, pp. 114-115.

[1171] Cf. SARMENTO, Daniel. *Dignidade da Pessoa Humana*: conteúdo, trajetórias e metodologia, op. cit., pp. 249-250.

[1172] Cf. FRASER, Nancy; HONNETH, Axel. *Redistribution or Recognition?*: A Political-Philosophical Exchange, op. cit., pp. 07-109. Vale ressaltar que, em escritos publicados depois desse debate, Nancy Fraser modificou a sua teoria para inserir outro componente à ideia de justiça, qual seja, a *representação*. Cuida-se de elemento essencialmente político, que, por estar ligado à formação da comunidade social e à estruturação dos processos

reconhecimento são categorias analiticamente distintas, porém materialmente complementares, tendo em vista que injustiças no campo econômico também se refletem no campo cultural, e vice-versa. A título ilustrativo, se a população negra não tem acesso a empregos bem-remunerados, tal circunstância tende a intensificar ainda mais o estigma racial, ao passo que, se transexuais são tratados de maneira preconceituosa pela maior parte da sociedade, isso também pode gerar efeitos nocivos no mercado de trabalho. Ao se adotar perspectiva bidimensional do direito à igualdade no mundo dos fatos, o que se pretende é assegurar paridade de participação social nas duas pontas: objetivamente, "a distribuição de recursos materiais deve garantir aos participantes [das disputas sociais] independência e 'voz'", ao mesmo tempo que, intersubjetivamente, "os padrões institucionalizados de valor cultural devem expressar igual respeito e consideração a todos os participantes e assegurar oportunidades iguais para se alcançar estima social".[1173]

A leitura bidimensional da igualdade também confronta a estratégia, adotada por determinados setores da *intelligentsia* liberal, de que seria possível defender pautas progressistas no campo do reconhecimento e ideias regressivas no campo da redistribuição. Cuida-se do que Nancy Fraser chamou, não sem ironia, de "neoliberalismo progressista". O que poderia soar, à primeira vista, como um oxímoro, era, na verdade, mera artimanha estética: "[p]ara que o projeto neoliberal triunfasse, tinha que ser reembalado, receber um apelo mais amplo e ligado a outras aspirações emancipatórias não econômicas. Somente quando adornada como progressista é que uma economia política profundamente retrógrada poderia se tornar o centro dinâmico de um novo bloco hegemônico".[1174] A tutela da isonomia material, porém, requer muito mais que um programa econômico que, de maneira artificial, compartimentaliza quem *merece* direitos e quem *merece* renda, reduzindo igualdade a uma interpretação enviesada de meritocracia, com o objetivo lampedusiano de mudar a superfície para manter as estruturas.[1175] Enquanto se adornava o pacote do neoliberalismo com o carisma das pautas

públicos de contestação das decisões coletivas, influencia a construção do palco sobre o qual se desenvolvem as lutas por redistribuição e por reconhecimento. Em linhas gerais, pode-se dizer que a faceta da representação constitui demanda por maior inclusão à comunidade e por maior igualdade nas deliberações públicas. Cf. FRASER, Nancy. "Reframing Justice in a Globalizing World". In: OLSON, Kevin (ed). *Adding Insult to Injury*: Nancy Fraser Debates Her Critics, op. cit., pp. 273-291.

[1173] FRASER, Nancy; HONNETH, Axel. *Redistribution or Recognition?*: A Political-Philosophical Exchange, op. cit., p. 36 (tradução livre).

[1174] FRASER, Nancy. *O velho está morrendo e o novo não pode nascer*, op. cit., p. 39.

[1175] Cf. Ibidem, pp. 40-42.

identitárias, o desemprego aumentou, os salários perderam valor real, as condições de trabalho se tornaram mais precárias, e os sindicatos, "principal mecanismo que as sociedades descobriram para vincular pessoas que diferem em vários outros aspectos",[1176] foram sucateados. Tudo a serviço de uma economia cada vez mais assimétrica. Reconhecimento e redistribuição devem, pois, caminhar juntos.

Pensando-se a partir da lógica da autodefesa democrática, não é legítimo lançar mão de medidas militantes *stricto sensu* para se promover a igualdade material. Conforme já mencionado neste trabalho, nunca se deve aplicar instrumentos de natureza restritiva, a exemplo do banimento de partidos ou do *impeachment*, contra organizações ou atores políticos que defendam um Estado menos interventivo na redução das assimetrias econômicas ou culturais. Nada obstante, como a igualdade, em seu aspecto substantivo, é essencial para o bom funcionamento dos regimes democráticos, o paradigma autodefensivo de democracia pode inspirar a adoção, no Brasil, de mecanismos de redução da desigualdade, tornando a política nacional mais resistente à captura eleitoral por grupos, movimentos ou agentes autoritários. Na esfera da redistribuição, pode-se pensar, *e.g.*, não só na manutenção de programas de transferência de renda, como o Bolsa Família, mas, sobretudo, em amplas reformas, como a agrária e a tributária, esta última focada, entre outros pontos, na taxação de lucros e dividendos e no aumento da alíquota de exações como o imposto sobre heranças e doações. Também é possível cogitar de medidas com vistas à liberação de receita condicionada a investimentos públicos em grandes áreas sociais – como educação, saúde e saneamento –, o que pressuporia, ainda, a revogação da emenda do teto de gastos. Por romperem com o quadro de estagnação social, tais investimentos são bastante importantes para o combate das desigualdades, que, ao contrário do que muitos acreditam, "é mais do que um imperativo moral – é condição necessária para a construção e execução de uma agenda de crescimento sustentável e inclusivo".[1177] Já na esfera do reconhecimento, vêm à mente, *e.g.*, o aprofundamento das políticas de cotas, inclusive com reserva de cadeiras para integrantes de grupos minoritários em órgãos legislativos.

O grande problema é que, atualmente, o Brasil anda na contramão da agenda da igualdade. Quando era deputado federal, Jair Bolsonaro apresentava postura claudicante quanto à intervenção do Estado na economia, mas, uma vez em jogo os direitos das partes

[1176] STANLEY, Jason. *Como funciona o fascismo*: a política do "nós" e "eles", op. cit., p. 165. Cf. também SITARAMAN, Ganesh. "Economic Inequality and Constitutional Democracy", op. cit., p. 536.

[1177] FRAGA NETO, Armínio. "Estado, desigualdade e crescimento no Brasil", op. cit., p. 620.

hipossuficientes das relações econômicas, mostrava-se contrário à sua proteção: foi assim quando votou contra a PEC que estendeu direitos a trabalhadores domésticos.[1178] Já candidato à presidência, esquivava-se de perguntas sobre economia e buscou no mercado o seu "Posto Ipiranga" para assuntos dessa natureza, o economista ultraliberal Paulo Guedes, que, depois de se formar na Escola de Chicago, lecionou na Universidade do Chile, à época sob intervenção da ditadura de Augusto Pinochet.[1179] Lá, a população clama atualmente por maior justiça social diante dos altos índices de desigualdade da sociedade chilena. *"Eat the rich"* ("Comam os ricos"), anunciava a pichação em fachada de hotel em Santiago, feita no ápice dos protestos reprimidos pelas forças de segurança.[1180] Aqui, o governo assina medida provisória, cuja exposição de motivos elogia a "liberdade econômica" dos nossos vizinhos.[1181] Sobre a questão do trabalho doméstico, Guedes, que se tornou Ministro da Economia após a eleição de Bolsonaro, também parece ter uma opinião formada. Para fundamentar a sua tese de que o dólar alto seria bom para o Brasil, disse: "Não tem negócio de câmbio a R$ 1,80. Todo mundo indo para a Disneylândia, empregada doméstica indo para Disneylândia, uma festa danada. Pera aí."[1182] O ódio do atual presidente a minorias identitárias, que, como se viu, atinge diretamente a faceta do reconhecimento, é apenas a cereja estragada no topo desse bolo que, mesmo crescendo, não tende a ser repartido.

Para Cláudio Pereira de Souza Neto, a gestão de Jair Bolsonaro tenta reabilitar o princípio aristocrático ao aderir, de forma acrítica, à cartilha neoliberal, que alimentou a crise das democracias constitucionais desde a sua hegemonia até o seu fracasso.[1183] Sua versão da referida cartilha é, todavia, a mais despudorada possível. Nela, não há espaço sequer para

---

[1178] Cf. ROCHA, Camilo. "A desigualdade no Brasil. E o lugar reservado às domésticas". *Nexo Jornal*, 13 de fevereiro de 2020. Disponível eletronicamente em: <https://www.nexojornal.com.br/expresso/2020/02/13/A-desigualdade-no-Brasil.-E-o-lugar-reservado-%C3%A0s-dom%C3%A9sticas>. Acesso em: 15 de março de 2020.

[1179] Cf. GASPAR, Malu. "O fiador". *Piauí*, setembro de 2018.

[1180] Cf. MONTES, Rocío; FARIZA, Ignacio. "O 'milagre chileno' se choca com a realidade". *El País Brasil*, 15 de novembro de 2019. Disponível eletronicamente em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2019/11/09/economia/1573308911_971311.html>. Acesso em: 15 de março de 2020.

[1181] Cf. <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2019/Exm/Exm-MP-881-19.pdf>.

[1182] Cf. VENTURA, Manoel. "Guedes diz que dólar alto é bom: 'empregada doméstica estava indo para Disney, uma festa danada'". *O Globo*, 12 de fevereiro de 2020. Disponível eletronicamente em: <https://oglobo.globo.com/economia/guedes-diz-que-dolar-alto-bom-empregada-domestica-estava-indo-para-disney-uma-festa-danada-24245365>. Acesso em: 15 de março de 2020.

[1183] Cf. SOUZA NETO, Cláudio Pereira de. *Democracia em crise no Brasil*: defesa da Constituição e jurisdição constitucional anticíclica. No prelo, pp. 133-148.

adornos supostamente progressistas, e "a expressão 'justiça social' não pertence à categoria do erro, mas do absurdo, como a expressão 'uma pedra moral'".[1184] Na cabeça do presidente, os sinais da igualdade são trocados: o Estado não poderia intervir para garantir maior isonomia nas relações sociais porque o empresariado seria a verdadeira vítima.[1185-1186] Há, nessa retórica, boa dose de sadismo. Ao governar sem consideração aos invisíveis e aos demonizados da nossa sociedade, Bolsonaro aposta em algo semelhante ao que o filósofo Mark Fisher, em artigo publicado pouco antes de sua morte, chamou de "anorexia corporativa".[1187] Para o capitão reformado, não importa o quanto as suas decisões econômicas castiguem e humilhem os corpos que já ocupam a base da pirâmide, pois a força de trabalho sobreviverá para servir aos seus pretensos mestres – o resto é "mimimi", "comunismo", "ditadura do politicamente correto". Nesse processo, também é testado o grau de resistência do espírito democrático até o ponto da crise, com a diferença de que a democracia parece ser mais dispensável a governos como o de Bolsonaro.

Tanto do ponto de vista descritivo, quanto do ponto de vista normativo, é equivocada a premissa de que, em governos com menos amarras institucionais, as decisões econômicas seriam mais eficientes na alocação dos bens sociais porque mais rápidas. Descritivamente, quanto mais sujeitas à deliberação e à participação da sociedade e das instituições representativas que compõem o sistema político, as decisões governamentais se tornam mais aprimoradas, na lógica da democracia autocorretiva, e encontram menor resistência social, o

[1184] HAYEK, Friedrich. *Direito, Legislação e Liberdade*: uma nova formulação dos princípios liberais de justiça e economia política. Vol. II: A Miragem da Justiça Social. Tradução de Henry Maksoud. São Paulo: Visão, 1985, p. 98.

[1185] Sobre o uso enviesado da vitimização como estratégia retórica do autoritarismo, cf. STANLEY, Jason. *Como funciona o fascismo*: a política do "nós" e "eles", op. cit., pp. 97-126.

[1186] Em entrevista, disse Bolsonaro: "Eu sou liberal. Defendo a propriedade privada. Se você tem um comércio que emprega 30 pessoas, eu não posso obrigá-lo a empregar 15 mulheres. A mulher luta muito por direitos iguais, legal, tudo bem. Mas eu tenho pena do empresário no Brasil, porque é uma desgraça você ser patrão no nosso País, com tantos direitos trabalhistas. Entre um homem e uma mulher jovem, o que o empresário pensa? 'Poxa, essa mulher tá com aliança no dedo, daqui a pouco engravida, seis meses de licença-maternidade…'. Bonito pra c…, pra c…! Quem que vai pagar a conta? O empregador. No final, ele abate no INSS, mas quebrou o ritmo de trabalho. Quando ela voltar, vai ter mais um mês de férias, ou seja, ela trabalhou cinco meses em um ano." (Cf. ARAÚJO, Thiago de. "Bolsonaro diz não acreditar que desigualdade salarial exista". *Exame*, 08 de março de 2016. Disponível eletronicamente em: <https://exame.abril.com.br/brasil/bolsonaro-diz-nao-acreditar-que-desigualdade-salarial-ocorra/>. Acesso em: 15 de março de 2020.

[1187] Cf. FISHER, Mark. "Democracy is Joy". In: AMBROSE, Darren (ed.). *k-punk*: The Collected and Unpublished Writings of Mark Fisher (2004-2016). Londres: Repeater Books, 2008, pp. 599-611.

que contribui para a sua consolidação bem-sucedida.[1188] Normativamente, tampouco se pode ignorar que a própria teoria da democracia "não foi criada para descrever o emprego de instituições representativas por regimes democráticos de tamanho considerável. Ela se desenvolveu, a partir de muitas fontes, como um ensaio sobre prescrição. Como tal, contém uma receita para o tipo de governo ao qual se deve almejar".[1189] Por isso, a Constituição de 1988 exige medidas que renovem o pacto do Estado brasileiro com a higidez da democracia, pacto esse que, a despeito do que pensa o atual governo, envolve um compromisso inarredável com a promoção da igualdade material. O Estado brasileiro tem a obrigação constitucional de atuar para reduzir as assimetrias socioeconômicas e, assim, tentar solucionar o grave quadro de marginalização de parcela considerável da população nacional.

5.3.2. Educação e democracia

Conforme já se disse neste trabalho, as democracias constitucionais dependem de acordos preliminares para sobreviver. Não há disputa leal possível sem que todos os seus participantes consintam, desde a largada, com a necessidade de se observar determinados valores fundamentais desse jogo, como, *e.g.*, o respeito às instituições e aos institutos democráticos, a preservação do projeto constitucional, e o reconhecimento, sempre mútuo, de legitimidade entre os atores políticos. Trata-se de imperativo semelhante à conservação do que John Rawls chamou de "consenso sobreposto".[1190] Dado o fato do pluralismo, o filósofo norte-americano escreveu que, em torno da melhor concepção de justiça, gravitam muitas doutrinas abrangentes, cujas interpretações do referido conceito são razoáveis, porém divergentes entre si. Nessa linha, o consenso sobreposto operaria, grosso modo, como um pacto político mínimo e estável, integrado pelas ideias que podem ser compartilhadas por todos os adeptos dessas

[1188] Cf. LIJPHART, Arend. *Modelos de democracia*: desempenho e padrões de governo em 36 países, op. cit., pp. 291-333; STARK, David; BRUSZT, Laszlo. "Enabling constraints: fontes institucionais de Coerência nas políticas públicas no pós-socialismo". *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol. 13, n° 36, 1998, pp. 13-39.

[1189] DAVIS, Lane. "The Cost of Realism: Contemporary Restatements of Democracy". *The Western Political Quarterly*, vol. 17, n° 01, 1964, p. 39 (tradução livre). Ver também PATEMAN, Carole. *Participation and Democratic Theor*y. Cambridge: Cambridge University Press, 1970, pp. 01-21; e WALKER, Jack L. "A Critique of the Elitist Theory of Democracy". *The American Political Science Review*, vol. 60, n° 02, 1966, pp. 285-295.

[1190] Cf. RAWLS, John. *Political Liberalism*, op. cit., pp. 385-395.

doutrinas, a despeito das crenças morais, religiosas ou filosóficas que os diferenciam.[1191] Tal modalidade de consenso, portanto, não se confunde com os acordos que informam a vida dos órgãos representativos, muito menos com a busca pela concordância, ainda que unânime, da maioria de plantão. É algo bem mais fundamental, que estrutura tais acordos e condiciona a expressão da vontade majoritária.

Um dos aspectos mais preocupantes do processo de erosão da democracia brasileira diz respeito justamente ao esfacelamento dos princípios consensuais emoldurados pela Constituição de 1988 e potencializados pelo conteúdo emancipatório da sua narrativa antiautoritária. Para Luiz Eduardo Soares, no Brasil do ódio político, "desfez-se o consenso em torno do pacto constitucional, de natureza social-democrata, distintamente interpretado pela centro-direita e pela centro-esquerda de acordo com as conjunturas e a correlação de forças".[1192] Com efeito, desde a redemocratização, os grupos que se revezavam no poder adotavam leituras plausíveis desse pacto. "As diferenças eram significativas, mas os vínculos históricos com o contrato político que viabilizou a transição democrática foram preservados."[1193] Particularmente depois do *impeachment* da ex-presidente Dilma Rousseff, abriu-se margem para o fortalecimento de grupos e atores que, hoje no governo, põem em xeque a higidez do nosso próprio consenso sobreposto, em tempos nos quais as pessoas parecem estar formando as suas identidades sociopolíticas menos a partir de valores, ideais e emoções cívicas, e mais com base em relações de pertencimento, ou não, a determinado clã.[1194] Esse processo complexo e multicausal é potencializado por fenômenos já mencionados neste trabalho, tais como o

[1191] José Vicente Santos de Mendonça resume a ideia de maneira bastante didática: "(a) considerando a pluralidade irreconciliável de concepções de Bem atualmente existentes na sociedade, (b) e levando-se em conta que as diversas doutrinas abrangentes razoáveis não podem ser simultaneamente verdadeiras, mas que, (c) afastada a opção de impor mundivisões à força – o que seria incompatível com a noção de pessoas igualmente dignas de consideração e respeito –, só resta a necessidade prática do acordo, este será (d) um acordo sobreposto entre todas as doutrinas abrangentes razoáveis, as quais terão suas razões próprias para aderir a ele. O acordo será (e) estável – as doutrinas abrangentes não poderão abandoná-lo caso se mostrem predominantes na sociedade – e seu (f) conteúdo consistirá apenas em aspectos políticos, e não filosóficos ou religiosos, tais como (g) regras democráticas e constitucionais básicas e alguns direitos fundamentais mais importantes." (MENDONÇA, José Vicente Santos de. "A interpretação do Direito Econômico e o ideal de razão pública: o caso da intervenção direta monopolística e concorrencial". *Anais do XVIII Congresso Nacional do CONPEDI*, 2009, p. 4260)

[1192] SOARES, Luiz Eduardo. *O Brasil e seu duplo*, op. cit., p. 11.

[1193] Ibidem, pp. 11-12.

[1194] Cf. MASON, Lilliana. *Uncivil Agreement*: How Politics Became Our Identity. Chicago: The University of Chicago Press, 2018.

acirramento da polarização no ambiente virtual e o sectarismo do discurso adotado pelos membros de certas denominações religiosas em plena ascensão demográfica e política.

Conquanto os reafirmem e os protejam, medidas estritamente militantes, que envolvem restrições de direitos, não se voltam à formação de consensos democráticos fundamentais. Dessa maneira, em época na qual os acordos preliminares da democracia brasileira são ameaçados, deve-se atentar à importância das discussões acerca de mecanismos imunizantes de caráter educativo. Para que o seu potencial possa ser plenamente alcançado, a democracia deve ser antes vista como "uma dádiva pela qual se deve batalhar todos os dias",[1195] e não como "um lugar-comum banal, não mais capaz de inspirar".[1196] Quando escreveu sobre o conceito de democracia militante ainda na década de 1940, Karl Mannheim bem apontou a importância da educação cívica para aqueles tempos de reconstrução social e de reorganização espiritual do mundo, de modo a tornar os indivíduos mais comprometidos não só com as bases consensuais dos regimes democráticos, como também com a necessidade de se conter ideias e sentimentos autoritários que, por vezes, emergem do seio da sociedade.[1197] Segundo o sociólogo, enquanto há os que treinam para o ódio, para a obediência cega e para o fanatismo, nas democracias militantes, deve-se habilitar "uma devoção a ideais nos quais se possa crer espontaneamente".[1198] Afinal, como é possível lutar por algo em que não se acredita?

Nesse sentido, pode-se pensar na implementação de medida há muito aventada, porém ainda não concretizada. Cuida-se da inserção de disciplinas específicas sobre noções de democracia e de Direito Constitucional na grade curricular oficial de estabelecimentos educacionais para que, desde cedo, os brasileiros saibam a importância do voto, da competição política leal, da liberdade de expressão, da rejeição à violência, do respeito a minorias vulneráveis e das instituições democráticas. O foco no espaço escolar se justifica, em primeiro lugar, porque a juventude "é um dos recursos espirituais mais importantes para a revitalização da sociedade" e, por isso, "deve se tornar uma força pioneira da democracia militante".[1199] E,

[1195] ROSS, Alf. *Why Democracy?*. Cambridge: Harvard University Press, 1952, p. 169 (tradução livre).

[1196] Ibidem, p. 04 (tradução livre).

[1197] Cf. MANNHEIM, Karl. "Youth in Modern Society". In: *Diagnosis of Our Time*: Wartime Essays of a Sociologist, op. cit., pp. 31-53. Ver também MANNHEIM, Karl. "Education, Sociology and the Problem of Social Awareness". In: *Diagnosis of Our Time*: Wartime Essays of a Sociologist, op. cit., pp. 54-72.

[1198] MANNHEIM, Karl. "Youth in Modern Society", op. cit., p. 52 (tradução livre).

[1199] Ibidem, p. 46 (tradução livre).

em segundo lugar, por causa da relevância desse *locus* para a formação de laços comunicativos entre futuros parceiros na construção de um mesmo projeto de sociedade e de Estado. Como afirma Pierre Bourdieu, "[o] que os indivíduos devem à escola é sobretudo um repertório de lugares-comuns, não apenas um discurso e uma linguagem comuns, mas também terrenos de encontro e acordo, problemas comuns e maneiras comuns de abordar tais problemas comuns".[1200] Há, pois, forte afinidade entre, de um lado, o modo de funcionamento do processo escolar de construção de signos e de códigos compartilhados, e, de outro lado, a linguagem da democracia e do constitucionalismo, que, como visto, também apela à necessidade de se conceber "terrenos de encontro e acordo".

A proposta ainda está afinada ao papel das humanidades na formação das pessoas. Ao contrário do que pensam alguns, a educação não está a serviço exclusivo do mercado e da produção de bens materiais. Tão importante quanto a matemática, a física ou a biologia, é o ensino das ciências humanas e das artes. Por meio dessas disciplinas, adquire-se percepção crítica acerca das tradições e das autoridades; aprende-se a reconhecer o diferente como merecedor de igual respeito e consideração, independentemente das suas condições pessoais; discute-se quais são os propósitos do indivíduo e da comunidade em que se vive; entende-se por que é importante pensar no bem comum etc.[1201] "No universo do utilitarismo, um martelo vale mais que uma sinfonia, uma faca mais que um poema, uma chave de fenda mais que um quadro: porque é fácil compreender a eficácia de um utensílio, enquanto é sempre mais difícil compreender para que podem servir a música, a literatura ou a arte".[1202] Porém, mesmo sob perspectiva meramente utilitária, as ciências humanas, dentre as quais se insere o ensino de noções de democracia e de Direito Constitucional, têm a sua própria função. Nas palavras de Danielle Allen, "[b]oas leis, instituições estáveis e estruturas de governança produtivas aumentam a riqueza de uma sociedade", sendo que "[v]ocê não cria leis para ter uma boa governança com os conhecimentos de Engenharia e de Física".[1203]

[1200] BOURDIEU, Pierre. "Sistemas de ensino e sistemas de pensamento". In: *A economia das trocas simbólicas*. Organização de Sergio Miceli. Tradução de Sergio Miceli et al. São Paulo: Perspectiva, 2007, p. 207.

[1201] Cf. NUSSBAUM, Martha C. *Not for Profit*: Why Democracy Needs Humanities. Princeton: Princeton University Press, 2010, pp. 25-26.

[1202] ORDINE, Nuccio. *A utilidade do inútil*: um manifesto. Tradução de Luiz Carlos Bombassaro. Rio de Janeiro: Zahar, 2016, p. 12.

[1203] G1. "'Ciências humanas são tão importantes quando exatas e biológicas', diz professora de Harvard", 30 de abril de 2019. Disponível eletronicamente em: <https://g1.globo.com/educacao/noticia/2019/04/30/ciencias-

Além de relevante por si só, tal proposta funciona como resposta firme à pretensão obscurantista – nutrida por determinados setores sociais e canalizada por integrantes do atual governo – de amordaçar o amplo debate de ideias em sala de aula. Recorde-se, a esse respeito, o movimento Escola Sem Partido, cuja agenda vem inspirando a elaboração de leis locais que, sob o suposto pretexto de vedar doutrinações ideológicas em colégios, visam extinguir a verdadeira essência desses estabelecimentos, qual seja, a sua dimensão educacional. Para os adeptos do Escola Sem Partido, "os professores não são educadores, mas burocratas que devem apenas transmitir conteúdos definidos por lei, sem mobilizar valores e sem falar da realidade na qual a escola está inserida".[1204] Ocorre que, nos regimes democráticos, os estabelecimentos educacionais devem preparar os seus alunos para o exercício da cidadania e para a vida em sociedade,[1205] como reconhece a própria Constituição de 1988, em seu art. 205, e a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, em caso envolvendo justamente a constitucionalidade de lei estadual orientada pela cartilha do Escola Sem Partido.[1206] Portanto, também é nesse contexto, de combate ao anti-intelectualismo, que se insere a incorporação de tópicos sobre democracia e Constituição nos currículos escolares.

Em meio aos ruídos que caracterizam estes tempos de grave polarização das disputas políticas e do debate público, a educação cívica serviria como espécie de trabalho de base, realizado, a partir de estabelecimentos escolares, em prol da própria democracia brasileira. Como já visto neste trabalho, a comunicação intensamente mediada por algoritmos virtuais silencia vozes e histórias importantes[1207] e torna difícil a construção de pontos de consenso acerca dos princípios fundamentais à higidez dos regimes democráticos. Exposta à retórica sectária de determinadas lideranças políticas e religiosas, parcela considerável da população nacional se insula ainda mais. Para muitas pessoas, as causas dos novos setores progressistas – preocupados com o avanço de pautas identitárias, que reafirmam diferenças ao invés de apostar

humanas-sao-tao-importantes-quando-exatas-e-biologicas-diz-professora-de-harvard.ghtml>. Acesso em: 18 de março de 2020.

[1204] PENNA, Fernando. "O discurso reacionário de defesa de uma 'escola sem partido'". In: GALLEGO, Esther Solano (org.). *O ódio como política*: a reinvenção das direitas no Brasil, op. cit., p. 110.

[1205] Nas palavras de Lawrence Lessig, "é claro que a educação pressupõe transmitir informações; porém, mais importante que isso, também cria certos tipos de pessoas". (LESSIG, Lawrence. "The Regulation of Social Meaning", op. cit., p. 973, tradução livre)

[1206] Cf. SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. ADI n° 5.537, Decisão Monocrática, Rel. Min. Roberto Barroso, DJe 23/03/2017.

[1207] Cf. TUFECKI, Zeynep. *Twitter and Tear Gas*: The Power and Fragility of Networked Protest. New Haven: Yale University Press, 2017, p. 163.

em argumentos de coesão – sequer são compreensíveis, tornando-as, portanto, demasiadamente resistentes a agendas muito relevantes, como a luta pela emancipação de gênero ou sexual.[1208] É certo que, para enfrentar problemas tão complexos, deve-se refletir sobre a conveniência da adoção de inúmeras outras medidas, institucionalizadas ou não, como a regulação de algoritmos e a mudança de estratégias argumentativas a fim de aproximar os movimentos progressistas de outros segmentos da sociedade. De todo modo, abordagens de cunho educativo são mais que oportunas para o bom funcionamento das democracias: são necessárias.

5.3.3. Memória e Constituição

Em 1991, a escritora Rachel de Queiroz foi convidada para participar do programa de entrevistas Roda Viva.[1209] A Constituição de 1988 ainda era uma criança, e a autora de importantes livros como *O Quinze* já integrava a Academia Brasileira de Letras havia mais de uma década – aliás, a primeira mulher na história a conquistar tal feito. No painel de entrevistadores, o escritor Caio Fernando Abreu, mais jovem, porém com alguns prêmios literários bastante importantes na sua estante. Os dois haviam sido perseguidos por regimes autoritários: ela, pelo Estado Novo; ele, pela ditadura civil-militar. A certa altura da referida entrevista, Abreu se disse "muito constrangido" de estar ali e anunciou que iria encerrar sua participação no programa. O constrangimento advinha, segundo ele, do fato de que Rachel, ex-

[1208] Em texto bastante provocador, publicado no jornal *The New York Times* pouco depois de Donald Trump vencer a eleição para a presidência dos Estados Unidos, Mark Lilla defendeu que a esquerda liberal estadunidense perdeu aquele pleito devido à excessiva atenção conferida às pautas identitárias, que, apesar de inegavelmente importantes, teriam causado nos membros de outros grupos sociais um sentimento de exclusão. Em suas palavras, *"a obsessão com o discurso da diversidade em nossas escolas e na mídia produziu uma geração de liberais e de progressistas narcisisticamente despreocupados com as condições externas aos seus próprios grupos, além de indiferentes à tarefa de atingir a população americana nos demais circuitos da vida"*. (LILLA, Mark. "The End of Identity Liberalism". *The New York Times*, 18 de novembro de 2016. Disponível eletronicamente em: <https://www.nytimes.com/2016/11/20/opinion/sunday/the-end-of-identity-liberalism.html>. Acesso em: 18 de março de 2020). Embora Lilla culpabilize em demasia os defensores dessas agendas – que, sem dúvida, fazem a democracia avançar ao buscar a promoção da igualdade pela via do reconhecimento, tendo conquistado inúmeras vitórias no campo simbólico-cultural –, o seu texto pode ser interpretado como um convite à autocrítica nesta era da fragmentação. O teórico marxista Carlos Nelson Coutinho também faz esse mesmo convite incômodo, ao dizer que "falta frequentemente nos chamados estudos culturais, no multiculturalismo e também nos estudos feministas e ecológicos uma visão universal, uma busca da totalidade". (COUTINHO, Carlos Nelson; MORAES, Dênis de. "Intelectuais, luta política e hegemonia cultural". *Revista Praia Vermelha*, vol. 22, n° 02, 2013, pp. 96-97)

[1209] A entrevista está disponível eletronicamente no YouTube: <https://www.youtube.com/watch?v=zzCoEwnI-Ek&t=135s>. Acesso em: 20 de março de 2020.

militante comunista, havia apoiado o golpe de 1964, idealizado por um dos seus amigos próximos, Humberto Castello Branco, primeiro presidente daquele ciclo. O mal-estar foi geral e o apresentador decidiu intervir em favor da entrevistada. Por fim, Rachel tentou contemporizar: "nós estamos em um país democrático, e eu respeito as suas posições e espero que você respeite as minhas". E Abreu retrucou: "Respeito, tanto que me calo".

Hoje, os dois protagonistas daquele episódio estão mortos, mas o mal-estar não desapareceu. Com efeito, o silêncio polido de Caio Fernando Abreu em face do argumento-curinga de Rachel de Queiroz esconde e, ao mesmo tempo, revela algo muito mais profundo do que o seu incômodo pessoal: a dificuldade permanente da democracia brasileira em encarar as chagas ainda abertas do seu passado. Como já se disse neste trabalho, a aceitação de um modelo transacional de transição, imposto de cima para baixo, tinha razões pragmáticas convincentes; porém, gerou efeitos muito perniciosos. "Na alegria da abertura, falar dos crimes da ditadura civil-militar era quase uma atitude de mau gosto. Ou uma provocação."[1210] Era como se o discurso proferido por Ulysses Guimarães na cerimônia de promulgação da Constituição de 1988 tivesse que valer apenas pela metade. Para muitos, a ideia de que "a Nação quer mudar. A Nação deve mudar. A Nação vai mudar. [...] – Mudar para vencer! Muda, Brasil!"[1211] deveria eclipsar o repúdio expresso ao autoritarismo presente em diversas outras passagens da fala do presidente da Assembleia Constituinte, de modo a separar a iminência da mudança da necessidade de recordar. "Olhar para frente, ignorar o espelho retrovisor", na formulação do historiador Daniel Aarão Reis, para quem a atmosfera de esquecimento das alianças, das conformações e da relativa normalidade do cotidiano entre 1964 e 1985 refletia a tradição inaugurada já no período pós-Vargas.[1212]

Tal circunstância não se reflete apenas no campo jurídico-constitucional, com os "'cacos' antidemocráticos incrustrados na Carta Magna de 1988",[1213] mas também nas esferas social e política. A onda de saudosismo pela ditadura civil-militar, que visa transformar os anos de chumbo em supostos "anos de ouro", converteu os fatos em instrumentos de luta política nas

[1210] REIS, Daniel Aarão. "As armadilhas da memória e a reconstrução democrática". In: ABRANCHES, Sérgio et al. *Democracia em risco?*: 22 ensaios sobre o Brasil hoje, op. cit., p. 275.

[1211] Cf. PILATTI, Adriano. *A Constituinte de 1987-1988*: progressistas, conservadores, ordem econômica e regras do jogo, op. cit., 310.

[1212] Cf. REIS, Daniel Aarão. "As armadilhas da memória e a reconstrução democrática", op. cit., pp. 275-278.

[1213] Cf. Ibidem, pp. 279-281.

mãos de lideranças autoritárias, o que pôde ser sentido antes, durante e depois das eleições de 2018. Não se cuida de interpretar, e sim de fraudar a história, retirando-lhe a sua função estratégica na tarefa de organizar a vida pública em um regime democrático.[1214] Nas palavras de Heloisa Starling, "[s]e a confiança na veracidade histórica for eliminada, as pessoas acreditam no que querem ou no mais conveniente; tudo se resume a uma questão de opinião e à melhor versão em curso – é o passado às avessas", e, "quando as linhas divisórias ficam indistintas, deixa de existir uma base factual para se questionar o poder".[1215] A impunidade com a qual Jair Bolsonaro defende a tortura institucionalizada, elogia o regime militar, mistifica agentes da repressão, e repagina o ideário anticomunista para contestar a oposição política legítima às suas pautas, descende diretamente do revisionismo histórico que só se tornou possível porque este país teima em esquecer.

Não se ignora que o Estado brasileiro empreendeu esforços relevantes no sentido de rememorar as páginas sombrias do seu passado. Citem-se, *e.g.*, a Comissão de Anistia e a Comissão Nacional da Verdade, bem como outros comitês instalados a nível estadual, municipal e setorial. Trata-se, contudo, de iniciativas que acabam sendo obscurecidas pela concepção enviesada de perdão ainda vigente no imaginário e na prática das instituições nacionais,[1216] e cuja manifestação mais recente foi o julgamento da ADPF n° 153 pelo Supremo Tribunal Federal.[1217] Como se sabe, nessa ação, a Corte entendeu que não poderia rever a Lei da Anistia com vistas à devida responsabilização dos servidores estatais acusados de praticar atos de tortura durante o regime civil-militar. Ao acompanhar a maioria, o Min. Cezar Pelluso, na presidência do STF à época, afirmou que "[s]ó uma sociedade superior, qualificada pela consciência dos mais elevados sentimentos de humanidade, é capaz de perdoar, porque só uma sociedade que, por grandeza é maior do que seus inimigos, é capaz de sobreviver". Devido ao seu escopo, este trabalho não pretende discutir a juridicidade da revisão, ou não, da Lei da Anistia, mas é importante perceber como a escolha pragmaticamente justificável pela

[1214] Cf. STARLING, Heloisa. "O passado que não passou". In: ABRANCHES, Sérgio et al. *Democracia em risco?*: 22 ensaios sobre o Brasil hoje, op. cit., pp. 341-344

[1215] Ibidem, p. 343.

[1216] Para Paul Ricoeur, "[a] fronteira entre esquecimento e perdão é insidiosamente ultrapassada na medida em que essas duas disposições lidam com processos judiciais e com a imposição da pena; ora, a questão do perdão se coloca onde há acusação, condenação e castigo; por outro lado, as leis que tratam da anistia a designam como um tipo de perdão". (RICOEUR, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Tradução de Alain François et al. Campinas: Unicamp, 2007, p. 470)

[1217] Cf. SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. ADPF n° 153, Tribunal Pleno, Rel. Min. Eros Grau, DJe 06/08/2010.

conciliação sem punição dos criminosos de estado, ratificada pela Suprema Corte, desmobilizou o compromisso ético que deveria existir com relação às vítimas do regime e à nossa própria memória coletiva.[1218] Como afirma Tayara Talita Lemos:

> No Brasil, o que se deu foi uma autoinclusão do Estado na anistia, não podendo se falar em política do perdão como forma de verdadeira reconciliação nacional, o que só faria sentido se houvesse um afastamento do Estado em relação ao regime, promovendo formas de reparação àquelas pessoas que tiveram seus direitos e corpos violados. O não afastamento das forças armadas do poder não apenas significa que a negociação transicional era de cima para baixo, como também que uma verdadeira política de perdão em relação à resistência da ditadura não era uma real intenção do Estado brasileiro, desde o início. Tudo isso reforça a ideia de uma amnésia ampla, geral e irrestrita que em nada se comunica com reparação ou liberdade, como o termo anistia pode sugerir.[1219]

Nessa linha, o resgate do passado doloroso do país é imprescindível para que a democracia brasileira se torne mais resistente às tentativas de manipulação da nossa memória. "O que lembro, tenho",[1220] diz Riobaldo, narrador de *Grande Sertão: Veredas*, de João Guimarães Rosa. Já a nossa democracia só conseguirá se apossar das suas próprias lembranças se o Estado brasileiro levar mais a sério a necessidade de implementação de uma política oficial de recordação, com a ampla construção de museus, monumentos e memoriais voltados a denunciar os crimes cometidos pelo Poder Público durante o Estado Novo e a ditadura civil-militar, e a valorizar a importância por trás da proteção de direitos humanos. Veja-se, a propósito, o exemplo dos nossos vizinhos latino-americanos, que, no contexto de superação dos seus respectivos legados sombrios, valeram-se de pedras e de concreto para provocar reflexões incômodas e habilitar emoções democráticas. É o caso da Argentina, onde antigos centros de tortura deram origem a unidades museológicas sobre o tema;[1221] do Chile, com o Museu da Memória e dos Direitos Humanos, a casa da Rua Londres, 38, e outros tantos edifícios;[1222] e do Uruguai, com o Museu da Memória, o Memorial em Recordação aos Detidos Desaparecidos

---

[1218] Cf. AB'SÁBER, Tales. "Brasil, a ausência significante política (uma comunicação)". In: TELES, Edson; SAFATLE, Vladimir. *O que resta da ditadura*: a exceção brasileira, op. cit., pp. 187-202.

[1219] LEMOS, Tayara Talita. *Por um constitucionalismo transicional*: ditadura, memória e promessa. Belo Horizonte: D'Plácido, 2019, p. 147.

[1220] ROSA, João Guimarães. *Grande Sertão: Veredas*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2015, p. 162.

[1221] Cf. CABRAL, Rebeca Lopes. "Caminhando por sítios de memória da ditadura argentina: o ex Casino de Oficiales e o Ex Club Atlético". *Revista M.*, vol. 03, n° 05, 2018, pp. 194-216.

[1222] Cf. LIMA, Fernanda Luíza Teixeira; CARVALHO, Aline Vieira de. "Memórias em construção: o presente e o passado da ditadura militar chilena representados no Museo de la Memoria y los Derechos Humanos". *Horizontes Antropológicos*, ano 25, n° 53, 2019, pp. 81-105.

etc.[1223] No Brasil, infelizmente, ainda são escassas e muito pontuais iniciativas dessa natureza. Para cada Memorial da Resistência de São Paulo, existe um oceano de histórias perdidas em arquivos ocultos.

Como afirma a arquiteta uruguaia Martha Kohen, memoriais e outras construções afins "vêm sendo metáforas emblemáticas e importantes desde o início do registro da vida humana. São, por vezes, as únicas reminiscências físicas dos pensamentos, das práticas e da cultura de determinada civilização [...]".[1224] Eles ressignificam a paisagem urbana com o objetivo de transmitir mensagens aos cidadãos, servindo, assim, como alegorias perenes de épocas moralmente terríveis ou edificantes. Erguer (e demolir) monumentos implica marcar posições em uma disputa ininterrupta sobre o sentido do passado de determinada nação.[1225] Daí por que ressurgem, de vez em quando, debates complexos acerca da legitimidade, das formas e da extensão da interferência do Poder Público no campo simbólico: o que fazer com os memoriais dedicados a homenagear a luta dos confederados pela manutenção do sistema escravocrata nos Estados Unidos? Deixá-los incólumes, derrubá-los por inteiro ou agregar-lhes uma nota de contextualização histórica para observadores desavisados? Como utilizar os espaços que as cidades da Alemanha oferecem para lidar com a questão da culpa germânica diante do Holocausto judeu?[1226] No caso brasileiro, os termos contraditórios em que se deu o nosso processo transicional não apenas recomendam, mas *exigem* que o Estado se engaje em iniciativas de rememoração, a fim de que não restem ambiguidades em torno do papel da Constituição de 1988 na estruturação da ordem sociopolítica.

A opção pelo uso de aparelhos públicos nessa importante tarefa também pode produzir consequências positivas no âmbito da coesão social. Como afirma Bonnie Honig, a existência de bens à disposição da comunidade – de bibliotecas a museus – é inerentemente democrática porque institui uma cultura de uso, manutenção e reparação desses bens por todos os cidadãos.[1227] Assim como os brinquedos exercem papel fundamental na formação da psiquê

[1223] Cf. KOHEN, Martha. "Written in Stone: Memory and Reconciliation Intersecting the Urban Biosphere". *Annals of the New York Academy of Sciences*, vol. 1023, n° 01, 2004, pp. 282-288.

[1224] Ibidem, p. 283 (tradução livre).

[1225] Cf. LEVINSON, Sanford. *Written in Stone*: Public Monuments in Changing Societies. Durham: Duke University Press, 2018, p. 119.

[1226] Cf. LINENTHAL, Edward. "The Contested Landscape of American Memorialization: Levinson's *Written in Stone*". *Law Social Inquiry*, vol. 25, n° 01, 2000, pp. 249–262.

[1227] Cf. HONIG, Bonnie. *Public Things*: Democracy in Disrepair. New York: Fordham University Press, 2017.

individual da criança, mediando o seu contato com o mundo exterior,[1228] a *res publica* estimula a criação de laços entre os membros da coletividade, que devem trabalhar juntos na construção e na reconstrução dessa realidade compartilhada, apesar das suas diferenças. Para Honig, "o amor público por objetos públicos [...] é diferente da paixão do consumo em massa pelo mesmo objeto privado, como o mais novo iPhone [...]",[1229] porque se realiza a partir da possibilidade de se desenvolver igual afeto democrático por bens pré-mercantilizados ou não mercantilizados. Alexis de Tocqueville, em seu próprio tempo, já falava na "arte de perseguir em conjunto o objeto dos seus desejos conjuntos".[1230] Nessa mesma toada, museus, monumentos e memoriais são bens comuns que podem ajudar a sociedade brasileira a cumprir o seu projeto comum de recuperação e preservação da memória coletiva das nossas tragédias históricas, que pode ter como ponto de largada as ditaduras varguista e civil-militar, mas espraiar-se por outros recantos obscuros igualmente anistiados pelo nosso jeito perverso de lidar com a história nacional, tais como o massacre dos povos indígenas e a escravização da população negra.

Falta à democracia brasileira o controle do seu passado, o que o torna suscetível às mais variadas adulterações no tempo presente. Sem o controle democrático do nosso passado, as permanências da ditadura no ordenamento jurídico não poderão ser enfrentadas da forma devida; as promessas constitucionais de liberdade, justiça e igualdade perderão a sua cor; e pairará uma sombra latente de desconfiança sobre a narrativa emancipatória da Constituição de 1988 – narrativa essa que, como visto, confere sentido histórico à natureza militante deste regime democrático. Quando o Museu Nacional foi tomado pelas chamas, em setembro de 2018, muitos viram nas suas cinzas a representação perfeita para a deficiência da cultura de memória vigente no país. O antropólogo Eduardo Viveiros de Castro disse que o incêndio fazia parte de "um projeto de devastação, de criação de desertos, desertos no espaço e no tempo. A destruição do museu é um deserto no tempo, é destruir a memória, destruir a História".[1231] O então candidato Jair Bolsonaro, por outro lado, ironizou o ocorrido: "Já está feito, já pegou

[1228] Cf. WINNICOTT, D. W. "Transitional Objects and Transitional Phenomena". In: *Playing and Reality*. Londres e New York: Routledge, 2005, pp. 01-34.

[1229] HONIG, Bonnie. "The Politics of Public Things: Neoliberalism and the Routine of Privatization". *No Foundations*, vol. 10, 2013, p. 65 (tradução livre).

[1230] TOCQUEVILLE, Alexis de. *Democracy in America*, op. cit., p. 596 (tradução livre).

[1231] Cf. COELHO, Alexandra Prado. "Eduardo Viveiros de Castro: 'Gostaria que o Museu Nacional permanecesse como ruína, memória das coisas mortas'". Público, 04 de setembro de 2018. Disponível eletronicamente em: <https://www.publico.pt/2018/09/04/culturaipsilon/entrevista/eduardo-viveiros-de-castro-gostaria-que-o-museu-nacional-permanecesse-como-ruina-memoria-das-coisas-mortas-1843021>. Acesso em: 20 de março de 2020.

fogo, quer que faça o quê? O meu nome é Messias, mas eu não tenho como fazer milagre".[1232] A nossa Constituição, por sua vez, deve se preocupar com o passado e com o modo como se enxerga esse passado, para, assim, tornar o futuro da democracia uma realidade incontestável.

[1232] Cf. CALGARO, Fernanda. "'Já está feito, já pegou fogo, quer que faça o quê?', diz Bolsonaro sobre incêndio no Museu Nacional". G1, 04 de setembro de 2018. Disponível eletronicamente em: <https://g1.globo.com/politica/eleicoes/2018/noticia/2018/09/04/ja-esta-feito-ja-pegou-fogo-quer-que-faca-o-que-diz-bolsonaro-sobre-incendio-no-museu-nacional.ghtml>. Acesso em: 20 de março de 2020.

CONCLUSÃO: A VIGÍLIA DA DEMOCRACIA

Como acordar sem sofrimento?
Recomeçar sem horror?

Carlos Drummond de Andrade[1233]

Ponto a ponto: itinerário retrospectivo

Não cabe, neste momento, repetir tudo o que foi dito ao longo deste trabalho. Ainda assim, vale passar em revista os pontos mais importantes, na forma de proposições objetivas, acompanhadas de algumas observações finais. É o que se fará em sequência.

1. Poucos anos depois que os nazistas ascenderam democraticamente ao poder, o constitucionalista alemão Karl Loewenstein defendeu a ideia de uma *democracia militante*, na qual fosse possível restringir a participação de grupos e agentes autoritários na cena política, garantindo, assim, a sobrevivência do ordenamento constitucional. Dentre os vários instrumentos de autodefesa democrática apontados por Loewenstein, o mais famoso consiste na proibição de se criar partidos políticos de viés antidemocrático, medida que encontra previsão expressa nas Constituições de muitos países.

2. Atualmente, há um terreno bastante fértil para novas discussões acerca desse conceito. Isso porque, após um período de expansão e consolidação do ideário democrático, as democracias constitucionais entraram em verdadeira *recessão*. Embora as razões desse fenômeno não sejam iguais em todos os países, é notável que os processos de erosão e crise dos regimes democráticos vêm sendo acompanhados pelo surgimento de populistas autoritários. Sobre as ruínas do neoliberalismo e os fragmentos que caracterizam a comunicação no ambiente virtual, esses líderes exploram o sentimento de insatisfação das massas em relação ao sistema

[1233] ANDRADE, Carlos Drummond de. "Acordar, viver". In: *Farewell*. Rio de Janeiro: Record, 1996, p. 16.

político para habilitar agendas intolerantes e subverter gradualmente os alicerces das democracias constitucionais.

3. No Brasil, apesar dos avanços conquistados ao longo dos anos que sucederam à promulgação da Constituição de 1988, as estruturas do nosso próprio pacto constitucional também estão sob ameaça. Acontecimentos bastante variados, dos grandes protestos de 2013 ao *impeachment* da ex-presidente Dilma Rousseff, abriram fissuras profundas no tecido social da nossa democracia e formaram o cenário de tempestade perfeita para a ascensão de um candidato autoritário à presidência da República. Ao se apresentar como alternativa ao *establishment* político por meio do seu jeito de se portar, de sua fala e de sua forma de fazer campanha, Jair Bolsonaro conseguiu mobilizar ressentimentos e inseguranças, misturando-os a um discurso polarizante que oscilava entre o preconceito rasgado e o total absurdo, para sair vitorioso do pleito de 2018. Sua eleição demonstra que, para parcela significativa da população, é possível transigir com um programa absolutamente contrário às promessas emancipatórias da CF/88. E, a cada dia, o atual governo testa os limites da nossa democracia constitucional, colocando-a na rota sombria trilhada por outros regimes mundo afora.

4. Quando Karl Loewenstein concebeu a sua teoria da democracia militante, também se vivia uma época de profundo desencanto em relação aos regimes democráticos. Para ele, a democracia travava uma batalha mortal com o autoritarismo, que, por sua vez, aproveitavam-se da tolerância tipicamente democrática para subverter o sistema político pelo lado de dentro. Este era o ponto central do argumento de Loewenstein: embora fatores sociais, políticos e econômicos pudessem facilitar a propagação territorial de movimentos autoritários, o calcanhar de Aquiles das democracias constitucionais consistia no apego cego desses regimes aos seus próprios princípios. Nesse sentido, de acordo com o autor, é necessário utilizar de mecanismos legislativos – da criminalização de atos de insurreição armada ao banimento de partidos políticos e demais associações de caráter autoritário – para solucionar essa fraqueza estrutural.

5. Para fundamentar a sua defesa da democracia militante, Karl Loewenstein se valeu de dois argumentos principais. O primeiro dizia respeito ao *emocionalismo*. Enquanto o Estado Democrático de Direito era, a seu ver, calcado na racionalidade e na calculabilidade, as ditaduras fascistas se baseavam na mobilização de emoções, razão pela qual eventuais tentativas de resistência ou de contra-ataque por parte da democracia deveriam partir de mecanismos racionais, e não emocionais, de exercício do poder. O segundo argumento se focava na própria

natureza do fascismo. No entendimento de Loewenstein, o fascismo não era uma ideologia, mas apenas uma técnica política voltada exclusivamente para a conquista e para a manutenção do poder. Dessa maneira, em prol da sua sobrevivência, os regimes democráticos estariam autorizados a reagir, de maneira contundente, às investidas daqueles que se utilizassem dessa técnica vazia para impor a sua vontade a qualquer custo.

6. Ocorre que, embora correto em seu diagnóstico acerca da tolerância muitas vezes suicida das democracias, o constitucionalista alemão partiu de pressupostos equivocados, que devem ser revistos para que se torne possível (re)construir a base de fundamentação da teoria da democracia militante. De um lado, tem-se que os regimes democráticos são, e devem ser, influenciados pelas emoções. Caso contrário, legitima-se uma leitura asséptica de democracia, que em nada contribui para a contenção do autoritarismo, porquanto transmite a ideia equivocada de que o coração das pessoas é terra que a democracia e a Constituição não podem pisar. De outro lado, o fascismo possui aspectos ideológicos que não podem ser ignorados, sobretudo porque estão presentes, ainda hoje, no discurso de muitos líderes autoritários ao redor do mundo. Tentar negar aos fundamentos do fascismo o *status* de ideia – como fez Karl Loewenstein em seu tempo – é desconcertantemente cômodo. Afinal, basta dizer que determinada agenda política não é mera técnica política para justificar o combate às suas pautas e, ao mesmo tempo, escapar das difíceis questões subjacentes a esse combate.

7. Uma dessas questões diz respeito aos *limites da tolerância democrática*. Pode-se extrair da moldura conceitual da tolerância vários possíveis sentidos, todos compatíveis com valores importantes para a democracia. Isso, porém, não elimina o conflito que emana da relação entre tolerância e democracia: como garantir a sobrevivência de um regime político tolerante em face daqueles que visam concretizar agendas intolerantes? A rigor, o direito a ser tolerado subentende mutualidade, isto é, a predisposição em enxergar no outro alguém que também merece ser tolerado. O intolerante não pode se valer da tolerância para exigir que as suas convicções e práticas sejam respeitadas pelos demais membros da sociedade, já que determinado indivíduo só pode reclamar a observância de princípios que ele mesmo reconhece. É nesse cenário que se justifica a adoção de medidas militantes, necessárias para que a democracia não desista de si mesma em nome de uma concepção de tolerância pragmaticamente imprudente e moralmente despreocupada com o compromisso ético de luta contra a intolerância, em prol da liberdade e da igualdade.

8. Ao longo dos anos, e até mesmo antes do colapso da República de Weimar, várias democracias se valeram de medidas antidemocráticas para a sua proteção, o que torna necessárias as discussões sobre as dificuldades inerentes ao uso de instrumentos dessa natureza. Uma dessas dificuldades diz respeito ao *problema da fundamentação material* da democracia militante. Como, a princípio, todos os indivíduos possuem o direito de participar ativamente da vida política das democracias, a aplicação de medidas militantes consiste em decisão trágica a ser tomada, sendo essencial explicitar as razões teóricas que a embasam. Um dos paradigmas de justificação da democracia militante é o *antiextremismo*, caracterizado por se voltar contra qualquer forma de tirania, tanto à direita quanto à esquerda do espectro político, doa a quem doer. Outra base de justificação da teoria é o *republicanismo negativo*, que busca restringir a participação, na cena eleitoral, de atores políticos bastante específicos, identificados, em regra, com determinado passado autoritário que se deseja superar.

9. É possível considerar a equidistância inerente à abordagem antiextremista como tentativa positiva de se imunizar a teoria em face de eventuais tentativas de instrumentalização ideológica, ou como espécie de convite ao julgamento moral equânime de todas as vivências políticas autoritárias do passado. Porém, a experiência comprova que o antiextremismo já foi utilizado para relativizar o peso da culpa oriunda de atos históricos bárbaros e justificar perseguições injustificáveis, bem como retrata as ameaças à democracia em termos excessivamente amplos, sem oferecer garantias seguras contra a utilização arbitrária da democracia militante. Por ser menos genérico, o republicanismo negativo parece capaz de driblar as críticas à perspectiva antiextremista, mas abre margens para outros questionamentos, ligados à possibilidade de se focar em manifestações do autoritarismo que, no presente, não mais representam ameaças significativas à democracia, deixando de lado a tarefa de se identificar perigos inteiramente novos ao bom funcionamento dos regimes democráticos.

10. Deve-se, por isso, pensar para além do antiextremismo e do republicanismo negativo, e construir a base material da democracia militante a partir não dos seus potenciais alvos, mas das concepções de democracia que a teoria evoca. Uma delas diz respeito à ideia de *democracia como autocorreção*. Os mecanismos institucionais tipicamente democráticos criam as condições para que a democracia seja o regime mais aberto à superação de erros cometidos no passado, com vistas ao progresso social. Em um sistema que funciona por meio de reavaliações periódicas das escolhas eleitorais, toda decisão pode ser, em princípio, revogada por outra decisão mais acertada, com exceção daquela que põe fim à própria democracia.

Afinal, quando a coletividade resolve abolir o regime democrático, perde-se toda a moldura institucional que assegura o caráter autocorretivo do sistema. Assim, é possível restringir a participação política de atores que busquem subverter as condições necessárias ao processo contínuo de correção das decisões democráticas. Trata-se, na interpretação referendada por este trabalho, (i) do princípio da avaliação, concretizado por meio do exercício livre, periódico e secreto do sufrágio ativo; (ii) do princípio da competição política, materializado no pluripartidarismo e no sufrágio passivo; e (iii) no princípio da liberdade de expressão.

10. Outra concepção de democracia que serve de base teórica para a aplicação de medidas militantes é a ideia de *democracia substantiva*. Parte-se do pressuposto de que, para além da observância das condições procedimentais necessárias para aferir a vontade majoritária e assegurar a sua prevalência, o potencial dos regimes democráticos só é plenamente realizado se o teor das decisões coletivas respeitar o núcleo de direitos, garantias e princípios fundamentais que não podem ser negociados nos balcões da política de momento. Enxergar a democracia como substância significa, portanto, abandonar imperativos absolutos de neutralidade e fixar diretrizes e limites materiais para as decisões políticas. Dessa maneira, é possível compreender a ideia da democracia militante como desdobramento mais radical da noção de democracia substantiva. Afinal, a autodefesa democrática demanda não apenas a contenção dos interesses majoritários em face a princípios fundamentais, como também o estabelecimento de mecanismos de resposta para quando tais interesses ganharem contornos tirânicos, ameaçando de morte normas ainda mais importantes que a premissa majoritária. Com isso, não se pretende eliminar o autogoverno democrático, mas estabelecer uma hierarquia de legitimidade entre procedimentos e direitos.

11. Contudo, a ideia de democracia como substância apela a valores demasiadamente abstratos e volúveis, sendo preciso estabelecer, de maneira mais específica, o alcance da sua aplicação. Para tanto, mostra-se útil voltar os olhos para a experiência de países em que, atualmente, encontra-se ameaçada a substância por trás da tutela do princípio democrático, como a Hungria, a Polônia e a Turquia. E a crise vivenciada por esses países ensina que, no plano concreto, os novos governos autoritários vêm desafiando a essência da democracia por meio da erosão gradual dos alicerces do Estado de Direito, isto é, pela degradação dos mecanismos de restrição ao exercício do poder político por meio da lei em sentido amplo, calcados (i) na existência de mecanismos de separação funcional do poder, a exemplo da garantia de independência do Poder Judiciário e (ii) no respeito aos direitos fundamentais de

todas as pessoas. Desse modo, para além da tutela dos elementos que favorecem a autocorreção democrática, a democracia militante também deve ser capaz de proteger os direitos fundamentais, sobretudo de minorias, diante de discriminações injustificadas, de atos de violência e de discursos de ódio, e o sistema de separação funcional dos poderes.

12. Outra dificuldade suscitada pela teoria da democracia militante consiste nos *dilemas institucionais subjacentes à sua aplicação pelo Poder Público*. Se é preciso vigiar o exercício do poder político para que os regimes democráticos não se dobrem aos seus ímpetos suicidas, também é indispensável que se confira a alguém a autoridade constitucional para realizar a vigia. Na maioria dos casos, é o Poder Judiciário, por meio da corte constitucional, que profere a última decisão acerca da incidência concreta de medidas restritivas ao direito de participação política. Embora seja preferível conferir a autoridade para a aplicação de providência militantes a instituição que não esteja diretamente envolvida na disputa diária por poder político, o fato de que os tribunais costumam carecer de legitimidade eleitoral gera acusações de que a teoria da democracia militante é elitista. Há, ainda, as críticas direcionadas ao paternalismo institucional que existe por trás da aplicação, pelo Poder Judiciário, de medidas restritivas à autonomia pública dos cidadãos, como se o Estado-juiz soubesse melhor do que os indivíduos o que é melhor para eles mesmos em termos de escolhas políticas.

13. Porém, algumas críticas antielitistas parecem não compreender, em toda a sua extensão, a diferença crucial entre autogoverno democrático e regra da maioria. A instituição de medidas militantes por meio do Direito e a sua aplicação pelos tribunais devem ser vistas não como instrumentos de alienação dos anseios populares, e sim como mecanismos de fortalecimento do seguro político em face a vontades majoritárias. Certos juízos antipaternalistas também desconsideram que, em casos extremos como a existência de ameaças à sobrevivência da própria ordem constitucional e dos direitos fundamentais de terceiros, existe margem legítima para o estabelecimento e para a aplicação de limites ao exercício da autonomia pública. Nas democracias constitucionais, não são raros expedientes de cunho paternalista, sendo que rechaçar o uso de medidas de autodefesa democrática, com base na rejeição integral do paternalismo, é ignorar que os indivíduos – não só no âmbito privado, como também na esfera pública – expõem a si e aos seus pares a riscos muito sérios, que o Estado pode legitimamente evitar. Nessa linha, é possível afirmar que a principal perplexidade institucional subjacente à teoria da democracia militante diz respeito, na verdade, ao seu uso equivocado ou abusivo por aqueles a quem se delegou a competência para militar pela democracia.

14. Já há algum tempo, tem-se apontado para a existência de regimes políticos híbridos, que combinam regras típicas das democracias constitucionais com práticas características do autoritarismo. Nos sistemas híbridos, eleições são convocadas, mas o governo busca se certificar de que o nível de competividade desses pleitos será muito reduzido, com vistas a assegurar, a todo custo, a vitória eleitoral do grupo hegemônico, o que se deu o nome de *"autoritarismo competitivo"*. Para colocar em prática essa estratégia, utiliza-se inúmeros meios, desde a aprovação de leis eleitorais discriminatórias ao ajuizamento de ações judiciais com vistas a excluir candidatos do pleito eleitoral. Desse modo, assim como governos autoritários podem se valer de institutos legais para diminuir a competição eleitoral e conservar o poder, medidas militantes também estão suscetíveis ao uso deturpado com vistas aos mesmos fins políticos. E não é prudente supor que conferir aos tribunais a competência para aplicar essas medidas, *per se*, eliminaria esse risco. Não raro, magistrados de carne e osso decidem com base em suas próprias cosmovisões ideológicas e, nesse processo, ora cometem erros crassos de avaliação, ora proferem decisões intencionalmente favoráveis aos interesses do grupo político com o qual mais se identificam.

15. Nesse sentido, é importante atentar para a necessidade de salvaguardas institucionais. A observância de importantes formalidades processuais, a produção de provas acerca de efetivo comportamento antidemocrático, o respeito a garantias fundamentais como a ampla defesa e o contraditório, e o acesso a recursos, são mecanismos de *depuração* de eventuais imprecisões ou excessos. Também é fundamental que todas as autoridades envolvidas no processo de aplicação de medidas militantes exerçam as suas atribuições com *autocontenção*, de modo a compreender e reconhecer a gravidade dos efeitos que a sua atuação pode gerar sobre os direitos constitucionais de terceiros, bem como a extensão e a profundidade das suas próprias limitações institucionais. A autocontenção evita críticas políticas à autoridade dos órgãos com atribuição e competência para interferir no processo de aplicação de medidas militantes, além de fornecer algumas orientações informais no momento de se requerer ou de se decidir acerca da utilização de providências militantes, e inspirar a adoção de mecanismos formais de controle interno.

16. Também é possível pensar em formas de *contenção externa mútua* entre os vigias da democracia, mediante desenhos institucionais que privilegiem o controle via pontos de veto (*veto players*). Como a mudança no *status quo* requer decisão unânime por parte de todos os gargalos institucionais envolvidos em processos de tomada de decisão, a instauração de um

modelo que contemple maiores quantidade e qualidade de *veto players* – de casas legislativas ao Poder Judiciário, de juízes de primeiro grau a cortes constitucionais – pode evitar o uso repetido, precipitado ou abusivo de medidas militantes. Por fim, pode-se, ainda, submeter a incidência concreta de medidas de autodefesa democrática à *supervisão* de tribunais internacionais. Devido às suas graves repercussões no campo da tutela de direitos como a livre participação política, a liberdade de associação e a liberdade de expressão, as causas envolvendo a imposição de expedientes de autodefesa democrática, não raro, são alçadas à esfera dos tribunais de direitos humanos, que tendem a proferir julgamentos mais isentos se comparados aos Poderes Públicos nacionais. Ao vigiar e controlar os processos domésticos de aplicação de medidas dessa natureza, tais cortes podem reverter os pronunciamentos dos Estados, de modo a refrear excessos e proteger os direitos políticos básicos das partes afetadas.

17. Outra dificuldade, de natureza prática, concerne aos *possíveis efeitos* do uso de medidas militantes. De um lado, existe certo ceticismo em relação à real utilidade desses expedientes, tendo em vista que, para alguns, restrições militantes à participação política simplesmente não funcionam. De outro lado, há quem argumente que, pior do que não funcionar, a aplicação de medidas militantes é contraproducente. O ceticismo deriva do fato de que, em determinados casos, quando topam com restrições aos seus direitos de participação, forças políticas autoritárias conseguem se reorganizar e regressam à esfera pública sob novas roupas e com energias redobradas. É possível interpretar a desconfiança quanto à efetividade de medidas militantes como uma postura cética em relação a algo ainda maior, isto é, ao uso de ferramentas estritamente jurídicas para solucionar o problema da defesa da democracia contra o autoritarismo. Já a outra crítica parte da preocupação de que o uso de medidas de autodefesa democrática possa produzir efeitos colaterais bastante danosos à própria democracia, notadamente o aumento da radicalização política e o nascimento, aos olhos de certos segmentos populares, de supostos ídolos perseguidos por elites poderosas.

18. Todavia, nada impede que as democracias militantes adotem mecanismos para evitar a reorganização de grupos antidemocráticos. Do mesmo modo, defender o uso de medidas tipicamente militantes não significa ignorar as suas limitações, tampouco enxergá-las como a panaceia para os males da democracia ou como instrumentos a serviço de um regime político perfeito. A rigor, deve-se adotar uma perspectiva conjuntiva, e não disjuntiva, de autodefesa democrática, que envolva outros tipos de engajamento, mesmo quando o poder já estiver ocupado por forças antidemocráticas. Também não exclui a necessidade de se empreender

esforços – de natureza pedagógica, por exemplo – no sentido de tornar as democracias menos suscetíveis à sedução do autoritarismo, inclusive para que não seja preciso apelar a medidas de cunho restritivo. Em termos práticos, a escolha da melhor ferramenta para lidar com os desafios suscitados pela expansão de ideias e movimentos autoritários dependerá mais de análises contextuais do que de considerações apriorísticas acerca das prováveis consequências da aplicação de medidas militantes.

19. À primeira vista, a preocupação quanto à possibilidade de radicalização política e de criação de falsos mártires não parece infundada. Porém, é difícil sustentar que a democracia deva pautar suas ações pelo modo como dado grupo de cidadãos com inclinações antidemocráticas enxergam o uso de medidas militantes. A bem da verdade, permitir que isso ocorra pode gerar repercussões práticas ainda mais perniciosas, tendo em vista que o medo da criação de falsos mártires pode conduzir à inércia institucional. Não bastasse, a própria experiência histórica de vários países comprova que o uso de providências militantes, por si só, não conduz a efeitos perniciosos. Mais que isso, pode-se dizer que as medidas militantes geram consequências positivas para além da defesa do regime democrático, servindo como resposta direta do Estado ao autoritarismo, reafirmando a crença na ordem democrático-constitucional, e demarcando os limites do que é aceitável em termos de prática política.

20. No Brasil, a aplicação da teoria da democracia militante também implica o resgate de uma *narrativa constitucional*. A Constituição cidadã aponta, desde o seu preâmbulo, para um profundo compromisso com a sobrevivência do regime democrático e dos direitos fundamentais, que reflete o conteúdo do seu épico estruturante, ancorado que está no momento constitucional da redemocratização e da superação dos anos de chumbo. Há certa crença difusa, no Direito Brasileiro, de que o bom jurista é o profissional técnico, indiferente a valores políticos. No entanto, todo texto constitucional nasce da política, e é repleto de juízos de valor cuja concretização não é sinônimo de proselitismo, mas sim tarefa obrigatória para todos os intérpretes da lei. Nesse sentido, reconhecer o caráter militante da democracia brasileira é compreender, em toda a sua extensão, a natureza do discurso antiautoritário da Constituição de 1988, possibilitando, assim, a defesa engajada dos seus valores essenciais.

21. É com base no que prevê a Constituição de 1988, e tendo por norte a preservação e o aprofundamento da sua narrativa emancipatória nestes tempos de polarização, desconfiança e ressentimento crescentes, que se deve traçar o âmbito de proteção da democracia militante no

Brasil. Desse modo, propõe-se a combinação das duas premissas de fundamentação material do conceito apontadas no trabalho, quais sejam, a democracia como autocorreção e a democracia substantiva. Do lado da autocorreção, há (i) a proteção do sufrágio ativo, para assegurar a possibilidade de avaliação contínua das decisões coletivas; (ii) a garantia do pluripartidarismo e do sufrágio passivo, condições necessárias para a competição política; e (iii) a tutela da liberdade de expressão e, consequentemente, do livre debate de ideias. Já do lado da substância, têm-se (iv) a defesa da igualdade formal, como reação a tratamentos discriminatórios; (v) a coibição de atos de violência e de discursos de ódio, que ameaçam direitos fundamentais, sobretudo de minorias políticas; e (vi) a garantia de mecanismos elementares de separação de poderes, de modo a evitar, por meio de mecanismos institucionais, o exercício arbitrário e desmedido do poder político.

22. Diante da trajetória histórica conturbada dos direitos políticos no Brasil, a Constituição de 1988 representa um marco na garantia desses direitos, dentre os quais se destaca *o sufrágio ativo, a ser exercido direta, secreta, universal e periodicamente*. O voto consiste não apenas em base de legitimidade dos regimes democráticos modernos, como também em mecanismo para se assegurar todos os demais direitos fundamentais. Contudo, não se pode admitir que o seu uso enfraqueça ou destrua o próprio sistema que o assegura, especialmente porque isso implicará o enfraquecimento ou a destruição do direito de sufrágio de outros cidadãos. O voto possui características que fazem dele um instrumento fundamental para a concretização da natureza autocorretiva das democracias. É secreto para assegurar aos eleitores liberdade suficiente na escolha das candidaturas e das propostas que eles mesmos julgam mais aptas a conduzir o governo na busca por melhores políticas. É universal porque maiores serão as chances de aperfeiçoamento das decisões estatais quanto mais pessoas participarem da avaliação do governo. E é periódico porque, se o povo não puder exercê-lo com frequência regular, os governantes não terão estímulos competitivos para buscar melhores soluções para os problemas da coletividade. Sob tal perspectiva, medidas militantes podem ser utilizadas para impedir que o direito de voto seja extinto ou que se adulterem essas qualidades essenciais ao funcionamento da democracia como autocorreção.

23. Não é recente a desconfiança em relação ao papel dos partidos políticos na vida das democracias, vistos por parcela da população como organizações corruptas, que buscam o próprio crescimento material ao invés da realização do bem público maior. No entanto, as agremiações partidárias, muitas vezes, servem como guardiãs da democracia, moderando

integrantes e aliados radicais, bem como costurando cordões sanitários em torno de outros partidos autoritários e erguendo frentes amplas em favor da manutenção da democracia. Ademais, ao regular rivalidades, organizar o funcionamento do governo e auxiliar na mediação do debate de ideias em meio ao caos da vida política, os partidos estimulam o aprimoramento das decisões coletivas. Não há dúvidas de que as organizações partidárias devem estar sempre sujeitas a críticas. Sobretudo nesses tempos de ceticismo em relação ao sistema político como um todo, é natural que os eleitores cobrem maior responsividade por parte dos partidos, e é fundamental que eles busquem atender a tais demandas. Sob esse viés, o uso de medidas militantes com a finalidade de tutelar o *pluripartidarismo* não deve ser visto como um instrumento de imunização dos partidos *per se*, mas sim como ferramenta de proteção ao valor que subjaz à sua existência, qual seja, a diversidade da competição política. O *sufrágio passivo* também contribui para esse importante objetivo. Nessa linha, a tutela do pluripartidarismo e do sufrágio passivo pela CF/88 torna possível que a democracia se defenda de grupos, movimentos ou agentes políticos que, ao adotarem uma perspectiva agressivamente homogeneizante da convivência na esfera pública, busquem extinguir a divergência e o pluralismo, tão necessários para que consigamos alcançar decisões coletivas cada vez melhores.

24. A Constituição de 1988 confere tutela bastante reforçada à *liberdade de expressão*. Tal opção tem lastro não apenas em razões históricas – notadamente, a importância de se garantir voz a todos os cidadãos como forma de superar a política oficial de silêncio forçado que vigorou no país durante os mais de vinte anos de ditadura civil-militar –, como também e, justificativas filosóficas bastante robustas, que, em alguma medida, ligam-se ao conceito de democracia como autocorreção. A tutela da livre expressão viabiliza a busca pelas melhores ideias por meio do cotejo entre argumentos falseáveis, garantindo maior vitalidade ao debate público. Também tutela a autorrealização e o livre desenvolvimento da personalidade individual, tendo em vista que somos formados pelos sentimentos e pelas reflexões que transmitimos aos outros e pelas impressões que os outros nos provocam quando exprimem os seus próprios sentimentos e as suas próprias reflexões. E é pressuposto da democracia, já que a troca de ideias, dados e informações é essencial para que os cidadãos formem suas próprias convicções acerca dos assuntos importantes da vida coletiva, além de assegurar aos governados a possibilidade de criticar e de exercer controle sobre os seus governantes. Dessa maneira, é possível aplicar medidas militantes quando se verificar o apoio, por atores do jogo político, a

propostas autoritárias, que coloquem em risco a referida liberdade pública ou o seu exercício equânime por todos os cidadãos.

25. Nas democracias constitucionais, o respeito à *igualdade formal* é tão relevante que se concretiza desde as urnas, mediante a forte relação que existe entre tal postulado e o próprio sufrágio. Embora outros meios de seleção de representantes já tenham sido utilizados pelos regimes democráticos, as eleições se respaldam na exigência fundamental de que cada voto tenha obrigatoriamente o mesmo peso na definição dos caminhos da empreitada democrática: *"one person, one vote"*. E o direito de sufrágio apela à isonomia no pleito eleitoral porque, em última análise, a própria democracia se preocupa com a garantia da igualdade jurídica entre as pessoas nas demais searas da vida. Tal preocupação está traduzida na Constituição de 1988, que trata homens e mulheres, sem ressalvas, como iguais perante a lei, em direitos e obrigações. Impede-se, assim, a criação de leis benéficas a alguns e prejudiciais a outros, bem como se obriga que as normas jurídicas sejam aplicadas de modo a dispensar o mesmo grau de respeito e consideração aos seus destinatários. Afora as hipóteses de relativização desse postulado para a correção de desníveis sociais no mundo real, o princípio da igualdade reconduz à proibição geral do arbítrio, não podendo ser subvertido de acordo com a mera vontade de maiorias de plantão, sob pena de se afrontar o núcleo do regime democrático. Nesse sentido, é possível lançar mão de providências de autodefesa democrática em face de atores políticos cujas plataformas de ação coloquem em risco a tutela elementar da igualdade formal, garantindo, assim, que determinadas pessoas não sejam tratadas como cidadãos de segunda classe.

26. A *incitação à violência* por atos ou palavras também pode ensejar a aplicação de medidas de autodefesa democrática. Trata-se de justificativa irredutível para a democracia militante, uma vez que os regimes democráticos carregam consigo um compromisso inafastável com a recusa da brutalidade. No Brasil, o uso de medidas militantes como mecanismo de reação ao incentivo à violência pode ganhar destaque em casos nos quais o franco apoio ao recrudescimento do combate armado a infratores da lei, presente no discurso e nas propostas de determinados atores políticos, transborde qualquer nível de razoabilidade, voltando-se contra pessoas específicas ou contra membros de grupos sociais vulneráveis. Também tende a se refletir no debate acerca da ligação entre agentes políticos e milícias. Uma vez comprovada a vinculação com esses grupos paramilitares, herdeiros diretos dos antigos esquadrões de extermínio e dos porões sombrios dos aparelhos de repressão da ditadura civil-militar, haverá fundamento jurídico para o uso de medidas de autodefesa democrática.

27. Outro cenário de aplicação da democracia militante é a *adoção de discursos de ódio (hate speech)* por partidos e agentes políticos. A vedação ao *hate speech* parte do pressuposto de que o cenário fecundo para o progresso por meio do cotejo de ideias exige que as pessoas estejam dispostas a ouvir as opiniões umas das outras e de refletir sobre as suas próprias compreensões de mundo, o que jamais ocorrerá se os participantes do debate não se enxergarem como indivíduos dotados dos mesmos direitos. Não bastasse, deve-se notar que ser alvo de ataques discriminatórios é um significativo atentado à autoestima de cada indivíduo, afetando, por conseguinte, o desenvolvimento da sua personalidade, sobretudo porque todo indivíduo só se realiza na medida em que é aceito pelo próximo como merecedor de igual respeito e consideração. O discurso de ódio também aliena as suas vítimas do debate público, exercendo sobre elas um verdadeiro efeito silenciador e, por consequência, prejudicando a igual participação de todos os cidadãos na construção da vontade democrática. Proibir o *hate speech* não é impor padrões de civilidade ou de perfeccionismo ao discurso, mas sim fazer valer a premissa sobre a qual se deve estruturar o debate público. Sob tal perspectiva, mostra-se justificável o uso de medidas militantes para impedir que partidos e agentes políticos, cujas bandeiras se apoiem ostensivamente no discurso de ódio contra minorias vulneráveis, acessem as esferas formais de representação popular.

28. A democracia constitucional mantém forte vínculo com a necessidade de se limitar o poder, por meio da criação, do desenvolvimento e da proteção de instituições políticas em constante processo de aperfeiçoamento. O princípio da *separação de poderes* visa justamente a esse fim, mediante a repartição do poder em funções desempenhadas por diversas instâncias. Não se ignora que a concretização do princípio em questão varia de país para país e que, como as instituições e a sociedade não evoluem no mesmo tempo, é importante abrir margem para novos arranjos e para soluções experimentais, com vistas a tornar os órgãos públicos mais responsivos às demandas populares. Entretanto, por mais que a teoria da democracia militante não vise à imutabilidade das instituições, nenhuma das propostas de alteração do sistema de separação funcional dos poderes pode implicar a sua destruição. Em um regime constitucional que preconiza a limitação da vontade popular em benefício da democracia e dos direitos fundamentais, sequer as reivindicações das maiorias de plantão podem ensejar mudanças desse tipo. E é a subversão do sistema de separação funcional do poder, com intuitos autoritários, que a democracia militante deve pretender evitar.

29. É inegável o vínculo entre a democracia militante e a lógica da prevenção de riscos às instituições e aos valores democráticos, por meio da restrição a direitos políticos. Dentre as *medidas restritivas de prevenção*, extrai-se da Constituição de 1988 a proibição a partidos políticos antidemocráticos. Com efeito, em seu art. 17, *caput*, a carta estabelece que são livres a criação, a fusão, a incorporação e a extinção dessas organizações, porém fixa condicionante essencial ao exercício dessa liberdade pública, qual seja, o respeito da soberania nacional, do regime democrático, do pluripartidarismo e dos direitos fundamentais da pessoa humana. Do mesmo modo, veda expressamente a utilização, por partidos políticos, de organização de caráter paramilitar, como se depreende do seu art. 17, § 4º. A Lei n° 9.096/1995, ao disciplinar as agremiações partidárias, contempla normas semelhantes, mas é omissa quanto à possibilidade de se cancelar o registro e o estatuto de partidos que violem os valores indicados no art. 17, *caput*, CF/88. Tal circunstância, contudo, não pode prejudicar a efetividade da carta política na tarefa de conter o autoritarismo. Está-se, aliás, diante de norma constitucional que visa proteger direitos, garantias e princípios autoaplicáveis, nos termos do art. 5º, § 1º, CF/88. Nesse sentido, é possível a invocação direta da Constituição.

30. Solução diversa deve ser dada à não concessão ou à invalidação do registro de candidaturas individuais, que também consistem em medidas restritivas de prevenção. Nem a CF/88, nem a Lei n° 9.096/1995 fazem qualquer menção à vedação de candidatos autoritários, e o próprio texto constitucional prevê que, para se instituir novas hipóteses de inelegibilidade, é necessária a mediação do Congresso Nacional, por meio de lei complementar. Seria possível defender a incidência do art. 17, *caput*, CF/88, sobre candidaturas individuais a partir de interpretação teleológica do seu dispositivo, sobretudo porque já se extraiu da Constituição casos de inelegibilidade não previstos expressamente em lei. Todavia, parece imprudente ignorar que, de acordo com as diretrizes de hermenêutica constitucional, restrições a direitos fundamentais tão importantes como as liberdades de expressão e de participação política devem ser interpretadas de maneira igualmente restritiva. Nessa linha, o uso de medidas preventivas de autodefesa democrática contra candidaturas individuais depende do advento de lei específica. Se elaborada e aprovada, tal lei reforçará a teleologia do art. 17, *caput*, CF/88, diante do fato de que a vida política brasileira costuma girar mais em torno de pessoas que de partidos.

31. Atualmente, muitas democracias já estão sendo governadas por agentes autoritários. Mostra-se, assim, imprescindível que se busquem *medidas restritivas de reação*, e não mais de prevenção, a esses atores políticos, que, hoje no poder, possuem capacidade ainda maior de

ameaçar o bom funcionamento dos regimes democráticos. Na ordem jurídica brasileira, destacam-se, para esse fim, o *impeachment*, a perda de mandato parlamentar, o ajuizamento de ação popular e a aplicação da Lei n° 7.170/1983 a agentes estatais.

32. Regulado pela Constituição de 1988 e pela Lei n° 1.079/1950, o *impeachment* permite que o Congresso Nacional afaste o presidente ou demais autoridades públicas no caso do cometimento de crime de responsabilidade, observando-se as etapas regulares do trâmite regular e as garantias processuais cabíveis. Dentre as infrações passíveis de gerar o impedimento no Brasil, a carta política e a legislação infraconstitucional preveem condutas diretamente ligadas à violação de valores centrais para a nossa democracia constitucional, o que, nesses casos, aproxima o instituto da teoria da democracia militante. Contudo, a natureza eminentemente política do *impeachment* o diferencia de outras medidas de autodefesa democrática, tanto no que diz respeito aos gargalos institucionais envolvidos, quanto em relação ao processo em si. Devido aos seus profundos impactos para a vida coletiva, é imprescindível que o impedimento seja manuseado de forma cautelosa e com base em provas robustas da prática de crime de responsabilidade, para que não opere como mecanismo ilegítimo de reversão do pleito eleitoral. Em termos de defesa da democracia, o *impeachment* não é mecanismo de construção de um regime supostamente perfeito, mas sim ferramenta de reação a governantes claramente autoritários, como é o caso de Jair Bolsonaro.

33. Embora deputados e senadores sejam constitucionalmente invioláveis por suas palavras e votos – regra que visa reforçar liberdade de congressistas com o objetivo de garantir a independência do Poder Legislativo –, não se deve confundir imunidade material com blindagem. Dessa forma, se a criação, a fusão e a incorporação de partidos políticos estão restritas à observância dos princípios do regime democrático, do pluripartidarismo e dos direitos fundamentais da pessoa humana, é possível dizer que os congressistas, que têm acesso direto às esferas formais de tomada de decisão em virtude dos seus cargos, também estão. Deputados e senadores podem defender as mais variadas bandeiras e propostas, mas não lhes é dado atentar, com atos e palavras, os valores centrais da democracia, independentemente do recinto em que se encontrarem. Neste caso, o próprio Poder Legislativo poderá atuar como agente da democracia militante, mediante a aplicação da sanção constitucional de *perda do mandato* por violação do decoro parlamentar. Afinal, não há maior abuso de prerrogativa do que se valer das liberdades garantidas pela democracia para atacá-la. É claro que, para tanto, a respectiva casa

legislativa deverá respeitar o devido processo legal, bem como as demais garantias processuais que a Constituição reconhece ao congressista.

34. Também é possível considerar o uso da *ação popular* na defesa da democracia contra agentes autoritários, especialmente no campo da nomeação para cargos públicos. Prevista na Constituição de 1988, trata-se de ferramenta ligada à tutela de interesses coletivos. Apesar de depender de decisão judicial para gerar efeitos, a ação popular coloca a própria cidadania à frente da tarefa de proteger os valores democráticos, ganhando destaque entre os demais mecanismos judiciais vocacionados à preservação de interesses transindividuais. Uma das principais utilidades da ação popular é a anulação ou a declaração de nulidade de atos administrativos lesivos ao patrimônio público, à moralidade administrativa, ao meio ambiente e ao patrimônio histórico e cultural. Sabe-se que o chefe do Poder Executivo possui significativo grau de discricionariedade na escolha dos nomes que integrarão a Administração Pública. Contudo, a indicação de indivíduos com credenciais antidemocráticas, sobretudo se for para comprometer a missão institucional dos órgãos que gerenciarão, configura abuso de poder por desvio de finalidade, passível de ser questionado por meio de ação popular. Nessa hipótese, tem-se violação ao princípio da moralidade para fins de satisfação de interesses políticos sectários. Mais que agente da burocracia, a Administração é fiadora das promessas constitucionais, e deve atuar pela preservação dos valores democráticos, e não o contrário.

35. O uso da teoria da democracia militante para reagir a agentes autoritários também pode perpassar a *aplicação da Lei n° 7.170/1983, conhecida como Lei de Segurança Nacional*. Tal diploma normativo criminaliza atos cometidos contra o regime democrático e o Estado de Direito, resgatando, assim, a interface entre Direito Penal e democracia militante. Elaborada sob a égide do regime civil-militar, a referida lei ainda é objeto de desconfiança justificada acerca da sua aplicação pelo Poder Público, considerando os traumas gerados pelo uso da doutrina de segurança nacional com o objetivo de perseguir opositores da ditadura, considerados como inimigos internos da pátria brasileira. Por outro lado, não se pode ignorar que a CF/88 possui mandado de criminalização expresso em face de atentados à democracia constitucional (art. 5º, inciso XLIV). Sob tal perspectiva, a despeito do contexto histórico no qual foi originariamente concebida, é possível aplicar a Lei de Segurança Nacional para fins de preservação da democracia brasileira, mediante robusta filtragem constitucional, capaz de dar às suas normas nova orientação e de identificar os seus nichos autoritários. Obviamente, o seu

uso deve respeitar todos os rígidos princípios de dogmática penal, submetendo-se a escrutínio muito mais rígido por parte do Poder Público, se comparada às outras providências restritivas.

36. Fora do âmbito essencialmente militante, a necessidade de se defender os regimes democráticos também recomenda que se atente a *medidas imunizantes*. Menos invasivos que os expedientes de cunho restritivo e mais focados nas causas que nos sintomas do crescimento do autoritarismo, tais instrumentos visam fortalecer as democracias a longo prazo, reduzindo a demanda por projetos políticos antidemocráticos. Ressaltam-se, assim, a promoção material da igualdade, o uso de medidas educativas e a instituição de uma política oficial de memória.

37. O Brasil ainda é um país profundamente desigual, com altos índices de concentração de renda nas mãos de poucos e inegável quadro de marginalização social de parcela significativa de sua população. Para além dos seus efeitos diretos na vida das pessoas, esse cenário de desigualdade – intensificado durante os anos de hegemonia do pacto neoliberal – ameaça o bom funcionamento da democracia, ao alimentar ilusões de superioridade nos mais ricos e sentimentos de indignação nos mais pobres, possibilitando que lideranças autoritárias explorem as divisões societais para fins eleitoreiros. Em contrapartida, a Constituição de 1988 aposta no caminho da redução das disparidades sociais, com vistas à emancipação de todos os cidadãos. Para cumprir o projeto constitucional, o Estado brasileiro tem a obrigação de perseguir a *igualdade material* em duas frentes: tanto pela redistribuição de bens econômicos, quanto pela promoção de agendas de reconhecimento no campo cultural. Trata-se de dimensões complementares do princípio em questão, que devem andar lado a lado. Embora não seja legítimo lançar mão de medidas militantes *stricto sensu* para se promover a igualdade material o paradigma autodefensivo de democracia pode inspirar a adoção, no Brasil, de mecanismos de redução da desigualdade, tornando a política nacional mais resistente à captura eleitoral por grupos, movimentos ou agentes autoritários.

38. As democracias constitucionais pressupõem conflitos e consensos. Para que os diferentes grupos sociais possam disputar o poder de maneira a não ameaçar a sobrevivência do projeto democrático, deve-se partir de determinados acordos preliminares acerca dos valores fundamentais ao jogo político. Pode-se dizer que, no Brasil atual, tais acordos foram esfacelados; e, para reconstruí-los, deve-se apelar a *instrumentos pedagógicos*, destinados a formar cidadãos atentos à importância de se engajar na luta pela democracia e de se rejeitar soluções autoritárias. A inserção de disciplinas específicas sobre noções de democracia e de

Direito Constitucional na grade curricular oficial de estabelecimentos educacionais pode contribuir para essa finalidade. Tal proposta parte do pressuposto de que a juventude e o espaço escolar são partes essenciais do processo de revitalização dos nossos sentimentos políticos, além de valorizar o papel das humanidades na formação de cidadãos conscientes do seu lugar da sociedade e de responder à pretensão obscurantista dos que querem amordaçar as salas de aula. Diante do crescimento da polarização das disputas políticas e do debate público no Brasil, é fundamental tentar promover lugares-comuns, em prol da nossa democracia.

39. Para facilitar a saída dos militares do poder na virada da ditadura para a democracia, aceitou-se um modelo de transição pela transação, que, a despeito das suas razões pragmáticas, gerou efeitos muito perniciosos. A onda de saudosismo pelos anos de chumbo representa à perfeição um país que cisma em tratar as chagas abertas do seu passado com o bálsamo do esquecimento. Apesar dos últimos esforços para resgatar a verdade da nossa história recente, tornando-a menos suscetível a manipulações políticas, é preciso ir além. A democracia constitucional brasileira só poderá ter controle sobre as suas próprias lembranças se for implementada uma *política oficial de memória*, com a ampla construção de museus, monumentos e memoriais voltados a expor, de um lado, a realidade sombria do Estado Novo e da ditadura civil-militar, e, de outro lado, a importância dos direitos fundamentais.

Observações finais: levando piadas a sério

Na virada da década de 1980, o Peru estava dividido entre a recessão econômica, a convulsão social e a crise política. Os altos índices de inflação, o perigo representado pelas ações violentas dos guerrilheiros maoístas da organização Sendero Luminoso e a desconfiança da população peruana em relação ao *establishment* político fizeram com que Alberto Fujimori derrotasse o admirado romancista Mario Vargas Llosa no pleito presidencial de 1990. Visto por parcela significativa do público como uma solução possível para os graves problemas que o país enfrentava, aquele reitor de universidade até então pouco conhecido tinha muito trabalho a fazer e, para isso, precisaria não apenas contornar a sua própria falta de experiência, como também dobrar, por meio do diálogo e da negociação, a classe política tradicional, os partidos de oposição no Congresso, a Suprema Corte e a mídia.

Em pouco tempo, Fujimori demonstrou que não estava à altura do cargo. Sua dificuldade em lidar com a complexidade dos processos democráticos o fez apelar a insultos contra os seus opositores, chamando-os de "charlatões", "lacaios", "patifes". Os aliados do novo presidente, não raro, punham-se a reclamar da rigidez da Constituição peruana, como se ela fosse um obstáculo incômodo para as vontades do governo. Com o acirramento das críticas institucionais e midiáticas à sua gestão, Fujimori desafiou o Congresso para uma queda de braço, enviando-lhe, em novembro de 1991, um pacote maciço de decretos, que visavam instituir, dentre outras medidas, restrições às liberdades civis, sob o pretexto de combater o terrorismo. O parlamento, por sua vez, aceitou o desafio. Além de rejeitar ou desfigurar as principais propostas, aprovou legislação que limitava os poderes presidenciais. O contra-ataque de Fujimori consistiu em dizer que o Congresso era dominado por traficantes de drogas, o que levou o Senado a acatar uma moção para afastar o presidente por "incapacidade moral". Com a ajuda do exército, o *outsider* gritou mais alto, e, em abril de 1992, dissolveu o parlamento.[1234]

O exemplo peruano demonstra que, muitas vezes, o fim da democracia é a crônica de uma morte anunciada, que começa com recados inquietantes, transforma-se em ameaças ruidosas e desemboca em atos dramáticos. Desde a eleição de Jair Bolsonaro, o Brasil vem trilhando um caminho de etapas similares e, apesar de ainda não termos chegado ao ponto sem retorno, é difícil não ser pessimista. Em artigo publicado no jornal Folha de São Paulo, Thiago Amparo denuncia o aumento da violência praticada contra integrantes de grupos vulneráveis para concluir que a atual crise democrática do nosso país se alimenta do autoritarismo endêmico contra as minorias.[1235] Ele está certo: para algumas pessoas, as panelas da democracia brasileira vêm fervendo há muito tempo; porém, com o novo governo, todos os sapos tendem a morrer mais rápido.

O pessimismo, contudo, não pode justificar a inação. "Precisamos viver, não importa quantos tenham sido os céus que desabaram."[1236] A própria origem etimológica da palavra

[1234] Para recontar os episódios que levaram à crise constitucional peruana de 1992, este trabalho se valeu do relato de LEVITSKY, Steven; ZIBLATT, Daniel. *Como as democracias morrem*, op. cit., pp. 76, ss.

[1235] Cf. AMPARO, Thiago. "Truculência nas ruas materializa autoritarismo nada gradual". *Folha de São Paulo*, 01 de dezembro de 2019. Disponível eletronicamente em: <https://www1.folha.uol.com.br/colunas/thiago-amparo/2019/12/truculencia-nas-ruas-materializa-autoritarismo-nada-gradual.shtml?origin=folha>. Acesso em: 05 de março de 2020.

[1236] LAWRENCE, D. H. *O amante de lady Chatterley*. Tradução de Sergio Flaksman. São Paulo: Penguin Classics Companhia das Letras, 2010, p. 45.

"crise" remete à necessidade de se tomar decisões.[1237] Se a situação é crítica, deve-se agir, e não o contrário. Em passagem célebre dos seus cadernos do cárcere, o filósofo italiano Antonio Gramsci, aprisionado pelo regime fascista de Mussolini, escreveu: "A crise consiste justamente no fato de que o velho está morrendo e o novo ainda não pode nascer. Nesse interregno, despontam sintomas mórbidos dos mais diversos tipos".[1238] Em uma democracia constitucional como a nossa, sempre aberta a ideias e projetos originais, é preciso garantir que o novo se ajuste às demandas por liberdade e igualdade para todos, mas isso só acontecerá se impedirmos que os sintomas mórbidos do autoritarismo possam exercer qualquer influência sobre os processos de mudança.

É nesse contexto que se insere o resgate da democracia militante e o debate sobre a criação de restrições legais a projetos políticos opressivos. Independentemente da posição que se tome nas discussões sobre a consistência e a conveniência dessa teoria tão polêmica, é imprescindível que se busque proteger, mesmo nas disputas políticas mais acirradas, os ideais centrais para a preservação dos valores democráticos e dos direitos fundamentais de todos os indivíduos. Apenas assim, a cidadania e a Constituição poderão, de uma vez por todas, triunfar sobre os fantasmas que, de tempos em tempos, de crise em crise, ressurgem do pântano da história para nos assombrar. Como mencionado na introdução deste trabalho, Joseph Goebbels tentou ridicularizar a democracia ao dizer que ela gosta de contar piadas. Cabe a nós, portanto, levá-las a sério para que a democracia esteja sempre disposta a ridicularizar os tiranos de plantão.

[1237] PRZEWORSKI, Adam. *Crises of Democracy*, op. cit., p. 09.

[1238] GRAMSCI, Antonio. *Prison Notebooks*. Vol. II. Edição e tradução de Joseph A. Buttigieg. New York: Columbia University Press, 1996, pp. 32-33 (tradução livre para o português).

REFERÊNCIAS

AB'SÁBER, Tales. "Brasil, a ausência significante política (uma comunicação)". In: TELES, Edson; SAFATLE, Vladimir. *O que resta da ditadura*: a exceção brasileira. São Paulo: Boitempo, 2010.

ABRANCHES, Sérgio. "Polarização radicalizada e ruptura eleitoral". In: ABRANCHES, Sérgio et al. *Democracia em risco?*: 22 ensaios sobre o Brasil hoje. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

ABRANCHES, Sérgio. *Presidencialismo de coalização*: raízes e evolução do modelo político brasileiro. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

ABROMEIT, John et al. (ed.). *Transformation of populism in Europe and the Americas*: history and recent tendencies. London: Bloomsbury, 2016.

ACCETTI, Carlo Invernizzi; ZUCKERMAN, Ian. "What's Wrong with Militant Democracy?". *Political Studies,* vol. 65, n° 1S, 2017.

ACERVO O GLOBO. "No plebiscito de 1993, Brasil disse não à monarquia e sim ao presidencialismo", 05 de setembro de 2013. Disponível eletronicamente em: <https://acervo.oglobo.globo.com/fatos-historicos/no-plebiscito-de-1993-brasil-disse-nao-monarquia-sim-ao-presidencialismo-9840238>. Acesso em: 22 de fevereiro de 2020.

ACKERMAN, Bruce. "Adeus, Montesquieu". Tradução de Diego Werneck Arguelhes e Thomaz Henrique Junqueira de Andrade Pereira. *Revista de Direito Administrativo,* vol. 265, 2014.

ACKERMAN, Bruce. "The New Separation of Powers". *Harvard Law Review*, vol. 113, n° 03, 2000, pp. 639-640.

ADVISORY COUNCIL ON INTERNATIONAL AFFAIRS – AIV. "The will of the people? The erosion of democracy under the rule of law in Europe". *Advisory Reports*, n° 104, 2017, pp. 05-09. Disponível eletronicamente em:<https://www.advisorycouncilinternationalaffairs.nl/documents/publications/2017/06/02/the-will-of-the-people>. Acesso em: 30 de junho de 2019.

AGOSTINI, Renata. "MEC cortará verba de universidade por 'balbúrdia' e já enquadra UnB, UFF e UFBA". *O Estado de São Paulo*, 30 de abril de 2019. Disponível eletronicamente em: <https://educacao.estadao.com.br/noticias/geral,mec-cortara-verba-de-universidade-por-balburdia-e-ja-mira-unb-uff-e-ufba,70002809579>. Acesso em: 01 de março de 2020.

ALBERT, Richard. "Constitutional Amendment and Dismemberment". *Yale Journal of International Law*, vol. 43, n° 01, 2018.

ALBRIGHT, Madeleine. *Fascismo*: um alerta. Tradução de Jaime Biaggio. São Paulo: Planeta, 2018.

ALEIXO, Pedro. *Imunidades parlamentares*. Belo Horizonte: Revista Brasileira de Estudos Políticos, 1961.

ALFONSO, Daniel Angyalossy. "Bolsonaro's take on the 'absence of racism' in Brazil". *Race & Class*, 2019, pp. 01-17.

ALMEIDA, Marco Rodrigo. "Morte da democracia virou bordão para atrair imprensa, diz autor". *Folha de São Paulo*, 11 de maio de 2019. Disponível eletronicamente em: <https://www1.folha.uol.com.br/ilustrissima/2019/05/morte-da-democracia-virou-bordao-para-atrair-imprensa-diz-autor.shtml>. Acesso em 11 de julho de 2019.

ALMEIDA, Rodrigo de. "Deuses do Parlamento: os impedimentos de Dilma". In: ALMEIDA, Rodrigo de; TONIOL, Rodrigo (orgs.). *Conservadorismos, fascismos e fundamentalismos*: análises conjunturais. Campinas: Unicamp, 2018.

ALMEIDA, Ronaldo de. "Deus acima de todos". In: ABRANCHES, Sérgio et al. *Democracia em risco?*: 22 ensaios sobre o Brasil hoje. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

ALMEIDA, Silvio Luiz de. "Neoconservadorismo e liberalismo". In: GALLEGO, Esther Solano (org.). *O ódio como política*: a reinvenção das direitas no Brasil. São Paulo: Boitempo, 2018.

ALONSO, Angela. "A comunidade moral bolsonarista". In: ABRANCHES, Sérgio et al. *Democracia em risco?*: 22 ensaios sobre o Brasil hoje. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

ALVES, Fernando de Brito; BARBOSA, Amanda Querino dos Santos. "Conselhos de políticas públicas: análise crítica do instituto e legitimidade democrática das suas decisões e procedimentos". *Nomos*, vol. 38, n° 01, 2018.

AMARAL JÚNIOR, José Levi Mello do. *Inviolabilidade parlamentar*. Tese de livre docência apresentada à Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, 2018.

AMBROSE, Stephen E. *The Supreme Commander*: The War Years of Dwight D. Eisenhower. New York: Anchor Books, 2012.

AMHERST COLLEGE. "Karl Loewenstein Papers, 1822-1977 (bulk 1908-1973)". *Amherst College Archives and Special Collections*. Disponível eletronicamente em: <https://www.amherst.edu/system/files/media/0218/LoewensteinFA_2011.pdf>. Acesso em: 14 de janeiro de 2020.

AMPARO, Thiago. "Truculência nas ruas materializa autoritarismo nada gradual". *Folha de São Paulo*, 01 de dezembro de 2019. Disponível eletronicamente em: <https://www1.folha.uol.com.br/colunas/thiago-amparo/2019/12/truculencia-nas-ruas-materializa-autoritarismo-nada-gradual.shtml?origin=folha>. Acesso em: 05 de março de 2020.

ANDERSON, Perry. *Brazil Apart*: 1964-2019. Londres e New York: Verso, 2019.

ANDRADE, Carlos Drummond de. "Acordar, viver". In: *Farewell*. Rio de Janeiro: Record, 1996.

ANDRÉS, Roberto. “Posfácio”. In: WEIL, Simone. *Pela supressão dos partidos políticos*. Tradução de Lucas Neves, Belo Horizonte: Âyiné, 2018.

ARAÚJO, Bruno; PRIOR, Hélder. “Framing Political Populism: The Role of Media in Framing the Election of Jair Bolsonaro”. *Journalism Practice*, 2020.

ARAÚJO, Cícero. “Voto Obrigatório”. In: AVRITZER, Leonardo; ANASTASIA, Fátima (orgs.). *Reforma Política no Brasil*. Belo Horizonte: UFMG, 2007.

ARAÚJO, Paulo Magalhães. “Bicameralismo: história, conceito e funções nos governos contemporâneos”. *Revista Brasileira de Estudos Políticos*, n° 114, 2017.

ARAÚJO, Thiago de. “Bolsonaro diz não acreditar que desigualdade salarial exista”. *Exame*, 08 de março de 2016. Disponível eletronicamente em: <https://exame.abril.com.br/brasil/bolsonaro-diz-nao-acreditar-que-desigualdade-salarial-ocorra/>. Acesso em: 15 de março de 2020.

ARENDT, Hannah. *Sobre a revolução*. Tradução de Denise Bottman. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

ARISTÓTELES. *A política*. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

ARISTÓTELES. *Ética a Nicómaco*. Tradução de María Araujo e Julián Marías. Madrid: Centro de Estudios Políticos y Constitucionales, 2002.

ARGUELHES, Diego Werneck; RECONDO, Felipe. “Toffoli, Bolsonaro e o ‘pacto’: o problema da ‘cooperação judicial antecipada’”. *Jota*, 03 de junho de 2019. Disponível eletronicamente em: <https://www.jota.info/stf/supra/stf-e-governo-o-fenomeno-da-cooperacao-judicial-antecipada-03062019>. Acesso em: 08 de maio de 2020.

ARGUELHES, Diego Werneck; RIBEIRO, Leandro Molhano. “Ministrocracia: o Supremo Tribunal Federal individual e o processo democrático brasileiro”. *Novos Estudos CEBRAP*, vol. 37, n° 01, 2018.

ARGUELHES, Diego Werneck; SÜSSEKIND, Evandro Proença. “Judicialização antes da democratização? O Supremo Tribunal Federal e o destino da Emenda Constitucional das ‘Diretas Já’”. *Pensar*, vol. 23, n° 04, 2018.

ASCENSÃO, José de Oliveira. *O Direito*: introdução e teoria geral – uma perspectiva luso-brasileira. Rio de Janeiro: Renovar, 1994.

ASSIS, Machado de. *Memórias Póstumas de Brás Cubas*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2001

ÁVILA, Humberto. *Teoria dos princípios*: da definição à aplicação dos princípios jurídicos. São Paulo: Malheiros, 2006.

AVRITZER, Leonardo. *Impasses da democracia no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

AVRITZER, Leonardo. *O pêndulo da democracia*. São Paulo: Todavia, 2019.

AVRITZER, Leonardo. "O pêndulo da democracia no Brasil: uma análise da crise 2013-2018". *Novos Estudos CEBRAP*, vol. 37, n° 02, 2018.

AVRITZER, Leonardo. "The impeachment of Dilma Rousseff: introduction". *Critical Policy Studies*, vol. 11, n° 03, 2017.

BACKES, Uwe. "Limits of political freedom in democratic constitutional states: a comparative study on Germany, France and the USA". *Totalitarismus und Demokratie*, vol. 03, n° 02, 2006.

BAIER, Annette C. "Hume, the women's moral theorist?" In: *Moral Prejudices*: essays on ethics. Cambridge: Harvard University Press, 1995.

BALBI, Clara. "Edital suspenso após críticas de Bolsonaro previa séries com gays e evangélicos". *Folha de São Paulo*, 24 de agosto de 2019. Disponível eletronicamente em: <https://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/2019/08/edital-suspenso-apos-criticas-de-bolsonaro-previa-series-com-gays-e-evangelicos.shtml>. Acesso em: 01 de março de 2020.

BALE, Tim. "Are Bans on Political Parties Bound to Turn Out Badly? A Comparative Investigation of Three 'Intolerant' Democracies: Turkey, Spain, and Belgium". *Comparative European Politics*, vol. 05, n° 02, 2007.

BALKIN, Jack. "Constitutional Crisis and Constitutional Rot". In: GRABER, Mark A.; LEVINSON, Sanford; TUSHNET, Mark (ed.). *Constitutional Democracy in Crisis?*. Oxford: Oxford University Press, 2018.

BALKIN, Jack M. *Constitutional Redemption*: political faith in an unjust world. Cambridge: Harvard University Press, 2011.

BALKIN, Jack. "Constitutional Rot". In: SUNSTEIN, Cass R. (ed.). *Can It Happen Here?*: Authoritarianism in America. New York: HarperCollins, 2018.

BÁNKUTTI, Miklós; HALMAI, Gábor; SCHEPPELE, Kim Lane. "Hungary's Illiberal Turn: Disabling the Constitution". In: KRASZTEV, Péter; VAN TIL, Jon (ed.). *The Hungarian Patient*: Social Opposition to an Illiberal Democracy. Budapeste: Central European University Press, 2016.

BAPTISTA, Érica Anita Baptista; TELLES, Helcimara de Souza. "Lava Jato: escândalo político e opinião pública". In: KERCHE, Fábio; FERES JÚNIOR, João (coords.). *Operação Lava Jato e a democracia brasileira*. São Paulo: Contracorrente, 2018.

BAPTISTA, Patrícia; CAPECCHI, Daniel. "Se o Direito Administrativo fica, o Direito Constitucional não passa: perspectivas do Direito Público contemporâneo sobre uma velha questão". *Revista de Direito da Cidade*, vol. 08, n° 04.

BARAK, Aharon. *The Judge in a Democracy*. Princeton: Princeton University Press, 2006.

BARBA, Mariana Della; WENTZEL, Marina. "Discurso de Bolsonaro deixa ativistas 'estarrecidos' e leva OAB a pedir sua cassação". *BBC Brasil,* 20 de abril de 2016. Disponível eletronicamente em: <https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2016/04/160415_bolsonaro_ongs_oab_mdb>. Acesso em: 11 de março de 2020.

BARBOSA, Rui. *Comentários à Constituição Federal Brasileira*. Volume II. São Paulo: Saraiva, 1933.

BARENDT, Eric. *Freedom of Speech*. New York: Oxford University Press, 2005.

BARROS, Marco Antonio de. "A Lei de Segurança Nacional e a legislação penal militar". *Justitia,* vol. 63, n° 193, 2001.

BARROSO, Luís Roberto. "A efetividade das normas constitucionais revisitada". *Revista de Direito Administrativo*, n° 197, 1994, p. 36.

BARROSO, Luís Roberto. "'Aqui, lá e em todo lugar': a dignidade humana no Direito contemporâneo e no discurso transnacional". Tradução de Humberto Laport de Mello. *Revista dos Tribunais*, ano 101, vol. 919, 2012.

BARROSO, Luís Roberto. *Interpretação e Aplicação da Constituição*: fundamentos de uma dogmática constitucional transformadora. São Paulo: Saraiva, 2001, p. 137.

BARROSO, Luís Roberto. "Liberdade de Expressão, censura e controle da programação de televisão na Constituição de 1988". In: *Temas de Direito Constitucional.* Rio de Janeiro: Renovar, 2001.

BARROSO, Luís Roberto. "'Operação Abafa' tenta barrar avanços do STF, escreve Barroso". *Folha de São Paulo*, 23 de fevereiro de 2018. Disponível eletronicamente em: <https://www1.folha.uol.com.br/ilustrissima/2018/02/em-artigo-ministro-do-supremo-rebate-criticas-feitas-ao-tribunal.shtml>. Acesso em: 08 de maio de 2020.

BARROSO, Luís Roberto. "Trinta anos da Constituição: a república que ainda não foi". In: BARROSO, Luís Roberto; MELLO, Patrícia Perrone Campos (coords.). *A república que ainda não foi*: trinta anos da Constituição de 1988 na visão da Escola de Direito Constitucional da UERJ. Belo Horizonte: Fórum, 2018.

BASTOS, Celso Ribeiro. *Comentários à Constituição do Brasil*. Volume IV, Tomo I. São Paulo: Saraiva, 1999.

BATISTA, Nilo. *Introdução crítica ao Direito Penal brasileiro*. Rio de Janeiro: Revan, 2007.

BAUER, Caroline Silveira. "Conciliação e revanchismo ao término da ditadura civil-militar brasileira: a perpetuação do medo através do perigo da 'argentinização' da transição política". *Diálogos,* vol. 18, n° 01, 2014.

BAYLE, Pierre. *A Philosophical Commentary on These Words of the Gospel, Luke 14.23, 'Compel Them to Come In, That My House May Be Full'*. Indianapolis: Liberty Fund, 2005.

BENDERSKY, Joseph W. *A Concise History of Nazi Germany*. Lanham: Rowman & Littlefield Publishers, 2014.

BENDERSKY, Joseph W. *Carl Schmitt*: Theorist for the Reich. Princeton: Princeton University Press, 1983.

BENVINDO, Juliano Zaiden. "Preservationist Constitutional Amendments and the Rise of Antipolitics in Brazil". *Blog of the International Journal of Constitutional Law*, 26 de outubro de 2016. Disponível eletronicamente em: <http://www.iconnectblog.com/2016/10/preservationist-constitutional-amendments-and-the-rise-of-antipolitics-in-brazil>. Acesso em: 16 de julho de 2019.

BENITES, Afonso. "Militares e cúpula do Legislativo intervêm para manter Mandetta, a despeito de Bolsonaro". El País Brasil, 07 de abril de 2020. Disponível eletronicamente em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2020-04-07/militares-e-cupula-do-legislativo-intervem-para-manter-mandetta-a-despeito-de-bolsonaro.html>. Acesso em: 07 de abril de 2020.

BENITES, Afonso. "Pacto entre poderes, a ideia que une Bolsonaro e Toffoli". *El País Brasil*, 27 de maio de 2019. Disponível eletronicamente em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2019/05/28/politica/1559000662_221947.html>. Acesso em: 08 de maio de 2020.

BERADT, Charlotte. *Sonhos no Terceiro Reich*. Tradução de Silvia Bittencourt. São Paulo: Três Estrelas, 2017.

BERCOVICI, Gilberto. "'O direito constitucional passa, o direito administrativo permanece': a persistência da estrutura administrativa de 1967". In: TELES, Edson; SAFATLE, Vladimir. *O que resta da ditadura*: a exceção brasileira. São Paulo: Boitempo, 2010.

BERGAMO, Mônica. "Toffoli se irrita com decisões do STF contra Bolsonaro". *Folha de São Paulo*, 08 de maio de 2020. Disponível eletronicamente em: <https://www1.folha.uol.com.br/colunas/monicabergamo/2020/05/toffoli-se-irrita-com-decisoes-do-stf-contra-bolsonaro.shtml>. Acesso em: 08 de maio de 2020.

BERGER, Suzanne. "Populism and the Failures of Representation". *French Politics, Culture & Society*, vol. 35, n° 02, 2017.

BERLIN, Isaiah. "To Define Populism". *The Isaiah Berlin Virtual Library*. Disponível eletronicamente em: <http://berlin.wolf.ox.ac.uk/lists/bibliography/bib111bLSE.pdf>. Acesso em: 03 de julho de 2019.

BERMEO, Nancy. "On Democratic Backsliding". *Journal of Democracy*, vol. 27, n° 01, 2016.

BERMEO, Nancy. *Ordinary People in Extraordinary Times*: The Citizenry and the Breakdown of Democracy. Princeton: Princeton University Press, 2003.

BERTONCELO, Edison Ricardo Emiliano. "'Eu quero votar para presidente': uma análise sobre a Campanha das Diretas". *Lua Nova*, n° 76, 2009.

BICUDO, Hélio. Lei de Segurança Nacional: leitura crítica. São Paulo: Edições Paulinas, 1986.

BINENBOJM, Gustavo. "Meios de Comunicação de Massa, Pluralismo e Democracia Deliberativa: As liberdades de expressão e de imprensa nos Estados Unidos e no Brasil". *Revista da EMERJ*, vol. 06, n° 23, 2003.

BLACKSTONE, William. *Commentaries on the Laws of England, in Four Books*. Livro I. Londres: Strahan and Woodfall, 1793.

BLIGH, Gur. "Defending Democracy: A New Understanding of the Party-Banning Phenomenon". *Vanderbilt Journal of Transnational Law*, vol. 46, n° 05, 2013, p. 1329.

BOBBIO, Norberto. *A Era dos Direitos*. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. São Paulo: Elsevier, 2004.

BOBBIO, Norberto. *Teoria geral da política*: a filosofia política e as lições dos clássicos. Organizado por Michelangelo Bovero. Tradução de Daniela Beccaccia Versiani. Rio de Janeiro: Elsevier, 2000.

BOHMAN, James. "Reflexive Toleration in a Deliberative Democracy". In: MCKINNON, Catriona; CASTIGLIONE, Dario (ed.). *The Culture of Toleration in Diverse Societies*: Reasonable tolerance. Manchester: Manchester University Press, 2003.

BONIN, Robson. "Popularidade de Lula bate recorde e chega a 87%, diz Ibope". *G1*, 16 de dezembro de 2010. Disponível eletronicamente em: <http://g1.globo.com/politica/noticia/2010/12/popularidade-de-lula-bate-recorde-e-chega-87-diz-ibope.html>. Acesso em: 17 de julho de 2019.

BORGES, Rodolfo. "Brasil tem maior concentração de renda do mundo entre o 1% mais rico". *El País Brasil*, 14 de dezembro de 2017. Disponível eletronicamente em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2017/12/13/internacional/1513193348_895757.html>. Acesso em: 11 de julho de 2019.

BOURDIEU, Pierre. "Sistemas de ensino e sistemas de pensamento". In: *A economia das trocas simbólicas*. Organização de Sergio Miceli. Tradução de Sergio Miceli et al. São Paulo: Perspectiva, 2007.

BOURNE, Angela K. *Democratic Dilemmas*: why democracies ban political parties. Oxon e New York: Routledge, 2018.

BOURNE, Angela K.; BÉRTOA, Fernando Casal. "Mapping 'Militant Democracy': Variation in Party Ban Practices in European Democracies (1945-2015)". *European Constitutional Law Review*, vol. 13, n° 02, 2017.

BOURNE, Angela K. "Militant Democracy and the Banning of Political Parties in Democratic States: Why Some Do and Why Some Don't". In: ELLIAN, Afshin; RIJPKEMA, Bastiaan (ed.). *Militant Democracy*: Political Science, Law and Philosophy. Cham: Springer, 2018.

BOURNE, Angela K. “The proscription of parties and the problem with militant democracy”. *The Journal of Comparative Law*, vol. 07, n° 01, 2012.

BOURNE, Angela K. “Why ban Batasuna? Terrorism, political parties and democracy”. *Comparative European Politics*, vol. 13, nº 03, 2015.

BOYLE, Kevin. “Human Rights, Religion and Democracy: The Refah Party Case”. *Essex Human Rights Review*, vol. 01, n° 01, 2004.

BRAMATTI, Daniel; MONNERAT, Alessandra. “Após ataques de Bolsonaro, boatos contra alvos do presidente ganham impulso nas redes”. *O Estado de São Paulo*, 04 de agosto de 2019. Disponível eletronicamente em: <https://politica.estadao.com.br/blogs/estadao-verifica/apos-ataques-de-bolsonaro-boatos-contra-alvos-do-presidente-ganham-impulso-nas-redes/>. Acesso em: 14 de março de 2020.

BRANDÃO, Antônio José. “Moralidade administrativa”. *Revista de Direito Administrativo*, vol. 25, 1951.

BRANDÃO, Rodrigo. “A judicialização da política: teorias, condições e o caso brasileiro”. *Revista de Direito Administrativo*, vol. 263, 2013.

BRANDÃO, Rodrigo. *Supremacia judicial versus diálogos constitucionais*: a quem cabe a última palavra sobre o sentido da Constituição?. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2017.

BRANT, Daniele. “Maia critica Bolsonaro e diz que é melhor ‘respeitar a ciência do que fritar’ o Mandetta”. Folha de São Paulo, 07 de abril de 2020. Disponível eletronicamente em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2020/04/maia-critica-bolsonaro-e-diz-que-e-melhor-respeitar-a-ciencia-do-que-fritar-o-mandetta.shtml>. Acesso em: 07 de abril de 2020.

BREMS, Eva. “Belgium: The Vlaams Blok political party convicted indirectly of racism”. *International Journal of Constitutional Law*, vol. 04, n° 04, 2006.

BRENNAN, Jason. *Against Democracy*. Princeton: Princeton University Press, 2016.

BRINGEL, Breno; PLEYERS, Geoffrey. “Junho de 2013... dois anos depois: polarização, impactos e reconfiguração do ativismo no Brasil”. *Nueva Sociedade*, vol. 259, n° 01, 2015.

BRITTO, Carlos Ayres. “Definições de crimes de responsabilidade do presidente da República”. *Conjur*, 01 de setembro de 2015. Disponível eletronicamente em: <https://www.conjur.com.br/2015-set-01/ayres-britto-crimes-responsabilidade-presidente>. Acesso em: 12 de março de 2020.

BROSSARD, Paulo. *O impeachment*: aspectos da responsabilidade do presidente da República. São Paulo: Saraiva, 1992.

BROWN, Wendy. *Nas ruínas do neoliberalismo*: a ascensão da política antidemocrática no ocidente. Tradução de Mario A. Marino e Eduardo Altheman C. Santos. São Paulo: Politeia, 2019.

BROWN, Wendy. *Undoing the Demos:* Neoliberalism's Stealth Revolution. New York: Zone Books, 2015.

BRUM, Eliane. *Brasil, construtor de ruínas*: um olhar sobre o país, de Lula a Bolsonaro. Porto Alegre: Arquipélago Editorial, 2019.

BUCCI, Daniela. *Direito Eleitoral e Liberdade de Expressão*: Limites Materiais. São Paulo: Almedina, 2018.

BUENO, José Antônio Pimenta. "Direito Público Brasileiro e Análise da Constituição do Império". In: KUGELMAS, Eduardo (org.). *José Antônio Pimenta Bueno, Marquês de São Vicente*. São Paulo: Editora 34, 2002.

BUGARIC, Bojan, "Populism, liberal democracy, and the rule of law in Central and Eastern Europe". *Communist and Post-Communist Studies*, vol. 41, n° 02, 2008.

BUGARIC, Bojan. "The two faces of populism: between authoritarian and democratic populism". *German Law Journal*, vol. 20, n° 03, 2019.

BURITY, Joanildo. "A onda conservadora na política brasileira traz o fundamentalismo ao poder?". In: ALMEIDA, Rodrigo de; TONIOL, Rodrigo (orgs.). *Conservadorismos, fascismos e fundamentalismos*: análises conjunturais. Campinas: Unicamp, 2018.

CABRAL, Rebeca Lopes. "Caminhando por sítios de memória da ditadura argentina: o ex Casino de Oficiales e o Ex Club Atlético". *Revista M.*, vol. 03, n° 05, 2018.

CALDEIRA NETO, Odilon. *Sob o signo do sigma*: integralismo, neointegralismo e antissemitismo. Maringá: EDUEM, 2014.

CALGARO, Fernanda. "'Já está feito, já pegou fogo, quer que faça o quê?', diz Bolsonaro sobre incêndio no Museu Nacional". G1, 04 de setembro de 2018. Disponível eletronicamente em: <https://g1.globo.com/politica/eleicoes/2018/noticia/2018/09/04/ja-esta-feito-ja-pegou-fogo-quer-que-faca-o-que-diz-bolsonaro-sobre-incendio-no-museu-nacional.ghtml>. Acesso em: 20 de março de 2020.

CALIL, Gilberto. "Embates e disputas em torno das jornadas de junho". *Projeto História*, n° 47, 2013.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. *Diário*, ano LXX, n° 192, 10/11/2015.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. *Sessão 091.2.55.O*, 17 de abril de 2016. Disponível eletronicamente em: <https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/plenario/discursos/escrevendohistoria/destaque-de-materias/impeachment-da-presidente-dilma/sessao-091-de-170416>. Acesso em: 11 de março de 2020.

CÂMARA DOS LORDES; CÂMARA DOS COMUNS. *Parliamentary Privilege*: First Report, 1999, parágrafos 03 a 16. Disponível eletronicamente em: <https://publications.parliament.uk/pa/jt199899/jtselect/jtpriv/43/4305.htm>. Acesso em: 22 de março de 2020.

CAMPBELL, Peter Scott. “Democracy v. Concentrated Wealth: In Search of a Louis D. Brandeis Quote”. *Green Bag*, n° 16, n° 03, 2013.

CANÁRIO, Pedro; VASCONCELLOS, Marcos de. “Sergio Moro divulgou grampos ilegais de autoridades com prerrogativa de foro”. *Conjur*, 16 de março de 2016. Disponível eletronicamente em: <https://www.conjur.com.br/2016-mar-16/moro-divulgou-grampos-ilegais-autoridades-prerrogativa-foro>. Acesso em: 17 de julho de 2019.

CANO, Ignacio; DUARTE, Thais. *No sapatinho*: a evolução das milícias no Rio de Janeiro (2008-2011). Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll, 2012.

CANOTILHO, J. J. Gomes. *Direito Constitucional e Teoria da Constituição*. Coimbra: Almedina, 2003.

CANOTILHO, J. J. Gomes; MOREIRA, Vital. *Fundamentos da Constituição*. Coimbra: Coimbra Editora, 1991.

CAPOCCIA, Giovanni. *Defending Democracy*: Reactions to Extremism in Interwar Europe. Baltimore: The Johns Hopkins University Press, 2005.

CAPOCCIA, Giovanni. “Militant Democracy and the Study of Political Tolerance”. In: MALKOPOULOU, Anthoula; KIRSHNER, Alexander S. (ed.). *Militant Democracy and Its Critics*. Edinburgh: Edinburgh University Press, 2019.

CAPPELLETTI, Mauro. “Fundamental Guarantees of the Parties in Civil Litigation: Comparative Constitutional, International, and Social Trends”. *Stanford Law Review*, vol. 25, n° 05, 1973.

CARDOZO, Benjamin N. *The Nature of the Judicial Process*. New Haven: Yale University Press, 1921.

CAROTHERS, Thomas. “The End of the Transition Paradigm”. *Journal of Democracy*, vol. 12, n° 01, 2002.

CARPENTER, Dale. “The Antipaternalism Principle in the First Amendment”. *Creighton Law Review*, vol. 37, 2004.

CARVALHO, Bruno. “Não foi você: uma interpretação do bolsonarismo”. *Piauí*, julho de 2018.

CARVALHO, Daniel. “Eu sou a Constituição, diz Bolsonaro ao defender democracia e liberdade um dia após ato pró-golpe militar”. *Folha de São Paulo*, 20 de abril de 2020. Disponível eletronicamente em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2020/04/democracia-e-liberdade-acima-de-tudo-diz-bolsonaro-apos-participar-de-ato-pro-golpe.shtml?origin=folha>. Acesso em: 20 de abril de 2020.

CARVALHO, José Murilo de. “Brasileiro: cidadão?”. In: *Pontos e bordados*: escritos de história e política. Belo Horizonte: UFMG, 2005.

CARVALHO, Luiz Maklouf. *1988: Segredos da Constituinte*. Os vinte meses que agitaram e mudaram o Brasil. Rio de Janeiro: Record, 2017.

CARVALHO, Luiz Maklouf. "'Marco Aurélio Mello acabará entrando para a história pela porta dos fundos'". *O Estado de São Paulo*, 10 de dezembro de 2016. Disponível eletronicamente em: <https://politica.estadao.com.br/noticias/geral,marco-aurelio-mello-acabara-entrando-para-a-historia-pela-porta-dos-fundos,10000093678>. Acesso em: 07 de março de 2016.

CASTELLS, Manuel. *Ruptura*: a crise da democracia liberal. Tradução de Joana Angélica d'Ávila Melo. Rio de Janeiro: Zahar, 2018.

CASTRO, Fernando; NUNES, Samuel Nunes; NETTO, Vladimir. "Moro derruba sigilo e divulga grampo de ligação entre Lula e Dilma; ouça". *G1*, 16 de março de 2016. Disponível eletronicamente em: <http://g1.globo.com/pr/parana/noticia/2016/03/pf-libera-documento-que-mostra-ligacao-entre-lula-e-dilma.html>. Acesso em: 17 de julho de 2019.

CAYÓN, José Ignacio Solar. "Defensa preventiva de la democracia: la posición del Tribunal Europeo de Derechos Humanos". *Criterio Jurídico Garantista*, ano 03, n° 06, 2012.

CHAFETZ, Josh. *Democracy's Privileged Few*: Legislative Privilege and Democratic Norms in the British and American Constitutions. New Haven: Yale University Press, 2007.

CHALÁMOV, Varlam. *Contos de Kolimá*. Tradução de Denise Sales e Elena Vasilevich. São Paulo: Editora 34, 2015.

CHUEIRI, Veram Karam de. *Fundamentos do Direito Constitucional*. Curitiba: IESDE, 2009, pp. 63-64.

CHOU, Mark. *Democracy against itself*: sustaining an unsustainable idea. Edinburgh: Edinburgh University Press, 2014.

CHUEIRI, Vera Karam de. "Prefácio". In: GODOY, Miguel Gualano de. *Devolver a Constituição ao Povo*: crítica à supremacia judicial e diálogos institucionais. Belo Horizonte: Fórum, 2017.

CINTRA, Antonio Carlos de Araújo; GRINOVER, Ada Pellegrini; e DINAMARCO, Cândido Rangel. *Teoria Geral do Processo*. São Paulo: Malheiros, 2011.

CLÈVE, Clèmerson Merlin. "Ações Afirmativas, Justiça e Igualdade". *Revista Digital de Direito Administrativo*, vol. 03, n° 03, 2016.

CLÈVE, Clèmerson Merlin; LORENZETTO, Bruno Meneses. "Jurisdição constitucional e paternalismo: reflexões sobre a Lei da Ficha Limpa". *Revista Eletrônica Direito e Política*, vol. 09, n° 01, 2014.

CLITEUR, Paul; RIJPKEMA, Bastiaan. "The Foundations of Militant Democracy". In: ELLIAN, Afshin; MOLIER, Gelijn (ed.). *The State of Exception and Militant Democracy in a Time of Terror*. Dordrecht: Republic of Letters, 2012.

COELHO, Alexandra Prado. “Eduardo Viveiros de Castro: ‘Gostaria que o Museu Nacional permanecesse como ruína, memória das coisas mortas’”. Público, 04 de setembro de 2018. Disponível eletronicamente em: <https://www.publico.pt/2018/09/04/culturaipsilon/entrevista/eduardo-viveiros-de-castro-gostaria-que-o-museu-nacional-permanecesse-como-ruina-memoria-das-coisas-mortas-1843021>. Acesso em: 20 de março de 2020.

COHEN-ALMAGOR, Raphael. *The Boundaries of Liberty and Tolerance*: the Struggle against Kahanism in Israel. Gainesville: University Press of Florida, 1994.

COFFÉ, Hilde. “The adaptation of the extreme right’s discourse: the case of the Vlaams Block”. *Ethical Perspectives*, vol. 12, n° 02, 2005.

COIMBRA, Cecília Maria Bouças. “Doutrinas de segurança nacional: banalizando a violência”. *Psicologia em Estudo*, vol. 05, n° 02, 2000.

COMISSÃO DE VENEZA. *Guidelines on Prohibition and Dissolution of Political Parties and Analogous Measures*, 2000.

COMISSÃO DE VENEZA. *Opinion n° 489/2008*.

COMISSÃO DE VENEZA. *Opinion n° 633/2012*.

COMISSÃO DE VENEZA. *Opinion n° 664/2012*.

COMISSÃO EUROPEIA. *May infringements' package: key decisions*, 2016, tradução livre. Disponível eletronicamente em: <https://ec.europa.eu/commission/presscorner/detail/en/MEMO_16_1823>. Acesso em: 22 de janeiro de 2020.

COMITÊ DOS MINISTROS DO CONSELHO DA EUROPA. “The Council of Europe and the Rule of Law: an overview” (CM(2008)170). *CM Documents*, 1042bis Meeting, 2008, p. 05 (tradução livre). Disponível eletronicamente em: < https://www.coe.int/t/dc/files/Ministerial_Conferences/2009_justice/CM%20170_en.pdf>. Acesso em: 22 de janeiro de 2020.

CONGRESSO EM FOCO. “Bolsonaro: ‘Quilombola não serve nem para procriar’”, 05 de abril de 2017. Disponível eletronicamente em: <https://congressoemfoco.uol.com.br/especial/noticias/bolsonaro-quilombola-nao-serve-nem-para-procriar/>. Acesso em: 21 de julho de 2019.

CORNELL, Drucilla; MUVANGUA, Nyoko. *Ubuntu and the Law*: African Ideals and Postapartheid Jurisprudence. New York: Fordham University Press, 2012.

CORREIO BRAZILIENSE. “64% dos brasileiros são contrários à posse de arma, diz pesquisa”, 11 de abril de 2019. Disponível eletronicamente em: <https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/politica/2019/04/11/interna_politica,748941/64-dos-brasileiros-sao-contrarios-a-posse-de-arma-diz-pesquisa.shtml>. Acesso em: 21 de julho de 2019.

CORREIO BRAZILIENSE. “Bolsonaro rompe isolamento e aparece em manifestação a favor do governo”, 15 de março de 2020. Disponível eletronicamente em: <https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/politica/2020/03/15/interna_politica,834451/bolsonaro-rompe-isolamento-e-aparece-em-manifestacao.shtml>. Acesso em: 16 de março de 2020.

CORTE CONSTITUCIONAL DA COLÔMBIA. Sentença T-391/07.

CORTE EUROPEIA DE DIREITOS HUMANOS. *Application n° 20/1997/804/1007*, sentença de 25 de maio de 1998.

CORTE EUROPEIA DE DIREITOS HUMANOS. *Application n° 23885/94*, sentença de 08 de dezembro de 1999.

CORTE EUROPEIA DE DIREITOS HUMANOS. *Application n° 33/1996/752/951*, sentença de 30 de janeiro de 1998.

CORTE EUROPEIA DE DIREITOS HUMANOS. *Applications n° 22723/93, n° 22724/93 e n° 22725/93*, sentença de 09 de abril de 2002.

CORTE EUROPEIA DE DIREITOS HUMANOS. *Applications n° 25803/04 e n° 25817/04*, sentença de 30 de junho de 2009.

CORTE EUROPEIA DE DIREITOS HUMANOS. *Application n° 35071/97*, sentença de 14 de junho de 2014.

CORTE EUROPEIA DE DIREITOS HUMANOS. *Applications n° 41340/98, n° 41342/98, n° 41343/98 e n° 41344/98*, sentença de 13 de fevereiro de 2003.

COUTINHO, Carlos Nelson; MORAES, Dênis de. “Intelectuais, luta política e hegemonia cultural”. *Revista Praia Vermelha*, vol. 22, n° 02, 2013.

COVER, Robert. “Nomos and Narrative”. In: MINOW, Martha; RYAN, Michael; SARAT, Austin (ed.). *Narrative, Violence, and the Law*: The Essays of Robert Cover. Ann Arbor: The University of Michigan Press, 1995.

COWELL-MEYERS, Kimberly; ARTHUR, Paul. “Irish Republican Army”. *Encyclopædia Britannica*. Disponível eletronicamente em: <https://www.britannica.com/topic/Irish-Republican-Army>. Acesso em: 30 de janeiro de 2020.

CRAM, Ian. *Terror and the War on Dissent*: Freedom of Expression in the Age of Al Qaeda. Heidelberg: Springer, 2009.

CREPPELL, Ingrid. “Tolerance, Politics, and the Role of Mutuality”. In: WILLIAMS, Melissa S.; WALDRON, Jeremy (ed.). *Toleration and Its Limits*. New York: New York University Press, 2008.

D’AGOSTINO, Rosanne; OLIVEIRA, Mariana. “AGU diz ao Supremo que decreto sobre armas vai ‘ao encontro da vontade popular’”. *G1*, 05 de junho de 2019. Disponível

eletronicamente em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2019/06/05/agu-diz-ao-supremo-que-decreto-sobre-armas-vai-ao-encontro-da-vontade-popular.ghtml>. Acesso em: 21 de julho de 2019.

DAHL, Robert A. *A democracia e seus críticos*. Tradução de Patrícia de Freitas Ribeiro. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2012.

DAHL, Robert A. *Sobre a democracia*. Tradução de Beatriz Sidou. Brasília: UnB, 2001.

DAL RI JÚNIO, Arno. "O conceito de segurança nacional na doutrina jurídica brasileira usos e representações do Estado Novo à ditadura militar brasileira (1935-1985)". *Revista de Direitos Fundamentais e Democracia*, vol. 14, n° 14, 2013.

DALY, Tom Gerald. "Populism, Public Law, and Democratic Decay in Brazil: Understanding the Rise of Jair Bolsonaro". *14th International Human Rights Researchers' Workshop: 'Democratic Backsliding and Human Rights'*, 2019.

DAMATTA, Roberto; JUNQUEIRA, Alberto. *Fila e democracia*. Rio de Janeiro: Rocco, 2017.

DANTAS, Bruna Suruagy do Amaral. *Religião e política*: ideologia e ação da "Bancada Evangélica" na Câmara Federal. Tese de doutorado apresentada ao Departamento de Psicologia Social da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2011.

DAVIS, Lane. "The Cost of Realism: Contemporary Restatements of Democracy". *The Western Political Quarterly*, vol. 17, n° 01, 1964.

DE MORREE, Paulien. *Rights and Wrongs Under the ECHR:* The Prohibition of Abuse of Rights in Article 17 of the European Convention on Human Rights. Cambridge – Antuérpia – Portland: Intersentia, 2016.

DEFOE, Daniel. "On Government by Parties". In: GUNN, J. A. W. Gunn (ed.). *Factions No* More: Party in Government Opposition in Attitudes to Eighteenth Century England**.** Londres: Frank Cass & Co, 1972.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. *O anti-Édipo*: capitalismo e esquizofrenia 1. Tradução de Luiz B. L. Orlandi. São Paulo: Editora 34, 2010.

DELLA COLETTA, Ricardo; ONOFRE, Renato. "Não queremos negociar nada, diz Bolsonaro em ato pró-intervenção militar diante do QG do Exército". *Folha de São Paulo*, 19 de abril de 2020. Disponível eletronicamente em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2020/04/nao-queremos-negociar-nada-diz-bolsonaro-em-carreata-anti-isolamento-em-brasilia.shtml>. Acesso em: 19 de abril de 2020.

DIAMOND, Larry. "Facing Up to the Democratic Recession". *Journal of Democracy*, vol. 26, n° 01, 2015.

DICKSON, Del. *The People's Government*: an introduction to democracy. Cambridge: Cambridge University Press, 2014.

DIDIER JR., Fredie. *Sobre a Teoria Geral do Processo, essa desconhecida*. Salvador: JusPodivm, 2016.

DJEREJIAN, Edward. "The U.S. and the Middle East In a Changing World". *The DISAM Journal*, 1992, p. 37, tradução livre e grifos acrescentados. Disponível eletronicamente em: <https://www.discs.dscu.mil/pubs/vol%2014_4/djerejian.pdf>. Acesso em: 15 de janeiro de 2020.

DOCA, Geralda. "Em resposta a Bolsonaro, 20 governadores divulgam carta de apoio ao Congresso". *O Globo*, 19 de abril de 2020. Disponível eletronicamente em: <https://oglobo.globo.com/brasil/em-resposta-bolsonaro-20-governadores-divulgam-carta-de-apoio-ao-congresso-24382307>. Acesso em: 19 de abril de 2020.

DÖRRE, Klaus. "'Take Back Control!' Marx, Polanyi and Right-Wing Populist Revolt". *Österreichische Zeitschrift Für Soziologie*, vol. 44, n° 02, 2019.

DOWNS, William M. *Political extremism in democracies*: combating intolerance. New York: Palgrave, 2012.

DU BOIS, W. E. B. *Black Reconstruction in America, 1860-1888*. New York: The Free Press, 1998.

DUARTE, Luiz Fernando Dias. "Valores cívicos e morais em jogo na Câmara dos Deputados: a votação sobre o pedido de impeachment da Presidente da República". *Religião e Sociedade*, vol. 37, n° 01, 2017.

DUNAI, Marton; THAN, Krisztina. "Hungary's Fidesz wins historic two-thirds mandate". *Reuters*, 25 de abril de 2010. Disponível eletronicamente em: <https://www.reuters.com/article/us-hungary-election/hungarys-fidesz-wins-historic-two-thirds-mandate-idUSTRE63O1KB20100425>. Acesso em: 08 de julho de 2019.

DW. "Turkey 'on the road to autocracy,' Venice Commission watchdog says", 01 de março de 2017 (tradução livre). Disponível eletronicamente em: <https://www.dw.com/en/turkey-on-the-road-to-autocracy-venice-commission-watchdog-says/a-37756991>. Acesso em: 23 de janeiro de 2020.

DWORKIN, Gerald. "Paternalism". The Monist, vol. 56, n° 01, 1972.

DWORKIN, Ronald. "A Kind of Coup". *The New York Review of Books*, 14 de janeiro de 1999 (tradução livre). Disponível eletronicamente em: <https://www.nybooks.com/articles/1999/01/14/a-kind-of-coup/>. Acesso em: 12 de março de 2020.

DWORKIN, Ronald. *A Matter of Principle*. Cambridge: Harvard University Press, 1985.

DWORKIN, Ronald. *O direito da liberdade*: a leitura moral da Constituição norte-americana. Tradução de Marcelo Brandão Cipolla. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

DWORKIN, Ronald. *Taking Rights Seriously*. Cambridge: Harvard University Press, 1978.

EATWELL, Roger. “On defining the ‘Fascist Minimum’: the centrality of ideology”. *Journal of Political Ideologies*, vol. 01, n° 03, 1996.

EATWELL, Roger. “The extreme right in Britain: the long road to ‘modernization’”. In: EATWELL, Roger; MUDDE, Cas (ed.). *Western Democracies and the New Extreme Right Challenge*. Londres e New York: Routledge, 2004.

ECO, Umberto. *O fascismo eterno*. Tradução de Eliana Aguiar. Rio de Janeiro: Record, 2018.

EDWARDS, Griffin Sims; RUSHIN, Stephen. “The Effect of President Trump's Election on Hate Crimes”. *SSRN Electronic Journal*, 2018.

ELIOT, T.S. “The Hollow Men”. In: *Poemas*. Organização, tradução e posfácio de Caetano W. Galindo. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

ELLIAN, Afshin. “L’amour de la démocratie versus the Dictatorship of the Constitutional State (Rechtsstaat). The Defense in Democracy Itself”. In: ELLIAN, Afshin; RIJPKEMA, Bastiaan (ed.). *Militant Democracy*: Political Science, Law and Philosophy. Cham: Springer, 2018.

ELLIAN, Afshin; RIJPKEMA, Bastiaan. “Introduction”. In: ELLIAN, Afshin; RIJPKEMA, Bastiaan (ed.). *Militant Democracy*: Political Science, Law and Philosophy. Cham: Springer, 2018.

EMPOLI, Giuliano da. *Os engenheiros do caos*. Tradução de Arnaldo Bloch. São Paulo: Vestígio, 2019.

ERK, Jan. “From Vlaams Blok to Vlaams Belang: The Belgian Far-Right Renames Itself”. *West European Politics*, vol. 28, n° 03, 2005.

ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA. *Congressional Record*: Proceedings and Debates of the 84th Congress First Session, vol. 101, parte 04, 1955.

EXAME. “Bolsonaro defende trabalho infantil: ‘não prejudica as crianças’, 05 de julho de 2019. Disponível eletronicamente em: <https://exame.abril.com.br/brasil/em-live-bolsonaro-afirma-que-trabalho-nao-atrapalha-criancas/>. Acesso em: 02 de agosto de 2019.

EXAME. “‘Brasil não pode ser país do mundo gay; temos famílias’, diz Bolsonaro”, 26 de abril de 2019. Disponível eletronicamente em: <https://exame.abril.com.br/brasil/brasil-nao-pode-ser-pais-do-mundo-gay-temos-familias-diz-bolsonaro/> Acesso em: 02 de agosto de 2019.

FALCÃO, Joaquim; ARGUELHES, Diego Werneck; PEREIRA, Thomaz (orgs.). *Impeachment de Dilma Rousseff*: entre o Congresso e o Supremo. Belo Horizonte: Letramento, 2017.

FALCÃO, Márcio; VIVAS, Fernanda. “Aras pede ao STF inquérito para apurar relação de deputados com atos contra a democracia”. *G1*, 20 de abril de 2020. Disponível eletronicamente em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/04/20/aras-pede-que-stf-investigue-participacao-de-deputados-em-organizacao-de-atos-contra-democracia.ghtml>. Acesso em: 21 de abril de 2020.

FARIA, Flávia. “Aprovação ao Congresso sobe e atinge 22% após renovação histórica, aponta Datafolha”. *Folha de São Paulo*, 13 de abril de 2019. Disponível eletronicamente em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2019/04/aprovacao-ao-congresso-sobe-e-atinge-um-quinto-dos-brasileiros-aponta-datafolha.shtml>. Acesso em: 21 de julho de 2019.

FARIA, Flávia. “Confiança na democracia sobe, mas insatisfação com seu funcionamento é de 58%”. *Folha de São Paulo*, 04 de junho de 2019. Disponível eletronicamente em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2019/06/confianca-na-democracia-sobe-mas-insatisfacao-com-seu-funcionamento-e-de-58.shtml>. Acesso em: 21 de julho de 201.

FEDERAÇÃO INTERNACIONAL DE DIREITOS HUMANOS – FIDH. *Hungary – Democracy under Threat*: Six Years of Attacks against the Rule of Law, 2016. Disponível eletronicamente em: <https://www.fidh.org/IMG/pdf/hungary_democracy_under_threat.pdf>. Acesso em: 22 de janeiro de 2020.

FEINBERG, Ayal; BRANTON, Regina; MARTINEZ-EBERS, Valerie. “The Trump Effect: How 2016 Campaign Rallies Explain Spikes in Hate”, 2019. Disponível eletronicamente em: < https://lmas.unt.edu/sites/lmas.unt.edu/files/lmas/Hate%20Incidents%20Spike_0.pdf>. Acesso em: 14 de março de 2020.

FEINBERG, Joel. “Legal Paternalism”. *Canadian Journal of Philosophy*, vol. 01, n° 01, 1971.

FELDENS, Luciano. “Comentário ao art. 5º, XLIV”. In: CANOTILHO, J. J. Gomes et al. (coords.). *Comentários à Constituição do Brasil*. São Paulo: Saraiva/Almedina, 2018.

FELDMAN, Noah; WEISBERG, Jacob. “What Are Impeachable Offenses?”. *The New York Review of Books*, 28 de setembro de 2017. Disponível eletronicamente em: <https://www.nybooks.com/articles/2017/09/28/donald-trump-impeachable-offenses/>. Acesso em: 12 de março de 2020.

FERNANDES, Talita; URIBE, Gustavo; ARBEX, Thais. “Bolsonaro demitiu Alvim após pressão do Congresso e da comunidade judaica”. *Folha de São Paulo*, 17 de janeiro de 2020. Disponível eletronicamente em: <https://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/2020/01/bolsonaro-demitiu-alvim-apos-pressao-de-cupula-do-congresso-e-da-comunidade-judaica.shtml>. Acesso em: 24 de março de 2020.

FERRARESI, Eurico. *Ação popular, ação civil pública e mandado de segurança coletivo*: instrumentos processuais coletivos. Rio de Janeiro: Forense, 2009.

FERRARI, Hamilton. “Governo Temer termina mandato com apenas 5% de aprovação, diz CNI”. *Correio Braziliense*, 13 de dezembro de 2018. Disponível eletronicamente em: <https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/politica/2018/12/13/interna_politica,725109/governo-temer-termina-mandato-com-apenas-5-de-aprovacao-diz-cni.shtml>. Acesso em: 16 de julho de 2019.

FERRAZ JUNIOR, Tércio Sampaio. *Introdução ao Estudo do Direito*: técnica, decisão, dominação. São Paulo: Atlas, 2003.

FERREIRA FILHO, Manoel Gonçalves. *Comentários à Constituição Brasileira de 1988*. Volume II. São Paulo: Saraiva, 1992.

FÉRREZ. "Periferia e conservadorismo". In: GALLEGO, Esther Solano (org.). *O ódio como política*: a reinvenção das direitas no Brasil. São Paulo: Boitempo, 2018.

FIGUEIREDO, Argelina Cheibub. "The Collor Impeachment and Presidential Government in Brazil". In: LLANOS, Mariana; MARSTEINTREDET, Leiv (ed.). *Presidential Breakdowns in Latin America*: Causes and Outcomes of Executive Instability in Developing Democracies. New York: Palgrave, 2010.

FISHER, Mark. "Democracy is Joy". In: AMBROSE, Darren (ed.). *k-punk*: The Collected and Unpublished Writings of Mark Fisher (2004-2016). Londres: Repeater Books, 2008.

FISS, Owen. *The Irony of Free Speech*. Cambridge: Harvard University Press, 1996.

FOLHA DE SÃO PAULO. "Corrupção é principal motivação de manifestantes em SP, diz Datafolha", 21 de junho de 2013. Disponível eletronicamente em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2013/06/1299344-corrupcao-e-principal-motivacao-de-manifestantes-em-sp-diz-datafolha.shtml>. Acesso em: 13 de julho de 2019.

FOLHA DE SÃO PAULO. "Editorial – Sob ataque, aos 99", 18 de fevereiro de 2020. Disponível eletronicamente em: <https://www1.folha.uol.com.br/opiniao/2020/02/sob-ataque-aos-99.shtml?origin=folha>. Acesso em: 01 de março de 2020.

FOLHA DE SÃO PAULO. "'Negro de direita', presidente da Fundação Palmares disse que escravidão foi benéfica", 27 de novembro de 2019. Disponível eletronicamente em: <https://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/2019/11/presidente-da-fundacao-palmares-nomeado-por-bolsonaro-diz-que-brasil-tem-racismo-nutella.shtml>. Acesso em: 24 de março de 2020.

FOLHA DE SÃO PAULO. "Popularidade de Dilma cai 27 pontos após protestos", 29 de junho de 2013. Disponível eletronicamente em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2013/06/1303541-popularidade-de-dilma-cai-27-pontos-apos-protestos.shtml>. Acesso em: 13 de julho de 2019.

FOLHA DE SÃO PAULO. "Protestos em ao menos 17 Estados pedem de impeachment a intervenção militar", 15 de março de 2015. Disponível eletronicamente em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2015/03/1603185-protestos-em-17-estados-pedem-de-impeachment-a-intervencao-militar.shtml>. Acesso em: 14 de julho de 2019.

FOMINA, Joanna; KUCHARCZYK, Jacek. "Populism and Protest in Poland". *Journal of Democracy*, vol. 27, n° 04, 2016.

FONER, Eric. *A Short Story of Reconstruction, 1863-1877*. New York: Harper Perennial, 1988.

FOPP, Rodney. "'Repressive Tolerance': Herbert Marcuse's Exercise in Social Epistemology". *Social Epistemology*, vol. 24, n° 02, 2010.

FORST, Rainer. *Toleration in Conflict*: Past and Present. Tradução de Ciaran Cronin. New York: Cambridge University Press, 2013.

FORURIA, Eduardo Vírgala. "The banning of political parties in Spain (the Batasuna case). *Ballot*, vol. 01, n° 01, 2015.

FOX, Gregory H. "The Right to Political Participation in International Law". *Yale Journal of International Law*, vol. 17, n° 02, 1992.

FOX, Gregory H.; NOLTE, Georg. "Intolerant Democracies". *Harvard International Law Journal*, vol. 36, n° 01, 1995.

FRAGA NETO, Armínio. "Estado, desigualdade e crescimento no Brasil". *Novos Estudos CEBRAP*, vol. 38, n° 03, 2019.

FRAGOSO, Heleno Cláudio. "A nova lei de segurança nacional". *Revista de Direito Penal de Criminologia*, n° 35, 1983.

FRAGOSO, Heleno Cláudio. "Lei de segurança nacional". *Revista de Informação Legislativa*, ano 15, n° 59, 1978.

FRAGOSO, Heleno Cláudio. "Para uma interpretação democrática da Lei de Segurança Nacional". *O Estado de São Paulo*, 21 de abril de 1983, p. 34. Disponível eletronicamente em: <http://www.fragoso.com.br/wp-content/uploads/2017/10/20171003012614-interpretacao_democratica_lei_seguranca_nacional.pdf>. Acesso em: 21 de abril de 2020.

FRANK, Jason. "Aesthetic Democracy: Walt Whitman and the Poetry of the People". *The Review of Politics*, vol. 69, n° 03, 2007.

FRANK, Thomas. "Forget Trump – populism is the cure, not the disease". *The Guardian*, 23 de maio de 2018. Disponível eletronicamente em: <https://www.theguardian.com/books/2018/may/23/thomas-frank-trump-populism-books>. Acesso em: 02 de julho de 2019.

FRANKENBERG, Günter. "The Learning Sovereign". In: NERGELIUS, Joakim (ed.). *Constitutionalism – New Challenges*: European Law from a Nordic Perspective. Leiden: Martius Nijhoff Publishers, 2008.

FRASER, Nancy. *O velho está morrendo e o novo não pode nascer*. Tradução de Gabriel Landi Fazzio. São Paulo: Autonomia Literária, 2020.

FRASER, Nancy. "Reframing Justice in a Globalizing World". In: OLSON, Kevin (ed). *Adding Insult to Injury*: Nancy Fraser Debates Her Critics. Londres e New York: Verso, 2008.

FRASER, Nancy; HONNETH, Axel. *Redistribution or Recognition?*: A Political-Philosophical Exchange. Tradução de Joel Golb, James Ingram e Christiane Wilke. Londres e New York: Verso, 2003.

FREEDOM HOUSE. *Freedom in the World 2019*. Disponível eletronicamente em: <https://freedomhouse.org/sites/default/files/Feb2019_FH_FITW_2019_Report_ForWeb-compressed.pdf>. Acesso em: 01 de julho de 2019.

FREEMAN, Joshua B. *Behemoth*: A History of the Factory and the Making of the Modern World. New York: W. W. Norton & Company, 2019.

FRESTON, Paul. *Evangelicals and Politics in Asia, Africa and Latin America*. Nova York: Cambridge University Press, 2004.

FRESTON, Paul. "Protestantismo e democracia no Brasil". *Lusotopie*, n° 06, 1999.

FUKUYAMA, Francis. "The End of History?". *The National Interest*, n° 16, 1989. Disponível eletronicamente em: <https://www.embl.de/aboutus/science_society/discussion/discussion_2006/ref1-22june06.pdf>. Acesso em: 01 de julho de 2019.

FUKUYAMA, Francis. *The End of History and the Last Man*. New York: The Free Press, 1992.

FULLER, Lon L. *The Morality of Law* (revised edition). New Haven: Yale University Press, 1969.

FUX, Luiz. "Depoimento de Luiz Fux à Uerj". In: *Setenta Anos de História e Memória: 1935-2005*. Disponível eletronicamente em: <http://www.direitouerj.org.br/2005/fdir70/depLF.htm>. Acesso em: 28 de janeiro de 2020.

G1. "Aprovação a Dilma cai para 13%, diz Datafolha", 18 de março de 2015. Disponível eletronicamente: <http://g1.globo.com/politica/noticia/2015/03/aprovacao-dilma-cai-para-13-diz-datafolha.html>. Acesso em: 14 de julho de 2019.

G1. "Bolsonaro diz: 'Não aceito resultado das eleições diferente da minha eleição'", 28 de setembro de 2018. Disponível eletronicamente em: <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/eleicoes/2018/noticia/2018/09/28/bolsonaro-diz-que-nao-aceitara-resultado-diferente-do-que-seja-a-minha-eleicao.ghtml>. Acesso em: 12 de março de 2020.

G1. "Bolsonaro diz no Conselho de Ética que coronel Ustra é 'herói brasileiro'", 08 de novembro de 2016. Disponível eletronicamente: <http://g1.globo.com/politica/noticia/2016/11/bolsonaro-diz-no-conselho-de-etica-que-coronel-ustra-e-heroi-brasileiro.html>. Acesso em: 21 de julho de 2019.

G1. "Bolsonaro diz que pede a 'Deus que não tenhamos problemas nesta semana, porque chegamos no limite'", 03 de maio de 2020. Disponível eletronicamente em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/05/03/bolsonaro-diz-que-pede-a-deus-que-nao-tenhamos-problemas-nesta-semana-porque-chegamos-no-limite.ghtml>. Acesso em: 03 de maio de 2020.

G1. "'Cada vez mais, o índio é um ser humano igual a nós', diz Bolsonaro em transmissão nas redes sociais", 24 de janeiro de 2020. Disponível eletronicamente em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/01/24/cada-vez-mais-o-indio-e-um-ser-humano-

igual-a-nos-diz-bolsonaro-em-transmissao-nas-redes-sociais.ghtml>. Acesso em: 20 de março de 2020.

G1. "'Ciências humanas são tão importantes quando exatas e biológicas', diz professora de Harvard", 30 de abril de 2019. Disponível eletronicamente em: <https://g1.globo.com/educacao/noticia/2019/04/30/ciencias-humanas-sao-tao-importantes-quando-exatas-e-biologicas-diz-professora-de-harvard.ghtml>. Acesso em: 18 de março de 2020.

G1. "É #FAKE que Haddad criou 'kit gay' para crianças de seis anos", 16 de outubro de 2018. Disponível eletronicamente em: <https://g1.globo.com/fato-ou-fake/noticia/2018/10/16/e-fake-que-haddad-criou-kit-gay-para-criancas-de-seis-anos.ghtml>. Acesso em: 20 de julho de 2019.

G1. "Ibope: 73% são contra a flexibilização do porte de armas e 26% são a favor", 03 de junho de 2019. Disponível eletronicamente em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2019/06/03/ibope-maioria-dos-entrevistados-em-pesquisa-e-contra-a-flexibilizacao-das-regras-de-armas.ghtml>. Acesso em: 21 de julho de 2019.

G1. "Juristas, políticos e entidades reagem a nova participação de Bolsonaro em ato antidemocracia", 03 de maio de 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/05/03/politicos-reagem-a-nova-participacao-de-bolsonaro-em-ato-antidemocratico.ghtml>. Acesso em: 03 de maio de 2020.

G1. "Pesquisa Datafolha: Lula, 39%; Bolsonaro, 19%; Marina, 8%; Alckmin, 6%; Ciro, 5%", 22 de agosto de 2018. Disponível eletronicamente em: <https://g1.globo.com/politica/eleicoes/2018/eleicao-em-numeros/noticia/2018/08/22/pesquisa-datafolha-lula-39-bolsonaro-19-marina-8-alckmin-6-ciro-5.ghtml>. Acesso em: 17 de julho de 2019.

G1. "Ouça trechos dos diálogos entre Romero Jucá e Sérgio Machado", 23 de maio de 2016. Disponível eletronicamente em: <http://g1.globo.com/politica/noticia/2016/05/leia-os-trechos-dos-dialogos-entre-romero-juca-e-sergio-machado.html>. Acesso em: 15 de julho de 2019.

G1. "TSE conclui votação: Jair Bolsonaro teve pouco mais de 55% dos votos", 29 de outubro de 2018. Disponível eletronicamente em: <https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2018/10/29/tse-conclui-votacao-jair-bolsonaro-teve-pouco-mais-de-55-dos-votos.ghtml>. Acesso em: 18 de julho de 2019.

GALEOTTI, Anna Elisabetta. "Citizenship and Equality: The Place for Toleration". *Political Theory*, vol. 21, n° 04, 1993.

GALLEGO, Esther Solano. "A luta é de todos nós". In: PRONER, Carol et al. (orgs.). *A resistência internacional ao golpe de 2016*. Bauru: Canal 6, 2016.

GALSTON, William A. *Anti-Pluralism*: The Populist Threat to Liberal Democracy. New Haven: Yale University Press, 2018.

GARCIA, Diego. “Questão ambiental é para veganos que só comem vegetais, diz Bolsonaro”. *Folha de São Paulo*, 27 de julho de 2019. Disponível eletronicamente em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2019/07/questao-ambiental-e-para-veganos-que-so-comem-vegetais-diz-bolsonaro.shtml>. Acesso em: 02 de agosto de 2019.

GARGARELLA, Roberto. “Latin America: Constitutions in Trouble”. In: GRABER, Mark A.; LEVINSON, Sanford; TUSHNET, Mark (ed.). *Constitutional Democracy in Crisis?*. Oxford: Oxford University Press, 2018.

GARGARELLA, Roberto. *Los fundamentos legales de la desigualdad*: el constitucionalismo en América (1776-1860). Madrid: Siglo XXI de España, 2005.

GASPAR, Malu. “O fiador”. *Piauí*, setembro de 2018.

GINSBURG, Tom. *Judicial Review in New Democracies*: Constitutional Courts in Asian Cases. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.

GINSBURG, Tom; HUQ, Aziz Z. *How to Save a Constitutional Democracy*. Chicago: The University of Chicago Press, 2018.

GINSBURG, Tom; MOUSTAFA, Tamir. “Introduction: The Functions of Courts in Authoritarian Politics”. In: GINSBURG, Tom; MOUSTAFA, Tamir (ed.). *Rule by Law*: The Politics of Courts in Authoritarian Regimes. Cambridge: Cambridge University Press, 2008.

GOÉS, Bruno; ARAGÃO, Helena; SOARES, Jussara. “Roberto Alvim copia discurso do nazista Joseph Goebbels e causa onda de indignação”. *O Globo*, 16 de janeiro de 2020. Disponível eletronicamente em: <https://oglobo.globo.com/cultura/roberto-alvim-copia-discurso-do-nazista-joseph-goebbels-causa-onda-de-indignacao-24195523>. Acesso em: 24 de março de 2020.

GOHN, Maria da Glória. *Manifestações de junho de 2013 no Brasil e praças dos indignados no mundo*. Petrópolis: Vozes, 2015.

GOMES, Ângela de Castro. “O Estado Novo e o debate sobre o populismo no Brasil”. *Sinais Sociais*, vol. 09, n° 05, 2014.

GOMES, Ângela de Castro. “O populismo e as ciências sociais no Brasil: notas sobre a trajetória de um conceito”. In: FERREIRA, Jorge (org.). *O populismo e sua história*: debate e crítica. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

GOMES, Wilson. “Toda balbúrdia será castigada”. *Revista Cult*, 03 de maio de 2019. Disponível eletronicamente em: <https://revistacult.uol.com.br/home/abraham-weintraub-balburdia/>. Acesso em: 31 de outubro de 2019.

GONÇALVES, Rafael Bruno; PEDRA, Graciele Macedo. “O surgimento das denominações evangélicas no Brasil e a presença na política”. *Diversidade Religiosa*, vol. 07, n° 02, 2017.

GRAMSCI, Antonio. *Prison Notebooks*. Vol. II. Edição e tradução de Joseph A. Buttigieg. New York: Columbia University Press, 1996.

GREENBERG, Udi. *The Weimar Century*: German Émigrés and the Ideological Foundations of the Cold War. Princeton: Princeton University Press, 2014.

GRIFFIN, Roger. *The Nature of Fascism*. Oxon e New York: Routledge, 1993.

GRIMM, Dieter. *Constituição e Política*. Tradução de Geraldo de Carvalho. Belo Horizonte: Del Rey, 2006.

GROSSMAN, Vassili. *Vida e destino*. Tradução de Irineu Franco Perpetuo. Rio de Janeiro: Objetiva, 2014.

GUEDES, Demian. *Autoritarismo e Estado no Brasil*: tradição, transição e processo administrativo. Belo Horizonte: Letramento, 2016.

GUEDES, Néviton. "Comentário ao art. 14, *caput*". In: CANOTILHO, J. J. Gomes et al. (coords.). *Comentários à Constituição do Brasil*. São Paulo: Saraiva/Almedina, 2018.

GUIORA, Amos N. *Tolerating Intolerance*: The Price of Protecting Extremism. New York: Oxford University Press, 2014.

GULLINO, Daniel. "Bolsonaro ignora resultado do PIB e posta vídeo em que humorista dá banana para jornalistas no Alvorada". *O Globo*, 04 de março de 2020. Disponível eletronicamente em: <https://oglobo.globo.com/brasil/bolsonaro-ignora-resultado-do-pib-posta-video-em-que-humorista-da-banana-para-jornalistas-no-alvorada-24285268>. Acesso em: 12 de março de 2020.

GÜNEY, Aylin; BAŞKAN, Filiz. "Party Dissolutions and Democratic Consolidation: The Turkish Case". *South European Society & Politics*, vol. 13, n° 03, 2008.

HABERMAS, Jürgen. "Religious Tolerance – The Pacemaker of Cultural Rights". *Philosophy*, vol. null, n° 01, 2004.

HAFFNER, Sebastian. *Defying Hitler*: a memoir. Tradução de Oliver Pretzel. New York: Picador, 2002.

HALMAI, Gábor. "A Coup Against Constitucional Democracy: The Case of Hungary". In: GRABER, Mark A.; LEVINSON, Sanford; TUSHNET, Mark (ed.). *Constitutional Democracy in Crisis?*. Oxford: Oxford University Press, 2018.

HALMAI, Gábor. "Populism, authoritarianism and constitutionalism". *German Law Journal*, vol. 20, n° 03, 2019.

HAMILTON, Alexander; MADISON, James; JAY, John. *The Federalist*. Indianapolis: Hackett Publishing Company, 2005.

HART, Rodrick P. *Civic Hope*: How Ordinary Americans Keep Democracy Alive. Cambridge: Cambridge University Press, 2018.

HARTMANN, Ivar A.; LEAL, Fernando. “As cautelas do relator do *impeachment*”. In: FALCÃO, Joaquim; ARGUELHES, Diego Werneck; PEREIRA, Thomaz (orgs.). *Impeachment de Dilma Rousseff*: entre o Congresso e o Supremo. Belo Horizonte: Letramento, 2017.

HAYEK, Friedrich. *Direito, Legislação e Liberdade*: uma nova formulação dos princípios liberais de justiça e economia política. Vol. II: A Miragem da Justiça Social. Tradução de Henry Maksoud. São Paulo: Visão, 1985.

HEGEL, G. W. F. “Proceedings of the Estates Assembly in the Kingdom of Wurtenberg”. In: PELCZYNSKI, Z. A. (ed.). *Hegel's Political Writings*. Tradução de T. M. Knox. Oxford: Clarendon Press, 1964.

HELLER, Hermann. “Political democracy and social homogeneity”. In: JACOBSON, Arthur J.; SCHLINK, Bernhard (ed.). *Weimar*: a jurisprudence of crisis. Berkeley: University of California Press, 2000.

HELLMAN, John. *Simone Weil*: an introduction to her thought. Waterloo: Wilfrid Laurier University Press, 1982.

HERINGER, Carolina; ARBEX, Thais. “Bolsonaro diz que mandou condecorar Adriano em 2005 e afirma que, na época, o miliciano era um ‘herói’”. *O Globo*, 15 de fevereiro de 2020. Disponível eletronicamente em: <https://oglobo.globo.com/rio/bolsonaro-diz-que-mandou-condecorar-adriano-em-2005-afirma-que-na-epoca-miliciano-era-um-heroi-24251358>. Acesso em: 02 de março de 2020.

HIRSCHL, Ran. *Towards Juristocracy*: The Origins and Consequences of New Constitutionalism. Cambridge: Harvard University Press, 2007.

HIRSCHMAN, Albert O. *The Rhetoric of Reaction*: Perversity, Futility, Jeopardy. Cambridge: The Belknap Press of Harvard University Press, 1991.

HOBSBAWM, Eric. *Era dos extremos*: o breve século XX (1914-1991). Tradução de Marcos Santarrita. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HOFSTADTER, Richard. “The Paranoid Style in American Politics”. In: *The Paranoid Style in American Politics and Other Essays*. Cambridge: Harvard University Press, 1964.

HOGGETT, Paul; THOMPSON, Simon. “Toward a Democracy of the Emotions”. *Constellations*, vol. 09, n° 01, 2002.

HONIG, Bonnie. *Public Things*: Democracy in Disrepair. New York: Fordham University Press, 2017.

HONIG, Bonnie. “The Politics of Public Things: Neoliberalism and the Routine of Privatization”. *No Foundations*, vol. 10, 2013.

HOWSE, Robert. “Populism and Its Enemies”. Versão revisada de trabalho apresentado no Workshop on Public Law and the New Populism, Jean Monnet Center, NYU Law School,

mimeografado, 2017. Disponível eletronicamente em: <https://t.co/0H4PXdvi90>. Acesso em: 03 de julho de 2019.

HUNGARIAN HELSINKI COMMITTEE; EÖTVÖS KAROLY POLICY INSTITUTE; HUNGARIAN CIVIL LIBERTIES UNION. *Analysis of the Performance of Hungary's 'One-Party Elected' Constitutional Court Judges between 2011 and 2014*, 2015, p. 05. Disponível eletronicamente em: <http://helsinki.hu/wp-content/uploads/EKINT-HCLU-HHC_Analysing_CC_judges_performances_2015.pdf>. Acesso em: 22 de janeiro de 2020.

HUNTER, Wendy; POWER, Timothy J. "Bolsonaro and Brazil's Illiberal Backlash". *Journal of Democracy*, vol. 30, n° 01, 2019.

IMMIGRATION AND REFUGEE BOARD OF CANADA. "Hungary: Jobbik Party [The Movement for a Better Hungary, Jobbik Magyarorszagert Mozgalom] and the Our Country Movement (Mi Hazánk Mozgalom), including impact on the government and paramilitary groups; relationship with the Roma community, including incidents of violence and discrimination; state response", 01 de agosto de 2018. Disponível eletronicamente em: <https://www.refworld.org/docid/5b9bd0c84.html>. Acesso em: 22 de janeiro de 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Censo Demográfico 2010*: Características gerais da população, religião e pessoas com deficiência. Disponível eletronicamente em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/94/cd_2010_religiao_deficiencia.pdf>. Acesso 20 de julho de 2019.

IPEA e FBSP. *Atlas da Violência 2019*. Disponível eletronicamente em: <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/relatorio_institucional/190605_atlas_da_violencia_2019.pdf>. Acesso em: 20 de julho de 2019.

ISSACHAROFF, Samuel. *Fragile Democracies*: Contested Powers in the Era of Constitutional Courts. New York: Cambridge University Press, 2015.

JIMÉNEZ, Carla. "Bolsonaro: 'Falar que se passa fome no Brasil é uma grande mentira, é um discurso populista'". *El País Brasil*, 19 de julho de 2019. Disponível eletronicamente em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2019/07/19/politica/1563547685_513257.html>. Acesso em: 02 de agosto de 2019.

JIMÉNEZ, Carla; BENITES, Afonso. "Bolsonaro insiste que crise do coronavírus é 'histeria', e ex-aliados sugerem seu afastamento". *El País Brasil*, 17 de março de 2020. Disponível eletronicamente em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2020-03-17/bolsonaro-insiste-que-crise-do-coronavirus-e-histeria-e-ex-aliados-sugerem-seu-afastamento.html>. Acesso em: 17 de março de 2020.

JOTA. "Moraes autoriza abertura de inquérito para investigar atos antidemocráticos", 21 de abril de 2020. Disponível eletronicamente em: <https://www.jota.info/stf/do-supremo/moraes-autoriza-abertura-de-inquerito-para-investigar-atos-atos-antidemocraticos-21042020>. Acesso em: 21 de abril de 2020.

KADANUS, Kelli; ABRÃO, Camila. "Governadores e prefeitos isolam Bolsonaro após pronunciamento sobre coronavírus". *Gazeta do Povo*, 25 de março de 2020. Disponível

eletronicamente em: <https://www.gazetadopovo.com.br/republica/bolsonaro-isolado-governadores-coronavirus/>. Acesso em: 07 de abril de 2020.

KAKUTANI, Michiko. *A morte da verdade*: notas sobre a mentira na era Trump. Tradução de André Czarnobai e Marcela Duarte. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2018.

KALTWASSER, Cristóbal Rovira. "Militant Democracy Versus Populism". In: MALKOPOULOU, Anthoula; KIRSHNER, Alexander S. (ed.). *Militant Democracy and Its Critics*. Edinburgh: Edinburgh University Press, 2019.

KAMENSZAIN, Tamara. *Os que escrevem com pouco*. Tradução de Luciana di Leone. Rio de Janeiro: Zazie Edições, 2019.

KENNEDY, Ellen. "Introduction: Carl Schmitt's *Parlamentarismus* in Its Historical Context". In: SCHMITT, Carl. *The Crisis of Parliamentary Democracy*. Tradução de Ellen Kennedy. Massachusetts: The MIT Press, 1988.

KING, Preston. *Toleration*. Londres e Portland: Frank Cass Publishers, 1998.

KIRSHNER, Alexander S. *A Theory of Militant Democracy*: The Ethics of Combatting Political Extremism. New Haven: Yale University Press, 2014.

KIRSHNER, Alexander S. "Militant Democracy Defended". In: MALKOPOULOU, Anthoula; KIRSHNER, Alexander S. (ed.). *Militant Democracy and Its Critics*. Edinburgh: Edinburgh University Press, 2019.

KISHON, Ephraim. *Golias Injustiçado*. Tradução de Amalia Zeitel. São Paulo: Perspectiva, 1976.

KLAMT, Martin. "Militant Democracy and the Democratic Dilemma: Different Ways of Protecting Democratic Constitutions". In: BRUINSMA, Fred; NELKEN, David (ed.). *Explorations in Legal Cultures*. Haia: Reed Business, 2007.

KOHEN, Martha. "Written in Stone: Memory and Reconciliation Intersecting the Urban Biosphere". *Annals of the New York Academy of Sciences*, vol. 1023, n° 01, 2004.

KONCEWICZ, Tomasz Tadeusz. "Farewell to the Separation of Powers – On the Judicial Purge and the Capture in the Heart of Europe". *Verfassungsblog on matters constitutional*, 19 de julho de 2017. Disponível eletronicamente em: <https://verfassungsblog.de/farewell-to-the-separation-of-powers-on-the-judicial-purge-and-the-capture-in-the-heart-of-europe/>. Acesso em: 22 de janeiro de 2020.

KONCEWICZ, Tomasz Tadeusz. "The Capture of the Polish Constitutional Tribunal and Beyond: Of Institution(s), Fidelities and the Rule of Law in Flux". *Review of Central and East European Law*, vol. 43, n° 02.

KORSGAARD, Christine M. "Taking the Law into Our Own Hands: Kant on the Right to Revolution". In: REATH, Andrews; HERMAN, Barbara; KORSGAARD, Christine M. (ed.).

Reclaiming the History of Ethics: Essays for John Rawls. Cambridge: Cambridge University Press, 1997.

KOSTAL, R. W. "The Alchemy of Occupation: Karl Loewenstein and the Legal Reconstruction of Nazi Germany, 1945 – 1946". *Law and History Review*, vol. 29, n° 01, 2011.

KROTOSZYNSKI JR., Ronald J. "A Comparative Perspective on the First Amendment: Free Speech, Militant Democracy, and the Primacy of Dignity as a Preferred Constitutional Value in Germany". *Tulane Law Review*, vol. 78, 2003-2004.

LA BRUYÈRE, Florence. "Orban adota lei que cerceia liberdade de ensino na Hungria". *G1*, 13 de julho de 2019. Disponível eletronicamente em: <https://g1.globo.com/mundo/noticia/2019/07/13/orban-adota-lei-que-cerceia-liberdade-de-ensino-na-hungria.ghtml>. Acesso em: 31 de outubro de 2019.

LACERDA, Marina Basso. *O novo conservadorismo brasileiro*: de Reagan a Bolsonaro. Porto Alegre: Zouk, 2019.

LACLAU, Ernesto. *Emancipação e diferença*. Rio de Janeiro: Eduerj, 2011.

LACLAU, Ernesto. *La razón populista*. Tradução de Soledad Laclau. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2015.

LACLAU, Ernesto. "Why do empty signifiers matter to politics?". In: HOWARTH, David (ed.). *Ernesto Laclau*: post-marxism, populism, and critique. Oxon e New York: Routledge, 2015.

LAKOFF, Sanford. *Max Lerner:* Pilgrim in the Promised Land. Chicago: The University of Chicago Press, 1998.

LANDAU, David. "Abusive Constitucionalism". *UC Davis Law Review*, vol. 47, n° 01, 2013.

LATINOBARÓMETRO. *Informe 2017*. Disponível eletronicamente em: <http://www.latinobarometro.org/LATDocs/F00006433-InfLatinobarometro2017.pdf>. Acesso em: 13 de julho de 2019.

LAVAREDA, Antonio. "Neuropolítica: o papel das emoções e do inconsciente". *Revista USP*, n° 90, 2011.

LAWRENCE, D. H. *O amante de lady Chatterley*. Tradução de Sergio Flaksman. São Paulo: Penguin Classics Companhia das Letras, 2010.

LEAL, Márcio Flávio Mafra. *Ações coletivas*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2014.

LEAL, Victor Nunes. "A divisão dos poderes no quadro político da burguesia". *Revista de Ciência Política*, vol. 20, número especial, 1977.

LEMOS, Ronaldo. “Diante da realidade, seis ficções epistemológicas”. In: ABRANCHES, Sérgio et al. *Democracia em risco?*: 22 ensaios sobre o Brasil hoje. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

LEMOS, Tayara Talita. *Por um constitucionalismo transicional*: ditadura, memória e promessa. Belo Horizonte: D’Plácido, 2019.

LERNER, Max. “It Is Later Than You Think: 1989”. *Society*, vol. 26, n° 06, 1989.

LERNER, Max. *It Is Later Than You Think*: the need for a militant democracy. New Brunswick: Transaction Publishers, 1989.

LESSIG, Lawrence. “The Regulation of Social Meaning”. *The University of Chicago Law Review*, vol. 62, n° 03, 1995.

LEVINSON, Sanford. *Written in Stone*: Public Monuments in Changing Societies. Durham: Duke University Press, 2018.

LEVINSON, Sanford; BALKIN, Jack. “Constitutional Crises”. *University of Pennsylvania Law Review*, vol. 157, n° 03, 2009.

LEVITSKY, Steven; WAY, Lucas. “The Myth of Democratic Recession”. *Journal of Democracy*, vol. 26, n° 01, 2015.

LEVITSKY, Steven; WAY, Lucas. “The Rise of Competitive Authoritarianism”. *Journal of Democracy*, vol. 13, n° 02, 2002.

LEVITSKY, Steven; ZIBLATT, Daniel. *Como as democracias morrem*. Tradução de Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Zahar, 2018.

LIJPHART, Arend. *Modelos de democracia*: desempenho e padrões de governo em 36 países. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019.

LILLA, Mark. “The End of Identity Liberalism”. *The New York Times*, 18 de novembro de 2016. Disponível eletronicamente em: <https://www.nytimes.com/2016/11/20/opinion/sunday/the-end-of-identity-liberalism.html>. Acesso em: 18 de março de 2020.

LIMA, Fernanda Luíza Teixeira; CARVALHO, Aline Vieira de. “Memórias em construção: o presente e o passado da ditadura militar chilena representados no Museo de la Memoria y los Derechos Humanos”. *Horizontes Antropológicos*, ano 25, n° 53, 2019.

LIMONGI, Fernando; FIGUEIREDO, Argelina Cheibub. “Por seu intervencionismo imoderado, STF não terá como evitar confronto com Bolsonaro”. *Folha de São Paulo*, 30 de abril de 2020. Disponível eletronicamente em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2020/04/por-seu-intervencionismo-imoderado-stf-nao-tera-como-evitar-confronto-com-bolsonaro.shtml>. Acesso em: 30 de abril de 2020.

LINCOLN, Abraham. “The Gettysburg Address”. In: LEIDNER, Gordon (ed.). *Abraham Lincoln*: Quotes, Quips and Speeches. Nashville: Cumberland House, 2009.

LINDNER, Julia; WETERMAN, Daniel. “Bolsonaro diz que Mais Médicos tinha objetivo de formar ‘núcleos de guerrilha’”. *O Estado de São Paulo*, 01 de agosto de 2019. Disponível eletronicamente em: <https://saude.estadao.com.br/noticias/geral,bolsonaro-diz-que-mais-medicos-tinha-objetivo-de-formar-nucleos-de-guerrilha,70002950683>. Acesso em: 02 de agosto de 2019.

LINENTHAL, Edward. “The Contested Landscape of American Memorialization: Levinson’s *Written in Stone*”. *Law Social Inquiry*, vol. 25, n° 01, 2000.

LINZ, Juan. *The Breakdown of Democratic Regimes*: Crisis, Breakdown, & Reequilibration. Baltimore: The Johns Hopkins University Press, 1978.

LINZ, Juan; STEPAN, Alfred. “Toward Consolidated Democracies”. *Journal of Democracy*, vol. 07, n° 02, 1996.

LOCKE, John. *Carta sobre a Tolerância*. Tradução de João da Silva Gama. Lisboa: Edições 70, 2014.

LOEWENSTEIN, Karl. “Autocracy versus Democracy in Contemporary Europe, I”. *The American Political Science Review*, vol. XXIX, n° 04, 1935.

LOEWENSTEIN, Karl. “Autocracy versus Democracy in Contemporary Europe, II”. *The American Political Science Review*, vol. XXIX, n° 05, 1935.

LOEWENSTEIN, Karl. *Brazil under Vargas*. New York: Macmillan, 1944.

LOEWENSTEIN, Karl. “Legislative Control of Political Extremism in European Democracies, I”. *Columbia Law Review*, vol. 38, n° 04, 1938.

LOEWENSTEIN, Karl. “Legislative Control of Political Extremism in European Democracies, II”. *Columbia Law Review*, vol. 38, n° 05, 1938.

LOEWENSTEIN, Karl. “Militant Democracy and Fundamental Rights, I”. *The American Political Science Review*, vol. XXXI, n° 03, 1937.

LOEWENSTEIN, Karl. “Militant Democracy and Fundamental Rights, II”. *The American Political Science Review*, vol. XXXI, n° 04, 1937.

LOEWENSTEIN, Karl. “Review of It Is Later Than You Think: The Need for a Militant Democracy by Max Lerner”. *The American Political Science Review*, vol. 33, n° 03, 1939.

LOEWENSTEIN, Karl. *Teoría de la Constitución*. Tradução de Alfredo Gallego Anabitarte. Barcelona: Ariel, 1979.

LUGOSI, Nicole. “Radical right framing of social policy in Hungary: between nationalism and populism”. *Journal of International and Comparative Social Policy*, vol. 34, n° 03, 2018.

MACKLEM, Patrick. “Militant democracy, legal pluralism, and the paradox of self-determination”. *International Journal of Constitutional Law*, vol. 04, n° 03, 2006.

MACHIAVELLI, Niccolò. *The Prince*. Tradução de James B. Atkinson. Indianapolis: Hackett Publishing Company, 2008.

MADDOX, Graham. “Karl Loewenstein, Max Lerner, and militant democracy: an appeal to ‘strong democracy’”. *Australian Journal of Political Science*, 2019.

MAGALONI, Beatriz. *Voting for Autocracy*: Hegemonic Party Survival and Its Demise in Mexico. Cambridge: Cambridge University Press, 2006.

MAINWARING, Scott. *Rethinking Party Systems in the Third Wave of Democratization*: The Case of Brazil. Stanford: Stanford University Press.

MALKOPOULOU, Anthoula. “Ostracism and democratic self-defense in Athens”. *Constellations*, vol. 24, n° 04, 2017.

MALKOPOULOU, Anthoula; NORMAN, Ludwig. “Three Models of Democratic Self-Defense”. In: MALKOPOULOU, Anthoula; KIRSHNER, Alexander S. (ed.). *Militant Democracy and Its Critics*. Edinburgh: Edinburgh University Press, 2019.

MANCUSO, Rodolfo de Camargo. *Ação popular*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2015.

MANDELA, Nelson. *A Long Walk to Freedom*: The Autobiography of Nelson Mandela. London: Hachette, 2008.

MANIN, Bernard. *The Principles of Representative Government*. New York: Cambridge University Press, 1997.

MANN, Michael. *Fascists*. Cambridge: Cambridge University Press, 2004.

MANNHEIM, Karl. “Diagnosis of Our Time”. In: *Diagnosis of Our Time*: Wartime Essays of a Sociologist. Collected Works, Volume Three. Oxon e New York: Routledge, 1997.

MANNHEIM, Karl. “Education, Sociology and the Problem of Social Awareness”. In: *Diagnosis of Our Time*: Wartime Essays of a Sociologist. Collected Works, Volume Three. Oxon e New York: Routledge, 1997.

MANNHEIM, Karl. “Youth in Modern Society”. In: *Diagnosis of Our Time*: Wartime Essays of a Sociologist. Collected Works, Volume Three. Oxon e New York: Routledge, 1997.

MARCELINO, Daniel; MELLO, Fernando; HELFSTEIN, Lucas. “Pesquisa JOTA: 34% dos brasileiros aceitam fechar o Congresso e 32%, o STF”. *Jota*, 08 de julho de 2019. Disponível eletronicamente em: <https://www.jota.info/stf/pesquisa-jota-34-dos-brasileiros-aceitam-fechar-o-congresso-e-32-o-stf-08072019>. Acesso em: 21 de julho de 2019.

MARCUSE, Herbert. “Prólogo”. In: MARX, Karl. *O 18 de brumário de Luís Bonaparte*. Tradução de Nélio Schneider. São Paulo: Boitempo, 2011.

MARCUSE, Herbert. “Repressive Tolerance”. In: WOLFF, Robert Paul; MOORE JR., Barrington; MARCUSE, Herbert. *A Critique of Pure Tolerance*. Boston: Beacon Press, 1965.

MARCUSE, Herbert; POPPER, Karl. *Revolution or Reform?*: A Confrontation. Chicago: New University Press, 1976.

MAREŠ, Miroslav. “Czech Militant Democracy in Action: Dissolution of the Workers’ Party and the Wider Context of This Act”. *East European Politics and Societies*, vol. 26, n° 01, 2012.

MAREŠ, Miroslav. “How Does Militant Democracy Function in Combating Right-Wing Extremism? A Case Study of Slovakian Militant Democracy and the Rise of *Kotleba – People’s Party Our Slovakia*”. In: ELLIAN, Afshin; RIJPKEMA, Bastiaan (ed.). *Militant Democracy*: Political Science, Law and Philosophy. Cham: Springer, 2018.

MARIANO, Ricardo. *Neopentecostais*: sociologia do novo pentecostalismo no Brasil. São Paulo: Loyola, 2005.

MARIANO, Ricardo. “Os neopentecostais e a teologia da prosperidade”. *Novos Estudos CEBRAP*, n° 44, 1996.

MARLIN, Randal. *Propaganda and the Ethics of Persuasion.* Ontario: Broadview Press, 2002.

MARQUES, José Frederico. “As ações populares no Direito brasileiro”. *Revista de Direito Administrativo*, vol. 52, 1958.

MARQUES, Victor. “Prefácio à edição brasileira: O velho está morrendo e o novo sempre vem”. In: FRASER, Nancy. *O velho está morrendo e o novo não pode nascer*. Tradução de Gabriel Landi Fazzio. São Paulo: Autonomia Literária, 2020.

MARSHALL, T. H. “Citizenship and Social Class”. In: *Citizenship and Social Class and Other Essays*. Londres: Cambridge University Press, 1950.

MARTINS, Ana Maria Guerra. “A interdição de partidos políticos contrários ao princípio democrático”. In: Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa. *Estudos de Homenagem ao Prof. Doutor Jorge Miranda*. Vol. I: Direito Constitucional e Justiça Constitucional. Coimbra: Coimbra Editora, 2012.

MASON, Lilliana. *Uncivil Agreement*: How Politics Became Our Identity. Chicago: The University of Chicago Press, 2018.

MATSUDA, Mari J. “Public Response to Racist Speech: Considering the Victim’s Story”. *Michigan Law Review*, vol. 87, n° 08, 1989.

MATSUDA, Mari J.; LAWRENCE III, Charles R.; DELGADO, Richard; CRENSHAW, Kimberlè Williams. *Words that Wound*: Critical Race Theory, Assaultive Speech, and the First Amendment. New York: Routledge, 2018.

MATTOSO, Camila; BRAGON, Ranier. “Bolsonaro amplia presença de militares em 30 órgãos federais”. *Folha de São Paulo*, 14 de outubro de 2019. Disponível eletronicamente em:

<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2019/10/bolsonaro-amplia-presenca-de-militares-em-30-orgaos-federais.shtml>. Acesso em: 10 de março de 2020.

MAUS, Ingeborg. "O Judiciário como Superego da Sociedade. A Jurisdição na 'Sociedade Órfã de Pai'". In: *O Judiciário como Superego da Sociedade*. Tradução de Geraldo de Carvalho e Gercélia Batista de Oliveira Mendes. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2010.

MAXIMILIANO, Carlos. *Hermenêutica e Aplicação do Direito*. Rio de Janeiro: Forense, 1997.

MAZUI, Guilherme. "Eduardo Bolsonaro diz que, 'se esquerda radicalizar', resposta 'pode ser via um novo AI-5'". *G1*, 31 de outubro de 2019. Disponível eletronicamente em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2019/10/31/eduardo-bolsonaro-diz-que-se-esquerda-radicalizar-resposta-pode-ser-via-um-novo-ai-5.ghtml>. Acesso em: 08 de março de 2020.

MCEWAN, Paul. *The Birth of a Nation (BFI Film Classics)*. London: Palgrave, 2015.

MCILWAIN, Charles H. *Constitutionalism*: Ancient and Modern. Clark: The Lawbook Exchange, 2005.

MCINTYRE, Lee. *Post-Truth*. Cambridge: MIT Press, 2018.

MCKINNON, Catriona. *Toleration*: a critical introduction. Oxon e New York: Routledge, 2006.

MCKINNON, Catriona. "Toleration and the character of pluralism". In: MCKINNON, Catriona; CASTIGLIONE, Dario (ed.). *The culture of toleration in diverse societies*: Reasonable tolerance. Manchester: Manchester University Press, 2003.

MEDEIROS, Lydia. "Análise: Congresso será o mais conservador das últimas três décadas". Época, 07 de outubro de 2018. Disponível eletronicamente em: <https://epoca.globo.com/analise-congresso-sera-mais-conservador-das-ultimas-tres-decadas-23138687>. Acesso em: 21 de julho de 2019.

MEGALE, Bela. "Câmara dá 30 dias para Bolsonaro mostrar exames de coronavírus". *O Globo*, 15 de abril de 2020. Disponível eletronicamente em: <https://blogs.oglobo.globo.com/bela-megale/post/camara-da-ate-30-dias-para-bolsonaro-mostrar-examesde-coronavirus.html>. Acesso em: 15 de abril de 2020.

MEIKLEJOHN, Alexander. *Free Speech and Its Relation to Self-Government.* New York: Harper & Brothers Publishers, 1948.

MEIRELLES, Hely Lopes. *Direito Administrativo Brasileiro*. São Paulo: Malheiros, 2008.

MELLO, Igor. "Jair Bolsonaro defendeu chefe de milícia em discurso na Câmara". *O Globo*, 25 de janeiro de 2019. Disponível eletronicamente em: <https://oglobo.globo.com/brasil/jair-bolsonaro-defendeu-chefe-de-milicia-em-discurso-na-camara-23401641>. Acesso em: 02 de março de 2020

MELLO, Patrícia Perrone Campos. "Trinta anos, uma Constituição, três Supremos: autorrestrição, expansão e ambivalência". In: BARROSO, Luís Roberto; MELLO, Patrícia Perrone Campos (coords.). *A república que ainda não foi*: trinta anos da Constituição de 1988 na visão da Escola de Direito Constitucional da UERJ. Belo Horizonte: Fórum, 2018.

MELO, Cristina Teixeira Vieira de; VAZ, Paulo Roberto Gibaldi. "E a corrupção coube em 20 centavos". *Galáxia*, n° 39, 2018, pp. 23-38.

MENDES, Conrado Hübner. "17 crimes de responsabilidade". *Época*, 22 de agosto de 2019. Disponível eletronicamente em: <https://epoca.globo.com/conrado-hubner-mendes/17-crimes-de-responsabilidade-23894352>. Acesso em: 12 de março de 2020.

MENDES, Conrado Hübner. "A política do pânico e circo". In: ABRANCHES, Sérgio et al. *Democracia em risco?*: 22 ensaios sobre o Brasil hoje. São Paulo: Companhia das Letras, 2019, p. 196.

MENDES, Conrado Hübner. "O entulho autoritário era estoque". *Quatro Cinco Um*, ano 04, n° 31, 2020.

MENDES, Conrado Hübner. "Quando o presidente diz que te odeia". *Época*, 15 de agosto de 2019. Disponível eletronicamente em: <https://epoca.globo.com/conrado-hubner-mendes/quando-presidente-diz-que-te-odeia-23878247>. Acesso em: 14 de março de 2020.

MENDES, Conrado Hübner. "Uma proposta com dez medidas elementares de ética para o STF". *Folha de São Paulo*, 09 de fevereiro de 2019. Disponível eletronicamente em: <https://www1.folha.uol.com.br/ilustrissima/2019/02/uma-proposta-com-dez-medidas-elementares-de-etica-para-o-stf.shtml>. Acesso em: 08 de maio de 2020.

MENDES, Gilmar Ferreira; BRANCO, Paulo Gustavo Gonet. *Curso de Direito Constitucional*. São Paulo: Saraiva, 2018.

MENDONÇA, José Vicente Santos de. "A interpretação do Direito Econômico e o ideal de razão pública: o caso da intervenção direta monopolística e concorrencial". *Anais do XVIII Congresso Nacional do CONPEDI*, 2009.

MENDUS, Susan. *Toleration and the Limits of Liberalism*. Londres: Macmillan, 1989.

MERTON, Thomas. *No Man Is an Island*. Boston: Shambala, 2005.

MEZZAROBA, Orides. "Comentário ao art. 17". In: CANOTILHO, J. J. Gomes et al. (coords.). *Comentários à Constituição do Brasil*. São Paulo: Saraiva/Almedina, 2018.

MICHAEL, George. "Right-wing extremism in the land of the free: repression and toleration in the USA". In: EATWELL, Roger; MUDDE, Cas (ed.). *Western Democracies and the New Extreme Right Challenge*. Londres e New York: Routledge, 2004.

MICHAELS, Jonathan. *McCarthyism*: The Realities, Delusions and Politics Behind the 1950s Red Scare. Oxon e New York: Routledge, 2017.

MICHELMAN, Frank I. *Brennan and Democracy*. Princeton: Princeton University Press, 1999.

MILL, John Stuart. *Considerações Sobre o Governo Representativo*. Tradução de Manoel Innocêncio de Lacerda Santos Jr. Brasília: UnB, 1981.

MILL, John Stuart. *Sobre a Liberdade e A Sujeição das Mulheres*. Tradução de Paulo Geiger. São Paulo: Penguin Classics Companhia das Letras, 2017.

MILTON, John. *Areopagitica*: A speech of Mr. John Milton for the Liberty of Unlicensed Printing to the Parliament of England. Rockville: Arc Manor, 2008.

MINKENBERG, Michael. "Repression and reaction: militant democracy and the radical right in Germany and France". *Patterns of Prejudice*, vol. 40, n° 01, 2006.

MIRANDA, Jorge. *Direitos Fundamentais*. Coimbra: Almedina, 2016.

MISSE, Michel. "Crime organizado e crime comum no Rio de Janeiro: diferenças e afinidades". *Revista de Sociologia e Política*, vol. 19, n° 40, 2011.

MOFFIT, John F. "Goya's 'Sleep of Reason Produces Monsters': Another Look at the Renaissance and Romantic Contexts of 'La Fantasía'". *Source: Notes in the History of Art*, vol. 24, n° 01, 2004.

MOISÉS, José Álvaro. "A constituinte é uma farsa?". *Lua Nova*, vol. 02, n° 03, 1985.

MOISÉS, José Álvaro. "Corrupção política e democracia no Brasil contemporâneo". *Revista Latinoamericana de Opinión Pública*, vol. 01, n° 0, 2010.

MOLIER, Gelijn; RIJPKEMA, Bastiaan. "Germany's New Militant Democracy Regime: *National Democratic Party II* and the German Federal Constitutional Court's 'Potentiality' Criterion for Party Bans". *European Constitutional Law Review*, vol. 14, n° 02, 2018.

MONTAIGNE, Michel de. "Da semelhança dos filhos com os pais". In: *Ensaios*. Tradução de Sérgio Milliet. São Paulo: Editora 34, 2016.

MONTEIRO, Alessandra Pearce de Carvalho. *Extremismo político*: como as democracias podem lidar com as novas ameaças antidemocráticas. Belo Horizonte: Arraes Editores, 2019.

MONTES, Rocío; FARIZA, Ignacio. "O 'milagre chileno' se choca com a realidade". *El País Brasil*, 15 de novembro de 2019. Disponível eletronicamente em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2019/11/09/economia/1573308911_971311.html>. Acesso em: 15 de março de 2020.

MONTESQUIEU. *O espírito das leis*. Tradução de Cristina Murachco. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

MOUFFE, Chantal. *En torno a lo político*. Tradução de Soledad Laclau. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2007.

MOUFFE, Chantal. *Por um populismo de esquerda*. Tradução de Daniel de Mendonça. São Paulo: Autonomia Literária, 2019.

MOUFFE, Chantal. "The 'End of Politics' and the Challenge of Right-wing Populism". In: PANIZZA, Francisco (ed.). *Populism and the Mirror of Democracy*. Londres e New York: Verso, 2005.

MOUNK, Yascha. "Prefácio à edição brasileira". In: *O povo contra a democracia*: por que nossa liberdade corre perigo e como salvá-la. Tradução de Cássio de Arantes Leite e Débora Landsberg. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

MOUNK, Yascha. *The People vs. Democracy*: why our freedom is in danger and how to save it. Cambridge: Harvard University Press, 2018.

MOURA, Maurício; CORBELLINI, Juliano. *A eleição disruptiva*: por que Bolsonaro venceu. Rio de Janeiro: Record, 2019.

MUDDE, Cas. "The Populist Zeitgeist". *Government and Opposition*, vol. 39, n° 03, 2004.

MÜLLER, Jan-Werner. "Individual Militant Democracy". In: MALKOPOULOU, Anthoula; KIRSHNER, Alexander S. (ed.). *Militant Democracy and Its Critics*. Edinburgh: Edinburgh University Press, 2019.

MÜLLER, Jan-Werner. "Militant Democracy". In: ROSENFELD, Michel; SAJÓ, András (ed.). *The Oxford Handbook of Comparative Constitutional Law*. Oxford: Oxford University Press, 2012.

MÜLLER, Jan-Werner. *What is Populism?*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 2016.

MURPHY, Walter F.; TANENHAUS, Joseph. *Comparative Constitutional Law*: cases and commentaries. New York: St. Martin's Press, 1977.

MUSSOLINI, Benito. "The Doctrine of Fascism". Tradução de Jane Soames. *The Living Age*, 1933.

NEHUSHTAN, Yossi. "The Limits of Tolerance: A Substantive-Liberal Perspective". *Ratio Juris*, vol. 20, n° 02, 2007.

NEVES, Marcelo. "Entre subintegração e sobreintegração: a cidadania inexistente". *Dados*, vol. 37, n° 02, 1994.

NICOLAU, Jairo. "Prefácio". In: LEVITSKY, Steven; ZIBLATT, Daniel. *Como as democracias morrem*. Tradução de Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Zahar, 2018.

NICOLAU, Jairo. *Representantes de quem?*: Os (des)caminhos do seu voto da urna à Câmara dos Deputados. Rio de Janeiro: Zahar, 2017.

NIESEN, Peter. “Anti-extremism, Negative Republicanism, Civic Society: Three Paradigms for Banning Political Parties”. In: ZUMBANSEN, Peer; MILLER Russell A. (ed.). *Annual of German and European Law 2003*. Oxford: Berghahn, 2004.

NIKLAS, Jan. “‘Promover o renascimento do teatro brasileiro é nossa missão agora’, diz Roberto Alvim”. *O Globo*, 24 de julho de 2019. Disponível eletronicamente em: <https://oglobo.globo.com/cultura/teatro/promover-renascimento-do-teatro-brasileiro-nossa-missao-agora-diz-roberto-alvim-23828365>. Acesso em: 24 de março de 2020.

NINO, Carlos Santiago. *Ética y Derechos Humanos*: un ensayo de fundamentación. Buenos Aires: Astrea, 1989.

NOBRE, Marcos. *Imobilismo em movimento*: da abertura democrática ao governo Dilma. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

NOBRE, Marcos. *Ponto-final*: a guerra de Bolsonaro contra a democracia. São Paulo: Todavia, 2020.

NORRIS, Pippa. “Is Western Democracy Backsliding? Diagnosing the Risks”. *HKS Faculty Research Working Paper Series*, n° RWP17-012, 2017.

NORRIS, Pippa; INGLEHART, Ronald. *Cultural backlash*: Trump, Brexit, and authoritarian populism. Cambridge: Cambridge University Press, 2019.

NUNES, Daniel Capecchi. “A Constituição de 1988 é neutra?”. *Jota*, 15/12/2017. Disponível eletronicamente em: <https://www.jota.info/opiniao-e-analise/artigos/constituicao-de-1988-e-neutra-15122017>. Acesso em: 16 de fevereiro de 2020.

NUNES, Daniel Capecchi. *Minorias no Supremo Tribunal Federal*: entre a impermeabilidade constitucional e os diálogos com a cidadania. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2017.

NUNES, Daniel Capecchi. “O desmembramento da Constituição de 1988: constitucionalismo abusivo e fim do ciclo político democrático”. *Publicum*, vol. 04, edição comemorativa, 2018.

NUNES, Daniel Capecchi; PONTES, João Gabriel Madeira. “Há candidato inconstitucional?”. *Jota*, 27 de julho de 2018. Disponível eletronicamente em: <https://www.jota.info/opiniao-e-analise/artigos/ha-candidato-inconstitucional-27072018>. Acesso em: 30 de junho de 2019.

NUSSBAUM, Martha C. *Not for Profit*: Why Democracy Needs Humanities. Princeton: Princeton University Press, 2010.

NUSSBAUM, Martha C. *Political Emotions*: Why Love Matters to Justice. Cambridge: The Belknap Press of Harvard University Press, 2013.

NUSSBAUM, Martha C. *The Monarchy of Fear*: a philosopher looks at our political crisis. New York: Simon & Schuster, 2018.

O GLOBO. “Editorial – Bolsonaro tenta aliança de alto risco com Centrão”, 26 de abril de 2020. Disponível eletronicamente em: <https://oglobo.globo.com/opiniao/bolsonaro-tenta-alianca-de-alto-risco-com-centrao-24394489>. Acesso em: 30 de abril de 2020.

O GLOBO. “Em vídeo, filho de Bolsonaro diz que ‘basta um soldado e um cabo para fechar o STF’”, 21 de outubro de 2018. Disponível eletronicamente em: <https://oglobo.globo.com/brasil/em-video-filho-de-bolsonaro-diz-que-basta-um-soldado-um-cabo-para-fechar-stf-23173802>. Acesso em: 08 de março de 2020.

O GLOBO. “Morre Leônidas Pires Gonçalves, ministro do Exército no governo Sarney”, 04 de junho de 2015. Disponível eletronicamente em: <https://oglobo.globo.com/brasil/morre-leonidas-pires-goncalves-ministro-do-exercito-no-governo-sarney-16354584>. Acesso em: 16 de fevereiro de 2020.

O GLOBO; REUTERS. “Governo ultranacionalista da Hungria prepara lei para tirar autonomia da Academia de Ciências”, 28 de maio de 2019. Disponível eletronicamente em: <https://oglobo.globo.com/mundo/governo-ultranacionalista-da-hungria-prepara-lei-para-tirar-autonomia-da-academia-de-ciencias-23698969>. Acesso em: 31 de outubro de 2019.

O’DONNELL, Guillermo. *Dissonâncias*: críticas democráticas à democracia. Tradução de Marta Maria Assumpção Rodrigues. Rio de Janeiro: UFRJ, 2017.

OKIN, Susan Moller. “Gênero, o público e o privado”. *Estudos Feministas,* vol. 16, n° 02, 2008.

ONOFRE, Renato; MATTOSO, Camila. “Ato com grupos autoritários é incentivado por Bolsonaro e gera repúdio”. *Folha de São Paulo,* 25 de fevereiro de 2020. Disponível eletronicamente em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2020/02/ato-com-grupos-autoritarios-e-incentivado-por-deputados-bolsonaristas-e-gera-repudio.shtml>. Acesso em: 05 de março de 2020.

ORDINE, Nuccio. *A utilidade do inútil*: um manifesto. Tradução de Luiz Carlos Bombassaro. Rio de Janeiro: Zahar, 2016.

OREIRO, José Luis. “A grande recessão brasileira: diagnóstico e uma agenda de política econômica”. *Estudos Avançados,* vol. 31, n° 89, 2017.

ORWELL, George. “Looking Back on the Spanish War”. In: ORWELL, Sonia; ANGUS, Ian (ed.). *The Collected Essays, Journalism and Letters of George Orwell*. Vol. 2: My Country Left or Right (1940-1943). New York: Harcourt, Brace & World, 1968.

ORWELL, George. “O que é fascismo?” In: *O que é fascismo? e outros ensaios*. Organização e prefácio de Sérgio Augusto. Tradução de Paulo Geiger. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

OSÓRIO, Aline. *Direito Eleitoral e Liberdade de Expressão*. Belo Horizonte: Fórum, 2017.

OSÓRIO, Aline. “Impeachment in Brazil: ‘Flexibilization’ of Presidentialism or Democratic Backsliding?”. Trabalho apresentado ao LL.M Program da Harvard Law School, mimeografado, 2018.

OYAMA, Thaís. *Tormenta*: o governo Bolsonaro – crises, intrigas e segredo. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

PARISER, Eli. *The Filter Bubble*: How the New Personalized Web Is Changing What We Read and How We Think. New York: Penguin Press, 2011.

PASSOS, Úrsula; FABRINI, Fábio; e LINHARES, Carolina. “Com apoio de Bolsonaro, manifestantes ignoram coronavírus e fazem atos pró-governo”. Folha de São Paulo, 15 de março de 2020. Disponível eletronicamente em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2020/03/com-apoio-de-bolsonaro-manifestantes-ignoram-coronavirus-e-fazem-atos-pro-governo.shtml>. Acesso em: 16 de março de 2020.

PATEMAN, Carole. *Participation and Democratic Theor*y. Cambridge: Cambridge University Press, 1970.

PAXTON, Richard O. *The Anatomy of Fascism*. New York: Alfred A. Knopf, 2004.

PAYNE, Stanley G. *A History of Fascism, 1914-1945*. Madison: The University of Wisconsin Press, 1995.

PEDAHZUR, Ami. “The defending democracy and the extreme right: a comparative analysis”. In: EATWELL, Roger; MUDDE, Cas (ed.). *Western Democracies and the New Extreme Right Challenge*. Londres e New York: Routledge, 2004.

PENNA, Fernando. “O discurso reacionário de defesa de uma ‘escola sem partido’”. In: GALLEGO, Esther Solano (org.). *O ódio como política*: a reinvenção das direitas no Brasil. São Paulo: Boitempo, 2018.

PEREIRA, Jane Reis Gonçalves. “As restrições aos direitos fundamentais nas relações especiais de sujeição”. In: SARMENTO, Daniel; GALDINO, Flávio (orgs.). *Direitos Fundamentais*: estudos em homenagem ao professor Ricardo Lobo Torres. Rio de Janeiro: Renovar, 2006.

PÉREZ-LIÑÁN, Aníbal. *Presidential Impeachment and the New Political Instability in Latin America*. New York: Cambridge University Press, 2007.

PETTIT, Philip. *Republicanism*: a theory of freedom and government. Oxford: Oxford University Press, 2002.

PILATTI, Adriano. *A Constituinte de 1987-1988*: progressistas, conservadores, ordem econômica e regras do jogo. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2016.

PINKER, Steven. *Enlightenment Now*: The Case for Reason, Science, Humanism, and Progress. New York: Penguin Books, 2018.

PIRES, Breno. “Todos os inquéritos e denúncias contra o ex-presidente Michel Temer”. *O Estado de São Paulo*, 21 de março de 2019. Disponível eletronicamente em: <https://politica.estadao.com.br/noticias/geral,prisao-de-temer-e-originaria-de-um-dos-10-inqueritos-contra-o-ex-presidente,70002763606>. Acesso em: 15 de julho de 2019.

PONTES DE MIRANDA, Francisco Cavalcanti. *Comentários à Constituição de 1967*. Tomo III. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1967.

POPPER, Karl. “On Toleration”. In: SHEARMUR, Jeremy; TURNER, Piers Norris (ed.). *After the Open Society*: Selected Social and Political Writings. Oxon e New York: Routledge, 2008.

POPPER, Karl. *The Logic of Scientific Discovery*. Londres: Routledge, 2002.

POPPER, Karl. *The Open Society and Its Enemies*. New One-Volume Edition. Princeton: Princeton University Press, 2013.

PORTINARI, Natália; SACONI, João Paulo. “Ministros do STF e parlamentares reagem à presença de Bolsonaro em protesto com pedidos de intervenção militar”. *O Globo*, 19 de abril de 2020. Disponível eletronicamente em: <https://oglobo.globo.com/brasil/ministros-do-stf-parlamentares-reagem-presenca-de-bolsonaro-em-protesto-com-pedidos-de-intervencao-militar-24382244>. Acesso em: 19 de abril de 2020.

PORTO, Sérgio Gilberto. “Comentário ao art. 5º, LXXIII”. In: CANOTILHO, J. J. Gomes et al. (coords.). *Comentários à Constituição do Brasil*, op. cit., p. 522.

POSNER, Eric A.; VERMEULE, Adrian. “Constitutional Showdowns”. *University of Pennsylvania Law Review*, vol. 156, n° 04, 2008.

POSNER, Richard. *An Affair of State*: The Investigation, Impeachment, and Trial of President Clinton. Cambridge: Harvard University Press, 1999.

PREUSS, Ulrich K. “Political Order and Democracy: Carl Schmitt and His Influence”. In: MOUFFE, Chantal (ed.). *The Challenge of Carl Schmitt*. Londres e New York: Verso, 1999.

PROCURADORIA FEDERAL DOS DIREITOS DO CIDADÃO. *Representação PFDC Nº 10/2019/PFDC/MPF*, 11 de junho de 2019. Disponível eletronicamente em: <http://pfdc.pgr.mpf.mp.br/atuacao-e-conteudos-de-apoio/representacoes/representacao-pfdc-mpf-10-2019>. Acesso em: 21 de julho de 2019.

PRZEWORSKI, Adam. *Crises of Democracy*. Cambridge: Cambridge University Press, 2019.

PRZEWORSKI, Adam; ALVAREZ, Michael; CHEIBUB, José Antonio; LIMONGI, Fernando. “O que mantém as democracias?”. *Lua Nova*, n° 40-41, 1997.

QUEIROZ, Antônio Augusto de. “Novo Congresso Nacional veio pior que a encomenda”. *Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar*, 15 de outubro de 2018. Disponível eletronicamente em: <https://www.diap.org.br/index.php/noticias/agencia-diap/28530-novo-congresso-veio-pior-que-a-encomenda>. Acesso em 21 de julho de 2019.

QUEIROZ, Rafael Mafei Rabelo. “A ilusão do jurista apolítico”. *Quatro Cinco Um*, ano 04, n° 31, 2020.

QUEIROZ, Rafael Mafei Rabelo. “Atitudes de Bolsonaro são motivo para impeachment?”. *Folha de São Paulo*, 17 de agosto de 2019. Disponível eletronicamente em: <https://www1.folha.uol.com.br/ilustrissima/2019/08/atitudes-de-bolsonaro-sao-motivo-para-impeachment.shtml>. Acesso em: 12 de março de 2020.

RAMALHO, Renan. “Bolsonaro vira réu por falar que Maria do Rosário não merece ser estuprada”. *G1*, 21 de fevereiro de 2016. Disponível eletronicamente em: <http://g1.globo.com/politica/noticia/2016/06/bolsonaro-vira-reu-por-falar-que-maria-do-rosario-nao-merece-ser-estuprada.html>. Acesso em: 21 de julho de 2019.

RAMALHO, Renan; CALGARO, Fernanda. “Marco Aurélio chama de ‘grotesca’ recusa de Renan de cumprir ordem judicial”. G1, 07 de dezembro de 2016. Disponível eletronicamente em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/marco-aurelio-mello-ironiza-ataques-de-renan-nao-me-chamou-de-juizeco.ghtml>. Acesso em: 07 de março de 2020.

RAMOS, André de Carvalho. “Liberdade de expressão e ideais antidemocráticos veiculados por partidos políticos – tolerância com os intolerantes?”. In: RAMOS, André de Carvalho (coord.). *Temas de Direito Eleitoral no Século XXI*. Brasília: Escola Superior do Ministério Público da União, 2012.

RAMOS, Nuno. *Verifique se o mesmo*. São Paulo: Todavia, 2019.

RANCIÈRE, Jacques. *O ódio à democracia*. Tradução de Mariana Echalar. São Paulo: Boitempo. 2014.

RAWLS, John. *A Theory of Justice* (revised edition). Cambridge: Harvard University Press, 1999.

RAWLS, John. *Political Liberalism*. New York: Columbia University Press, 2005.

RAZ, Joseph. “Autonomy, toleration, and the harm principle”. In: MENDUS, Susan (ed.). *Justifying Toleration*: Conceptual and Historical Perspectives. New York: Cambridge University Press, 1988.

REICH, Wilhem. *Psicologia de massas do fascismo*. Tradução de Maria da Graça Macedo. São Paulo: Martins Fontes, 2015.

REIS, Daniel Aarão. “As armadilhas da memória e a reconstrução democrática”. In: ABRANCHES, Sérgio et al. *Democracia em risco?*: 22 ensaios sobre o Brasil hoje. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

REIS, Daniel Aarão. *Luís Carlos Prestes*: um revolucionário entre dois mundos. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

REIS, Luciana Silva. “Autoritarismo à brasileira”. *Quatro Cinco Um*, ano 04, n° 31, 2020.

RESENDE, Sarah Mota. "'No que depender de mim, não tem mais demarcação de terra indígena', diz Bolsonaro a TV". *Folha de São Paulo*, 05 de novembro de 2018. Disponível eletronicamente em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/11/no-que-depender-de-mim-nao-tem-mais-demarcacao-de-terra-indigena-diz-bolsonaro-a-tv.shtml>. Acesso em: 21 de julho de 2019.

RENSMANN, Thilo. "Procedural Fairness in a Militant Democracy: The 'Uprising of the Decent' Fails Before the Federal Constitutional Court". *German Law Journal*, vol. 04, n° 11, 2003.

RIBEIRO, Ricardo Lodi. "Autonomia universitária em tempos de guerra cultural". *Revista da Faculdade de Direito da UERJ*, n° 35, 2019.

RICOEUR, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Tradução de Alain François et al. Campinas: Unicamp, 2007.

RIJPKEMA, Bastiaan. "Militant Democracy and the Detection Problem". In: MALKOPOULOU, Anthoula; KIRSHNER, Alexander S. (ed.). *Militant Democracy and Its Critics*. Edinburgh: Edinburgh University Press, 2019.

RIJPKEMA, Bastiaan. *Militant Democracy*: The Limits of Democratic Tolerance. Tradução de Anna Asbury. Oxon e New York: Routledge, 2018.

RIJPKEMA, Bastiaan. "Popper's Paradox of Democracy". *Think*, vol. 11, n° 32, 2012.

ROACH, Kent. "Anti-Terrorism and Militant Democracy: Some Western and Eastern Responses". In: SAJÓ, András (ed.). *Militant Democracy*. Utrecht: Eleven, 2004.

ROCHA, Camilo. "A desigualdade no Brasil. E o lugar reservado às domésticas". *Nexo Jornal*, 13 de fevereiro de 2020. Disponível eletronicamente em: <https://www.nexojornal.com.br/expresso/2020/02/13/A-desigualdade-no-Brasil.-E-o-lugar-reservado-%C3%A0s-dom%C3%A9sticas>. Acesso em: 15 de março de 2020.

RODRÍGUEZ, Silvio. "Sueño con serpientes". In: *Días y Flores*. Produzido por Frank Fernández. Havana: EGREM, p1975, 1 disco sonoro, faixa 5.

RODRIK, Dani. "Is Populism Necessarily Bad Economics?". *AEA Papers and Proceedings*, vol. 108, 2018.

RORTY, Richard. "Human rights, rationality, and sentimentality". In: *Truth and Progress*: philosophical papers. Cambridge: Cambridge University Press, 1998.

RORTY, Richard. "Is 'Cultural Recognition' a Useful Notion?". In: OLSON, Kevin (ed). *Adding Insult to Injury*: Nancy Fraser Debates Her Critics. Londres e New York: Verso, 2008.

ROSA, João Guimarães. *Grande Sertão: Veredas*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2015.

ROSENBLUM, Nancy L. *On the Side of the Angels*: An Appreciation of Parties and Partisanship. Princeton: Princeton University Press, 2008.

ROSS, Alf. *Why Democracy?*. Cambridge: Harvard University Press, 1952.

ROTHENBURG, Walter Claudius. *Direitos Fundamentais*. São Paulo: GEN/Método, 2014.

RUMMENS, Stefan. "Resolving the Paradox of Tolerance". In: MALKOPOULOU, Anthoula; KIRSHNER, Alexander S. (ed.). *Militant Democracy and Its Critics*. Edinburgh: Edinburgh University Press, 2019.

RUMMENS, Stefan; ABTS, Koen. "Defending Democracy: The Concentric Containment of Political Extremism". *Political Studies*, vol. 58, n° 04, 2010.

RUNCIMAN, David. *How Democracy Ends*. New York: Basic Books, 2018.

SADI, Andréia. "Leia a íntegra da carta enviada pelo vice Michel Temer a Dilma". *G1*, 07 de dezembro de 2015. Disponível eletronicamente em: <http://g1.globo.com/politica/noticia/2015/12/leia-integra-da-carta-enviada-pelo-vice-michel-temer-dilma.html>. Acesso em: 15 de julho de 2019.

SADURSKI, Wojciech. "Constitutional Crisis in Poland". *Constitutional Democracy in Crisis?*. Oxford: Oxford University Press, 2018.

SAJÓ, András. "Constitutional Sentiments". *Acta Juridica Hungarica*, vol. 47, n° 01, 2006.

SAJÓ, András. "From militant democracy to the preventive state?". *Cardozo Law Review*, vol. 27, n° 05, 2006.

SAJÓ, András. "Militant Democracy and Emotional Politics". *Constellations*, vol. 19, n° 04, 2012.

SAKAGUCHI, Shojiro. "Japan". In: THIEL, Markus (ed.). *The 'Militant Democracy' Principle in Modern Democracies*. Farnham e Burlington: Ashgate, 2009.

SALLUM JR., Brasilio. *O impeachment de Fernando Collor*: sociologia de uma crise. São Paulo: Editora 34, 2015.

SALLUM JR., Brasilio; CASARÕES, Guilherme Stolle Paixão e. "O impeachment do presidente Collor: a literatura e o processo". *Lua Nova*, São Paulo, n° 82, 2011.

SAMUELS, David J.; ZUCCO, Cesar. *Partisans, Antipartisans, and Nonpartisans*: Voting Behavior in Brazil. Cambridge: Cambridge University Press, 2018.

SANTOS, Wanderley Guilherme dos. *A democracia impedida*: o Brasil no século XXI. Rio de Janeiro: FGV, 2017.

SANTOS, Wanderley Guilherme dos. *Cidadania e Justiça*: a política social na ordem brasileira. Rio de Janeiro: Campus, 1979.

SARLET, Ingo Wolfgang. *A eficácia dos direitos fundamentais*. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2007.

SARLET, Ingo Wolfgang. "Comentário ao art. 5º, § 1º". In: CANOTILHO, J. J. Gomes et al. (coords.). *Comentários à Constituição do Brasil*. São Paulo: Saraiva/Almedina, 2018.

SARLET, Ingo Wolfgang; MARINONI, Luiz Guilherme; MITIDIERO, Daniel. *Curso de Direito Constitucional*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2017.

SARMENTO, Daniel. "A liberdade de expressão e o problema do 'hate speech'". In: *Livres e Iguais*: Estudos de Direito Constitucional. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2010.

SARMENTO, Daniel. "Comentário ao art. 5º, IV". In: CANOTILHO, J. J. Gomes et al. (coords.). *Comentários à Constituição do Brasil*. São Paulo: Saraiva/Almedina, 2018.

SARMENTO, Daniel. "Comentário ao art. 220". In: CANOTILHO, J. J. Gomes et al. (coords.). *Comentários à Constituição do Brasil*. São Paulo: Saraiva/Almedina, 2018.

SARMENTO, Daniel. *Dignidade da Pessoa Humana*: conteúdo, trajetórias e metodologia. Belo Horizonte: Fórum, 2016.

SARMENTO, Daniel. "Legalização do Aborto e Constituição". *Revista de Direito Administrativo*, n° 240, 2005.

SARMENTO, Daniel. "O Crucifixo nos Tribunais e a Laicidade do Estado". *Revista de Direito do Estado – RDE*, vol. 8, 2007.

SARMENTO, Daniel. "O princípio republicano nos 30 anos da Constituição de 1988: por uma república inclusiva". In: BARROSO, Luís Roberto; MELLO, Patrícia Perrone Campos (coords.). *A república que ainda não foi*: trinta anos da Constituição de 1988 na visão da Escola de Direito Constitucional da UERJ. Belo Horizonte: Fórum, 2018.

SARMENTO, Daniel. "Petição Inicial da ADI 5970, Ajuizada pelo PSB, PSOL e PT, em que se Postula a Inconstitucionalidade da Proibição de Showmícios Gratuitos". In: *República, inclusão e constitucionalismo*: escritos constitucionais. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2019.

SARMENTO, Daniel; PONTES, João Gabriel Madeira. "Democracia militante e a candidatura de Bolsonaro: inelegibilidade a partir de interpretação teleológica do art. 17 da Constituição?". *Jota*, 24 de agosto de 2018. Disponível eletronicamente em: <https://www.jota.info/paywall?redirect_to=//www.jota.info/opiniao-e analise/artigos/democracia-militante-e-a-candidatura-de-bolsonaro-24082018>. Acesso em: 30 de junho de 2019.

SCANLON, Thomas M. "The Difficulty of Tolerance". In: *The Difficulty of Tolerance*: Essays in Political Philosophy. New York: Cambridge University Press, 2003.

SCHEDLER, Andreas. "Electoral Authoritarianism". In: LANDMAN, Todd; ROBINSON, Neil (ed.). *The Sage Handbook of Comparative Politics*. Los Angeles: Sage, 2009.

SCHEPPELE, Kim Lane. "Aspirational and aversive constitutionalism: The case for studying cross-constitutional influence through negative models". *International Journal of Constitutional Law*, vol. 1, n° 02, 2003.

SCHEPPELE, Kim Lane. “The Rule of Law and the Frankenstate: Why Governance Checklists Do Not Work”. *Governance: An International Journal of Policy, Administration, and Institutions*, vol. 26, n° 04, 2013.

SCHMITT, Carl. *Constitutional Theory*. Tradução de Jeffrey Seitzer. Durham: Duke University Press, 2008.

SCHMITT, Carl. *Legality and Legitimacy*. Tradução de Jeffrey Seitzer. Durham: Duke University Press, 2004.

SCHMITT, Carl. *O Guardião da Constituição*. Tradução de Geraldo de Carvalho. Belo Horizonte: Del Rey, 2007.

SCHREIBER, Manfried. CHEN, Yung Ping. “Ideology of the National Democratic Party in Germany”. *Journal of Thought*, vol. 06, n° 02, 1971.

SCHUMPETER, Joseph A. *Capitalismo, socialismo e democracia*. Tradução de Luiz Antônio Oliveira de Araújo. São Paulo: Unesp, 2017.

SCHUPMANN, Benjamin A. *Carl Schmitt's State and Constitutional Theory*: A Critical Analysis. Oxford: Oxford University Press, 2018.

SCHWARCZ, Lilia. “Golpes e contragolpes”. *Nexo Jornal*, 06 de abril de 2016. Disponível eletronicamente em: <https://www.nexojornal.com.br/colunistas/2016/Golpes-e-contragolpes>. Acesso em: 11 de julho de 2019.

SCHWARCZ, Lilia. *Sobre o autoritarismo brasileiro*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

SCHWARCZ, Lilia; STARLING, Heloisa. *Brasil*: uma biografia. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

SEGAL, Jeffrey A.; SPAETH, Harold J. *The Supreme Court and the Attitudinal Model Revisited*. Cambridge: Cambridge University Press, 2002.

SELL, Carlos Eduardo. “Democracia com liderança: Max Weber e o conceito de democracia plebiscitária”. *Revista Brasileira de Ciência Política*, n° 05, 2011.

SEN, Amartya. *Development as Freedom*. New York: Alfred A. Knopf, 2000.

SENA JÚNIOR, Carlos Zacarias Figueirôa de. *Os impasses da estratégia*: os comunistas e os dilemas da União Nacional na revolução (im)possível – 1936-1948. Tese de doutorado apresentada ao Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Pernambuco, 2017.

SHARE, Donald; MAINWARING, Scott. “Transição pela transição: democratização no Brasil e na Espanha”. *Dados*, vol. 29, n° 02, 1986.

SILVA, Antonio José Bacelar da; LARKINS, Erika Robb. “The Bolsonaro Election, Antiblackness, and Changing Race Relations in Brazil”. *The Journal of Latin American and Caribbean Anthropology*, 2019, pp. 01-21.

SILVA, José Afonso da. *Curso de Direito Constitucional Positivo*. São Paulo: Malheiros, 2002.

SINGER, André. *O lulismo em crise*: um quebra-cabeça do período Dilma (2011-2016). São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

SINGER, André. “Raízes sociais e ideológicas do lulismo”. *Novos Estudos CEBRAP*, n° 85, 2009.

SITARAMAN, Ganesh. “Economic Inequality and Constitutional Democracy”. In: GRABER, Mark A.; LEVINSON, Sanford; TUSHNET, Mark (ed.). *Constitutional Democracy in Crisis?*. Oxford: Oxford University Press, 2018.

SITARAMAN, Ganesh. *The Crisis of the Middle-Class Constitution*: why economic inequality threatens our republic. New York: Alfred A. Knopf, 2017.

SKINNER, Quentin. “A Third Concept of Liberty”. In: MILLER, David (ed.). *The Liberty Reader*. Londres e New York: Routledge, 2016.

SMITH, Denis Mack. “Benedetto Croce: History and Politics”. *Journal of Contemporary History*, vol. 08, n° 01, 1973.

SMITH, Manoella. “Nomeado para Palmares que ataca movimento negro é filho de escritor ativista”. *Folha de São Paulo*, 28 de novembro de 2019. Disponível eletronicamente em: <https://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/2019/11/nomeado-para-palmares-que-ataca-movimento-negro-e-filho-de-escritor-ativista.shtml>. Acesso em: 24 de março de 2020.

SOARES, João; SALGADO, Felipe. “‘Fricção entre poderes é própria da democracia’, diz Barroso”. *DW Brasil*, 14 de abril de 2020. Disponível eletronicamente em: <https://www.dw.com/pt-br/fric%C3%A7%C3%A3o-entre-poderes-%C3%A9-pr%C3%B3pria-da-democracia-diz-barroso/a-53114167>. Acesso em: 08 de maio de 2020.

SOARES, Jussara. “Bolsonaro diz que, mesmo após ataques, não vai mudar seu jeito de ser”. *O Globo*, 31 de julho de 2019. Disponível eletronicamente em: <https://oglobo.globo.com/brasil/bolsonaro-diz-que-mesmo-apos-ataques-nao-vai-mudar-seu-jeito-de-ser-1-23844354>. Acesso em: 02 de agosto de 2019.

SOARES, Jussara. “Bolsonaro nomeia dramaturgo Roberto Alvim para Secretaria Especial de Cultura”. *O Globo*, 07 de novembro de 2019. Disponível eletronicamente em: <https://oglobo.globo.com/cultura/bolsonaro-nomeia-dramaturgo-roberto-alvim-para-secretaria-especial-de-cultura-24068248>. Acesso em: 24 de março de 2020.

SOARES, Luiz Eduardo. *O Brasil e seu duplo*. São Paulo: Todavia, 2019.

SOLJENÍTSYN, Aleksandr. *Arquipélago Gulag*. Tradução de Lucas Simone et al. São Paulo: Carambaia, 2019.

SOLLORS, Werner. *The Temptation of Despair*: Tales of the 1940s. Cambridge: The Belknap Press of Harvard University Press, 2014.

SOUZA, Pedro H. G. Ferreira de. *Uma história da desigualdade*: a concentração de renda entre os ricos no Brasil (1926-2013). São Paulo: HUCITEC/ANPOCS, 2018.

SOUZA NETO, Cláudio Pereira de. "A segurança pública na Constituição de 1988: conceituação constitucionalmente adequada, competências federativas e órgãos de execução das políticas". *Revista de Direito do Estado*, vol. 08, n° 02, 2007.

SOUZA NETO, Cláudio Pereira de. "A teoria constitucional e seus lugares específicos: notas sobre o aporte reconstrutivo". *Revista de Direito do Estado*, n° 01, 2006.

SOUZA NETO, Cláudio Pereira de. *Democracia em crise no Brasil*: defesa da Constituição e jurisdição constitucional anticíclica. No prelo.

SOUZA NETO, Cláudio Pereira de. "O impeachment de 2016: ruptura constitucional e cultura política democrática". In: BARROSO, Luís Roberto; MELLO, Patrícia Perrone Campos (coords.). *A república que ainda não foi*: trinta anos da Constituição de 1988 na visão da Escola de Direito Constitucional da UERJ. Belo Horizonte: Fórum, 2018.

SOUZA NETO, Cláudio Pereira; SARMENTO, Daniel. *Direito Constitucional*: teoria, história e métodos de trabalho. Belo Horizonte: Fórum, 2016.

STANLEY, Jason. "A democracia brasileira". *Quatro Cinco Um*, ano 04, n° 33, 2020.

STANLEY, Jason. *Como funciona o fascismo*: a política do "nós" e "eles". Tradução de Bruno Alexander. Porto Alegre: L&PM, 2019.

STANTON, Timothy. "Popular sovereignty in an age of mass democracy". In: BOURKE, Richard; SKINNER, Quentin. *Popular Sovereignty in Historical Perspective*. Cambridge: Cambridge University Press, 2016.

STARLING, Heloisa. "O passado que não passou". In: ABRANCHES, Sérgio et al. *Democracia em risco?*: 22 ensaios sobre o Brasil hoje. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

STARK, David; BRUSZT, Laszlo. "Enabling constraints: fontes institucionais de Coerência nas políticas públicas no pós-socialismo". *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol. 13, n° 36, 1998.

STERNHELL, Zeev. "Fascism: reflections on the fate of ideas in twentieth century history". *Journal of Political Ideologies*, vol. 05, n° 02, 2000.

STERNHELL, Zeev. "How to Think about Fascism and its Ideology". *Constellations*, vol. 15, n° 03, 2008.

STERNHELL, Zeev; SZNAJDER, Mario; ASHERI, Maia. *The Birth of Fascist Ideology*. Tradução de David Maisel. Princeton: Princeton University Press, 1994.

STONE, Peter. “Democratic Equality and Militant Democracy”. In: MALKOPOULOU, Anthoula; KIRSHNER, Alexander S. (ed.). *Militant Democracy and Its Critics*. Edinburgh: Edinburgh University Press, 2019.

STONE, Peter. “Sortition, voting, and democratic equality”. *Critical Review of International Social and Political Philosophy*, vol. 19, n° 03, 2016.

STRECK, Lenio Luiz et al. “Comentário ao art. 86”. In: CANOTILHO, J. J. Gomes et al. (coords.). *Comentários à Constituição do Brasil*. São Paulo: Saraiva/Almedina, 2018.

STRECK, Lenio Luiz; OLIVEIRA, Fábio de. “Comentário ao art. 2º”. In: CANOTILHO, J. J. Gomes et al. (coords.). *Comentários à Constituição do Brasil*. São Paulo: Saraiva/Almedina, 2018.

STRECK, Lenio Luiz; OLIVEIRA, Marcelo Andrade Cattoni de; NUNES, Dierle. “Comentário ao art. 53”. In: CANOTILHO, J. J. Gomes et al. (coords.). *Comentários à Constituição do Brasil*. São Paulo: Saraiva/Almedina, 2018.

STRECK, Lenio Luiz; OLIVEIRA, Marcelo Andrade Cattoni de; NUNES, Dierle; SILVA, Diogo Bacha e. “Comentário ao art. 55”. In: CANOTILHO, J. J. Gomes et al. (coords.). *Comentários à Constituição do Brasil*. São Paulo: Saraiva/Almedina, 2018.

STREET, John. *Music and Politics*. Cambridge: Polity Press, 2012.

SUNDFELD, Carlos Ari. *Direito Administrativo para Céticos*. São Paulo: Malheiros, 2017.

SUNSTEIN, Cass R. *How Change Happens*. Cambridge: MIT Press, 2019

SUNSTEIN, Cass R. *Impeachment*: A Citizen’s Guide. Cambridge: Harvard University Press, 2017.

SUNSTEIN, Cass R. *#republic*: Divided Democracy in the Age of Social Media. Princeton: Princeton University Press, 2017.

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. SLS n° 2.650, Decisão Monocrática, Rel. Min. João Otávio de Noronha, DJe 13/02/2020.

SUPREMA CORTE DOS ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA. 17 U.S. 316 (1819).

SUPREMA CORTE DOS ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA. 250 U.S. 616 (1919).

SUPREMA CORTE DOS ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA. 274 U.S. 357 (1927).

SUPREMA CORTE DOS ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA. 310 U.S. 296 (1940)

SUPREMA CORTE DOS ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA. 315 U.S. 568 (1942).

SUPREMA CORTE DOS ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA. 323 U.S. 214 (1944).

SUPREMA CORTE DOS ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA, 323 U.S. 516 (1945).

SUPREMA CORTE DOS ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA, 336 U.S. 77 (1949).

SUPREMA CORTE DOS ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA. 337 U.S. 1 (1949).

SUPREMA CORTE DOS ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA. 343 U.S. 250 (1952).
SUPREMA CORTE DOS ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA. 372 U.S. 368 (1963).

SUPREMA CORTE DOS ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA. 383 U.S. 169 (1966).

SUPREMA CORTE DOS ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA. 385 U.S. 116 (1966).

SUPREMA CORTE DOS ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA. 395 U.S. 444 (1969).

SUPREMA CORTE DOS ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA. 41 U.S. 539 (1842).

SUPREMA CORTE DOS ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA. 505 U.S. 377 (1992).

SUPREMA CORTE DOS ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA. 60 U.S. 393 (1857).

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. ADI n° 2.566, Rel. Min. Alexandre de Moraes, Rel. p/ ac. Min. Edson Fachin, DJe 23/10/2018.

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. ADI n° 3.741, Tribunal Pleno, Rel. Min. Ricardo Lewandowski, DJ 23/02/2006.

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. ADI n° 4.451, Tribunal Pleno, Rel. Min. Alexandre de Moraes, DJe 06/03/2019.

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. ADI n° 4.650, Tribunal Pleno, Rel. Min. Luiz Fux, DJe 24/02/2016.

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. ADI n° 4.815, Tribunal Pleno, Rel. Min. Cármen Lúcia, DJe 01/02/2016.

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. ADI n° 4.983, Tribunal Pleno, Rel. Min. Marco Aurélio, DJe 27/04/2017.

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. ADI n° 5.537, Decisão Monocrática, Rel. Min. Roberto Barroso, DJe 23/03/2017.

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. ADPF nº 130, Tribunal Pleno, Rel. Min. Carlos Britto, DJe 06/11/2009.

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. ADPF n° 144, Tribunal Pleno, Rel. Min. Celso de Mello, DJe 26/02/2010.

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. ADPF n° 153, Tribunal Pleno, Rel. Min. Eros Grau, DJe 06/08/2010.

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. ADPF nº 187, Tribunal Pleno, Rel. Min. Celso de Mello, DJe 29/05/2014.

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. ADPF n° 378-MC, Tribunal Pleno, Rel. Min. Edson Fachin, Rel. p/ ac. Min. Roberto Barroso, DJe 08/03/2016.

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. ADPF n° 402-MC, Decisão Monocrática, Rel. Min. Marco Aurélio, DJe 07/12/2016.

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. ADPF n° 402-MC-Ref, Tribunal Pleno, Rel. Min. Marco Aurélio, Rel. p/ ac. Min. Celso de Mello, DJe 29/08/2018.

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. ADPF n° 444, Tribunal Pleno, Rel. Min. Gilmar Mendes, DJe 22/05/2019.

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. AP n° 694, 1ª Turma, Rel. Min. Rosa Weber, Rev. Min. Roberto Barroso, DJe 31/08/2017.

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. AP n° 996, 2ª Turma, Rel. Min. Edson Fachin, Rev. Min. Celso de Mello, DJe 08/02/2019.

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. HC n° 70.389, Tribunal Pleno, Rel. Min. Sydney Sanches, Rel. p/ ac. Min. Celso de Mello, DJ 10/08/2001.

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. HC n° 82.424, Tribunal Pleno, Rel. Min. Moreira Alves, Rel. p/ ac. Min. Maurício Corrêa, DJ 19/03/2004.

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. Inq n° 1.024-QO, Tribunal Pleno, Rel. Min. Celso de Mello, DJ 04/03/2005.

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. Inq n° 3.814, 1ª Turma, Rel. Min. Rosa Weber, DJe 21/10/2014.

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. Inq n° 390-QO, Tribunal Pleno, Rel. Min. Sepúlveda Pertence, DJ 27/10/1989.

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. Inq n° 3.932, 1ª Turma, Rel. Min. Luiz Fux, DJe 09/09/2016.

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. Inq n° 4.694, 1ª Turma, Rel. Min. Marco Aurélio, DJe 01/08/2019.

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. MI n° 58, Tribunal Pleno, Rel. Min. Carlos Velloso, Rel. p/ ac. Min. Celso de Mello, DJ 19/04/1991.

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. MS n° 21.564, Tribunal Pleno, Rel. Min. Octavio Gallotti, Rel. p/ ac. Min. Carlos Velloso, DJ 27/08/1993.

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. MS n° 21.689, Tribunal Pleno, Rel. Min. Carlos Velloso, DJ 07/04/1995.

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. MS n° 21.861, Tribunal Pleno, Rel. Min. Néri da Silveira, DJ 21/09/2001.

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. MS n° 23.388, Tribunal Pleno, Rel. Min. Néri da Silveira, DJ 20/04/2001.

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. MS n° 23.452, Tribunal Pleno, Rel. Min. Celso de Mello, DJ 12/05/2000.

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. MS n° 24.020, 2ª Turma, Rel. Min. Joaquim Barbosa, DJe 13/06/2012.

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. MS n° 25.647-MC, Tribunal Pleno, Rel. Min. Carlos Britto, Rel. p/ ac. Min. Cezar Peluso, DJ 15/12/2006.

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. MS n° 34.070-MC, Decisão monocrática, Rel. Min. Gilmar Mendes, DJe 28/03/2016.

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. MS n° 34.327, Tribunal Pleno, Rel. Min. Roberto Barroso, DJe 01/08/2017.

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. MS n° 34.609-MC, Decisão monocrática, Rel. Min. Celso de Mello, DJe 16/02/2017.

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. Pet n° 7.174, 1ª Turma, Rel. Min. Alexandre de Moraes, Rel. p/ ac. Min. Marco Aurélio, j. 10/03/2020 (acórdão ainda não publicado).

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. RC n° 1.468-segundo, Tribunal Pleno, Rel. Min. Ilmar Galvão, Rev. Min. Maurício Corrêa, Rel. p/ ac. Min. Maurício Corrêa, DJ 16/08/2002.

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. RC n° 1.473, 1ª Turma, Rel. Min. Luiz Fux, Rev. Min. Rosa Weber, DJe 18/12/2017.

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. Rcl n° 22.328, 1ª Turma, Rel. Roberto Barroso, DJe 10/05/2018.

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. Rcl n° 23.457-MC, Decisão Monocrática, Rel. Min. Teori Zavascki, DJe 30/03/2016.

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. Rcl n° 23.457-MC-Ref, Tribunal Pleno, Rel. Min. Teori Zavascki, DJe 27/09/2017.

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. RE n° 236.948, Tribunal Pleno, Rel. Min. Octavio Gallotti, DJ 31/08/2001.

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. RE n° 466.343, Tribunal Pleno, Rel. Min. Cezar Peluso, DJe 05/06/2009.

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. RE n° 637.485, Tribunal Pleno, Rel. Min. Gilmar Mendes, DJe 21/05/2013.

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. RE n° 898.450, Tribunal Pleno, Rel. Min. Luiz Fux, DJe 31/05/2017.

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. RHC n° 146.303, 2ª Turma, Rel. Min. Edson Fachin, Rel. p/ ac. Min. Dias Toffoli, DJe 07/08/2018.

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. SL n° 1.326-MC, Decisão da Presidência, Rel. Min. Presidente, DJe 06/05/2020.

TÁCITO, Caio. "O abuso do poder administrativo no Brasil: conceito e remédios". *Revista de Direito Administrativo*, vol. 56, 1959.

TAYLOR, Charles. "The Politics of Recognition". In: GUTMANN, Amy (ed.). *Multiculturalism*: Examining the Politics of Recognition. Princeton: Princeton University Press, 1994.

TEIXEIRA, Carla Costa. "Decoro parlamentar: a legitimidade da esfera privada no mundo público?". *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, n° 30, 1996.

TELES, Gilberto Mendonça. *Vanguarda europeia e modernismo brasileiro*: apresentação dos principais poemas metalinguísticos, manifestos, prefácios e conferências vanguardistas, de 1857 a 1972. Rio de Janeiro: José Olympio, 2012.

TERRA. "Bolsonaro: 'prefiro filho morto em acidente a um homossexual'", 08 de junho de 2011. Disponível eletronicamente em: <https://www.terra.com.br/noticias/brasil/bolsonaro-prefiro-filho-morto-em-acidente-a-um-homossexual,cf89cc00a90ea310VgnCLD200000bbcceb0aRCRD.html>. Acesso em: 21 de julho de 2019.

THAN, Krisztina. "Civil organizations in Hungary brace for government crackdown on NGOs". *Reuters*, 25 de abril de 2018. Disponível eletronicamente em: <https://www.reuters.com/article/us-hungary-orban-ngos/civil-organizations-in-hungary-brace-for-government-crackdown-on-ngos-idUSKBN1HW1ZN>. Acesso em: 21 de julho de 2019.

THIEL, Markus. "Comparative Aspects". In: THIEL, Markus (ed.). *The 'Militant Democracy' Principle in Modern Democracies*. Farnham e Burlington: Ashgate, 2009.

THIEL, Markus. "Germany". In: THIEL, Markus (ed.). *The 'Militant Democracy' Principle in Modern Democracies*. Farnham e Burlington: Ashgate, 2009.

THÓTH, Csaba. “Full text of Viktor Orbán’s speech at Băile Tuşnad (Tusnádfürdő) of 26 July 2014”. *The Budapest Beacon*, 29 de julho de 2014. Disponível eletronicamente em: <https://budapestbeacon.com/full-text-of-viktor-orbans-speech-at-baile-tusnad-tusnadfurdo-of-26-july-2014/>. Acesso em: 08 de julho de 2019.

TILLY, Charles. *Democracia*. Tradução de Raquel Weiss. Petrópolis: Vozes, 2013.

TIRRELL, Lynne. “Genocidal Language Games”. In: MAITRA, Ishani; MCGOWAN, Mary Kate (ed.). *Speech and Harm*: Controversies Over Free Speech. Oxford: Oxford University Press, 2012.

TOCQUEVILLE, Alexis de. *Democracy in America*. Tradução de Arthur Goldhammer. New York: The Library of America, 2004.

TODOROV, Tzvetan. *Memória do mal, tentação do bem*: indagação sobre o século XX. Tradução de Joana Angélica d’Ávila. São Paulo: Arx, 2002.

TRIBE, Laurence. “America’s Constitutional Narrative”. *Daedalus: The Journal of the American Academy of Arts & Sciences*, vol. 141, n° 01.

TRIBE, Laurence; MATZ, Joshua. *To End a Presidency*: the power of impeachment. New York: Basic Books, 2018.

TRIBUNAL CONSTITUCIONAL FEDERAL. 2 BvB 1/01 (2003).

TRIBUNAL CONSTITUCIONAL FEDERAL. 2 BvB 1/13 (2017).

TRIBUNAL CONSTITUCIONAL FEDERAL. 2 BVerfGE 1 (1952).

TRIBUNAL CONSTITUCIONAL FEDERAL. 5 BVerfGE 85 (1956).

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 5ª REGIÃO. Processo n° 0802019-41.2019.4.05.8103, 18ª Vara Federal, Juiz Federal Emanuel José Matias Guerra, j. 04/12/2019.

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. Processo n° 411/412, Rel. Sá Filho, Rel. p/ resolução Des. José Antônio Nogueira, Sessão de 07/05/1947.

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. Rp n° 587, Tribunal Pleno, Rel. Min. Geraldo Grossi, DJ 21/10/2002.

TRINDADE, Hélgio. *Integralismo*: o fascismo brasileiro na década de 30. São Paulo e Rio de Janeiro: Difel, 1979.

TRINDADE, Hélgio. *A tentação fascista no Brasil*: imaginário de dirigentes e militantes integralistas. Porto Alegre: UFRGS, 2016.

TSEBELIS, George. *Veto Players*: How Political Institutions Work. Princeton: Princeton University Press.

TUFECKI, Zeynep. *Twitter and Tear Gas*: The Power and Fragility of Networked Protest. New Haven: Yale University Press, 2017.

TUFECKI, Zeynep. "We're building a dystopia just to make people click on ads". *TEDGlobal*, setembro de 2017, tradução livre. Disponível eletronicamente em: <https://www.ted.com/talks/zeynep_tufekci_we_re_building_a_dystopia_just_to_make_people_click_on_ads>. Acesso em: 02 de julho de 2019.

TUSHNET, Mark. "Authoritarian Constitutionalism: Some Conceptual Issues". In: GINSBURG, Tom; SIMPSER, Alberto (ed.). *Constitutions in Authoritarian Regimes*. Cambridge: Cambridge University Press, 2014.

TUSHNET, Mark. "Comparing Right-Wing and Left-Wing Populism". In: GRABER, Mark A.; LEVINSON, Sanford; TUSHNET, Mark (ed.). *Constitutional Democracy in Crisis?*. Oxford: Oxford University Press, 2018.

TUSHNER, Mark. "Constitutional Hardball". *The John Marshall Review*, vol. 37, n° 02, 2004.

TUSHNET, Mark. *Taking the Constitution Away from the Courts*. Princeton: Princeton University Press, 1999.

TUSHNET, Mark. "Varieties of Populism". *German Law Journal*, vol. 20, n° 03, 2019, p. 384.

TYULKINA, Svetlana. "Militant democracy as an inherent quality of a democratic state". In: MALKOPOULOU, Anthoula; KIRSHNER, Alexander S. (ed.). *Militant Democracy and Its Critics*. Edinburgh: Edinburgh University Press, 2019.

TYULKINA, Svetlana. *Militant Democracy*: Undemocratic political parties and beyond. Oxon e New York: Routledge, 2015.

UITZ, Renáta. "Can you tell when an illiberal democracy is in the making? An appeal to comparative constitutional scholarship from Hungary". *International Journal of Constitutional Law*, vol. 13, n° 01, 2015.

ÜNKER, Pelin. "Kurds in Turkey increasingly subject to violent hate crimes". *DW*, 22 de outubro de 2019. Disponível eletronicamente em: <https://www.dw.com/en/kurds-in-turkey-increasingly-subject-to-violent-hate-crimes/a-50940046>. Acesso em: 23 de janeiro de 2020.

UOL. "Alcolumbre critica fala de Bolsonaro e pede união contra coronavírus", 24 de março de 2020. Disponível eletronicamente em: <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2020/03/24/alcolumbre-critica-fala-de-bolsonaro-e-pede-uniao-contra-coronavirus.htm>. Acesso em: 07 de abril de 2020.

URIBE, Gustavo. "Bolsonaro insulta repórter da Folha com insinuação sexual". *Folha de São Paulo*, 18 de fevereiro de 2020. Disponível eletronicamente em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2020/02/bolsonaro-insulta-reporter-da-folha-com-insinuacao-sexual.shtml>. Acesso em: 01 de março de 2020.

URIBE, Gustavo. “Bolsonaro recua e revoga licitação da Presidência que excluiu a Folha”. *Folha de São Paulo*, 06 de dezembro de 2019. Disponível eletronicamente em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2019/12/bolsonaro-recua-e-revoga-licitacao-da-presidencia-que-excluiu-a-folha.shtml>. Acesso em: 01 de março de 2020.

VAN DEN BERGH, George. *De democratische staat en de niet-democratische partijen*. Amsterdã: De Arbeiderspers, 1936.

VARGAS, Mateus. “‘Leão’ em vídeo, Bolsonaro derrota ‘inimigos’”. *O Estado de São Paulo*, 28 de outubro de 2019. Disponível eletronicamente: <https://politica.estadao.com.br/noticias/geral,em-video-bolsonaro-se-compara-a-leao-atacado-por-hienas-do-stf-psl-pt-e-onu,70003067155>. Acesso em: 08 de março de 2020.

VAROL, Ozan O. “Stealth Authoritarianism in Turkey”. In: GRABER, Mark A.; LEVINSON, Sanford; TUSHNET, Mark (ed.). *Constitutional Democracy in Crisis?*. Oxford: Oxford University Press, 2018.

VEJA. “Bolsonaro afirma ter provas de que eleição foi fraudada”, 09 de março de 2020. Disponível eletronicamente em: <https://veja.abril.com.br/politica/bolsonaro-afirma-ter-provas-de-que-eleicao-foi-fraudada/>. Acesso em: 12 de março de 2020.

VEJA. “‘Esses marginais vermelhos serão banidos de nossa pátria’, diz Bolsonaro”, 22 de outubro de 2018. Disponível eletronicamente em: <https://veja.abril.com.br/brasil/esses-marginais-vermelhos-serao-banidos-de-nossa-patria-diz-bolsonaro/>. Acesso em: 30 de outubro de 2019.

VELOSO, Caetano. “Podres poderes”. In: *Velô*. Produzido por Caetano Veloso e Ricardo Cristaldi. Rio de Janeiro: Philips Records, p1984, 1 disco sonoro, faixa 1.

VENCESLAU, Pedro. “Tasso Jereissati: ‘Nosso grande erro foi ter entrado no governo Temer’”. *O Estado de São Paulo*, 13 de setembro de 2018. Disponível eletronicamente em: <https://politica.estadao.com.br/noticias/eleicoes,nosso-grande-erro-foi-ter-entrado-no-governo-temer,70002500097>. Acesso em: 13 de julho de 2019.

VENTURA, Manoel. “Guedes diz que dólar alto é bom: ‘empregada doméstica estava indo para Disney, uma festa danada’”. *O Globo*, 12 de fevereiro de 2020. Disponível eletronicamente em: <https://oglobo.globo.com/economia/guedes-diz-que-dolar-alto-bom-empregada-domestica-estava-indo-para-disney-uma-festa-danada-24245365>. Acesso em: 15 de março de 2020.

VENTURINI, Lilian. “O que o TSE fez e o que não fez no combate a notícias falsas”. *Nexo Jornal*, 15 de outubro de 2018. Disponível eletronicamente em: <https://www.nexojornal.com.br/expresso/2018/10/15/O-que-o-TSE-fez-e-o-que-n%C3%A3o-fez-no-combate-a-not%C3%ADcias-falsas>. Acesso em: 17 de março de 2020.

VERONESE, Osmar. *Inviolabilidade parlamentar*: do senador ao vereador. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2006.

VIAPIANA, Tábata. Toffoli retira da pauta ações que questionam decreto de armas de Bolsonaro. *Conjur*, 25 de junho de 2019. Disponível eletronicamente em: <https://www.conjur.com.br/2019-jun-25/toffoli-retira-pauta-acoes-questionam-decreto-armas>. Acesso em: 08 de maio de 2020.

VIEIRA, Henrique. "Fundamentalismo e extremismo não esgotam a experiência do sagrado nas religiões". In: GALLEGO, Esther Solano (org.). *O ódio como política*: a reinvenção das direitas no Brasil. São Paulo: Boitempo, 2018.

VIEIRA, Oscar Vilhena. *A batalha dos poderes*: da transição democrática ao mal-estar constitucional. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

VIEIRA, Oscar Vilhena. *A Constituição e sua reserva de justiça*: um ensaio sobre os limites materiais ao poder de reforma. São Paulo: Malheiros, 1999.

VIEIRA, Oscar Vilhena. "A desigualdade e a subversão do Estado de Direito". *Sur*, n° 06, ano 04, 2007.

VIEIRA, Oscar Vilhena. "Democracia militante". *Folha de São Paulo*, 14 de março de 2020. Disponível eletronicamente em: <https://www1.folha.uol.com.br/colunas/oscarvilhenavieira/2020/03/democracia-militante.shtml>. Acesso em: 14 de março de 2020.

VINX, Lars. "Democratic equality and militant democracy". *Constellations*, 2020.

VOLTAIRE. *Tratado sobre a Tolerância.* Tradução de Leandro Cardoso Marques da Silva. São Paulo: Edipro, 2017.

VON IHERING, Rudolf. *The Struggle for Law*. Tradução de John J. Lalor. Chicago: Callaghan and Company, 1915.

WAGRANDL, Ulrich. "Transnational Militant Democracy". *Global Constitutionalism*, vol. 07, n° 02, 2018.

WALDRON, Jeremy. "The Core of the Case Against Judicial Review". *The Yale Law Journal*, vol. 115, n° 06, 2006.

WALTER, Christian. "Interactions between International and National Norms: Towards an Internationalized Concept of Militant Democracy". In: ELLIAN, Afshin; RIJPKEMA, Bastiaan (ed.). *Militant Democracy*: Political Science, Law and Philosophy. Cham: Springer, 2018.

WALKER, Clive. "Militant Speech about Terrorism in a Smart Militant Democracy". *Mississippi Law Journal*, vol. 80, n° 04, 2011.

WALKER, Jack L. "A Critique of the Elitist Theory of Democracy". *The American Political Science Review*, vol. 60, n° 02, 1966.

WALZER, Michael. *On Toleration*. New Haven: Yale University Press, 1997.

WALZER, Michael. *Spheres of Justice*: A Defense of Pluralism and Equality. New York: Basic Books, 1983.

WEIL, Simone. *Pela supressão dos partidos políticos*. Tradução de Lucas Neves, Belo Horizonte: Âyiné, 2018.

WESTIN, Ricardo. "No plebiscito de 1963, Brasil derruba parlamentarismo e devolve poderes a Jango". *Jornal do Senado*, 02/02/2018. Disponível eletronicamente em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/infograficos/2018/02/no-plebiscito-de-1963-brasil-derruba-parlamentarismo-e-devolve-poderes-a-jango>. Acesso em: 22 de fevereiro de 2020.

WHITE, Patricia. "Hope, Confidence and Democracy". *Journal of Philosophy of Education*, vol. 25, n° 02, 1991.

WHITMAN, Walt. *Democratic Vistas*. Iowa City: University of Iowa Press, 2010.

WIDFELDT, Anders. "Swedish responses to the extreme right". In: EATWELL, Roger; MUDDE, Cas (ed.). *Western Democracies and the New Extreme Right Challenge*. Londres e New York: Routledge, 2004.

WINIEWSKI, Mikołaj et al. *Contempt Speech, Hate Speech*: Report from research on verbal violence against minority groups. Tradução de Jan Popowski. Varsóvia: Stefan Batory Foundation, 2017.

WINNICOTT, D. W. "Transitional Objects and Transitional Phenomena". In: *Playing and Reality*. Londres e New York: Routledge, 2005.

WISE, Judith. "Dissent and the Militant Democracy: The German Constitution and the Banning of the Free German Workers Party". *The University of Chicago Law School Roundtable*, vol. 05, n° 01, 1998.

WITTKE, Carl. *The History of English Parliamentary Privilege*. Columbus: Ohio State University, 1921.

WOODY, Christopher. "The 50 Most Violent Cities in the World". *The Independent*, 21 de agosto de 2017. Disponível eletronicamente em: <https://www.independent.co.uk/travel/news-and-advice/50-most-violent-cities-venezuela-mexico-honduras-el-salvador-brazil-a7904726.html>. Acesso em: 20 de julho de 2019.

WYRZYKOWSKI, Mirosław. "Experiencing the Unimaginable: the Collapse of the Rule of Law in Poland". *Hague Journal on the Rule of Law*, vol. 11, n° 02 e 03, 2019.

YATES, Robert; LANSING, John. *Secret Proceedings and Debates of the Convention Assembled at Philadelphia, in the Year 1787, for the Purpose of Forming the Constitution of the United States of America*. Richmond: Wilbur Curtiss, 1839.

YOUNG, Iris Marion. *Inclusion and Democracy*. New York: Oxford University Press, 2000.

YOUNG, Iris Marion. “O ideal de imparcialidade e o público cívico”. *Revista Brasileira de Ciência Política*, nº 09, 2012.

ZAKARIA, Fareed. “The Rise of Illiberal Democracy”. *Foreign Affairs*, vol. 76, n° 06, 1997.

ZALUAR, Alba; CONCEIÇÃO, Isabel Siqueira. “Favelas sob o controle das milícias no Rio de Janeiro: que paz?”. *São Paulo em Perspectiva*, vol. 21, n° 02, 2007.

ZAVASCKI, Teori. *Processo coletivo*: tutela de direitos coletivos e tutela coletiva de direitos. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2014.

ZAVERUCHA, Jorge. “Relações civil-militares: o legado autoritário da Constituição brasileira de 1988”. In: TELES, Edson; SAFATLE, Vladimir. *O que resta da ditadura*: a exceção brasileira. São Paulo: Boitempo, 2010.

ŽIŽEK, Slavoj. “A Leftist Plea for ‘Eurocentrism’”. *Critical Inquiry*, vol. 24, n° 4, 1998.

ŽIŽEK, Slavoj. “A tentação populista”. Tradução de Alexandre Hubner. In: GEISELBERGER, Heinrich (org.). *A grande recessão*: um debate internacional sobre os novos populismos – e como enfrentá-los. São Paulo: Estação Liberdade, 2019.

ŻUK, Piotr; ŻUK, Paweł. “Multimodal analysis of the nationalist discourse and historical inspirations of the spectacle of the populist right in Poland between 2015 and 2017”. *Discourse, Context & Media*, 2018.